

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA JUSTIÇA ELEITORAL MATO-GROSSENSE

2012-2022



**CASA DA
DEMOCRACIA**





EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA
JUSTIÇA ELEITORAL
MATO-GROSSENSE

2012-2022

Tribunal Regional Eleitoral
de Mato Grosso

GRUPO DE TRABALHO
90 ANOS DA JUSTIÇA ELEITORAL
MATO-GROSSENSE

PRESIDENTE

Lener Aparecida Galinari

MEMBROS

Gilvan Rodrigues de Oliveira

Cristiane Manzano Manoel

Andrea Martins Oliveira

Carlos Luanga Ribeiro Lima

Jorge Yoshiro Kimura

Júlia Viñé

Salomão de Souza Fortaleza

Thiago Malheiros Ribeiro

Vanêssa Brito Rebello

COORDENAÇÃO DA EDIÇÃO,
PESQUISA, ORGANIZAÇÃO E REDAÇÃO
Elizabeth Madureira Siqueira

JORNALISTAS E FOTÓGRAFOS
DO TRE-MT NO PERÍODO DE 2012-2022
RESPONSÁVEIS PELA COBERTURA E REGISTRO
DE TODAS AS AÇÕES INSTITUCIONAIS

Alair Ribeiro

Alline de Carvalho Coutinho Barros

Andrea Martins Oliveira

Daniel Dino de Sousa Cardoso

Glenda Angeline Menezes Cury

Mariane Aparecida Leite de Oliveira Weissheimer

Mariane Vieira

Nara Assis dos Santos

Renata Andrade Prata de Queiroz

Sinara Costa Álvares da Silva

TRE-MT

Av. Historiador Rubens de Mendonça, 4750

Centro Político e Administrativo

78049-941 Cuiabá-MT Brasil

Tel. (65) 3362 8000

www.tre-mt.jus.br



TRE-MT

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA JUSTIÇA ELEITORAL MATO-GROSSENSE

2012-2022

Elizabeth Madureira Siqueira



Cuiabá, 2023



EDITORA

Maria Teresa Carrión Carracedo

PESQUISA ICONOGRÁFICA

Ricardo Miguel Carrión Carracedo

ARTE-FINALIZAÇÃO | ARTE DA CAPA

Maike Vanni

ASSISTENTES NA EDIÇÃO

Manoela Carracedo Ozelame

Rafael Carracedo Ozelame

REVISÃO

Marinaldo Custódio

FOTO DA CAPA

Casa da Democracia (Ricardo Carracedo, 2023)

com sobreposições:

Smartphone com app *JE Processos* (Alair Ribeiro | Ascom TRE-MT)

Coleta biométrica (s/a | Ascom TRE-MT)

Urna eletrônica com biometria (Ricardo Carracedo, 2023)

FOTOS DA EDIÇÃO

Acervo do TRE-MT disponibilizado pela Ascom

NOTA SOBRE ABREVIATURAS UTILIZADAS

s/a – autor não identificado

s/d – data não identificada

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Siqueira, Elizabeth Madureira
Evolução histórica da justiça eleitoral mato-grossense
: 2012-2022 / Elizabeth Madureira Siqueira. -- 1. ed. --
Cuiabá, MT : Entrelinhas Editora, 2023.

Bibliografia.

ISBN 978-85-7992-152-0 (versão digital)

ISBN 978-65-86328-99-8 (versão impressa)

1. Cuiabá (MT) - História regional 2. Direito - Brasil
- História 3. Eleições - Leis e legislação - Brasil 4. Justiça
Eleitoral - Brasil - História 5. Tribunal de Justiça I.
Título.

23-148950

CDU-342.8(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Justiça eleitoral 342.8(81)

Henrique Ribeiro Soares - Bibliotecário - CRB-8/9314

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta edição pode ser reproduzida ou utilizada – em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação, etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados sem expressa autorização da autora, editora e instituição publicadora.

ENTRELINHAS EDITORA

Av. Senador Metelo, 3773 – Jardim Cuiabá | CEP 78030-005 | Cuiabá-MT, Brasil

Tel.: (65) 3624 5294 | e-mail: editora@entrelinhaseditora.com.br | www.entrelinhaseditora.com.br



*A Justiça Eleitoral Mato-Grossense
agradece a todos que contribuíram
para a realização desta obra.*

Projeto URNA ELETRÔNICA
Relação dos candidatos para protótipo

Para prefeito:



0901001
Mario Sitra
Mario
pref1 pcx



0902002
Artur Graal
Excalibur
Artur
pref2 pcx



Protótipo de urna eletrônica
Modelo 100-011

Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

PRESIDENTE

Des. Carlos Alberto Alves da Rocha

VICE-PRESIDENTE E

CORREGEDORA REGIONAL ELEITORAL

Desa. Nilza Maria Póssas de Carvalho

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

Dr. Erich Raphael Masson

JUÍZES MEMBROS EFETIVOS

Dr. Luiz Octávio Oliveira Saboia Ribeiro

Dr. Jackson Francisco Coleta Coutinho

Dr. José Luiz Leite Lindote

Dr. Eustáquio Inácio de Noronha Neto

Dr. Ciro José de Andrade Arapiraca

JUÍZES MEMBROS SUBSTITUTOS

Desa. Serly Marcondes Alves

Des. Marcos Henrique Machado

Dra. Ana Cristina Silva Mendes

Dr. Sebastião de Arruda Almeida

Dr. Fábio Henrique Rodrigues de Moraes Fiorenza

Dr. Abel Sguarezi

Dr. Pérsio Oliveira Landim

DIRETOR GERAL

Mauro Sérgio Rodrigues Diogo

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Breno Antonio Sirugi Gasparoto

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ORÇAMENTO

Tânia Yoshida de Oliveira

SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Carlos Henrique Cândido

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Valmir Nascimento Milomen Santos



FAVOR
NÃO REGRAR NEM LER
BENEFICIA



Apresentação

O presente livro, comemorativo dos 90 anos do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), é continuação do livro editado em 2012, compondo uma sequência de gestões da instituição e suas realizações, desde a criação da Justiça Eleitoral de Mato Grosso (1932) até o ano de 2022.

Fruto de empenho do atual presidente, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, com apoio do Pleno, este livro inclui a composição e realização das cinco últimas gestões, oportunizando aos leitores se inteirarem das atividades desenvolvidas de 2012 até 2022.

No livro foram tratados temas até então inusitados, a exemplo da pandemia do coronavírus (Covid-19) e os mecanismos adotados para sua superação, graças aos vigorosos investimentos realizados no setor tecnológico, e o efetivo apoio do setor de saúde, física e mental, oferecido pela Instituição. Tudo prosseguiu em ritmo normal, mesmo durante o período de isolamento, quando os trabalhos foram realizados nos espaços privados e o contato e a interlocução com os eleitores não cessaram, mas se intensificaram com o apoio da tecnologia.

Vale lembrar que o TRE-MT mereceu destaque nas avaliações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a exemplo dos progressivos selos de qualidade conquistados, com base na avaliação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ): Bronze, Prata, Ouro e atualmente Diamante, o que coloca a Justiça Eleitoral de Mato Grosso como instituição exemplar na realização de investimentos em projetos inovadores. Todas essas conquistas foram graças ao empenho dos administradores, servidores, colaboradores e magistrados que, frente aos desafios, reagiram com competência e determinação.

Resultado de grande esforço de pesquisa visual, documental e jornalística, a obra, assinada pela historiadora e professora doutora Elizabeth Madureira Siqueira, teve todo apoio, acompanhamento e supervisão do Grupo 90 Anos da Justiça Eleitoral Mato-grossense e o suporte do trabalho realizado pela equipe de comunicação da Instituição durante todo o período tratado (2012-2022). Este livro ampliará a compreensão da trajetória histórica do TRE-MT, tornando mais elucidativa a exposição permanente do Memorial da Justiça Eleitoral de Mato-grossense.

A obra não é somente de cunho regional, mas procurou inserir a Justiça Eleitoral de Mato Grosso no contexto nacional, com a adição de temas amplos e que afetam o conjunto da Justiça Eleitoral brasileira, como a segurança das urnas eletrônicas e a defesa da democracia participativa, o papel das Escolas Eleitorais, responsáveis pela capacitação, produção de conhecimento e interlocução com um público mais amplo, os avanços na área tecnológica e na preservação documental (Biblioteca e Arquivo).

*Grupo de Trabalho
90 Anos da Justiça Eleitoral Mato-grossense*

Durante o período do Estado Novo coube à União legislativa sobre a matéria eleitoral.

INTERRUPÇÕES DO PROCESSO ELEITORAL

O Estado Novo (1937-1945)

Em 10 de novembro de 1937, pouco antes da eleição de um novo Presidente da República, Getúlio Vargas aproveitou-se da instabilidade política a eleger um segundo pleito comunista por ele, entre 1937 e 1945. Foi conhecido como Estado Novo.

Após o golpe, Vargas fechou o Congresso Nacional e outorgou nova Constituição - de características antidemocráticas. Uma delas foi a exclusão da Justiça Eleitoral dentro do órgão de Justiça Federal. Durante o Estado Novo não ocorreram eleições no Brasil.



O Regime Totalitário (1964-1985)

Tramitando um golpe comunista por parte do Presidente da República João Goulart, o golpe tomou o poder no dia 31 de março de 1964 e foi parlamentarista até 1966.

Nesse período, a legislação eleitoral foi "totalmente revogada" por atos e decretos autoritários, não deixando ao eleitor o direito de escolher livremente o seu representante político. Nesse período, houve a extinção do sistema político bipartido e a criação do sistema presidencialista por meio da Constituição de 1964.



A REDEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL

O voto: um direito do cidadão



1988. Brasil: o primeiro passo para a redemocratização foi a promulgação da Constituição de 1988, que garantiu o direito de voto a todos os cidadãos brasileiros maiores de 16 anos. A nova Constituição também estabeleceu o sistema de voto secreto e o direito de voto em locais públicos, como escolas e centros comunitários.



O Superperu



1994. O Superperu foi o apelido dado ao candidato Fernando Collor de Mello na eleição presidencial de 1994. O termo surgiu devido ao tamanho exagerado da cabeça dele no cartão eleitoral.



INFORMATIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES

O desenvolvimento do projeto da urna eletrônica



1995. O projeto da urna eletrônica foi desenvolvido pelo TSE em parceria com a indústria brasileira. A urna eletrônica foi utilizada pela primeira vez em 1996, durante a eleição presidencial.



O TSE



1996. O TSE foi criado em 1996, substituindo o antigo Conselho Nacional de Justiça. Sua função é garantir a regularidade e a validade do processo eleitoral.



Prefácio

No ano de 2022 a Justiça Eleitoral brasileira e o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso completaram 90 anos! Passados 10 anos do lançamento da obra *Evolução Histórica da Justiça Eleitoral Mato-grossense* (1932-2012), a continuidade do registro da história se fez importante, afinal, o decorrer dos anos revela a transitoriedade e as mudanças de contextos em que os fatos institucionais são consumados.

História e memória caminham juntas, pois a memória é um meio de preservação da história. É sobre isso que trata este livro: história e memória.

Longe de ficar presa no pretérito, como aquela lembrança de algo que aconteceu e ficou parado no tempo, a memória é dinâmica. Ao ser evocada no presente podemos rever o passado e planejar o futuro.

A Justiça Eleitoral mato-grossense valoriza seu patrimônio histórico e a preservação da sua memória. O primeiro traz marcas dos sujeitos que dela fizeram parte; a segunda, mantém a Instituição viva, estabelecendo um vínculo entre as gerações e o tempo que as acompanha.

E, assim, este livro propõe-se a preservar a linha do tempo dos principais fatos ocorridos desde 2012 na Justiça Eleitoral brasileira e de forma mais pontual no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, norteadas pelas gestões do desembargador Juvenal Pereira da Silva (2013-2015), desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas (2015-2017), desembargador Márcio Vidal (2017-2019), desembargador Gilberto Giraldelli (2019-2021) e desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha (2021-2023).

A observação dos últimos dez anos retratados nesta obra permite-me afirmar que o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso acompanhou a revolução técnico-científica e informacional na prestação de seus serviços, notadamente às cidadãs e aos cidadãos, às eleitoras e aos eleitores. O uso frenético das *fake-news* durante a disputa eleitoral, também em face da Justiça Eleitoral, não obstruiu a entrega da verdade das urnas. O advento da pandemia de Covid-19, de amplitude mundial, foi tratado com extremo cuidado no âmbito interno, não paralisando os serviços eleitorais, o que possibilitou a realização das eleições no ano de 2020, quando o mesmo cuidado assegurou que as eleitoras e os eleitores se dirigissem às urnas eletrônicas para votar. Mais recentemente o notável engajamento das juízas e dos juízes eleitorais, das servidoras e dos servidores foi coroado com o *Selo Diamante no Prêmio CNJ de Qualidade*, conquista inédita na história deste Tribunal.

Mas quais serão os próximos desafios?

Certamente a história os registrará e a memória possibilitará que este Tribunal Regional Eleitoral se mantenha vivo!

Desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso



Sumário

Justiça Eleitoral em Mato Grosso (2012-2022) 23



A Justiça Eleitoral Mato-grossense (2012-2022) 25

Gestão Juvenal Pereira da Silva (2013-2015) 33

Dados biográficos33

Discurso de posse33

Composição do Pleno35

Período de Transição – Preparando a posse38

Presidência e Corregedoria trabalham juntas para combater corrupção 38

Presidente e servidores trocam experiências 38

Principais ações da gestão 2013-201539

TRE-MT implanta mural eletrônico..... 39

Biometria ao alcance dos cidadãos..... 40

Pauta Limpa: Um projeto inovador 40

Lei da Ficha Limpa acelera os processos eleitorais em julgamento..... 40

Eleições 2014.....41

TRE-MT esclarece partidos e candidatos sobre prestação de contas partidárias.....41

Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Auxílio aos partidos na prestação de contas41

Mesário Voluntário – Parcerias..... 42

Planejando as Eleições 2014 43

Inovações para 2014.....43

Presidência e Corregedoria coordenam exército de 43 mil pessoas.....43

Preparando os Polos para as eleições 44

Segurança nas Eleições 44

Termo de Cooperação Técnica na garantia da segurança nas eleições de 2014 45

LXV Encontro do Colégio de Presidentes dos TRE's – Rezoneamento Eleitoral 45

Resultado das Eleições Gerais 2014 – Mato Grosso45

Eleições Suplementares nos municípios de Juara e Glória d'Oeste..... 46

Novas eleições47

Diplomação dos eleitos 47

Avaliação das Eleições 2014 47

Galeria do servidor: um reconhecimento necessário 48

Ampliação dos espaços físicos49

Entrega do Cartório de Rondonópolis, Sorriso e Lucas do Rio Verde 49

Cartório de Rondonópolis (2013) 49

Cartórios de Lucas do Rio Verde e Sorriso 49

Aumento da frota de veículos do TRE-MT50

Projetos e Programas50

Concurso Contando Histórias 50

Projeto ProJovem Adolescente 51

Projeto EnPrática 51

Projeto Ribeirinho Cidadão 52

Projeto Jovem Aprendiz 52

Visitas53

Uma visita muito especial 53

Visita da Comissão de Direito Eleitoral da OAB/MT ao TRE-MT 53

Eventos54

1º Encontro de presidentes dos TRE's da Região Amazônica 54

II Fórum de Representantes de Zonas Eleitorais – II FReZE 54

64º Encontro do Colégio de Presidentes 55

Premiações ao TRE-MT55

Corregedoria Eleitoral – Prêmio *Esemplare* 55

TRE cumpre meta 8/2013 do Conselho Nacional de Justiça 55

Gestão Maria Helena

Gargaglioni Póvoas

(2015-2017)

61

Dados biográficos61

Discurso de posse61

Composição do Pleno63

Moção de Aplauso à Gestão 2015-201765

Destaques da Gestão65

Biometria e Segurança nas Eleições de 2016 65

Biometria – Em busca de parceiros65

Quem morreu não deve constar como votante: Parceria do TRE-MT com os cartórios 66

Eleições municipais de 2016 67

Segurança e Transparência: Sistema VPN (rede privada virtual)67

TRE-MT é o único regional a enviar representante à Audiência Pública67

Eleições 2016: Mural e Petitionário Eletrônicos do TRE-MT devem servir de modelo para todo o país68

TRE de Mato Grosso lança Petitionamento Eletrônico68

Zonas Eleitorais.....69

Composição das Zonas Eleitorais de Mato Grosso antes do Remanejamento – 201669

Zonas Eleitorais de Mato Grosso antes do Remanejamento – 201670

Estudo para o remanejamento das Zonas Eleitorais.....78

Projeto *Pauta Limpa*79

Pautas e Fichas Limpas de mãos dadas.....79

As mudanças decorrentes da Lei da Ficha Limpa.....80

JE Processos ao alcance de candidatas, advogados e imprensa81

Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE)81

População pode denunciar Caixa 282

Rede Interna de Governança: um ganho institucional82

Aprovados em concurso 2015 tomam posse83

TRE inaugura Data Center com tecnologia de ponta e amplia em cinco vezes capacidade de armazenamento de dados84

Eleições 2016.....84

Campanha Cidade Limpa 2016 é lançada durante o encontro com representantes partidários.....84

Mesário Voluntário85

Resultado das Eleições 2016.....87

Diplomação dos eleitos, 201687

Eventos 88

10º Encontro Nacional do Poder Judiciário 88

Avaliação de desempenho do TRE-MT pelo CNJ..... 88

Justiça em Números 2016..... 89

TRE-MT alcança a melhor classificação no Índice Tecnológico..... 89

Corregedoria Eleitoral – Prêmio *Esemplare* 90

Disponibilizando dados das Eleições 1945-2016..... 90

Premiações e insígnias 90

Medalha do Mérito Homens do Mato 90

Prêmio *Bertha Lutz* 91

Participação feminina na política e em outros segmentos 91

84 Anos do TRE-MT 93

Gestão Márcio Vidal

(2017-2019)

95

Dados biográficos95

Discurso de posse96

Composição do Pleno99

Principais Ações..... 102

Criação da Sala de Imprensa 102

TRE-MT amplia relacionamento com a sociedade 102

Fichas e Pautas Limpas 102

Combate à corrupção: palestra aos servidores..... 103

| | |
|---|------------|
| Biometria – Aumentando o número de eleitores | 103 |
| Parcerias garantidoras da segurança | 103 |
| Ampliando o atendimento ao público..... | 104 |
| Rede de apoio à governança da Justiça Eleitoral..... | 104 |
| Avanços tecnológicos..... | 104 |
| TRE-MT mais moderno e eficiente: 43 ações na área de tecnologia da informação..... | 104 |
| Banco de Talentos – Conhecendo melhor os servidores..... | 105 |
| I Seminário do Fórum Internet e Eleições – Um desafio multidisciplinar..... | 105 |
| Eventos | 105 |
| V Fórum de Tecnologia da Informação... | 105 |
| Fórum Nacional da Propaganda Eleitoral nas Mídias Sociais | 106 |
| Seminário de Prestação de Contas Eleitorais 2018 | 107 |
| Parceria entre o TRE-MT e o Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso..... | 107 |
| 71º Encontro dos Presidentes dos TRE's – Projeto Inédito do TRE-MT: Soberania Popular | 107 |
| Investimento na capacitação interna | 107 |
| Capacitação dos representantes das Zonas Eleitorais (FReZE) | 107 |
| Servidores do interior de Mato Grosso são capacitados..... | 107 |
| Aproximação com o Cidadão Eleitor | 108 |
| Visão sistêmica do atendimento público ao cidadão | 108 |
| Palestra <i>Recursos Públicos e sua aplicação no Poder Judiciário</i> | 109 |
| Aproximação com a sociedade – Programa <i>Aprendiz Legal</i> | 109 |

| | |
|--|-----|
| Programas televisivos: Programa <i>Cidadania em Debate</i> | 109 |
| Encontro <i>Cultura e Democracia</i> : Artistas e TRE-MT discutem temas relevantes para o país | 110 |
| Eleições 2018..... | 111 |
| Campanha Cidade Limpa..... | 111 |
| Parceria com a Unemat..... | 111 |
| Eleições em áreas indígenas – Diálogos da cidadania..... | 111 |
| Resultado das Eleições – 2018 – 1º e 2º Turnos..... | 113 |
| Composição das Zonas Eleitorais de Mato Grosso após remanejamento – 2018-2022 | 114 |
| Zonas Eleitorais de Mato Grosso – 2018 | 115 |
| Diplomação dos Eleitos | 119 |
| Interface com o eleitor | 119 |
| Democratizando as informações do TRE-MT – O papel do setor de comunicação..... | 119 |
| Termo de cooperação do TRE-MT e Politec – Garantindo eleições seguras..... | 119 |
| 85 Anos do TRE-MT..... | 120 |
| Ações e participações da Corregedoria Geral | 120 |
| 39º Encontro do Colégio de Corregedores Eleitorais..... | 120 |
| 41º Encontro do Colégio de Corregedores Eleitorais..... | 120 |
| 42º Encontro do Colégio de Corregedores Eleitorais do Brasil: Márcio Vidal é eleito presidente do Colégio de Presidentes | 120 |
| Inauguração da Galeria de Corregedores..... | 120 |
| 75º COPTREL foi sediado pelo TRE-MT em Poconé-MT..... | 121 |
| Presidente do Cotrel reivindica inclusão de disciplina na grade curricular dos cursos de Direito | 122 |

| | |
|---|------------|
| Prêmios recebidos e outorgados..... | 122 |
| Selo de Prata do CNJ | 122 |
| Medalha do Mérito Eleitoral do TRE-MA..... | 122 |
| Salva de Prata da Câmara Municipal de São Paulo..... | 122 |
| Diploma de Honra da Associação de Oficiais da Reserva do Exército em Mato Grosso | 123 |
| Homenagem aos servidores e colaboradores da Justiça Eleitoral em seus 86 anos | 123 |
| Gestão Gilberto Giralde (2019-2021) | 125 |
| Dados biográficos | 125 |
| Discurso de posse | 125 |
| Saudações do Pleno | 129 |
| Composição do Pleno | 130 |
| Trabalhos relevantes da Gestão | 133 |
| Base Tripartite da Gestão | 133 |
| Pandemia e trabalho remoto..... | 133 |
| GAEGI atua na prevenção e bem-estar dos servidores..... | 133 |
| Contornando os efeitos da Pandemia | 134 |
| Covid-19 – Trabalho Remoto..... | 135 |
| Vacinômetro: Justiça Eleitoral mantém monitoramento interno de vacinação..... | 136 |
| Ações presenciais..... | 137 |
| Justiça Eleitoral de Mato Grosso doará EPI's que não foram utilizados na Eleição Municipal 2020 | 138 |
| Edição do Projeto “Democracia Digital – Eleições 2020” | 138 |

| | |
|--|-----|
| Mesário Voluntário..... | 139 |
| Biometria..... | 140 |
| PJe – Evoluindo do 1º para o 2º Grau | 140 |
| Questão Orçamentária – Redução de verbas aliada ao aumento de resultados positivos | 141 |
| Corrupção e Lavagem de Dinheiro..... | 142 |
| Fake News | 142 |
| “Euvotosemfake”, | 142 |
| Mecanismos de segurança das Urnas Eletrônicas | 143 |
| Entendendo a cerimônia de carga e lacre..... | 143 |
| Peritos avaliam o funcionamento das Urnas Eletrônicas nas Eleições de 2020 | 143 |
| Primeira visita..... | 144 |
| Sistema Eletrônico de Votação garante segurança do voto e liberdade democrática | 144 |
| Fiscalização popular..... | 144 |
| Segurança da Urna Eletrônica..... | 144 |
| Justiça Eleitoral investe em ações para zerar estoque de processos nos cartórios eleitorais..... | 146 |
| Resultado das Eleições 2020 | 147 |
| Prefeitos municipais eleitos... .. | 147 |
| Eleições Suplementares para Senador – Primeira experiência no Brasil | 151 |
| Gestão de Pessoas: TRE-MT lança Academia de Líderes..... | 151 |
| Corregedoria Eleitoral e SGP realizam correição humanizada em Sorriso | 152 |
| Avanços Tecnológicos | 153 |
| Business Intelligence (BI)..... | 153 |
| Justiça Eleitoral de Mato Grosso inaugura Usina Fotovoltaica..... | 154 |
| TRE informa: Sessões plenárias serão realizadas por video- conferência a partir de 1º de abril | 155 |
| Justiça Eleitoral de Mato Grosso inova e cria página para atendimento digital ao eleitor..... | 155 |

| | |
|--|-----|
| Projetos Sociais..... | 156 |
| Projeto <i>SoleTRE</i> | 156 |
| <i>SoleTRE</i> : Alunos do projeto de alfabetização recebem doação de óculos | 157 |
| <i>SoleTRE</i> 2020 | 157 |
| <i>SoleTRE</i> 2021 | 157 |
| Projeto <i>JUVA</i> | 158 |
| Eventos Relevantes..... | 159 |
| 3º <i>Desenvolve JE</i> dá destaque para a Academia de Liderança do TRE-MT | 159 |
| Justiça Eleitoral realiza evento exclusivo para jornalistas | 159 |
| Premiação ao TRE-MT..... | 160 |
| Prêmio CNJ de Qualidade – Selo Ouro ... | 160 |
| Gestão Carlos Alberto Alves da Rocha (2021-2023) 163 | |
| Dados biográficos | 163 |
| Discurso de posse | 164 |
| Composição do Pleno | 168 |
| Principais ações e projetos..... | 170 |
| Projeto Pauta Limpa – Acelerando análises dos processos | 170 |
| Compartilhamento de imóveis: TRE é pioneiro no Brasil..... | 170 |
| Menor estoque de processos dos últimos oito anos..... | 171 |
| Pandemia Covid-19 | 172 |
| Vacinômetro da Justiça Eleitoral..... | 172 |
| Estratégias de adaptação psicológica em meio à Pandemia | 172 |
| Trabalho Remoto..... | 173 |
| Atendimento ao Eleitor..... | 173 |

| | |
|---|-----|
| Eleições 2022..... | 173 |
| Logomarca..... | 173 |
| Aumento do número de eleitores em Mato Grosso..... | 174 |
| Treinamento sobre registro de candidaturas para representantes de partidos, advogados e pré-candidatos | 174 |
| Capacitação dos servidores | 175 |
| Workshop reforça importância da cultura inovadora no ambiente de trabalho | 176 |
| Preparando eleições em territórios quilombolas | 177 |
| Atendimento ao público com necessidades especiais..... | 177 |
| Pleno do TRE-MT julgou 685 processos em 120 sessões plenárias..... | 180 |
| Passe livre para mesários e colaboradores voluntários de Várzea Grande..... | 180 |
| TRE-MT mais perto do eleitor | 181 |
| Regularização do Título Eleitoral..... | 181 |
| Atendimento móvel a eleitores em Cuiabá e Várzea Grande..... | 182 |
| Preparando as eleições em áreas indígenas | 183 |
| Projeto Democracia Multilíngue | 183 |
| Direitos eleitorais indígenas | 183 |
| Eleitores Indígenas e as Ações visando sua Incorporação | 183 |
| Ampliando a democratização nas áreas indígenas: a vez dos Bororo..... | 184 |
| Fiscalização dos gastos de campanhas eleitorais | 185 |
| TRE-MT divulga preços médios de serviços contratados em campanha eleitoral..... | 186 |
| Calendário Eleitoral 2022..... | 186 |
| Eleitores mais bem informados..... | 187 |
| Relação com os partidos e imprensa..... | 187 |
| Boletim de performance da estratégia 2021-2026 | 188 |

| | |
|---|-----|
| Procedimentos do Horário Eleitoral | 188 |
| 3ª Reunião com representantes partidários | 189 |
| 4ª Reunião com partidos esclarece regras sobre propaganda partidária..... | 189 |
| 5ª Reunião com Partidos Políticos..... | 190 |
| 7ª Reunião com representantes dos Partidos Políticos..... | 191 |
| Preparação dos servidores para as Eleições 2022 | 192 |
| Academia de Liderança dos Cartórios Eleitorais | 192 |
| Fórum Nacional de Chefes de Cartório Eleitoral..... | 192 |
| Giro Eleitoral | 192 |
| Zonas Eleitorais em 2022 | 193 |
| Zonas Eleitorais de Mato Grosso – 2022..... | 194 |
| VI Fórum dos representantes das Zonas Eleitorais (FReZE) | 198 |
| Resultado das Eleições Gerais 2022 | 199 |
| Eleições Suplementares 2021 – A Conferência das Urnas Eletrônicas... .. | 200 |
| Cerimônia de diplomação marca conclusão das Eleições 2022 | 200 |
| Diplomação..... | 201 |
| Mecanismos e ações facilitadoras do acompanhamento das Eleições 2022 | 202 |
| JE Processo ao alcance de candidatos, advogados e imprensa | 202 |
| Título de Eleitor na palma da mão: e-Título | 202 |
| Curso de Direito Eleitoral Digital – Desafios Contemporâneos | 203 |
| Garantindo a Segurança nas Eleições 2022 | 204 |
| TRE-MT debate a segurança do processo eletrônico de votação | 204 |
| Auditando as Urnas Eletrônicas | 204 |
| TCU audita Urnas Eletrônicas antes do pleito de 2022..... | 205 |
| A segurança das Urnas Eletrônicas pelo sistema RFID UHF | 206 |
| Ilícitos Eleitorais – Curso esclarece e reforça a segurança no pleito de 2022 | 206 |

| | |
|---|-----|
| Aplicativo Pardal nas Eleições Suplementares – Um recurso nas mãos do cidadão | 207 |
| Segurança das Eleições Suplementares e o papel do Gabinete de Gestão Integrada (GGI)..... | 208 |
| Investimento em tecnologia e a realização de eleições suplementares marcam os 100 primeiros dias da gestão..... | 208 |
| Drones reforçam e garantem segurança no ar nas Eleições 2022 | 208 |
| TRE-MT e forças de segurança retomam tratativas com foco no segundo turno | 209 |
| Corregedoria Regional Eleitoral institui a campanha <i>Eleição sem Poluição</i> | 210 |
| Semana do Jovem Eleitor: <i>Eu voto. Eu faço a diferença</i> | 211 |
| Parceria com o Grupo Bom Futuro para qualificar jovens aprendizes..... | 212 |
| Plano de aproximação com os diretórios regionais dos Partidos Políticos | 212 |
| Deferimento das candidaturas | 213 |
| Tribunal de Contas, instituições internacionais e TRE-MT unidos nas Eleições de 2022 | 214 |
| Integrante da Missão de Observação Eleitoral elogia organização das Eleições em Mato Grosso | 214 |
| Mulheres ajudando a pensar as cotas na política..... | 215 |
| Eventos | 216 |
| Estudantes diplomados em cerimônia simbólica | 216 |
| Fale com o Presidente: TRE-MT amplia comunicação com a sociedade | 217 |
| Aposta em inovações tecnológicas..... | 218 |
| Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (LIODS)..... | 219 |
| Ação inovadora: novos juizes são recepcionados pelo TRE-MT | 219 |

| | |
|---|-----|
| Premiações e Homenagens..... | 220 |
| Primeiro lugar no <i>ranking</i> Transparência do CNJ | 220 |
| Selo Diamante do <i>Prêmio de Qualidade do CNJ</i> | 221 |
| Alunos do 1º Curso de Mestrado em Direito da Amam fazem homenagem ao presidente do TRE-MT | 222 |
| <i>Esemplare</i> : premiação instituída pela Corregedoria Eleitoral de Mato Grosso | 223 |
| Comemorações da Justiça Eleitoral ... | 224 |
| 89 Anos da Justiça Eleitoral de Mato Grosso | 224 |
| 90 Anos da Justiça Eleitoral brasileira..... | 224 |

Temas relevantes 227



Evolução tecnológica pós 2012 229

| | |
|--|-----|
| Urna Eletrônica: uma aplicação exitosa em Mato Grosso | 229 |
| Identificação Biométrica do Eleitor | 230 |
| Processo Judicial Eletrônico, PJe (2011) | 231 |
| Ajustes necessários ao bom funcionamento do PJe..... | 231 |
| Plano de ação inclui simulação de sessão plenária – Ipleno | 232 |
| Tecnologia do <i>JE Connect</i> | 232 |

| | |
|--|-----|
| Projeto inédito do TRE-MT é pré-selecionado para o V Fórum de Tecnologia da Informação da Justiça Eleitoral..... | 232 |
| Direito Digital e avanço da tecnologia são debatidos durante visita ao TRE-MT | 233 |
| Siropi (2018)..... | 233 |
| Business Intelligence (BI)..... | 234 |
| Processo Judicial Eletrônico da Corregedoria – PJeCOR (2020) | 235 |

Escola Judiciária Eleitoral (2012-2022) 237

Capacitação, Cidadania e práticas eleitorais237

Eixo Capacitação..... 237

| | |
|--|-----|
| Pós-Graduação: Curso de Especialização em Direito Eleitoral e Administração Judiciária Eleitoral (2012-2016)..... | 237 |
| Cursos / Ciclos de Estudos / Seminários / Fóruns (2013-2018) | 238 |
| Fórum da Propaganda Eleitoral nas Mídias Sociais deixa documento em benefício da coletividade..... | 238 |
| Curso de Direito Eleitoral para acadêmicos de Direito (2015-2019) | 239 |
| Curso de Direito Eleitoral para acadêmicos da UNIC Pantanal | 239 |
| Capacitação de Juízes..... | 239 |
| Eventos de Direito Eleitoral (2019-2022) | 240 |
| Orientações para véspera e dia da eleição são repassadas a juízes eleitorais e auxiliares | 243 |
| Inteligência financeira, crimes de corrupção e lavagem de dinheiro são abordados em curso | 244 |
| Ministra do TSE reforça que é preciso romper padrões para combater violência política de gênero | 244 |

| | |
|---|-----|
| Eixo Cidadania | 245 |
| Programa Voto Consciente – Preparando o futuro cidadão..... | 245 |
| Eleições nas escolas..... | 245 |
| Visitas guiadas ao TRE-MT: Palestras de sensibilização | 245 |
| Jovens tiram o primeiro título eleitoral | 246 |
| Programa Voto Consciente: vencedor no concurso nacional de boas práticas | 246 |
| Inclusão: TRE-MT contempla eleitores com necessidades especiais | 247 |
| TRE-MT realiza palestra e treinamento sobre urnas eletrônicas para comunidade cega..... | 248 |
| Diálogos da Cidadania..... | 248 |

Eixo Práticas Eleitorais249

| | |
|---------------------------|-----|
| Revista DeMocrática | 249 |
|---------------------------|-----|

Biblioteca, Memória e Gestão Documental 251

Biblioteca do TRE-MT251

| | |
|---------------------|-----|
| Sobre o acervo..... | 252 |
|---------------------|-----|

Ampliação do acervo e de acesso a informações 252

| | |
|--------------|-----|
| Doações..... | 253 |
|--------------|-----|

Preservando e divulgando a memória da Justiça Eleitoral de Mato Grosso254

| | |
|---|-----|
| 15ª Primavera dos Museus e o Memorial da Justiça Eleitoral de Mato Grosso | 254 |
|---|-----|

| | |
|---|-----|
| Projeto de Exposição Virtual da Urna Eletrônica é premiado pelo CNJ | 255 |
|---|-----|

| | |
|--|-----|
| Dia da Memória do Poder Judiciário | 255 |
|--|-----|

Gestão Documental256

| | |
|--|-----|
| Histórico da gestão documental no TRE-MT | 256 |
|--|-----|

O projeto de implantação da política de gestão documental 257

| | |
|--|-----|
| A adoção do modelo TRE-SC | 257 |
| Contratação de empresa terceirizada para tratamento técnico arquivístico do acervo..... | 257 |
| Adoção do plano de classificação no Sistema SEI | 259 |
| Visita técnica da arquivista do TRE-SC..... | 259 |
| A revisão dos instrumentos de gestão documental..... | 259 |
| Gestão de Memória e de Gestão Documental pelo Proname | 259 |
| A aprovação da política de gestão documental no âmbito do TRE-MT | 259 |
| Atualização do Plano de Classificação e Temporalidade de Documentos e padronização desse instrumento em alguns tribunais regionais eleitorais..... | 260 |
| Desafios futuros..... | 260 |
| Composição atual da CPAD..... | 260 |

Grupo de Trabalho "90 Anos da Justiça Eleitoral Mato-grossense"261

Servidores do TRE-MT (2012-2022) 263

Referências virtuais 267



Leitura - Silêncio



Justiça Eleitoral em Mato Grosso

(2012-2022)

A Justiça Eleitoral Mato-grossense (2012-2022)

Projetar o caminhar da memória brasileira requer esforços do conjunto das instituições para que, cada uma delas consiga traçar sua própria trajetória, visando emoldurar o perfil da nação brasileira. Na gestão do desembargador Leônidas Duarte Monteiro (2008-2009), foi pensando nesta perspectiva que nasceu, a vontade de que fosse escrita a memória da Justiça Eleitoral de Mato Grosso, visto a mesma completar 80 anos em 2012. Um projeto foi apresentado pela historiadora Elizabeth Madureira Siqueira para a elaboração de pesquisa e escrita da obra, tendo sido a mesma aprovada. Em seguida, foi montada a Comissão Memória da Justiça Eleitoral Mato-grossense, cuja tarefa era proceder ao acompanhamento, leitura crítica e contribuições ao livro a ser elaborado.

A Comissão Memória foi composta, naquele primeiro momento, pelos seguintes servidores: presidente: Lener Aparecida Galinari (SBE/SJ) e integrada por Ana Lúcia de Fátima Tabosa, Edivaldo Vieira de Araújo, Frank César Busatto, Gilvan Rodrigues de Oliveira (CED/SGP), Cristiane Manzano Manoel (Pres.), Salomão de Souza Fortaleza (CSE/STI), Jocirlei Marisa de Souza, Jorge Yoshiro Kimura (CSE/STI), Vanessa Brito Rebello.

Assim, em 2012 o trabalho estava redigido e aprovado pela referida Comissão e pela Presidência, tendo, em seguida, sido diagramado e impresso aos cuidados da Entrelinhas Editora, empresa de grande prestígio na área e que possui inúmeros outros livros impressos de excelente qualidade.

Estruturalmente, a obra *Evolução Histórica da Justiça Eleitoral Mato-grossense (1932-2012)* foi organizada em três partes, sendo que na primeira, intitulada *Justiça Eleitoral no Brasil: trajetória e personagens*, foi realizada uma recuperação da Justiça Eleitoral no Brasil, remontando ao período colonial, perpassando os momentos da Independência seguido das Regências, prosseguindo no Império e finalizando na República Nova, com específico enfoque no ano de 1932, quando foi criado o primeiro Código Eleitoral, em âmbito federal, até a Constituição de 1988.

A segunda parte, *Justiça Eleitoral em Mato Grosso: percurso, evolução e personalidades*, foi dedicada à recuperação da trajetória da Justiça Eleitoral mato-grossense, tendo como evento inicial, o seu *Momento Fundador (1932-1937)*, seguido do segundo momento, quando ressurgiu a Justiça Eleitoral em Mato Grosso (1945-1977), prosseguindo até a divisão do Estado e finaliza com o pós-divisão (1978) até a gestão do desembargador Rui Ramos Ribeiro.

Para dar maior enfoque à Justiça Eleitoral de Mato Grosso, foi destacada a composição de cada gestão, dados biográficos dos presidentes, discursos de posse e principais eventos. Tal

metodologia propiciou um conhecimento mais aprofundado da atuação do TRE-MT ao longo de 80 anos.

Para comemorar as nove décadas de profícua existência do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), o atual presidente, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha projetou a continuidade da primeira publicação, atualizando as cinco últimas gestões e os temas mais relevantes. Tal como no primeiro livro, foi constituída uma Comissão Memória para seguir e avaliar os trabalhos, por força da Ordem de serviço nº 21, de 17 de junho de 2021 e Ordem de Serviço 67, de 9 de dezembro de 2021, que constituiu o Grupo de Trabalho 90 Anos da Justiça Eleitoral Mato-grossense, composto pelos seguintes membros: presidente: Lener Aparecida Galinari (SBE/SJ) e integrada por Gilvan Rodrigues de Oliveira (CED/SGP), Cristiane Manzano Manoel (Pres.), Salomão de Souza Fortaleza (CSE/STI), Jorge Yoshiro Kimura (CSE/STI), Vanessa Brito Rebello (aposentada), Carlos Luanga Ribeiro Lima (CRE/MT), Andrea Martins Oliveira (Ascom), Júlia Viñé (SBE/SJ) e Thiago Malheiros Ribeiro (Zonas Eleitorais).

O segundo livro, comemorativo dos 90 anos do TRE-MT, tem uma primeira parte reservada às gestões do TRE-MT pós-2012, incluindo as cinco últimas:

Presidente desembargador Juvenal Pereira da Silva e a desembargadora e corregedora Maria Helena Gargaglione Póvoas (Gestão 2013-2015), eleitos aos 30 de janeiro de 2013, mas assumindo oficialmente no dia 15 de abril. Nesse interregno, uma equipe de transição deu mais musculatura à gestão a ser iniciada, com inovadoras discussões de encaminhamento. A gestão enfrentou as eleições gerais de 2014, mantendo o foco no combate à corrupção eleitoral, em conjunto com a Corregedoria Regional Eleitoral. Destaque deve ser dado ao projeto *Pauta Limpa*, lançado no início da gestão. Implantado há pouco mais de três meses, o Projeto Pauta Limpa foi uma ação desencadeada pela Corregedoria Regional Eleitoral de Mato Grosso em auxílio aos cartórios eleitorais, os quais teriam como meta julgar 85% do total das ações em trâmite nas zonas eleitorais consideradas prioritárias para o bom andamento das eleições de 2014. No que diz respeito às ações que contemplam pedidos de cassação de registro ou diploma, o avanço em relação ao número de autuações foi significativo, atingindo 95%. Com resultado surpreendente, o projeto recebeu muitos elogios em âmbito nacional, experiência a ser copiada por outros Tribunais Regionais Eleitorais. Dentre outras preocupações, foi manifesto o desejo de ampliar a capacidade de participação do eleitor na fiscalização do pleito, facilitando o método de envio das denúncias à Ouvidoria Eleitoral. A garantia da segurança das eleições de 2014 foi o

ponto alto da gestão, coordenada pelo presidente do TRE-MT, desembargador Juvenal Pereira da Silva, e pela corregedora regional eleitoral, desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas. Para isso a gestão contou com a coordenação do Gabinete de Gestão Integrada, que firmou diversos termos de cooperação técnica com as polícias Militar, Civil, bem como com o Exército, Polícia Federal, Secretaria de Segurança Pública, Funai, Polícia Rodoviária Federal, Prefeitura de Cuiabá e Procuradoria Regional Eleitoral, visando garantir êxito nas Eleições de 2014.

O *Rezzoneamento Eleitoral* foi apresentado no LXV Encontro de Colégio de Presidentes dos TRE's, previsto em resolução aprovada pelo Tribunal Superior Eleitoral; por sinal, um dos temas debatidos durante o evento, que aconteceu no dia 17 de abril de 2015, em Teresina, Piauí, e que contou com a participação do corregedor regional eleitoral de Mato Grosso (CRE-MT), desembargador Luiz Ferreira da Silva, e do coordenador jurídico-administrativo da Corregedoria Regional Eleitoral (CRE-MT), Mauro Sérgio Rodrigues Diogo.

O rezoneamento inclui a redistribuição das zonas eleitorais nos estados, conforme a movimentação do número de eleitores cadastrados em cada zona. Uma equipe do TRE-MT estudou a fundo a questão, sendo que a efetivação do rezoneamento só ocorreu mais tarde.

A Gestão 2013-2015 primou também pela inauguração de alguns cartórios eleitorais, como os de Rondonópolis, Lucas do Rio Verde e Sorriso. Projetos diversos foram desenvolvidos com sucesso, a exemplo do Concurso *Contando Histórias*, Projeto *Projovem Adolescente*, Projeto *EnPrática*, Projeto *Jovem Aprendiz* e o Projeto *Ribeirinho Cidadão*, muitos premiados.

O TRE-MT foi premiado pelo Conselho Nacional de Justiça no cumprimento da Meta 8/2013, em especial pelos serviços: petição eletrônica; certidões processuais; informações do Cadastro Nacional de Eleitores; acompanhamento processual; serviço Disque-Denúncia; prestação de contas eleitorais; Programa Voto Consciente; programa de estágio; pesquisa de jurisprudência e documentação; e sessões plenárias.

A **Gestão seguinte (2015-2017)** foi conduzida pela presidente Maria Helena Gargaglione Póvoas e por Luiz Ferreira da Silva, vice-presidente/corregedor do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso. Um dos pontos de honra da gestão foi o *Recadastramento Eleitoral com Biometria*, cujos resultados foram surpreendentes. Para tornar o recadastramento revestido de maior precisão nas eleições, a presidente do TRE-MT, Maria Helena Gargaglione Póvoas, e a Corregedoria Geral de Justiça e Vice-Presidência, com aquiescência da Associação dos Notários e Registradores (Anoreg/MT), assinaram, no dia 26 de junho de 2015, um convênio que permitiu ao TRE-MT acessar diariamente e *online* dos óbitos registrados nos diversos cartórios extrajudiciais. A partir de então, o TRE-MT garantiu que somente os vivos votassem nas eleições municipais de 2016, mas também contar com economia de papel, visto

que o sistema virtual controlou todo o processo, disponibilizando os dados à Corregedoria Regional Eleitoral (CRE-MT), aos juízes e até mesmo ao cidadão comum.

Outras inovações elogiadas pelo TSE foi o TRE de Mato Grosso ter sido o pioneiro na implantação do *Mural Eletrônico*, a partir de julho de 2014, enquanto importante espaço de divulgação das decisões ligadas às eleições, mecanismo de livre acesso a qualquer cidadão, não havendo necessidade de qualquer tipo de cadastro prévio para poder visualizar e/ou baixar o conteúdo. O Mural Eletrônico substituiu o antigo mural físico, com inúmeros benefícios para a própria Justiça Eleitoral, pois, além dos advogados, candidatos, imprensa e a sociedade em geral não mais precisariam se deslocar até o cartório eleitoral para tomar conhecimento das decisões do juiz, uma vez que elas eram lançadas no Mural Eletrônico em tempo real. Da mesma forma, os jornalistas puderam acompanhar *online* as decisões judiciais de todo o Estado, sem precisar sair da redação.

A Justiça Eleitoral de Mato Grosso deu outro importante passo rumo à evolução do *Processo Judicial Eletrônico (PJE)*, com o lançamento do *Peticionamento Eletrônico* para os processos e recursos encaminhados à segunda instância, ou seja, ao Tribunal Regional Eleitoral. Assim, esse instrumento permitiu o acompanhamento *on-line* dos processos, possibilitando também outro benefício, a ampliação do tempo disponível para o ajuizamento de demandas.

Com o final das eleições, começaram a chegar aos Tribunais Regionais Eleitorais os recursos em processos de prestação de contas, em representações eleitorais e aqueles que dizem respeito às ações de investigação judicial eleitoral. Tanto os candidatos, quanto os advogados e a imprensa puderam acompanhar o andamento de todos os recursos, com comodidade e agilidade, por meio de um aplicativo de celular chamado *JE Processos*. Essa ferramenta foi originalmente desenvolvida pelo TRE de Sergipe e depois absorvida pelo Tribunal Superior Eleitoral para uso nos demais tribunais eleitorais

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso inovou mais uma vez, disponibilizando à sociedade o aplicativo *Caixa 1*, que foi amplamente utilizado por eleitores e candidatos concorrentes, para combater o caixa 2 das campanhas eleitorais, o qual busca garantir o equilíbrio na disputa entre os candidatos e reduzir significativamente a movimentação de recursos de campanha à margem da lei.

No dia 25 de fevereiro de 2016, na gestão da desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas, foi instituída e regulamentada a *Rede Interna de Governança*. Sua criação teve por pressuposto a necessidade de construção de mecanismos de liderança, estratégia e controle aptos a avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, capazes de conduzir as políticas públicas e serviços do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso. Por fim, teve por pressuposto o *Guia de Orientação para Gerenciamento de Riscos Corporativos*, publicado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, em 2007, e o

Referencial Básico de Governança, publicado pelo Tribunal de Contas da União, no ano de 2013.

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso inaugurou, no dia 23 de fevereiro de 2017, um novo *Data Center*, totalmente equipado, com capacidade de armazenamento na ordem de 125 *terabytes*, o suficiente para sustentar dados pelos próximos dez anos, o que inclui a total implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE). Com isso, houve ampliação, em cinco vezes, da capacidade de armazenamento de dados da Justiça Eleitoral de Mato Grosso de até então. Dentre os 27 Tribunais Eleitorais existentes no Brasil, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso obteve o *melhor índice no que se refere ao progresso tecnológico*.

No dia 5 de dezembro de 2016 ocorreu a avaliação do desempenho dos tribunais pelo Conselho Nacional Justiça (CNJ). O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) foi agraciado com o *Selo do Justiça em Números – categoria bronze*, demonstrando o reconhecimento aos tribunais de Justiça que investiram na excelência da produção, gestão, organização e disseminação de suas informações administrativas e processuais.

A gestão do desembargador Márcio Vidal (2017-2019) foi igualmente exitosa, tendo sido desenvolvidas inovadoras ações de relevo, a exemplo daquelas que visaram fortalecer o relacionamento com a sociedade e com as demais instituições públicas, com a criação da *Sala de Imprensa*. A iniciativa é voltada para o relacionamento com o público externo, com destaque para os veículos de comunicação, jornalistas, publicitários, relações-públicas e demais formadores de opinião. Instituída pela Resolução nº 2.082/2017, pelo então presidente, desembargador Márcio Vidal, a Sala de Imprensa implantou uma sistemática de relações públicas no TRE-MT, de modo a realizar discussões com a sociedade sobre temas de interesse público como combate à corrupção, voto consciente, controle social, direitos e deveres dos cidadãos, democracia, regras do processo eleitoral e urna eletrônica, dentre outros.

Os processos administrativos, que até 2017 tramitavam por meio de uma ferramenta eletrônica utilizada desde 2012, passaram, a partir de 43 ações na área tecnológica, a migrar para o *Sistema Eletrônico de Informações (SEI)*, mais moderno, mais eficiente e que permitiu a extração de relatórios e buscas detalhadas. Por ele, as sessões plenárias, conhecidas, passaram a ser transmitidas ao vivo pelo *YouTube*. Da mesma forma foi atualizado o Sistema de Informações de Direitos Políticos (Infodip), que permitiu a transmissão das comunicações de suspensão e/ou restabelecimento de direitos políticos via internet.

Objetivando conhecer as habilidades e saberes de seus colaboradores, para mais bem aproveitá-los em busca da excelência dos resultados organizacionais e na prestação dos serviços públicos, o TRE-MT implantou, por força da Portaria nº 100/2017, a ferramenta de *Gestão de Pessoas, o Banco de Talentos: conhecendo melhor os servidores*, da qual puderam participar todos os servidores da instituição. Semelhante ação foi

elogiada em eventos nacionais, servindo de modelo para outras instituições.

Dentre os 16 projetos selecionados para serem apresentados no *V Fórum de Tecnologia da Informação da Justiça Eleitoral*, transcrito em João Pessoa, teve destaque aquele apresentado pelo TRE-MT, *Gestão de Riscos de TIC*, desenvolvido pelos servidores do TRE-MT Carlos Henrique Cândido e Benedito Antônio da Costa. O Fórum foi uma oportunidade para os participantes buscarem inovações tecnológicas que podem ser objeto de intercâmbio. Trata-se de projetos de TI que seguem padrões mínimos para a manutenção de modelos físicos e lógicos entre os parques computacionais.

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, desembargador Márcio Vidal, apresentou, no dia 6 de outubro de 2017, no *71º Encontro dos Presidentes dos TRE's*, um projeto inédito no país, desenvolvido pelo TRE-MT. Trata-se do *Soberania Popular*, um aplicativo que aproxima e busca fazer a interação entre o eleitor e a instituição, oferecendo ao eleitor melhores e mais amplas condições para interagir nos processos eleitorais do seu município, estado e do país.

Além do prosseguimento dos Programa *Aprendiz Legal* e do *Cidadania em Debate*, o TRE-MT investiu no aperfeiçoamento das *Eleições nas Áreas Indígenas – Diálogos da Cidadania*, aproximação que visa tratar igualmente todos os segmentos.

Foi também na gestão do TRE-MT 2017-2019 inaugurada a *Galeria dos Corregedores*, compondo o corolário de homenagens àqueles que, ao lado do presidente, na condição de vice-presidentes e corregedores, desenvolvem importantes ações.

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso recebeu o *Selo Justiça em Números na Categoria Prata*, durante o *XI Encontro Nacional do Poder Judiciário*, realizado em Brasília nos dias 20 e 21 de novembro de 2017. Isso se deu em reconhecimento à sua evolução na gestão da informação, no cumprimento de normas de transparência e, em especial, no fornecimento de informações estatísticas processuais que compõem o anuário *Justiça em Números*.

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, desembargador Márcio Vidal, foi eleito *presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil (Coptrel)*. A eleição aconteceu durante reunião realizada no dia 15 de dezembro de 2017, no Rio de Janeiro.

Na **Gestão 2019-2021**, o presidente do TRE-MT, desembargador Gilberto Giraldelelli, ao final do biênio, concebeu três pilares de sustentação: o pilar político, o administrativo e o jurisdicional. Os três apresentaram grandes desafios, mas foram plenamente superados.

A Justiça Eleitoral de Mato Grosso sempre investiu em ações voltadas ao zelo e promoção do bem-estar físico e mental/psíquico e à qualidade de vida de seus servidores. No entanto, quando ocorreu o pico da *pandemia do coronavírus (Covid-19)*, especialmente nos anos, principalmente em 2020 e 2021, essa área passou a receber uma atenção ainda maior e iniciativas inovadoras foram implementadas.

O isolamento foi uma forma inicial de conter a disseminação do vírus e seu contágio. Trabalhando remotamente, numa experiência até então inédita, os servidores e juizes, com o efetivo apoio da área tecnológica do TRE-MT, venceu essa fase de forma bastante positiva, na opinião do presidente Giraldelelli: “Nossa força laboral não mediu esforços para que todas as ações fossem julgadas de forma rápida e imparcial, garantindo à sociedade respostas adequadas e suficientes aos problemas apresentados para o exercício do poder legitimamente escolhido”.

Também teve reflexo direto na Gestão dos Processos a atuação do *Comitê Estratégico de Gestão Judiciária (Cejud)*, que acompanhou diuturnamente todo o processo, emitindo relatórios semanais de produtividade; também foram adotadas reuniões mensais de acompanhamento e avaliação dos dados referentes aos julgamentos no 1º e 2º graus de jurisdição e foram propostas ações específicas à administração do Tribunal como forma de garantir o bom desempenho histórico no cumprimento das metas.

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) se manteve atento e engajado na luta contra a proliferação da *Covid-19*. O atendimento ao eleitor foi realizado em ambiente virtual, porém ações preparatórias para o retorno às atividades presenciais estavam, em 2021, sendo preparadas, a exemplo do *Vacinômetro da Justiça Eleitoral*, ferramenta desenvolvida pela Secretaria de Gestão de Pessoas, que monitorou a vacinação de todo o corpo laboral, estimulando aqueles que ainda não haviam tomado a vacina ou estavam atrasados no cronograma vacinal. Ciente de que o cenário vivenciado pela pandemia, somado à adaptação ao trabalho remoto teriam reflexo no psíquico/emocional dos servidores, o Tribunal Regional de Mato Grosso investiu no *Plantão Psicológico online*, como forma de ofertar acolhimento e a orientação necessária àqueles que tinham alguma necessidade de apoio psicológico.

Na *Semana da Saúde* foram ofertadas Terapias Fisioterápicas: *Quick* Massagem, liberação miofascial, auriculoterapia e reflexologia podal. Também foram realizadas oficinas sobre comunicação não violenta e alimentação saudável. E ainda aconteceu um painel de discussão sobre *Saúde mental, assédio moral, relações no ambiente de trabalho e comunicação saudável*. Até mesmo um ponto de orientação ergonômica foi montado no pavimento térreo da sede do TRE-MT e os participantes assistiram à palestra *Saúde Mental dos Universitários*. Ao final do mesmo ano foi implementado o *Diálogo da Saúde*, com discussão de temas relevantes na área.

Ao final do ciclo viral, a Justiça Eleitoral de Mato Grosso iniciou a *doação* de parte dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) que não foram utilizados nas Eleições Municipais 2020 e na Suplementar de Senador. Os EPI's foram doados a outros órgãos públicos municipais ou estaduais que atuam diretamente no combate à *Covid-19*. A doação foi autorizada pelo presidente do TRE, desembargador Gilberto Giraldelelli, que delegou a cada juiz eleitoral a competência para gerenciar a doação, compreendendo a contabilização e seleção

dos itens a serem doados, a escolha do donatário e, depois, a consolidação da pactuação do Termo de Doação.

Quanto às inovações das eleições de 2020, o TRE-MT implantou o Projeto *Democracia Digital – Eleições 2020*. Trata-se da realização de um *talk show* e oficina virtual de combate à desinformação, com foco nas Eleições 2020. Na concepção do diretor geral do TRE-MT, Mauro Sérgio Rodrigues Diogo, “acreditamos que este será um dos maiores eventos de debate sobre as *fake news* já realizado, de suma importância para os profissionais da imprensa. Serão demonstrados mecanismos utilizados internacionalmente para verificar a veracidade de informações, sempre com foco nos assuntos eleitorais. Cada cidadão tem o dever de combater a desinformação, porém os comunicadores têm uma obrigação legal e moral muito maior de não propagarem notícias falsas”.

Além disso, a Justiça Eleitoral de Mato Grosso garantiu a segurança das urnas eletrônicas, assim como a divulgação plena sobre esse mecanismo ao eleitor. A Corregedoria Regional Eleitoral, responsável por acompanhar e orientar as 57 zonas eleitorais de Mato Grosso, investiu em ações para reduzir a zero o estoque de processos físicos em trâmite na primeira instância da Justiça Eleitoral. A missão “*Estoque Zero*” foi lançada em maio de 2019 e em pouco tempo já trouxe resultados significativos. Em apenas 90 dias, o número de processos pendentes de decisão nos cartórios eleitorais foi reduzido, de 3.041, para 2.003.

Outro momento inédito ocorreu nas Eleições de 2020: a realização de *eleições suplementares para o Senado da República*. O TRE-MT foi responsável pelo comando deste processo inovador, com a junção das eleições municipais com a suplementar, em meio a uma série de medidas de biossegurança, o que ocorreu no dia 15 de novembro de 2020.

Outro programa exitoso foi a *Academia de Liderança: “Programa de Educação Corporativa para Formação e Treinamento de Líderes”*, cujo objetivo foi o de aperfeiçoar as competências, habilidades e atitudes necessárias à boa liderança organizacional e a melhoria do desempenho; habilitar os servidores a exercer a liderança em diferentes contextos e posições, facilitando o processo sucessório; melhorar o alinhamento da liderança organizacional com a estratégia do órgão; fomentar a sinergia e o aprendizado organizacional a partir de contextos e cenários reais; valorizar o uso da instrutória interna. Foram abordados temas como: Inovação, Criatividade e *Design Thinking*, Gestão de Pessoas, Gestão de Contratos, Ética, Sustentabilidade, Governança, Gestão de Riscos, Gestão por Processos, e Planejamento Estratégico.

No 75º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais foi realizado de 28 a 30 de março de 2019 no município de Poconé-MT, um ponto alto destacado pelo TRE-MT, foi a inovadora experiência de instalação de *Usina Fotovoltaica*, construída pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), utilizando-se da experiência já desenvolvida nos estados do Paraná e Amapá, além do Tribunal de Contas da União, e modelar para o restante do país. Com

isso, ocorreu uma expressiva redução dos gastos com energia, além de assegurar uma melhor qualidade ambiental.

Com tantas inovações, o TRE-MT conquistou, em 2019, o Selo Prata e em 2020 o *Prêmio CNJ de Qualidade – Selo Ouro*. A premiação busca atuar em benefício da excelência na gestão e no planejamento das atividades, na organização administrativa e judiciária e na sistematização e disseminação de informações e produtividade.

Outros projetos implementados *Projeto SoleTRE*, iniciando alunos na alfabetização e também fazendo atendimento individualizado na área da saúde. Já com o *Projeto JUVA (Jovens Unidos pela Vida na Amazônia)*, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), em parceria com a Prefeitura Municipal de Cuiabá e Unicef, ofereceu qualificação a 20 jovens quanto à sistêmica do processo eleitoral, tendo sido indicados pelos Centros de Referência de Assistência Social da capital, e responsáveis pela multiplicação desses conhecimentos pelos bairros e comunidades.

No dia 24 de fevereiro de 2022, o TRE-MT não deixou de comemorar os *90 anos da Justiça Eleitoral brasileira*, sendo que o mesmo Regional programou a comemoração também do seu nonagésimo aniversário de uma atuação marcada na garantia da legitimidade de todo o processo eleitoral, assegurando os fundamentos constitucionais da soberania popular e da cidadania. Sua criação remete à publicação do primeiro Código Eleitoral do país, em 24 de fevereiro de 1932. Esse documento inaugural apresentou importantes avanços para a democracia brasileira, criando uma Justiça Especializada responsável pelos trabalhos eleitorais no país e dando origem ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A **Gestão Carlos Alberto Alves da Rocha (2021-2023)** foi dinâmica, tendo em vista os inúmeros desafios apresentados, porém, todos superados exitosamente. Visando zerar os processos eleitorais antes de outubro de 2020, implantou-se o projeto *Pauta Limpa 2022*, aprovado pelo TRE-MT no dia 22 de junho de 2021. Esse procedimento foi observado pelo Tribunal e pelas 57 zonas eleitorais, envolvendo processos de prestação de contas e aqueles que podem implicar em não diplomação, perda de mandato eletivo ou em qualquer causa de inelegibilidade. Na avaliação do presidente do TRE-MT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, “é comum ouvirmos questionamentos dos cidadãos quanto à demora para a finalização de um processo. No entanto, a sociedade precisa compreender que isso não é reflexo da nossa atuação. A Justiça Eleitoral tem sido enérgica, célere no julgamento dos processos, mas existe uma infinidade de recursos previstos em lei, os quais não foram criados por nós e que devem ser observados. Mas é lógico que podemos avançar na prestação jurisdicional. A sociedade cobra e nós temos de dar essa resposta rápida. O *Pauta Limpa* serve exatamente para isso. Queremos avançar no julgamento dos processos objetivando ter um estoque diminuto ano que vem, quando teremos as Eleições Gerais”.

Outra importante ação foi o Compartilhamento de Imóveis entre órgãos públicos resultando em economia de recursos públicos e garante aos cidadãos, que no mesmo local, tenham acesso a serviços de instituições diversas. Ciente desses benefícios, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) investiu no compartilhamento de imóveis, sendo pioneiro no Estado nessa iniciativa e figurando em 1º lugar em Mato Grosso no Projeto Racionaliza, de autoria do Ministério da Economia e que preconiza a ocupação otimizada e compartilhada de imóveis de uso especial da União, objetivando a aplicação dos princípios de racionalidade, economia e eficiência.

A Gestão 2021-2023 ainda sofreu os efeitos finais da pandemia de Covid-19, que impuseram mudança na rotina de trabalho e convivência. Para isso, foi montada uma programação especial “Estratégias de adaptação psicológica em meio a pandemia”, bate-papo *online*, ocorrido em 22 de setembro de 2021, com a participação de servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT). Essa ação buscou dar apoio aos servidores na superação da fase final da epidemia.

Esse momento excepcional e inédito obrigou a adoção, pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), do regime de trabalho remoto enquanto medida de prevenção à transmissão do coronavírus. Numa primeira impressão, pode-se, erroneamente, supor que os resultados administrativos do TRE-MT teriam sofrido expressiva diminuição. Ao contrário, a adoção do trabalho remoto refletiu positivamente na produtividade desde o primeiro ano da pandemia, em 2020, quando novos procedimentos metodológicos foram adotados e paulatinamente aperfeiçoados. Na avaliação do presidente do TRE-MT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, os números demonstram que o órgão conseguiu se adaptar à nova forma de trabalho: “Em meio a tantas mudanças e, concomitantemente, diante das dificuldades pessoais enfrentadas nesse momento de pandemia, podemos dizer que superamos mais esse desafio. A Justiça Eleitoral não pode parar, não parou, e continuou fazendo seu trabalho com todos os cuidados necessários para evitar a disseminação do vírus”.

Considerando que as Eleições 2022 exigiriam muito esforço na garantia do processo democrático, o TRE-MT foi muito zeloso na conferência e lacre de todas as urnas eletrônicas, assim como seguiu todo o processo eleitoral, primeiro e segundo turnos.

Um esforço especial foi implementado no aumento dos eleitores, que, no período de 12 meses, entre janeiro de 2021 e janeiro de 2022, passou de 2.210.306 para 2.248.137, o que representa um aumento de aproximadamente 1,7%. Já o total de eleitores de todo o Brasil subiu de 145.944.047 para 147.151.416, ou seja, variação de 0,82%.

Outra preocupação foi com a capacitação continuada dos servidores do Tribunal. Faltando 33 dias para as Eleições 2022, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), por iniciativa coordenada pela Secretaria de Gestão de Pessoas

(SGP), foram reunidos 103 servidores efetivos que trabalhavam nos cartórios eleitorais em encontro preparatório ao pleito. Na ocasião, foram abordados assuntos como segurança do processo eleitoral, auditoria da votação eletrônica, urnas e sistemas eleitorais, e o encontro também viabilizou a realização de exames médicos e consulta psicológica, por meio da equipe da Coordenadoria de Assistência Médica e Social (CAMS). O evento teve início em 29 de agosto e seguiu até o dia 31.

Para estimular os servidores e juízes frente a tantas inovações, a Justiça Eleitoral de Mato Grosso implementou o workshop *Gente que Move – Juntos pela Democracia*, promovido no dia 8 de dezembro de 2022, no Plenário do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT). O evento contou com a participação de 280 pessoas, dentre magistrados (as) e servidores (as) da Justiça Eleitoral de Mato Grosso. Além do formato presencial, o *workshop* foi transmitido pela plataforma *Zoom*, com acesso aos cartórios eleitorais.

Nas eleições gerais de 2022 em Mato Grosso, uma equipe do Tribunal de Contas da União acompanhou presencialmente a votação em duas seções eleitorais. Trata-se de uma auditoria integrada que ocorreu em todos os estados para avaliar a segurança, confiabilidade e auditabilidade da votação eletrônica brasileira

A inclusão de novos segmentos sociais nas Eleições 2022 foi uma das metas do TRE-MT, pois, o processo eleitoral para ser democrático deve incluir todos os cidadãos brasileiros, e a instituição vem, ao longo de sua trajetória, procedendo a essa prática; também houve o atendimento à *Comunidade Quilombola de Mata Cavalu*, localizada em Nossa Senhora do Livramento, visto ser composta por seis comunidades quilombolas com pleno acesso aos serviços da Justiça Eleitoral Móvel (JEM), em 2022. Um ônibus do TRE-MT esteve na Escola Estadual Tereza Conceição Arruda, que é o mais concorrido local de votação rural da 20ª Zona Eleitoral de Várzea Grande, com um total de 775 eleitores. O diretor-geral do TRE-MT, Mauro Sérgio Rodrigues Diogo, que esteve na comunidade, explicou que o ônibus é uma forma de levar atendimento aos que mais precisam: “É muito satisfatório ver a Justiça Eleitoral Móvel chegar a uma comunidade que é mais afastada de um cartório eleitoral, facilitando o acesso. Essa é uma comunidade muito tradicional e com uma história muito rica, por isso estamos muito felizes de proporcionar esses serviços”.

O segmento Indígena também foi contemplado com o Projeto *Democracia Multilíngue*, aplicado à primeira aldeia Wazare, em Campo Novo do Parecis, e incluiu a entrega de uma cartilha editada nos idiomas português e paresí (parecí). A iniciativa, que contemplou indígenas da etnia Halíti-Paresí, tanto da Aldeia Wazare quanto de aldeias do entorno, foi idealizada pela Corregedoria Regional Eleitoral (CRE-MT) e contou com o apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Polícia Federal. A corregedora, desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho, fez questão de aclarar a meta do projeto: “Nossa intenção foi ampliar ainda mais a demonstração da importância do voto para alcançarmos a democracia plena.

Esta cartilha é fruto de um trabalho conjunto, que contou, inclusive, com a tradução do idioma por eles. Nós fomos muito bem acolhidos pela comunidade indígena e a Justiça Eleitoral também está de portas abertas a todos os cidadãos”.

O projeto inclusivo contemplou os eleitores portadores de necessidades especiais. Assim, o TRE-MT capacitou e treinou 35 eleitores deficientes visuais na utilização das urnas eletrônicas, que foram preparadas para atender a pessoas com deficiência visual. Além do sistema braile e da identificação da tecla número cinco nos teclados, os tribunais eleitorais disponibilizaram fones de ouvido nas seções com acessibilidade e naquelas onde houver solicitação específica, para que o eleitor cego ou com deficiência visual receba sinais sonoros com indicação do número escolhido e retorno do nome do candidato em voz sintetizada. Mas não somente os cegos, mas também os integrantes da Federação Desportiva de Surdos (FDS-MT), no dia 17 de setembro de 2022. O grupo conheceu o Memorial da Justiça Eleitoral Mato-grossense, o depósito de urnas e pôde tirar dúvidas, após votação simulada em urna eletrônica. Além disso, os deficientes auditivos elencaram algumas dificuldades encontradas no acesso aos serviços, como a utilização do avatar (uma espécie de boneco em 3D) que, segundo eles, já não é o mais adequado. A visita contou com o auxílio de dois intérpretes e com a participação da representante da Comissão de Acessibilidade e Inclusão do TRE-MT Héli da Vilela de Oliveira. Além disso, o TRE-MT lançou mão da inteligência artificial chamada de *Rybená*, capaz de promover a inclusão digital e social de pessoas com deficiência auditiva ou visual (total ou parcial), com síndrome de Down, com baixo letramento, idosos e disléxicos, dentre outros.

A partir de 1º de janeiro de 2022, todas as sessões plenárias do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) passaram a ter tradução simultânea em *Língua Brasileira de Sinais* (Libras). A presença de um intérprete para atuar nas sessões foi possível por meio de aditivo a um termo de cooperação firmado com a Secretaria de Estado de Educação (Seduc-MT).

A primeira sessão plenária de 2022 já contou com a transmissão em Libras, e foi transmitida em formato virtual, pelo canal do TRE-MT no *YouTube*. Estava programado que, a partir de fevereiro, todas as sessões contariam com o apoio em Libras.

Para as Eleições 2022 a Justiça Eleitoral de Mato Grosso contou com o apoio das instituições municipais e estaduais no que tange à garantia da segurança no pleito, não deixando de ser beneficiado com o trabalho voluntário dos *mesários*.

O atendimento presencial se deu com recurso de ônibus da Justiça Eleitoral Móvel (JEM), que circulou em diversos bairros da capital e de Várzea Grande.

Projetos de aproximação com a população jovem, a exemplo da *Semana Jovem Eleitor: Eu Voto. Eu Faço a Diferença*, visou estimular os jovens, entre de 16 e 17 anos, a se inscrever e votar, adotando o slogan “*Eu voto. Eu faço a diferença*”,

pois o alistamento eleitoral é obrigatório para maiores de 18 anos, mas, para os de 16 e 17 anos, ele é facultativo. Na concepção do presidente do TRE-MT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha: “Nos depoimentos que iremos veicular é perceptível que nossos jovens podem participar de forma mais efetiva da política e interferir no destino do país e muitos querem isso. Com tantas ferramentas tecnológicas disponíveis hoje, eles têm acesso às informações que precisam para pesquisar os projetos, a vida profissional de cada candidato, se cumpriu o que prometeu nos mandatos anteriores e votar com responsabilidade. Essa, sem dúvida, é a melhor forma de exercer a cidadania e combater a corrupção”.

Mulheres que ajudam mulheres e fazem valer seus direitos políticos, recusando-se a participar como candidatas “laranja”, foram alguns dos caminhos apresentados durante a *live “Perspectivas e desafios da participação feminina na política”*, promovida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), no dia 27 de maio de 2022. A questão das cotas para o segmento feminino já fora motivo de muita discussão, mesmo que o tema não tenha merecido unanimidade. Interessante posicionamento foi oferecido pela desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas, em evento promovido pela OAB, quando a mesma presidia o TRE-MT. Em 2016, a desembargadora Maria Helena já discordava das cotas para mulheres na política, e se posicionou com conhecimento de causa, visto estar à frente do Tribunal Regional Eleitoral.

A aproximação, capacitação e treinamento dos partidos políticos foram outras metas importantes, seja no esclarecimento quanto às resoluções aplicáveis; ata do partido/coligação; Sistema de Candidaturas (Candex); principais requisitos para o registro; filiação partidária; quitação eleitoral; verificação da situação do candidato no site do TRE/MT; documentação; links úteis; comunicações e intimações; mural eletrônico e acompanhamento processual.

Decidir se candidatar, pensar em propostas, fazer campanha, votar e aguardar ansiosamente os resultados da votação, são fases do processo eleitoral que os estudantes do Colégio Adventista do CPA, em Cuiabá, tiveram a oportunidade de vivenciar. Para completar a trajetória, dez estudantes foram diplomados nos cargos para os quais foram eleitos, no dia 25 de novembro de 2022, em cerimônia simbólica realizada pela Justiça Eleitoral Mato-grossense (TRE-MT).

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) e o Grupo Bom Futuro firmaram, no dia 4 de abril de 2022, uma parceria para oferecer qualificação profissional, por intermédio do programa de inserção de jovens aprendizes do Ministério do Trabalho e Previdência. Por meio do acordo, foram cedidos pela empresa cinco aprendizes para realizarem as atividades práticas no Tribunal.

Com o intuito de ampliar os canais de comunicação com a sociedade, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso disponibilizou, no dia 1º de junho 2022, o *link Fale com o Presidente*, podendo o cidadão entrar diretamente em contato com

o gestor maior do TRE-MT, desembargados Carlos Alberto Alves da Rocha. Esse mecanismo possibilita não só o diálogo, mas também a apresentação de críticas, sugestões e elogios, além de obter orientações e dirimir dúvidas. O acesso se dá através do *e-mail: falecompresidente@tre-mt.jus.br*.

As novas tecnologias no âmbito judicial, eleitoral e administrativo redundaram na parceria firmada entre o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MT) e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), por meio do Instituto de Computação (IC). A ideia é que os estudantes de pós-graduação da instituição contribuam com projetos inovadores na área de Ciência de Dados, sob a coordenação dos professores. O protocolo de intenção foi firmado durante reunião realizada no dia 4 de novembro. O projeto foi estruturado pelo juiz-membro do TRE-MT, Luiz Octavio de Oliveira Saboia Ribeiro, cuja ideia surgiu a partir de experiências exitosas em diversos tribunais, com destaque para a Corte do Rio Grande do Norte.

Além da eficiência na organização e realização das eleições, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) conseguiu se tornar o Tribunal mais transparente do país. Foi o que demonstrou o *Ranking Nacional da Transparência do Poder Judiciário 2022*, disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça, no dia 1º de setembro de 2022. O Ranking avaliou 93 tribunais brasileiros nos segmentos: Conselho, Estadual, Federal, Eleitoral, do Trabalho, Militar e Superior.

O Conselho Nacional de Justiça busca, com a instituição do Prêmio de Qualidade, atuar em benefício da excelência na gestão e no planejamento das atividades, na organização administrativa e judiciária e na sistematização e disseminação de informações e produtividade. Os tribunais são premiados em três modalidades: Diamante, Ouro e Prata, considerando-se cada segmento separadamente (Tribunais Superiores, Justiça Federal, Justiça Estadual, Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral e Justiça Militar).

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) conquistou o *Selo Diamante* no Prêmio de *Qualidade 2022* do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O TRE-MT também ficou em 4º no *ranking* entre os tribunais de todos os segmentos do Brasil. A divulgação dos vencedores ocorreu durante o 16º Encontro Nacional do Poder Judiciário, transcorrido no dia 22 de novembro de 2022, em Brasília (DF).

A segunda parte desta obra foi dedicada à abordagem de alguns temas que se mostraram prioritários: *Preservando e Divulgando a Memória da Justiça Eleitoral de Mato Grosso, Biblioteca do TRE-MT, Escola Judiciária Eleitoral, Evolução Tecnológica TRE-MT Pós-2012 e Evolução da Urna Eletrônica*.

O gesto do Pleno do TRE-MT e especialmente o empenho do atual presidente, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, na edição do livro complementar alusivo aos 90 anos do TRE-MT, demonstram a relevância de se manter atualizada a trajetória da Justiça Eleitoral brasileira e mato-grossense no emolduramento da face desta Justiça Especial de nosso país.

Gestão Juvenal Pereira da Silva (2013-2015)



Desembargador Juvenal Pereira da Silva

Dados biográficos

O desembargador Juvenal Pereira da Silva nasceu no município de Poxoréu-MT a 16 de julho de 1951. Graduiu-se em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso, em 1978. Especialista em Direito Penal e Processo Penal, pela Universidade Estácio de Sá (Rio de Janeiro). MBA em Poder Judiciário, pela Fundação Getulio Vargas (RJ).

Ingressou na magistratura em 1984, tendo jurisdicionado nas comarcas de Poxoréu, onde também atuou como juiz eleitoral, em 1984 e 1985; Rondonópolis, com promoção por merecimento de 1986 a 1991, onde acumulou as funções de juiz eleitoral; de Cuiabá, de 1991 a 1992, na 7ª Vara Criminal, e de 1993 a 2006 na 13ª Vara Cível. O desembargador Juvenal Pereira da Silva também trabalhou como juiz eleitoral da 56ª Zona Eleitoral de Cuiabá, de 1994 a 1998.

Acumulou, ainda, experiência como juiz auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça, entre 1992 e 1994; juiz convocado para compor a Primeira Câmara Criminal e a Turma de Câmaras Criminais Reunidas do Tribunal de Justiça; juiz convocado para compor a 1ª e 2ª Câmaras Cíveis e a Turma de Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça (1998-2000); juiz auxiliar da Comissão de Concursos da Magistratura; e juiz membro do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, como corregedor substituto (2009-2010). É membro da Comissão de Planejamento Estratégico do Poder Judiciário Estadual e presidente da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça. Exerceu a função de vice-presidente do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso entre março de 2011 e março de 2013 e foi membro consultivo da Escola Superior da Magistratura estadual (biênio 2013/2015).

Foi eleito para presidente do TRE-MT por aclamação do Pleno, a 17 de janeiro de 2013, tendo tomado oficialmente posse no dia 15 de abril do mesmo ano. Essa foi a primeira vez que a Justiça Eleitoral de Mato Grosso implantou a transição entre gestões com antecedência mínima de 60 dias. A medida atende à Resolução 95/2009 do Conselho Nacional de Justiça e ao Regimento Interno do TRE-MT, reformulado no ano de 2012. (RELATÓRIO, 2023).

Discurso de posse

Recebam também meus cumprimentos demais autoridades civis, militares, eclesiásticas, dirigentes de clubes de serviços, Associação Maçônica, órgãos de imprensa, servidores, meus senhores, minhas senhoras, ilustríssimos convidados.

Permitam-me iniciar minha oração pelos agradecimentos pelas dádivas recebidas.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por me conceder a vida; à minha mãe por me dar à luz; aos meus mestres pelo saber e ao meu pai, *in memoriam*, homem não letrado, mas de vasta cultura e conhecimento adquiridos na escola do mundo, sem os quais não seria possível vivenciar este momento histórico em minha vida, que desejo eternizar pela luta em benefício do povo.

Agradeço à minha mulher Sirlei, pelo apoio, compreensão e o especial carinho; aos meus filhos, irmãos, genros, cunhados e netos, pessoas que tanto estimo e me estimulam para prosseguir em minha caminhada;

Agradeço aos meus insignes pares por me indicarem e a eminente desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas, para integrarmos a Justiça Eleitoral e aos Membros desta Corte pela deferência e confiança para presidir este Regional.

Desembargador Rui Ramos Ribeiro, Vossa Excelência receba nosso reconhecimento pelo brilhante e hercúleo trabalho empreendido para resgatar a nau que estava a navegar em águas revoltas e hoje assumirmos o timão dessa embarcação Justiça Eleitoral Mato-grossense navegando em águas tranquilas. Certamente, contou Vossa Excelência com a serenidade e sabedoria do desembargador Gerson Ferreira Paes, bem assim, demais membros desta Corte pelo alvissareiro sucesso até aqui conquistado.

Não posso deixar de destacar dentre outras facetas que possui Vossa Excelência o espírito público e cooperador ao aceitar convite da eminente vice-presidente e corregedora e meu, para abrir esta solene sessão, como presidente de hon-

ra, evidentemente, com a anuência do insigne desembargador João Ferreira Filho, que pela ordem regimental é quem deveria fazer as honras da casa.

Desembargador João Ferreira Filho, Vossa Excelência, por compreender e compartilhar da nossa pretensão e com certeza de todos os membros desta Corte, desta singela forma de merecida homenagem ao desembargador Rui Ramos Ribeiro solidifica nosso mais elevado respeito que temos por Vossa Excelência, como cidadão, magistrado e colega; homem desprendido de vaidade como o é desembargador Rui, que só aceitou este encargo por muita e muita insistência nossa.

Essa homenagem que nos permitiu prestar, nos dar a honra de termos nossos termos de posse assinado por dois impositos homens públicos.

Excelências, Senhoras e Senhores, aceitem minhas escusas se perceberem em algum momento minha voz embargar. Confesso que tal demonstração de sentimento não é decorrente de um orgulho mal direcionado por ter assumido cargo de relevância, mesmo sabendo ser uma honra de primeira ordem e mérito, mas por consciência da responsabilidade que tenho de, doravante, continuar evitando marés altas, escolhendo rotas seguras e do compromisso com nossos clientes eleitores, candidatos, partidos políticos. Em resumo, o povo que espera seja a Justiça Eleitoral transparente como água da fonte, remédio eficaz a debelar o mal da política e célere como flecha para atingir o alvo, que é o de assegurar cidadania, garantir ao eleitor o livre exercício do direito de escolher seu representante e de consolidar o Estado Democrático de Direito.

Para a concretização de tais anseios sociais iremos combater incansavelmente a corrupção eleitoral, o caixa ilegal de campanha, a improbidade eleitoral. Ainda, estaremos atentos e vigilantes à propaganda eleitoral intempestiva e irregular.

Nesse mister, não temam, senhores, pela certeza que desenvolveremos uma fiscalização pautada nos parâmetros da legalidade, de forma a não ferir a liberdade de expressão, mola mestra da Democracia.

Todavia, não é demais destacar que nada terá efeito se o povo não se conscientizar ser ele o instrumento de maior relevância no cenário político-eleitoral, de garantia da democracia e bem-estar social e que a Justiça Eleitoral é a legitimadora do poder que é dele – eleitor – que apenas o transfere àquele que escolhe nas urnas para representá-lo.

O povo precisa entender que o voto é a arma que possui para evitar o desmando social. O grande estadista Abraham Lincoln afirmou “*Um boletim de voto tem mais força que um tiro de espingarda!*” Esta a pura verdade, o voto consciente expurga do meio político, sem o uso da força bruta, aqueles que se utilizam do mandato para benefício próprio, traindo a confiança dos eleitores. As urnas sempre falarão mais alto, sempre será a resposta de um povo cada vez mais politizado e culto!

E, a dar guarida a esse exercício de cidadania, estará este Tribunal Regional Eleitoral sempre na retaguarda, capitanea-

do pelos seus diversos dirigentes e membros, irmanados pelos valorosos servidores que estão incansavelmente impulsionando os trabalhos de vanguarda no processo eleitoral.

Próprias e oportunas são as palavras do douto desembargador Marcelo Albelha Rodrigues, quando assumiu a Presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, ao enfatizar:

[...] É aqui, portanto, a casa onde ecoa, de forma mais próxima, o som resultante do exercício da democracia no nosso país. Não há, portanto, outra justiça que esteja mais perto da democracia popular, tal como se encontra a Justiça Eleitoral. Por isso tranquilidade e segurança que a Justiça Eleitoral é um prius em relação à discussão – em voga na atualidade – sobre a judicialização das políticas públicas, qual seja, o alcance e os limites da atuação do Poder Judiciário sobre as funções do Executivo e do Legislativo. É que a Justiça Eleitoral antecede isso tudo, pois todos estes “problemas e discussões” são posteriores aos processos eleitorais, já que é aqui nesta justiça que se resguarda a legitimidade do processo eleitoral, e, portanto, a idoneidade da transferência desse poder que emana do povo ao representante escolhido nas urnas. Todas as funções da Justiça Eleitoral estão voltadas e comprometidas com a ratificação da democracia do nosso país, não sendo exagero algum dizer que ela se situa no âmago, na essência, na alma do processo democrático de delegação do poder do povo para os seus representantes escolhidos pelo sufrágio popular.

Não é demais ratificar que a justiça eleitoral funciona como um filtro preventivo – e neste particular impeditivo – de muitas, e futuras, ações de improbidade administrativa contra agentes políticos, ações de crime de responsabilidade, ações civis públicas que visem implementar políticas públicas. Tudo isso porque um processo eleitoral ilegítimo, e sem respeito ao devido processo legal, fatalmente culminará na ebulição de lides dessa estirpe. Assim, a Justiça Eleitoral se põe como a primeira peneira impeditiva de um processo democrático ilegítimo e ofensivo à democracia.

Valho-me desta oportunidade, sem a menor pretensão de ser moralista, para rogar ao cidadão mato-grossense que não utilize de sua poderosa arma – que é o poder de escolher seu representante – votando em candidatos sem comprometimento com seu semelhante e com a coisa pública, pena de marcharmos a passos de ganso para a miséria política, social, ética e moral.

Trago à reflexão memoráveis palavras do brilhante Charles Chaplin em “*O último discurso*”, no filme “*O Ditador*”:

[...] Estás em vós! Vós, o povo, tendes – o poder de criar máquinas. O poder de criar felicidade! Vós, o povo, tendes o poder de tornar esta vida livre e bela... de fazer uma aventura maravilhosa. Portanto, em nome da democracia – usemos desse poder, unamo-nos todos nós, lutemos por um mundo

novo... um mundo que a todos assegure o ensejo do trabalho; que dê futuro à mocidade e segurança à velhice.

É pela promessa de tais coisas que desalmados têm subido ao poder. Mas só mistificam, não cumprem o que prometem. Jamais cumpriram! Os ditadores liberam-se, porém, escravizam o povo.... Lutemos por um mundo de razão, um mundo que a ciência e progresso conduzam à ventura de todos nos.

Meus senhores, minhas senhoras,

Este é um momento de reflexão... cabe a cada cidadão entender o seu papel de coautor na construção de uma sociedade melhor, mais justa, mais humana. Quem viveu... e sobreviveu ... às eras ditatoriais sabe – muitas vezes por ter sentido na pele – o que é estar atado aos grilhões da falta de liberdade de expressão. A Democracia que hoje é vivenciada foi conquistada com sangue, suor e lágrimas...

Não podemos – nós agentes públicos e vós cidadãos – abdicar de nossos direitos e principalmente de nossas obrigações

em sermos mantenedores de tal liberdade de pensamento e de exercício de cidadania. Mais do que isso, somos convocados a fortalecer as bases democráticas.

A despeito de ser conhecido e que é incansavelmente citado em momentos como este, peço vênias de não abrir mão e aqui reescrever o pensamento de Winston Churchill: “Ninguém pretende que a democracia seja perfeita ou sem defeito. Tem-se dito que a democracia é a pior forma de governo, salvo todas as demais formas que têm sido experimentadas de tempos em tempos... Ainda que com seus defeitos, a Democracia ainda é o melhor caminho”... Com os olhos voltados ao túnel do tempo reafirmo: apenas aqueles que provaram a ditadura entendem a profundidade desta afirmação. E esta Instituição – que com um misto de orgulho e humildade assumo – e, no que depender de meus esforços, sempre será a garantidora dos direitos e garantias individuais e guardiã do Estado Democrático de Direito. Muito obrigado!

Composição do Pleno

TRIBUNAL PLENO – BIÊNIO 2013-2015 – JUVENAL PEREIRA DA SILVA

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|---|--|---------------------|------------|------------|
| Presidente | Juvenal Pereira da Silva | Desembargador | 15/4/2013 | 14/4/2015 |
| Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral | Maria Helena Gargaglione Póvoas | Desembargador | 15/4/2013 | 14/4/2015 |
| Juiz-Membro Titular | Pedro Francisco da Silva | Juiz Federal | 15/8/2013 | 14/8/2015 |
| Juiz-Membro Titular | Rodrigo Navarro de Oliveira | Juiz Federal | 15/8/2011 | 14/8/2013 |
| Juiz-Membro Titular | Lídio Modesto da Silva Filho | Juiz de Direito | 27/3/2014 | 26/3/2016 |
| Juiz-Membro Titular | Agamenon Alcântara Moreno Júnior | Juiz de Direito | 10/10/2013 | 9/10/2015 |
| Juiz-Membro Titular | Francisco Alexandre Ferreira Mendes Neto | Juiz de Direito | 26/3/2012 | 25/3/2014 |
| Juiz-Membro Titular | Sebastião de Arruda Almeida | Juiz de Direito | 24/9/2011 | 23/9/2013 |
| Juiz-Membro Titular | Flavio Alexandre Martins Bertin | Jurista | 12/12/2014 | 12/12/2016 |
| Juiz-Membro Titular | Ricardo Gomes de Almeida | Jurista | 12/12/2014 | 12/12/2016 |
| Juiz-Membro Titular | José Luis Blaszak | Jurista | 19/7/2012 | 30/6/2014 |
| Juiz-Membro Titular | Samuel Franco Dalia Junior | Jurista | 24/7/2012 | 16/7/2014 |
| Diretor-Geral | Mauro Sérgio Rodrigues Diogo | Analista Judiciário | 15/4/2013 | 14/4/2015 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 2 jan. 2023.

MEMBROS SUBSTITUTOS

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|-------------------------|-------------------------|---------------|-----------|-----------|
| Juíza-Membro Substituta | Maria Aparecida Ribeiro | Desembargador | 31/7/2014 | 30/7/2016 |
| Juiz-Membro Substituto | Marcos Henrique Machado | Desembargador | 4/3/2013 | 3/3/2015 |
| Juiz-Membro Substituto | João Ferreira Filho | Desembargador | 24/7/2012 | 23/7/2014 |
| Juiz-Membro Substituto | Pedro Sakamoto | Desembargador | 30/3/2015 | 30/3/2017 |

continua...

MEMBROS SUBSTITUTOS

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|-------------------------|-------------------------------|-----------------|------------|------------|
| Juiz-Membro Substituto | Paulo César Alves Sodré | Juiz Federal | 29/4/2014 | 5/2/2015 |
| Juíza-Membro Substituta | Vanessa Curti Perenha Gasques | Juíza Federal | 2/5/2013 | 31/5/2013 |
| Juíza-Membro Substituta | Vanessa Curti Perenha Gasques | Juíza Federal | 15/8/2013 | 14/8/2015 |
| Juiz-Membro Substituto | Pedro Francisco da Silva | Juiz Federal | 15/8/2011 | 14/8/2013 |
| Juíza-Membro Substituta | Ana Cristina Silva Mendes | Juiz de Direito | 10/1/2014 | 9/1/2016 |
| Juiz-Membro Substituto | Gilperes Fernandes da Silva | Juiz de Direito | 10/1/2012 | 9/1/2014 |
| Juiz-Membro Substituto | Alberto Pampado Neto | Juiz de Direito | 20/6/2013 | 19/6/2015 |
| Juiz-Membro Substituto | Jones Gattass Dias | Juiz de Direito | 20/6/2011 | 19/6/2013 |
| Juiz-Membro Substituto | André Luiz de Andrade Pozeti | Jurista | 17/7/2014 | 16/7/2016 |
| Juiz-Membro Substituto | André Stumpf Jacob Gonçalves | Jurista | 18/7/2012 | 17/7/2014 |
| Juiz-Membro Substituto | André Luiz de Andrade Pozeti | Jurista | 18/10/2011 | 17/10/2013 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 2 jan. 2023.

JUÍZES AUXILIARES/PRESIDÊNCIA/VICE-PRESIDÊNCIA E CORREGEDORIA

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|--|--|-----------|-----------|------------|
| Juiz Auxiliar da Presidência | Francisco Alexandre Ferreira Mendes Neto | Auxiliar | 1º/7/2014 | 31/10/2014 |
| Juíza Auxiliar da Presidência | Edleuza Zorgetti Monteiro da Silva | Auxiliar | 1º/7/2014 | 31/10/2014 |
| Juiz Auxiliar da Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral | Paulo Márcio Soares de Carvalho | Auxiliar | 14/7/2014 | 31/10/2014 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 2 jan. 2023.

DIRETORIA DA ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL “DESEMBARGADOR PALMYRO PIMENTA”

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|---------|----------------------------------|-----------|-----------|-----------|
| Diretor | Agamenon Alcântara Moreno Júnior | Titular | 10/6/2014 | 9/10/2015 |
| Diretor | Samuel Franco Dalia Junior | Titular | 5/5/2013 | 9/6/2014 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 2 jan. 2023.

OUVIDORES ELEITORAIS E JUIZ DE COOPERAÇÃO

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|---------|--|-----------|------------|-----------|
| Ouvidor | Lídio Modesto da Silva Filho | Titular | 31/3/2014 | 5/5/2014 |
| Ouvidor | Pedro Francisco da Silva | Titular | 6/5/2014 | 13/8/2015 |
| Ouvidor | Francisco Alexandre Ferreira Mendes Neto | Titular | 14/11/2012 | 25/3/2014 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 2 jan. 2023.

PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL – TITULAR

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|---------------------------------------|-----------------------------|------------|-----------|-----------|
| Procurador Regional Eleitoral Titular | Douglas Guilherme Fernandes | Procurador | 24/4/2014 | 23/4/2016 |
| Procurador Regional Eleitoral Titular | Marcellus Barbosa Lima | Procurador | 18/6/2012 | 23/4/2014 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 2 jan. 2023.

PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL – SUBSTITUTO

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|--|----------------------------------|------------|------------|-----------|
| Procurador Regional Eleitoral Substituto | Marco Antonio Ghannage Barbosa | Procurador | 24/9/2014 | 23/4/2016 |
| Procurador Regional Eleitoral Substituto | Marcellus Barbosa Lima | Procurador | 24/4/2014 | 23/9/2014 |
| Procurador Regional Eleitoral Substituto | Douglas Guilherme Fernandes | Procurador | 26/6/2013 | 23/4/2014 |
| Procurador Regional Eleitoral Substituto | Rodrigo Timoteo da Costa e Silva | Procurador | 25/10/2012 | 25/6/2013 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 2 jan. 2023.

JUÍZES AUXILIARES DA PROPAGANDA – ELEIÇÕES 2014

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|------------------------------|-------------------------------|-----------|------------|------------|
| Juíza Auxiliar da Propaganda | Ana Cristina Silva Mendes | Auxiliar | 1º/7/2014 | 19/12/2014 |
| Juiz Auxiliar da Propaganda | Alberto Pampado Neto | Auxiliar | 12/11/2013 | 19/12/2014 |
| Juiz Auxiliar da Propaganda | Paulo César Alves Sodré | Auxiliar | 9/5/2014 | 19/12/2014 |
| Juíza Auxiliar da Propaganda | Vanessa Curti Perenha Gasques | Auxiliar | 12/11/2013 | 28/4/2014 |
| Juiz Auxiliar da Propaganda | André Stumpf Jacob Gonçalves | Auxiliar | 12/11/2013 | 30/6/2014 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 2 jan. 2023.

PROCURADORES AUXILIARES DA PROPAGANDA – ELEIÇÕES 2014

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|------------------------------------|--|-----------|------------|------------|
| Procurador Auxiliar da Propaganda | Marco Antônio Ghannage Barbosa | Auxiliar | 5/7/2014 | 6/7/2014 |
| | | | 26/7/2014 | 27/7/2014 |
| | | | 11/8/2014 | 11/8/2014 |
| | | | 30/8/2014 | 31/8/2014 |
| | | | 20/9/2014 | 21/9/2014 |
| | | | 11/10/2014 | 12/10/2014 |
| | | | 28/10/2014 | 28/10/2014 |
| | | | 15/11/2014 | 16/11/2014 |
| Procuradora Auxiliar da Propaganda | Vanessa Cristhina Marconi Zago Ribeiro Scarmagnani | Auxiliar | 19/7/2014 | 20/7/2014 |
| | | | 2/8/2014 | 3/8/2014 |
| | | | 16/8/2014 | 17/8/2014 |
| | | | 6/9/2014 | 7/9/2014 |
| | | | 27/9/2014 | 28/9/2014 |
| | | | 18/10/2014 | 19/10/2014 |
| | | | 1º/11/2014 | 2/11/2014 |
| Procuradora Auxiliar da Propaganda | Ludmila Bortoleto Monteiro | Auxiliar | 12/7/2014 | 13/7/2014 |
| | | | 9/10/2014 | 10/10/2014 |
| | | | 23/8/2014 | 24/8/2014 |
| | | | 13/9/2014 | 14/9/2014 |
| | | | 4/10/2014 | 5/10/2014 |
| | | | 25/10/2014 | 26/10/2014 |
| | | | 8/11/2014 | 9/11/2014 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 2 jan. 2023.



Reunião de transição para a gestão 2013-2015

Período de Transição – Preparando a posse

Os juízes membros do pleno do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso se reuniram em 30 de janeiro de 2013 com o desembargador Juvenal Pereira da Silva, que assume a presidência no dia 15 de abril, quando finalizado o biênio do atual presidente, desembargador Rui Ramos Ribeiro. A reunião foi organizada pelo atual presidente do Tribunal, Rui Ramos Ribeiro, que conduz a transição na Justiça Eleitoral.

O desembargador Rui Ramos Ribeiro ressaltou a experiência e a capacidade técnica do desembargador Juvenal Pereira para administrar o Tribunal: “Além das boas-vindas ao senhor, quero dizer que me sinto extremamente feliz, inclusive como jurisdicionado, porque sei que o senhor e a desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas (eleita para os cargos de vice-presidente e corregedora regional eleitoral) farão uma gestão exemplar no próximo biênio”.

O desembargador Rui Ramos Ribeiro expressou sua satisfação em trabalhar a serviço da Justiça Eleitoral: “Aprendi muito nesses anos que passei aqui, com os servidores, com os membros do Ministério Público Eleitoral e com os juízes”.

O futuro presidente do TRE-MT, desembargador Juvenal Pereira da Silva, agradeceu a receptividade dos membros do Pleno, destacando que marcaria outra reunião após o retorno da desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas, que se encontrava em férias.

Presidência e Corregedoria trabalham juntas para combater corrupção

O futuro presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso garantiu a continuidade dos trabalhos desenvolvidos pelo então presidente, desembargador Rui Ramos Ri-

beiro, e pelo corregedor, desembargador Gerson Ferreira Paes: “Hoje temos uma Justiça Eleitoral respeitada pela sociedade, em virtude do bom trabalho desenvolvido pelos desembargadores Rui Ramos Ribeiro e Gerson Ferreira Paes. Eles estão deixando um planejamento estratégico, ao qual vamos dar continuidade”.

Em relação às eleições 2014, o desembargador Juvenal Pereira da Silva, presidente do TRE-MT, destacou que manterá o foco no combate à corrupção eleitoral, em um trabalho conjunto com a Corregedoria Regional Eleitoral (CRE-MT): “Pretendemos realizar uma eleição com o menor *índice* possível de incidentes, procurando fazer com que o eleitor possa exercer seu direito ao voto sem assédio. Vamos trabalhar também para manter o controle da propaganda eleitoral dentro dos parâmetros legais. E, ainda, conduzir a eleição de forma que os candidatos possam ter uma disputa igualitária, evitando o abuso econômico”. (TRANSIÇÃO, 2023).

Presidente e servidores trocam experiências

Esta foi a primeira vez que a Justiça Eleitoral de Mato Grosso implantou a transição entre gestões com antecedência mínima de 60 dias. A medida atendeu à Resolução 95/2009 do Conselho Nacional de Justiça e ao Regimento Interno do TRE-MT, reformulado no ano de 2012. Por isso, o curto período de 17 de janeiro a 15 de abril de 2013 foi dedicado aos trabalhos de transição, quando a nova gestão tornou mais aprofundado conhecimento da situação do TRE-MT em suas diversas instâncias, tendo por base os servidores da instituição.

A equipe de transição da Justiça Eleitoral de Mato Grosso, liderada pelo diretor-geral, Mauro Sérgio Rodrigues Diogo, se reuniu, no dia 27 de fevereiro de 2013, com o futuro presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Juvenal Pereira da Silva, que assumiria a presidência no dia 15 de abril do mesmo ano. Durante a reunião foram discutidos os projetos em andamento, coordenados pelo atual presidente,

desembargador Rui Ramos Ribeiro, cujo biênio se encerra no dia 13 de abril de 2013.

O desembargador Juvenal Pereira da Silva elogiou a coesão e o nível de comprometimento da equipe técnica do Tribunal com a qualidade dos serviços prestados à população: “Não estou aqui para desfazer o serviço conquistado com muito suor pelos magistrados e servidores. O Tribunal Regional Eleitoral avançou muito com o desembargador Rui Ramos Ribeiro e sua equipe. [...]. Quero mostrar o serviço de todos os setores, valorizar o trabalho de todos, desde as nossas auxiliares que mantêm a limpeza do Tribunal até os juízes membros do Pleno. Todos somos parte importante da Justiça Eleitoral”.

Dentre os dados apresentados para o desembargador Juvenal Pereira da Silva destaca-se a construção de dois novos cartórios eleitorais ainda em 2013, em Sorriso e Lucas do Rio Verde. O diretor-geral informou também que no planejamento do Tribunal é projetada a edificação, no mínimo, de dois novos cartórios eleitorais a cada ano. Atualmente, dos 60 cartórios eleitorais, 12 funcionam em sede própria; os demais estão instalados em prédios alugados.

Para a construção de prédio próprio para os cartórios, a Justiça Eleitoral busca parceria com o Poder Executivo (Prefeitura, Estado e União), para a doação dos terrenos. Com visão de futuro, o desembargador Juvenal Pereira orientou a equipe a buscar terrenos maiores nos municípios do interior, embora os cartórios eleitorais possam ser construídos, hoje, em espaços reduzidos: “Precisamos pensar na capacidade do terreno para futura ampliação do prédio. Porque a demanda de processos e de eleitores aumenta a cada ano e logo teríamos de buscar um prédio maior. E seria gasto público desnecessário ter que construir outro prédio, em outro local, poucos anos depois. Temos de fazer algo que vai servir pelos próximos dez anos”.

O coordenador de Controle Interno, Daniel Ribeiro Tauirines, informou o desembargador que o TRE de Mato Grosso tem boa reputação junto ao Tribunal de Contas da União (TCU): “Nos últimos quatro anos o TRE-MT não foi selecionado para tomadas de contas. E desde 1998 não sofremos nenhuma recomendação. Hoje nossa situação é muito tranquila nessa área, apesar do rigor do TCU”.

Os avanços na área de Tecnologia da Informação foram apresentados pelo secretário Ailton Lopes, dentre eles a utilização de equipamentos modernos e já amplamente testados e que garantiram um recorde na apuração e totalização dos votos em 2012. “Anunciamos o resultado da eleição em Cuiabá às 7 horas da noite”.

O secretário judiciário Breno Antônio Sirugi Gasparoto, entregou os dados referentes ao estoque de processos no Tribunal, que apontam para apenas 789 ações: “desses processos, 431 foram distribuídos neste ano de 2013, em janeiro e fevereiro. Ou seja, nosso nível de comprometimento com o cumprimento das metas tem sido muito alto”.

Os números da primeira instância foram apresentados pelo coordenador jurídico da Corregedoria Regional Eleitoral (CRE-MT), Felipe Oliveira Biato: “Nas 60 zonas eleitorais tramitam hoje 15 mil processos. Esse número elevado é porque acabamos de sair de uma eleição municipal. Desse estoque, 12 mil se referem às eleições de 2012. E destes, cerca de 10 mil tratam das prestações de contas dos candidatos e partidos”.

A secretária de Gestão de Pessoas, Zeneide Andrade de Alencar, informou o futuro presidente que o Tribunal tinha então 300 servidores, incluindo os lotados nos 60 cartórios eleitorais.

Também participaram da reunião o assessor-chefe da Presidência, Carlos Luanga, o assessor de Planejamento, Marcelo Rubles de Almeida, a juíza auxiliar da vice-presidência do Tribunal de Justiça, Edileuza Georgete Monteiro, e os servidores do Tribunal de Justiça Dirce Maria Viegas Lobo e Afonso Victorino Maciel. (FUTURO, 2023).

Principais ações da gestão 2013-2015

TRE-MT implanta mural eletrônico

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso passou a contar, a partir de julho de 2014, com um novo espaço de divulgação das decisões ligadas às Eleições 2014. Trata-se do Mural Eletrônico, instituído pela Resolução nº 1.468/2014 como meio oficial de publicação dos atos judiciais (despachos, sentenças e decisões monocráticas) em secretaria ou em cartório eleitoral, durante períodos eleitorais, de forma ininterrupta.

O acesso é livre, não havendo necessidade de qualquer tipo de cadastro prévio para poder visualizar e/ou baixar o conteúdo.

Diariamente, no intervalo das 10 às 19 horas, o Mural Eletrônico recebe publicações, que serão disponibilizadas em tempo real. Os atos publicados podem ser acessados pelos seguintes campos: data da publicação, nome dos advogados, nome das partes, salvo em caso de sigilo, e unidade publicadora.

Havendo interesse, os advogados, partes e demais interessados poderão receber mensagens eletrônicas informando a publicação de decisões em Mural Eletrônico, mediante cadastramento no sistema Push do processo que se deseja acompanhar.

O Mural Eletrônico está disponibilizado no site do TRE-MT, na lateral esquerda do vídeo, no campo “Serviços Judiciais”. Todo o conteúdo do Mural está disponível para *download*. (ELEIÇÕES, 2023a).

Biometria ao alcance dos cidadãos

≈ CIDADÃOS DE MATO GROSSO TOMAM
CONHECIMENTO DOS DADOS BIOMÉTRICOS
VIRTUALMENTE

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Juvenal Pereira da Silva, e o gerente regional da empresa de telefonia móvel Telefônica/Vivo S.A., Emerson Costa de Carvalho, assinaram, no dia 19 de abril de 2013, termo de cooperação para a divulgação do cadastro biométrico dos eleitores em 13 municípios de Mato Grosso. A empresa de telefonia fará chegar até os cidadãos os trabalhos da Justiça Eleitoral por meio de 350 mil mensagens de celular (torpedos) dirigidos a eleitores mato-grossenses.

Na avaliação do presidente do TRE-MT, “*é uma grande satisfação receber essa contribuição da Vivo para a cidadania*”. O diretor da Vivo esclareceu que a empresa mantém um programa que visa atender a demandas sociais: “A intenção é colaborar com campanhas e ações que resultem na melhoria da qualidade de vida da sociedade na qual estamos inseridos”.

Durante a assinatura do Termo de Cooperação, o desembargador Juvenal Pereira da Silva também solicitou o apoio da empresa de telefonia móvel na divulgação de mensagens que estimulem o voto consciente, em especial no próximo ano (2014), quando se realizam eleições gerais. “Precisamos intensificar os trabalhos na conscientização dos eleitores, para que tenhamos gestores e parlamentares mais comprometidos com o coletivo, mais preparados para os cargos que vão exercer”, disse o presidente do TRE-MT.

A proposta foi bem aceita pelo representante da empresa Vivo. “Essa parceria é louvável. Com certeza a Justiça Eleitoral pode contar conosco. Nós também queremos melhorar a qualidade dos eleitos para cargos públicos no Brasil”.

No dia 11 de abril a Vivo disparou 200 mil mensagens de celular para os eleitores de Rondonópolis, município que passa pelo cadastramento biométrico. A outra ação prevista no Termo de Cooperação prevê a distribuição de 150 mil mensagens para os eleitores de Planalto da Serra, Nobres, Araguaiana, Cocalinho, Campos de Júlio, Serra Nova Dourada, Luciana, Indiavaí, Poconé, Rosário Oeste, Pontes e Lacerda e Lucas do Rio Verde. Em agosto, a Vivo voltará a divulgar a biometria, nos municípios de Pontes e Lacerda e Lucas do Rio Verde. (EMPRESA, 2023).

Pauta Limpa: Um projeto inovador

Um inovador projeto foi lançado no dia 1º de outubro de 2013, no início da gestão 2013-2015, o *Pauta Limpa*, visando



judicial, pelas zonas eleitorais de Mato Grosso, até o período de registro de candidatura das eleições, todas as ações autuadas em 2012 e que poderiam resultar em qualquer causa de inelegibilidade, e que estavam pendentes de julgamento, além das prestações de contas de campanha. O objetivo da iniciativa foi o de dar vistas à correta aplicação da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/2010).

O Projeto Pauta Limpa foi uma ação desencadeada pela Corregedoria Regional Eleitoral de Mato Grosso em auxílio aos cartórios eleitorais, os quais teriam como meta julgar 85% do total das ações em trâmite nas zonas eleitorais consideradas prioritárias para o bom andamento das eleições de 2014.

No que diz respeito às ações que contemplam pedidos de cassação de registro ou diploma, o avanço em relação ao número de autuações foi significativo, atingindo 95%.

No total, os cartórios eleitorais, em 2013, ainda precisavam julgar 2.008 ações. Toda a evolução do projeto estava sendo divulgada quinzenalmente pela Corregedoria Regional Eleitoral (CRE-MT) por meio de relatórios. Ao todo, seis relatórios já haviam sido publicados com seus resultados, estimulando os demais cartórios a alcançar o patamar de excelência.

Para a vice-presidente e corregedora regional eleitoral, desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas, os dados presentes nos relatórios demonstram que o Pauta Limpa está cumprindo seu objetivo e ressaltou que o sucesso da iniciativa se deve ao empenho e dedicação de todos os servidores e magistrados que atuam nas zonas eleitorais que acolheram o projeto e não mediram esforços para seu sucesso. “O cumprimento da meta do Pauta Limpa não é tarefa fácil, pois visa o julgamento de ações complexas, o que exige tempo e cautela. Todos estão de parabéns.” (PÓVOAS, 2023).

Lei da Ficha Limpa acelera os processos eleitorais em julgamento

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, visando às eleições de 2014, deu celeridade ao julgamento dos processos que podem resultar em perda de mandato eletivo ou inelegibilidade. Dados levantados pela Coordenadoria de Jurisprudência e Documentação do Tribunal, em novembro de 2013,

quando o Tribunal iniciou o monitoramento dos processos classificados como prioritários, mostraram a existência de 84 deles pendentes de julgamento e até o dia 3 de fevereiro de 2014 o Tribunal autuou mais 31 processos neste perfil, totalizando 115 processos. Destes, 50 foram julgados, restando apenas 65 processos a serem julgados antes do registro de candidaturas.

Por meio da Resolução TRE-MT nº 1390/2013, foi estabelecida a meta de julgar todos esses processos até 30 de junho de 2014, visando permitir a aplicação da Lei da Ficha Limpa para aqueles que vieram a ser condenados. Dos 65 processos pendentes, existem quatro Ações de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME), 12 Ações de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE), três Ações Penais (AP), 18 Recursos Criminais (RC), cinco Recursos contra Expedição de Diploma (RCED) e 23 Representações (RP).

No caso das representações a prioridade é para aquelas que trataram da captação ilícita de sufrágio, conduta vedada ao agente público, pedido de cassação de diploma, pedido de cassação de registro de candidatura e pedido de cassação/perda de mandato eletivo. Todo esse montante teve que ser julgado pelo Colegiado do TRE-MT até o dia 30 de junho, pois se enquadram na meta prevista no Planejamento Estratégico 2013/2014 do Tribunal.

A referida meta foi inserida no Planejamento Estratégico, em dezembro de 2013, o qual propiciou que o Pleno julgasse, até o dia 30 de junho de 2014, todos os processos prioritários, ou seja, os que poderiam culminar em perda de mandato eletivo ou inelegibilidade, que forem autuados no Tribunal até o dia 31 de janeiro de 2014.

O presidente do TRE-MT, desembargador Juvenal Pereira da Silva, frisou que o estoque de processos prioritários tem aumentado diariamente, pois todos os dias processos oriundos das zonas eleitorais chegam à sede do TRE-MT com recurso: “A meta abrange as ações prioritárias autuadas pelo Tribunal, até o dia 31 de janeiro deste ano. No entanto, servidores e juízes-membros da Justiça Eleitoral trabalham com empenho e dedicação para julgar também os processos prioritários autuados após esse prazo”.

O presidente do TRE-MT, desembargador Juvenal Pereira da Silva, destacou também que, ainda condenado por um colegiado, seria possível que o cidadão obtivesse uma liminar junto ao Tribunal Superior Eleitoral para registrar sua candidatura e concorrer, *sub judice*, ao pleito eleitoral: “A meta será benéfica para a sociedade, ainda que haja candidato concorrendo *sub judice*, pois serão de conhecimento dos eleitores e partidos políticos, os nomes de todos os que concorrem nesta condição”. (ELEIÇÕES, 2023b).

Eleições 2014

TRE-MT esclarece partidos e candidatos sobre prestação de contas partidárias

Com o objetivo de dar maior transparência à aplicação dos recursos públicos, destinados ao Fundo Partidário e da movimentação financeira dos partidos, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso disponibilizou via internet os processos de prestação de contas partidárias e o balanço patrimonial dos diretórios estaduais em atividade no Estado referentes aos últimos cinco anos.

Ao acessar o relatório, o eleitor também poderá ver quais partidos políticos não prestaram contas à Justiça Eleitoral, uma obrigação prevista em lei. Eles têm o dever legal de prestar contas para que sejam analisados, aprovados ou reprovados, os atos contábeis e financeiros praticados pela agremiação. De outro, os eleitores devem acompanhar essa movimentação financeira, motivo pelo qual a Justiça Eleitoral oferece a ferramenta necessária a essa fiscalização.

As legendas recebem recursos públicos, destinados ao Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário), fixados no orçamento da União. Para 2015, por exemplo, foi previsto o montante de R\$ 867,5 milhões, destinado ao Fundo Partidário, três vezes mais do que fora repassado no ano anterior, quando os partidos políticos receberam R\$ 289 milhões.

É com a prestação de contas dos partidos políticos que a população poderá saber como esses recursos estão sendo aplicados e se eles estão tendo o destino previsto na legislação (Lei 9.096/95). (TRE, 2023a).

Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Auxílio aos partidos na prestação de contas

Adoção do Sistema Público de Escrituração Digital foi tema de reunião entre o presidente do TSE e contadores. A adoção do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) para o registro da contabilidade dos partidos políticos foi tema de reunião que ocorreu no dia 20 de março de 2015, entre o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Dias Toffoli, e representantes do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A utilização do Sped está prevista na nova resolução do TSE (Resolução nº 23.432/2014) que regulamenta a prestação de contas dos partidos políticos, publicada no dia 30 de dezembro de 2014.

Para o presidente do CFC, José Martonio Alves Coelho: “considerando que temos uma nova resolução emanada aqui do TSE em que as prestações de contas dos partidos serão enviadas via Sped, viemos prestar a nossa contribuição”. Ele explicou que os contadores estão bem familiarizados com o sistema, que foi desenvolvido pela Receita Federal e foi customizado pela Justiça Eleitoral para utilização pelas agremiações partidárias.

Para José Martonio Alves Coelho, a nova ferramenta, além de mais ágil, por ser eletrônica, dará mais “transparência para que a sociedade possa conhecer os gastos em campanha eleitorais e os gastos com os partidos políticos”.

Mesário Voluntário – Parcerias

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MT) e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) selaram nova parceria para a realização do Projeto *Mesário Voluntário*. Em reunião ocorrida na Reitoria da instituição de ensino superior, ficou definido que poderão participar da Edição 2014 estudantes de todos os cursos. O início das atividades foi previsto para março.

Na avaliação da reitora, Maria Lúcia Cavalli Neder, o convênio com o TRE-MT é de grande valia para a comunidade estudantil: “O Projeto Mesário Voluntário proporciona ao aluno a oportunidade de ter experiências extracurriculares e conhecer, na prática, todo o processo das eleições, desde o atendimento ao público até a preparação e organização de urnas e dos locais de votação”.

Além de ser aberto a todas as áreas de conhecimento, o projeto traz ainda um atendimento específico aos estudantes do penúltimo e último período de Direito que façam estágio em órgãos tais como o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJ-MT) e o Ministério Público Estadual (MPE); e na própria Justiça Eleitoral, para que os mesmos possam atuar como auxiliares de juízes eleitorais na data do pleito.

Representando o TRE-MT, participaram da reunião as servidoras Isabela Cristina Néspoli, coordenadora de Educação e Desenvolvimento (CED), e Zeneide Andrade de Alencar, secretária de Gestão de Pessoas (SGP). (MESÁRIO, 2023a).

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, desembargador Juvenal Pereira da Silva e o reitor do Centro Universitário de Várzea Grande (Univag), Draúzio Antonio Medeiros, assinaram, no dia 30 de maio de 2014, um termo de cooperação, para captação de alunos para atuarem como mesários voluntários nas Eleições 2014. Em Mato Grosso, a realização do pleito eleitoral conta com participação de quase 25 mil mesários.

Para o Reitor do Univag, a parceria trará benefícios a todos os envolvidos. “Trata-se de uma participação democrática por parte dos estudantes, que traz benefícios não só para eles, como também para a instituição de ensino e a Justiça Eleitoral”.



Realização de parcerias para a Campanha Mesário Voluntário (2014)

Draúzio garantiu que divulgação da campanha Mesário Voluntário seria divulgada nas dependências da instituição, com alcance dos alunos matriculados em todos os cursos e períodos. “Todos os docentes serão convidados a participar”.

O presidente do TRE-MT, desembargador Juvenal Pereira da Silva, agradeceu a parceria. “É importante que os jovens participem do processo democrático para que a democracia seja fortalecida. Por isso, é com satisfação que firmamos esta parceria”.

Além do Univag, o TRE-MT já firmou parcerias com outras instituições de ensino para captação de mesários voluntários, entre elas: Universidade de Cuiabá (Unic), Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Faculdade de Cuiabá (Fauc) e com o Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT). Nestes, o acordo resultou em benefício para os alunos, que ao final receberiam certificados de hora-aula pelos trabalhos prestados como mesário voluntário.

O TRE-MT também firmou parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá para captação de professores e demais profissionais da rede de ensino como mesário voluntário. Os profissionais que aderiram à iniciativa, além de terem direito às folgas compensatórias previstas em lei, receberiam certificado de horas de treinamentos e atividade práticas.



Parceria com o Univag – Campanha Mesário Voluntário (2014)

Qualquer pessoa maior de 18 anos pode participar das eleições como mesário voluntário. Interessados podem se inscrever pelo site www.tre-mt.gov.br, no link Eleitor/Mesário Voluntário. Para se inscrever, o eleitor deve inserir o número de seu título eleitoral e caso não o tenha, outros dados também serão aceitos (filiação e data de nascimento). Além disso, é necessário preencher o endereço completo para que a Justiça Eleitoral possa posteriormente enviar a carta ou o mandado de convocação. (MESÁRIO, 2023b).

Planejando as Eleições 2014

Com um ano de antecedência das Eleições 2014, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, desembargador Juvenal Pereira da Silva, apresentou à imprensa o planejamento integrado que discrimina em detalhes todas as ações visando garantir a realização do pleito com tranquilidade, transparência, eficiência e segurança. A apresentação aconteceu no dia 4 de outubro de 2012, na Presidência do TRE-MT.

Dentre outros aspectos, o desembargador Juvenal Pereira da Silva anunciou que o TRE de Mato Grosso projeta um orçamento de R\$ 16.858,591 para as Eleições 2014. Contudo, explicou que esse orçamento ainda depende de aprovação do Tribunal Superior Eleitoral.

INOVAÇÕES PARA 2014

Tão logo assumiu a presidência do Tribunal, o desembargador Juvenal Pereira da Silva se reuniu com o diretor-geral, Mauro Sérgio Rodrigues Diogo, e determinou que o planejamento estratégico das eleições fosse apresentado com um ano de antecedência. E encomendou estudos para implantar inovações que possam melhorar a qualidade dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral.

Dentre outras preocupações, foi manifesto o desejo de ampliar a capacidade de participação do eleitor na fiscaliza-

ção do pleito, facilitando o método de envio das denúncias à Ouvidoria Eleitoral.

A primeira medida adotada por ele foi melhorar o número de telefone pelo qual a Ouvidoria Eleitoral recebe denúncias, sugestões e reclamações. Até a eleição passada o eleitor precisava ligar 0800.647.8191, porém hoje basta ligar 148, de qualquer lugar de Mato Grosso. Contudo, o 0800 continua recebendo as ligações dos eleitores.

Outra novidade a ser implantada visando às Eleições 2014 consiste na possibilidade de envio de denúncias pelo celular, com fotos, texto e áudio, por meio do *WhatsApp*, um aplicativo de mensagens multiplataforma. Dessa forma, o eleitor/denunciante poderia enviar as provas de qualquer lugar, sem a necessidade de se deslocar até o Tribunal.

O investimento na Ouvidoria também passou pela ampliação da estrutura de pessoal. O TRE-MT contratou a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais, a Apae, para prestar serviço na Ouvidoria, já a partir de novembro de 2013.

PRESIDÊNCIA E CORREGEDORIA COORDENAM EXÉRCITO DE 43 MIL PESSOAS

Para implantar todas essas ações, o Tribunal conta com dezenas de instituições parceiras, dentre elas o Ministério Público Federal, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Funai, Secretaria Estadual de Educação, Secretaria de Segurança Pública, prefeituras, Rede Cemate, Ministério Público do Trabalho, dentre outros.

No dia do pleito de 2014 forma-se um exército de 43 mil pessoas, dentre os quais 24.839 são mesários, cujos integrantes acordam às 4 de manhã para que, às 8 horas, o eleitor possa chegar ao seu local de votação e, de forma consciente, confirmar a escolha dos seus candidatos, em busca de um Brasil melhor. (PRESIDENTE, 2023a).



Apresentação do planejamento das Eleições 2014

Preparando os Polos para as eleições

A Justiça Eleitoral de Mato Grosso realizou, no dia 25 de julho de 2014, em Sinop, reunião de polo sobre os trabalhos referentes às Eleições 2014. A reunião foi conduzida pelo presidente do TRE-MT, desembargador Juvenal Pereira da Silva e a corregedora regional eleitoral, desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas. Participaram juízes eleitorais, promotores, chefes de cartório e representantes da Segurança Pública. Entre os temas abordados, estão propaganda eleitoral, logística de trabalho, totalização de votos e segurança nas eleições.

Os temas em pauta contemplaram os municípios de Sinop, Nova Mutum, Aripuanã, Lucas do Rio Verde, Colíder, Alta Floresta, Juara, Peixoto de Azevedo, Juína, Sorriso, Guarantã do Norte, Cotriguaçu e Nova Monte Verde. (PRESIDENTE, 2023a).

Segurança nas Eleições

O Ministério Público Federal e a Polícia Federal trabalharam de forma conjunta em Mato Grosso, cruzando dados de todos os inquéritos e processos já existentes que investigam corrupção, para apurar as denúncias que surgirem durante todo processo eleitoral. Segundo avaliou o superintendente da Polícia Federal em Mato Grosso, delegado Élcio Vicente da Silva, em 2014, “esse trabalho de parceria no combate à corrupção já existe. Agora vamos intensificar para investigar as denúncias de cunho eleitoral. É fato que, na maioria das vezes, o financiamento ilícito de campanha eleitoral decorre de desvio de dinheiro público”.

As primeiras tratativas aconteceram em uma reunião promovida pelo presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, desembargador Juvenal Pereira da Silva, após o encontro do Gabinete de Gestão Integrada das Eleições, com o objetivo de promover o trabalho interligado entre as instituições envolvidas no Gabinete de Gestão Integrada das Eleições 2014.

Para o procurador regional eleitoral substituto, Douglas Guilherme Fernandes, que já realiza um trabalho conjunto com o procurador regional eleitoral Marcellus Barbosa Lima, “é possível, no curso do processo eleitoral, que reativemos uma ou outra investigação que já estava em curso. Estamos atentos para essa possibilidade”.

O superintendente da Polícia Federal em Mato Grosso, Élcio Vicente da Silva também tem ampla experiência em Justiça Eleitoral, tendo atuado nessa área pela primeira vez nas eleições gerais de 1996. Desde então já trabalhou em eleições realizadas em Goiás, Brasília, Tocantins e Rio Grande do Norte.

Dentre as propostas discutidas com o procurador Guilherme Fernandes está a criação de equipes volantes de policiais federais para checar as denúncias de forma imediata, antes e no dia da eleição, a fim de colher dados para a investigação imediatamente após a denúncia chegar à Ouvidoria Eleitoral.

O procurador regional eleitoral substituto e o superintendente da Polícia Federal também discutiram o combate à corrupção durante a reunião do Gabinete de Gestão Integrada das Eleições. A discussão foi suscitada pelo juiz-membro do Pleno José Luis Blaszk, que participou recentemente de um encontro em Brasília para tratar do assunto. “Nossa preocupação é que, além da logística necessária à realização da eleição possamos manter total atenção ao período da propaganda eleitoral, para reprimir eventuais excessos”. (PF, 2023).



Reunião do Gabinete de Gestão Integrada – Eleições 2014

Termo de Cooperação Técnica na garantia da segurança nas eleições de 2014

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), as polícias Militar, Civil e Federal assinaram, no dia 29 de agosto de 2014, Termo de Cooperação Técnica referente à segurança das Eleições de 2014, reunindo representantes da Justiça Eleitoral, órgãos de segurança do Estado e Polícia Federal.

O coordenador do GGI, juiz Alberto Pampado Neto, explicou que periodicamente eram realizadas reuniões com todos os agentes envolvidos para que o sistema de segurança seja eficaz no dia das eleições: “O objetivo da elaboração e assinatura do Termo de Cooperação Técnica é registrar a comunhão de esforços das instituições e sistematizar a divisão dos trabalhos nesse pleito eleitoral em Mato Grosso”.

Na opinião do presidente do TRE-MT, desembargador Juvenal Pereira, as reuniões do GGI são indispensáveis na condução das atividades: “Esses esforços conjuntos são fundamentais para evitar fraudes no pleito. Vamos trabalhar em sistema de cooperação para coibir todo e qualquer ilícito ou irregularidade eleitoral”.

Com a presença de representantes do Exército, Polícia Federal, Secretaria de Segurança Pública, Funai, Polícia Rodoviária Federal, Prefeitura de Cuiabá e Procuradoria Regional Eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso realizou, no dia 22 de novembro de 2014, a primeira reunião do Gabinete de Gestão Integrada das Eleições de 2014. A reunião foi coordenada pelo presidente do TRE-MT, desembargador Juvenal Pereira da Silva, e pela corregedora regional eleitoral, desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas.

O desembargador Juvenal Pereira enalteceu a histórica parceria firmada entre a Justiça Eleitoral e as instituições que integram o Gabinete de Gestão Integrada das Eleições, em especial as polícias Federal, Militar e Civil, Corpo de Bombeiros e Exército: “Reconhecemos o excelente trabalho desenvolvido por vocês e conheço também o planejamento que vocês realizam a cada eleição. Mato Grosso tem se destacado no cenário nacional quando se trata de vencer desafios para realizar as eleições e devemos esse sucesso ao empenho das instituições parceiras”.

O diretor-geral do Tribunal, Mauro Sérgio Rodrigues Diogo, apresentou o planejamento estratégico elaborado para as Eleições 2014, detalhando o orçamento, fases do processo eleitoral e principais contratações. A desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas deu início às discussões sobre as sugestões para 2014: “Estamos aqui mais para ouvir do que para falar. Porque às vezes os senhores têm sugestões que podem aperfeiçoar a nossa proposta. Os senhores têm uma vivência pretérita dessa parceria com a Justiça Eleitoral. Queremos saber dos parceiros se aquilo que colocamos no nosso

planejamento condiz com a dinâmica esperada. Esta primeira reunião é para acertar os pontos, trocar experiências e afinar a orquestra”. (TRE-MT, 2023a).

LXV Encontro do Colégio de Presidentes dos TRE's – Rezoneamento Eleitoral

O rezoneamento eleitoral previsto em resolução aprovada pelo Tribunal Superior Eleitoral é um dos temas debatidos durante o *LXV Encontro de Colégio de Presidentes dos TRE's*, que aconteceu no dia 17 de abril de 2015, em Teresina. Contou com a participação do corregedor regional eleitoral de Mato Grosso, desembargador Luiz Ferreira da Silva, e do coordenador jurídico-administrativo da Corregedoria Regional Eleitoral (CRE-MT), Mauro Sérgio Rodrigues Diogo.

Assunto afeto à Corregedoria Regional Eleitoral (CRE-MT), o rezoneamento, prevê a redistribuição das zonas eleitorais nos estados, conforme a movimentação no número de eleitores cadastrados em cada zona. A Resolução 23.422/2014/TSE previu um número mínimo de eleitores cadastrados nas zonas eleitorais das regiões Norte, Nordeste, Sul e Centro-Oeste, para a manutenção da sede da zona eleitoral. (CORREGEDOR, 2023).

Resultado das Eleições Gerais 2014 – Mato Grosso

PRESIDENTE – 1º TURNO (5 de outubro de 2014)

| Candidato | Partido | Votos Nominais MT |
|----------------------|---------|-------------------|
| Aécio Neves da Cunha | PSDB | 693.755 |
| Dilma Vana Rousseff | PT | 616.411 |

Fonte: TSE – Resultado das Eleições de 2014.

PRESIDENTE ELEITO – 2º TURNO (26 de outubro de 2014)

| Candidato | Partido | Votos Nominais MT |
|---------------------|---------|-------------------|
| Dilma Vana Rousseff | PT | 717.412 |

Fonte: TSE – Resultado das Eleições de 2014.

GOVERNADOR ELEITO
(5 de outubro de 2014)

| Candidato | Partido | Votos Nominais MT |
|-----------------------------|---------|-------------------|
| José Pedro Gonçalves Taques | PDT | 833.788 |

Fonte: TSE – Resultado das Eleições de 2014.

SENADOR ELEITO
(5 de outubro de 2014)

| Candidato | Partido | Votos Nominais MT |
|-----------------------------|---------|-------------------|
| Wellington Antônio Fagundes | PR | 646.344 |

Fonte: TSE – Resultado das Eleições de 2014.

DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS
(5 de outubro de 2014)

| Candidato | Partido | Votos Nominais MT |
|---------------------------|---------|-------------------|
| Nilson Aparecido Leitão | PSDB | 127.749 |
| Adilton Domingos Sachetti | PSB | 112.722 |
| Fabio Paulino Garcia | PSB | 104.976 |
| Ságuas Moraes Sousa | PT | 97.858 |
| Carlos Gomes Bezerra | PMDB | 95.739 |
| Ezequiel Angelo Fonseca | PP | 90.888 |
| Victório Galli Filho | PSC | 64.691 |
| Valtenir Luiz Pereira | PROS | 62.923 |

Fonte: TSE – Resultado das Eleições de 2014.

DEPUTADOS ESTADUAIS ELEITOS
(5 de outubro de 2014)

| Candidato | Partido | Votos Nominais MT |
|-------------------------------------|---------|-------------------|
| Mauro Luiz Savi | PR | 55.233 |
| Janaina Greyce Riva Moreira Lima | PSD | 48.171 |
| Sebastião Machado Rezende | PR | 45.016 |
| José Joaquim de Souza Filho | PMDB | 43.042 |
| Romoaldo Aloizio Boraczynski Junior | PMDB | 41.764 |
| José Eduardo Botelho | PSB | 40.517 |
| Ondanir Bortolini | PR | 40.105 |
| Dilmar Dal Bosco | DEM | 38.290 |
| José Antonio Gonçalves Viana | PDT | 35.300 |
| Leonardo Ribeiro Albuquerque | PDT | 34.753 |
| Emanuel Pinheiro | PR | 34.344 |

continua...

DEPUTADOS ESTADUAIS ELEITOS
(5 de outubro de 2014)

| Candidato | Partido | Votos Nominais MT |
|---------------------------------------|---------|-------------------|
| Walter Machado Rabello Júnior | PSD | 27.232 |
| Jeferson Wagner Ramos | PR | 26.484 |
| Guilherme Antonio Maluf | PSDB | 24.642 |
| José Domingos Fraga Filho | PSD | 21.121 |
| Max Joel Russi | PSB | 20.690 |
| Wilson Pereira dos Santos | PSDB | 20.562 |
| Oscar Martins Bezerra | PSB | 20.390 |
| Pedro Inacio Wiegert | PSD | 20.120 |
| Wancley Charles Rodrigues de Carvalho | PV | 19.639 |
| Valdir Mendes Barranco | PT | 19.227 |
| Jose Carlos Junqueira de Araujo | SD | 17.431 |
| Saturnino Masson | PSDB | 16.262 |
| Silvano Ferreira do Amaral | PMDB | 15.310 |

Fonte: TSE – Resultado das Eleições de 2014.

Eleições Suplementares nos municípios de Juara e Glória d'Oeste

No dia 30 de abril de 2013, a equipe técnica do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso se reuniu com o presidente, desembargador Juvenal Pereira, a fim de discutir as providências a serem adotadas nas diversas áreas, para a realização das eleições suplementares nos municípios de Juara e Glória d'Oeste.

De acordo com o diretor-geral do TRE-MT, Mauro Sérgio Rodrigues Diogo, a previsão é realizar as duas eleições na mesma data, em 7 de julho de 2013 (domingo). Resolução do Tribunal Superior Eleitoral que normatiza a realização das eleições suplementares exige um prazo mínimo de 40 dias entre o registro de candidaturas e a realização do pleito. (TRE, 2023b).

O secretário judiciário Breno Antonio Sirugi Gasparoto informou estar elaborando uma minuta de resolução com o calendário das eleições. A resolução, que contempla todas as fases de uma eleição, mas com prazos reduzidos, precisará ainda ser aprovada pelo Pleno do Tribunal.

Desde que foi divulgada a decisão colegiada do Tribunal Superior Eleitoral, que manteve o indeferimento do registro de candidatura do prefeito eleito de Juara, o TRE-MT já deu início à preparação do pleito, antes mesmo da publicação da decisão do Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral, que deverá ocorrer nos próximos dias.

A mesma providência foi adotada em relação a Glória d'Oeste, quando transitou em julgado a decisão contra o registro de candidatura do prefeito eleito. A intenção é agilizar os trabalhos para dar uma resposta rápida à sociedade, contribuindo para reduzir a instabilidade política na administração dos municípios.

Ao final da reunião, o desembargador presidente elogiou a atuação da equipe, voltando a ressaltar a confiança que deposita nos servidores da Justiça Eleitoral de Mato Grosso. O desembargador também deixou claro que cada secretário tem autonomia para trabalhar as metas dentro em seu setor.

NOVAS ELEIÇÕES

Em outubro de 2012, os candidatos a prefeito de Juara, Oscar Bezerra, e de Glória d'Oeste, Nilton Borges Borgato, receberam mais de 50% dos votos válidos em seus respectivos municípios. Devido à vigência da Lei Complementar 135/2010, conhecida como *Lei da Ficha Limpa*, eles concorreram *sub judice*, ou seja, com sua situação ainda indefinida pela Justiça Eleitoral, visto que o pedido de registro de candidatura ainda estava em análise pela Justiça em grau de recurso.

Oscar Bezerra não chegou a ser diplomado pela Justiça Eleitoral porque teve o registro de sua candidatura negado em todas as instâncias. Já o candidato Nilton Borges Borgato, chegou a ser diplomado pelo Juízo de Piso, mas a diplomação foi tornada nula por decisão colegiada do Tribunal Regional Eleitoral. A decisão do Tribunal Superior Eleitoral, que manteve o indeferimento de sua candidatura, já transitou em julgado (não cabe mais recurso).

Quando um candidato tem seu registro indeferido, ou diploma cassado pela Justiça Eleitoral, os votos atribuídos a ele são considerados nulos. Como em Juara e em Glória d'Oeste os candidatos receberam mais de 50% dos votos válidos, com a consequente anulação desses votos, fez-se necessária a realização de novas eleições, visto.

Diz o artigo 164 da Resolução 23.372/2011, do Tribunal Superior Eleitoral:

Nas eleições majoritárias, respeitado o disposto no § 1º do art. 162 desta resolução, serão observadas, ainda, as seguintes regras para a proclamação dos resultados: III – se a nulidade dos votos dados a candidatos com registro indeferido for superior a 50% da votação válida e se já houver decisão do Tribunal Superior Eleitoral indeferitória do pedido de registro, deverão ser realizadas novas eleições imediatamente; caso não haja, ainda, decisão do Tribunal Superior Eleitoral, não se realizarão novas eleições.

Diplomação dos eleitos

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MT), desembargador Juvenal Pereira da Silva, diplomou, em sessão solene de 19 de dezembro de 2014, os 53 candidatos eleitos e suplentes para cumprir mandatos de 2015 a 2018. A cerimônia ocorreu no Centro de Eventos do Pantanal, em Cuiabá.

Receberam o diploma 24 deputados estaduais, oito deputados federais, senador e suplentes, e governador e vice-governador eleitos em Mato Grosso. O ato público também diplomou dois suplentes de deputados estaduais e dois de deputados federais por coligação.

Após a execução do Hino Nacional e a exibição do documentário sobre os trabalhos realizados nas Eleições Gerais de 2014, o desembargador Juvenal Pereira da Silva leu e entregou o diploma aos candidatos eleitos. No seu pronunciamento, em nome do Tribunal, o presidente do TRE-MT destacou que a Justiça Eleitoral de Mato Grosso cumpriu o seu papel com transparência, profissionalismo, celeridade, criatividade e imparcialidade, em todas as etapas do processo eleitoral de 2014: “Desejo que os diplomados, ao assumir seus respectivos cargos, tenham a plena consciência que ali estão atuando como representantes do povo e é dever garantir melhores dias aos cidadãos”.

A cerimônia de diplomação constitui uma etapa indispensável para que os candidatos eleitos possam tomar posse nos cargos que disputaram nas urnas. A diplomação confirma que o político escolhido pelos eleitores cumpriu todas as formalidades previstas na legislação eleitoral e está apto a exercer o mandato.

De acordo com o código eleitoral, o diploma é obrigatório e exigido no momento da posse. O desembargador Juvenal Pereira da Silva destacou a importância da cerimônia de diplomação: “É o fechamento dos trabalhos do processo eleitoral. O TRE-MT cumpriu sua função com sucesso nas Eleições 2014 graças à dedicação e ao trabalho dos servidores, requisitados e terceirizados da Justiça Eleitoral. A diplomação fecha com chave de ouro o ciclo”. (ELEIÇÕES, 2023c).

Avaliação das Eleições 2014

A Justiça Eleitoral realizou, no dia 11 de novembro, uma avaliação das Eleições Gerais 2014, com o objetivo de apontar os pontos positivos e discutir melhorias para os futuros pleitos eleitorais. O presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MT), desembargador Juvenal Pereira da Silva, abriu o encontro, ao lado da corregedora regional eleitoral, desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas, e do juiz coordenador da propaganda eleitoral, Alberto Pampado Neto, no auditório da Casa da Democracia.



Reunião de avaliação das Eleições 2014

Tanto o presidente quanto a corregedora avaliaram o resultado das eleições como exitoso e parabenizaram os servidores e colaboradores da Justiça Eleitoral pelo desempenho. Segundo o desembargador Juvenal Pereira da Silva, o sucesso alcançado é fruto do trabalho, dedicação e esforço de cada servidor, requisitados e terceirizados: “Foi uma eleição transparente, limpa e tranquila, graças ao planejamento construído a várias mãos com antecedência. As metas foram constituídas um ano antes do pleito e foram executadas durante as eleições”. O presidente ressaltou ainda que o planejamento permitiu uma apuração em tempo recorde no Estado, cabendo, depois, fazer um *feedback*, colher sugestões e aprimorar as próximas eleições.

O trabalho constante e ininterrupto da Justiça Eleitoral, que conclui a organização de um pleito e já começa o projeto do próximo, foi destacado pela desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas: “Ficamos bastante satisfeitos com o resultado no sentido da logística e da forma como transcorreu na mais absoluta calma e de forma organizada. Temos que destacar o que deu certo, mas sempre é possível aperfeiçoar, discutir aquilo em que podemos avançar”. A corregedora lem-

brou ainda que as Eleições 2016 não são de competência originária do Tribunal Regional Eleitoral, e sim dos juízes eleitorais, mas afirmou que o TRE-MT tem que estar à frente de todo o processo, sendo importante apontar melhorias sempre. (SERVIDORES, 2023).

O Planejamento Integrado elaborado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso para realização das Eleições 2014 recebeu elogio do Escritório Corporativo de Projetos do Tribunal Superior Eleitoral (ECP-TSE). Em nota, o ECP disse: “Um planejamento como esse, desenvolvido pelo TRE-MT, ajuda cada vez mais a fortalecer a imagem de eficiência e eficácia da Justiça Eleitoral”. (TRE, 2023c).

Galeria do servidor: um reconhecimento necessário

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, desembargador Juvenal Pereira da Silva, inaugurou no dia 19 de dezembro de 2013, a Galeria do Servidor, adornada com placas em homenagem a servidores que contribuíram para a melhoria dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral mato-grossense ao longo de sua história. A Galeria do Servidor integrou as comemorações dos 81 anos do TRE-MT. (PRESIDENTE, 2023b).

Na primeira placa afixada constaram os nomes de 68 servidores, dentre aposentados, falecidos, e aqueles que por 25 anos atuaram exclusivamente na Justiça Eleitoral mato-grossense.

Em seu pronunciamento, o desembargador Juvenal Pereira da Silva destacou que há no Tribunal um espaço onde são afixadas placas em homenagens a todos os desembargadores que já presidiram a instituição e seria justo conceder o mesmo tratamento aos servidores: “Homenagens sempre são feitas às



Inauguração da Galeria dos Servidores (2013)

autoridades, mas tenho que os principais atores de uma instituição são seus servidores. E nada mais justo do que deixar registrado para a história os nomes daqueles que abdicaram do convívio com a família para se dedicar à Justiça Eleitoral”.

A secretária de gestão de pessoas do Tribunal, Zeneide Andrade de Alencar, explicou que a inauguração da galeria é apenas uma dentre as várias ações motivacionais e de reconhecimento aos servidores, desenvolvidas pelo Tribunal: “Essas ações estão sendo desenvolvidas a pedido do presidente, que adota uma política de valorização a todos aqueles que contribuem para que a Justiça Eleitoral cumpra seu papel diante da sociedade”. Na opinião da mesma secretária, a galeria evitará que caiam no esquecimento os nomes de todos os servidores que contribuíram para o fortalecimento do TRE-MT: “É sem dúvida um resgate de memória, que a partir de agora se manterá viva entre nós”.

Ampliação dos espaços físicos

Entrega do Cartório de Rondonópolis, Sorriso e Lucas do Rio Verde

CARTÓRIO DE RONDONÓPOLIS (2013)

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso concluiu mais uma etapa do seu planejamento de modernização ao inaugurar no dia 8 de fevereiro de 2013, a nova sede do Cartório da 46ª Zona Eleitoral localizado na Vila Operária, no município de Rondonópolis.

A inauguração foi prestigiada pelo desembargador Juvenal Pereira da Silva (que assumiu a presidência do TRE-MT em abril), por várias autoridades municipais, incluindo o vice-prefeito da cidade, Rogério Salles, e a prefeita da cidade de Pedra Preta, Mariledi Araújo Coelho Philippi. O juiz membro do TRE-MT, José Luiz Blaszak, representou o presidente do Tribunal, desembargador Rui Ramos Ribeiro.

A sede do cartório inaugurado recebeu o nome do Juiz *Leomir Lídio Luvizon*, já falecido, em homenagem aos serviços prestados à Justiça Eleitoral na cidade de Rondonópolis e outros municípios de Mato Grosso. Emocionada, a viúva do magistrado, Jucimare Luvizon, recebeu uma placa comemorativa à inauguração do novo prédio que leva o nome do falecido esposo.

No discurso de inauguração, o juiz membro do TRE-MT José Luiz Blaszak deu destaque aos principais objetivos do planejamento de modernização do órgão, que tem por prioridade a proximidade com o eleitor e a comodidade dos cidadãos e dos servidores da Justiça Eleitoral: “Com a nova estru-

tura, atende-se também às necessidades daqueles que lidam com o dia a dia dos serviços eleitorais, proporcionando condições adequadas para a prestação de serviços ainda com mais eficiência”.

A infraestrutura da nova sede da 46ª Zona Eleitoral também mereceu destaque, já que o cartório contou com estacionamento para os eleitores, advogados e servidores, além de sala de audiência e uma ampla Central de Atendimento, para atender os moradores de toda a cidade.

O desembargador Juvenal Pereira da Silva, que a seguir se tornou presidente do TRE-MT, informou que a Justiça Eleitoral aguardava, então, a doação de um terreno, pela Prefeitura Municipal, para dar início aos trabalhos de construção ou adaptação do prédio visando abrigar as outras duas zonas eleitorais de Rondonópolis (10ª e 45ª). “Não vamos poupar esforços para que sejam concretizados aqui prédios com condições tais quais a este que acaba de ser inaugurado. Vamos trabalhar para que sejam beneficiados todos os eleitores do Estado”. (TRIBUNAL, 2023).

CARTÓRIOS DE LUCAS DO RIO VERDE E SORRISO

Em 2013 foram construídos os cartórios eleitorais de Sorriso e Lucas do Rio Verde. Ao longo daqueles anos anteriores, a Justiça Eleitoral de Mato Grosso trabalhou para dotar os cartórios eleitorais de estrutura física de modo a garantir maior conforto, acessibilidade e comodidade a eleitores e servidores. O Plano de Obras do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MT) previu e realizou a construção anual de mais dois novos cartórios eleitorais.

O presidente da Câmara de Sorriso, Fabio Gavasso (PPS), e os vereadores Hilton Polesello (PTB) e Claudio Oliveira (PR) participaram da solenidade de inauguração da nova sede do Cartório Eleitoral de Sorriso, ocorrida no dia 27 de março de 2015, pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT).

A nova sede da 43ª Zona Eleitoral de Sorriso, fica na Rua Canoas, s/nº, Lote AV5-4, bairro Área Verde V, ao lado do Fórum. O terreno foi doado para a Justiça Eleitoral e possui 265,45 m² de área construída.



Cartório Eleitoral de Sorriso



Sede do Cartório da 21ª Zona Eleitoral – Lucas do Rio Verde (2015)

Segundo o presidente do TRE-MT, desembargador Juvenal Pereira da Silva, com a nova sede, os eleitores terão acesso a um atendimento com mais qualidade. “Os servidores terão melhores condições de executar os serviços e, assim, prestar um atendimento mais qualificado à população”.

No mesmo dia, às 17 horas, também foi inaugurada a nova sede do Cartório da 21ª Zona Eleitoral de Lucas do Rio Verde. O novo espaço está localizado na Rua Paranapanema, s/n, lote 9, quadra 71-A, bairro Jardim das Palmeiras. A obra tem 265,45 m² de área construída. (GIMENEZ, 2023).

Aumento da frota de veículos do TRE-MT

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) contava, a partir de março de 2015, com 11 novos veículos em sua frota, adquiridos por meio do Pregão Eletrônico nº 35/2014, ocorrido em 25 de setembro de 2014. Os automóveis são utilizados tanto pelas secretarias do TRE-MT em Cuiabá quanto pelas Zonas Eleitorais da capital e interior do Estado. A aquisição reforça a estrutura do Tribunal, já sendo uma medida ligada às ações necessárias à realização das eleições municipais de 2016.

Foram adquiridos treze veículos, no valor total de R\$ 1.164.349,98. Já estavam então em uso quatro caminhonetes, cinco carros utilitários, uma SUV e uma van com capacidade para transportar 16 pessoas. O TRE-MT aguardava, naquele momento, a entrega de mais uma caminhonete e uma SUV, que viriam a completar a frota.

Richardson de Jesus Amaral Mello, chefe de Transportes do Tribunal, explicou que a renovação da frota veio em consonância com a Resolução nº 796/2011, levando em consideração as necessidades de serviço, disponibilidade de orçamento, planejamento estratégico do TRE-MT, dentre outras determinações: “A compra de carros novos evita gastos com a manutenção dos veículos antigos”.

Na avaliação do diretor geral, Mauro Sérgio Rodrigues Diogo, “concluimos mais uma importante etapa, que foi iniciada com a aprovação de nosso planejamento, seguida pela busca e a disponibilização de recursos orçamentários junto ao TSE, a conclusão de um certame licitatório complexo ainda em 2014, a efetiva compra e, finalmente, a respectiva entrega de tais veículos neste início de março. É uma grande satisfação participar da entrega dos veículos, testemunhando que o planejamento foi fielmente executado”.

O presidente do TRE-MT, desembargador Juvenal Pereira da Silva, ao fazer a entrega oficial da frota, ponderou: “O TRE de Mato Grosso prima pela rigidez e transparência na gestão dos recursos públicos. Todos os investimentos feitos pelo Tribunal têm por objetivo garantir a qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e boas condições de trabalho aos nossos servidores”. (TRE-MT, 2023b).

Projetos e Programas

Concurso *Contando Histórias*

Durante o café da manhã, organizado e financiado pelos próprios servidores, a Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento, anunciou o vencedor do concurso “*Contando*



Novos veículos da frota do TRE-MT (2015)

Histórias”, que faz parte de um projeto maior chamado Oficina de Talentos.

Concorreram à premiação do projeto Contando Histórias as seguintes crônicas e respectivos autores: *O tempo não para*, por Rosely Saboia Pimentel Saldanha; *História 02*, por Stella Brandão Cançado Ramos; *História 03*, por Stella Brandão Cançado Ramos; *O eleitor chapado e a escritora de polícia*, por Zeneide Andrade de Alencar; *História 05*, por Pedro Paulo; *Acidente do avião da Gol e o voto indígena em MT*, por Nilson Fernando Gomes Bezerra; *A quase prisão do técnico de transmissão*, por Benedito Antônio da Costa; *Manda um cabo, urgente!*, por Jorge Yoshiro Kimura; *História 09*, por Stella Brandão Cançado Ramos; *Uma aventura no Xingu*, por Francione Souza Paes de Barros; *Eleições 2010*, por Maria Silvia Sorano Mazzo Zugaibe; *Chuva*, por Maria Silvia Sorano Mazo Zugaibe; *O bêbado corno no cartório*, por Paulo Soares Teixeira Filho.

O vencedor foi o servidor da Secretaria de Tecnologia da Informação, Jorge Yoshiro Kimura, que escreveu a crônica intitulada “*Manda um cabo, urgente!*”, o qual ponderou: “Esta história não é minha. É da Justiça Eleitoral. Construímos juntos as nossas histórias e as nossas conquistas.”

A coordenadora de Educação e Desenvolvimento, Isabela Cristina Néspoli, disse que o projeto *Contando Histórias* estava previsto para ter continuidade em outros eventos da Justiça Eleitoral e que depois seriam lançados em livro, reunindo as melhores crônicas inusitadas vivenciadas pelos servidores da Justiça Eleitoral no exercício de suas funções.

Também como parte do projeto *Oficina de Talentos* a servidora Áurea Dalcol, especialista em decoração de festas e recepções, ornamentou o ambiente para receber os servidores, e a servidora Kelly Cristina Esteves Ferreira brindou a todos com uma aplaudida apresentação de *dança de salão*. O café da manhã foi servido ao som da voz e violão do servidor Erivelto Bastos Novais, que interpretou a nossa Música Popular Brasileira. (DIA, 2023).

Projeto ProJovem Adolescente

Vinte alunos da Escola Municipal Oscar da Costa Ribeiro e que participam do Projeto *ProJovem Adolescente*, da Secretaria de Assistência Social de Várzea Grande, estiveram, no dia 4 de julho de 2013, no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso para uma visita guiada nas dependências da instituição.

Os alunos assistiram à sessão plenária, ocasião em que receberam as boas-vindas do presidente do TRE-MT, desembargador Juvenal Pereira da Silva: “É uma gratificação ter jovens aqui, com aspiração de amanhã representar toda a sociedade. A nossa confiança é depositada em todos os senhores, que demonstram interesse pela coisa pública.”

O procurador regional eleitoral, Marcellus Barbosa Lima, parabenizou os alunos pela iniciativa de visitar o Tribunal: “A vinda de vocês até esta instituição demonstra que têm consciência e cidadania. A esperança de ver um país melhor está em vocês jovens. Pois quem já está no poder não vai mudar a situação e são vocês que estão chegando agora que precisam forçar a mudança. É e nisso que confiamos”. (TRE, 2023d).

Projeto EnPrática

Durante a sessão plenária do dia 24 de março de 2013, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, desembargador Juvenal Pereira da Silva, reforçou o convite aos advogados e dirigentes das agremiações partidárias a participar do *I EnPrática*, encontro entre a Justiça Eleitoral e os partidos políticos para debater práticas partidárias. O evento aconteceu nos dias 26 e 27 de setembro, na Casa da Democracia – prédio anexo ao TRE-MT.

O *I EnPrática* é uma realização do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, por meio da Secretaria Judiciária, com o apoio da Escola Judiciária Eleitoral e Corregedoria Regional Eleitoral (CRE-MT).

Durante os dois dias do encontro, servidores da Justiça Eleitoral de Mato Grosso, do Tribunal Superior Eleitoral e de outros tribunais eleitorais ministraram palestras com temas voltados a práticas partidárias: propaganda eleitoral, contas partidárias, sistema de gerenciamento de informações partidárias, sistema *filiaweb*, filiação partidária, segurança do voto eletrônico, recursos eleitorais, consulta jurisprudencial no site do TRE-MT e a presença do advogado nos processos de prestação de contas.

Depois de cada tema apresentado, os participantes puderam esclarecer dúvidas. O objetivo do evento foi o de orientar os partidos políticos quanto aos procedimentos partidários administrativos praticados por eles perante a Justiça Eleitoral, de forma a garantir maior eficiência na prestação de serviços à sociedade.

O presidente do TRE-MT aproveitou a ocasião e parabenizou as unidades do Tribunal envolvidas na realização do evento. (PRESIDENTE, 2023c).



Projeto Ribeirinho Cidadão

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, desembargador, Juvenal Pereira da Silva, envidou esforços para que a Justiça Eleitoral participasse da *VII Edição do Projeto Ribeirinho Cidadão*, uma iniciativa que visa a prestação de serviços assistenciais às comunidades ribeirinhas. Então, o Projeto *Ribeirinho Cidadão VII* aconteceu nas comunidades ribeirinhas dos municípios de Santo Antônio de Leverger e Poconé, entre os dias 21 de fevereiro e 1º de março de 2014.

Na avaliação do presidente do TRE-MT, desembargador Juvenal Pereira da Silva, “a Justiça Eleitoral está sempre aberta a iniciativas que visam proporcionar benefícios à sociedade, inclusive, participamos das edições anteriores do projeto, quando disponibilizamos um espaço para o atendimento ao eleitor ribeirinho. É certo que estaremos presentes para oferecer orientações gerais aos eleitores”.

O mesmo presidente ressaltou, no entanto, que serviços de alistamento, revisão e transferência de domicílio eleitoral serão oferecidos se houver viabilidade técnica: “Nesta sétima edição, o projeto irá contemplar os ribeirinhos dos municípios de Poconé e Santo Antônio, que já passaram pela revisão biométrica. Para instalar o posto eleitoral no local do evento é necessário acesso a internet e equipamentos eletrônicos. Estamos estudando essa viabilidade”. (PRESIDENTE, 2023d).

Projeto Jovem Aprendiz

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) regulamentou decisão que instituiu o Programa de Aprendizagem no âmbito da Justiça Eleitoral Mato-grossense. Foi ele estabelecido pela Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, e assegurou ao TRE-MT contratar até 45 aprendizes, o correspondente a 15% do número total de servidores do órgão.

De acordo com a Resolução nº 1.600/2015, o Programa de Aprendizagem fica a cargo do TRE-MT, conforme disponibilidade orçamentária, sendo destinado a jovens entre 16 e 21 anos de idade. A proposta tem por objetivo oferecer aos aprendizes formação técnico-profissional que oportunize o ingresso no mercado de trabalho, mediante o desenvolvimento de atividades teóricas e práticas.

A chefe de Seleção, Admissão e Avaliação da Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento (CED), Luciana Caljeas, explicou que o primeiro passo foi dado, pois já havia um orçamento que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) disponibilizado ao TRE-MT para iniciar o projeto ainda naquele ano: “O TSE visualizou a importância dessa ação na Justiça Eleitoral, ao disponibilizar uma parte do orçamento para o Programa de Aprendizagem”. No primeiro momento foi contratada uma entidade sem fins lucrativos, voltada à formação técnico-profissional, para oferecer assistência ao adolescente e à sua formação e que esteja inscrita no Cadastro Nacional de Aprendizagem, do Ministério do Trabalho e Emprego, para dar início à admissão dos jovens.



Participantes do Projeto Jovem Aprendiz visitam o depósito de urnas do TRE-MT



Alunos visitam o Memorial pelo Projeto Jovem Aprendiz

Antes de serem inseridos no Programa de Aprendizagem do TRE-MT, os adolescentes precisaram preencher alguns requisitos como, por exemplo, ser oriundos de família com renda *per capita* igual ou inferior a 50% do salário mínimo estabelecido na época da contratação, além de não poder ter parentesco até o terceiro grau com membros, juízes, promotores e servidores do TRE-MT.

Para o presidente do TRE-MT, desembargador Juvenal Pereira da Silva, essa é uma grande ação de responsabilidade social, “pois por meio de ações que contribuem para o fortalecimento da educação e consciência dos direitos e deveres de cada um, é desenvolvida a cidadania ao capacitar e inserir os jovens no mercado de trabalho”. (TRE-MT, 2023c).

Visitas

Uma visita muito especial

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso recebeu, no dia 13 de dezembro de 2013, uma visita diferenciada, de 15 alunos da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) do município de Diamantino, em Mato Grosso.

Na ocasião, conduzidos pela professora de música Deleze Regis de Jesus, os alunos da Apae, participantes do *Coral em Libras*, apresentaram duas músicas aos servidores: “*Então é Natal*” e “*Amigos para sempre*”. Após a apresentação, os estudantes conheceram o Memorial da Justiça Eleitoral e o depósito de urnas.

A então presidente da Apae de Diamantino, Raim Dias de Mesquita agradeceu ao desembargador, Juvenal Pereira da Silva pelo convite feito à associação e aos servidores pela re-

cepção fraterna: “É uma iniciativa que demonstra carinho e respeito com nossos alunos, o que para nós é uma grande honra. Fomos recebidos por todos do Tribunal com carinho e atenção”.

Em seu pronunciamento, o presidente do Tribunal, Juvenal Pereira da Silva, ressaltou que o TRE-MT estará sempre de portas abertas à sociedade: “O Tribunal é uma instituição democrática que está a serviço de todos os cidadãos. Queremos sempre contribuir, dentro das nossas possibilidades, para a realização de eventos desta natureza, que traz benefícios não só para os alunos, mas, principalmente, para a Justiça Eleitoral e aos seus servidores”. (TRE, 2023e).

Visita da Comissão de Direito Eleitoral da OAB/MT ao TRE-MT

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, Juvenal Pereira da Silva, recebeu, no dia 14 de maio de 2013, o presidente e o vice-presidente da Comissão de Direito Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil de Mato Grosso, respectivamente, Silvio Queiroz Teles e Jackson Coutinho.

O presidente da Comissão de Direito Eleitoral, Silvio Queiroz, explicou que a intenção da visita é demonstrar que a OAB/MT dará apoio institucional irrestrito à nova gestão do TRE-MT: “Como se trata de duas novas gestões, através dos desembargadores Juvenal Pereira da Silva e Maria Helena Gargaglione Póvoas no TRE-MT e do advogado Mauricio Aude, na seccional da OAB/MT, resolvemos fazer esta visita de cortesia, para demonstrar as boas intenções recíprocas”. (PRESIDENTE, 2023e).

O desembargador Juvenal Pereira, agradeceu o apoio da comissão e ressaltou que já estava planejando um encontro

com membros da OAB/MT para firmar parcerias. “É fundamental esse compartilhamento de intenções para prestar um relevante serviço à sociedade. Contamos com todas as instituições para que nos auxiliem. O mérito não será só nosso, mas de todos os segmentos sociais”.

Outro assunto abordado durante a visita foi o Sistema de Petição Eletrônica, pela qual os advogados – via internet – podem enviar petições e recursos. O TRE-MT disponibilizou a ferramenta desde 26 de março de 2013, como explicou destacou o secretário judiciário do TRE-MT, Breno Antonio Sirugi Gasparotto: “Contamos com o apoio da OAB/MT para que nos auxilie na divulgação desse sistema junto aos advogados. Essa ferramenta torna a prestação jurisdicional mais ágil, cria facilidades de acesso e gera aos jurisdicionados economia de tempo e custo”. A corregedora eleitoral, Maria Helena Gargaglione Póvoas, destacou a importância da utilização da petição eletrônica, mas ponderou que é preciso dar aos advogados mais tempo para que criem maior intimidade com o sistema: “Queremos avançar no uso desta ferramenta, mas de forma cautelosa e responsável, sem nenhum risco para as partes e violação aos princípios constitucionais”.

Eventos

1º Encontro de presidentes dos TRE's da Região Amazônica

O juiz-membro do Pleno do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, e o diretor-geral, Mauro Sérgio Rodrigues Diogo, representaram o TRE-MT no *1º Encontro de Presidentes dos TRE's da região Amazônica*, realizado na cidade de Boa Vista (Roraima), no dia 9 de agosto de 2013.

O evento teve por objetivo discutir questões inerentes à Justiça Eleitoral em estados que enfrentam dificuldades de longas distâncias, malha viária deficiente e locais de difícil acesso devido à necessidade de atender população ribeirinha e indígena. Foi debatido o rezoneamento eleitoral, ou seja, a agregação de zonas eleitorais, bem como biometria, criação de cargos para zonas eleitorais, servidores requisitados, Eleições 2014.

Ao final do Encontro, foi redigida a *Carta Eleitoral da Amazônia*. (TRE's, 2023).

II Fórum de Representantes de Zonas Eleitorais – II FReZE

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, desembargador Juvenal Pereira da Silva, abriu, na manhã de 25 de novembro de 2013, o *2º Fórum de Representantes das Zonas Eleitorais*, convidando os servidores a promover um intenso debate sobre experiências acumuladas nas eleições passadas, com sugestões de melhorias visando ao pleito de 2014: “O valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem”, disse o desembargador, citando o poeta português Fernando Pessoa (1888- 1935). Ponderou ainda que “nestes dois dias de Fórum desejamos que vocês troquem experiências, discutam intensamente os erros e acertos passados e proponham mudanças que possam manter o nível de excelência dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral à sociedade mato-grossense”.

Para o desembargador Juvenal Pereira da Silva, a programação do evento é rica e de alta aplicabilidade prática, “pois o primeiro contato do cidadão eleitor com a Justiça Eleitoral ocorre nos cartórios eleitorais”. (II FReZE, 2023).



Visita da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-MT ao TRE-MT (2013)



64º Encontro do Colégio de Presidentes

O presidente do TRE-MT, desembargador Juvenal Pereira da Silva, participou, em São Paulo, do 64º Encontro do Colégio de presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais. Na ocasião, Antônio Carlos Mathias Coltro, desembargador do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), tomou posse como presidente do Colégio de Presidentes dos TRE's.

O evento discutiu diversos assuntos, dentre eles o recadastramento biométrico de eleitores no Brasil em 2015, bem como o Projeto de Lei 7.027/2013 que atende às reivindicações dos servidores da Justiça Eleitoral e prevê a criação de cargos e funções nos Tribunais Regionais Eleitorais, destinados às Zonas Eleitorais e transforma funções de chefes de cartórios.

Para o presidente do TRE-MT, desembargador Juvenal Pereira da Silva, o encontro foi excelente pelos temas debatidos que serão implementados: “O Colégio está sempre em busca de melhorias na atuação da Justiça Eleitoral”. (TRE-MT, 2023d).

Premiações ao TRE-MT

Corregedoria Eleitoral – Prêmio Esemplare

Para valorizar a atuação de magistrados e servidores da Justiça Eleitoral que se destacaram no exercício de função no biênio 2013/2014, a Corregedoria do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso entregou, no dia 18 de dezembro de 2014, o Prêmio *Esemplare*, honraria instituída em outubro de 2013 pela corregedora e vice-presidente do TRE-MT, desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas.

Na ocasião, foram homenageados juízes e servidores da 21ª Zona Eleitoral de Lucas do Rio Verde. O cálculo do índice de produtividade teve por base a quantidade de sentenças proferidas, o tempo médio dos processos e grau de cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça

(CNJ). Para chegar a esse resultado, servidores e juízes foram avaliados durante dois anos.

Os servidores contemplados receberam um diploma emoldurado e figurarão de forma permanente no *site* do TRE-MT, na Galeria *Esemplare*. A meta foi a valorização dos servidores e juízes dos cartórios e sede, reconhecendo a sua participação enquanto agentes importantes na construção da imagem institucional e realização das eleições. (CORREGEDORIA, 2023).

TRE cumpre meta 8/2013 do Conselho Nacional de Justiça

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso cumpriu a Meta 8 de 2013, do Conselho Nacional de Justiça, que determinou a elaboração e implantação da *Carta de Serviços* do 2º Grau da Justiça Eleitoral. O CNJ determinou a implantação e divulgação de um documento contendo informações de todos os serviços que prestam à sociedade no âmbito da segunda instância, a todos os Tribunais Eleitorais do país, por meio da citada meta. A Carta de Serviços do 2º Grau do TRE-MT, na avaliação do presidente do TRE-MT, desembargador Juvenal Pereira da Silva, “é um documento essencial à sociedade, pois nele o cidadão, além de ter conhecimento dos serviços que a Justiça Eleitoral oferece no âmbito da segunda instância, é informado de como proceder para ter acesso a esses serviços”.

O presidente ressaltou ainda que, além da simplificação do atendimento público prestado ao usuário, a carta é uma ferramenta de gestão, pois, “ao saber quais são os serviços que o Tribunal tem o dever de prestar, o cidadão poderá cobrar da instituição sua efetivação com eficiência. A sociedade mato-grossense se tornará nossa parceira na busca de atingir padrões de excelência no atendimento prestado”.

Dentre os serviços descritos na carta estão: peticionamento eletrônico; certidões processuais; informações do Cadastro Nacional de Eleitores; acompanhamento processual; serviço Disque-Denúncia; prestação de contas eleitorais; Programa Voto Consciente; programa de estágio; pesquisa de jurisprudência e documentação; e sessões plenárias. (TRE, 2023f).

PREFEITOS MUNICIPAIS ELEITOS NO ESTADO DE MATO GROSSO (2012)

| Município | Nº | Candidato | Nome Urna | Partido | Votação |
|-----------------------|----|----------------------------------|----------------------|---------|---------|
| Acorizal | 55 | Arcilio Jesus da Cruz | Chindo | PSD | 2.589 |
| Água Boa | 23 | Mauro Rosa da Silva | Maurão | PPS | 5.734 |
| Alta Floresta | 15 | Asiel Bezerra de Araujo | Dr. Asiel | PMDB | 16.761 |
| Alto Araguaia | 22 | Jerônimo Samita Maia Neto | Maia Neto | PR | 7.365 |
| Alto Boa Vista | 15 | Leuzipe Domingues Gonçalves | Leuzipe | PMDB | 1.669 |
| Alto Garças | 22 | Cezalpino Mendes Teixeira Junior | Junior do Pitucha | PR | 2.941 |
| Alto Paraguai | 15 | Adair José Alves Moreira | Adair | PMDB | 2.807 |
| Alto Taquari | 25 | Mauricio Joel de Sa | Mauricio | DEM | 2.644 |
| Apiacás | 15 | Adalto Jose Zago | Adalto | PMDB | 1.752 |
| Araguaiana | 45 | José Marra Nery | Professor Jose Marra | PSDB | 1.482 |
| Araguainha | 22 | Maria José das Graças Azevedo | Zezé do Osmari | PR | 384 |
| Araputanga | 15 | Sidney Pires Salomé | Sidney Salomé | PMDB | 5.531 |
| Arenópolis | 10 | José Mauro Figueiredo | Zé Mauro | PRB | 3.011 |
| Aripuanã | 15 | Ednilson Luiz Faitta | Ednilson Faitta | PMDB | 3.840 |
| Barão de Melgaço | 15 | Antonio Ribeiro Torres | Ribeiro Torres | PMDB | 2.864 |
| Barra do Bugres | 55 | Julio Cesar Florindo | Julio Florindo | PSD | 8.500 |
| Barra do Garças | 55 | Roberto Angelo de Farias | Roberto Farias | PSD | 14.238 |
| Bom Jesus do Araguaia | 45 | Joel Ferreira | Joel da JM | PSDB | 1.203 |
| Brasnorte | 55 | Eudes Tarciso de Aguiar | Tarciso | PSD | 3.896 |
| Cáceres | 15 | Francis Maris Cruz | Francis Maris | PMDB | 21.630 |
| Campinápolis | 40 | Jeovan Faria | Jeovan Faria | PSB | 3.455 |
| Campo Novo do Parecis | 15 | Mauro Walter Berft | Mauro | PMDB | 7.746 |
| Campo Verde | 14 | Fabio Schroeter | Fabio do Paranaense | PTB | 7.638 |
| Campos de Júlio | 55 | Dirceu Martins Comiran | Dirceu Comiran | PSD | 1.948 |
| Canabrava do Norte | 40 | Valdez Viana Nunes | Valdez Viana | PSB | 1.629 |
| Canarana | 55 | Evaldo Osvaldo Diehl | Evaldo | PSD | 5.240 |
| Carlinda | 12 | Geraldo Ribeiro de Souza | Geraldo Ribeiro | PDT | 3.169 |
| Castanheira | 13 | Mabel de Fatima Milanezi | Mabel | PT | 2.410 |
| Chapada dos Guimarães | 45 | José de Souza Neves | Dr. Jose Neves | PSDB | 2.848 |
| Cláudia | 55 | João Batista Moraes de Oliveira | João Batista | PSD | 3.318 |
| Cocalinho | 13 | Luiz Henrique do Amaral | Luiz Henrique | PT | 1.981 |
| Colíder | 15 | Nilson José dos Santos | Nilson Santos | PMDB | 11.689 |
| Colniza | 15 | João Assis Ramos | Assis Raupp | PMDB | 5.062 |
| Comodoro | 22 | Marlise Marques Moraes | Marlise | PR | 4.832 |
| Confresa | 55 | Gaspar Domingos Lazari | Gaspar | PSD | 5.097 |
| Conquista d'Oeste | 22 | Walmir Guse | Walmir Guse | PR | 1.295 |
| Cotriguaçu | 15 | Rosangela Aparecida Nervis | Rose | PMDB | 4085 |
| Cuiabá | 40 | Mauro Mendes Ferreira | Mauro Mendes | PSB | 169.688 |
| Curvelândia | 22 | Eli Sanchez Romao | Eli Da Farmacia | PR | 1.399 |
| Denise | 55 | Pedro Tercy Barbosa | Pedro Tercy | PSD | 3.068 |
| Diamantino | 55 | Juviano Lincoln | Lincoln | PSD | 3.920 |

continua...

PREFEITOS MUNICIPAIS ELEITOS NO ESTADO DE MATO GROSSO (2012)

| Município | Nº | Candidato | Nome Urna | Partido | Votação |
|-----------------------------|----|---------------------------------|------------------------|---------|---------|
| Dom Aquino | 55 | Josair Jeremias Lopes | Josair Lopes | PSD | 4.021 |
| Feliz Natal | 55 | José Antônio Dubiella | Toni Dubiella | PSD | 2.635 |
| Figueirópolis d'Oeste | 22 | Lino Cupertino Teixeira | Lino | PR | 1.469 |
| Gaúcha do Norte | 25 | Nilson Francisco Alessio | Nilson Alessio | DEM | 1.974 |
| General Carneiro | 55 | Magali Amorim Vilela de Moraes | Magali | PSD | 1.096 |
| Glória d'Oeste | 11 | Nilton Borges Borgato | Nilton Borgato | PP | 1.237 |
| Guarantã do Norte | 25 | Sandra Martins | Sandra Martins | DEM | 8.940 |
| Guiratinga | 25 | Helio Antonio Filipin Goulart | Helio Goulart | DEM | 4.254 |
| Indiavaí | 22 | Valteir Quirino dos Santos | Valteir | PR | 1.030 |
| Ipiranga do Norte | 14 | Pedro Ferronato | Pedro Ferronato | PTB | 1.185 |
| Itanhangá | 55 | João Antônio Vieira | João Cabeça Branca | PSD | 1.163 |
| Itaúba | 55 | Raimundo Zanon | Zanon | PSD | 1.774 |
| Itiquira | 22 | Humberto Bortolini | Betão | PR | 4.189 |
| Jaciara | 13 | Ademir Gaspar de Lima | Ademir | PT | 6.399 |
| Jangada | 55 | Valdecir Kemer | Gauchinho | PSD | 2.614 |
| Jauru | 13 | Enercia Monteiro dos Santos | Enercia | PT | 3.640 |
| Juara | 55 | José Alcir Paulino | Alcir Paulino | PSD | 2.950 |
| Juína | 15 | Hermes Lourenco Bergamim | Hermes Bergamim | PMDB | 11.565 |
| Juruena | 15 | Cicilio Rosa Neto | Cicilio | PMDB | 2.652 |
| Juscimeira | 55 | Valdecir Luiz Colle | Chiquinho do Posto | PSD | 4.426 |
| Lambari d'Oeste | 55 | Maria Manea Cruz | Maria Manea | PSD | 1.981 |
| Lucas do Rio Verde | 12 | Otaviano Olavo Pivetta | Otaviano Pivetta | PDT | 13.587 |
| Luciara | 40 | Fausto Aquino de Azambuja Filho | Faustinho | PSB | 727 |
| Marcelândia | 55 | Arnóbio Vieira de Andrade | Arnóbio | PSD | 3.439 |
| Matupá | 15 | Valter Miotto Ferreira | Valtinho Miotto | PMDB | 4.861 |
| Mirassol d'Oeste | 55 | Elias Mendes Leal Filho | Leal | PSD | 5.120 |
| Nobres | 55 | Sebastião Gilmar Luiz da Silva | Gilmarzinho da Ecoplan | PSD | 5.753 |
| Nortelândia | 55 | Neurilan Fraga | Neurilan Fraga | PSD | 2.509 |
| Nossa Senhora do Livramento | 11 | Carlos Roberto da Costa | Nezinho | PP | 5.369 |
| Nova Bandeirantes | 55 | Solange Sousa Kreidloro | Sol | PSD | 4.044 |
| Nova Brasilândia | 13 | Jamar da Silva Lima | Jamar | PT | 1.553 |
| Nova Canaã do Norte | 15 | Vicente Gerotto de Medeiros | Vicente Medeiros | PMDB | 4.444 |
| Nova Guarita | 40 | Francisco Endler | Chico da Oficina | PSB | 1.488 |
| Nova Lacerda | 25 | Valmir Luiz Moretto | Valmir Moretto | DEM | 1.887 |
| Nova Marilândia | 22 | Wener Klesley dos Santos | Wener | PR | 1.483 |
| Nova Maringá | 25 | Joao Braga Neto | João Braga | DEM | 1.682 |
| Nova Monte Verde | 15 | Arion Silveira | Batata do Laticinio | PMDB | 2.369 |
| Nova Mutum | 12 | Adriano Xavier Pivetta | Adriano Pivetta | PDT | 9.568 |
| Nova Nazaré | 55 | Railda de Fatima Alves | Railda | PSD | 880 |
| Nova Olímpia | 11 | Cristovão Masson | Cristovão Masson | PP | 5.750 |
| Nova Santa Helena | 55 | Dorival Lorca | Doro | PSD | 1.266 |

continua...

PREFEITOS MUNICIPAIS ELEITOS NO ESTADO DE MATO GROSSO (2012)

| Município | Nº | Candidato | Nome Urna | Partido | Votação |
|---------------------------|----|------------------------------------|--------------------|---------|---------|
| Nova Ubiratã | 15 | Valdenir José dos Santos | Valdenir Santos | PMDB | 2.838 |
| Nova Xavantina | 55 | Gercino Caetano Rosa | Gercino | PSD | 6.593 |
| Novo Horizonte do Norte | 55 | João Antônio de Oliveira | João Antônio | PSD | 1.354 |
| Novo Mundo | 40 | José Helio Ribeiro da Silva | Helio | PSB | 2.034 |
| Novo Santo Antônio | 15 | Eduardo Penno | Eduardo Penno | PMDB | 536 |
| Novo São Joaquim | 22 | Leonardo Faria Zampa | Leonardo Farias | PR | 2.256 |
| Paranaíta | 15 | Antonio Domingo Rufatto | Tony Rufatto | PMDB | 3.096 |
| Paranatinga | 44 | Vilson Pires | Vilson Pires | PRP | 5.072 |
| Pedra Preta | 12 | Mariledi Araujo Coelho Philippi | Mariledi | PDT | 3.844 |
| Peixoto de Azevedo | 55 | Sinvaldo Santos Brito | Dr Sinvaldo | PSD | 7.305 |
| Planalto da Serra | 15 | Angelina Benedita Pereira | Angelina | PMDB | 1.126 |
| Poconé | 13 | Nilce Mary Leite | Meire Adalto | PT | 9.322 |
| Pontal do Araguaia | 40 | Divina Maria da Silva Oda | Divina Oda | PSB | 2.045 |
| Ponte Branca | 25 | Humberto Luiz Nogueira de Menezes | Humberto | DEM | 791 |
| Pontes e Lacerda | 23 | Donizete Barbosa do Nascimento | Donizete da Len | PPS | 14.572 |
| Porto Alegre do Norte | 55 | Emival Gomes de Freitas | Emival Freitas | PSD | 1.806 |
| Porto dos Gaúchos | 40 | Moacir Pinheiro Piovesan | Baixinho Piovesan | PSB | 1.786 |
| Porto Esperidião | 13 | José Roberto de Oliveira Rodrigues | Zé do PT | PT | 3.277 |
| Porto Estrela | 15 | Mauro André Businaro | Maurão | PMDB | 1.634 |
| Poxoréu | 55 | Jane Maria Sanchez Lopes | Jane | PSD | 5.582 |
| Primavera do Leste | 25 | Erico Piana Pinto Pereira | Erico Piana | DEM | 16.876 |
| Querência | 15 | Gilmar Reinoldo Wentz | Gilmar Wentz | PMDB | 3.815 |
| Reserva do Cabaçal | 15 | Jairo Manfroi | Jairo Manfroi | PMDB | 959 |
| Ribeirão Cascalheira | 15 | Patricia Fernandes de Oliveira | Patrica Vilela | PMDB | 2.519 |
| Ribeirãozinho | 55 | Aparecido Marques Moreira | Professor Marcos | PSD | 1.248 |
| Rio Branco | 20 | Antonio Xavier de Araujo | Totonho | PSC | 1.842 |
| Rondolândia | 13 | Bett Sabah Marinho da Silva | Bett Sabah | PT | 1.061 |
| Rondonópolis | 23 | Percival Santos Muniz | Percival Muniz | PPS | 60.452 |
| Rosário Oeste | 40 | João Antônio da Silva Balbino | João do Ouro Verde | PSB | 5.201 |
| Salto do Céu | 11 | Wemerson Adao Prata | Merson | PP | 1.829 |
| Santa Carmem | 55 | Alessandro Nicoli | Alessandro Nicoli | PSD | 1.510 |
| Santa Cruz do Xingu | 40 | Marcos de Sá Fernandes da Silva | Marcos de Sá | PSB | 644 |
| Santa Rita do Trivelato | 55 | Hugo Garcia Sobrinho | Hugo Garcia | PSD | 866 |
| Santa Terezinha | 13 | Cristiano Gomes e Cunha | Cristiano Gomes | PT | 1.560 |
| Santo Afonso | 22 | Venceslau Botelho de Campos | Gordo Salim | PR | 1.049 |
| Santo Antônio do Leste | 12 | Miguel José Brunetta | Miguel Brunetta | PDT | 1.492 |
| Santo Antônio do Leverger | 13 | Valdir Ribeiro | Dr. Valdir | PT | 6.482 |
| São Félix do Araguaia | 23 | José Antônio de Almeida | Baú | PPS | 2.678 |
| São José do Povo | 23 | Arivaldo Medeiros de Santana | Arivaldo | PPS | 1.363 |
| São José do Rio Claro | 25 | Natanael Casavechia | Natanael | DEM | 3.192 |
| São José do Xingu | 55 | Raquel Campos Coelho | Raquel | PSD | 1.031 |

continua...

PREFEITOS MUNICIPAIS ELEITOS NO ESTADO DE MATO GROSSO (2012)

| Município | Nº | Candidato | Nome Urna | Partido | Votação |
|----------------------------------|----|-----------------------------|-------------------|---------|---------|
| São José dos Quatro Marcos | 40 | Carlos Roberto Bianchi | Carlos Bianchi | PSB | 6.769 |
| São Pedro da Cipa | 22 | Alexandre Russi | Alexandre Russi | PR | 1.481 |
| Sapezal | 55 | Ilma Grisoste Barboza | Ilma | PSD | 5.213 |
| Serra Nova Dourada | 55 | Edson Yukio Ogatha | Japones | PSD | 591 |
| Sinop | 15 | Juarez Alves da Costa | Juarez Costa | PMDB | 35.017 |
| Sorriso | 22 | Dilceu Rossato | Rossato | PR | 20.448 |
| Tabaporã | 23 | Percival Cardoso Nobrega | Percival | PPS | 3.403 |
| Tangará da Serra | 15 | Fabio Martins Junqueira | Fabio | PMDB | 18.875 |
| Tapurah | 12 | Luiz Umberto Eickhoff | Luiz Eickhoff | PDT | 2.998 |
| Terra Nova do Norte | 25 | Milton Jose Toniazzo | Milton Toniazzo | DEM | 2.293 |
| Tesouro | 55 | Ilton Ferreira Barbosa | Prof. Ilton | PSD | 1.167 |
| Torixoréu | 55 | Odoni Mesquita Coelho | Odoni Coelho | PSD | 1.825 |
| União do Sul | 15 | Ildo Ribeiro de Medeiros | Ildo Medeiros | PMDB | 1.325 |
| Vale de São Domingos | 11 | Daniel Gonzaga Correa | Daniel | PP | 1.364 |
| Várzea Grande | 15 | Walace dos Santos Guimarães | Dr. Wallace | PMDB | 47.338 |
| Vera | 11 | Nilso José Vigolo | Nilso Vigolo | PP | 2.770 |
| Vila Bela da Santíssima Trindade | 12 | Anderson Glaucio Andrade | Anderson do Posto | PDT | 3.988 |
| Vila Rica | 25 | Luciano Marcos Alencar | Luciano | DEM | 5.223 |

Fonte: TSE – Resultado das Eleições Municipais de 2012.

ELEIÇÃO SUPLEMENTAR PARA PREFEITOS MUNICIPAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO (2012)

| Município | Nº | Candidato | Nome Urna | Partido | Votação |
|----------------|----|-----------------------|----------------|---------|---------|
| Glória d'Oeste | 11 | Nilton Borges Borgato | Nilton | PP | 999 |
| Juara | 23 | Edson Miguel Piovesan | Edson Piovesan | PPS | 7.807 |

Fonte: TSE – Resultado das Eleições Municipais de 2012.

Gestão Maria Helena Póvoas (2015-2017)



Desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas

Dados biográficos

Maria Helena Gargaglione Póvoas nasceu em Cuiabá a 12 de fevereiro de 1957, descendendo de Lenine de Campos Póvoas e Arlete Gargaglione Póvoas. Tem os seguintes filhos: Luciana Póvoas Lemos Diego Póvoas de Abreu Lenine Póvoas de Abreu.

É formada em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso e inscrita na OAB/MT sob o nº 2.700, desde 25 de maio de 1983. No âmbito da pós-graduação cursou Especialização em Direito Processual Civil na Universidade de Cuiabá (Unic).

Profissionalmente, chefiou o Departamento Jurídico da Companhia de Habitação Popular de Mato Grosso (Cohab-MT) no período de 1987 a 1990; conselheira da Ordem dos Advogados do Brasil-Seccional de Mato Grosso no período de 1989 a 1991; presidente da OAB/MT no biênio 1993/1995 e triênio 1995/1997; militou como advogada no Estado de Mato Grosso de 1983 a 2005; desembargadora do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso; atuou como presidente da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso e presidente da 1ª Turma de Câmaras Cíveis Reunidas; presidente da Coordenadoria de Supervisão dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado de Mato Grosso (2011/2012); vice-presidente do TRE-MT (2013/2015); eleita presidente do TRE-MT (2015/2017) e vice-presidente do TJMT (2019/2020). Presidente do TJMT (2020/2023).

Suas atividades na área do Direito foram diversas: coordenou Ciclo de Palestras, promovido pela OAB/MT em 1994; conferencista no VIII Encontro de Inspectores e Comissários

da Infância e da Juventude de Cuiabá-MT, promovido pelo Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso em abril de 1997; coordenou o Simpósio de Estudos – Direito Civil/Processo Civil e Direito Penal/Processual Penal realizado em maio do ano de 2000, promovido pela Unic. Proferiu palestra sobre o tema “*As Novas Regras do Código Civil e seus Reflexos no Código de Processo Civil*” durante a realização do 1º Ciclo de Palestras Jurídicas promovido pela Unic (2003).

No âmbito da docência, foi professora da Unic, onde lecionou Direito Civil, Processo Civil e Prática Forense.

Autora do artigo doutrinário intitulado *Violação ao Direito Adquirido*, publicado na revista jurídica da Universidade de Cuiabá, no ano de 2000; autora do artigo doutrinário abordando o tema *A Força Obrigatória dos Contratos e a Teoria da Imprevisão*, publicado no informativo jurídico Consulex, edição setembro de 2002.

Participou de diversos eventos e, pelos seus méritos, recebeu diversas homenagens e condecorações. (CURRICULUM, 2023).

Discurso de posse

Dia 14 de abril de 2015

Senhoras e senhores – Neste momento triunfal da minha modesta existência, agradeço a Deus pela oportunidade de mais uma vez poder servir à Magistratura, e à cidadania, o que faço firmada na mensagem bíblica que ensina que “*o Criador não escolhe os preparados, prepara seus escolhidos*”. Com essa certeza, afirmo que não faltarei aos deveres para os quais fui convocada. A presente solenidade honra-me sobremaneira, inclusive pela feliz coincidência de, pela primeira vez na história, dois egressos da OAB assumirem o comando desta Corte. E é a ela, à OAB, que dirijo minhas primeiras palavras!!! Instituição sempre presente e atuante nos momentos mais difíceis da História da República, teve papel relevante na redemocratização do país, inclusive na luta pela restauração das garantias do Poder Judiciário, entre elas a Vitaliciedade e a Estabilidade absurdamente suspensas pelos Atos Institucionais I e II, do Regime Ditatorial, que previa, entre outros abusos, que os membros da Magistratura poderiam ser sumariamente investigados e demitidos, ferindo de morte seus mais caros e essenciais predicados. A velha guerreira OAB, tenho certeza, não faltará aos momentos em que a cidadania lhe

convocar para a luta democrática. Amargamos 25 anos de jejum político, anos de trevas, de ausência de democracia. Anos em que, maquiavelicamente, os então governantes de plantão disseminaram a ideia de que política não era algo do qual o povo pudesse se ocupar. Pensemos nisso nos dias atuais, especialmente aqueles que frequentam praças públicas ostentando cartazes saudosistas!!! Sejam responsáveis com o futuro dos nossos filhos e netos!!! As viúvas do regime ditatorial ainda vagueiam pelas ruas e praças, agora transmudadas de revolucionárias!!! O país passa por uma quadra tormentosa!!! Trilhas hoje floridas, ou aparentemente calmas, já representaram tenebrosos tempos de dor, de lágrimas e sangue derramados por muitos brasileiros. Hoje assistimos a sociedade mover-se entre a indignação e a incredulidade, entre o desespero e a dor, entre a fome e a miséria, entre guiar-se pela consciência ou vender-se por um prato de lentilhas. Os anos passam e o discurso parece o mesmo!!! Os trabalhadores se amontoam dentro e fora dos hospitais, como se fossem animais tocados aos magotes para o abatedouro!!! As filas em busca de uma vaga nas escolas públicas crescem em proporção inversa ao discurso que promete eliminá-las. A segurança pública brasileira deixou, há muito, de ser pública para ser exclusivamente privada, obviamente para os afortunados!!!!!! Cada vez mais temos a certeza de que Geraldo Vandré, na letra da inesquecível música *Disparada*, estava certo, quando profetizou “...gado a gente marca, tange, ferra, engorda e mata, mas com gente é diferente”. O país precisa despir-se, precisa fazer um minucioso exame de suas entranhas, sem que isso constitua um atentado ao pudor. A crueza da análise aqui exposta não deve servir ao desânimo, porque é exatamente na dureza do dia a dia, no embate sistemático, que reabastecemos nossas convicções. O destemor sempre fez parte do perfil do povo brasileiro. Não haverá Justiça Social neste país se não for ofertada dignidade ao povo brasileiro!!! O momento exige equilíbrio e memória, para que possamos prosseguir com as reformas políticas. O financiamento público das campanhas será importante ferramenta na simetria entre os candidatos no transcurso do pleito, além de ser relevante vetor na tentativa de coibir a farra que lamentavelmente hoje assistimos. É preciso salvar da contaminação podre o que ainda resta do tecido social sadio. O voto aberto para toda e qualquer decisão dos parlamentares será muito bem-vindo, pois possibilitará ao eleitor conhecer a conduta dos seus escolhidos. A reformatação das coligações

funcionará como um filtro, a depurar os partidos políticos e expurgar do processo eleitoral as siglas de aluguel. A vedação para reeleição majoritária, com a proposta de aumento do mandato de quatro para cinco anos, parece mecanismo interessante. A reflexão sobre a atual proporcionalidade na representação dos Estados no Poder Legislativo poderá ser medida eficaz, capaz de inserir todas as unidades federativas nos grandes temas nacionais. Constitui missão da Justiça Eleitoral dar efetividade à lei e materializar a vontade do eleitor. Assim faremos!!! Aos juízes eleitorais que atuaram de forma destemida, porém com compromisso velado com a toga, meu muitíssimo obrigada! Durante o biênio que se encerra, agradeço o apoio recebido pelo eminente desembargador Juvenal Pereira da Silva, e a parceria bem-sucedida com todos os nossos colaboradores na eleição de 2014. **Nenhuma** mácula recaiu sobre o pleito!!! Divido esse sucesso com os abnegados servidores da Justiça Eleitoral, que a cada dia me surpreendem pela devoção e comprometimento!!! Para o biênio que hoje se inicia, novos desafios se apresentam, entre outros: identificar aproximadamente cem mil eleitores biometricamente, até o mês de abril de 2017; levar a efeito a conclusão do rezoneamento eleitoral, seguindo orientação do Tribunal Superior Eleitoral; ampliar os mecanismos remotos de acompanhamento, consulta e petição judicial, fornecendo aos advogados meios cada vez mais eficazes de atuação. Ao despedir-me da Corregedoria Regional Eleitoral (CRE-MT), não pretendo discorrer sobre nossas ações levadas a efeito, tudo não passou de execução de obrigações assumidas. Mas a grande família eleitoral, juízes e servidores, brilharam ao encampar projetos pioneiros como o Pauta Limpa, que facilitou a apreciação dos registros de candidaturas e a aplicabilidade plena da Lei da Ficha Limpa, e o Pardal, que serviu como os olhos da Justiça Eleitoral nas mãos dos eleitores. Doravante a Corregedoria Regional Eleitoral (CRE-MT) terá um grande baluarte, o desembargador Luiz Ferreira da Silva, homem honrado e destemido!!! Concluo reverenciando a memória dos meus pais, Lenine e Arlete, a quem tudo devo; à minha família, na pessoa dos meus irmãos Eduardo e Aloísio Póvoas, meu maternal carinho aos meus filhos, razões maiores da minha vida, Luciana, Diego e Lenine, e àqueles que hoje adoçam meus dias, meus netos Luiz André e Marina, o amor eterno da Vó Nena!!!

Que Deus nos abençoe e ilumine!

Obrigada a todos! (PÓVOAS, 2023).

Composição do Pleno

TRIBUNAL PLENO – BIÊNIO 2015-2017 – MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|---|----------------------------------|---------------------|------------|------------|
| Presidente | Maria Helena Gargaglione Póvoas | Desembargador | 15/4/2015 | 15/4/2017 |
| Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral | Luiz Ferreira da Silva | Desembargador | 15/4/2015 | 15/4/2017 |
| Juiz-Membro Titular | Paulo César Alves Sodré | Juiz Federal | 17/8/2015 | 17/8/2017 |
| Juiz-Membro Titular | Pedro Francisco da Silva | Juiz Federal | 15/8/2013 | 14/8/2015 |
| Juiz-Membro Titular | Marcos Faleiros da Silva | Juiz de Direito | 29/3/2016 | 29/3/2018 |
| Juiz-Membro Titular | Rodrigo Roberto Curvo | Juiz de Direito | 15/10/2015 | 15/10/2017 |
| Juiz-Membro Titular | Lídio Modesto da Silva Filho | Juiz de Direito | 27/3/2014 | 26/3/2016 |
| Juiz-Membro Titular | Agamenon Alcântara Moreno Júnior | Juiz de Direito | 10/10/2013 | 09/10/2015 |
| Juiz-Membro Titular | Ulisses Rabaneda dos Santos | Jurista | 17/2/2017 | 17/2/2019 |
| Juiz-Membro Titular | Flavio Alexandre Martins Bertin | Jurista | 12/12/2014 | 12/12/2016 |
| Juiz-Membro Titular | Ricardo Gomes de Almeida | Jurista | 12/12/2014 | 12/12/2016 |
| Diretor-Geral | Felipe Oliveira Biato | Analista Judiciário | 15/4/2015 | 15/4/2017 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízes Eleitorais. Acesso em: 24 out. 2022.

MEMBROS SUBSTITUTOS

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|-------------------------|--------------------------------|-----------------|-----------|-----------|
| Juiz-Membro Substituto | Sebastião Barbosa Farias | Desembargador | 4/4/2017 | 4/4/2019 |
| Juíza-Membro Substituta | Nilza Maria Póssas de Carvalho | Desembargador | 1º/8/2016 | 1º/8/2018 |
| Juíza-Membro Substituta | Maria Aparecida Ribeiro | Desembargador | 31/7/2014 | 30/7/2016 |
| Juiz-Membro Substituto | Pedro Sakamoto | Desembargador | 30/3/2015 | 30/3/2017 |
| Juiz-Membro Substituto | Roberto Luis Luchi Demo | Juiz Federal | 20/8/2015 | 20/8/2017 |
| Juíza-Membro Substituta | Vanessa Curti Perenha Gasques | Juiz Federal | 15/8/2013 | 14/8/2015 |
| Juiz-Membro Substituto | José Antônio Bezerra Filho | Juiz de Direito | 12/1/2016 | 12/1/2018 |
| Juíza-Membro Substituta | Patricia Ceni dos Santos | Juiz de Direito | 22/6/2015 | 22/6/2017 |
| Juíza-Membro Substituta | Ana Cristina Silva Mendes | Juiz de Direito | 10/1/2014 | 09/1/2016 |
| Juiz-Membro Substituto | Alberto Pampado Neto | Juiz de Direito | 20/6/2013 | 19/6/2015 |
| Juiz-Membro Substituto | Divanir Marcelo de Pieri | Jurista | 22/6/2015 | 22/6/2017 |
| Juiz-Membro Substituto | André Luiz de Andrade Pozeti | Jurista | 17/7/2014 | 16/7/2016 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízes Eleitorais. Acesso em: 24 out. 2022.

JUÍZES AUXILIARES/PRESIDÊNCIA/VICE-PRESIDÊNCIA E CORREGEDORIA

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|---|------------------------------|-----------|-----------|-----------|
| Juiz Auxiliar da Presidência | Lídio Modesto da Silva Filho | Auxiliar | 1º/7/2016 | 30/3/2017 |
| Juíza Auxiliar da Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral | Adriana Sant'Anna Coningham | Auxiliar | 31/8/2016 | 30/3/2017 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízes Eleitorais. Acesso em: 24 out. 2022.

DIRETORIA DA ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL “DESEMBARGADOR PALMYRO PIMENTA”

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|---------|----------------------------------|-----------|------------|-----------|
| Diretor | Paulo César Alves Sodré | Titular | 29/4/2016 | 17/8/2017 |
| Diretor | Lídio Modesto da Silva Filho | Titular | 16/12/2015 | 26/3/2016 |
| Diretor | Agamenon Alcântara Moreno Júnior | Titular | 10/6/2014 | 9/10/2015 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 24 out. 2022.

VICE DIRETOR DA ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL “DESEMBARGADOR PALMYRO PIMENTA”

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|--------------|-----------------------------|-----------|------------|------------|
| Vice-Diretor | Paulo César Alves Sodré | Titular | 16/12/2015 | 28/4/2016 |
| Vice-Diretor | Ricardo Gomes de Almeida | Titular | 29/4/2016 | 12/12/2016 |
| Vice-Diretor | Ulisses Rabaneda dos Santos | Titular | 13/3/2017 | 17/2/2019 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 24 out. 2022.

OUVIDORES ELEITORAIS E JUIZ DE COOPERAÇÃO

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|---------|--------------------------|-----------|-----------|-----------|
| Ouvidor | Marcos Faleiros da Silva | Titular | 21/2/2017 | 19/7/2017 |
| Ouvidor | Rodrigo Roberto Curvo | Titular | 2/2/2016 | 19/2/2017 |
| Ouvidor | Pedro Francisco da Silva | Titular | 6/5/2014 | 13/8/2015 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 24 out. 2022.

OUVIDORES ELEITORAIS SUBSTITUTOS

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|---------|------------------------------|-----------|-----------|-----------|
| Ouvidor | Ricardo Gomes de Almeida | Jurista | 2/2/2016 | 28/4/2016 |
| Ouvidor | André Luiz de Andrade Pozeti | Jurista | 29/4/2016 | 16/7/2016 |
| Ouvidor | Divanir Marcelo de Pieri | Jurista | 21/2/2017 | 22/6/2017 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 24 out. 2022.

PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL – TITULAR

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|---------------------------------------|---------------------------------|------------|-----------|-----------|
| Procurador Regional Eleitoral Titular | Cleber de Oliveira Tavares Neto | Procurador | 5/12/2016 | 30/9/2017 |
| Procurador Regional Eleitoral Titular | Douglas Guilherme Fernandes | Procurador | 24/4/2016 | 4/12/2016 |
| Procurador Regional Eleitoral Titular | Douglas Guilherme Fernandes | Procurador | 24/4/2014 | 23/4/2016 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 24 out. 2022.

PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL – SUBSTITUTO

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|---|---------------------------------|------------|-----------|-----------|
| Procurador Regional Eleitoral Substituto | Ricardo Pael Ardenghi | Procurador | 4/4/2017 | 30/5/2017 |
| Procuradora Regional Eleitoral Substituta | Valeria Etgeton de Siqueira | Procurador | 5/12/2016 | 3/4/2017 |
| Procurador Regional Eleitoral Substituto | Cleber de Oliveira Tavares Neto | Procurador | 24/4/2016 | 4/12/2016 |
| Procurador Regional Eleitoral Substituto | Marco Antonio Ghannage Barbosa | Procurador | 24/9/2014 | 23/4/2016 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 24 out. 2022.



Solenidade de posse da Desembargadora Maria Helena Póvoas na presidência do TRE-MT



Coleta de dados biométricos (2015)

Moção de Aplauso à Gestão 2015-2017

Ao tomar posse, para a gestão 2015-2017, respectivamente os desembargadores Maria Helena Gargaglione Póvoas e Luiz Ferreira da Silva, presidente e vice-presidente/corregedor do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, receberam, do seu Conselho Federal, Moção de Aplauso de uma das mais respeitadas instituições brasileiras, a OAB, instituição na qual a desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas presidiu. O momento ficou registrado na sessão plenária da entidade, realizada no dia 13 de abril de 2015.

A insígnia teve a iniciativa do conselheiro federal Francisco Eduardo Torres Esgaib, da OAB/MT, e seu objetivo foi o de desejar aos dois desembargadores, ambos egressos da Ordem dos Advogados do Brasil, uma gestão profícua e de grandes avanços para a Justiça Eleitoral. (PRESIDENTE, 2023a).

Destaques da Gestão

Biometria e Segurança nas Eleições de 2016

Em abril de 2015, quando assumiu a presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, a desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas colocou como uma das prioridades o cadastramento dos eleitores com base na biometria. Nesse aspecto, sua gestão contemplou plenamente a meta inicial, que era cadastrar 100 mil eleitores até abril de 2017, porém a meta superou as expectativas, pois, do total de 2.278.731 eleitores mato-grossenses, 622.757 já haviam realizado a biometria. Segundo dados coligidos pela Assessoria de Comunicação do TRE-MT,

os números do Tribunal Superior Eleitoral mostram que o TRE-MT atingiu o triplo do estipulado. Até 15 de abril de 2015 o TRE-MT havia cadastrado os dados biométricos de 342.242 eleitores. Em 14 de março de 2017 esse número saltou para 622.161 eleitores, um crescimento de 279.919 eleitores”. Na avaliação da presidente, “fizemos um esforço hercúleo para atingir esse patamar. O orçamento disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral era muito exíguo, comparado com as necessidades do TRE. Tínhamos uma média de R\$ 1,99 por eleitor, para investir na biometria. Percorremos o estado em busca de parcerias com as prefeituras, fizemos força-tarefa, cortamos orçamento de outros setores e conseguimos atingir o nosso propósito. Agora, a missão é concluir o cadastro biométrico dos eleitores de Cuiabá, Várzea Grande e Sinop, antes das eleições de 2018”. (DIRETRIZES, 2023).

BIOMETRIA – EM BUSCA DE PARCEIROS

Para o bom desempenho das eleições de 2016 e dos serviços da biometria, garantidora da segurança e lisura, a presidente e o corregedor e vice-presidente do TRE-MT se empenharam em buscar apoio e parceria com as prefeituras dos diversos municípios de Mato Grosso. Porém, no maior colégio eleitoral, Cuiabá e Várzea Grande, os esforços deveriam ser ainda mais implementados.

Um encontro da presidente do TRE-MT, Maria Helena Gargaglione Póvoas, e do corregedor regional eleitoral, desembargador Luiz Ferreira da Silva, com o governador José Pedro Taques, ocorrido a 30 de junho de 2015, teve como meta garantir a segurança das eleições municipais de 2016 e buscar apoio para a realização da biometria. Na ocasião, o governador Pedro Taques elogiou a iniciativa do TRE-MT no planejamento antecipado das etapas do processo eleitoral. “Que-ro parabenizá-la pela organização da Justiça Eleitoral, que se preocupou em nos trazer essa pauta praticamente um ano e meio antes das eleições”.

O governador José Pedro Taques apoiou as duas reivindicações garantindo o pagamento de diárias e alimentação para o efetivo convocado para a ação, assim como foi além “sugerindo a imediata criação de um comitê para dar início aos trabalhos, com a participação dos secretários de Segurança, Mauro Zaque, e da Casa Civil, Paulo Taques. A proposta foi prontamente aceita pela desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas e pelo corregedor eleitoral, desembargador Luiz Ferreira da Silva”.

Com relação à biometria, o governador José Pedro Taques prometeu apoio nas ações dos municípios onde isso não havia ainda ocorrido, disponibilizando servidores para auxiliar a Justiça Eleitoral no cadastro biométrico dos eleitores. De fato, segundo Luiz Ferreira da Silva, “neste ano de 2015 o Tribunal Superior Eleitoral informou aos tribunais regionais eleitorais que vai reduzir de R\$ 5,5 para R\$ 1,99 o custo da biometria por eleitor. A drástica redução dos recursos a serem repassados para o TRE-MT, aliado a distância dos municípios, tamanho do Estado, precariedade da infraestrutura disponível e deficiência de pessoal, torna praticamente impossível atingir as metas sem o apoio do Poder Executivo”. Para isso, o governador solicitou que o TRE-MT encaminhasse a relação atualizada dos municípios ainda não atendidos, assim como projetasse o número necessário de servidores.

O TRE-MT fez o mesmo com a Prefeitura de Cuiabá, e o então prefeito Mauro Mendes Ferreira se dispôs a apoiar a iniciativa: “Estamos prontos para cooperar com o que for necessário, dentro das nossas possibilidades. Mas sempre há como cooperar”. A Prefeitura se comprometeu a disponibilizar servidores para auxiliar nos trabalhos e ceder espaço físico.

Considerando que o TRE-MT já havia intensificado os registros de biometria no interior do Estado, restava intensificá-lo em Várzea Grande e em Cuiabá, os maiores colégios eleitorais. Para isso, uma reunião, ocorrida no dia 24 de setembro de 2015, foi realizada com todos os juízes eleitorais dos dois municípios, ficando decidido pela diminuição do tempo de atendimento aos eleitores, assim como pelo aumen-

to dos locais e guichês de atendimento, evitando-se a aglomeração, sempre verificada nos últimos dias de encerramento desta ação. Para isso, o leitor deveria agendar seu atendimento para maior comodidade. Na ocasião, a presidente Maria Helena Gargaglione Póvoas disse: “Nossa meta é chegar a maio de 2016 com 785 mil eleitores cadastrados. Já o corregedor e vice-presidente, desembargador Luiz Ferreira da Silva, disse: “Sabemos o quanto vocês já se dedicam à causa eleitoral. Mas estamos aqui para dizer que vamos todos trabalhar juntos, engajados, para conseguir atingir essas metas”. (PREFEITURA, 2023).

QUEM MORREU NÃO DEVE CONSTAR COMO VOTANTE: PARCERIA DO TRE-MT COM OS CARTÓRIOS

Para garantir maior precisão nas eleições, a presidente do TRE-MT, Maria Helena Gargaglione Póvoas, e a Corregedoria Geral de Justiça e Vice-Presidência, com aquiescência da Associação dos Notários e Registradores (Anoreg/MT), assinaram, no dia 26 de junho de 2015, um convênio que permitiu ao TRE-MT acessar diariamente e *online* os óbitos registrados nos diversos cartórios extrajudiciais. Os dados puderam ser obtidos através da Central Eletrônica de Integração e Informações, gerenciada pela Anoreg, que centraliza as informações. Por força de lei, os cartórios extrajudiciais de registro civil precisam encaminhar à Justiça Eleitoral, até o dia 15 de cada mês, a relação de óbitos do mês anterior.

Servidores da Justiça Eleitoral de primeira instância recebem essa listagem em papel e em seguida, conferem, um a um, os nomes para, então, lançá-los no sistema, manualmente, a fim de promover a devida baixa no cadastro de eleitores.

A desembargadora Maria Erotides Kneip Baranjak se colocou à disposição da Justiça Eleitoral para futuras parcerias: “Nosso objetivo é um só: melhorar a qualidade dos serviços que prestamos à sociedade. O cidadão merece ter um serviço público com maior qualidade. Estamos juntos nessa missão”. (MODERNIZAÇÃO, 2023).



Reunião para expansão do cadastramento biométrico dos eleitores – Parceria com o Governo do Estado de Mato Grosso (2015)



Celebração de parceria entre o TRE-MT e a Corregedoria-Geral de Justiça – depuração do Cadastro de Eleitores (2015)

Com isso, foi garantido que somente os vivos votassem, além da economia de papel, visto que o sistema virtual controla todo o processo disponibilizando os dados à Corregedoria Regional Eleitoral (CRE-MT), aos juízes e até mesmo ao cidadão comum.

Eleições municipais de 2016

SEGURANÇA E TRANSPARÊNCIA: SISTEMA VPN (REDE PRIVADA VIRTUAL)

A assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre o TRE-MT e a Procuradoria Regional Eleitoral em Mato Grosso, assinado em julho de 2014 para a implantação do Sistema VPN (rede privada virtual), visa atender advogados, imprensa e partes que quisessem conhecer o teor do parecer do procurador regional eleitoral. Com efeito, até então, precisavam se deslocar ao balcão da Secretaria Judiciária e folhear o processo físico. A partir dessa data, o acesso passou a ser feito pelo portal do TRE-MT, sendo que os dados deveriam ser alimentados diariamente pela Procuradoria Regional Eleitoral.

Após diversos testes positivos, foi nomeada a equipe técnica do TRE-MT responsável pelo gerenciamento e acompanhamento deste serviço. A mesma foi, então, formada pelos seguintes servidores: Breno Antonio Sirugi Gasparoto, secretário judiciário; Gustavo Silveira Castor, coordenador de Soluções Corporativas; Carlos Henrique Cândido, coordenador de Infraestrutura Computacional; Luis César Darienzo Alves, chefe da Seção de Redes; e Cristiane Inês Bhering Kimura, assessora técnica da Secretaria Judiciária.

Segundo informações da Assessoria de Comunicação do TRE-MT, na tarde do dia 20 de maio, a equipe técnica do TRE-MT foi até o prédio da Procuradoria para uma visita técnica, onde puderam realizar os últimos testes no sistema VPN e repassar orientações aos técnicos daquela instituição sobre como alimentar o Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos utilizado pelo Tribunal. (AGILIDADE, 2023).

TRE-MT É O ÚNICO REGIONAL A ENVIAR REPRESENTANTE À AUDIÊNCIA PÚBLICA

Com o objetivo de garantir esses avanços e ampliar seu alcance nas eleições municipais de 2016, o TRE de Mato Grosso encaminhou representante à primeira audiência pública realizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), para discutir as resoluções que iriam reger aquelas eleições. A audiência pública foi realizada no dia 29 de outubro, quando foram discuti-



Últimos testes no Sistema VPN

das as minutas das resoluções para os seguintes temas: representações, reclamações e pedidos de resposta; mas também pesquisas eleitorais e escolha e registro de candidatos.

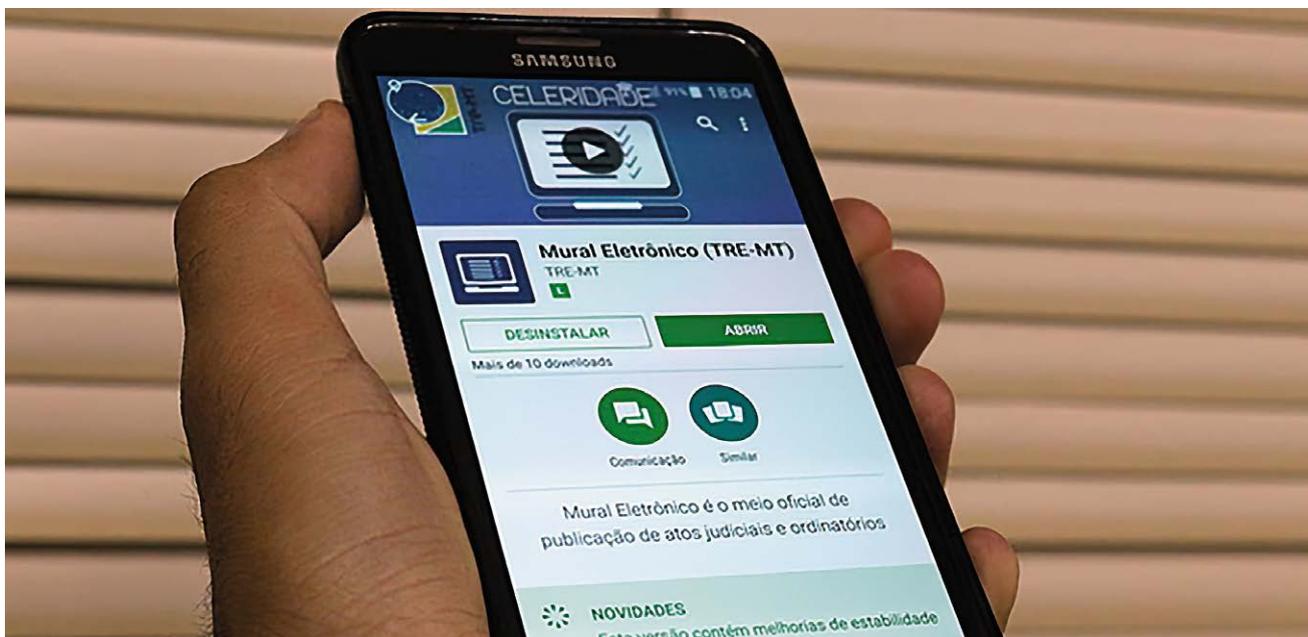
O TRE de Mato Grosso foi o único regional a enviar representante para a audiência pública, o servidor Nilson Fernando Gomes Bezerra, defendendo, verbalmente, que as decisões judiciais continuassem sendo publicadas no Mural Eletrônico em tempo real, ou seja, logo após a disponibilização pelo juiz, contando que a publicação ocorresse entre 10 e 19 horas. Alguns advogados presentes à audiência pública defenderam a publicação com hora marcada (manhã e tarde), como acontecia anteriormente com o mural físico.

O citado servidor anotou outras sugestões, que deveriam ser discutidas internamente e submetidas à presidência do TRE-MT, para deliberação. Elas foram encaminhadas ao TSE por escrito, dentro do prazo estabelecido pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Por conhecer todo o processo da nova tecnologia, Nilson Fernando Gomes Bezerra foi convocado pelo Tribunal Superior Eleitoral para contribuir com a implantação do novo modelo de Mural Eletrônico para os demais tribunais, já que participou da criação desta ferramenta no TRE-MT e fez sua defesa. Na reunião, que contou com a presença do também servidor Eliton Padilha, foram discutidos os requisitos para a implantação do Peticionamento Eletrônico nas zonas eleitorais.

As inovações do Mural Eletrônico e do Peticionamento Eletrônico foram objeto de capacitação ministrada pela Secretaria Judiciária do TRE-MT aos advogados, no ano seguinte.

O Tribunal Superior Eleitoral realizou audiências públicas para discutir outros temas ligados às eleições municipais de 2016.



Aplicativo Mural Eletrônico – multiplataforma

ELEIÇÕES 2016: MURAL E PETICIONÁRIO ELETRÔNICOS DO TRE-MT DEVEM SERVIR DE MODELO PARA TODO O PAÍS

Duas iniciativas do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) constaram nas resoluções elaboradas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que regeram as eleições municipais de 2016.

Trata-se do Mural Eletrônico e do Peticionamento Eletrônico para a primeira instância, que deverão ser estendidos para todo o país. As minutas das resoluções já mencionam a necessidade de utilização destas duas ferramentas em todas as zonas eleitorais brasileiras.

Em 2014, o TRE de Mato Grosso foi pioneiro na implantação do Mural Eletrônico, ao lado do Estado de Santa Catarina, que, à época, implantou um modelo diferente.

O Mural Eletrônico eliminou o antigo mural físico, com inúmeros benefícios para a própria Justiça Eleitoral, além dos advogados, candidatos, imprensa e à sociedade em geral. O advogado não precisará se deslocar até o cartório eleitoral para tomar conhecimento das decisões do juiz. Elas serão lançadas no Mural Eletrônico em tempo real. Da mesma forma, os jornalistas poderão acompanhar, *online*, as decisões judiciais de todo o Estado sem precisar sair da redação.

O acesso é livre, não havendo necessidade de qualquer tipo de cadastro prévio para poder visualizar e/ou baixar o conteúdo (veja mais informações ao final desta matéria).

Já o peticionamento eletrônico foi desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral e vem sendo utilizado por 12 tribunais regionais, incluindo o de Mato Grosso. Contudo, ele só era aplicado à segunda instância. A desembargadora Maria Helena Póvoas, quando presidente do TRE-MT, encaminhou

ofício ao Tribunal Superior Eleitoral solicitando que o peticionamento eletrônico fosse estendido à primeira instância. Essa demanda será atendida pelo TSE.

O objetivo da desembargadora foi o de facilitar o trabalho dos advogados que jurisdicionam no interior e que irão atuar nas eleições municipais de 2016. Com o peticionamento eletrônico, os advogados cadastrados podem, com uma assinatura digital, protocolar petições a qualquer hora, de qualquer lugar, por meio da Internet. (ELEIÇÕES, 2023).

TRE DE MATO GROSSO LANÇA PETICIONAMENTO ELETRÔNICO

No dia 26 de março de 2013, a Justiça Eleitoral de Mato Grosso deu um importante passo rumo à evolução do Processo Judicial Eletrônico. Trata-se do lançamento do *Peticionamento Eletrônico* para os processos e recursos encaminhados à segunda instância, ou seja, ao Tribunal Regional Eleitoral.

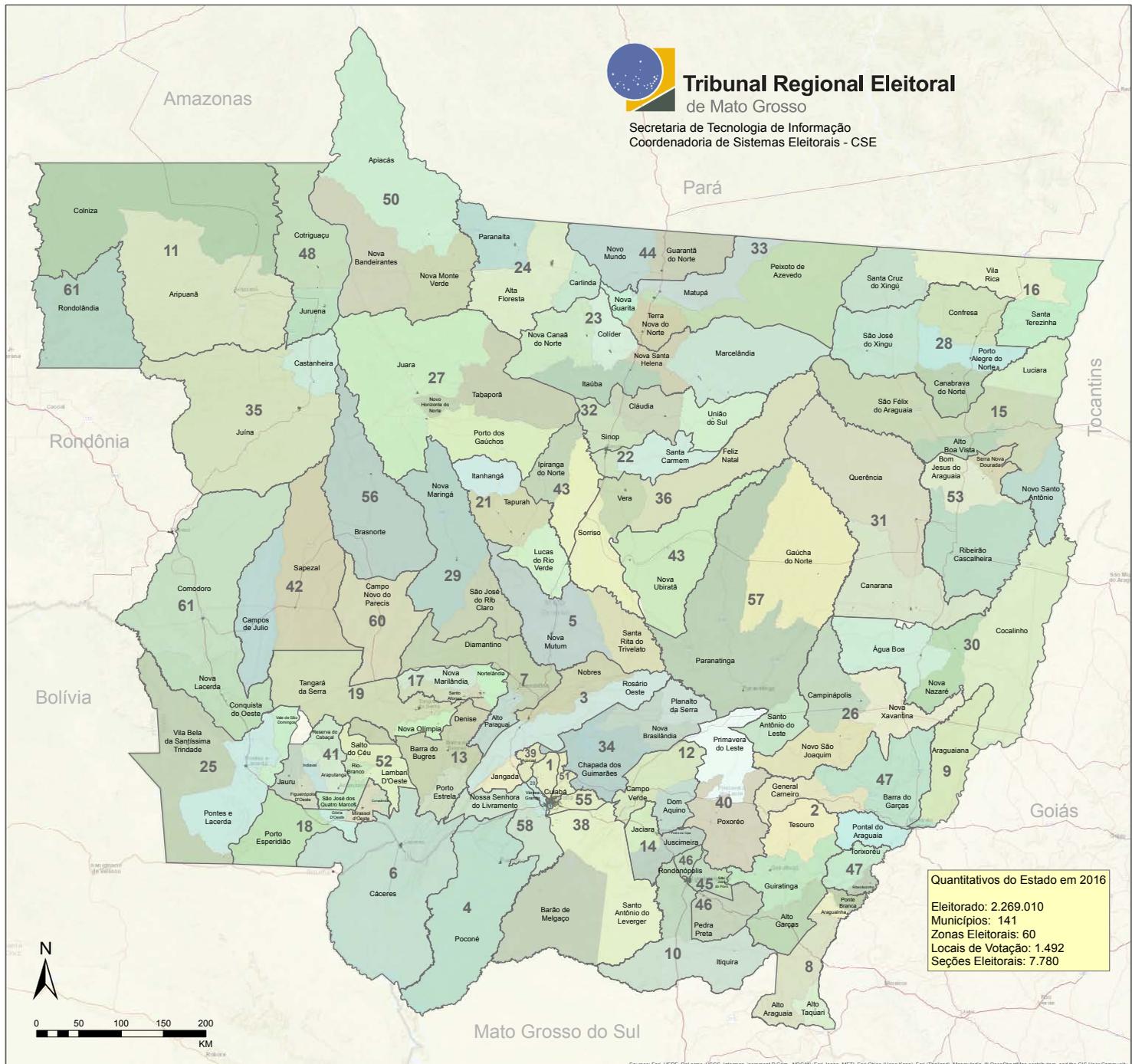
O sistema eletrônico permite que advogados atuem nos processos por meio de identidade digital, além de facilitar o trabalho dos operadores do Direito que militam na Justiça Eleitoral, contribuindo para a celeridade processual.

Os advogados cadastrados previamente poderão, com uma assinatura digital, protocolar petições a qualquer hora, de qualquer lugar, por meio da Internet. O peticionamento eletrônico poderá ser utilizado em qualquer fase processual, até o trânsito em julgado, inclusive para os processos que ainda tramitam em sua forma física.

O recurso do Peticionamento Eletrônico permite o acompanhamento *online* dos processos, possibilitando também outro benefício, a ampliação do tempo disponível para o ajuizamento de demandas. (TRE, 2023a).

Zonas Eleitorais

COMPOSIÇÃO DAS ZONAS ELEITORAIS DE MATO GROSSO ANTES DO REMANEJAMENTO – 2016



Fonte: TRE-MT. Secretaria de Tecnologia da Informação (STI). Coordenadoria de Sistemas Eleitorais (CSE). 2016.

ZONAS ELEITORAIS DE MATO GROSSO ANTES DO REMANEJAMENTO – 2016

| Municípios | Locais de votação | Seções | Eleitores |
|--|-------------------|--------|-----------|
| 1ª Zona Eleitoral – CUIABÁ | | | |
| Cuiabá | 19 | 165 | 54.737 |
| | 19 | 165 | 54.737 |
| 2ª Zona Eleitoral – RONDONÓPOLIS | | | |
| Alto Garças | 3 | 24 | 7.352 |
| Guiratinga | 8 | 38 | 8.587 |
| Rondonópolis | 12 | 70 | 20.591 |
| Tesouro | 3 | 10 | 2.744 |
| | 26 | 142 | 39.274 |
| 3ª Zona Eleitoral – ROSÁRIO OESTE | | | |
| Jangada | 8 | 27 | 6.281 |
| Nobres | 8 | 45 | 10.814 |
| Rosário Oeste | 18 | 72 | 12.138 |
| | 34 | 144 | 29.233 |
| 4ª Zona Eleitoral – POCONÉ | | | |
| Poconé | 25 | 93 | 22.336 |
| | 25 | 93 | 22.336 |
| 5ª Zona Eleitoral – NOVA MUTUM | | | |
| Nova Mutum | 13 | 78 | 23.942 |
| Santa Rita do Trivelato | 2 | 6 | 2.135 |
| | 15 | 84 | 26.077 |
| 6ª Zona Eleitoral – CÁCERES | | | |
| Cáceres | 48 | 214 | 61.253 |
| | 48 | 214 | 61.253 |
| 7ª Zona Eleitoral – DIAMANTINO | | | |
| Alto Paraguai | 8 | 35 | 6.453 |
| Diamantino | 13 | 64 | 15.646 |
| | 21 | 99 | 22.099 |
| 8ª Zona Eleitoral – ALTO ARAGUAIA | | | |
| Alto Araguaia | 12 | 55 | 12.523 |
| Alto Taquari | 3 | 24 | 6.754 |
| Araguainha | 1 | 5 | 954 |
| Ponte Branca | 1 | 9 | 1.796 |
| | 17 | 93 | 22.027 |
| 9ª Zona Eleitoral – BARRA DO GARÇAS | | | |
| Araguaiana | 2 | 9 | 2.814 |
| Barra do Garças | 16 | 137 | 25.565 |
| Pontal do Araguaia | 4 | 16 | 4.978 |
| | 22 | 162 | 33.357 |

continua...

| Municípios | Locais de votação | Seções | Eleitores |
|---|-------------------|--------|-----------|
| 10ª Zona Eleitoral – RONDONÓPOLIS | | | |
| Itiquira | 4 | 26 | 8.731 |
| Rondonópolis | 24 | 137 | 36.553 |
| | 28 | 163 | 45.284 |
| 11ª Zona Eleitoral – ARIPUANÃ | | | |
| Aripuanã | 10 | 44 | 12.846 |
| Colniza | 25 | 62 | 17.355 |
| | 35 | 106 | 30.201 |
| 12ª Zona Eleitoral – CAMPO VERDE | | | |
| Campo Verde | 14 | 83 | 27.156 |
| Dom Aquino | 5 | 25 | 6.779 |
| | 19 | 108 | 33.935 |
| 13ª Zona Eleitoral – BARRA DO BUGRES | | | |
| Barra do Bugres | 20 | 81 | 23.294 |
| Denise | 6 | 19 | 5.757 |
| Porto Estrela | 5 | 15 | 3.230 |
| | 31 | 115 | 32.281 |
| 14ª Zona Eleitoral – JACIARA | | | |
| Jaciara | 8 | 60 | 18.167 |
| Juscimeira | 7 | 33 | 9.031 |
| São Pedro da Cipa | 1 | 9 | 3.437 |
| | 16 | 102 | 30.635 |
| 15ª Zona Eleitoral – SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA | | | |
| Alto Boa Vista | 2 | 12 | 3.441 |
| Luciara | 2 | 11 | 1.919 |
| Novo Santo Antônio | 2 | 6 | 1.740 |
| São Félix do Araguaia | 8 | 29 | 6.867 |
| | 14 | 58 | 13.967 |
| 16ª Zona Eleitoral – VILA RICA | | | |
| Santa Cruz do Xingu | 2 | 5 | 1.600 |
| Santa Terezinha | 7 | 22 | 4.988 |
| Vila Rica | 6 | 45 | 13.251 |
| | 15 | 72 | 19.839 |
| 17ª Zona Eleitoral – ARENÁPOLIS | | | |
| Arenápolis | 6 | 32 | 7.793 |
| Nortelândia | 3 | 25 | 4.413 |
| Nova Marilândia | 2 | 9 | 2.711 |
| Santo Afonso | 4 | 12 | 2.511 |
| | 15 | 78 | 17.428 |

continua...

ZONAS ELEITORAIS DE MATO GROSSO ANTES DO REMANEJAMENTO – 2016

| Municípios | Locais de votação | Seções | Eleitores |
|--|-------------------|--------|-----------|
| 18ª Zona Eleitoral – MIRASSOL D'OESTE | | | |
| Curvelândia | 3 | 16 | 4.059 |
| Glória d'Oeste | 2 | 10 | 2.633 |
| Mirassol d'Oeste | 10 | 72 | 19.682 |
| Porto Esperidião | 7 | 26 | 8.139 |
| | 22 | 124 | 34.513 |
| 19ª Zona Eleitoral – TANGARÁ DA SERRA | | | |
| Nova Olímpia | 9 | 42 | 12.444 |
| Tangará da Serra | 32 | 196 | 64.028 |
| | 41 | 238 | 76.472 |
| 20ª Zona Eleitoral – VÁRZEA GRANDE | | | |
| Várzea Grande | 40 | 213 | 68.343 |
| | 40 | 213 | 68.343 |
| 21ª Zona Eleitoral – LUCAS DO RIO VERDE | | | |
| Itanhanga | 4 | 16 | 4.515 |
| Lucas do Rio Verde | 15 | 118 | 38.384 |
| Tapurah | 4 | 23 | 7.744 |
| | 23 | 157 | 50.643 |
| 22ª Zona Eleitoral – SINOP | | | |
| Santa Carmem | 1 | 9 | 3.399 |
| Sinop | 18 | 127 | 40.959 |
| | 19 | 136 | 44.358 |
| 23ª Zona Eleitoral – COLÍDER | | | |
| Colíder | 15 | 81 | 23.467 |
| Itaúba | 2 | 16 | 4.252 |
| Marcelândia | 6 | 33 | 9.347 |
| Nova Canaã do Norte | 6 | 36 | 10.039 |
| Nova Santa Helena | 3 | 11 | 3.459 |
| | 32 | 177 | 50.564 |
| 24ª Zona Eleitoral – ALTA FLORESTA | | | |
| Alta Floresta | 26 | 133 | 38.279 |
| Carlinda | 7 | 27 | 7.403 |
| Paranaíta | 5 | 29 | 8.626 |
| | 38 | 189 | 54.308 |
| 25ª Zona Eleitoral – PONTES E LACERDA | | | |
| Pontes e Lacerda | 19 | 120 | 27.621 |
| Vale de São Domingos | 4 | 11 | 2.690 |
| Vila Bela da Santíssima Trindade | 20 | 44 | 9.982 |
| | 43 | 175 | 40.293 |

continua...

| Municípios | Locais de votação | Seções | Eleitores |
|---|-------------------|--------|-----------|
| 26ª Zona Eleitoral – NOVA XAVANTINA | | | |
| Campinápolis | 9 | 32 | 9.317 |
| Nova Xavantina | 11 | 50 | 15.010 |
| Novo São Joaquim | 4 | 23 | 5.094 |
| | 24 | 105 | 29.421 |
| 27ª Zona Eleitoral – JUARA | | | |
| Juara | 21 | 77 | 23.277 |
| Novo Horizonte do Norte | 2 | 12 | 3.146 |
| Porto dos Gaúchos | 4 | 13 | 4.151 |
| Tabaporã | 4 | 20 | 6.829 |
| | 31 | 122 | 37.403 |
| 28ª Zona Eleitoral – PORTO ALEGRE DO NORTE | | | |
| Canabrava do Norte | 3 | 12 | 3.947 |
| Confresa | 12 | 57 | 18.009 |
| Porto Alegre do Norte | 5 | 29 | 7.325 |
| São José do Xingu | 3 | 14 | 4.440 |
| | 23 | 112 | 33.721 |
| 29ª Zona Eleitoral – SÃO JOSÉ DO RIO CLARO | | | |
| Nova Maringá | 4 | 13 | 4.163 |
| São José do Rio Claro | 6 | 39 | 11.211 |
| | 10 | 52 | 15.374 |
| 30ª Zona Eleitoral – ÁGUA BOA | | | |
| Água Boa | 14 | 53 | 16.245 |
| Cocalinho | 4 | 18 | 4.439 |
| Nova Nazaré | 1 | 6 | 2.320 |
| | 19 | 77 | 23.004 |
| 31ª Zona Eleitoral – CANARANA | | | |
| Canarana | 10 | 45 | 14.462 |
| Querência | 8 | 32 | 11.321 |
| | 18 | 77 | 25.783 |
| 32ª Zona Eleitoral – SINOP | | | |
| Cláudia | 6 | 28 | 7.788 |
| Sinop | 16 | 133 | 47.128 |
| União do Sul | 2 | 9 | 2.570 |
| | 24 | 170 | 57.486 |

continua...

ZONAS ELEITORAIS DE MATO GROSSO ANTES DO REMANEJAMENTO – 2016

| Municípios | Locais de votação | Seções | Eleitores |
|---|-------------------|--------|-----------|
| 33ª Zona Eleitoral – PEIXOTO DE AZEVEDO | | | |
| Matupá | 5 | 35 | 10.976 |
| Nova Guarita | 2 | 11 | 3.763 |
| Peixoto de Azevedo | 15 | 90 | 19.218 |
| Terra Nova do Norte | 11 | 47 | 8.833 |
| | 33 | 183 | 42.790 |
| 34ª Zona Eleitoral – CHAPADA DOS GUIMARÃES | | | |
| Chapada dos Guimarães | 19 | 56 | 14.745 |
| Nova Brasilândia | 3 | 23 | 3.206 |
| Planalto da Serra | 4 | 11 | 2.248 |
| | 26 | 90 | 20.199 |
| 35ª Zona Eleitoral – JUÍNA | | | |
| Castanheira | 7 | 27 | 5.878 |
| Juína | 24 | 106 | 31.290 |
| | 31 | 133 | 37.168 |
| 36ª Zona Eleitoral – SORRISO | | | |
| Feliz Natal | 4 | 22 | 6.237 |
| Sorriso | 10 | 68 | 23.206 |
| Vera | 2 | 22 | 6.582 |
| | 16 | 112 | 36.025 |
| 37ª Zona Eleitoral – CUIABÁ | | | |
| Cuiabá | 20 | 154 | 51.431 |
| | 20 | 154 | 51.431 |
| 38ª Zona Eleitoral – SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER | | | |
| Barão de Melgaço | 12 | 30 | 6.267 |
| Santo Antônio do Leverger | 31 | 69 | 14.863 |
| | 43 | 99 | 21.130 |
| 39ª Zona Eleitoral – CUIABÁ | | | |
| Acorizal | 10 | 26 | 6.036 |
| Cuiabá | 28 | 187 | 61.417 |
| | 38 | 213 | 67.453 |
| 40ª Zona Eleitoral – PRIMAVERA DO LESTE | | | |
| Poxoréu | 17 | 62 | 13.580 |
| Primavera do Leste | 18 | 135 | 38.073 |
| | 35 | 197 | 51.653 |

continua...

| Municípios | Locais de votação | Seções | Eleitores |
|---|-------------------|--------|-----------|
| 41ª Zona Eleitoral – ARAPUTANGA | | | |
| Araputanga | 7 | 38 | 11.997 |
| Figueirópolis d'Oeste | 2 | 24 | 3.199 |
| Indiavaí | 1 | 7 | 1.883 |
| Jauru | 3 | 41 | 8.257 |
| Reserva do Cabaçal | 1 | 11 | 2.097 |
| | 14 | 121 | 27.433 |
| 42ª Zona Eleitoral – SAPEZAL | | | |
| Campos de Júlio | 2 | 14 | 3.955 |
| Sapezal | 4 | 40 | 13.582 |
| | 6 | 54 | 17.537 |
| 43ª Zona Eleitoral – SORRISO | | | |
| Ipiranga do Norte | 2 | 11 | 4.005 |
| Nova Ubiratã | 7 | 21 | 6.418 |
| Sorriso | 12 | 80 | 29.355 |
| | 21 | 112 | 39.778 |
| 44ª Zona Eleitoral – GUARANTÁ DO NORTE | | | |
| Guarantá do Norte | 12 | 76 | 21.052 |
| Novo Mundo | 3 | 16 | 5.170 |
| | 15 | 92 | 26.222 |
| 45ª Zona Eleitoral – RONDONÓPOLIS | | | |
| Rondonópolis | 21 | 145 | 46.529 |
| São José do Povo | 2 | 11 | 2.958 |
| | 23 | 156 | 49.487 |
| 46ª Zona Eleitoral – RONDONÓPOLIS | | | |
| Pedra Preta | 10 | 41 | 12.845 |
| Rondonópolis | 17 | 134 | 41.371 |
| | 27 | 175 | 54.216 |
| 47ª Zona Eleitoral – BARRA DO GARÇAS | | | |
| Barra do Garças | 15 | 59 | 16.383 |
| General Carneiro | 5 | 26 | 4.059 |
| Ribeirãozinho | 2 | 6 | 1.881 |
| Torixoréu | 4 | 31 | 3.128 |
| | 26 | 122 | 25.4512 |
| 48ª Zona Eleitoral – COTRIGUAÇU | | | |
| Cotriguaçu | 11 | 42 | 8.548 |
| Juruena | 6 | 23 | 6.236 |
| | 17 | 65 | 14.784 |

continua...

ZONAS ELEITORAIS DE MATO GROSSO ANTES DO REMANEJAMENTO – 2016

| Municípios | Locais de votação | Seções | Eleitores |
|--|-------------------|--------|-----------|
| 49ª Zona Eleitoral – VÁRZEA GRANDE | | | |
| Várzea Grande | 32 | 223 | 76.964 |
| | 32 | 223 | 76.964 |
| 50ª Zona Eleitoral – NOVA MONTE VERDE | | | |
| Apiacás | 5 | 20 | 5.425 |
| Nova Bandeirantes | 8 | 29 | 9.180 |
| Nova Monte Verde | 4 | 19 | 5.746 |
| | 17 | 68 | 20.351 |
| 51ª Zona Eleitoral – CUIABÁ | | | |
| Cuiabá | 37 | 286 | 104.267 |
| | 37 | 286 | 104.267 |
| 52ª Zona Eleitoral – SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS | | | |
| Lambari d'Oeste | 4 | 20 | 4.854 |
| Rio Branco | 2 | 19 | 4.213 |
| Salto do Céu | 4 | 18 | 2.984 |
| São José dos Quatro Marcos | 11 | 62 | 14.388 |
| | 21 | 119 | 26.439 |
| 53ª Zona Eleitoral – RIBEIRÃO CASCALHEIRA | | | |
| Bom Jesus do Araguaia | 3 | 15 | 4.648 |
| Ribeirão Cascalheira | 5 | 26 | 6.624 |
| Serra Nova Dourada | 1 | 4 | 1.426 |
| | 9 | 45 | 12.698 |
| 54ª Zona Eleitoral – CUIABÁ | | | |
| Cuiabá | 18 | 129 | 46.874 |
| | 18 | 129 | 46.874 |

continua...

| Municípios | Locais de votação | Seções | Eleitores |
|---|-------------------|--------------|------------------|
| 55ª Zona Eleitoral – CUIABÁ | | | |
| Cuiabá | 40 | 272 | 96.374 |
| | 40 | 272 | 96.374 |
| 56ª Zona Eleitoral – BRASNORTE | | | |
| Brasnorte | 10 | 39 | 10.860 |
| | 10 | 39 | 10.860 |
| 57ª Zona Eleitoral – PARANATINGA | | | |
| Gaúcha do Norte | 6 | 19 | 4.704 |
| Paranatinga | 16 | 50 | 14.460 |
| Santo Antônio do Leste | 1 | 7 | 2.425 |
| | 23 | 76 | 21.589 |
| 58ª Zona Eleitoral – VÁRZEA GRANDE | | | |
| Nossa Senhora do Livramento | 24 | 53 | 11.492 |
| Várzea Grande | 30 | 122 | 37.674 |
| | 54 | 175 | 49.166 |
| 60ª Zona Eleitoral – CAMPO NOVO DO PARECIS | | | |
| Campo Novo do Parecis | 8 | 64 | 20.818 |
| | 8 | 64 | 20.818 |
| 61ª Zona Eleitoral – COMODORO | | | |
| Comodoro | 15 | 49 | 14.061 |
| Conquista d'Oeste | 3 | 9 | 2.824 |
| Nova Lacerda | 4 | 15 | 4.716 |
| Rondolândia | 3 | 11 | 2.603 |
| | 25 | 84 | 24.204 |
| Total Geral | 1.492 | 7.780 | 2.269.010 |

PREFEITOS MUNICIPAIS ELEITOS NO ESTADO DE MATO GROSSO (2016)

| Município | Nº | Candidato | Nome Urna | Partido | Votação |
|-----------------------|----|--|---------------------|---------|---------|
| Acorizal | 45 | Clodoaldo Monteiro da Silva | Clodo | PSDB | 2.660 |
| Água Boa | 55 | Mauro Rosa da Silva | Maurao | PSD | 7.843 |
| Alta Floresta | 15 | Asiel Bezerra de Araujo | Dr. Asiel | PMDB | 11.759 |
| Alto Araguaia | 40 | Gustavo de Melo Anicezio | Gustavo Melo | PSB | 6.152 |
| Alto Boa Vista | 20 | Valtuir Candido da Silva | Valtuir | PSC | 1.037 |
| Alto Garças | 25 | Claudinei Singolano | Professor Claudinei | DEM | 3.295 |
| Alto Paraguai | 45 | Diane Vieira de Vasconcellos Alves | Diane | PSDB | 2.699 |
| Alto Taquari | 45 | Vanderley Santeiro Teodoro | Vanderley Santeiro | PSDB | 1.690 |
| Apiacás | 45 | Adalto Jose Zago | Adalto Zago | PSDB | 2.525 |
| Araguaiana | 45 | Getulio Dutra Vieira Neto | Getúlio | PSDB | 1.446 |
| Araguainha | 55 | Silvio José de Moraes Filho | Silvinho | PSD | 523 |
| Araputanga | 40 | Joel Marins de Carvalho | Joel | PSB | 5.333 |
| Arenópolis | 55 | José Mauro Figueiredo | Zé Mauro | PSD | 2.771 |
| Aripuanã | 22 | Jonas Rodrigues da Silva | Jonas Canarinho | PR | 4.254 |
| Barão de Melgaço | 20 | Elvio de Souza Queiroz | Elvio | PSC | 2.604 |
| Barra do Bugres | 40 | Raimundo Nonato de Abreu Sobrinho | Raimundo Nonato | PSB | 7.954 |
| Barra do Garças | 15 | Roberto Angelo de Farias | Roberto Farias | PMDB | 20.275 |
| Bom Jesus do Araguaia | 45 | Joel Ferreira | Joel Da JM | PSDB | 1.967 |
| Brasnorte | 55 | Mauro Rui Heisler | Mauro | PSD | 4.065 |
| Cáceres | 45 | Francis Maris Cruz | Francis Maris | PSDB | 22.372 |
| Campinápolis | 55 | Jeovan Faria | Jeovan Faria | PSD | 4.913 |
| Campo Novo do Parecis | 55 | Rafael Machado | Rafael Machado | PSD | 6.337 |
| Campo Verde | 40 | Fabio Schroeter | Fabio | PSB | 11.018 |
| Campos de Júlio | 11 | José Odil da Silva | Zé Odil | PP | 2.439 |
| Canabrava do Norte | 45 | João Cleiton Araújo de Medeiros | João Cleiton | PSDB | 1.502 |
| Canarana | 45 | Fabio Marcos Pereira de Faria | Fabio Faria | PSDB | 7.075 |
| Carlinda | 25 | Carmelinda Leal Martines Coelho | Carmen Martines | DEM | 4.034 |
| Castanheira | 13 | Mabel de Fatima Melanezi Almici | Mabel | PT | 2.690 |
| Chapada dos Guimarães | 45 | Thelma Pimentel Figueiredo de Oliveira | Thelma de Oliveira | PSDB | 5.110 |
| Cláudia | 45 | Altamir Kurten | Altamir Kurten | PSDB | 2.991 |
| Cocalinho | 45 | Dalva Maria de Lima Peres | Dalva Peres | PSDB | 2.122 |
| Colíder | 55 | Noboru Tomiyoshi | Noboru Tomiyoshi | PSD | 8.622 |
| Colniza | 40 | Esvandir Antonio Mendes | Vando Colnizatur | PSB | 5.070 |
| Comodoro | 25 | Jeferson Ferreira Gomes | Jeferson Cadeirante | DEM | 5.487 |
| Confresa | 45 | Ronio Condão Barros Milhomem | Dr. Ronio Condão | PSDB | 6.368 |
| Conquista d'Oeste | 15 | José Carlos de Oliveira | José Carlos | PMDB | 827 |
| Cotriguaçu | 40 | Jair Klasner | Cotcharapa | PSB | 3.179 |
| Cuiabá | 15 | Emanuel Pinheiro | Emanuel Pinheiro | PMDB | 157.877 |
| Curvelândia | 45 | Sidinei Custodio da Silva | Sidinei Custodio | PSDB | 1.867 |
| Denise | 43 | Eliane Lins da Silva | Drª Eliane | PV | 2.708 |
| Diamantino | 12 | Eduardo Capistrano de Oliveira | Eduardo Capistrano | PDT | 7.527 |

continua...

PREFEITOS MUNICIPAIS ELEITOS NO ESTADO DE MATO GROSSO (2016)

| Município | Nº | Candidato | Nome Urna | Partido | Votação |
|-----------------------------|----|-----------------------------------|----------------------------|---------|---------|
| Dom Aquino | 40 | Josair Jeremias Lopes | Josair Lopes | PSB | 2.723 |
| Feliz Natal | 45 | Rafael Pavei | Dr Rafael Pavei | PSDB | 2.842 |
| Figueirópolis d'Oeste | 45 | Eduardo Flausino Vilela | Eduardo Vilela | PSDB | 1.487 |
| Gaúcha do Norte | 77 | Voney Rodrigues Goulart | Voney Goiano | SD | 1.850 |
| General Carneiro | 22 | Marcelo de Aquino | Marcelo Aquino | PR | 1.727 |
| Glória d'Oeste | 40 | Paulo Remédio | Paulo Remédio | PSB | 1.522 |
| Guarantã do Norte | 10 | Érico Stevan Gonçalves | Érico | PRB | 4.881 |
| Guiratinga | 45 | Humberto Domingues | Humberto Bolinha | PSDB | 3.807 |
| Indiavaí | 55 | Valteir Quirino dos Santos | Valteir | PSD | 914 |
| Ipiranga do Norte | 45 | Pedro Ferronato | Pedro Ferronato | PSDB | 1.674 |
| Itanhangá | 22 | Edu Laudi Pascoski | Edu Pascoski | PR | 1.933 |
| Itaúba | 43 | Valcir Donato | Valcir Donato | PV | 2.192 |
| Itiquira | 55 | Humberto Bortolini | Betao | PSD | 4.907 |
| Jaciara | 45 | Abduljabar Galvin Mohammad | Abdo | PSDB | 7.956 |
| Jangada | 45 | Ederzio de Jesus Mendes | Garrincha | PSDB | 2.733 |
| Jauru | 55 | Pedro Ferreira de Souza | Pedro Ferreira | PSD | 3.208 |
| Juara | 40 | Luciane Borba Azoia Bezerra | Luciane Bezerra | PSB | 8.808 |
| Juína | 13 | Altir Antonio Peruzzo | Altir Peruzzo | PT | 12.187 |
| Juruena | 90 | Sandra Josy Lopes de Souza | Sandra Crozetta | PROS | 3.491 |
| Juscimeira | 45 | Moises dos Santos | Moises da Farmacia | PSDB | 3.077 |
| Lambari d'Oeste | 40 | Edvaldo Alves dos Santos | Edvaldo | PSB | 1.410 |
| Lucas do Rio Verde | 55 | Flori Luiz Binotti | Binotti | PSD | 14.408 |
| Luciara | 22 | Fausto Aquino de Azambuja Filho | Faustiinho | PR | 691 |
| Marcelândia | 55 | Arnóbio Vieira de Andrade | Arnóbio | PSD | 3.670 |
| Matupá | 15 | Valter Miotto Ferreira | Valtinho Miotto | PMDB | 4.401 |
| Mirassol d'Oeste | 45 | Jefferson Luis Fernandes Beato | Dr. Jefferson | PSDB | 6.121 |
| Nobres | 45 | Leocir Hanel | Leocir | PSDB | 4.497 |
| Nortelândia | 55 | Jossimar José Fernandes | Zema | PSD | 2.127 |
| Nossa Senhora do Livramento | 45 | Silmar de Souza Gonçalves | Souza | PSDB | 6.384 |
| Nova Bandeirantes | 40 | Valdir Pereira dos Santos | Valdir Rio Branco | PSB | 2.444 |
| Nova Brasilândia | 15 | Mauriza Augusta de Oliveira | Marilza | PMDB | 1.816 |
| Nova Canaã do Norte | 12 | Rubens Roberto Rosa | Rubão | PDT | 4.608 |
| Nova Guarita | 55 | José Lair Zamoner | Zeca | PSD | 1.493 |
| Nova Lacerda | 25 | Uilson Jose da Silva | Uilson Linguíça | DEM | 2.182 |
| Nova Marilândia | 45 | Juvenal Alexandre da Silva | Juvenal Alexandre da Silva | PSDB | 1.217 |
| Nova Maringá | 45 | João Braga Neto | João Braga | PSDB | 2.054 |
| Nova Monte Verde | 15 | Beatriz de Fatima Sueck Lemes | Bia | PMDB | 2.085 |
| Nova Mutum | 12 | Adriano Xavier Pivetta | Adriano | PDT | 16.720 |
| Nova Nazaré | 45 | João Teodoro Filho | João Filho | PSDB | 1.128 |
| Nova Olímpia | 55 | José Elpidio de Moraes Cavalcante | Zé Elpidio | PSD | 6.580 |
| Nova Santa Helena | 25 | Terezinha Guedes Carrara | Terezinha | DEM | 1.531 |

continua...

PREFEITOS MUNICIPAIS ELEITOS NO ESTADO DE MATO GROSSO (2016)

| Município | Nº | Candidato | Nome Urna | Partido | Votação |
|---------------------------|----|-----------------------------------|----------------------------|---------|---------|
| Nova Ubiratã | 45 | Valdenir Jose dos Santos | Valdenir | PSDB | 2.508 |
| Nova Xavantina | 55 | João Batista Vaz da Silva | João Cebola | PSD | 7.932 |
| Novo Horizonte do Norte | 55 | Silvano Pereira Neves | Silvano | PSD | 1.384 |
| Novo Mundo | 45 | Antonio Mafini | Toni Mafini | PSDB | 2.604 |
| Novo Santo Antônio | 10 | Adão Soares Nogueira | Adão Brechó | PRB | 575 |
| Novo São Joaquim | 15 | Antonio Augusto Jordao | Jordão | PMDB | 1.956 |
| Paranaíta | 45 | Antonio Domingo Rufatto | Tony Rufatto | PSDB | 3.994 |
| Paranatinga | 15 | Josimar Marques Barbosa | Marquinhos do Dedé | PMDB | 4.541 |
| Pedra Preta | 15 | Juvenal Pereira Brito | Ná | PMDB | 4.621 |
| Peixoto de Azevedo | 45 | Mauricio Ferreira de Souza | Mauricio do Posto Caramujo | PSDB | 8.535 |
| Planalto da Serra | 45 | Angelina Benedita Pereira | Angelina | PSDB | 885 |
| Poconé | 22 | Atail Marques do Amaral | Tatá Amaral | PR | 6.393 |
| Pontal do Araguaia | 45 | Gerson Rosa de Moraes | Gerson | PSDB | 1.736 |
| Ponte Branca | 45 | Humberto Luiz Nogueira de Menezes | Humberto Nogueira | PSDB | 1.181 |
| Pontes e Lacerda | 10 | Alcino Pereira Barcelos | Alcino Barcelos | PRB | 11.817 |
| Porto Alegre do Norte | 12 | Daniel Rosa do Lago | Daniel da Itaquerê | PDT | 2.057 |
| Porto dos Gaúchos | 15 | Moacir Pinheiro Piovesan | Baxinho Piovesan | PMDB | 1.995 |
| Porto Esperidião | 15 | Martins Dias de Oliveira | Martins | PMDB | 2.827 |
| Porto Estrela | 20 | Eugênio Pelachim | Eugênio Pelachim | PSC | 1.048 |
| Poxoréu | 12 | Nelson Antonio Paim | Nelson Paim | PDT | 3.697 |
| Primavera do Leste | 15 | Paulo Eromar Bersch | Dr. Paulo | PMDB | 10.636 |
| Querência | 40 | Fernando Gorgen | Fernando Gorgen | PSB | 4.822 |
| Reserva do Cabaçal | 55 | Tarcisio Ferrari | Tarcisio Ferrari | PSD | 1.023 |
| Ribeirão Cascalheira | 22 | Reynaldo Fonseca Diniz | Dr Reynaldo | PR | 2.635 |
| Ribeirãozinho | 45 | Ronivon Parreira das Neves | Ronivon | PSDB | 1.097 |
| Rio Branco | 20 | Antonio Xavier de Araujo | Totonho | PSC | 1.763 |
| Rondolândia | 11 | Agnaldo Rodrigues de Carvalho | Agnaldo | PP | 1.048 |
| Rondonópolis | 77 | José Carlos Junqueira de Araujo | Zé Carlos do Pátio | SD | 39.352 |
| Rosário Oeste | 22 | João Antônio da Silva Balbino | João Balbino | PR | 4.062 |
| Salto do Céu | 11 | Wemerson Adao Prata | Merson | PP | 1.605 |
| Santa Carmem | 55 | Rodrigo Audrey Frantz | Rodrigo do Posto | PSD | 1.634 |
| Santa Cruz do Xingu | 40 | Marcos de Sá Fernandes da Silva | Marcos de Sá | PSB | 659 |
| Santa Rita do Trivelato | 55 | Egon Hoepers | Egon Hoepers | PSD | 888 |
| Santa Terezinha | 12 | Euclesio Jose Ferretto | Euclesio | PDT | 1.826 |
| Santo Afonso | 45 | Joabe Almeida dos Santos | Joabe, Xiru, Indio Velho | PSDB | 1.088 |
| Santo Antônio do Leste | 22 | Miguel Jose Brunetta | Miguel Brunetta | PR | 1.126 |
| Santo Antônio do Leverger | 55 | Valdir Pereira de Castro Filho | Valdirzinho | PSD | 6.085 |
| São Félix do Araguaia | 77 | Janailza Taveira Leite | Dra. Janailza | SD | 2.908 |
| São José do Povo | 55 | Arivaldo Medeiros de Santana | Arivaldo | PSD | 1.420 |
| São José do Rio Claro | 11 | Valdomiro Lachovicz | Valdomiro Lachovicz | PP | 4.238 |
| São José do Xingu | 14 | Luiz Carlos Nunes Castelo | Castelo | PTB | 1.429 |

continua...

PREFEITOS MUNICIPAIS ELEITOS NO ESTADO DE MATO GROSSO (2016)

| Município | Nº | Candidato | Nome Urna | Partido | Votação |
|----------------------------|----|-----------------------------------|-------------------|---------|---------|
| São José dos Quatro Marcos | 45 | Ronaldo Floreano dos Santos | Professor Ronaldo | PSDB | 6.355 |
| São Pedro da Cipa | 22 | Alexandre Russi | Alexandre Russi | PR | 2.306 |
| Sapezal | 20 | Valcir Casagrande | Valcir | PSC | 5.211 |
| Serra Nova Dourada | 45 | José Ocimar Gomes da Silva Aguiar | Ozemar | PSDB | 734 |
| Sinop | 22 | Rosana Tereza Martinelli | Rosana Martinelli | PR | 23.981 |
| Sorriso | 45 | Ari Genezio Lafin | Ari Lafin | PSDB | 21.008 |
| Tabaporã | 15 | Sirineu Moleta | Sirineu | PMDB | 2.259 |
| Tangará da Serra | 15 | Fabio Martins Junqueira | Fábio Junqueira | PMDB | 18.063 |
| Tapurah | 25 | Iraldo Ebertz | Iraldo | DEM | 3.025 |
| Terra Nova do Norte | 22 | Valter Kuhn | Valter Kuhn | PR | 3.694 |
| Tesouro | 15 | Antônio Leite Barbosa | Antonio Leite | PMDB | 1.176 |
| Torixoréu | 11 | Ines Moraes Mesquita Coelho | Ines Coelho | PP | 1.520 |
| União do Sul | 55 | Claudio Miros Jacinto de Queiroz | Claudio do Posto | PSD | 1.237 |
| Vale de São Domingos | 40 | Geraldo Martins da Silva | Geraldo Ramos | PSB | 1.142 |
| Várzea Grande | 25 | Lucimar Sacre de Campos | Lucimar | DEM | 95.634 |
| Vera | 40 | Moacir Luiz Giacomelli | Moacir Giacomelli | PSB | 2.744 |
| Vila Bela da SS. Trindade | 43 | Wagner Vicente da Silveira | Wagner | PV | 4.781 |
| Vila Rica | 22 | Abmael Borges da Silveira | Abmael | PR | 4.492 |

Fonte: TSE – Resultado das Eleições Municipais de 2016.

ELEIÇÃO SUPLEMENTAR PARA PREFEITOS MUNICIPAIS ELEITOS NO ESTADO DE MATO GROSSO (2016)

| Município | Nº | Candidato | Nome Urna | Partido | Votação |
|-----------------------|----|-------------------------------|-------------------|---------------|---------|
| Alto Taquari | 14 | Fabio Mauri Garbugio | Fabio Garbugio | PTB | 2.050 |
| Bom Jesus do Araguaia | 25 | Ronaldo Rosa de Oliveira | Rone do Murere | DEM | 1.654 |
| Conquista d'Oeste | 11 | Maria Lucia de Oliveira Porto | Maria Lucia | PP | 1.110 |
| Mirassol d'Oeste | 11 | Euclides da Silva Paixão | Euclides Paixão | PP | 6.344 |
| Planalto da Serra | 55 | Denio Peixoto Ribeiro | Dênio Ribeiro | PSD | 1.170 |
| Primavera do Leste | 15 | Leonardo Tadeu Bortolin | Leonardo Bortolin | PMDB | 17.608 |
| Ribeirão Cascalheira | 77 | Luzia Nunes Brandão | Luzia Brandão | Solidariedade | 2.274 |

Fonte: TSE – Resultado das Eleições Municipais de 2016.

ESTUDO PARA O REMANEJAMENTO DAS ZONAS ELEITORAIS

Tendo iniciado com apenas cinco zonas eleitorais – Cuiabá, Cáceres, Rosário Oeste, Diamantino e Poconé –, Mato Grosso registrou aumento substantivo das zonas eleitorais, especialmente após a divisão do Estado (1977). Ao completar 80 anos, em 2012, o TRE-MT registrava o montante de 61 zonas eleitorais. Sua criação se deveu ao progressivo processo de colonização ocorrido pós-1970, com incremento, em menor escala, até hoje.

A criação das zonas eleitorais serviu inicialmente para dar força identitária e emancipatória aos municípios, porém, muitas delas, pela racionalidade administrativa, poderiam ser reunidas, facilitando as ações do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso em benefício de uma melhor assistência.

Assim, em 2015 ocorreu a necessidade de estudos profundos que apontassem o remanejamento das zonas eleitorais de todo o país, tendo por base a Resolução nº 23.422/14 do Tribunal Superior Eleitoral, que, dentre seus artigos, determinou a criação de zona eleitoral somente nos municípios que tivessem pelo menos 10 mil eleitores.

Com base nessa normativa, o TRE-MT, através da Corregedoria Regional Eleitoral (CRE-MT), gestão 2015, determinou, pela Portaria 2/2013, que uma Comissão fizesse estudos para conseguir um melhor atendimento aos eleitores no interior de Mato Grosso, tendo por base maior racionalidade e aumento da qualidade de atendimento aos eleitores.

Após exaustivos trabalhos, a referida Comissão chegou às seguintes indicações de alteração da vinculação das Zonas Eleitorais:

- Ⓢ **Itiquira e Sorriso:** transferência da sede da 36ª Zona Eleitoral, que tinha sede no município de Itiquira, para o município de Sorriso. Os eleitores de Itiquira, que somavam 7.790 votantes, passaram a ser atendidos por um posto eleitoral no município, subordinado à 10ª Zona Eleitoral de Rondonópolis.
- Ⓢ **Guiratinga e Rondonópolis:** A 2ª Zona Eleitoral, cuja sede estava situada em Guiratinga e abrangia os municípios de Guiratinga e Tesouro, apresentou um decréscimo no número de eleitores, embora as duas juntas perfizessem 10.814 deles, este total demonstrou diminuição no período 2008/2015. Guiratinga tinha 9.903 eleitores em 2008; em 2015 esse número caiu para 8.489. Já o município de Tesouro, que contava com 2.385 eleitores em 2008, agora tem 2.325. Ou seja, nos últimos sete anos e quatro meses, houve redução de 1.474 eleitores. O número de processos autuados por ano também é baixo: foram 17 em 2013, 15 em 2014 e 28 em 2015. Com a nova configuração, a sede da 2ª Zona Eleitoral passou a ser Rondonópolis, que se res-

ponsabilizou por parte do eleitorado do município do mesmo nome, além daqueles de Guiratinga, Alto Garças e Tesouro.

- Ⓢ Já no caso de Nova Olímpia e Tangará da Serra, a primeira deixou de pertencer à 13ª Zona Eleitoral, com sede em Barra do Bugres, passando a pertencer à 19ª Zona Eleitoral, com sede em Tangará da Serra, uma vez que Nova Olímpia dista apenas 37 quilômetros (via asfaltada) de Tangará da Serra.
- Ⓢ O mesmo ocorreu com os municípios de Santo Antônio do Leste e Paranatinga. O primeiro, com apenas 2.339 eleitores, mantinha vinculação com a 40ª Zona Eleitoral de Primavera do Leste; com o remanejamento, passou a pertencer à 57ª Zona Eleitoral, sediada no município de Paranatinga. De acordo com o noticiário, “esta mudança traria mais comodidade ao eleitor de Santo Antônio do Leste, que fica a 92 quilômetros de Paranatinga e 150 quilômetros de Primavera do Leste. Outra melhoria seria registrada com o equilíbrio do número de eleitores. Santo Antônio do Leste tem 2.339 aptos a votar que, somados aos de Paranatinga (17.465), seriam apenas 19.804 eleitores nessa circunscrição. Enquanto isso, o município de Primavera do Leste já registrava um eleitorado de 56.192 votantes”. Segundo o relator do processo, Corregedor Regional Eleitoral e vice-presidente, desembargador Luiz Ferreira da Silva, “Por tais razões, a fim de se equilibrar o eleitorado envolvido e, principalmente, atender o eleitor de Santo Antônio do Leste em uma distância menor, bem como melhorar a logística dos trabalhos eleitorais, voto pela aprovação integral desta proposta”. (TRE-MT, 2023a).
- Ⓢ No caso de Rio Branco e São José dos Quatro Marcos, a sede da 52ª Zona Eleitoral, que funcionava no município de Rio Branco, passou a manter vinculação, assim como os municípios de Salto do Céu e Lambari D’Oeste, ao município de São José dos Quatro Marcos, contando com um montante de 11.280 eleitores. Apesar da mudança da sede da zona eleitoral para São José dos Quatro Marcos, na avaliação do Corregedor Regional Eleitoral e vice-presidente, desembargador Luiz Ferreira da Silva, “resta evidente, pois, que nos últimos sete anos o eleitorado do município de Rio Branco sofreu sensível decréscimo, passando de 4.244 para somente 3.971 eleitores. Enquanto isso, o município de São José dos Quatro Marcos conta com eleitorado bem superior, na ordem de 14.123 eleitores inscritos. Nesse contexto, resta claro que o município de São José dos Quatro Marcos detém maior eleitorado, maior população, maior crescimento populacional e maior desen-

volvimento, motivo pelo qual, no presente momento, penso ser mais adequado o remanejamento da zona eleitoral de Rio Branco para São José dos Quatro Marcos, sem contar que, com a adoção de tal medida, ter-se-iam reais melhorias dos serviços eleitorais e maior equilíbrio do eleitorado, igualmente, na 18ª Zona Eleitoral de Mirassol d'Oeste". Segundo noticiário veiculado, resta evidente, pois, que nos últimos sete anos o eleitorado do município de Rio Branco sofreu sensível decréscimo, passando de 4.244 para somente 3.971 eleitores. Enquanto isso, o município de São José dos Quatro Marcos conta com eleitorado bem superior, na ordem de 14.123 eleitores inscritos. Nesse contexto, resta claro que o município de São José dos Quatro Marcos detém maior eleitorado, maior população, maior crescimento populacional e maior desenvolvimento, motivo pelo qual, no presente momento, penso ser mais adequado o remanejamento da zona eleitoral de Rio Branco para São José dos Quatro Marcos, sem contar que, com a adoção de tal medida, ter-se-iam reais melhorias dos serviços eleitorais e maior equilíbrio do eleitorado, igualmente, na 18ª Zona Eleitoral de Mirassol d'Oeste". (TRE-MT, 2023a).

Tendo sido concluído o estudo, a concretização do remanejamento das zonas eleitorais só ocorreu na gestão seguinte.

Projeto Pauta Limpa

PAUTAS E FICHAS LIMPAS DE MÃOS DADAS

Para a realização de uma eleição de qualidade, nenhum processo deveria deixar de ser julgado antes do pleito. Este foi o momento inaugural da ação e foi criado originalmente em 2013. Portanto, Pauta Limpa e Ficha Limpa caminharam de mãos dadas. A Ficha Limpa se alia a outra importante responsabilidade da Justiça Eleitoral, "que consistente no julgamento dos processos que podem importar em causas de inelegibilidade, seja de modo direto, como nas hipóteses das Ações de Investigação Judicial Eleitoral, seja de modo reflexo, como ocorre, por exemplo, nas representações por captação ilícita de sufrágio e nas ações penais eleitorais".

Nas eleições municipais de 2016 foi estabelecido como prioritário o Projeto Pauta Limpa 2016, que já constava do planejamento da Diretoria 2015-2016, o que ocorreu por meio da Resolução nº 1.663/2015, tendo sido o projeto ampliado em cinco metas de julgamento para o 1º e 2º graus.

Para zerar a pauta de processos eleitorais, necessário se fazia atrelar o Pauta Limpa ao Ficha Limpa, esta criada pela Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010 e que "nasceu do empenho da democracia brasileira em depurar seu ambiente

político, fazendo incidir no processo eleitoral brasileiro princípios já consagrados pela Constituição da República, como o da probidade e o da moralidade administrativa. À Lei da Ficha Limpa se alia a outra importante responsabilidade da Justiça Eleitoral, que consistente "no julgamento dos processos que podem importar em causas de inelegibilidade, seja de modo direto, como nas hipóteses das Ações de Investigação Judicial Eleitoral, seja de modo reflexo, como ocorre, por exemplo, nas representações por captação ilícita de sufrágio e nas ações penais eleitorais". (DINO, 2023).

Para fazer com que o eleitor compreendesse o mecanismo da Ficha Limpa, o TRE-MT elaborou e disponibilizou pela internet um Guia para o eleitor:

ENTENDA COMO FUNCIONA A LEI DA FICHA LIMPA – A impossibilidade de elegibilidade de políticos condenados em processos eleitorais e criminais é um tema que gera muita polêmica no meio jurídico. De fato, a preocupação em manter a lisura e a transparência no processo eleitoral deve ser uma das prioridades para manter a estrutura do Estado Democrático de Direito.

Nesse cenário, é importante que o advogado entenda como funciona a Lei da Ficha Limpa e todas as suas implicações. Afinal, essa lei é a responsável por regulamentar os casos de inelegibilidade eleitoral. No entanto, ela ainda costuma ser bastante discutida pelos tribunais superiores, no que se refere à sua constitucionalidade.

Você sabe qual é a aplicação e quais são as consequências dessa lei? O artigo vai explicar as principais questões sobre a Lei da Ficha Limpa. Acompanhe a leitura!

A ORIGEM DA LEI DA FICHA LIMPA – A Lei Complementar nº 135/2010, conhecida como a Lei da Ficha Limpa, foi criada a partir de um projeto de lei com a iniciativa popular que obteve mais de 1,5 milhão de assinaturas. Ela atualizou a antiga Lei Complementar nº 64/1990.

A Lei da Ficha Limpa determina as condutas que inviabilizam a candidatura de políticos para as eleições. Assim, ela estabelece a inelegibilidade de políticos que foram condenados em processos criminais na segunda instância, cassados ou que renunciaram, por um período de oito anos.

O OBJETIVO DA LEI DA FICHA LIMPA – A lei foi editada para impedir a elegibilidade de candidatos que praticavam condutas reprováveis moralmente e atividades ilícitas. O principal objetivo foi o de garantir lisura e idoneidade dos políticos e combater a imoralidade e a corrupção. Desse modo, os indivíduos que foram condenados por crimes, em segunda instância, ou têm processo em curso perante a Justiça Eleitoral, não podem se candidatar para concorrer às eleições.

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A LEI DA FICHA LIMPA – A Constituição, no seu capítulo IV (Dos Direitos Políticos), determina as condições de participação, obrigatória ou facultativa, no procedimento eleitoral. Além disso, ela estipula as vedações ao alistamento eleitoral e as condições que permitem a elegibilidade dos candidatos.

Nesse sentido, ela também prevê a situação da inelegibilidade, casos de cassação e outras medidas a fim de manter a integridade eleitoral e os casos de reeleição, mediante a edição da Emenda Constitucional nº 16/1997. No entanto, ela deixa a regulamentação em aberto ao determinar a necessidade de criação de uma legislação complementar para tratar do tema.

Confira a redação do § 9º do art. 14 da Constituição Federal:

“Lei Complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.”

AS DETERMINAÇÕES DA LEI DA FICHA LIMPA – A Lei da Ficha Limpa traz todas as situações de impedimento para a elegibilidade de políticos durante as eleições. Algumas hipóteses constam na Lei Complementar nº 64, enquanto outras são inéditas e surgiram na LC nº 135/2010.

Em regra, os políticos que foram condenados ou que praticaram alguma conduta ilícita não poderão ter a candidatura registrada e se tornam inelegíveis por um período de oito anos.

Conheça, a seguir, alguns exemplos de vedações à eleição de candidatos políticos:

- ⊗ quem perdeu o cargo em decorrência de prática de alguma infração durante o mandato;
- ⊗ quem apresenta processos em andamento perante a Justiça Eleitoral;
- ⊗ quem figura como investigado em processo de apuração de abuso de poder econômico ou político;
- ⊗ quem renunciou ao cargo com a intenção de não ser mais processado ou com o objetivo de fugir de provável condenação;
- ⊗ quem ocupava cargo eletivo e abdicou do mandato para escapar de processo em decorrência de desobediência da Constituição Federal, Estadual ou Lei Orgânica;

- ⊗ quem foi julgado e condenado pela Justiça Eleitoral por corrupção eleitoral, compra de votos, gastos ilícitos e condutas reprováveis;
- ⊗ quem foi julgado e condenado pela Justiça Eleitoral por crimes como improbidade administrativa, lavagem de dinheiro, abuso de autoridade etc.;
- ⊗ quem foi julgado e condenado por práticas referentes ao governo que guardam relação com a administração pública;
- ⊗ quem não obedecer às prerrogativas de seus cargos previstas na Constituição;
- ⊗ quem for excluído do exercício da profissão devido à prática de infração ético-profissional.

A lei também estabelece que os magistrados e membros do Ministério Público podem se tornar inelegíveis caso sejam aposentados compulsoriamente em decorrência de decisão por sanção ou tenham perdido o cargo por sentença, ou então por meio de exoneração ou aposentadoria voluntária enquanto estiver correndo processo administrativo disciplinar. Além disso, os candidatos que foram banidos do exercício da profissão estão inelegíveis, caso, por exemplo, de médicos e advogados.

AS MUDANÇAS DECORRENTES DA LEI DA FICHA LIMPA

A Lei da Ficha Limpa promoveu alterações em relação à lei anterior. Uma das principais novidades foi a impossibilidade da candidatura de candidatos que foram condenados em segunda instância. Anteriormente esses indivíduos apenas eram vedados a participar da eleição após o devido trânsito em julgado da sentença condenatória e diante da impossibilidade de interpor novo recurso. Assim, mesmo diante do registro de candidatura negado pelo juiz da vara eleitoral, o candidato podia fazer campanha e se reeleger, enquanto ainda restassem chances de recorrer. Além disso, outra novidade se refere ao prazo do registro da candidatura dos candidatos, que passou de três para oito anos para o político que foi condenado.

A lei foi contestada por juristas. No entanto, em 2012, o Supremo Tribunal Federal entendeu que o regramento legal é considerado constitucional. (PROJETO, 2023).

Em 2016, a Justiça Eleitoral de Mato Grosso tinha, até 15 de agosto, julgado 100% dos processos que poderiam tornar um cidadão “ficha suja”. No segundo grau de jurisdição, do total de 123 ações consideradas prioritárias para essa finalidade, só 16 ainda não tinham sido julgadas.

A Lei da Ficha Limpa prevê a inelegibilidade do cidadão em determinados casos, com o objetivo de proteger a pro-

bidade e moralidade administrativas no exercício do mandato. São considerados inelegíveis os candidatos que forem condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, que praticaram crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública, o patrimônio público, o patrimônio privado, o sistema financeiro, contra o meio ambiente, a saúde pública, além dos condenados por racismo, tortura, terrorismo, crimes contra a vida, dentre outros. Também ficam inelegíveis os candidatos condenados por órgão colegiado por terem cometido crimes eleitorais. A presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas, explicou que, se o pretense candidato, antes deste prazo, sofrer uma condenação que o enquadre na Lei da Ficha Limpa, ele não terá seu requerimento de registro de candidatura deferido, por não reunir todas as condições de elegibilidade. Na avaliação dela, “se, porém, a condenação for posterior à sentença que deferir a candidatura, e tendo essa transitado em julgado, não haverá para o candidato impedimento para concorrer ao pleito eleitoral e exercer o cargo caso seja eleito. Neste caso, a condenação não retroage e só terá efeitos em futuras disputas eleitorais. Daí a importância de ‘limpar a pauta’ no que diz respeito aos processos judiciais prioritários para a plena aplicação da Lei da Ficha Limpa”. (OLIVEIRA, 2023a).

JE Processos ao alcance de candidatos, advogados e imprensa

Com o final das eleições de 2016, começaram a chegar, aos Tribunais Regionais Eleitorais, como é o caso do TRE-MT, recursos em processos de prestação de contas, em representações eleitorais e aqueles que dizem respeito às ações de investigação judicial eleitoral. Tanto os candidatos quanto os advogados e a imprensa podem acompanhar o andamento de todos os recursos, com comodidade e agilidade, por meio de um aplicativo de celular chamado *JE Processos*. Esta ferramenta foi originalmente desenvolvida pelo TRE de Sergipe e depois absorvida pelo Tribunal Superior Eleitoral para uso nos demais tribunais eleitorais. Trata-se de um aplicativo com inúmeras vantagens, como, por exemplo, marcar os processos que se deseja acompanhar, sendo que o internauta não precisa fazer nova busca a cada acesso. Ao marcar os processos do seu interesse, ele pode também manter este histórico no seu celular, agilizando e facilitando o acesso à informação desejada, o que lhe permite ainda, buscar todas as informações do processo, como seu andamento, nome das partes e decisões judiciais por meio do sistema *push*, uma vez que, a cada movimentação processual, o interessado recebe um *e-mail* contendo a informação e o andamento completo do processo cadastrado.



Alair Ribeiro | Ascorm TRE-MT

Aplicativo *JE Processos* para celular

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL (AIJE)

A Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) objetiva detectar os abusos de poder econômico, de poder político e/ou uso indevido dos meios de comunicação social. Caso sejam comprovadas as denúncias, o denunciado poderá ter seu registro ou diploma cassados, incluindo a declaração de sua inelegibilidade pelo prazo de oito anos. Estão suscetíveis todos os candidatos, seus vices e suplentes, incluindo também os partidos, admitidos como assistentes. O prazo para o ajuizamento da AIJE vigora do registro da candidatura até a diplomação.

O recurso Contra a Diplomação ou Expedição de Diploma (RCED) está previsto no artigo 262 do Código Eleitoral, tendo como causa solicitar a inelegibilidade superveniente (aquela que surgiu após o registro da candidatura e, portanto, não pôde ser analisada naquele momento); inelegibilidade de natureza constitucional; falta de condição de elegibilidade, ainda que preexistente. Tem como consequência a desconstituição do diploma do candidato, podendo ser ajuizada até três dias após a diplomação.

A representação específica prevê multa e cassação do registro/diploma, conforme os artigos 23, 30-A, 41-A, 73 e 74 da Lei 9.504/97, podendo alegar atos como doação excessiva, captação ilícita de recursos, captação ilícita de sufrágio (compra de votos) e condutas vedadas a agentes públicos. Há diferentes prazos para ajuizamento da ação. Para doação excessiva, o prazo vigora até o fim do exercício seguinte, sendo que para os atos previstos nos artigos 30-A, 15 dias após a diplomação e para os demais até a data da diplomação. (CANDIDATOS, 2023).

POPULAÇÃO PODE DENUNCIAR CAIXA 2

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso inovou mais uma vez, no dia 8 de setembro de 2017 ao disponibilizar à sociedade o aplicativo CAIXA 1, que deverá ser amplamente utilizado por eleitores e candidatos concorrentes, para combater o Caixa 2 de campanhas eleitorais, o qual busca garantir o equilíbrio na disputa entre os candidatos e reduzir significativamente a movimentação de recursos de campanha à margem da lei.

Na abalizada opinião da presidente do TRE-MT, Maria Helena Gargaglione Póvoas, “estamos lançando uma poderosa arma na mão da sociedade e do eleitor para nos ajudar a rastrear os recursos movimentados pelos candidatos no decorrer de suas campanhas. Checar se esses recursos estão em harmonia com o que foi declarado pelo candidato à Justiça Eleitoral”. A mesma presidente esclareceu ainda que o eleitor pode filmar, fotografar e/ou gravar áudios sobre gastos de campanhas dos candidatos e enviar à Justiça Eleitoral, que confrontará esses dados com o teor da prestação de contas. Se ficar comprovado que houve gasto que não está descrito na prestação de contas fornecida pelo candidato à Justiça Eleitoral, está configurado o Caixa 2, que poderá resultar na cassação do diploma ou do mandato: “Se o eleitor passa por um local e vê cabos eleitorais de determinado candidato fazendo panfletagem, ele pode filmar ou tirar foto dessa situação e encaminhar, via aplicativo, ao TRE. Não importa se o cidadão tem ou não percepção se o fato – objeto do envio –, está correto não. O TRE fará o cruzamento dessas informações com as que foram prestadas pelo candidato”.

A iniciativa do TRE-MT foi elogiada pelo procurador regional eleitoral de Mato Grosso, Douglas Guilherme Fernandes: “O Ministério Público e a Justiça Eleitoral nunca estiveram tão preparados como estão agora para enfrentar as irregularidades que atingem os pleitos. Temos ferramentas

das mais diversas espécies e temos a colaboração de diversos outros órgãos públicos, como o Tribunal de Contas da União e a Receita Federal. E agora, de forma pioneira, a Justiça Eleitoral insere o cidadão nesse papel fiscalizador, incentivando o controle social. Por isso, digo que fico bastante entusiasmado, com a certeza de que essa ferramenta vai incentivar a população a fiscalizar e, assim, teremos uma eleição mais justa e equilibrada. Parabéns ao Tribunal”.

O trabalho de divulgação do CAIXA 1 contou com a efetiva colaboração do Corregedor Regional Eleitoral, desembargador Luiz Ferreira da Silva, que encaminhou ofício aos juizes do interior para que massifiquem o uso do aplicativo em todos os municípios de Mato Grosso: “O candidato tem, por lei, definido o número de cabos eleitorais que pode utilizar e o montante que pode gastar. Só pode gastar o que de fato arrecadou. Nestas eleições de 2016, os candidatos estão cercados por todos os lados e sendo, assim, terão que realizar a campanha dentro da lei, com boas assessorias jurídicas e contábeis. Se assim não for, esse candidato pode até ser eleito, mas não será diplomado por não cumprir o que determina a lei”. (JUSTIÇA, 2023)

Rede Interna de Governança: um ganho institucional

Nas organizações públicas, a aferição de desempenho e custos, até recentemente, não era prioridade, porém a partir de 2016, através da Resolução nº 1.719/2016, tornaram-se imperativas.

Com a crise fiscal, decorrente da incapacidade de geração de poupança pública para a realização dos investimentos sociais, com a crise do modo de administrar em razão do es-



Lançamento do aplicativo Caixa 1

gotamento do modelo burocrático e, especialmente, a baixa qualidade na prestação dos serviços públicos, esse quadro sofreu alteração, ganhando relevância a lógica fiscal, preocupada em controlar os inputs do sistema para evitar o aumento de custos e déficits fiscais, e a lógica gerencial, que busca aumentar a eficiência e a efetividade da ação pública, com o propósito de obter melhores resultados.

Nesse contexto, um novo padrão de gestão pública foi necessário, tendo como um dos seus pilares a orientação para resultados, privilegiando especialmente os seguintes aspectos: migração do foco de meios para objetivos, planejamento estratégico, orçamento como instrumento de planejamento e gestão e indicadores de desempenho. Esse novo direcionamento visa, sobretudo, a atender a requisitos tornados imperativos, em resposta ao cenário de crise do Estado, por meio da Emenda Constitucional nº 19, de 1998: o aumento da eficiência (fazer mais com menos); melhoria da qualidade (fazer melhor); resgate da esfera pública como instrumento da expressão da cidadania (fazer o que deve ser feito).

No dia 25 de fevereiro de 2016, na gestão da desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas, foi instituída e regulamentada a *Rede Interna de Governança*, aprovada e assinada na Sala de Sessões, a 25 de fevereiro de 2016.

Sua criação teve por pressuposto a necessidade de construção de mecanismos de liderança, estratégia e controle aptos a avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, capazes de conduzir as políticas públicas e serviços do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso. Por fim, teve por pressuposto o *Guia de Orientação para Gerenciamento de Riscos Corporativos*, publicado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, em 2007, e o *Referencial Básico de Governança*, publicado pelo Tribunal de Contas da União, no ano de 2013.

Nessa medida, o TRE-MT aprovou a Resolução nº 1.719/2016 que, no Artigo 1º das suas disposições preliminares rezou: “A governança das políticas e serviços públicos do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso dar-se-á por meio de uma rede interna, formada por instâncias constituídas e disciplinadas por esta Resolução” (Resolução nº 1.719/2016).

Ao tratar especificamente dos Princípios da Governança Interna, traçou os seguintes princípios: legitimidade, sustentabilidade, transparência e conformidade legal e ética, no que concerne à na prestação responsável de contas quanto à aplicação dos recursos públicos.

Seus objetivos foram os de:

- ⊗ Proteger o patrimônio público e os valores da Justiça Eleitoral; Consolidar um modelo de gestão amplo e otimizado;
- ⊗ Identificar, tratar e direcionar as questões estratégicas; Focar as ações e estratégias do Tribunal em resultados para os cidadãos e usuários dos serviços;

- ⊗ Gerenciar riscos; Desenvolver a capacidade e a eficácia do corpo diretivo do Tribunal;
- ⊗ Envolver efetivamente os *stakeholders* na gestão. (Resolução nº 1.719/2016, Art. 3º).

A estrutura da Rede Interna de Governança foi composta por duas instâncias, a de Governança, materializada no Conselho de Administração Eleitoral (Conade); e nas instâncias de Apoio à Governança.

Os comitês de Apoio Estratégico, em número de cinco: Comitê Estratégico de Gestão Judiciária (Cejud); Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (Ceti); Comitê Estratégico de Orçamento e Compras (Ceoc); Comitê Estratégico de Gestão de Pessoas (Cegepe); e Comitê Estratégico de Inovação Administrativa (Comeia). Já os Núcleos de Apoio são constituídos de apenas dois: Núcleo Estratégico Socioambiental (Nesa), e Núcleo Estratégico de Qualidade de Vida no Trabalho (NQVT), os quais são avaliados e monitorados pela Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria, pela Ouvidoria Eleitoral, pela Corregedoria Regional Eleitoral e pela Assessoria de Gestão Estratégica. Todos esses organismos foram objeto de definição e atribuição de competências.

O Comitê Estratégico de Gestão Judiciária foi criado através da Resolução TRE-MT nº 1719/2016, que instituiu a Rede Interna de Governança no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso. A Resolução nº 2.571/2021 alterou a Rede Interna de Governança para incluir a Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias (Asepa) na composição do Comitê Estratégico de Gestão Judiciária (Cejud). A Rede Interna de Governança, ao longo dos anos seguintes, sofreu modificações e acréscimos de atribuições e de composição, de acordo com as necessidades apontadas pela evolução institucional, mas o processo originário datou de 25 de fevereiro de 2016, uma importante colaboração na governança da Justiça Eleitoral de Mato Grosso.

Aprovados em concurso 2015 tomam posse

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) homologou o resultado final do concurso público realizado em 2015 para preenchimento de vagas e formação de cadastro reserva. Os cargos a serem ocupados encontram-se nos setores da secretaria da Instituição e nos cartórios eleitorais. A posse dos nomeados foi marcada para o dia 11 de julho de 2016.

Segundo o secretário de Gestão de Pessoas do TRE-MT, Valmir Nascimento Milomem Santos, seriam chamados 21 candidatos aprovados, sendo: 11 servidores para o cargo de técnico administrativo, três técnicos na especialidade de programador de sistemas, seis analistas judiciários, na área judiciária, e um analista judiciário para atuar na área de contabilidade. (TRE-MT, 2023b).

TRE inaugura Data Center com tecnologia de ponta e amplia em cinco vezes capacidade de armazenamento de dados

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso inaugurou, no dia 23 de fevereiro de 2017, um novo Data Center, totalmente equipado, com capacidade de armazenamento na ordem de 125 *terabytes*, o suficiente para sustentar dados até, pelo menos, 2027, o que incluiu a total implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE). Com isso, ocorreu uma ampliação em cinco vezes da capacidade de armazenamento de dados da Justiça Eleitoral de Mato Grosso de até então.

O novo Data Center foi equipado com o mais moderno sistema voltado para o combate e prevenção a incêndio nesses ambientes, além de um sofisticado sistema de controle e economia de energia elétrica, inclusive com gerador próprio. E a sala segura construída pelo TRE-MT segue as diretrizes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no que diz respeito à relação custo-benefício para entidades públicas.

Ao agradecer aos deputados federais e senadores por Mato Grosso, a presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas, afirmou: “desde o ano de 2009 a Justiça Eleitoral sentia a necessidade de ampliar a segurança da informação, porque os equipamentos e a estrutura que havia não atendiam os critérios mínimos apontados em auditoria realizada pelo nosso próprio Controle Interno. Inclusive quero aqui frisar que este Tribunal, esta equipe que aqui trabalha, prima pela excelência na prestação de serviços à sociedade, motivo pelo qual moveu tantos esforços para chegarmos a este novo Data Center. Havia a necessidade, havia o empenho dos nossos servidores, mas não havia recursos financeiros para tanto, até podermos contar com uma emenda parlamentar da nossa bancada federal, em 2015, que possibilitou esta aquisição”. (TRE, 2023b).



Inauguração do Data Center Marco Antônio Pipino (2017)

Eleições 2016

CAMPANHA CIDADE LIMPA 2016 É LANÇADA DURANTE O ENCONTRO COM REPRESENTANTES PARTIDÁRIOS

A campanha *Cidade Limpa* 2016 será lançada no próximo dia 15 de julho de 2016 durante cerimônia de abertura do *Encontro com Representantes Partidários: Eleições 2016*, sob a promoção da Escola Judiciária Eleitoral (EJE). O evento visa sensibilizar os candidatos a não jogar ou distribuir materiais de campanha eleitoral nas imediações dos locais de votação, tanto na véspera quanto no dia da eleição.

Na avaliação do juiz-membro e diretor da EJE, Paulo Sodrê, “a campanha *Cidade Limpa* levará a todos os candidatos a preocupação com a propaganda limpa em duplo sentido. Não só limpa no que diz respeito à inexistência de corrupção, mas limpa também no aspecto ambiental sem jogar panfletos e cartazes no chão”. [...] “A questão é de um conceito de cidadania, pois se os nossos gestores estão concorrendo para serem gestores, eles têm que serem gestores durante a campanha e demonstrarem que tem capacidade ambiental quando se tornarem administradores”.

O Encontro com Representantes Partidários também foi transmitido ao vivo via Facebook pela *fanpage* da Escola Judiciária Eleitoral. (CAMPANHA, 2023).



MESÁRIO VOLUNTÁRIO

Partindo do princípio de que as eleições são de interesse de toda a comunidade, a Justiça Eleitoral, perseguindo uma das metas, qual seja, a se incorporar a sociedade civil ao processo eleitoral através da convocação dos Mesários Voluntários que, devidamente capacitados, atuam no momento da eleição ao lado dos funcionários da Justiça Eleitoral. Trata-se de um momento didático em que a sociedade civil se torna copartícipe na garantia da lisura do processo eleitoral, corroborando no fortalecimento da democracia. Com isso, foi ampliado o número de colaboradores da Justiça Eleitoral, os chamados Mesários Voluntários, os quais, após convocação do juiz eleitoral, com 60 dias de antecedência, recebem todas as orientações para sua efetiva participação.

Nas eleições de 2016, o TRE-MT passou, *online* e em papel, as regras e vantagens aos interessados:

Aquele que se dispuser a atuar como Mesário Voluntário, poderá gozar de algumas vantagens, como:

- ⊗ Dois dias de folga para cada dia convocado pela Justiça Eleitoral;
- ⊗ Auxílio-alimentação no dia da eleição;
- ⊗ Certidão a serviço da Justiça Eleitoral;
- ⊗ Desempate em concursos públicos, observados os critérios já previstos em leis ou regulamentos;
- ⊗ Aos universitários das **instituições parceiras**, reconhecimento como atividade extracurricular pela prestação de serviços à Justiça Eleitoral nas eleições.

Está apto a ser Mesário Voluntário todo eleitor ou eleitora que: mantenha situação regular perante a Justiça Eleitoral, podendo atuar na Zona de seu domicílio eleitoral.

Estão impedidos de exercer esta tarefa cívica:

- ⊗ Os menores de 18 anos;
- ⊗ Os candidatos e seus parentes, ainda que por afinidade, até o segundo grau inclusive, e também o cônjuge;
- ⊗ Os membros de diretórios de partidos políticos caso exerçam função executiva;
- ⊗ As autoridades e agentes policiais, bem como os funcionários no desempenho de cargos de confiança do Executivo;
- ⊗ Os que pertencerem ao serviço eleitoral.

Para estimular a inclusão de mesários voluntários, o TRE-MT e as Faculdades Integradas Mato-grossenses de Ciências Sociais e Humanas (ICE), assinaram um Termo de Cooperação Técnica para preparar acadêmicos enquanto auxiliares da Justiça Eleitoral, por meio deste programa.

A adesão foi voluntária e aberta a todos os estudantes, independente do semestre cursado, e o programa divulgado nas visitas do TRE-MT às unidades escolares. Àqueles que aderissem, estava garantido treinamento de 20 horas práticas programadas para antes das eleições de 2016. Após sua atuação, os estudantes receberam um certificado de participação.

Para a presidente do TRE-MT, desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas, as parcerias permitem o recru-



Campanha Mesário Voluntário (2016)



Alair Ribeiro | TRE-MT

Desembargadora Maria Helena Póvoas entrega prêmio do Concurso "Fala, Mesário", ao representante da mesária Ana Luiza Müller

tamento de voluntários de forma fácil e eficaz: “ainda hoje, encontramos grandes dificuldades em alcançar o número de auxiliares voluntários necessários para a realização da eleição. Por meio dessa parceria poderemos contar com o trabalho qualificado dos universitários, que em troca, participaram ativamente do processo democrático. Efetuaremos uma troca de conhecimentos e de experiências sobre conceitos de cidadania, participação política, *ética* e normas pertinentes ao processo eleitoral.” (OLIVEIRA, 2023b).

VENCEDORES DO CONCURSO FALA, MESÁRIO! RECEBEM PREMIAÇÃO NO TRE-MT – Na manhã de 21 de fevereiro de 2017, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso entregou premiações a dois participantes classificados entre os três primeiros colocados no concurso cultural *Fala, Mesário!*. A premiação dos demais classificados foi entregue nos cartórios eleitorais do interior do Estado, onde residem.

A presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, desembargadora Maria Helena Póvoas, entregou uma *smart TV* de 32 polegadas a Augusto Frederico Müller, pai da mesária Ana Luiza Müller, classificada em primeiro lugar na categoria *Contos do Mesário*, que não pôde comparecer.

O mesário Leonardo Ribeiro Klegin ficou em terceiro lugar na categoria *Minuto Mesário*, e recebeu um *tablet* das mãos do vice-presidente e corregedor do TRE-MT, desembargador Luiz Ferreira da Silva.

Antes de entregar a premiação, a desembargadora Maria Helena Póvoas agradeceu a participação dos mesários, não apenas no concurso cultural, mas na festa da democracia: “No dia da eleição, quando os eleitores escolhem seus representantes, são os mesários e colaboradores que agigantam a equipe da Justiça Eleitoral, fazendo acontecer a festa da democracia. Os mesários materializam todo o trabalho de bas-

tidores da Justiça Eleitoral. Pela relevante importância deste trabalho, foi criado o concurso cultural ‘Fala, Mesário!’, iniciativa que, apesar de singela, pretende enaltecer a atuação dos mesários e colaboradores da Justiça Eleitoral. Congratulo os vencedores do concurso com o desejo de que o compromisso cívico que os inspira contagie a nossa sociedade. E que possamos sempre contar com a colaboração de vocês”, disse a desembargadora.

O concurso cultural contou com duas categorias, uma de contos e outra de vídeos. Os textos e os vídeos vencedores estão disponíveis no Portal do TRE-MT na internet (www.tre-mt.jus.br).

Ao todo, 40 mesários e colaboradores participaram do certame, enviando relatos de sua experiência no exercício da função. As três melhores histórias de ambas as categorias (vídeo e conto) foram premiadas da seguinte forma:

- 1º lugar – Uma TV smart TV de 32 polegadas;
- 2º lugar – Um aparelho celular smartphone;
- 3º lugar – Um tablet.

Os vencedores na categoria *Contos do Mesário* foram:

- ⊗ 1º Lugar – Ana Luiza Müller, colaboradora da 54ª Zona Eleitoral de Cuiabá
- ⊗ 2º Lugar – Clarice Suelma Pereira, colaboradora da 45ª Zona Eleitoral de Rondonópolis
- ⊗ 3º Lugar – Marcos Fernando Borges Pereira, colaborador da 8ª Zona Eleitoral de Alto Araguaia

Os vencedores na categoria *Minuto Mesário* foram:

- Ⓒ 1º Lugar – Amanda Caroline Ribeiro Rosa, colaboradora da 8ª ZE – Alto Araguaia
- Ⓒ 2º Lugar – Simone Vieira Ormonde, colaboradora da 1ª Zona Eleitoral de Cuiabá
- Ⓒ 3º Lugar – Leonardo Ribeiro Klegin, colaborador da 55ª Zona Eleitoral de Cuiabá. (VENCEDORES, 2023).



RESULTADO DAS ELEIÇÕES 2016

Nas Eleições Municipais 2016, os 141 municípios mato-grossenses elegeram, pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, seus prefeitos e vice-prefeitos, além dos vereadores que integraram as Câmaras Legislativas Municipais.

O primeiro turno ocorreu em 2 de outubro (primeiro domingo do mês) e o segundo turno, em 30 de outubro (último domingo do mês).

DIPLOMAÇÃO DOS ELEITOS, 2016

Diplomação: autoridades da Justiça Eleitoral recomendam atuações voltadas para o interesse público

Em solenidade realizada no teatro Zulmira Canavarros, a Justiça Eleitoral diplomou, no dia 15 de dezembro de 2016, o prefeito eleito por Cuiabá (MT) Emanuel Pinheiro, o vice-prefeito Niuane Ribeiro, 25 vereadores e 22 suplentes de vereador. A solenidade contou com a presença de cerca de 800 pessoas, entre diplomandos, familiares e autoridades. A diplomação dos candidatos eleitos encerrou formalmente as atribuições da Justiça Eleitoral quanto às questões administrativas vinculadas às Eleições 2016.

A presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas, observou que servidores e magistrados chegaram ao final do período eleitoral com o sentimento de dever cumprido: “Entregamos neste ato um gigantesco trabalho de planejamento, organização e preparação das eleições 2016, nas 60 zonas eleitorais e 141 municípios deste imenso Estado. Realizar eleições em Mato Grosso é tarefa para gigantes, executada com maestria por uma reduzida equipe de servidores e magistrados da Justiça Eleitoral. Não poderia deixar de expressar minha gratidão a estes bravos soldados da democracia”.

Ela agradeceu aos parceiros, como Ministério Público, Exército, Polícia Federal, Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, dentre outros, sem os quais não teria sido possível realizar as eleições, destacando que, além das atividades de cunho administrativo, as eleições produziram uma imensa demanda na área jurídica: “As Eleições Municipais de 2016 produziram 24.843 processos na primeira instância e 926 no Pleno do Tribunal Regional Eleitoral”. E emendou. “Paralelo a todo esse trabalho, já estamos avaliando as eleições passadas, para dar início ao planejamento do próximo pleito. Como os senhores podem ver, a Justiça Eleitoral está sempre em intensa atividade”.

Ao se dirigir aos diplomados, a desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas chamou a atenção para a respon-



Solenidade de diplomação dos eleitos (2016)

Alair Ribeiro | Ascom TRE-MT

sabilidade que os eleitos assumiam, em especial nos tempos de total descontentamento da sociedade com a classe política: “Lembrem-se: o diploma que recebem hoje não é concedido pela Justiça Eleitoral, mas pelos eleitores que depositaram nos senhores a esperança de dias melhores. Por isso os candidatos aqui diplomados devem assumir um compromisso com a população. Um compromisso pela *ética*, pela atuação voltada ao interesse público, pelo combate à corrupção”.

O juiz da 39ª Zona Eleitoral de Cuiabá, Mário Roberto Kono, responsável pela diplomação dos eleitos na capital, destacou as dificuldades encontradas pela Justiça Eleitoral para realizar as eleições em todo o Estado: “Obstáculos houveram, a se iniciar pelas dificuldades financeiras. Mas a presidente (do TRE-MT) como uma grande regente, soube e pôde, além de sua equipe, contar com diversos parceiros que, irmanados em um só propósito, levaram a bom tempo essa empreitada”, referindo-se às parcerias do TRE-MT com o Ministério Público Eleitoral, polícias Federal, Militar e Civil, Forças Armadas, governo do Estado de Mato Grosso e outras instituições.

Na ocasião, o citado juiz também ressaltou a imprescindível contribuição dos servidores da Justiça Eleitoral: “Mais uma vez se mostraram abnegados, conscientes do seu dever, aplicados e atuantes. Em nenhum momento esmoreceram ou se rebelaram, e sem os quais nada teria acontecido. Assim, em nome do senhor Armando Sussia Rosa, escrivão da 39ª zona Eleitoral, quero homenagear a todos os servidores que atuaram nas eleições 2016”.

A promotora da 39ª Zona Eleitoral de Cuiabá, Márcia Borges Silva Campos Furlan, lamentou o desgaste da classe política perante a opinião pública e chamou a atenção para a necessária mudança de conceito, na qual a própria sociedade aprenderia a trocar o “eu” pelo “nós”: “Temos visto todos os dias notícias desalentadoras sobre a política e suas entranhas. O que deveria ser uma entrega em prol do bem comum, tem se tornado, em não raras oportunidades, uma carreira que visa o benefício próprio. Tenho plena consciência de que a culpa pelas mazelas do Brasil não pode ser atribuída aos políticos, já que aqui vejo muitos homens e mulheres de bem. Porém, de há muito observo que desaprendemos a conjugar o verbo na primeira pessoa do plural e passamos a conjugá-lo na primeira pessoa do singular. Cabe aos hoje diplomados empenharem-se verdadeiramente na busca de uma sociedade melhor, mais digna, que respeite os valores morais, *éticos* e cívicos, combatendo desperdícios, respeitando a ordem pública, controlando os gastos e fazendo uma gestão eficaz dos recursos públicos disponíveis. Desejo sucesso a todos nesta empreitada”.

Também compuseram a mesa de honra o vice-presidente e corregedor regional eleitoral de Mato Grosso, desembargador Luiz Ferreira da Silva; a presidente em exercício do Tribunal de Justiça, desembargadora Clarice Claudino da Silva; o presidente da Câmara Municipal de Cuiabá, Haroldo Yukio Alves Kuzai; o secretário-chefe da Casa Civil, Paulo Taques, repre-

sentando o governador José Pedro Taques; o prefeito de Cuiabá, Mauro Mendes Ferreira; o advogado José Antônio Rosa, representando a Ordem dos Advogados do Brasil/MT; e o deputado Sebastião Machado Rezende, representando a Assembleia Legislativa. (DIPLOMAÇÃO, 2023).

Eventos

10º Encontro Nacional do Poder Judiciário

O 10º Encontro Nacional do Poder Judiciário foi realizado nos dias 5 e 6 de dezembro de 2016, na sede do Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília.

Na abertura, contou com a conferência *Justiça, Verdade e Eficiência*, proferida pelo jornalista William Waack, tendo sido a mesa presidida pela presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha. Logo em seguida, foi apresentado um panorama dos tribunais superiores, tendo como presidente de mesa, o vice-presidente do STF, ministro José Antônio Dias Toffoli e expositores os ministros: Luiz Fux, Laurita Vaz, Ives Gandra da Silva Martins Filho e William de Oliveira Barros.

Ainda no dia 5 de dezembro de 2016 foi exposto o painel *O cidadão e a sociedade: o Judiciário na atualidade* e apresentados os resultados parciais das Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2016.

Avaliação de desempenho do TRE-MT pelo CNJ

No dia no dia 5 de dezembro de 2016, ocorreu a avaliação do desempenho dos tribunais. O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) foi agraciado com o *Selo do Justiça em Números – na categoria bronze*, demonstração do reconhecimento do Conselho Nacional Justiça (CNJ) aos Tribunais de Justiça que investem na excelência da produção, gestão, organização e disseminação de suas informações administrativas e processuais. Mereceram esta certificação os órgãos que fazem adequadamente o encaminhamento, ao CNJ, das informações solicitadas: “Os dados são encaminhados por meio do Sistema de Estatística do Poder Judiciário (SIESPJ), com atenção aos prazos de preenchimento e consistência de dados. Outro ponto analisado pelo CNJ para a concessão do Selo é o nível de informatização do Tribunal, e se o mesmo faz uso de relatórios estatísticos para a elaboração do planejamento estratégico e se está cumprindo as resoluções do Conselho”. (OLIVEIRA, 2023c).



A certificação *Selo do Justiça em Números* – na categoria *bronze* outorgado ao TRE-MT foi entregue, durante o evento, ao corregedor regional eleitoral de Mato Grosso, desembargador Luiz Ferreira da Silva. Também foram aprovadas as Metas Nacionais a serem cumpridas pelos órgãos do Judiciário no ano seguinte, 2017. Participaram do evento, presidentes e corregedores dos tribunais e conselhos de Justiça, além de membros da área de governança e gestão estratégica dos órgãos do Judiciário. O TRE-MT foi representado pelo corregedor regional eleitoral, desembargador Luiz Ferreira da Silva, pelo juiz auxiliar da Presidência, Lídio Modesto da Silva Filho, pelo coordenador jurídico administrativo da Corregedoria Regional Eleitoral (CRE-MT), Mauro Sérgio Rodrigues Diogo e pelo assessor de planejamento e gestão estratégica, André Luiz Régis Emidio.

O dia 6 foi dedicado às reuniões setoriais com os corregedores dos tribunais e ao final do evento, o CNJ anunciou as Metas Nacionais de 2017 para o Poder Judiciário.

Justiça em Números 2016

Na avaliação do Conselho Nacional de Justiça, com relação ao ano de 2015, estampado no Relatório *Justiça em Números 2016*, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso se apresentou, dentre os Tribunais de Médio Porte com a segunda maior carga de trabalho por magistrado, figurando em **primeiro lugar no que diz respeito ao Índice de Produtividade dos Magistrados** na Justiça Eleitoral.

“No quesito produtividade dos magistrados, o TRE de Mato Grosso está à frente, por exemplo, de estados como Santa Catarina, Ceará e Pernambuco. No que diz respeito a casos novos por magistrado, que demonstra o volume da demanda de trabalho, o TRE-MT fica atrás, apenas, do TRE do Amazonas. Os servidores da Justiça Eleitoral também tiveram desempenho satisfatório durante o ano de 2015, ficando em 4º lugar dentre os tribunais de médio porte, no índice de produtividade dos servidores da área judiciária”.

No quesito Índice de Atendimento, o TRE-MT obteve ótimo resultado no que diz respeito à demanda, alcançando o terceiro lugar, uma vez que conseguiu baixar processos em número equivalente ao quantitativo de casos novos. Pontuação em 101% no primeiro grau de jurisdição e em 214% no segundo grau, indicando que, além da totalidade de casos novos, conseguiu reduzir o estoque pendente. (TRE-MT, 2023c).

TRE-MT alcança a melhor classificação no Índice Tecnológico

Dentre os 27 Tribunais Eleitorais existentes no Brasil, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso obteve o **melhor índice no que se refere ao progresso tecnológico**, de acordo com estudo publicado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), após levantamento realizado em todos os tribunais do país. O TRE-MT obteve o índice de 0,76, seguido dos tribunais do Pará e Distrito Federal, que receberam 0,67 de pontuação. A Justiça Eleitoral de Tocantins conseguiu 0,65. Já o Tribunal de Goiânia alcançou 0,64.

Na avaliação do secretário de Tecnologia da Informação do TRE-MT, Aílton Lopes dos Santos Júnior, “o melhor índice indica que estamos no caminho certo ao investir nos estudos e implantação de ações na área da TI. Temos motivos para comemorar, mas conscientes de que estar na primeira coloca-



ção não deve ser motivo para estagnar. Investiremos cada vez mais na tecnologia da informação para melhorar a qualidade dos serviços que prestamos à sociedade”.

Para realizar o estudo, o CNJ, através Comitê Nacional do setor de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário, elaborou um questionário, com 270 perguntas, respondidas pelos dirigentes de tecnologia da informação de todos os órgãos. (OLIVEIRA, 2023d).

Corregedoria Eleitoral – Prêmio *Eemplare*

Para valorizar a atuação de magistrados e servidores da justiça eleitoral que se destacaram no exercício de função no biênio 2013/2014, a Corregedoria do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso entregou, no dia 18 de dezembro de 2014.12, o prêmio *Eemplare*, honraria instituída em outubro de 2013 pela corregedora e vice-presidente do TRE-MT, desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas.

Na ocasião, foram homenageados juízes e servidores da 21ª Zona Eleitoral de Lucas do Rio Verde. O cálculo do índice de produtividade teve por base a quantidade de sentenças proferidas, o tempo médio dos processos e grau de cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Para chegar a este resultado, servidores e juízes foram avaliados durante dois anos.

Os servidores contemplados receberam um diploma emoldurado e figurarão de forma permanente no site do TRE-MT, na galeria ‘*Eemplare*’. A meta foi a valorização dos servidores e juízes dos cartórios e sede, reconhecendo a sua participação enquanto agente importante na construção da imagem institucional e realização das eleições. (CORREGEDORIA, 2023).

DISPONIBILIZANDO DADOS DAS ELEIÇÕES 1945-2016

Para oferecer mais subsídios ao eleitor na avaliação das diversas eleições, o TRE-MT disponibilizou a *Cronologia das Eleições* transcorridas desde o ano de 1945, englobando as datas em que foram realizados os pleitos eleitorais, os plebiscitos e referendos em Mato Grosso, a qual ficou disponível no site do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso.



Além dos resultados dos pleitos, foram postados ainda os plebiscitos de 1963, quando os eleitores mato-grossenses foram às urnas para responder se queriam ou não a manutenção do regime parlamentarista; o de abril de 1993, quando a população foi convocada para escolher a forma (república ou monarquia) e sistema (presidencialismo ou parlamentarismo) de governo que seria adotado pelo Brasil; e em outubro de 2005, quando foi realizado o referendo acerca da proibição do comércio de armas de fogo e munição em todo o território nacional.

A Cronologia foi baseada em estudos desenvolvidos pela equipe técnica do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com adaptações para a realidade mato-grossense, e traz as seguintes informações: as datas que ocorreram o referendo e os plebiscitos, e os assuntos tratados nas consultas populares. Na avaliação do coordenador de documentação da instituição, Nilson Fernando Gomes Bezerra, “o TRE-MT busca disponibilizar à sociedade informações relacionadas às eleições e ao processo democrático que ocorreu até mesmo durante o regime militar. O povo precisa e tem o direito de ter acesso a esses dados históricos”. (OLIVEIRA, 2023e).

Premiações e insígnias

Medalha do Mérito Homens do Mato

A Polícia Militar de Mato Grosso outorgou, no dia 17 de novembro de 2016, sessenta insígnias da sua mais alta Comenda, a *Medalha do Mérito Homens do Mato*, oferecidas às pessoas e instituições que se destacaram nas ações em benefício do social em parceria com a Polícia Militar. A cerimônia, que irmanou os agraciados e outorgantes, foi realizada no Palácio Paiaaguás. De acordo com o secretário de Segurança Pública, Rogers Elizandro Jarbas, “a integração é um único remédio para transformar a segurança pública e a sociedade em geral”. O mesmo sentimento foi externado pelo coronel Ênedy Dias de Araújo, comandante-geral da Polícia Militar de Rondônia. “Hoje participamos do Pacto Integrado de Segurança Pública do Brasil Central, que une as forças de segurança dos estados que fazem divisa, com o objetivo de estreitar as relações entre as instituições. E receber essa homenagem, como símbolo dessa parceria, é uma satisfação muito grande. Sinto-me honrado, aqui representando toda a nossa instituição”. Mesma avaliação foi a do comandante-geral da Polícia Militar de Mato Grosso, coronel Gley Alves de Almeida Castro: “É a nossa mais alta honraria e que buscamos entregar para aquelas pessoas as quais desenvolveram parcerias especiais, bem-sucedidas e muito bem construídas e consolidadas com a Polícia Militar”.



Solenidade de entrega da Medalha "Homens do Mato" (2016)

Na ocasião, a presidente do TRE-MT, Maria Helena Gargaglione Póvoas, assim se expressou em pronunciamento:

Com um forte sentimento de honra, recebi nesta quinta-feira, 17 de novembro, a medalha do mérito Homens do Mato, a mais alta honraria concedida pela Polícia Militar de Mato Grosso.

O simbolismo desta condecoração vai além do reconhecimento aos serviços que prestamos junto à Justiça Eleitoral, visto que é nossa obrigação – minha e da nossa dedicada equipe – manter contínuo esforço para melhorar a qualidade dos serviços, visto que somos servidores públicos. Abro aqui um parêntese para enaltecer a valiosa equipe de servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, com quem dividido não apenas esta, mas todas as manifestações de elogio pelo sucesso das Eleições 2016. A vocês servidores, o meu eterno agradecimento.

Mas a Medalha Homens do Mato é maior do que todos nós. Criada na década de 80, esta condecoração se reveste da mais alta honra justamente porque representa a Polícia Militar, uma das mais importantes instituições do Estado, cuja nobre missão é cuidar da preservação, da manutenção e da restauração da segurança e da ordem pública.

Nas Eleições 2016, contamos com o apoio de mais de 5 mil policiais militares, que realizaram brilhante trabalho ao lado da Polícia Civil, da Polícia Federal, Exército, Corpo de Bombeiros e outros parceiros. Mais uma vez tivemos eleições tranquilas, graças ao empenho destes bravos homens e mulheres, sempre a postos para garantir a segurança de todos. Aos “Homens e Mulheres do Mato, a nossa gratidão e o nosso reconhecimento!” (AOS HOMENS, 2023).

Prêmio Bertha Lutz

A ex-corregedora e ex-presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas, foi uma das brasileiras indicadas para concorrer ao Prêmio *Bertha Lutz*, concedido pelo Senado. O prêmio Bertha Lutz reconhece o trabalho de mulheres que contribuíram para a defesa dos direitos femininos e das questões de gênero no país.

A indicação do nome da desembargadora partiu do senador mato-grossense José Aparecido dos Santos (Cidinho), que justificou sua indicação ressaltando o excelente trabalho desenvolvido pela desembargadora à frente da Corregedoria Regional Eleitoral de Mato Grosso (2013/2015) e, na sequência, como presidente do Tribunal Regional Eleitoral, cargo para o qual foi eleita em abril de 2015, cujo mandato se estendeu até abril de 2017.

De acordo com o senador, Maria Helena Gargaglione Póvoas também desempenhou importante papel como presidente, por dois mandatos, da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso (OAB/MT). Ela foi a primeira mulher presidente da OAB/MT.

Participação feminina na política e em outros segmentos

A presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas, participou, na noite de 25 de agosto de 2015, de uma mesa redonda durante o evento “A participação feminina na política e em outros segmentos”, promovida pela OAB – Seccional Mato Grosso. A desembargadora discorreu sobre o preconceito contra a mulher no mercado de trabalho e nas instituições públicas brasileiras, as cotas femininas nas candidaturas e nos assentos do Poder Legislativo, e apontou políticas públicas necessárias para o enfrentamento do problema.

No que tange à reserva de cotas para o público feminino, Maria Helena Gargaglione Póvoas se posicionou contra elas, especialmente no interior dos processos eleitorais, aos quais ela classificou de “Perversos com as mulheres”, uma vez que, para preencher o número exigido de candidatas, os partidos utilizam os nomes das mulheres como “laranja”, apenas para preencher a cota feminina de candidaturas. Tendo por base sua experiência no comando do TRE-MT, ponderou: “Eu tenho sérias restrições às cotas. E explico uma delas, de cadeira. As mulheres são usadas como ‘laranjas’. Passadas as eleições, os partidos políticos as deixam na primeira esquina. Muitas delas deixam de prestar contas de campanha. Isso traz inú-



Sessão Plenária do TRE-MT – Homenagem aos 83 anos do TRE-MT (2015)

meras complicações para a vida destas mulheres. Se passar em concurso público, não pode assumir; se quiser tirar um passaporte, não pode tirar; se ela quiser novamente participar do processo político, não pode; e fica também impedida de ser atendida por programas sociais do governo”. A desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas se manifestou contra cotas para o público feminino e sugeriu alteração na legislação eleitoral vigente, passando o partido, e não mais somente os candidatos, a ser também responsabilizados pela prestação de contas ao TRE-MT: “O partido tem que responder também, porque no momento em que o partido abandonar a mulher candidata, ele também receberá a sanção”. O importante, para a presidente, é investir na capacitação das mulheres, pois, a exemplo do que ocorria no Tribunal de Justiça de Mato Grosso, tomou como exemplo do Poder Judiciário de Mato Grosso que, apesar da ausência da política de cotas e da predominância histórica de membros do sexo masculino, conta hoje com sete desembargadoras e centenas de juízas: “Enfrentamos muitas barreiras no Poder Judiciário. Mas as mulheres já mostraram que têm capacidade para lutar de igual para igual. Nós não queremos concessão não, nós queremos abrir picada no braço. É isso que nós queremos. É mostrar que somos capazes. E como é que mostramos que somos capazes? Ocupando espaços. A mulher tem que ocupar espaços”.

Argumentando sobre sua contrariedade no que tangia às cotas, lembrou o momento em que assumiu a presidência da

OAB-MT: “Quando fui presidente da OAB me vieram com a proposta de fazer uma OAB Mulher. Eu fui contra. Eu disse que aqui nós todos somos profissionais, homens e mulheres, e quem quiser que entre na roda, como profissional”.

A juíza titular da 1ª Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar de Cuiabá, Ana Cristina Silva Mendes, também se posicionou contra as cotas: “Ela contou um pouco de sua trajetória para exemplificar que as mulheres podem ocupar espaços de destaque na sociedade sem o estabelecimento de cotas”.

O posicionamento contrário às cotas não foi unânime no debate da OAB-MT, uma vez que outros participantes argumentaram sobre os seus benefícios, caso, por exemplo, do conselheiro federal Cezar Britto e da vice-governadora do Piauí, Margarete Coelho, ambos argumentaram que a “sociedade brasileira ainda não está preparada para viver com total democracia e igualdade de condições sem o estabelecimento de cotas, seja nas universidades públicas ou na política, para afrodescendentes ou para as mulheres. As cotas garantiriam, ainda que à força, o espaço necessário para a ampliação da participação feminina na política”, argumentando ainda as vantagens das cotas nas vagas para assentos de mulheres no parlamento brasileiro, seja nas câmaras municipais ou na federal. Compactuou com este posicionamento a presidente do Conselho Estadual do Direito da Mulher, a defensora pública Rosana Leite Antunes de Barros”. (EM DEBATE, 2023).

84 Anos do TRE-MT

Aos 28 de maio de 2015 comemorou-se os 83 anos da Justiça Eleitoral de Mato Grosso, ocasião em que a presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas, rendeu homenagens pela recriação nesta data especial da Justiça Eleitoral: “Quero deixar aqui meu registro pela aniversariante do dia, que é aquela encarregada de aplicar a legislação e traduzir a vontade do eleitor, ou seja, de realmente fazer a democracia se materializar”.

Durante a sessão, foram lembrados diversos momentos pelos quais passou a Justiça Eleitoral: em 28 de maio de 1945 foi publicado o Decreto Lei 7.586, também conhecido como Lei Agamenon, que recriou os órgãos dos serviços eleitorais no país, fechados há oito anos.

A Justiça Eleitoral permaneceu fechada entre 1937 e 1945, durante o período conhecido como Estado Novo, do governo de Getúlio Vargas Dornelles, que a extinguiu, aboliu os partidos políticos existentes, suspendeu as eleições livres e estabeleceu eleição indireta para presidente da República, com mandato de seis anos.

Em seu pronunciamento na sessão plenária, a desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas também ressaltou a atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Associação Brasileira de Imprensa (ABI) durante o Estado Novo de Getúlio Vargas Dornelles, entidades que se tornaram símbolo da resistência à ditadura no país, empunhando sempre a bandeira em defesa da democracia.

TRE RETOMOU SUAS ATIVIDADES EM 6 DE JUNHO DE 1945 – O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso reiniciou seus trabalhos no dia 6 de junho de 1945, após oito anos de paralisação. Na ocasião, realizou-se uma sessão solene de reinstalação do Tribunal, sob a presidência do desembargador Albano Antunes de Oliveira e do vice-presidente Olegário

Moreira de Barros, juntamente com os juízes Hélio Ferreira de Vasconcelos e Oscar Corrêa Pina, bem como o Procurador Regional Eleitoral José Jayme Ferreira de Vasconcelos.

Um dos principais objetivos do TRE-MT na época foi reorganizar a Justiça Eleitoral, especialmente quanto ao alistamento (confeção do primeiro título àqueles que nunca haviam votado). Também foi realizado grande esforço para conseguir regularizar a situação dos demais eleitores.

ESTADO NOVO — Em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas Dornelles anuncia, pelo rádio, a “nova ordem” do país. Outorgada nesse mesmo dia, a “polaca”, como ficou conhecida a Constituição de 1937, extinguiu a Justiça Eleitoral, aboliu os partidos políticos, suspendeu as eleições e estabeleceu eleição indireta para presidente da República, com mandato de seis anos.

Em 1945, Getúlio Vargas Dornelles anuncia eleições gerais e lança Eurico Gaspar Dutra como seu candidato. Oposição e cúpula militar se articulam e dão o golpe de 29 de outubro de 1945. Os ministros militares destituem Getúlio Vargas Dornelles e passam o governo ao presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, até a eleição e posse do novo presidente da República, o general Dutra, em janeiro de 1946. Era o fim do Estado Novo.

LEI AGAMENON — O Decreto-Lei 7.586/1945 ficou conhecido como Lei Agamenon em homenagem ao ministro da Justiça Agamenon Magalhães, responsável por sua elaboração. Agamenon Magalhães era também promotor, geógrafo e professor.

O decreto restabeleceu a Justiça Eleitoral, regulando em todo o país o alistamento eleitoral e as eleições. Criou, como órgãos dos serviços eleitorais, aqueles mesmos de 1932 – um Tribunal Superior, com sede na capital da República; um Tribunal Regional, na capital de cada estado e no Distrito Federal; juízes eleitorais nas capitais, comarcas, termos e distritos. (TRE-MT, 2023d).



Luiz Ferreira | Ascom TRE-MT

Posse da desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas

Gestão Márcio Vidal (2017-2019)



Desembargador Márcio Vidal

Dados biográficos

Nasceu em Cuiabá, aos 20 de novembro de 1957. Filho de José Vidal e Francelina Campos Vidal. Diplomou-se bacharel em Direito, em 1982, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso.

Seu primeiro vínculo com os órgãos públicos se deu entre agosto de 1977 e fevereiro de 1978, quando exerceu a função de auxiliar de operador de Telégrafo da Presidência do Tribunal de Justiça. E, sua primeira experiência na Justiça Eleitoral ocorreu, antes de ingressar na Magistratura Mato-grossense, ao atuar como coordenador da eleição do município de Barão de Melgaço de 1982.

Prestou concurso público e foi aprovado na Magistratura Mato-grossense, sendo empossado em 12 de dezembro de 1985.

Inicialmente, como juiz substituto, atuou na Comarca de Cuiabá; em seguida foi designado para a Comarca de Barra do Bugres e como juiz eleitoral do município coordenou o recadastramento dos eleitores, e no ano seguinte presidiu o plebiscito da emancipação do distrito de Nova Olímpia, bem como as eleições municipais. Posteriormente jurisdicionou a Comarca de Várzea Grande, cumulativamente com a Comarca de Poconé, onde exerceu as funções de juiz eleitoral desse município.

Em seguida foi promovido à Comarca de Rondonópolis, e na sequência, para a Comarca de Entrância Especial de Várzea Grande.

Em 1995 foi promovido para Cuiabá, onde jurisdicionou a 4ª Vara Especializada da Fazenda Pública. Em 2004 foi designado para a 1ª Zona Eleitoral, na qual exerceu as funções de Juiz Eleitoral naquele ano.

Em 19 de dezembro de 2003, foi nomeado para o Tribunal de Justiça de Mato Grosso juiz substituto de 2º Grau. Nessa função se manteve até 2005, quando foi promovido, por merecimento, a desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, a 16 de dezembro de 2004.

Naquela instituição, presidiu a Primeira Câmara de Direito Público e Coletivo e das Câmaras Reunidas de Direito Público de Direito Público e Coletivo.

Além de membro efetivo da Academia Internacional de Jurisprudência e de Direito Comparado, é, ainda: presidente da Academia dos Magistrados de Mato Grosso; diretor do Instituto dos Magistrados Brasileiros (IMB) e coordenador do Instituto Antonio Rulli Júnior (Copedem).

No entanto, já exerceu as funções de corregedor geral do Tribunal de Justiça do Mato Grosso (2011-2013) e de vice-presidência, no biênio de 2013/2015.

Também fez parte da direção da Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso (Esmagis), como diretor e vice-diretor e coordenou o Centro de Estudos da América Latina Desembargador Viana Santos, junto ao Copedem.

Sua primeira participação direta junto ao Tribunal Regional Eleitoral se deu pelo afastamento do presidente titular, quando foi nomeado vice-presidente e corregedor geral em substituição, no período de 5 de julho de 2010 a 23 de fevereiro de 2011.

Retornou à Justiça Eleitoral de Mato Grosso em abril de 2017, ocasião em que foi eleito presidente (gestão 2017-2019) dessa Justiça Especializada, e, então, pôde ter a visão geral do Estado e de todo o sistema eleitoral. O seu projeto nessa jurisdição foi a interlocução direta com a sociedade, já que o cidadão-eleitor é a peça mais importante do processo eleitoral.

Professor de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da UFMT – de 1983 a 2016. E, mesmo após a sua aposentadoria continua a exercer a função de professor voluntário, na cátedra de Teoria Geral do Processo.

Autor de livros, a experiência na Justiça Eleitoral foi tema da terceira obra do desembargador Márcio Vidal, “*A Jurisdição Universal da Cidadania: uma experiência na Justiça Eleitoral*”, na qual relatou ainda sua visão como cidadão e magistrado. Os livros anteriores do desembargador são: “*Ações e Palavras*” e “*Desafios e Perspectivas do Agronegócio em Mato Grosso*”.

Reconhecido pelos relevantes serviços jurisdicionais prestados no âmbito tanto internacional como nacional, foi merecedor de diversos títulos e honrarias dentre as quais: a Medalha concedida pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em fevereiro de 2012; Ordem São José Operário do Mérito Judiciário do Trabalho, oferecido pelo Tribunal Re-

gional do Trabalho, 23ª Região; Medalha Ministro Franciulli Netto, outorgada pelo Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem); Medalha de Honra concedida pela Câmara Municipal de São Paulo, em 23 de fevereiro de 2018. Título de Membro Efetivo da Academia Internacional de Jurisprudência e Direito Comparado ocupando a cadeira de número 30, pertencente a Geraldo Montedonio Bezerra de Menezes, cujo patrono é o saudoso Miguel Reale, em 20 de setembro de 2018; Medalha Antonio Rulli Júnior concedida pela Escola da Magistratura de Tocantins, Medalha de Mérito Acadêmico pela Escola Superior da Magistratura do Amazonas.

Discurso de posse¹

É com incontido júbilo, indisfarçável emoção e incomensurável satisfação que retorno a esta Corte, para cumprir a nobre missão com que me honraram meus ínclitos colegas, desembargadores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, na sessão plenária de 16 de fevereiro último, quando fui contemplado, juntamente com o eminente colega, desembargador Pedro Sakamoto, como membro titular desta mesma Corte Eleitoral para o biênio 2017-2019.

Assumir a Presidência deste Tribunal Regional Eleitoral enche-me de orgulho e traz-me as mais preciosas recordações, porque estabelece uma ponte entre este honroso presente e um passado pleno de gratas lembranças do saudoso desembargador José Vidal, meu inesquecível Pai, a quem rendo minhas permanentes e perpétuas homenagens; pois até parece que aqui está, de alguma forma, presente em todos os atos e em todos os recantos desta Corte, que integrou nas décadas de 1960 (1961, 1963 e 1964), e em 1970 e 1978, como membro da classe de juristas, honrando a OAB-MT, além do que, nos anos de 1980, alçado ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, pelo Quinto Constitucional, foi, no biênio 1982-1984, eleito vice-presidente e, posteriormente, presidente desta Corte Eleitoral. Nesse trilhar foi, portanto, membro e dirigente deste Tribunal por longo período.

Recebo, pois, esta honrosa missão – que me faz bater mais forte o coração – e abraço-a como a uma dádiva, pela qual me foi concedida a suprema graça de sentir-me cultor e continuador da tradição paterna, escolhido que fui pelo Pleno do Tribunal de Justiça de Mato Grosso para integrar esta Corte Regional Eleitoral que, por sua vez também me proporciona, neste momento, todas as manifestações de boas-vindas e acolhedora recepção.

Por isso e por muito mais, sigo a trajetória outrora percorrida pelo dileto desembargador José Vidal e por outros seus

dignos colegas, antecessores e sucessores, que a história consagrou, a exemplo do ínclito desembargador Mauro José Pereira, meu eterno professor, na pessoa de quem rendo minhas homenagens a todos os ex-presidentes desta Casa.

Proseguirei, doravante, rogando a proteção do Supremo Criador, o Deus Todo-Poderoso. Nesse caminhar, conto com a unânime e fundamental participação de todos os senhores e senhoras que fazem este Tribunal e aos quais dirijo meus antecipados agradecimentos pelo apoio, pelo empenho, pela disposição e pela receptividade.

As palavras, por mais que as escolha, não exprimem a dimensão de minha gratidão aos colegas, desembargadores que integram o Pleno do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, por me proporcionarem tamanha honraria.

Debalde, busco ainda expressar meus melhores agradecimentos aos colegas e aos servidores deste Tribunal Regional Eleitoral:

— àqueles que hoje o deixam, consigno meu especial reconhecimento e minhas homenagens, na pessoa da insigne desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas que, com empenho, dedicação e inquestionáveis competência e desenvoltura, conduziu os destinos desta Corte com rara maestria, em conjunto e em rica parceria estabelecida com o também colega, o ínclito desembargador Luiz Ferreira da Silva.

— àqueles que aqui permanecerão, também meu reconhecimento, depositado na pessoa do preclaro desembargador Pedro Sakamoto, com quem terei a subida honra de compartilhar a direção desta Casa, e a quem credito minhas melhores expectativas, na certeza de que poderei contar com um competente, solidário e diligente companheiro de grandes responsabilidades, para fazer frente ao enorme desafio que é dirigir esta Corte na difícil travessia a ser feita neste momento crítico da história política do Brasil. Conto também com a competente parceria dos insignes colegas desembargadores substitutos neste Tribunal Nilza Maria Póssas de Carvalho e Sebastião Barbosa Farias.

Deixo aqui consignados também minhas homenagens e meus perenes agradecimentos ao Pleno deste Tribunal Regional Eleitoral pela escolha, pela confiança, pelo apoio e pela recepção acolhedora.

Por fim, ao ilustre e nobre anfitrião, Dr. Paulo Cezar Alves Sodré, magistrado da melhor estirpe, da melhor cepa, homem público de incontáveis méritos, admirável performance e de impoluta reputação, sempre fiel à sua história, e que me contemplou com tão generosas palavras, meus mais profundos agradecimentos!

De tudo que foi dito até aqui, há uma questão fundamental que envolve a enorme responsabilidade e faz parte deste “pacote”, qual seja, dirigir um Tribunal que cuida da escolha dos representantes do povo, para composição das Casas de Leis (Senado e Câmaras, federal e municipais, além das Assembleias Estaduais) e dos gestores da coisa pública (prefeitos municipais, governadores estaduais, presidente da República, e de seus respectivos vices).

1 RELATÓRIO, 2023.

O papel dos Tribunais Eleitorais não se esgota na coordenação e condução do processo eleitoral, pelo qual ganha materialidade a jurisdição sobre as relações políticas que se processam na consolidação de uma sociedade livre, justa e democrática, resguardada sob a égide do Estado Democrático de Direito, assentado este, sobretudo, no respeito aos direitos individuais e coletivos dos cidadãos, e na supremacia dos princípios consagrados na Constituição da República que cimentam a trilha histórica desta nação.

Neste contexto maior, o **povo**, protagonista de sua história, **precisa e deve** escolher seus representantes com seu voto consciente e responsável, na busca de salvaguardar o **Estado Democrático de Direito** e a **República**, assegurando um país viável, justo, administrável, respeitoso, competente e eficiente, no atendimento e na cobertura aos seus cidadãos.

Para tanto, urge que os eleitores assumam não só a responsabilidade na escolha correta de seus representantes, como também atuem no cotidiano dos órgãos públicos e representativos, no controle permanente, a ser exercido dia a dia, sempre e sempre, para legar às novas gerações uma sociedade mais justa, mais sustentável, mais digna, mais respeitosa e generosa com seus cidadãos.

Bem se sabe que a atmosfera política, econômica e cultural, nacional e internacional tem-se apresentado, no mundo globalizado, multifacetada, envolvendo jogos de interesses diversos, sob todos os aspectos, em diferentes e variadas dimensões que vão desde o recorte econômico-financeiro, passando pela diversidade cultural e religiosa, com especial destaque para a violência que se espalha mundo afora, sob todas as formas que vão do terrorismo à violência do cotidiano urbano.

Nesse contexto maior, embora não tenha sido alvo de atos terroristas, este país tem experimentado graves crises de natureza diversa.

Há um certo consenso, dado pelo fato de que o baixo investimento em educação traz como consequência, a curto prazo, altíssimo custo no sistema carcerário que exige despesas astronômicas para a construção de mais presídios e a manutenção dos presos...

Essa é a consequência perversa que advém do fato de que a sociedade que não educa, obviamente, deseduca, com efeitos desastrosos: o contingente populacional fora da escola formará a maior parte da população carcerária, como os dados estatísticos não deixam mentir. O baixo grau de escolaridade da população carcerária, infelizmente, ratifica essa afirmação.

Evidentemente, não se tem como fatal que a escolarização afasta, completamente, a prática de ilícitos, porque, afinal de contas, a chamada “Lei de Gerson” é marca sedimentada na cultura brasileira. Contudo, quanto maior o nível de escolarização, mais oportunidades terá seu portador de desenvolver atividades profissionais lícitas.

O que tem o eleitor a ver com isso? Tudo. Uma má escolha, no plano político, redundará em erros, equívocos, desvios de toda sorte e prejuízos, de toda ordem, tudo de difícil recuperação! Uma escolha errada do representante político e do pro-

grama político-partidário poderá trazer consequências drásticas e, quase sempre, irreversíveis ou de difícil e demorada reversão, porque o tempo não volta...

A escolha equivocada não é necessariamente ilegal. O critério a ser utilizado pelo eleitor, ainda que passe, do ponto de vista ético e moral, pelo respeito às leis e às normas jurídicas e sociais, implica contemplar um projeto de sociedade.... Que sociedade se quer? Essa é, indubitavelmente, uma escolha política, que não cabe à Justiça Eleitoral! A escolha é da responsabilidade exclusiva do cidadão-eleitor.

À Justiça Eleitoral, compete conduzir o processo, no cumprimento da lei, das normas e na garantia de sua lisura.

Ao eleitor-cidadão, cumpre entender e assumir sua responsabilidade social e política, com a sociedade em geral e com as futuras gerações, em especial, na preservação do patrimônio político, social, econômico, moral e ético, sem o que não haverá futuro promissor possível para ninguém.

Não é de hoje, nem de agora, que questões como as atuais perpassam o universo da administração e do gerenciamento dos interesses públicos. A sociedade atual encontra-se na encruzilhada das crises que, somadas, formam uma espécie de quebra-cabeças dentro de um labirinto, sem saídas óbvias.

Certamente, as soluções existem, mas exigem que se encontre o algoritmo adequado a cada uma das saídas possíveis.

Luigi Ferrajoli, jurista, professor e filósofo do Direito, nascido em Firenze, Itália, em seu livro *A democracia através dos Direitos – O constitucionalismo garantista como modelo teórico e como projeto político*², lança luzes sobre algumas questões que cercam a sociedade atual, especialmente relacionadas às crises.

Como toda reflexão universal, a dele bem se aplica ao momento brasileiro, porque, afinal de contas, atravessou as fronteiras e aportou por estas bandas. Desse modo, a propósito da capacidade regulatória do Direito, aponta cinco tipos de situações dadas pela crise que ele chamou de *emergências planetárias*: a primeira, dita *democrática*, é dada pela crise política e econômica; a segunda, *social e humanitária*, dada por quatro grandes flagelos – a fome, a sede, as doenças e o analfabetismo; a terceira emergência é a de natureza *ambiental*, com danos crescentes e irreversíveis ao meio ambiente; a quarta emergência é dada pelo aparelhamento de certas nações com *armas nucleares*, além da ameaça permanente de utilização de *armas químicas e bacteriológicas*, por organizações terroristas e grupos armados; e, finalmente, a quinta emergência, dada pela *criminal* que, segundo o autor, afeta e agrava todas as demais.

Ainda que não me queira estender demasiadamente, gostaria de pedir a atenção de todos, para essa indicação apontada por esse grande pensador contemporâneo (Luigi Ferrajoli), dada a pertinência com que delineou cada um dos aspectos que, no final das contas, estão estreitamente relacionados a

2 Traduzido, 2015. *Revista dos Tribunais*, p. 179-182.

questões políticas atuais dos países em geral, e, em especial, alguns da América do Sul, como Brasil, Venezuela, Paraguai, Bolívia, entre outros, e, assim, atingindo, justamente, a *democracia* e as políticas públicas – educação, segurança, saúde, relações internacionais, economia etc.).

Ponto, em especial, a primeira das emergências ressaltadas, porque diz respeito exatamente à crise desencadeada, a partir da política e da economia, e traz em seu bojo o *descrédito e a rejeição à democracia representativa e aos partidos políticos*. O autor alude à crise política que ocorreu na Itália nas décadas finais do século XX e no início deste.

Os diversos e seguidos episódios, com desvios de dinheiro público, propinas, contas no exterior, fraudes etc.; envolvendo autoridades políticas, ocupantes de cargos no governo do Brasil, grandes empresas e empresários bem se aproximam das causas que outrora deram origem à gravíssima crise política na Itália.

O desgaste é inevitável. A decepção e a descrença atingem, em cheio, todos os setores da sociedade.

As discussões clamam por mudança na legislação, para abolir o foro privilegiado e as facilidades que favorecem as condições da corrupção, como uma reestruturação no sistema político. Para tanto, penso que, neste momento tão crítico que a nação brasileira atravessa, seria saudável convocar uma assembleia constituinte exclusiva, voltada para proclamar uma nova Carta Política, que lance os fundamentos sobre os quais se estabeleçam as bases de uma nação sustentada em valores morais, sociais, éticos e humanos, na direção de uma sociedade, mais justa, mais igualitária, mais humanitária e mais solidária.

A propósito, deve ser *conditio sine qua non* que os integrantes dessa assembleia constituinte estejam automaticamente impedidos de se candidatarem a qualquer cargo público eletivo, como garantia de que não legislarão em causa própria.

Toda crise desencadeia mudança. Espero que venha para melhor...

Neste momento, trago à reflexão o dilema consagrado na Literatura Infantil, de tradição europeia, precisamente da lenda dos Irmãos Grimm, história que atravessou oceanos e mares, até chegar ao ideário popular brasileiro, como a *História de João e Maria* que, como é por demais conhecida, mostra os irmãos perdidos na floresta, mandados que foram pela madrastra, para colher frutos, e, tendo marcado, com farelos de pão, o caminho de volta, as “marcas” foram comidas pelos pássaros, que, assim, apagaram-lhes a trilha, criando-lhes um enorme obstáculo para o retorno.

Vêm as indagações: como encontrar a saída em uma floresta densa, fechada, sem pistas, sem indicações? Quais as saídas possíveis?

A exemplo da história de Gretel, diante das dificuldades para encontrar uma luz que indicasse a saída da floresta, urge que se abra o grande livro da vida e que se o coloque sobre os da ciência, devido, especialmente, às dificuldades.

O conto de fadas sempre traz um final, essencialmente, feliz, ainda que de cunho maniqueísta, pelo qual o bem e o mal se opõem... O bem é recompensado, e o mal afastado, banido, punido.

Antes de tudo, porém, buscam-se as soluções... O jeito é procurá-las, conjuntamente, com ações cooperativas, solidárias.... Enfim, é preciso encontrar as saídas...

Voltando à realidade política, social, econômica, ética do Brasil dos dias atuais, ainda que essa história recente esteja a anos-luz de inocentes contos de fada, o algoritmo que os personagens infantis formularam, mesmo em sua singeleza, aponta a direção de que sempre é possível encontrar saídas, soluções, assentadas em ações conjuntas, compartilhadas, solidárias, eficientes, morais, éticas...

Somo a tudo isso o fato de que a “saída mágica” precisa e deve ser baseada, sobretudo, em um sistema democrático sólido, substancial, consistente, concreto, que se distingue, obviamente, daquelas “democracias” apenas formais, figurativas, ideologicamente forjadas e distantes das escolhas conscientes, livres de vínculos cegamente ideológicos, de influências perniciosas e de certos vícios culturais nada edificantes, como compra e venda de votos etc.

A experiência que me trouxe até aqui começou pelo cargo de coordenador da eleição do município de Barão de Melgaço, aos meus 24 anos, por nomeação do então juiz eleitoral da 1ª Zona, José Ferreira Leite. Uma vez na Magistratura de 1º Grau, de juiz eleitoral de Barra do Bugres, passei por outras jurisdições, como a de Poconé, até chegar à capital e, na marcha do tempo, uma vez desembargador, desde 2006, precisamente, em 2010, fui escolhido pelo Pleno do Tribunal de Justiça deste Estado, na categoria de desembargador substituto, e terminei por assumir a Vice-Presidência e a Corregedoria desta Corte, por 8 (oito) meses, por vacância da representação titular. Toda essa história criou em mim o gosto por mais este desafio que ora enfrento, na certeza de que poderei contar com todos e com cada um dos Senhores e Senhoras aqui presentes.

Este desafio nasceu sob o signo da *integração, cooperação, eficiência e ética*.

O Plano de Ação deste Tribunal Regional Eleitoral para o biênio (2017-2019) que agora tem início, contém basicamente, 185 ações integradas, para os 12 primeiros meses, ações essas que se sustentam em *três pilares principais*: o aprimoramento da logística computacional, com o indispensável suporte da Tecnologia da Informação; os controles, interno e externo, permanentemente conectados; a interface com o eleitor, único detentor e fonte do poder político.

Ao Judiciário Eleitoral cumpre assegurar a realização de eleições limpas, dentro da legalidade, com a aplicação escorreita das normas.

Para tanto, conclamo a todos os que integram este Tribunal para, unidos, coesos, confiantes, **venham juntar-se** a esta Direção para vencer este difícil momento e levar a bom termo a missão desta Corte Regional Eleitoral.

Como fiel leitor de Morin, arrisco algo assim: pode ser que o esperado não ocorra... Mas o inesperado, quem sabe?

Bem a propósito, ousou finalizar este chamado com uma mensagem colhida de Edgard Morin, grande pensador francês da atualidade.

Em seu livro intitulado *Os sete saberes necessários à educação do futuro*, diz ele:

O inesperado surpreende-nos. É que nos instalamos de maneira segura em nossas teorias e ideias, e estas não têm estrutura para acolher o novo. Entretanto, o novo brota sem parar. Não podemos jamais prever como se apresentará, mas deve-se esperar sua chegada, ou seja, esperar o inesperado[...]. E quando o inesperado se manifesta, é preciso ser capaz de re-

ver nossas teorias e ideias, em vez de deixar o fato novo entrar à força na teoria incapaz de recebê-lo.

Por fim, ainda na trilha desse grande pensador, acrescento:

Devemos compreender que, na busca da verdade, as atividades auto-observadoras devem ser inseparáveis das atividades observadoras; as autocríticas, inseparáveis das críticas; os processos reflexivos, inseparáveis dos processos de observação³.

Muito obrigado a todos pela paciente atenção.

3 MORIN, E. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*, 2011, p. 29.

Composição do Pleno

TRIBUNAL PLENO – BIÊNIO 2017-2019 – MÁRCIO VIDAL

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|---|----------------------------------|--------------------|------------|------------|
| Presidente | Márcio Vidal | Desembargador | 17/4/2017 | 17/4/2019 |
| Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral | Pedro Sakamoto | Desembargador | 17/4/2017 | 17/4/2019 |
| Juíza-Membro Titular | Vanessa Curti Perenha Gasques | Juiz Federal | 5/9/2017 | 5/9/2019 |
| Juiz-Membro Titular | Paulo César Alves Sodré | Juiz Federal | 17/8/2015 | 17/8/2017 |
| Juiz-Membro Titular | Luís Aparecido Bortolussi Júnior | Juiz de Direito | 3/4/2018 | 3/4/2020 |
| Juiz-Membro Titular | Antônio Veloso Peleja Júnior | Juiz de Direito | 17/10/2017 | 17/10/2019 |
| Juiz-Membro Titular | Marcos Faleiros da Silva | Juiz de Direito | 29/3/2016 | 29/3/2018 |
| Juiz-Membro Titular | Rodrigo Roberto Curvo | Juiz de Direito | 15/10/2015 | 15/10/2017 |
| Juiz-Membro Titular | Ricardo Gomes de Almeida | Jurista | 11/7/2017 | 11/7/2019 |
| Juiz-Membro Titular | Ulisses Rabaneda dos Santos | Jurista | 17/2/2017 | 17/2/2019 |
| Diretor-Geral | Nilson Fernando Gomes Bezerra | Técnico Judiciário | 17/4/2017 | 17/4/2019 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 31 jan. 2023.

MEMBROS SUBSTITUTOS

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|-------------------------|--------------------------------|---------------|------------|------------|
| Juiz-Membro Substituto | Rui Ramos Ribeiro | Desembargador | 9/4/2019 | 9/4/2021 |
| Juíza-Membro Substituta | Marilsen Andrade Addario | Desembargador | 30/1/2019 | 30/1/2021 |
| Juiz-Membro Substituto | Sebastião Barbosa Farias | Desembargador | 4/4/2017 | 4/4/2019 |
| Juíza-Membro Substituta | Nilza Maria Póssas de Carvalho | Desembargador | 2/8/2018 | 30/8/2018 |
| Juíza-Membro Substituta | Nilza Maria Póssas de Carvalho | Desembargador | 1/8/2016 | 1/8/2018 |
| Juiz-Membro Substituto | Cesar Augusto Bearsi | Juiz Federal | 11/2/2019 | 12/2/2019 |
| Juiz-Membro Substituto | Pedro Francisco da Silva | Juiz Federal | 13/12/2018 | 14/12/2018 |
| Juiz-Membro Substituto | Paulo César Alves Sodré | Juiz Federal | 22/8/2017 | 22/8/2019 |
| Juiz-Membro Substituto | Roberto Luis Luchi Demo | Juiz Federal | 20/8/2015 | 20/8/2017 |

continua...

MEMBROS SUBSTITUTOS

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|-------------------------|-----------------------------------|-----------------|------------|------------|
| Juiz-Membro Substituto | Yale Sabo Mendes | Juiz de Direito | 23/7/2018 | 23/7/2020 |
| Juiz-Membro Substituto | Mário Roberto Kono de Oliveira | Juiz de Direito | 27/6/2017 | 27/6/2019 |
| Juiz-Membro Substituto | José Antônio Bezerra Filho | Juiz de Direito | 12/1/2016 | 12/1/2018 |
| Juiza-Membro Substituta | Patricia Ceni dos Santos | Juiz de Direito | 22/6/2015 | 22/6/2017 |
| Juiz-Membro Substituto | Jackson Francisco Coleta Coutinho | Jurista | 18/10/2017 | 18/10/2019 |
| Juiz-Membro Substituto | Divanir Marcelo de Pieri | Jurista | 22/6/2015 | 22/6/2017 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 31 jan. 2023.

JUÍZES AUXILIARES/PRESIDÊNCIA/VICE-PRESIDÊNCIA E CORREGEDORIA

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|--|------------------------------|-----------|-----------|-----------|
| Juiz Auxiliar da Presidência | Lídio Modesto da Silva Filho | Auxiliar | 23/8/2018 | 23/8/2020 |
| Juiz Auxiliar da Vice-Presidência e da Corregedoria Regional Eleitoral | José Antônio Bezerra Filho | Auxiliar | 10/9/2018 | 25/4/2019 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 31 jan. 2023.

DIRETORIA DA ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL “DESEMBARGADOR PALMYRO PIMENTA”

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|---------|------------------------------|-----------|-----------|------------|
| Diretor | Antônio Veloso Peleja Júnior | Titular | 29/1/2019 | 17/10/2019 |
| Diretor | Ricardo Gomes de Almeida | Titular | 21/8/2017 | 28/1/2019 |
| Diretor | Paulo César Alves Sodré | Titular | 29/4/2016 | 17/8/2017 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 31 jan. 2023.

VICE-DIRETOR DA ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL “DESEMBARGADOR PALMYRO PIMENTA”

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|--------------|-----------------------------|-----------|-----------|-----------|
| Vice-Diretor | Ulisses Rabaneda dos Santos | Titular | 13/3/2017 | 17/2/2019 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 31 jan. 2023.

OUVIDORES ELEITORAIS E JUIZ DE COOPERAÇÃO

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|---------|--------------------------|-----------|-----------|-----------|
| Ouvidor | Sebastião Barbosa Farias | Titular | 20/7/2017 | 4/4/2019 |
| Ouvidor | Marcos Faleiros da Silva | Titular | 21/2/2017 | 19/7/2017 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 31 jan. 2023.

OUVIDORES ELEITORAIS SUBSTITUTOS

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|---------|--------------------------------|-----------------|-----------|-----------|
| Ouvidor | Divanir Marcelo de Pieri | Jurista | 21/2/2017 | 22/6/2017 |
| Ouvidor | Mário Roberto Kono de Oliveira | Juiz de Direito | 18/7/2017 | 27/6/2019 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 31 jan. 2023.

PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL – TITULAR

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|--|---------------------------------|------------|------------|------------|
| Procurador Regional Eleitoral – Titular | Pedro Melo Pouchain Ribeiro | Procurador | 6/11/2018 | 30/9/2019 |
| Procuradora Regional Eleitoral – Titular | Cristina Nascimento de Melo | Procurador | 21/12/2017 | 5/11/2018 |
| Procurador Regional Eleitoral – Titular | Alisson Nelicio Cirilo Campos | Procurador | 1º/10/2017 | 20/12/2017 |
| Procurador Regional Eleitoral – Titular | Cleber de Oliveira Tavares Neto | Procurador | 5/12/2016 | 30/9/2017 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 31 jan. 2023.

PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL – SUBSTITUTO

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|---|--------------------------------------|-------------|------------|-----------|
| Procurador Regional Eleitoral Substituto | Pedro Melo Pouchain Ribeiro | Procurador | 1º/10/2017 | 5/11/2018 |
| Procurador Regional Eleitoral Substituto | José Ricardo Custódio de Melo Junior | Procurador | 16/1/2019 | 30/9/2019 |
| Procurador Regional Eleitoral Substituto | Raul Batista Leite | Procurador | 16/1/2019 | 30/9/2019 |
| Procurador Regional Eleitoral Substituto | Ricardo Pael Ardenghi | Procurador | 1º/10/2017 | 30/9/2019 |
| Procuradora Regional Eleitoral Substituto | Ludmila Bortoleto Monteiro | Procuradora | 31/5/2017 | 30/9/2017 |
| Procurador Regional Eleitoral Substituto | Alisson Nelicio Cirilo Campos | Procurador | 31/5/2017 | 30/9/2017 |
| Procurador Regional Eleitoral Substituto | Ricardo Pael Ardengui | Procurador | 4/4/2017 | 30/5/2017 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 31 jan. 2023.

JUÍZES AUXILIARES DA PROPAGANDA – ELEIÇÕES 2018

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|-----------------------------|-----------------------------------|-----------|-----------|------------|
| Juiz Auxiliar da Propaganda | Mario Roberto Kono de Oliveira | Auxiliar | 1º/6/2018 | 19/12/2018 |
| Juiz Auxiliar da Propaganda | Paulo César Alves Sodré | Auxiliar | 1º/6/2018 | 19/12/2018 |
| Juiz Auxiliar da Propaganda | Jackson Francisco Coleta Coutinho | Auxiliar | 1º/6/2018 | 19/12/2018 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 31 jan. 2023.

PROCURADORES AUXILIARES DA PROPAGANDA – ELEIÇÕES 2018

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|------------------------------------|--|-----------|------------|------------|
| Procurador Auxiliar da Propaganda | Marcellus Barbosa Lima | Auxiliar | 1º/6/2018 | 15/6/2018 |
| | | | 1º/7/2018 | 22/7/2018 |
| | | | 1º/8/2018 | 19/12/2018 |
| Procurador Auxiliar da Propaganda | Ricardo Pael Ardenghi | Auxiliar | 1º/6/2018 | 15/6/2018 |
| | | | 1º/7/2018 | 15/7/2018 |
| | | | 20/8/2018 | 19/12/2018 |
| Procurador Auxiliar da Propaganda | Leandro Musa de Almeida | Auxiliar | 1º/7/2018 | 30/9/2018 |
| Procuradora Auxiliar da Propaganda | Vanessa Cristhina Marconi Zago Ribeiro Scarmagnani | Auxiliar | 16/6/2018 | 31/6/2018 |
| | | | 23/7/2018 | 19/8/2018 |
| | | | 1º/10/2018 | 7/10/2018 |
| Procurador Auxiliar da Propaganda | Pedro Melo Pouchain Ribeiro | Auxiliar | 16/6/2018 | 30/6/2018 |
| | | | 16/7/2018 | 31/7/2018 |
| Procuradora Auxiliar da Propaganda | Marianne Cury Paiva | Auxiliar | 8/10/2018 | 31/10/2018 |
| | | | 19/11/2018 | 14/12/2018 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 31 jan. 2023.

Principais Ações

Criação da Sala de Imprensa

TRE-MT AMPLIA RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Com o objetivo de fortalecer o relacionamento com a sociedade e com as demais instituições públicas, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) criou a Sala de Imprensa. A iniciativa é voltada para o relacionamento com o público externo, com destaque para os veículos de comunicação, jornalistas, publicitários, relações públicas e demais formadores de opinião.

Instituída pela Resolução nº 2082/2017, pelo então presidente, desembargador Márcio Vidal, a Sala de Imprensa implantou uma sistemática de relações públicas no TRE-MT, de modo a realizar discussões com a sociedade sobre temas de interesse público como combate à corrupção, voto consciente, controle social, direitos e deveres dos cidadãos, democracia, regras do processo eleitoral e urna eletrônica, dentre outros.

A medida também visa contribuir para melhorar a qualidade do voto depositado nas urnas, a fim de construir um ambiente propício ao surgimento de lideranças políticas comprometidas com a ética, a moralidade e o interesse público. A Sala está localizada dentro da Assessoria de Comunicação e possui mesa de reunião, cadeiras e uma parede com layout que pode, inclusive, ser utilizado para gravações pelas emissoras de TV.

A coordenação técnica dos eventos produzidos pela Sala de Imprensa, no que diz respeito ao relacionamento com a sociedade, fica a cargo da Assessoria de Comunicação, com apoio da Assessoria da Presidência, Assessoria da Corregedoria, Di-

retoria Geral, Escola Judiciária Eleitoral, Ouvidoria Eleitoral, Cerimonial, Protocolo e Cartórios Eleitorais nas suas atividades voltadas para o público externo. (ASSIS, 2022)

Fichas e Pautas Limpas

O Pleno do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, visando o cumprimento da Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135 de 2010), aprovou o projeto *Pauta Limpa 2018*, que estabeleceu metas para o julgamento de todos os processos, antes do período de registro de candidaturas das Eleições 2018, verificando a legibilidade ou inexigibilidade dos candidatos.

O Projeto *Pauta Limpa* foi criado originalmente em 2013, com vista às Eleições 2014, apenas para a primeira instância, tendo avançado na gestão da então corregedora, desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas (2015-2017), quando foi ele ampliado, abarcando também os julgamentos em segunda instância.

Esse procedimento objetivou oferecer ao eleitor os necessários esclarecimentos sobre os candidatos, inclusive se estes obedeciam às exigências legais na condução da arrecadação e gastos de campanha. O *Pauta Limpa 2018* previa que ambas as instâncias da Justiça Eleitoral julgassem, até 31 de julho de 2018, ou seja, que 95% das contendas estejam dirimidas.

Os indicadores deveriam ser aferidos de janeiro de 2017 a dezembro de 2018 e todos tinham metas específicas com aferição definitiva em 31 de julho de 2018. (LEI, 2023).

Nessa medida, *Pauta Limpa* e *Ficha Limpa* se complementam, como esclareceu o desembargador Márcio Vidal, presidente do TRE-MT: “o *Pauta Limpa* estabelece metas de julgamento para as primeiras e segundas instâncias da Justiça Eleitoral no que se refere aos processos considerados priori-



Sessão Plenária no TRE-MT. Fichas e Pautas Limpas

tários, as ações penais e as prestações de contas. Em relação a este último, embora a reprovação das contas não configure impedimento para uma candidatura, entendemos que este deve ser julgado com celeridade, pois oferece ao eleitor subsídios importantes para julgar os candidatos. O eleitor saberá se aquele que compete a um cargo público obedeceu às exigências legais quanto a arrecadação e gastos de campanha”.

Com o objetivo de garantir as condições para a plena aplicabilidade da *Lei da Ficha Limpa* em Mato Grosso, o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas assinaram Termo de Cooperação com o Tribunal Regional Eleitoral para dar maior celeridade ao julgamento dos processos que podem resultar em inelegibilidade, perda de cargo eletivo ou outras situações nas quais se aplique a Lei Complementar nº 135/2010. O Termo de Cooperação foi assinado no Tribunal de Justiça, no dia 25 de outubro, pelos presidentes do TRE-MT, desembargador Márcio Vidal; do Tribunal de Justiça, desembargador Rui Ramos Ribeiro; e do Tribunal de Contas, conselheiro Gonçalo Domingos de Campos Neto.

No que diz respeito à Ficha Limpa, o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Rui Ramos Ribeiro, destacou: “é exatamente aí que a cooperação vem atuar, no sentido de acelerar o julgamento desses processos, para que quando chegue a época do registro de candidaturas estejam efetivamente julgadas essas ações. Desta forma, iremos oferecer ao eleitor, de uma forma mais condizente e compatível com sua dignidade, mais transparência e uma campanha eleitoral mais limpa nas próximas eleições”. (OLIVEIRA, 2023a).

Combate à corrupção: palestra aos servidores

Com o tema a *Corrupção no Contexto Político*, o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, desembargador Márcio Vidal, ministrou palestra aos servidores públicos do Poder Executivo no dia 6 de dezembro de 2017, no Gabi-

nete de Transparência e Combate à Corrupção e Conselho de Ética Pública da Administração Direta e Indireta, durante a Semana Internacional e Estadual de Combate à Corrupção. Com uma indagação, o presidente do TRE-MT iniciou a explanação: “A corrupção é uma patologia grave no nosso país. Atingiu patamar insuportável, destruindo a sociedade e as instituições. Os controles interno e externo falharam. O controle social quase não existe. Por quê?” Para dirimir a pergunta, o mesmo apresentou números da corrupção no país, dados da Operação Lava Jato e um resgate histórico da corrupção no Brasil e no mundo, sendo o agir cotidiano o ponto de partida para coibir a corrupção: “é com nossas pequenas ações diárias que devemos começar a combater a corrupção. É exercendo o controle social, buscando informações e compartilhando com os nossos próximos. É importante adotarmos uma reação agora, caso contrário esta prática generalizada poderá destruir também a próxima geração”. (MÁRCIO, 2023a).

Biometria – Aumentando o número de eleitores

PARCERIAS GARANTIDORAS DA SEGURANÇA

Para agilizar a biometria dos eleitores de Cuiabá, foi assinado, com a 13ª Brigada de Infantaria Motorizada, o Termo de Cooperação nº 04/2017. Na ocasião, em que a 13ª Brigada se comprometeu a disponibilizar militares sem filiação partidária, com ensino fundamental completo e capacidade de atendimento ao público, detentores de conhecimentos básicos de informática, para executar as atividades de atendimento ao eleitor com a coleta de dados biométricos. Todos os militares designados foram informados da obrigatoriedade de manter sigilo dos dados e informações de que tivessem conhecimento em razão do trabalho desenvolvido.



Coleta de dados biométricos (2017)

Para o sucesso da parceria, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso deu início, no dia 29 de setembro de 2017, ao treinamento de 20 militares do Exército Brasileiro para trabalhar na revisão do eleitorado com cadastramento biométrico de Cuiabá. Durante a capacitação, aos participantes eram oferecidas aulas práticas e teóricas referentes a abordagem aos cidadãos, conferência de seus dados e os necessários esclarecimentos sobre a biometria. (OLIVEIRA, 2023b).

O TRE-MT divulgou amplamente os locais de cadastramento, assim como os documentos necessários, para que o eleitor não deixasse de se cadastrar.

AMPLIANDO O ATENDIMENTO AO PÚBLICO

Visando atender com mais comodidade e segurança, o TRE-MT inaugurou mais um posto de atendimento para o cadastro biométrico no segundo subsolo do Goiabeiras Shopping. Este posto avançado foi oficialmente inaugurado no dia 21 de novembro de 2017: “No total, o posto tem 14 guichês, para atendimento ao eleitor das 10h às 19h, de segunda a sexta-feira, sem necessidade de agendar, visto o atendimento será ser por ordem de chegada”.

O desembargador Pedro Sakamoto, no evento de inauguração do posto biométrico, fez questão de elucidar os dados da biometria em Mato Grosso: “nada menos que 780 mil eleitores do Estado já fizeram o cadastro biométrico, o que representa 34,74%. Em Cuiabá atingimos até o momento pouco mais de 30% dos eleitores. Por isso estamos ampliando nossos postos de atendimento, tanto em Cuiabá quanto em Várzea Grande. Estamos em tratativa com outros shoppings e com a prefeitura para conseguir espaços em diversos locais da cidade para montar mais postos de atendimento”. (TRE, 2023a).

Rede de apoio à governança da Justiça Eleitoral

O TRE-MT participou, nos dias 26 e 27 de junho de 2018, do *Encontro Nacional das Assessorias de Planejamento da Justiça Eleitoral*, que congrega a Rede de Apoio à Governança da Justiça Eleitoral. No evento foram abordados diversos temas, como metas nacionais da Justiça Eleitoral, Justiça em Números, Qualidade e Processos, Gestão de Riscos e Planejamento Eleitoral. Durante a reunião foram eleitos os novos membros da Rede de Apoio à Governança, que é composta por cinco subcomitês regionais, quando foi reconduzida a coordenação do subcomitê Centro-Oeste para o TRE de Goiás, com a suplência do TRE de Mato Grosso.

O Encontro contou ainda com a presença do assessor especial de Inovação e Gestão da Informação do Conselho da Justiça Federal, Leonardo Ferreira de Oliveira, o qual apresentou o portal *Observatório da Justiça Federal*, iniciativa que

expõe toda a performance da instituição através de infográficos interativos.

De acordo com o assessor de Planejamento do TRE-MT, Leon Manoel Campos Santos Filho, “esse trabalho serviu de modelo para iniciativas similares que vêm sendo desenvolvidas na Intranet da instituição, como parte da implementação das diretrizes da Presidência definidas pelo desembargador Márcio Vidal, que visam fortalecer o ideal da Gestão à vista”. Leon Manoel Campos Santos Filho explicou ainda que “as páginas da Assessoria de Planejamento na Intranet estavam em processo de reformulação já poderiam ser usadas para acesso; não só ao controle de ações da gestão, mas também a toda documentação do Planejamento Estratégico, estatísticas das Metas Nacionais e do CNJ, além de ferramentas de apoio à elaboração de projetos e controle de processos para as unidades operacionais”. (TRE-MT, 2023a)

Avanços tecnológicos

TRE-MT MAIS MODERNO E EFICIENTE:

43 AÇÕES NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O ano de 2017 foi marcado também pelos avanços na área de Tecnologia da Informação. São conquistas pouco visíveis ao público externo, mas que agilizam os trabalhos internos, reduzem custos e burocracia e, por consequência, elevam o TRE-MT à categoria de instituição moderna, ágil e eficiente.

De abril a dezembro do ano de 2017, 20 cartórios eleitorais foram estruturados com novos equipamentos. A meta foi a de levar esta estruturação para todas as 58 zonas eleitorais até agosto de 2018. Esses equipamentos permitem fazer um *backup* dos arquivos dos cartórios e levar os dados para a sede do Tribunal, o que garante maior segurança da informação.

Para reduzir custos, o TRE-MT implantou um sistema que permitiu a manutenção remota dos computadores utilizados pelas zonas eleitorais do interior, que, antes, eram enviados à sede pelos Correios quando apresentavam problemas.

Os magistrados da segunda instância, desde então, acompanham em tempo real a sua produtividade, em painel eletrônico disponibilizado no *hall* de entrada do Tribunal e também na sala dos juízes-membros. Estava previsto que essa solução seria exportada para a Internet para permitir que o público externo também possa acompanhar a produtividade dos magistrados (de primeira e segunda instâncias), em tempo real.

Os processos administrativos, que antes tramitavam por meio de uma ferramenta eletrônica utilizada desde 2012, migraram para o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), mais moderno, mais eficiente de modo a permitir a extração de relatórios e buscas detalhadas. Pelo sistema de informatização

das sessões plenárias, conhecido como *Ipleno*, utilizado desde 2011, as sessões plenárias passaram a ser transmitidas ao vivo pelo *YouTube*. Da mesma forma, foi atualizado o Sistema de Informações de Direitos Políticos (Infodip), que permite a transmissão das comunicações de suspensão e/ou restabelecimento de direitos políticos via Internet. (MUITO, 2023)

Banco de Talentos – Conhecendo melhor os servidores

Objetivando conhecer as habilidades e saberes de seus colaboradores, visando melhor aproveitá-los em busca da excelência dos resultados organizacionais e na prestação dos serviços públicos, o TRE-MT implantou, por força da Portaria nº 100/2017, a ferramenta de Gestão de Pessoas, o Banco de Talentos, da qual puderam participar todos os servidores da instituição.

Na avaliação da coordenadora de educação e desenvolvimento do TRE-MT, Luciana de Almeida Amorim Callejas, “o objetivo dessa ferramenta é possibilitar o registro e o gerenciamento dos perfis profissionais de nossos colaboradores, de modo que possamos identificar os talentos internos. Ao aproveitar as potencialidades individuais do servidor, poderemos assegurar o seu desenvolvimento humano e profissional, bem como a excelência dos resultados organizacionais e dos serviços públicos prestados”. (TRE, 2023b).

I Seminário do Fórum Internet e Eleições – Um desafio multidisciplinar

O Fórum *Internet e Eleições – um desafio multidisciplinar*, realizado em dezembro de 2017, foi o primeiro a tratar especificamente do uso e abuso da Internet nas eleições. Ao considerar os novos desafios da Justiça Eleitoral frente à sua interligação com a Internet, o Fórum buscou apontar e discutir este tema, na busca de soluções para seu enfrentamento.

Na abertura do evento, o ministro e então presidente do TSE, Gilmar Ferreira Mendes fez questão de apontar: “hoje temos uma realidade de uso constante da Internet como arma de manipulação do processo político. E isso vem crescendo rapidamente com a utilização, cada vez maior, das chamadas *fake news*. E essa é a realidade com que teremos de lidar e combater em 2018” [...] “A criação de notícias falsas para prejudicar adversários em disputas políticas sempre existiu”. Segundo o presidente do TSE, a programação do seminário vai traçar um panorama atual das diversas questões que per-

meiam a relação entre Internet e eleições e, para isso, buscou reunir profissionais e autoridades de diversas áreas para refletir particularidades sobre o tema.

Na avaliação do ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Gilberto Kassab: “estamos aqui, através do Comitê Gestor da Internet (CGI), dando uma contribuição que será permanente. O Comitê é uma instituição de excelência, que conta com uma infraestrutura adequada e que se renova. Por isso, essa parceria com a Justiça Eleitoral é fundamental para que o Brasil seja protagonista no uso de tecnologias na gestão pública”.

Diante disso, o coordenador da CGI, Maximiliano Salvatore Martinhão, revelou que: “na próxima campanha eleitoral [de 2018], candidatos e partidos farão o uso da Internet para fazer com que suas mensagens e propostas cheguem até os eleitores. Muitos dos embates entre planos de governos, propostas políticas, transparência e *ética* acontecerão nesse ambiente, fazendo com o que o espaço do debate político criado por provedores de aplicações de conteúdo independente da Internet se consolide cada vez mais como parte importante da esfera”. (PRESIDENTE, 2023a).

Eventos

V Fórum de Tecnologia da Informação

Dentre os 16 projetos selecionados para serem apresentados no *V Fórum de Tecnologia da Informação da Justiça Eleitoral*, transcrito em João Pessoa, teve destaque aquele apresentado pelo TRE-MT, “*Gestão de Riscos de TIC*”, desenvolvido pelos servidores do TRE-MT Carlos Henrique Cândido e Benedito Antonio da Costa.

O Fórum é uma oportunidade para os participantes buscarem inovações tecnológicas que podem ser objeto de intercâmbio. Trata-se de projetos de TI que seguem padrões mínimos para a manutenção de modelos físicos e lógicos entre os parques computacionais.





Caroline de Vita | Ascom TRE-MT

Desembargador Márcio Vidal discursando na abertura do Fórum Nacional de Propaganda Eleitoral nas Mídias Sociais (2018)

Para o secretário de Tecnologia e Informação do TRE-MT, Luis César Darienzo Alves, “as Regionais, de forma colaborativa podem também criar e executar políticas de TI. Podemos ainda compartilhar boas ideias que irão refletir de forma positiva na segurança das eleições e na confiabilidade do processo eleitoral”. (OLIVEIRA, 2023c).

Fórum Nacional da Propaganda Eleitoral nas Mídias Sociais

O presidente do TRE-MT, desembargador Márcio Vidal abriu o evento fazendo um pronunciamento cuja temática foram as *fake news*:

Nesta manhã de verão de 2018 que se vai findando, neste Centro Geodésico da América do Sul, Cuiabá, célula mater desta unidade da Federação, o Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil (Coptrel), juntamente com o Tribunal Eleitoral de Mato Grosso e a Escola Judicial Eleitoral trouxeram este evento de inegável e de indiscutível repercussão na sociedade contemporânea da internet ou rede mundial de computadores, dos internautas, das redes sociais, da comunicação multimídia, em tempo real.

[...] Segue uma saudação especial a todos que prestigiam este evento, sustentam o facho e alimentam a chama que apontará as trilhas a serem seguidas na busca de uma atuação cidadã profícua, em claro compromisso com a causa de uma sociedade mais ética, assentada nos ideais de cidadania e de um Verdadeiro Estado Democrático de Direito, sob a direção da

Justiça Eleitoral atenta, competente, atualizada, devidamente instrumentalizada com um aparato técnico e tecnológico que garanta sua presença pronta, atuante, vigilante, eficiente e eficaz.

Para tanto, urge que o Corpo Judiciário Eleitoral estenda seus tentáculos para muito além de sua zona de conforto, porque o Brasil precisa desse empenho. Nesse caminhar, o que move a Justiça Eleitoral, neste difícil momento, não é outro senão o compromisso com a salvaguarda dos interesses maiores e mais legítimos de um país que esteja maduro e apto a escolher seus dirigentes, com consciência cidadã, na melhor forma e aplicação da lei, com vista a uma sociedade mais ética, mais justa, mais correta, sob todos os pontos de vista, enfim, visando a autêntica sociedade de cidadãos, pelos cidadãos e para os cidadãos, de hoje e do futuro.

[...]. Ante todo esse contexto-situacional exposto, ficam algumas questões, no que tange ao principal alvo desta fala: as falsas notícias ou as *fake news*:

- ⊗ O Judiciário Eleitoral está preparado para julgar causas relacionadas às *fake news*?
- ⊗ Como enfrentar a lentidão do sistema para analisar ações ligadas a esses temas?
- ⊗ Qual(is) o(s) método(s) adequado(s) ao devido processo legal e que atendam às demandas e possam propiciar a efetividade das decisões?
- ⊗ Olhar só para a *fake news* será inócuo e desvia o foco do problema para o resultado?
- ⊗ Como enfrentar a viralização da informação falsa?
- ⊗ A divulgação e o repasse de *fake news* configuram crime? Sendo, como imprimir ações preventivas?

Que ninguém se exima de se conectar e colaborar! Todos são privilegiados na sociedade que aí está! Têm formação. Sobrevivem a todas as agruras que o mundo em constante mutação, a todos impõe. Enfim, superaram obstáculos, venceram resistências e, neste momento, estão aqui, com a oportunidade de participar desta jornada para discutir ideias e encontrar soluções adequadas a este momento de uma sociedade em rede.

Tenho fé que, com inteligência, razão e esperança no coração, todos cumprirão a missão neste evento.

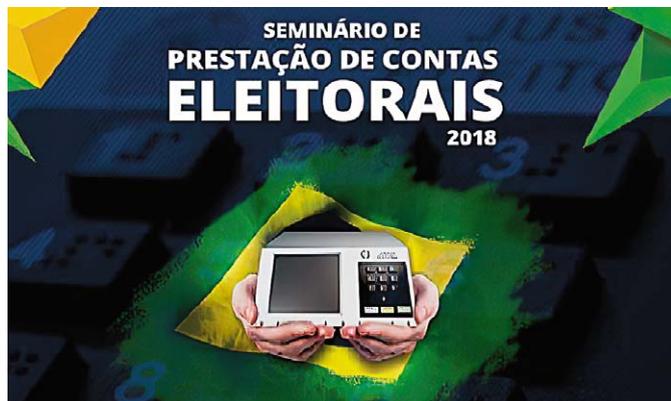
Sucesso para todos e muito obrigado por terem atendido ao convite e aqui comparecido. Bom trabalho para todos. (FÓRUM, 2023)

Seminário de Prestação de Contas Eleitorais 2018

PARCERIA ENTRE O TRE-MT E O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MATO GROSSO

O Conselho Regional de Contabilidade de Mato Grosso, com o apoio do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, promoveu, no dia 18 de julho de 2018, o *Seminário de Prestação de Contas Eleitorais 2018*, direcionado aos contadores que irão atuar nas prestações de contas de campanha das Eleições Gerais de 2018.

A servidora da Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria (CCIA) do TRE-MT, Marli Osorski, salientou: “a legislação eleitoral é muito dinâmica e sofre modificações a cada eleição, por isso, é fundamental que os profissionais de contabilidade, cuja participação nas prestações de contas da campanha eleitoral 2018 é obrigatória, estejam capacitados para desenvolver com eficácia o seu trabalho. O TRE-MT apoia quaisquer iniciativas que promovam o conhecimento da área eleitoral, pois entende que isso trará benefícios para os profissionais, os candidatos, os partidos, a Justiça Eleitoral e a sociedade”. (OLIVEIRA, 2023d).



71º Encontro dos Presidentes dos TRE's – Projeto Inédito do TRE-MT: Soberania Popular

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, desembargador Márcio Vidal, apresentou no dia 6 de outubro de 2017, no 71º Encontro dos Presidentes dos TRE's, um projeto inédito no país, desenvolvido pelo TRE-MT. Trata-se do *Soberania Popular*, um aplicativo que aproxima e interage com o eleitor.

O presidente do TRE-MT destacou a importância do projeto *Soberania Popular*: “penso que a Justiça Eleitoral deve oferecer ao cidadão as ferramentas para que ele participe mais da

vida política do seu município, estado ou país. Essa é a ideia do Soberania Popular. Por meio deste aplicativo, qualquer cidadão poderá propor e colocar em votação, por toda a sociedade, projetos de lei que realmente vão ao encontro do anseio popular”. (PROJETO, 2023).

Investimento na capacitação interna

CAPACITAÇÃO DOS REPRESENTANTES DAS ZONAS ELEITORAIS (FREZE)

A Corregedoria Regional Eleitoral de Mato Grosso deu início aos trabalhos do *IV Fórum de Representantes de Zonas Eleitorais (FREZE)*. A primeira etapa foi realizada de 2 agosto a 20 de setembro de 2017, ocasião em que foram debatidos temas relevantes para tornar mais seguro e transparente o processo eleitoral. De 24 a 26 de outubro aconteceram as reuniões presenciais. Essa etapa contou com a participação de 30 servidores, sendo oito lotados em zonas eleitorais de todo o Estado e 22 que atuam na sede de TRE-MT, tendo sido convidados integrantes de outros Tribunais Eleitorais do Brasil.

Para o vice-presidente e corregedor, desembargador Pedro Sakamoto, “O Fórum é um evento de grande relevo, aguardado com muita expectativa pela Corregedoria em razão das inovações e melhorias que vêm sendo apresentadas por nossos talentosos servidores. Muitas foram as contribuições trazidas, nas edições anteriores do FREZE, por esses servidores, que ainda emprestam suas energias criativas e ideias em prol da evolução da Justiça Eleitoral, especialmente, às atividades essenciais ao exercício da cidadania. É louvável a disposição dos que se prontificaram a pensar boas práticas e propostas de melhorias nas rotinas cartorárias, buscando com isso alavancar os serviços prestados pela Justiça Eleitoral. Portanto, desejo que este venha a ser um profícuo evento”. (OLIVEIRA, 2023e)

Servidores do interior de Mato Grosso são capacitados

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso trouxe à capital, no ano de 2017, 48 servidores que atuam em zonas eleitorais situadas no interior do Estado para participar de capacitação e discutir, junto à Alta Administração, as questões relativas à administração da Justiça Eleitoral. O presidente do TRE-MT, desembargador Márcio Vidal, avaliou constituir essa capacitação um dos pilares de sua administração:

Esta administração tem clareza sobre sua missão e quando trabalhávamos com a equipe de transição, elegemos três grandes pilares: o primeiro é investir em logística computacional pois vivemos em um mundo globalizado e de alta tecnologia, que está impactando a vida de todos os seres humanos. E voltando os olhos para o Poder Judiciário nessa área, temos o grande projeto de implantação do Processo Judicial Eletrônico. Como segundo pilar elegemos a questão da integração e cooperação com todas as instituições públicas, para que tenhamos acesso a dados seguros e consistentes e assim obstar ações que venham desvirtuar e manchar esta Nação. Todos nós somos atingidos e ninguém fica de fora porque vivemos em sociedade. Não pense que será apenas uma pessoa ou setor a ser afetado. Então precisamos ter integração e cooperação, não só externa, mas interna. O terceiro pilar e o mais importante para nós é o cidadão eleitor, a aproximação com a sociedade. Este cidadão-eleitor precisa dar um basta (na corrupção). É preciso a conscientização de que cada um de nós pode resolver o problema se pautando de forma correta, estudando e nos conectando com o mundo, que está mudando. (OLIVEIRA, 2023f).

Aproximação com o Cidadão Eleitor

VISÃO SISTÊMICA DO ATENDIMENTO PÚBLICO AO CIDADÃO

Visando atender ao público com excelência, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso deu início à capacitação com duração de 66 horas, “*Visão Sistêmica do Atendimen-*

to Público ao Cidadão-Eleitor, que contemplou 60 servidores que laboram na Casa da Democracia e nos quatro cartórios de Cuiabá. O curso foi realizado em 2017.

Na abertura do curso, o presidente do TRE-MT, desembargador Márcio Vidal, destacou a importância da capacitação dos servidores: “todos nós temos a visibilidade do problema que aflige esta Nação. Os senhores são agentes importantes nesse processo de amadurecimento da democracia e exercício da cidadania. As pessoas de forma equivocada pensam que a democracia se resume a votar e ser votado, mas é muito mais que isso. Sei que vocês como atendentes ouvem certos desalentos por parte do cidadão eleitor, que devem dizer: “para que votar?” E nesse momento, como comissão de frente da Justiça Eleitoral, devem saber oferecer uma palavra de conforto e transmitir a reflexão de que os problemas que estamos vivendo – já enfrentadas por outras nações, podem acabar, desde que tenhamos a consciência de que podemos dar um basta”. Já o vice-presidente e corregedor regional eleitoral, desembargador Pedro Sakamoto, falou da importância da capacitação para se alcançar a excelência no atendimento. “Vocês atendentes são os carros-chefes da Justiça Eleitoral e representam nossa instituição”.

Para o servidor Antônio Henrique Ricci Boaventura, por seu lado, disse: “acho importante aprimorar os trabalhos da Justiça Eleitoral no sentido de realizar um atendimento mais eficaz, humano e melhor para o eleitor. Não é um momento fácil para a Justiça Eleitoral que está sob ataque, cartórios estão sendo fechados, mas a gente tira forças até nos momentos mais difíceis para cumprir nossa missão: que é atender o cidadão/eleitor e garantir que a democracia no nosso país prevaleça e seja exercida da melhor forma possível”. (OLIVEIRA, 2023g).



Reunião no TRT (23ª Região) com o ministro Augusto Nardes, do TCU sobre Governança na Administração Pública, com participação do TRE-MT

Palestra Recursos Públicos e sua aplicação no Poder Judiciário

A eficiência na gestão dos recursos públicos, em especial na sua aplicação no Poder Judiciário, foi tema de uma palestra proferida no dia 21 de setembro de 2018, pelo ministro do Tribunal de Contas da União, João Augusto Ribeiro Nardes. Na ocasião, ele avaliou: “na maioria das áreas, o dinheiro público não é bem aplicado. A falta de governança não é exclusiva da União, está em todos os níveis. O Brasil tem dificuldade no crescimento porque não tem um bom planejamento como um todo”. O evento foi realizado na sede do Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso, e reuniu representantes dos tribunais de Contas, Justiça e Eleitoral”.

O diretor-geral do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MT), Nilson Fernando Gomes Bezerra, fez questão de destacar os investimentos da Justiça Eleitoral de Mato Grosso na governança: “as decisões gerenciais no TRE-MT são adotadas de maneira colegiada. Trata-se de um mecanismo que reduz a possibilidade de ações equivocadas, uma vez que várias pessoas avaliam os impactos de cada decisão, sempre com foco em ampliar e melhorar as entregas realizadas pelo Tribunal”.

O ministro do TCU destacou que a maioria dos órgãos pesquisados (55,4%) está em um nível inicial de boas práticas de governança. Já 37%, apresentaram nível intermediário, enquanto apenas 7,6% se encontram em nível aprimorado. (DINO, 2023a).

Aproximação com a sociedade – Programa Aprendiz Legal

Considerando a proximidade das eleições de 2018, necessário se fez ampliar a filosofia do Tribunal Regional Eleitoral no interior da juventude, oportunizando aos jovens vivenciar o processo democrático, conhecer sua história e os bastidores de uma eleição. Este foi o principal objetivo das visitas guiadas aos estudantes, como ocorreu no dia 1º de agosto de 2018, quando 60 jovens do *Programa Aprendiz Legal*, do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), tiveram esta oportunidade. Eles visitaram o Memorial da Justiça Eleitoral Mato-Grossense, que estampa com fotografias, objetos e textos, a trajetória histórica da do TRE-MT, a exemplo da evolução das urnas de votação, puderam usufruir das atividades plenária, a Escola Judiciária Eleitoral, e ainda participaram de uma simulação das eleições.

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso também recebeu 130 estudantes dos 8ºs anos do Colégio Notre Dame de Lourdes para visitas guiadas nos dias 20 e 22 de junho de 2017.

O presidente do TRE-MT, desembargador Márcio Vidal, parabenizou os estudantes pelo interesse em questões políticas e disse ser esse o caminho para a construção de um país justo e igualitário. “Estudar é o caminho. Só com o conhecimento iremos nos libertar da escuridão, das algemas e da ignorância. É preciso que vocês, jovens eleitores e demais cidadãos, participem efetivamente da discussão política e a promovam na escola, em casa, na roda com os amigos. Caso contrário, é deixar ser governado por uma minoria, que dita regras que, nem sempre, serão de nosso interesse, mas teremos que acatar [...] Estamos exercendo a democracia quando acompanhamos os trabalhos desempenhados pelos candidatos eleitos. Nós, eleitores, temos que funcionar como uma grande banca examinadora e não permitir que pessoas que se utilizam de máscaras e fantasias consigam nos driblar e enganar”.

Da mesma forma, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso recebeu no dia 7 de novembro de 2017, a visita de 20 acadêmicos do curso de Direito da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), Campus Diamantino. Na oportunidade, os alunos percorreram as dependências da instituição em visita guiada, com explicações sobre o funcionamento das sessões plenárias, armazenamento e distribuição de urnas, e história da Justiça Eleitoral. (DINO, 2023b).

Programas televisivos – Programa Cidadania em Debate

O programa *Cidadania em Debate* foi exibido em sua terceira edição – no canal 30.1 – de forma inédita, a 18 de agosto de 2017 com duas reprises, e teve como temática a reforma política. O evento foi produzido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso em parceria com a Assembleia Legislativa.

As discussões ficaram a cargo dos advogados Hélio Hudson Oliveira Ramos e Lenine Póvoas de Abreu, ambos com vasta experiência de atuação junto à Justiça Eleitoral de Mato Grosso. O debate foi conduzido pelo secretário judiciário do TRE-MT, Breno Gasparoto.

A reforma eleitoral trouxe diversas modificações, dentre elas o fim da figura do vice (presidente, governador e prefeito); a realização de eleições de cinco em cinco anos, sem possibilidade de reeleição; o fim do quociente eleitoral; a adoção do sistema de lista fechada; e a possibilidade de financiamento de campanha com recursos públicos”. (OLIVEIRA, 2023h).



Encontro *Cultura e Democracia*. Lançamento da música *Somos Nação*

Encontro *Cultura e Democracia*: Artistas e TRE-MT discutem temas relevantes para o país

O Encontro *Cultura e Democracia* ocorreu no dia 13 de agosto de 2018, ocasião em que artistas e autoridades da Justiça Eleitoral dialogaram sobre temas relevantes para o futuro do país, como políticas públicas, combate à corrupção, controle social e a participação popular na política. Evento semelhante já fora realizado com os representantes das entidades religiosas e se programou, então, outro evento similar com os indígenas e quilombolas.

Na opinião do presidente do TRE-MT, desembargador Márcio Vidal, “nós precisamos despertar o interesse pela política e saber escolher e não cair nas armadilhas das promessas. Na disputa eleitoral, assim como ocorre com a seleção brasileira, muitos querem confiar em apenas um único jogador (candidato) para resolver. O cidadão esquece que o futebol é coletivo e só se vence quando todos contribuem, guardadas as devidas proporções. Nós, cidadãos, também estamos em campo e temos o dever legal e moral de buscar a vitória, [...] Somos todos Nação. Para que este país avance todo cidadão de bem precisa fazer sua parte. Essa consciência precisa ser despertada e para tanto, a Justiça Eleitoral busca o apoio dos representantes de todos os segmentos sociais”.

O cantor e apresentador Pescuma de Moraes (Pescuma) fez a abertura do evento e conclamou os colegas de profissão a se unirem por um Brasil melhor para todos: “Eu já cantei neste plenário e naquela oportunidade me senti muito bem ao con-

tribuir com a Justiça Eleitoral. Mas hoje, eu não vim cantar. Hoje o segmento artístico foi chamado aqui para conversar sobre um assunto muito sério. Precisamos falar sobre o Brasil. Precisamos nos envolver com os problemas sociais e políticos do nosso país. Precisamos debater a participação de todos na política”.

Presente no encontro, o diretor do Museu da Imagem e do Som de Cuiabá (Misc), Cristóvão Luiz Gonçalves da Silva parabenizou a Justiça Eleitoral pela iniciativa: “é necessário lutarmos ativamente pela transformação da mentalidade de um povo de um país, e nunca é tarde, este é o momento, esta é a hora da democracia, e uma consciência fértil. O artista tem, sim, essa sensibilidade, esse poder de transformar. Nós temos o poder de fazer diferente, de transformar. Estou aqui de pronto e que “Oxalá” nos ilumine e que dê muito certo, e que vá para o Brasil afora e que nós possamos, sim, ser essa caixa de ressonância”.

Outra artista a parabenizar o TRE-MT pela iniciativa foi Vera Capilé. “Este evento vem para mostrar o quanto o TRE é sério, o quanto está valorizando o voto de cada um de nós”. O mesmo opinou o poeta e membro da Academia Rondonopolitana de Letras, George Ribeiro, que também parabenizou os jovens que marcaram presença no Encontro: “quero parabenizar os jovens que aqui estão, acabei de verificar na camiseta de um, que está dizendo: eleitores do futuro. Nós temos urgência que esses eleitores sejam de agora e que essa formação de opinião seja agora, e que os jovens possam desde já contribuir com esse Brasil. Participo ativamente da política desde 2016 e sou produtor cultural e sei que a inserção dos artistas na política é muito necessária”. (OLIVEIRA, 2023i).

Eleições 2018

CAMPANHA CIDADE LIMPA

Os candidatos que colaboram para a poluição do ambiente, com a distribuição de “santinhos” que acabam sendo jogados nas imediações dos locais de votação, foram pressionados pela *Campanha Cidade Limpa*, iniciada em 27 setembro de 2018. Por ocasião de sua divulgação, os eleitores compreenderam que este tipo de candidato não mereceria o seu voto, pois incorria nos crimes ambientais e nas atividades de propaganda, neste caso, a boca de urna.

Sobrelevando o poder do eleitor, o presidente do Tribunal, desembargador Márcio Vidal, ponderou: “quando dizemos que o poder está nas mãos do eleitor, não é simbolismo. Todo o poder emana do povo e com ele permanece. Os agentes escolhidos vão executar o poder do povo. Suas ações devem resultar em benefícios para a coletividade e não para seus interesses próprios. Portanto, não podem cometer este crime (de jogar santinhos nas ruas), porque neste caso não estão pensando no coletivo, mas neles mesmos. [...] É propaganda ilícita e é crime ambiental. O eleitor consciente se recusa a votar em candidato que pratica ou se beneficia do derramamento de santinhos. E o TRE-MT já está adotando providências para punir aqueles que mantiverem essa prática nestas eleições”. (TRE, 2023c)

PARCERIA COM A UNEMAT

A Justiça Eleitoral de Mato Grosso, a 25 de setembro de 2017, firmou parceria com a Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat), visando desenvolver projetos conjuntos para atender a estudantes desta instituição pública de ensino superior.

Os projetos ficaram sob a responsabilidade da Escola Judiciária Eleitoral. Entre eles estão a participação do TRE-MT na *Semana Jurídica* da Unemat e a criação, no TRE-MT, do *Dia de Campo*, para os alunos que estivessem cursando a disciplina de Direito Eleitoral, incluindo também a colaboração dos professores do curso de Direito na produção de artigos para a revista *DemoCrática*, editada pela Escola Judiciária Eleitoral.

A iniciativa da reunião partiu da então reitora, visando que pretende ampliar a extensão universitária aos alunos do curso de Direito. As propostas foram bem recebidas pelo desembargador Márcio Vidal, que ponderou: “um dos pilares desta gestão é justamente a integração e cooperação institucional. As instituições precisam se unir em prol de um bem maior. Nos sentimos honrados em poder contribuir com a Unemat”.

Ao levar a proposta de parceria com a Justiça Eleitoral, a reitora da Unemat, Ana Maria Di Renzo, após discorrer sobre a filosofia institucional, “do interior para o interior”, fez uma apresentação com dados sobre a evolução da universidade,

que completou 40 anos em julho de 2017, evidenciando que a Unemat se faz presente em 42 municípios de Mato Grosso, por meio de 13 campus, 17 núcleos pedagógicos e 24 polos educacionais de ensino à distância, alcançando grande capilaridade no interior do Estado. Além disso, passou a desenvolver um trabalho pioneiro na Educação Indígena, fazendo-se presente no campus de Barra do Bugres.

Após ouvir a apresentação da reitora, o presidente do TRE-MT, desembargador Márcio Vidal, ponderou: “estou bastante impressionado com os avanços e o progresso da Unemat. Nós não tínhamos ideia da dimensão do trabalho que vem sendo desenvolvido por vocês. Sinto satisfação e orgulho em saber que em Mato Grosso há pessoas com ideais, com vontade de produzir conhecimento e de contribuir com este Estado”. (TRE-MT, 2023b).

ELEIÇÕES EM ÁREAS INDÍGENAS – DIÁLOGOS DA CIDADANIA

A Justiça Eleitoral de Mato Grosso, em 2018, deu início ao projeto *Diálogos da Cidadania*, desenvolvido na aldeia Umutina, município de Barra do Bugres, contando com a participação de caciques representantes de outras aldeias da região, do Ministério Público, da Fundação Nacional do Índio, e da Universidade Federal de Mato Grosso.

A juíza federal, membro do pleno do TRE-MT, Vanessa Curti Perenha Gasques, considerou: “é fundamental aos dirigentes dos *órgãos* públicos visitarem as aldeias indígenas e conhecerem a realidade destas populações. A Justiça Eleitoral esteve presente reforçando a necessidade dos indígenas participarem das eleições, não apenas como eleitores, mas que se envolvam e se candidatem, que tenham sabedoria na hora de escolher os políticos, que estes realmente tenham compromisso com a pauta indígena, que denunciem situações ilegais que possam acontecer nas aldeias”.

Na avaliação do procurador da República, Ricardo Pael Ardenghi, “a estratégia mudou no Congresso Nacional. Eles não querem mais mudar a legislação indígena como se fazia antes. Agora a retirada de direitos acontece pelo enfraquecimento das instituições que representam a pauta indígena, pelo corte orçamentário e a falta de funcionários, como é o caso da Funai. Recebemos no Ministério Público situações muito preocupantes, como a construção de usinas hidrelétricas sem a consulta dos povos indígenas detentores da terra ou afetados. A população indígena tem de se organizar ainda mais politicamente, e o momento é agora”.

Contentamento foi demonstrado na fala do cacique da aldeia, Uapo, Dionísio Apadonepa: “esta foi a primeira vez que o TRE-MT realizou um evento em nossa aldeia. Temos muitos jovens que nunca votaram e não estão dando a devida importância para a política. Este evento reforçou o que temos falado para nosso povo, pois muitos não queriam nem votar. Tenho certeza de que trouxe preocupação para todos, e agora eles vão querer ouvir melhor os políticos. [...] Os jovens não

têm a consciência do voto. [...] Apesar de sermos caciques, os jovens não nos escutam sobre a importância da participação na política. O fato de as autoridades virem até a comunidade mostra pra eles que o assunto é sério. Tudo que nós consumimos gera imposto, como o combustível, os alimentos, fazemos nossas compras na cidade. E é através da política que este dinheiro pode voltar”.

O encontro se encerrou com apresentações musicais e danças indígenas, sendo que o TRE-MT apresentou a canção *Somos Nação*, sob a regência do maestro da Orquestra Sinfônica da UFMT, Fabrício Carvalho, que avaliou o evento na perspectiva cultural: “a cultura é um elemento transformador. A música *Somos Nação* faz uma reflexão sobre democracia, ela emociona e possibilita a maior reflexão”. (DINO, 2023c).

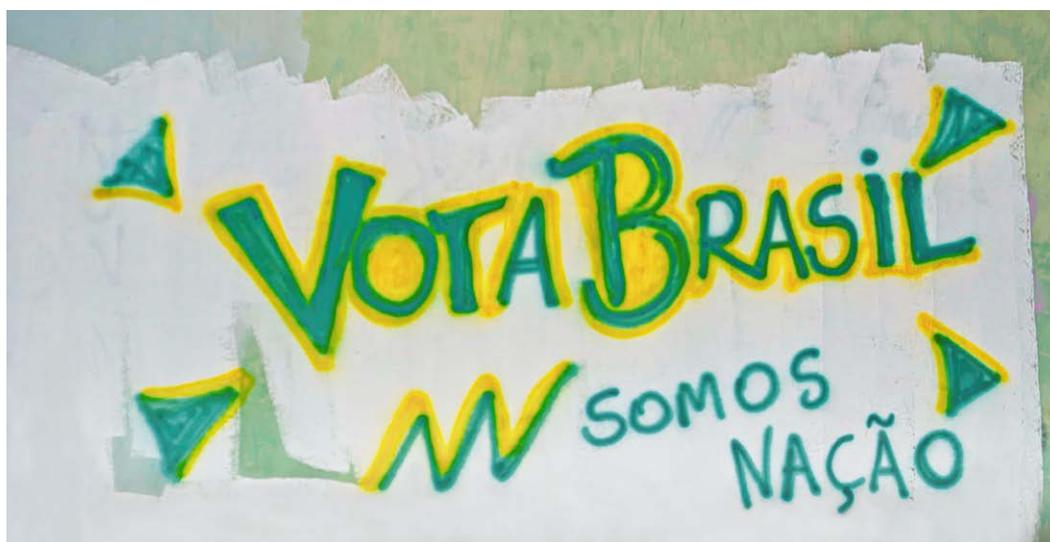
SOMOS NAÇÃO

O país celebra a vida
pra sonhar um novo tempo,
Vibra e canta nosso povo,
faz da história seu momento
Não esmorece com derrotas,
busca em paz cidadania,
Tem na força do seu voto
a luz da democracia

Somos Nação,
pra construir a nossa história
Somos Nação,
pra valer nossa memória
Nossa força é nosso voto
Meu país, um coração

Todos juntos com coragem
Norte a Sul, uma Nação
Participação é realização
Juntos somos mais sem olhar para trás
Se você não vota o país não avança
Mas se você vota cresce a esperança

Somos Nação,
pra construir a nossa história
Somos Nação,
pra valer nossa memória
Nos doando por inteiro
Da política, nova visão
O momento é agora,
Eleitor, um cidadão!



Quadro do VT "Somos Nação", disponível no site do TRE-MT

Resultado das Eleições – 2018 – 1º e 2º Turnos

PRESIDENTE – 1º TURNO (5 de outubro de 2018)

| Candidato | Partido | Votos Nominiais MT |
|----------------------|---------|--------------------|
| Aécio Neves da Cunha | PSDB | 693.755 |
| Dilma Vana Rousseff | PT | 616.411 |

Fonte: TSE – Resultado das Eleições de 2014.

PRESIDENTE ELEITO – 2º TURNO (28 de outubro de 2018)

| Candidato | Partido | Votos Nominiais MT |
|---------------------|---------|--------------------|
| Dilma Vana Rousseff | PT | 717.412 |

Fonte: TSE – Resultado das Eleições de 2014.

GOVERNADOR ELEITO (5 de outubro de 2018)

| Candidato | Partido | Votos Nominiais MT |
|-----------------------------|---------|--------------------|
| José Pedro Gonçalves Taques | PDT | 833.788 |

Fonte: TSE – Resultado das Eleições de 2014.

SENADOR ELEITO (5 de outubro de 2018)

| Candidato | Partido | Votos Nominiais MT |
|-----------------------------|---------|--------------------|
| Wellington Antônio Fagundes | PR | 646.344 |

Fonte: TSE – Resultado das Eleições de 2014.

DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS (5 de outubro de 2018)

| Candidato | Partido | Votos Nominiais MT |
|---------------------------|---------|--------------------|
| Nilson Aparecido Leitão | PSDB | 127.749 |
| Adilton Domingos Sachetti | PSB | 112.722 |
| Fábio Paulino Garcia | PSB | 104.976 |
| Ságuas Moraes Sousa | PT | 97.858 |
| Carlos Gomes Bezerra | PMDB | 95.739 |
| Ezequiel Angelo Fonseca | PP | 90.888 |
| Victório Galli Filho | PSC | 64.691 |
| Valtenir Luiz Pereira | PROS | 62.923 |

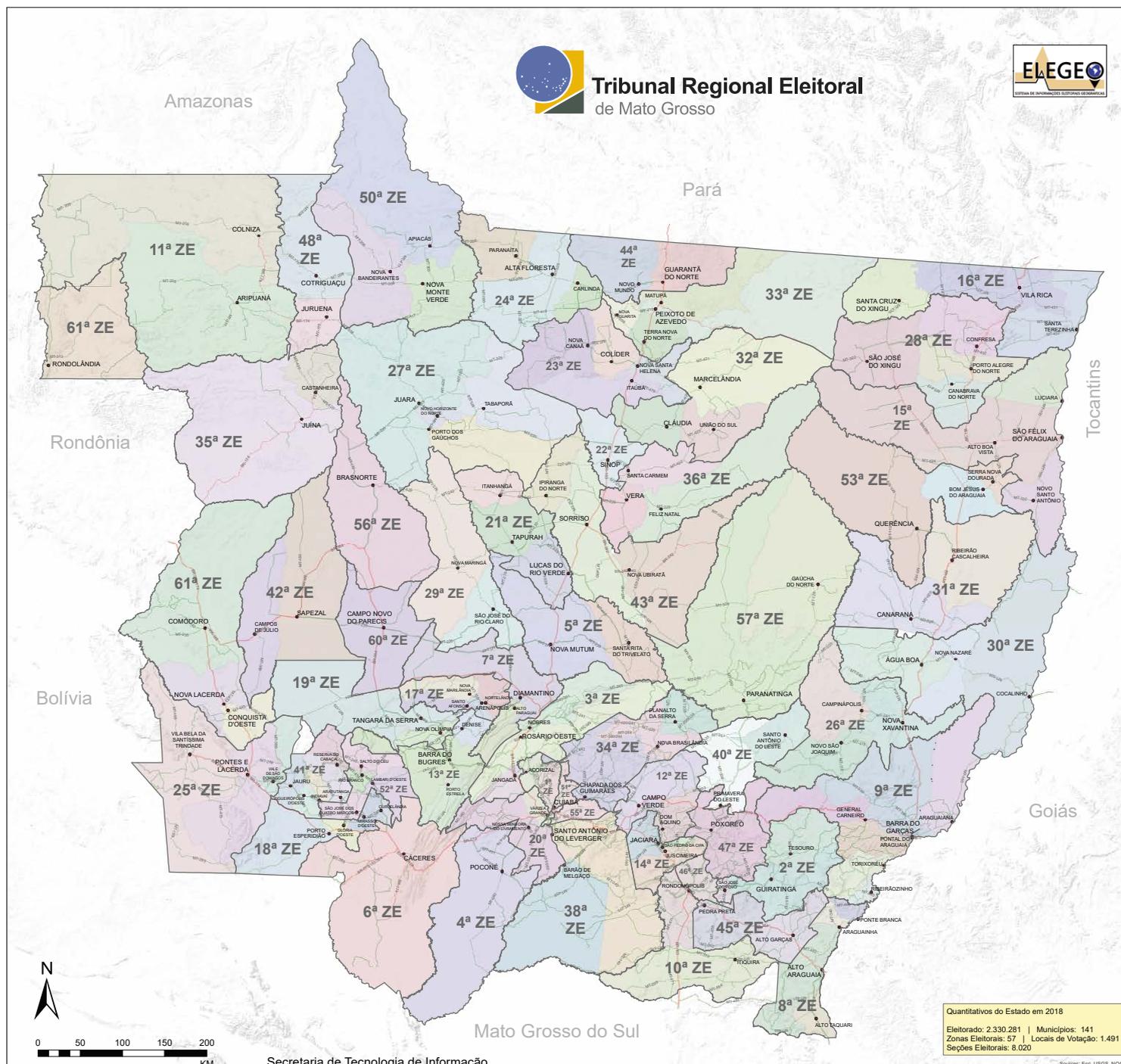
Fonte: TSE – Resultado das Eleições de 2014.

DEPUTADOS ESTADUAIS ELEITOS (5 de outubro de 2018)

| Candidato | Partido | Votos Nominiais MT |
|---------------------------------------|---------|--------------------|
| Mauro Luiz Savi | PR | 55.233 |
| Janaína Greyce Riva Moreira Lima | PSD | 48.171 |
| Sebastião Machado Rezende | PR | 45.016 |
| José Joaquim de Souza Filho | PMDB | 43.042 |
| Romoaldo Aloizio Boraczynski Júnior | PMDB | 41.764 |
| José Eduardo Botelho | PSB | 40.517 |
| Ondanir Bortolini | PR | 40.105 |
| Dilmar Dal Bosco | DEM | 38.290 |
| José Antônio Gonçalves Viana | PDT | 35.300 |
| Leonardo Ribeiro Albuquerque | PDT | 34.753 |
| Emanuel Pinheiro | PR | 34.344 |
| Walter Machado Rabello Júnior | PSD | 27.232 |
| Jeferson Wagner Ramos | PR | 26.484 |
| Guilherme Antônio Maluf | PSDB | 24.642 |
| José Domingos Fraga Filho | PSD | 21.121 |
| Max Joel Russi | PSB | 20.690 |
| Wilson Pereira dos Santos | PSDB | 20.562 |
| Oscar Martins Bezerra | PSB | 20.390 |
| Pedro Inácio Wiegert | PSD | 20.120 |
| Wancley Charles Rodrigues de Carvalho | PV | 19.639 |
| Valdir Mendes Barranco | PT | 19.227 |
| José Carlos Junqueira de Araujo | SD | 17.431 |
| Saturnino Masson | PSDB | 16.262 |
| Silvano Ferreira do Amaral | PMDB | 15.310 |

Fonte: TSE – Resultado das Eleições de 2014.

Composição das Zonas Eleitorais de Mato Grosso após remanejamento – 2018-2022



ZONAS ELEITORAIS DE MATO GROSSO – 2018

| Municípios | Locais de votação | Seções | Eleitores |
|--|-------------------|--------|-----------|
| 1ª Zona Eleitoral – CUIABÁ | | | |
| Acorizal | 12 | 27 | 5.986 |
| Cuiabá | 42 | 318 | 100.675 |
| | 54 | 345 | 106.661 |
| 2ª Zona Eleitoral – GUIRATINGA | | | |
| Guiratinga | 6 | 38 | 8.416 |
| São José do Povo | 2 | 11 | 2.921 |
| Tesouro | 3 | 10 | 2.540 |
| | 11 | 59 | 13.877 |
| 3ª Zona Eleitoral – ROSÁRIO OESTE | | | |
| Jangada | 8 | 27 | 6.377 |
| Nobres | 8 | 45 | 11.003 |
| Rosário Oeste | 18 | 72 | 12.546 |
| | 34 | 144 | 29.926 |
| 4ª Zona Eleitoral – POCONÉ | | | |
| Poconé | 23 | 94 | 22.902 |
| | 23 | 94 | 22.902 |
| 5ª Zona Eleitoral – NOVA MUTUM | | | |
| Nova Mutum | 13 | 80 | 26.941 |
| Santa Rita do Trivelato | 2 | 6 | 2.036 |
| | 15 | 86 | 28.977 |
| 6ª Zona Eleitoral – CÁCERES | | | |
| Cáceres | 45 | 222 | 61.684 |
| | 45 | 222 | 61.684 |
| 7ª Zona Eleitoral – DIAMANTINO | | | |
| Alto Paraguai | 8 | 35 | 6.242 |
| Diamantino | 13 | 67 | 15.578 |
| | 21 | 102 | 21.820 |
| 8ª Zona Eleitoral – ALTO ARAGUAIA | | | |
| Alto Araguaia | 10 | 55 | 12.160 |
| Alto Taquari | 3 | 24 | 6.890 |
| Araguainha | 1 | 5 | 948 |
| Ponte Branca | 1 | 9 | 1.776 |
| | 15 | 93 | 21.774 |

continua...

| Municípios | Locais de votação | Seções | Eleitores |
|---|-------------------|--------|-----------|
| 9ª Zona Eleitoral – BARRA DO GARÇAS | | | |
| Araguaiana | 2 | 9 | 2.839 |
| Barra do Garças | 30 | 200 | 43.161 |
| General Carneiro | 5 | 26 | 3.919 |
| Pontal do Araguaia | 4 | 16 | 5.002 |
| Ribeirãozinho | 2 | 6 | 1.936 |
| Torixoréu | 4 | 31 | 3.087 |
| | 47 | 288 | 59.944 |
| 10ª Zona Eleitoral – RONDONÓPOLIS | | | |
| Itiquira | 4 | 26 | 8.657 |
| Rondonópolis | 37 | 234 | 67.308 |
| | 41 | 260 | 75.965 |
| 11ª Zona Eleitoral – ARIPUANÃ | | | |
| Aripuanã | 10 | 45 | 12.407 |
| Colniza | 25 | 63 | 17.207 |
| | 35 | 108 | 29.614 |
| 12ª Zona Eleitoral – CAMPO VERDE | | | |
| Campo Verde | 14 | 84 | 28.928 |
| Dom Aquino | 5 | 25 | 6.454 |
| | 19 | 109 | 35.382 |
| 13ª Zona Eleitoral – BARRA DO BUGRES | | | |
| Barra do Bugres | 20 | 81 | 23.247 |
| Denise | 6 | 19 | 5.559 |
| Porto Estrela | 5 | 15 | 3.212 |
| | 31 | 115 | 32.018 |
| 14ª Zona Eleitoral – JACIARA | | | |
| Jaciara | 8 | 60 | 19.246 |
| Juscimeira | 7 | 33 | 8.903 |
| São Pedro da Cipa | 1 | 9 | 3.414 |
| | 16 | 102 | 31.563 |
| 15ª Zona Eleitoral – SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA | | | |
| Alto Boa Vista | 2 | 12 | 3.605 |
| Luciara | 2 | 11 | 1.946 |
| Novo Santo Antônio | 2 | 6 | 1.701 |
| São Félix do Araguaia | 8 | 30 | 7.063 |
| | 14 | 59 | 14.315 |

continua...

ZONAS ELEITORAIS DE MATO GROSSO – 2018

| Municípios | Locais de votação | Seções | Eleitores |
|--|-------------------|--------|-----------|
| 16ª Zona Eleitoral – VILA RICA | | | |
| Santa Cruz do Xingu | 2 | 5 | 1.571 |
| Santa Terezinha | 7 | 22 | 4.894 |
| Vila Rica | 6 | 46 | 13.220 |
| | 15 | 73 | 19.685 |
| 17ª Zona Eleitoral – ARENÁPOLIS | | | |
| Arenápolis | 6 | 32 | 7.803 |
| Nortelândia | 3 | 25 | 4.583 |
| Nova Marilândia | 2 | 9 | 2.634 |
| Santo Afonso | 4 | 12 | 2.404 |
| | 15 | 78 | 17.424 |
| 18ª Zona Eleitoral – MIRASSOL D'OESTE | | | |
| Curvelândia | 3 | 16 | 3.923 |
| Glória d'Oeste | 2 | 10 | 2.603 |
| Mirassol d'Oeste | 10 | 72 | 19.548 |
| Porto Esperidião | 7 | 26 | 7.799 |
| | 22 | 124 | 33.873 |
| 19ª Zona Eleitoral – TANGARÁ DA SERRA | | | |
| Nova Olímpia | 8 | 42 | 11.686 |
| Tangará da Serra | 33 | 205 | 65.681 |
| | 41 | 247 | 77.367 |
| 20ª Zona Eleitoral – VÁRZEA GRANDE | | | |
| Nossa Senhora do Livramento | 24 | 53 | 11.241 |
| Várzea Grande | 51 | 273 | 86.600 |
| | 75 | 326 | 97.841 |
| 21ª Zona Eleitoral – LUCAS DO RIO VERDE | | | |
| Itanhangá | 4 | 16 | 4.421 |
| Lucas do Rio Verde | 15 | 126 | 42.603 |
| Tapurah | 4 | 23 | 7.926 |
| | 23 | 165 | 54.950 |
| 22ª Zona Eleitoral – SINOP | | | |
| Sinop | 34 | 284 | 86.946 |
| | 34 | 284 | 86.946 |
| 23ª Zona Eleitoral – COLÍDER | | | |
| Colíder | 15 | 82 | 23.244 |
| Itaúba | 2 | 16 | 4.138 |
| Nova Canaã do Norte | 5 | 37 | 10.183 |
| Nova Santa Helena | 3 | 11 | 2.582 |
| | 25 | 146 | 40.147 |

continua...

| Municípios | Locais de votação | Seções | Eleitores |
|---|-------------------|--------|-----------|
| 24ª Zona Eleitoral – ALTA FLORESTA | | | |
| Alta Floresta | 26 | 133 | 38.667 |
| Carlinda | 7 | 27 | 7.401 |
| Paranaíta | 5 | 29 | 8.708 |
| | 38 | 189 | 54.776 |
| 25ª Zona Eleitoral – PONTES E LACERDA | | | |
| Pontes e Lacerda | 19 | 120 | 29.437 |
| Vale de São Domingos | 4 | 11 | 2.592 |
| Vila Bela da Santíssima Trindade | 20 | 44 | 9.996 |
| | 43 | 175 | 42.025 |
| 26ª Zona Eleitoral – NOVA XAVANTINA | | | |
| Campinápolis | 9 | 32 | 9.496 |
| Nova Xavantina | 11 | 50 | 15.078 |
| Novo São Joaquim | 4 | 23 | 5.066 |
| | 24 | 105 | 29.640 |
| 27ª Zona Eleitoral – JUARA | | | |
| Juara | 21 | 80 | 23.474 |
| Novo Horizonte do Norte | 2 | 12 | 3.146 |
| Porto dos Gaúchos | 4 | 13 | 4.077 |
| Tabaporã | 4 | 20 | 6.864 |
| | 31 | 125 | 37.561 |
| 28ª Zona Eleitoral – PORTO ALEGRE DO NORTE | | | |
| Canabrava do Norte | 3 | 12 | 3.791 |
| Confresa | 12 | 58 | 18.703 |
| Porto Alegre do Norte | 5 | 29 | 7.403 |
| São José do Xingu | 3 | 14 | 4.343 |
| | 23 | 113 | 34.240 |
| 29ª Zona Eleitoral – SÃO JOSÉ DO RIO CLARO | | | |
| Nova Maringá | 4 | 13 | 4.083 |
| São José do Rio Claro | 6 | 39 | 11.239 |
| | 10 | 52 | 15.322 |
| 30ª Zona Eleitoral – ÁGUA BOA | | | |
| Água Boa | 14 | 62 | 16.908 |
| Cocalinho | 4 | 18 | 4.341 |
| Nova Nazaré | 1 | 7 | 2.392 |
| | 19 | 87 | 23.641 |

continua...

ZONAS ELEITORAIS DE MATO GROSSO – 2018

| Municípios | Locais de votação | Seções | Eleitores |
|---|-------------------|--------|-----------|
| 31ª Zona Eleitoral – CANARANA | | | |
| Canarana | 10 | 46 | 14.744 |
| Ribeirão Cascalheira | 5 | 26 | 6.658 |
| | 15 | 72 | 21.402 |
| 32ª Zona Eleitoral – CLÁUDIA | | | |
| Cláudia | 6 | 28 | 7.755 |
| Marcelândia | 6 | 33 | 9.054 |
| União do Sul | 2 | 9 | 2.541 |
| | 14 | 70 | 19.350 |
| 33ª Zona Eleitoral – PEIXOTO DE AZEVEDO | | | |
| Matupá | 5 | 35 | 11.482 |
| Nova Guarita | 2 | 12 | 3.800 |
| Peixoto de Azevedo | 15 | 90 | 19.699 |
| Terra Nova do Norte | 9 | 47 | 8.679 |
| | 31 | 184 | 43.660 |
| 34ª Zona Eleitoral – CHAPADA DOS GUIMARÃES | | | |
| Chapada dos Guimarães | 19 | 56 | 15.364 |
| Nova Brasilândia | 3 | 23 | 3.299 |
| Planalto da Serra | 4 | 11 | 2.495 |
| | 26 | 90 | 21.158 |
| 35ª Zona Eleitoral – JUÍNA | | | |
| Castanheira | 07 | 27 | 5.790 |
| Juína | 25 | 107 | 31.487 |
| | 32 | 134 | 37.277 |
| 36ª Zona Eleitoral – VERA | | | |
| Feliz Natal | 4 | 22 | 6.100 |
| Santa Carmem | 1 | 9 | 3.398 |
| Vera | 2 | 22 | 6.292 |
| | 7 | 53 | 15.790 |
| 38ª Zona Eleitoral – SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER | | | |
| Barão de Melgaço | 13 | 30 | 5.297 |
| Santo Antônio do Leverger | 31 | 69 | 15.258 |
| | 44 | 99 | 20.555 |
| 39ª Zona Eleitoral – CUIABÁ | | | |
| Cuiabá | 47 | 355 | 115.382 |
| | 47 | 355 | 115.382 |

continua...

| Municípios | Locais de votação | Seções | Eleitores |
|--|-------------------|--------|-----------|
| 40ª Zona Eleitoral – PRIMAVERA DO LESTE | | | |
| Primavera do Leste | 18 | 136 | 43.809 |
| Santo Antônio do Leste | 1 | 7 | 2.423 |
| | 19 | 143 | 46.232 |
| 41ª Zona Eleitoral – ARAPUTANGA | | | |
| Araputanga | 7 | 38 | 11.916 |
| Figueirópolis d'Oeste | 2 | 24 | 3.099 |
| Indiavaí | 1 | 7 | 1.865 |
| Jauru | 3 | 41 | 8.059 |
| Reserva do Cabaçal | 1 | 11 | 2.000 |
| | 14 | 121 | 26.939 |
| 42ª Zona Eleitoral – SAPEZAL | | | |
| Campos de Júlio | 2 | 14 | 4.291 |
| Sapezal | 4 | 41 | 14.773 |
| | 6 | 55 | 19.064 |
| 43ª Zona Eleitoral – SORRISO | | | |
| Ipiranga do Norte | 2 | 11 | 3.997 |
| Nova Ubiratã | 7 | 21 | 6.370 |
| Sorriso | 23 | 157 | 55.226 |
| | 32 | 189 | 65.593 |
| 44ª Zona Eleitoral – GUARANTÃ DO NORTE | | | |
| Guarantã do Norte | 11 | 76 | 21.406 |
| Novo Mundo | 03 | 16 | 5.064 |
| | 14 | 92 | 26.470 |
| 45ª Zona Eleitoral – PEDRA PRETA | | | |
| Alto Garças | 3 | 24 | 7.323 |
| Pedra Preta | 10 | 41 | 12.733 |
| | 13 | 65 | 20.056 |
| 46ª Zona Eleitoral – RONDONÓPOLIS | | | |
| Rondonópolis | 38 | 258 | 83.505 |
| | 38 | 258 | 83.505 |
| 47ª Zona Eleitoral – POXORÉU | | | |
| Poxoréu | 17 | 62 | 13.227 |
| | 17 | 62 | 13.227 |
| 48ª Zona Eleitoral – COTRIGUAÇU | | | |
| Cotriguaçu | 11 | 42 | 8.305 |
| Juruena | 5 | 23 | 6.062 |
| | 16 | 65 | 14.367 |

continua...

ZONAS ELEITORAIS DE MATO GROSSO – 2018

| Municípios | Locais de votação | Seções | Eleitores |
|--|-------------------|--------|-----------|
| 49ª Zona Eleitoral – VÁRZEA GRANDE | | | |
| Várzea Grande | 51 | 314 | 103.181 |
| | 51 | 314 | 103.181 |
| 50ª Zona Eleitoral – NOVA MONTE VERDE | | | |
| Apiacás | 5 | 20 | 5.262 |
| Nova Bandeirantes | 8 | 29 | 9.003 |
| Nova Monte Verde | 4 | 20 | 5.714 |
| | 17 | 69 | 19.979 |
| 51ª Zona Eleitoral – CUIABÁ | | | |
| Cuiabá | 38 | 318 | 115.657 |
| | 38 | 318 | 115.657 |
| 52ª Zona Eleitoral – SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS | | | |
| Lambari d'Oeste | 4 | 20 | 4.664 |
| Rio Branco | 2 | 19 | 4.031 |
| Salto do Céu | 4 | 18 | 2.973 |
| São José dos Quatro Marcos | 11 | 63 | 14.335 |
| | 21 | 120 | 26.003 |
| 53ª Zona Eleitoral – QUERÊNCIA | | | |
| Bom Jesus do Araguaia | 4 | 16 | 4.633 |
| Querência | 8 | 34 | 12.073 |
| Serra Nova Dourada | 1 | 4 | 1.379 |
| | 13 | 54 | 18.085 |

continua...

| Municípios | Locais de votação | Seções | Eleitores |
|---|-------------------|--------------|------------------|
| 55ª Zona Eleitoral – CUIABÁ | | | |
| Cuiabá | 40 | 301 | 108.624 |
| | 40 | 301 | 108.624 |
| 56ª Zona Eleitoral – BRASNORTE | | | |
| Brasnorte | 11 | 40 | 11.480 |
| | 11 | 40 | 11.480 |
| 57ª Zona Eleitoral – PARANATINGA | | | |
| Gaúcha do Norte | 7 | 20 | 4.928 |
| Paranatinga | 16 | 50 | 14.827 |
| | 23 | 70 | 19.755 |
| 60ª Zona Eleitoral – CAMPO NOVO DO PARECIS | | | |
| Campo Novo do Parecis | 9 | 67 | 22.019 |
| | 9 | 67 | 22.019 |
| 61ª Zona Eleitoral – COMODORO | | | |
| Comodoro | 16 | 50 | 13.817 |
| Conquista d'Oeste | 2 | 9 | 2.851 |
| Nova Lacerda | 4 | 15 | 4.478 |
| Rondolândia | 2 | 11 | 2.465 |
| | 24 | 85 | 23.611 |
| Total Geral | 1.491 | 8.020 | 2.330.281 |



Diplomação dos Eleitos 2018



Visita à Central de Atendimento ao Eleitor da Casa da Democracia (2017)

DIPLOMAÇÃO DOS ELEITOS

Os eleitos, titulares ou suplentes, no primeiro e segundo turnos das eleições de 2018, foram diplomados na sessão solene de 17 de dezembro de 2018.

A diplomação dos eleitos aconteceu no dia 17 de dezembro, no Senai da Avenida XV de Novembro.

Receberam os diplomas impressos o candidato eleito ao governo do Estado, o vice-governador, dois senadores, oito deputados federais e 24 deputados estaduais eleitos.

Na ocasião, receberam os diplomas impressos o candidato eleito ao governo do Estado, o vice-governador, dois senadores, oito deputados federais e 24 deputados estaduais eleitos. Os suplentes serão diplomados por meio do sistema eletrônico *Diploma Net*.

Discursaram o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Márcio Vidal, e o governador eleito, Mauro Mendes. Aos candidatos mais votados para cada cargo também foi concedido espaço para se manifestar, neste caso por cinco minutos. (ELEITOS, 2023)

Interface com o eleitor

DEMOCRATIZANDO AS INFORMAÇÕES DO TRE-MT – O PAPEL DO SETOR DE COMUNICAÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso consolidou mais uma ação voltada em direção ao resgate da sua história, com a disponibilização na internet, das notícias publicadas pela instituição de 2001 a 2012, totalizando 7.236 delas, isto considerando que foram recuperadas as que haviam sido excluídas do acesso ao público externo, quando o Tribunal Superior Eleitoral implantou, em 2012, o Portal da Justiça Eleitoral do Brasil, que passou a abarcar os sites de notícias dos tribunais regionais.

A recuperação das matérias jornalísticas publicadas entre 2001 e 2012 foi promovida pela Coordenadoria de Gestão da

Informação do TRE-MT, colaborando para o cumprimento de uma das mais importantes metas da gestão 2017-2019 (Portaria nº 168/2017), qual seja, a transparência na democratização das informações da Justiça Eleitoral de Mato Grosso aos cidadãos. (85 ANOS, 2023).

TERMO DE COOPERAÇÃO DO TRE-MT E POLITEC – GARANTINDO ELEIÇÕES SEGURAS

Servidores da Perícia Oficial e Identificação Técnica de Mato Grosso (Politec) estiveram, no dia 23 de agosto de 2017, no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso para conhecer a infraestrutura utilizada pela Justiça Eleitoral na coleta de dados biométricos dos eleitores. A visita ocorreu porque a Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso (Sesp-MT), à qual a Politec está vinculada, tinha o objetivo de assinar um termo de cooperação técnica com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Essa tratativa garantiu à Sesp acesso ao cadastro biométrico nacional dos eleitores. O acordo trouxe um ganho significativo para a Sesp-MT, que a partir de então pôde utilizar o cadastro nacional biométrico dos eleitores para a solução de crimes e identificação civil dos cidadãos mato-grossenses.

A cooperação resultou em ganhos, e isso minimizou os trabalhos do TRE-MT. Na avaliação do diretor-geral do TRE-MT, Nilson Fernando Gomes Bezerra, “desde 2014, a Politec informatizou a coleta de dados para o Registro Civil dos cidadãos. Se esses dados foram coletados no padrão internacional de segurança denominado Afis, a Justiça Eleitoral tem interesse em importá-los e os eleitores cujas informações biométricas foram objetos dessa importação serão dispensados de comparecer nas centrais de atendimento ao eleitor ou cartório eleitoral para a biometria [...] Um dos pilares da gestão 2017-2019 do TRE-MT foi a adoção de medidas de cooperação e integração, seja internamente, dentro das unidades da própria instituição e externamente, com outros órgãos públicos, no compartilhamento de dados e iniciativas. Esse caminho tem como objetivo melhorias dos serviços prestados, aumento da eficiência administrativa e redução de custos”. (OLIVEIRA, 2023j).

85 ANOS DO TRE-MT

No dia 11 de novembro de 2017, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso completa 85 anos de fundação. A Justiça Eleitoral foi criada por intermédio do Decreto nº 21.076/1932, que também instituiu o primeiro Código Eleitoral do Estado.

Em Mato Grosso, antes mesmo de sua instalação, algumas medidas foram tomadas para dar suporte ao novo órgão, a exemplo na nomeação de seu primeiro presidente, o desembargador Palmyro Pimenta, em 24 de fevereiro de 1932, por ato do presidente do Supremo Tribunal Federal. Entretanto, a instalação do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso somente ocorreu em 11 de novembro de 1932, no edifício da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Para rememorar os 85 anos do TRE-MT, o seu presidente, desembargador Márcio Vidal, fez um pronunciamento elencando os principais momentos do percurso institucional. (OPINIÃO, 2023)

Ações e participações da Corregedoria Geral

39º ENCONTRO DO COLÉGIO DE CORREGEDORES ELEITORAIS

O corregedor regional eleitoral de Mato Grosso, desembargador Pedro Sakamoto, participou, no Espírito Santo, do 39º Encontro do Colégio de Corregedores Eleitorais do Brasil. Durante o evento, os participantes discutiram temas relevantes para a Justiça Eleitoral, bem como elaboram propostas para o seu fortalecimento.

Na avaliação do vice-presidente e corregedor do TRE-MT, “o encontro proporciona a nós, corregedores, um intercâmbio, uma oportunidade de trocar experiências, de discutir os assuntos correlacionados com a atuação das corregedorias, e, ao final, sugerimos ações que tornará a Justiça Eleitoral ainda mais eficiente”. (OLIVEIRA, 2023k).

41º ENCONTRO DO COLÉGIO DE CORREGEDORES ELEITORAIS

O vice-presidente e corregedor regional eleitoral de Mato Grosso, desembargador Pedro Sakamoto, participou, no Piauí, do 41º Encontro do Colégio de Corregedores dos Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil, no decorrer nos dias 9 e 10 de novembro de 2017, quando corregedores de vários estados assistiram a palestras e debates pertinentes a diversos temas importantes relacionados à Justiça Eleitoral.

Dentre os temas que foram objeto de estudos e debates estão: Rezoneamento das Zonas Eleitorais; Processo Judicial Eletrônico (PJE); Portal Transparência de Indicadores e Metas da Justiça Eleitoral e Integração com os dados do SAPD no PorTCre; e Roteiro de Correição – Sicel. (OLIVEIRA, 2023m).

42º ENCONTRO DO COLÉGIO DE CORREGEDORES ELEITORAIS DO BRASIL: MÁRCIO VIDAL É ELEITO PRESIDENTE DO COLÉGIO DE PRESIDENTES

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, desembargador Márcio Vidal, foi eleito presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil (Coptrel). A eleição aconteceu durante reunião realizada no dia 15 de dezembro de 2017, no Rio de Janeiro.

Para a vice-presidência do Coptrel foi eleita a desembargadora Regina Célia Ferrari Longuini, presidente do TRE do Acre. Para secretário-geral, o desembargador Carlos Eduardo da Rosa da Fonseca Passos, presidente do TRE do Rio de Janeiro.

O Coptrel é de fundamental importância, não apenas para a Justiça Eleitoral, mas também para a democracia brasileira. Por meio virtual, e também durante os encontros presenciais, presidentes dos TRE's de todo o país trocam experiências acerca de projetos implantados em seus tribunais, discutem inovações e sugerem alternativas para melhorar a qualidade dos serviços prestados aos eleitores brasileiros.

No encerramento da reunião, além de eleger a nova diretoria, os membros do Colégio de Presidentes também definiram que o 72º Coptrel seria realizado em Bento Gonçalves, RS. (MÁRCIO, 2023b).

INAUGURAÇÃO DA GALERIA DE CORREGEDORES

No dia 11 de novembro de 2017, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso completou 85 anos. Dentre os eventos comemorativos, foram inauguradas as galerias virtuais que contemplam os homens e mulheres que ajudaram a construir a história do TRE, dentre elas a dos ex-ouvidores eleitorais, de ex-corregedores, de ex-diretores gerais e de ex-diretores da Escola Judiciária Eleitoral. A propósito, disse o presidente e desembargador Márcio Vidal: “nosso objetivo é contribuir com pesquisadores e estudiosos da democracia brasileira. Resgatar o passado é tão importante quanto construir o futuro. E com o resgate histórico externamos também o nosso reconhecimento ao trabalho dos homens e mulheres que construíram a história da Justiça Eleitoral”. (TRE-MT, 2023c).



Inauguração da Galeria dos Corregedores Regionais Eleitorais de Mato Grosso (2017)

75º COPTREL foi sediado pelo TRE-MT em Poconé-MT

Nos dias 28 a 30 de março de 2019 foi realizado o 75º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, sediado pela Justiça Eleitoral de Mato Grosso, transcorrendo em pleno Pantanal, nas dependências do Hotel Sesc Porto Cercado, em Poconé-MT.

Na ocasião os presidentes dos TRE's de todo o país debateram assuntos de interesse da Justiça Eleitoral, bem como alinharam um conjunto de ações cujo resultado repercutiu no fortalecimento da instituição como garantidora da democracia. Este ano, o Encontro que trouxe como tema “*A Jurisdição Eleitoral no Século XXI*”, bem como foi proposta, ao ministro da Educação, da inclusão da disciplina Direito Eleitoral na grade curricular dos cursos de Direito de todo o país.

Na abertura oficial do Encontro (dia 28), os presidentes dos TRE's, servidores e demais autoridades convidadas assistiram a palestra: “*A Jurisdição Eleitoral no Século XXI*”, ministrada pela desembargadora Elaine Harzheim Macedo. Para o dia seguinte, os presidentes das regionais tinham na programação debates sobre os temas: requisição ordinária e extraordinária de servidores; novo selo *Justiça em Números*; alinhamento da tabela processual do PJE à tabela processual unificada do CNJ; projeto de controle social “*Eu Fiscal*”; projeto de inserção da disciplina Direito Eleitoral na matriz curricular dos cursos de Direito no Brasil; e estrutura e projetos da Escola Judiciária Eleitoral de Minas Gerais.

As reuniões seguiram até o dia 30, quando foram abordados os processos criminais da Justiça Federal conexos aos cri-

mes eleitorais; desburocratização no atendimento ao eleitor; Por-CRE, *Whatsapp*, alimentação de mesários e discussão sobre o enfrentamento da federalização da Justiça Eleitoral pretendida pela Ajufe.

Paralelamente à reunião dos presidentes, aconteceu a reunião dos Diretores Gerais e Assessores de Imprensa de todos os TRE's, ocasião em que foram discutidas as diretrizes eleição dos conselhos tutelares; aplicabilidade do § 3º e § 4º do art. 5º, Cap. III da Resolução CNJ 207/2015, na Justiça Eleitoral; reavaliação da definição do PorJe – Extração de dados PJE / Justiça em Números; alteração da Resolução TSE nº 23.553 que trata da Prestação de Contas dos Diretórios Municipais; e tabelas processuais unificadas com proposição de parceria entre TSE e CNJ para disponibilização pelo CNJ EaD a ser hospedado no site do TSE. Os assessores de imprensa participaram também do *workshop: Planejamento Estratégico de Comunicação*: com ele há gestão e crescimento, que será ministrado pela mestra em comunicação social e consultora, Ana Paula Megiolaro. Os assessores de imprensa também assistiram à palestra “*Fake News: reação e fortalecimento da informação*” com a participação do doutor em Direito Constitucional, Diogo Rais. (OLIVEIRA, 2023n).



Presidente do Cotrel reivindica inclusão de disciplina na grade curricular dos cursos de Direito

Incluir a disciplina *Estudos da Cidadania* na Base Nacional Comum Curricular e tornar obrigatória a matéria *Sistema Eleitoral* nos cursos de Direito, foi uma importante proposta resultante do 75º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais. Coube ao presidente da Cotrel, desembargador Márcio Vidal, entregar a proposta ao então ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, durante encontro ocorrido no dia 1º de abril de 2019, em Brasília.

O mesmo presidente explicou ao ministro que a causa é defendida pelos presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais de todo o país: “o alvo desse projeto centra-se naqueles que estão em fase de formação educacional, tanto na rede pública, quanto na rede privada. A inserção de certos conteúdos no núcleo comum da formação educacional sistemática sempre foi o caminho mais seguro para alcançar os objetivos voltados à preparação das novas gerações. [...] Os órgãos públicos não podem mais ficar no trivial. Há um papel social a ser desempenhado por todas as instituições. A razão de ser da Justiça Eleitoral, por exemplo, não se resume a planejar e executar as eleições, mas também, de fortalecer a democracia, fomentar a cidadania e tornar o cidadão/eleitor cômico de seu dever de votar e, depois, de estar consciente do dever de acompanhar, cobrar e fiscalizar os eleitos e demais gestores públicos”. (OLIVEIRA, 2023o).

Prêmios recebidos e outorgados

Selo de Prata do CNJ

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso recebeu o Selo Justiça em Números na Categoria Prata, durante o *XI Encontro Nacional do Poder Judiciário*, realizado em Brasília nos dias 20 e 21 de novembro de 2017; isto, em reconhecimento à sua evolução na gestão da informação, no cumprimento de normas de transparência e em especial no fornecimento de informações estatísticas processuais que compõem o anuário *Justiça em Números*. O Selo *Justiça em Números* é concedido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

No ano de 2016, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso conseguiu seu primeiro Selo Justiça em Números, alcançando a Categoria Bronze. Na avaliação do presidente do TRE-MT, Márcio Vidal, “a meta é continuar evoluindo, de modo a conseguir o Selo Ouro em 2018”. (TRE, 2023d).



Márcio Vidal e o ministro Ricardo Vélez Rodríguez

Medalha do Mérito Eleitoral do TRE-MA

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso e presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do país, desembargador Márcio Vidal, foi agraciado com a Medalha Mérito Eleitoral Ministro Arthur Quadros Collares Moreira; tal honraria destina-se a homenagear pessoas físicas e entidades, nacionais e internacionais, nas classes de juristas, servidores da Justiça Eleitoral e colaboradores que mereçam especial distinção por seus méritos e relevantes serviços prestados. Ela foi instituída pelo TRE-MA em 12 de agosto de 2003 e recebeu esse nome em memória ao primeiro maranhense a tomar assento na Corte do Tribunal Superior Eleitoral.

A Medalha do Mérito Eleitoral Ministro Arthur Quadros Collares Moreira, entregue no dia 2 de fevereiro de 2017, constitui a maior honraria da Justiça Eleitoral maranhense e sua outorga se dá em reconhecimento e agradecimento pelos relevantes serviços prestados à Justiça Eleitoral brasileira. Também receberam a honraria os desembargadores Ricardo Duailibe e Cleones Cunha, como presidente e corregedor do TRE-MA, e o desembargador Carlos Eduardo Cauduro Padin, presidente do TRE-SP, a juíza Suely de Oliveira Santos Feitosa, membro substituta do TRE maranhense, e o advogado Telson Luís Cavalcante Ferreira, presidente do Colégio Permanente de Juristas de Tribunais Eleitorais. (DESEMBARGADOR, 2023a).

Salva de Prata da Câmara Municipal de São Paulo

O desembargador Márcio Vidal recebeu, no dia 23 de fevereiro de 2018, a *Salva de Prata*, a mais alta honraria da Câmara Municipal de São Paulo. A honraria lhe foi entregue em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao país, na condição de coordenador do Centro de Estudos da América Latina, vinculado ao Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura (Copedem),

além de ter sido ele vice-diretor da Escola da Magistratura de Mato Grosso.

Na ocasião, foram homenageados diversos membros do Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura, oriundos de outros estados da federação. A proposição partiu do vereador Caio Miranda. Ele afirmou que o reconhecimento público do Copedem tem por base os excelentes serviços prestados pela instituição há mais de uma década. A Câmara Municipal estendeu a homenagem ao ex-presidente da Instituição, desembargador Antônio Rulli Júnior, que morreu em janeiro de 2018.

O secretário de Justiça de São Paulo, Márcio Fernando Elias Rosa, compareceu ao evento na condição de representante do governador de São Paulo Geraldo Alckmin (PSDB) e, na tribuna, afirmou que as escolas voltadas para a magistratura são fundamentais para tornar sempre atual o discurso e a prática jurídica de acordo com a realidade vivida no Brasil. (DESEMBARGADOR, 2023b)

Diploma de Honra da Associação de Oficiais da Reserva do Exército em Mato Grosso

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, desembargador Márcio Vidal, recebeu o *Diploma de Honra da Associação de Oficiais da Reserva do Exército em Mato Grosso*, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à sociedade brasileira. De acordo com o presidente da Associação, Marcos Gattass, o TRE de Mato Grosso se destacou pela maneira como foram conduzidas as eleições e, ainda, por cumprir importante papel social, com ações voltadas para a promoção da cidadania: “neste período que vivemos no Brasil, precisamos de homens fortes e instituições fortes. E este diploma é para retribuir ao Tribunal Regional Eleitoral, na pessoa do seu presidente, desembargador Márcio Vidal, pela excelente condução dos trabalhos nas Eleições 2018, e também pelo trabalho que o desembargador vem desenvolvendo com relação ao exercício da cidadania”.

Oscemário Daltro, membro da Associação, também sobrelevou a eficiência do TRE na condução dos trabalhos eleitorais: “a Associação de Oficiais da Reserva do Exército externa nosso reconhecimento à Justiça Eleitoral, na pessoa do presidente do TRE, e também aos servidores e demais envolvidos na realização das eleições, pela organização, pelos resultados obtidos, dentro do que se espera de uma sociedade participativa e democrática”.

O desembargador Márcio Vidal fez questão de compartilhar a premiação com todos os magistrados, servidores, mesários e demais cidadãos envolvidos no processo eleitoral. Na ocasião, reforçou a pretensão de ampliar e dar continuidade, em 2019, às audiências públicas da cidadania, que já tinham sido realizadas em oito municípios. (PRESIDENTE, 2023b).

Homenagem aos servidores e colaboradores da Justiça Eleitoral em seus 86 anos

O TRE-MT comemorou seus 86 anos de existência com a entrega de honorarias do mérito eleitoral às pessoas que contribuíram com a Justiça Eleitoral e com as instituições parceiras.

O evento foi realizado no dia 14 de novembro de 2017, no espaço do Plenário. Foram outorgados colares, medalhas e broches do Mérito Eleitoral, além de diplomas de honra. Na avaliação do presidente do TRE-MT, desembargador Márcio Vidal, esta é uma forma de agradecer às pessoas que fazem as eleições em Mato Grosso: “não temos formas de homenagear a todos que trabalham nas eleições. Neste pleito de 2018 tivemos cerca de 45 mil pessoas trabalhando para garantir a vontade popular em nosso Estado. Entregamos estas homenagens como forma de valorizar a todos, de mostrar que a instituição os enxerga e agradece pelos seus esforços”.

Com 39 anos de serviços prestados ao TRE-MT, o servidor João Carlos Rocha foi um dos homenageados e assim se expressou: “Eu sempre busquei servir ao meu país, foram anos dedicados à Justiça Eleitoral e a manutenção da Democracia, a liberdade das pessoas escolherem seus governantes. Espero que as próximas gerações de servidores continuem com esta dedicação. Agradeço muito por esta honraria”.

Amer Khalil Okde, com 23 anos dedicados a Justiça Eleitoral, destacou sua motivação pessoal quando buscou fazer parte do Tribunal: “quando eu entrei no TRE-MT foi com o sonho de ajudar na verdadeira Justiça Eleitoral para o país, para a Democracia e para todos os brasileiros. Receber esta homenagem nos faz pensar que estamos no caminho certo”. (DINO, 2023d).



Servidores homenageados nos 86 Anos da Justiça Eleitoral de Mato Grosso

Gestão Gilberto Giraldelli (2019-2021)



Desembargador Gilberto Giraldelli

Dados biográficos

Natural de Fernandópolis (SP), ele se formou em Direito em São José do Rio Preto, no interior de São Paulo. Após concluir a graduação, seguiu para Mato Grosso, rumo à cidade de Pontes e Lacerda (448 quilômetros a oeste de Cuiabá), onde instalou um escritório de advocacia e ali advogou por mais de cinco anos (janeiro de 1987 a junho de 1992), até ser aprovado para o cargo de juiz substituto do Estado de Mato Grosso, em seu primeiro concurso da magistratura.

Assumiu as funções no dia 11 de junho de 1992, tendo jurisdicionado nas comarcas de São Félix do Araguaia, Colíder, Peixoto de Azevedo, Tangará da Serra, Santo Antônio de Leverger, Barra do Garças e Cuiabá, onde permaneceu por mais tempo (2003 a 2013). Portanto, completou 28 anos de magistratura.

O desembargador Gilberto Giraldelli também foi juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça (biênio 2004/2005), juiz auxiliar da Presidência (2007/2009) e novamente auxiliar da CGJ, no biênio 2011/2013. Foi supervisor do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário de Mato Grosso, de 2016 a 2019, e membro da Comissão do Concurso para Ingresso na Carreira da Magistratura de Mato Grosso, em 2018.

O desembargador Gilberto Giraldelli tomou posse como presidente do TRE-MT em 26 de abril de 2019. Na ocasião, confirmou seu comprometimento também com o aperfeiçoamento da Justiça Eleitoral: “nós temos a total consciência que administrar coisa pública é administrar de forma transparente e aberta. Assevero ainda meu compromisso em procurar

fazer toda e qualquer forma de mudança que possa levar ao aprimoramento da Justiça Eleitoral na busca de obtenção de resultados mais efetivos”.

Discurso de posse

Cumprimentos – autoridades presentes, integrantes do Poder Executivo e Legislativo em suas esferas estadual e municipal, colegas desembargadores, membros do TRE-MT, demais magistrados de primeiro grau, representantes do MP, servidores da Justiça e do TRE-MT, integrantes da imprensa, senhoras e senhores.

Agradecimentos – aos colegas desembargadores do TJ que me escolheram para compor o TRE-MT e demais integrantes desta Justiça Especializada que me guindaram ao cargo de presidente. Agradecer aos desembargadores Márcio Vidal e Pedro Sakamoto, pela relevante iniciativa de instituir uma equipe de transição em que se franqueou o pleno acesso a todas as informações relacionadas à administração do TRE-MT. Iniciativa louvável e que deveria ser adotada em todas as esferas da administração pública.

Senhoras e Senhores, gostaria de, inicialmente, ressaltar a importância da Justiça Eleitoral no contexto histórico do nosso país, desde seus primórdios, mais exatamente com a entrada em vigor do Código Eleitoral Brasileiro, no longínquo ano de 1932, que a criei com a incumbência de organizar todos os trabalhos eleitorais, desde o alistamento, organização das mesas receptoras de votos, sua apuração, proclamação dos resultados e posterior diplomação daqueles então candidatos que passaram a ser os escolhidos pelos eleitores para ocupar os mais relevantes cargos político-administrativos da estrutura organizacional instalada nos âmbitos municipal, estadual e federal.

A novel legislação para a época trazia em seu bojo, importantes modificações no contexto político-social então vigente, destacando, entre outras, a adoção do voto secreto e obrigatório, o voto feminino, assim como a adoção do sistema de representação proporcional de votação.

Ao longo de sua existência, a Justiça Eleitoral, assumiu papel de relevo na sua tarefa maior, a de realizar a transição entre a figura do candidato, ao futuro e efetivo ocupante de cargo público eletivo.

Como é sabido, toda e qualquer forma de acesso aos cargos públicos deve se dar, até por força de previsão constitucional, através de exaustivos concursos públicos de provas e

títulos, de modo que seja assegurada a mais ampla concorrência e equidade entre os concorrentes. A razão é simples e passa pela necessidade de se observar regras básicas da administração pública, voltadas à obtenção do melhor resultado ao destinatário finalístico do serviço, que vem a ser o cidadão, mantenedor da estrutura funcional do Estado através do recolhimento de tributos.

Embora, por meio de sistemática diversificada, essa mesma regra de escolha dos melhores quadros para compor a administração pública, também se faz presente no âmbito do processo eleitoral brasileiro, por meio de filtros instituídos ao longo das suas fases sequenciais, que, infelizmente, ainda se mostram insuficientes para coibir o acesso de pessoas não recomendadas ao posto político que acabam por assumir.

De maneira quase generalizada, pode se dizer que o primeiro filtro de escolha desses candidatos, inicialmente sob a responsabilidade dos inúmeros partidos políticos brasileiros, aparentemente não está funcionando a contento, máxime, diante da notória falta de critérios mais qualificados com que arrematam seus correligionários, quase sempre voltada para eventual capital político e patrimonial, relegando para um segundo plano, o caráter e a honestidade que se espera de todo e qualquer homem público.

Um segundo filtro ao processo eleitoral se dá já na esfera da Justiça Eleitoral, mais especificamente na importante fase do registro de candidaturas; é que sistematicamente aqueles pretensos candidatos que não têm a qualificação adequada à pretensão política a que se lançam, acabam sendo barrados por força de instrumentos legais, notadamente, a importante e popularmente conhecida Lei da Ficha Limpa, que já produziu resultados de grande monta e relevância, na medida em que tem propiciado o alijamento de considerável quantidade de políticos não recomendados aos cargos públicos pretendidos.

A sequência do processo eleitoral apresenta uma terceira e certamente a mais importante fase de escolha daqueles que deveriam ser os melhores candidatos, quando se alcança o seu ápice, através da manifestação da população mediante o livre exercício do voto, que, ressalte-se deveria ser também consciente. Aqui reside a materialização do preceito fundamental da Constituição Federal insculpido logo em seu artigo 1º estabelecendo que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição”.

Talvez, seja essa a fase mais complexa do processo eleitoral, por se mostrar ao longo da história, permeada pelas mais diversas e condenáveis práticas eleitorais, entre outras, as que vão desde a malfadada compra de votos, até a utilização de caixa dois e pode, mesmo, chegar às conhecidas inserções das chamadas “*fake news*” instituídas com o condenável objetivo de conspurcar a livre escolha dos eleitores.

Por derradeiro, tem-se aquela fase final do sistema eleitoral, também de extremada importância, em que compete à

Justiça eleitoral a análise das contas partidárias e dos candidatos aos cargos públicos, assim como, o julgamento de eventuais recursos contra a diplomação e as ações de impugnação de mandato eletivo.

Dessa forma, resta evidenciado que, não obstante as diversas fases do processo eleitoral brasileiro, o seu resultado finalístico, embora na maioria das vezes propicie a escolha de bons administradores públicos, nem sempre tem produzido aquilo que se espera de um rígido sistema seletivo de pessoas. Até porque as regras de experiência têm demonstrado que parte considerável daqueles escolhidos para o exercício do cargo não vêm correspondendo às expectativas e às fundadas esperanças da população. Veja-se, a propósito, a profusão de cassações de mandatos eletivos que assolam o país, nos mais variados cargos de natureza legislativa (vereadores, deputados estaduais, federais e senadores) e também executiva (prefeitos, governadores e até mesmo de presidente da República). E o que é ainda pior: muitas vezes culminando até mesmo com a prisão de alguns desses ocupantes de cargos públicos.

Forçoso concluir, destarte, que o extenso e complexo processo eleitoral brasileiro ainda carece de um maior amadurecimento, com a edição de instrumentos legais mais efetivos para o impedimento do acesso de pessoas despreparadas para o exercício do relevante múnus público, assim como, de uma pronta e efetiva atuação dos integrantes da Justiça Eleitoral.

Esse cenário de indignação com a execrável atuação de determinados administradores públicos atualmente vivenciado pela população brasileira nesse momento de verdadeira transformação social, certamente, causa a revolta de muitos, porém, poucos se habilitam a tomar alguma atitude para modificá-lo.

Materializa-se, por consequência, aquela conhecida situação na qual o cidadão que se encontra no recôndito de seu lar, ou nas diversificadas mídias sociais, e, ao ver a divulgação daquelas costumeiras e recorrentes notícias de más práticas de administração pública, num rompante misto de revolta e desabafo, solta alguma expressão do tipo: “mas isso é inaceitável. Alguém tem que fazer alguma coisa”, como se nada tivesse a ver com tal situação.

De fato, para a maior parte da população brasileira, pouco se pode fazer para reverter esse quadro desolador, a não ser lutar por uma maior conscientização da população brasileira visando o melhor exercício ao seu direito de voto; ou, para os mais corajosos, iniciar toda uma longa e difícil carreira política, visando alcançar a condição de legítimo representante da população através do exercício de algum cargo eletivo. Essa tarefa, convenhamos, não é nada fácil, porém, como já pronunciou um dos maiores estadistas da boa e verdadeira política mundial, o consagrado ex-presidente dos Estados Unidos da América, Barack Obama: “a mudança não acontecerá se nós esperarmos por outra pessoa ou se esperarmos por algum outro momento. Nós somos as pessoas pelas quais esperávamos. Nós somos a mudança que buscamos”.

É justamente nesse contexto que, ao assumir a presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, assevero esse firme e inarredável propósito, de fazer a minha parte na busca de toda e qualquer forma de mudança que possa levar ao aprimoramento da atuação da Justiça Eleitoral, na busca de obtenção de resultados mais efetivos e convenientes desse processo eleitoral.

Evidentemente, tenho plena consciência que a mudança que o país necessita, não se dará apenas no âmbito restrito de atuação da Justiça Eleitoral, até porque os meios legais que lhe são disponibilizados não têm se mostrado inteiramente eficazes para tal desiderato. E essa tarefa, convenhamos, compete aos demais poderes da República, mediante a edição de legislação mais rigorosa visando à extirpação daqueles candidatos indignos de ocupar um cargo público eletivo.

É preciso, porém, baixar a realidade fática, ultrapassar o campo da lamentação e trabalhar firmemente com os instrumentos legais em vigência; e é justamente nesse particular aspecto que minha atuação à frente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, será embasada nesses próximos dois anos, mediante o estrito cumprimento da lei, através de interpretação livre e fundamentada somente em minhas próprias convicções, sem a aceitação de qualquer tipo de ingerência externa.

Aqui vale abrir parênteses, para destacar que, infelizmente, os dias atuais têm revelado que muitos homens públicos ocupantes de altos e relevantes cargos eletivos venham se mostrando inteiramente suscetíveis ao pensamento da opinião pública.

Contrariam, sem a menor cerimônia, tudo aquilo que prometeram durante as suas campanhas políticas, quase sempre calcadas em propostas de melhorias na educação, saúde, segurança pública e geração de empregos.

Porém, a realidade tem nos mostrado que, uma vez alçados ao poder, quase sempre se deparam com uma condição orçamentária e financeira da máquina administrativa que mal lhes permitem pagar a folha salarial de servidores. Para reverter esse quadro, fazem muito pouco ou quase nada, na medida em que saúde, educação e segurança pública demandam ações que não se fazem sem maiores aportes financeiros, e, sabidamente, para se obter esses recursos, só há um caminho a ser seguido, o aumento da carga tributária, coisa impensável no atual cenário econômico ou o corte de despesas públicas, que só pode ser obtido por meio de reformas administrativas, só alcançada, quase sempre, pela edição de medidas impopulares.

Aqueles administradores públicos mais conscientes e destemidos que se lançam a esse tipo de desafio logo são bombardeados por críticas dos mais variados seguimentos sociais, o que acabam redundando em queda de sua aprovação perante a opinião pública.

Com isso, forma-se um cenário totalmente adverso aos interesses políticos de grande parte dos administradores públi-

cos, muitas vezes mais preocupados com uma eventual reeleição ou pretensão a cargos públicos mais relevantes.

O resultado é quase sempre o mesmo; as necessárias reformas administrativas que poderiam propiciar os tais recursos substanciais para a melhoria da qualidade de vida da população acabam sendo relegadas para um segundo plano, e volta-se, então, numa espécie de fechamento do conhecido círculo vicioso, àquela fase na qual o administrador retoma praticamente a condição de seu antecessor, ou seja, de um simples e mero administrador de folha salarial e de custeio da máquina pública.

Infelizmente, salvo honrosas exceções, essa prática tem se mostrado recorrente no âmbito do Poder Executivo, porém, com preocupante expansão nos diversos segmentos do Legislativo, em que muitos integrantes delimitam sua atuação calcada praticamente no que é ditado pela opinião pública.

Veja-se, a propósito, a verdadeira batalha travada recentemente na Comissão de Constituição e Justiça do Congresso Brasileiro, na discussão apenas da admissibilidade constitucional da PEC da Previdência, que durou mais de um mês até sua aprovação final.

Pode se dizer, por um lado, que uma reforma dessa magnitude deve mesmo ser amplamente discutida, até porque trará sensíveis impactos a grande parte da população brasileira. No entanto, é sabido que a análise por parte da CCJ deve ser limitada tão somente aos aspectos de sua constitucionalidade, porém, as discussões descambaram para questões outras, relacionadas ao próprio mérito da PEC, que deveria ser reservado para oportunidade futura, gerando, com isso, lamentável atraso na tramitação dessa importante reforma constitucional.

Lado outro, as notícias econômicas deste período, destacam que o número de carteiras de trabalho assinadas neste início de 2019 sofreu uma queda vertiginosa de mais de 42 mil contratações.

Vê-se então o total descompasso entre o discurso e a ação política, na medida em que grande parte dos senhores deputados se elegeu com a promessa de propiciar uma maior geração de renda e emprego. E isso, para a população econômica mais carente, soou como música aos mais de 12 milhões de desempregados deste país.

No entanto, não é preciso ser especialista em economia para concluir que geração de emprego e renda, só pode se dar em ambiente de estabilidade econômica, situação que, infelizmente não está sendo propiciada ao país, em boa parte, devido ao descompromisso de alguns de seus representantes políticos, que preferem ditar suas atuações voltadas para seus interesses próprios e partidários.

Esse execrável populismo, é preciso reconhecer, tem se expandido pelos mais variados seguimentos sociais, e o que é de se lamentar ainda mais, vem batendo às portas até mesmo do nosso próprio Poder Judiciário, que de forma inaceitável tem se mostrado tangenciável, a ponto de alguns de seus inte-

grantes decidir questões da maior relevância, com as quais se depara praticamente todos os dias, sob influência da opinião pública, muitas vezes manipuladas por poderosos através de meios escusos. Olvida-se que a função de um verdadeiro julgador é tarefa das mais difíceis, e por isso mesmo, não deve nunca ser conduzida pelo populismo fácil, mas, sim, amparada apenas no texto da lei e na sua livre convicção fundamentada.

A judicatura, assim como o exercício de cargos eletivos, exige coragem!!!

É justamente com esse propósito, que pretendo conduzir minha atuação perante essa Justiça Especializada, máxime, diante do contexto que se aproxima. A Justiça Eleitoral que, ao longo de sua existência recebeu atribuição de relevância institucional, no longínquo processo de escolha de candidatos aos cargos públicos, e que vem passando por constante e gradativa evolução, deverá receber mais uma importante competência à sua esfera de jurisdição, como aquela recentemente decidida pelo Supremo Tribunal Federal atribuindo-lhe o julgamento das matérias conexas aos denominados crimes de caixa dois, notadamente, os delitos de corrupção e lavagem de dinheiro que até então se processavam perante a Justiça Comum.

Perceptível que a finalidade maior da Justiça Eleitoral, que até então girava em torno da ampla observância as regras estabelecidas pelo Estado Democrático de Direito, visando assegurar que a vontade popular manifestada de forma livre e soberana através do voto pudesse guindar aos mais destacados cargos públicos eletivos da nação, aqueles candidatos mais qualificados, passou a contar com uma nova e importante atribuição, agora: a de processar e julgar também aqueles crimes conexos aos delitos tipicamente eleitorais.

Não é difícil imaginar que essa nova atribuição vai implicar em uma maior carga de trabalho e responsabilidade à Justiça Eleitoral, que tem, sabidamente, uma estrutura organizacional bastante acanhada, notadamente, aquela existente no âmbito das zonas eleitorais instaladas nos mais distantes rincões deste Estado; cada uma é composta basicamente por dois servidores – um analista e um técnico judiciário –, além, evidentemente, do juiz e do promotor eleitoral.

Como agravante, a esse reduzido quadro de servidores soma-se a atual fase de contenção orçamentária por que passa nosso país, a praticamente impedir toda e qualquer forma de nomeação de novos integrantes da Justiça Eleitoral.

Tempos difíceis virão com certeza, porém, não se pode desconsiderar, por outro lado, que a Justiça Eleitoral é reconhecida, talvez, como um dos ramos mais céleres do Judiciário Brasileiro, fruto da abnegação de seus valorosos magistrados, e da indiscutível capacitação e expertise de seu quadro de servidores. Essas qualidades nos enchem de fundada esperança de que o enorme desafio que se aproxima, será enfrentado com galhardia e denodo por parte dos integrantes da Justiça Eleitoral, notadamente, com a adoção de medidas criati-

vas, a exemplo da possibilidade de designação de competência especializada a determinadas Zonas Eleitorais, objetivando o processo e julgamento dessas ações penais, medida que proporcionaria, a um só tempo, a uniformização das decisões judiciais e uma importante economia orçamentária, já que tal especialização implicaria em sensível redução no número de servidores necessários ao seu adequado funcionamento.

Certo é que, o momento é de somatória de esforços para o enfrentamento da nova carga de trabalho e responsabilidade que se avizinha da Justiça Eleitoral. E aqui, mais uma vez, deve ser lembrado o auxílio sempre constante e presente que a Justiça Comum, representada pelo Poder Judiciário de Mato Grosso, disponibiliza em todos os sentidos possíveis e imagináveis para o bom desempenho das eleições realizadas neste Estado.

A Justiça Comum mato-grossense, dada a sua capilaridade presente em 79 comarcas distribuídas pelo nosso Estado, tenho certeza, não se furtará a, mais uma vez, emprestar a sua valorosa força de trabalho em prol do nosso país.

Nesse particular aspecto, cabe ressaltar que a despeito do levantamento de vozes buscando alteração na titularidade das diversas Zonas Eleitorais, assim como de seus respectivos Tribunais Regionais Eleitorais, a Justiça Estadual reafirma sua capacidade de trabalho composta por milhares de servidores e magistrados espalhados pelos mais longínquos rincões do Estado, sempre prontos e qualificados para assegurar o sucesso do processo eleitoral brasileiro que é, inclusive, reconhecido mundialmente.

Daí porque resta evidente que esta nova administração do TRE-MT, terá que se desdobrar com a adoção de medidas administrativas que sejam, ao mesmo tempo, inovadoras e sem impacto orçamentário, para poder fazer frente aos novos desafios que se aproximam.

Essa tarefa, certamente, não será fácil. Porém, como explicita o provérbio oriental de autoria desconhecida – “Homens fortes criam tempos fáceis e tempos fáceis geram homens fracos, mas homens fracos criam tempos difíceis e tempos difíceis geram homens fortes”.

Ao assumir o honroso cargo de presidente deste Tribunal Regional Eleitoral, tenho consciência da responsabilidade e da magnitude desse momento especial e de grande transformação por que passa a sociedade brasileira; porém, por força dos longos anos de judicatura que exerci nas mais variadas comarcas de nosso Estado, sinto-me dotado de força e experiência necessária para o enfrentamento desses tempos difíceis, notadamente, diante do apoio que certamente obterei dos eminentes pares que compõem esse Sodalício, e da força de trabalho sempre relevante dos servidores que compõem a Justiça Eleitoral Mato-grossense.

Quero expressar aos meus pares e a todos os servidores, que esta administração será aberta ao diálogo respeitoso, sempre na busca das melhores medidas administrativas que possam aprimorar, ainda mais, a atuação da Justiça Eleitoral

ressaltando que as boas práticas de anteriores gestões serão mantidas e, se possível, aprimoradas.

Temos como metas mais destacadas a adoção do Processo Judicial Eletrônico no âmbito de nosso Tribunal Regional Eleitoral, assim como de todas as zonas eleitorais do Estado, a permitir que todo o processamento da próxima eleição aos cargos de prefeito e vereador, marcadas para o ano de 2020, seja realizado nesse ambiente virtual.

A implantação da biometria e recadastramento da totalidade do contingente eleitoral de Mato Grosso é também uma das metas a ser buscada e alcançada por esta administração, contando, nesse ponto com a importante atuação da nossa Corregedoria Regional Eleitoral (CRE-MT), a cargo do eminente desembargador Sebastião Barbosa Farias, que certamente colocará toda sua reconhecida capacidade e força de trabalho em prol desse desafio.

Também objetivamos, aprimorar os mecanismos de transparência; qualificar continuamente os servidores/colaboradores; melhorar a gestão orçamentário-financeira; incentivar a prática de ações sustentáveis especialmente, com a implantação de parque gerador de energia fotovoltaica na sede deste Tribunal, visando a redução dos atuais custos de energia elétrica; aprimorar o planejamento integrado das Eleições Municipais 2020, com finalização ainda no atual exercício.

Buscaremos, também, como prioridade administrativa, o cumprimento das diversificadas metas impostas anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça, de modo a colocar o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso em condição de destaque condigna com toda a sua história de sucesso alcançada com muito trabalho e dedicação por parte de suas administrações anteriores.

Revela-se, destarte, que o investimento dos limitados recursos orçamentários desta administração será voltado em considerável proporcionalidade à área de tecnologia de informatização e na melhoria de suas práticas organizacionais.

O ambiente de redução orçamentária, que certamente exigirá a eleição de prioridades administrativas, é de imperiosa necessidade e, evidentemente será a tônica de nossa administração.

Teremos que fazer mais, com menos, para que os resultados positivos sejam alcançados através da obstinação e foco específico em cada uma das ações desenvolvidas.

Já encaminhando para o final, o momento é de agradecer, e, aqui destaco mais uma vez a confiança que me foi depositada pelos eminentes membros do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, que sufragaram meu nome para o exercício da judicatura eleitoral.

Agradeço, também, aos eminentes componentes deste Tribunal Regional Eleitoral, pela escolha do meu nome para o honroso cargo da presidência desta Corte. Tenham todos, a absoluta convicção de que darei o melhor de mim, para realizar uma boa administração, como forma de manter as tradições mais positivas dos respeitáveis dirigentes que por aqui passaram.

Aos meus familiares aqui presentes, registro o meu mais profundo agradecimento pelo carinho e apoio sempre presente em todos os atos de minha vida pública e particular, mesmo que muitas vezes a custas de certas privações e sacrifícios. Agradeço a Deus pela família maravilhosa que me deu. Aos meus queridos filhos Victor, Mariana e Gabriela (que infelizmente não pôde se fazer presente nesta solenidade), e a Joana, minha amada esposa e amiga de todas as horas nessa longa caminhada de união, registro a minha felicidade por tê-los sempre presentes ao meu lado, ousando pedir ainda mais compreensão pelas eventuais ausências que porventura aconteçam nos próximos dois anos em que estarei à frente desta relevante missão. Um beijo carinhoso a vocês.

Por fim, mas não menos importante, quero elevar meu pensamento a nosso Deus Todo-Poderoso, em agradecimento por estar vivenciando este momento marcante em minha vida, pedindo-lhe humildemente que derrame suas bênçãos sobre este Tribunal Regional Eleitoral, propiciando-me a força, a sabedoria, e a coragem tão necessárias para bem conduzi-lo nos próximos anos.

Muito obrigado.

Saudações do Pleno

O juiz membro Luís Aparecido Bortolussi Júnior saudou os empossados em nome do Pleno:

Ambos chegam gabaritados para a missão que os espera, pois, foram sendo moldados durante suas vidas e, em especial, no exercício da magistratura. Assim, reconhecendo que estão na hora certa e no lugar certo, hoje, Vossas Excelências chegam à direção do TRE-MT, cujas funções vão além da condução de um processo eleitoral limpo, seguro e de pleno respeito às leis. Não posso negar que esta missão será árdua, pois vivemos em uma sociedade que está cansada de promessas e desatinos dos administradores públicos e, principalmente, de seus eleitos. Já há tempos estamos diante de uma crise social e política em que, muitas vezes, o conceito de político é achincalhado como se a regra fosse a desonestidade, o descompromisso com a causa pública. A meu ver, a regra não é essa. Há muitos homens probos e dignos atuando nos quadros políticos, entretanto, a sociedade é ávida por mudanças rápidas, aspirando por encontrarem em seus eleitos homens que efetivamente atuem em prol de nossa nação, sem exceção. Desejo-lhes muito sucesso nesta nova empreitada.

O procurador regional eleitoral Pedro Melo Pouchain Ribeiro também desejou aos recém-empossados uma profícua gestão frente aos novos desafios:

Sabemos todos o momento de inflexão em que vivemos no âmbito da Justiça Eleitoral. Tivemos recentemente o julga-

do do STF e à época dessa decisão, muito se discutiu até que ponto haveria a possibilidade de que a Justiça Eleitoral recebesse tamanha responsabilidade ou não. De todo modo a questão está posta e decidida e, nós, enquanto agentes públicos, temos que implementá-las da melhor maneira possível.

Portanto, hoje é o momento em que se discute quais medidas serão adotadas para que o TRE-MT bem exerça sua jurisdição em nível de responsabilidade compatível ao que a sociedade necessita. Desejo êxito, coragem e disposição à nova gestão. (OLIVEIRA, 2023a)

Composição do Pleno

TRIBUNAL PLENO – BIÊNIO 2019-2021 – GILBERTO GIRALDELLI

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|---|---|---------------------|------------|------------|
| Presidente | Gilberto Giraldelli | Desembargador | 26/4/2019 | 26/4/2021 |
| Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral | Sebastião Barbosa Farias | Desembargador | 26/4/2019 | 26/4/2021 |
| Juiz-Membro Titular | Fábio Henrique Rodrigues de Moraes Fiorenza | Juiz Federal | 10/9/2019 | 10/9/2021 |
| Juiza-Membro Titular | Vanessa Curti Perenha Gasques | Juiz Federal | 5/9/2017 | 5/9/2019 |
| Juiz-Membro Titular | Gilberto Lopes Bussiki | Juiz de Direito | 16/7/2020 | 16/7/2022 |
| Juiz-Membro Titular | Bruno D'Oliveira Marques | Juiz de Direito | 22/10/2019 | 22/10/2021 |
| Juiz-Membro Titular | Luís Aparecido Bortolussi Júnior | Juiz de Direito | 3/4/2018 | 3/4/2020 |
| Juiz-Membro Titular | Antônio Veloso Peleja Júnior | Juiz de Direito | 17/10/2017 | 17/10/2019 |
| Juiz-Membro Titular | Sebastião Monteiro da Costa Junior | Jurista | 12/6/2019 | 12/6/2021 |
| Juiz-Membro Titular | Jackson Francisco Coleta Coutinho | Jurista | 6/12/2019 | 6/12/2021 |
| Juiz-Membro Titular | Ricardo Gomes de Almeida | Jurista | 11/7/2017 | 11/7/2019 |
| Diretor-Geral | Mauro Sérgio Rodrigues Diogo | Analista Judiciário | 26/4/2019 | 26/4/2021 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 31-1-2023.

MEMBROS SUBSTITUTOS

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|-------------------------|-----------------------------------|-----------------|------------|------------|
| Juiz-Membro Substituto | Rui Ramos Ribeiro | Desembargador | 9/4/2019 | 9/4/2021 |
| Juiza-Membro Substituta | Marilsen Andrade Addario | Desembargador | 30/1/2019 | 30/1/2021 |
| Juiz-Membro Substituto | Ciro José de Andrade Arapiraca | Juiz Federal | 3/9/2019 | 3/9/2021 |
| Juiz-Membro Substituto | Cesar Augusto Bearsi | Juiz Federal | 2/5/2019 | 17/5/2019 |
| Juiz-Membro Substituto | Paulo César Alves Sodré | Juiz Federal | 22/8/2017 | 22/8/2019 |
| Juiz-Membro Substituto | Edson Dias Reis | Juiz de Direito | 1º/9/2020 | 31/12/2020 |
| Juiz-Membro Substituto | Ednei Ferreira dos Santos | Juiz de Direito | 11/7/2019 | 11/7/2021 |
| Juiz-Membro Substituto | Yale Sabo Mendes | Juiz de Direito | 23/7/2018 | 23/7/2020 |
| Juiz-Membro Substituto | Mário Roberto Kono de Oliveira | Juiz de Direito | 27/6/2017 | 27/6/2019 |
| Juiz-Membro Substituto | Pérsio Oliveira Landim | Jurista | 7/5/2020 | 7/5/2022 |
| Juiz-Membro Substituto | Armando Biancardini Candia | Jurista | 22/10/2019 | 22/10/2021 |
| Juiz-Membro Substituto | Jackson Francisco Coleta Coutinho | Jurista | 18/10/2017 | 18/10/2019 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 31-1-2023.

JUÍZES AUXILIARES/PRESIDÊNCIA/VICE PRESIDÊNCIA E CORREGEDORIA

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|--|---------------------------------------|-----------|-----------|-----------|
| Juiz Auxiliar da Presidência | Lídio Modesto da Silva Filho | Auxiliar | 23/8/2018 | 23/8/2020 |
| Juiz Auxiliar da Presidência | Lídio Modesto da Silva Filho | Auxiliar | 24/8/2020 | 26/4/2021 |
| Juiz Auxiliar da Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral | Jurandir Florêncio de Castilho Júnior | Auxiliar | 22/1/2020 | 26/4/2021 |
| Juiz Auxiliar da Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral | Emerson Luis Pereira Cajango | Auxiliar | 26/8/2019 | 7/1/2020 |
| Juiz Auxiliar da Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral | Bruno d'Oliveira Marques | Auxiliar | 26/4/2019 | 16/8/2019 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 31-1-2023.

DIRETORIA DA ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL “DESEMBARGADOR PALMYRO PIMENTA

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|---------|----------------------------------|-----------|------------|------------|
| Diretor | Bruno d'Oliveira Marques | Titular | 19/6/2020 | 22/10/2021 |
| Diretor | Luís Aparecido Bortolussi Júnior | Titular | 21/11/2019 | 3/4/2020 |
| Diretor | Antônio Veloso Peleja Júnior | Titular | 29/1/2019 | 17/10/2019 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 31-1-2023.

VICE DIRETOR DA ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL “DESEMBARGADOR PALMYRO PIMENTA”

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|--------------|-----------------------------------|-----------|-----------|-----------|
| Vice-Diretor | Marilsen Andrade Addario | Titular | 16/4/2019 | 30/1/2021 |
| Vice-Diretor | Jackson Francisco Coleta Coutinho | Titular | 8/3/2021 | 6/12/2021 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 31-1-2023.

OUVIDORES ELEITORAIS E JUIZ DE COOPERAÇÃO

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|----------|--------------------------|-----------|-----------|-----------|
| Ouvidora | Marilsen Andrade Addario | Titular | 30/5/2019 | 30/1/2021 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 31-1-2023.

OUVIDORES ELEITORAIS SUBSTITUTOS

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|---------|--------------------------------|-----------------|-----------|-----------|
| Ouvidor | Mário Roberto Kono de Oliveira | Juiz de Direito | 18/7/2017 | 27/6/2019 |
| Ouvidor | Pérsio Oliveira Landim | Jurista | 12/4/2021 | 7/5/2022 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 31-1-2023.

PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL – TITULAR

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|---|-----------------------------|------------|------------|-----------|
| Procurador Regional Eleitoral – Titular | Erich Raphael Masson | Procurador | 8/9/2020 | 30/9/2021 |
| Procurador Regional Eleitoral – Titular | Pedro Melo Pouchain Ribeiro | Procurador | 1º/10/2019 | 7/8/2020 |
| Procurador Regional Eleitoral – Titular | Pedro Melo Pouchain Ribeiro | Procurador | 6/11/2018 | 30/9/2019 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 31-1-2023.

PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL – SUBSTITUTOS

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|---|--------------------------------------|------------|------------|-----------|
| Procurador Regional Eleitoral – Substituto | Erich Raphael Masson | Procurador | 4/2/2020 | 7/8/2020 |
| Procuradora Regional Eleitoral – Substituta | Ludmila Bortoleto Monteiro | Procurador | 1º/10/2019 | 30/9/2021 |
| Procurador Regional Eleitoral – Substituto | Raul Batista Leite | Procurador | 16/1/2019 | 30/9/2019 |
| Procurador Regional Eleitoral – Substituto | José Ricardo Custódio de Melo Junior | Procurador | 16/1/2019 | 30/9/2019 |
| Procurador Regional Eleitoral – Substituto | Ricardo Pael Ardenghi | Procurador | 1º/10/2017 | 30/9/2019 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 31-1-2023.

JUÍZES AUXILIARES DA PROPAGANDA – ELEIÇÕES 2020

| Nome da Autoridade | Início | Término |
|--------------------------------|-----------|------------|
| Ciro José da Andrade Arapiraca | 1º/3/2020 | 19/3/2020 |
| Armando Biancardini Cândia | 1º/3/2020 | 19/3/2020 |
| Yale Sabo Mendes | 1º/3/2020 | 19/3/2020 |
| Ciro José da Andrade Arapiraca | 27/9/2020 | 18/12/2020 |
| Armando Biancardini Cândia | 27/9/2020 | 18/12/2020 |
| Edson Dias Reis | 27/9/2020 | 18/12/2020 |

Fonte:

TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 31/1/2023.

Informação: Conforme Resoluções (TRE-MT) nº 2415 e 2445/2020, a Eleição Suplementar para 1 (um) cargo de senador estava prevista para o dia 24/4/2020, mas não ocorreu em razão da pandemia. Desse modo, a eleição para cargo de senador foi realizada juntamente com as eleições municipais em 15/11/2020, ensejando nova designação de juizes auxiliares da propaganda por meio da Portaria (TRE-MT) nº 408/2020.

PROCURADORES AUXILIARES DA PROPAGANDA – ELEIÇÕES 2020

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|------------------------------------|--|-----------|------------|------------|
| Procurador Auxiliar da Propaganda | Ricardo Pael Ardenghi | Auxiliar | 27/9/2020 | 6/10/2020 |
| | | | 7/10/2020 | 9/10/2020 |
| | | | 10/10/2020 | 16/10/2020 |
| | | | 17/10/2020 | 18/10/2020 |
| | | | 19/10/2020 | 19/11/2020 |
| | | | 20/11/2020 | 22/11/2020 |
| Procuradora Auxiliar da Propaganda | Ludmila Bortoleto Monteiro | Auxiliar | 23/11/2020 | 19/12/2020 |
| | | | 27/9/2020 | 6/10/2020 |
| | | | 19/10/2020 | 19/11/2020 |
| Procuradora Auxiliar da Propaganda | Vanessa Cristhina Marconi Zago Ribeiro Scarmagnani | Auxiliar | 20/11/2020 | 22/11/2020 |
| | | | 23/11/2020 | 19/12/2020 |
| | | | 27/9/2020 | 6/10/2020 |
| | | | 7/10/2020 | 9/10/2020 |
| Procurador Auxiliar da Propaganda | Gabriel Pimenta Alves | Auxiliar | 19/10/2020 | 19/11/2020 |
| | | | 23/11/2020 | 19/12/2020 |
| Procuradora Auxiliar da Propaganda | Valeria Etgeton de Siqueira | Auxiliar | 7/10/2020 | 9/10/2020 |
| | | | 10/10/2020 | 16/10/2020 |
| | | | 10/10/2020 | 16/10/2020 |
| Procuradora Auxiliar da Propaganda | Valeria Etgeton de Siqueira | Auxiliar | 17/10/2020 | 18/10/2020 |
| | | | 20/11/2020 | 22/11/2020 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 31-1-2023.

Trabalhos relevantes da Gestão

A gestão do desembargador Gilberto Girdelli enfrentou não apenas uma situação anômala até então, a pandemia, com a disseminação do novo coronavírus, mas também o que ele chamou de “prova de fogo”: a junção das eleições municipais com uma suplementar, em meio a uma série de medidas de biossegurança. Vejamos os desafios e encaminhamentos:

Base Tripartite da Gestão

O presidente Gilberto Girdelli, ao final do seu biênio de gestão, concebeu três pilares de sustentação: o Político, o Administrativo e o Jurisdicional:

Na verdade, eu costumo dividir a atuação do TRE-MT em três aspectos: o político, o administrativo e o jurisdicional. Na questão política, nós tivemos a necessidade de se realizar três grandes eleições. Foram todas realizadas com pleno sucesso, mesmo com a pandemia. Não tivemos nenhum incidente durante o processo de votação e apuração. Inclusive, a apuração foi a mais rápida de todas as apurações do TRE-MT. Foi uma apuração histórica. Houve uma certa demora na divulgação dos dados, mas eles já estavam contabilizados e enviados para o Tribunal Superior Eleitoral e lá, por situações já conhecidas, houve uma aglomeração de dados e acabou demorando um pouco. Mas da parte do TRE-MT foi pleno sucesso, apuração recorde. Foi uma eleição que, em meio a pandemia, teve excelente resultado. Do ponto de vista administrativo, eu gostaria de destacar que, apesar dessa questão de orçamento, conseguimos fazer o provimento de servidores que estavam em aberto há muitos anos nas zonas eleitorais. Era um problema muito sério. As zonas eleitorais eram comandadas por servidores das prefeituras requisitados, e isso não era o ideal, por questões óbvias. Conseguimos dar posse a vários servidores nos cargos de analistas, técnicos dos cartórios. Conseguimos prover grande parte das zonas eleitorais mesmo com essa restrição orçamentária. Fizemos vários treinamentos de reciclagem. (ZENI, 2023)

Pandemia e trabalho remoto

GAEGI ATUA NA PREVENÇÃO E BEM-ESTAR DOS SERVIDORES

A Justiça Eleitoral de Mato Grosso sempre investiu em ações voltadas ao zelo e promoção do bem-estar físico e mental/psíquico e à qualidade de vida de seus servidores. No entanto, nos últimos dois anos, principalmente em 2020, quando ocorreu a pandemia de Covid-19, essa área passou a receber uma atenção ainda maior e iniciativas inovadoras foram implementadas.

Em março de 2020, o país vivenciou o primeiro pico da pandemia de Covid-19, e como forma de prevenção ao contágio, os servidores do Tribunal passaram a laborar na modalidade remota, mantido até agosto de 2021, quando teve início o retorno gradual às atividades presenciais. Para que o regresso ocorresse de forma segura à saúde individual e coletiva, foi instituído o Gabinete Extraordinário de Gestão Integrada – (Gaegi) – Covid-19. Com o retorno da pandemia em 2022, o trabalho remoto foi retomado parcialmente.

O Gaegi elaborou o Plano de Retomada Gradual dos Serviços Presenciais. O documento contemplou os seguintes eixos: Gestão de Pessoas e Saúde Coletiva, Segurança no Ambiente Interno e Externo de Trabalho, Tecnologia da Informação/Apoio Tecnológico, Revisões Contratuais e Orçamentárias e Comunicação Institucional.

Como parte do Plano, foi realizada de forma prévia e contínua, a desinfecção de toda a estrutura física do Tribunal, com adoção de protocolo sanitário diferenciado nos espaços de atendimento ao público e dos equipamentos. Cartazes e banners com orientações sobre as medidas de prevenção e controle da Covid-19 foram afixados em locais estratégicos do Tribunal e dos cartórios eleitorais.



Imagem ilustrativa da implantação do trabalho remoto durante a pandemia da Covid-19 (2020)

A Coordenadoria de Assistência Médica e Saúde (Cams) implementou diversas iniciativas voltadas à prevenção e combate ao contágio de Covid-19. A unidade elaborou uma cartilha sobre o vírus e passou a repassá-la, via *e-mail*, aos setores que fazem atendimento ao público, com orientações de condutas específicas; além de monitorar de forma contínua a situação epidemiológica no Estado, com recomendações ao retorno do trabalho remoto quando necessário. Os casos suspeitos de Covid e, até mesmo os confirmados no Tribunal, também passaram a ser monitorados pela equipe médica. Para dimensionar o grupo de risco, a Cams aplicou uma pesquisa.

Ciente de que o cenário vivenciado pela pandemia, somado à adaptação ao trabalho remoto teriam reflexo no psíquico/emocional dos servidores, o Tribunal Regional de Mato Grosso disponibilizou o Plantão Psicológico *online*, como forma de ofertar acolhimento e orientação necessária àqueles que tinham alguma necessidade de apoio psicológico. Foram realizados mais de 202 atendimentos. Com base nessas demandas, a Cams enviou aos servidores, também via *e-mail*, conteúdos sobre resiliência, fadiga da quarentena e tarefas do luto, para amenizar o impacto psicológico do momento vivenciado.

Para proteger a saúde dos servidores em relação a outras cepas virais, o Tribunal promoveu a *Campanha de Vacinação Antigripal*. Para tanto, logística específica foi montada nas dependências da Instituição para vacinar os servidores com total segurança. (OLIVEIRA, 2023b).

CONTORNANDO OS EFEITOS DA PANDEMIA

Um dos compromissos da Gestão 2019/2021 da Justiça Eleitoral de Mato Grosso foi promover uma prestação jurisdicional célere e efetiva. Porém, o que parecia ser uma tarefa fácil, dada a expertise dos magistrados e servidores, se tornou um grande desafio diante do surgimento da pandemia de Covid-19, que exigiu da força laboral uma rápida adaptação ao trabalho remoto e da necessidade de realizar, de forma inédita, duas eleições simultâneas – as municipais de 2020 e a suplementar para o Senado. Com criatividade e disposição, a força laboral do TRE-MT superou os desafios e alcançou todas as metas estabelecidas, incluindo as do Conselho Nacional de Justiça. No biênio 2019/2021, foram julgados 57.933 processos e proferidas 38.641 decisões terminativas.

A excelente produtividade refletiu positivamente no cumprimento das Metas do CNJ, visto que no cumprimento da Meta 1, (julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente) o TRE-MT alcançou o percentual de 130,54% em 2019, e 100,17%, em 2020. Já na Meta 2, (julgar os processos mais antigos), o percentual alcançado foi de 105,82%, em 2019, e 106,63%, em 2020. Por fim, em 2020, o TRE-MT alcançou 100% de cumprimento da Meta 4, que consistiu em identificar e julgar, até 31 de dezembro de 2020, 90% dos processos referentes às eleições de 2018,

distribuídos até 31 de dezembro de 2019, que pudessem importar na perda de mandato eletivo.

Além das metas estipuladas pelo CNJ, o TRE-MT tinha metas internas que foram previstas no Projeto *Pauta Limpa*. Na Meta A (julgar, até 15 de setembro de 2020, 90% dos processos prioritários autuados até 31 de dezembro de 2019), a 1ª Instância alcançou 68,84%, enquanto a 2ª Instância atingiu o percentual de 95,06% de cumprimento. No caso de Meta B, (julgar até 15 de setembro, 100% dos processos de prestação de contas eleitorais autuadas até 31 de dezembro de 2019), o percentual ficou em 99,16%, na 1ª Instância, e 99,09%, na 2ª. Por último, na Meta C (julgar até 15 de setembro de 2020, 95% dos processos de prestação de contas anuais de partidos políticos autuados até 31 de dezembro de 2019) a 1ª Instância atingiu 101,44% e a 2ª Instância, 86,14%.

Ressaltou o presidente do TRE-MT, desembargador Gilberto Giraldelli: “nossa força laboral não mediu esforços para que todas as ações fossem julgadas de forma rápida e imparcial, garantindo à sociedade respostas adequadas e suficientes aos problemas apresentados para o exercício do poder legitimamente escolhido”.

Para o sucesso desse período anormal, ocorreram investimentos em ações e ferramentas tecnológicas com vistas à melhoria da Gestão dos Processos, permitindo monitorar, organizar, analisar, melhorar o fluxo, reduzir diligências, priorizar dados e tomar decisões com foco na produtividade e qualidade da prestação jurisdicional. Nesse sentido foram implementados o procedimento de verificação de regularidade de anotações no cadastro de eleitores (VRA), o painel de gestão de processos de registro de candidatura no 1º e 2º grau em B.I. (*business intelligence*). Os sistemas *PortCRE* e *Atenas*; e a integração do Sistema de Registros de Ocorrências Penais e Inelegibilidade (Siropi) com o Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Também teve reflexo direto na Gestão dos Processos a atuação do Comitê Estratégico de Gestão Judiciária (Cejud), que emitiu relatórios semanais de produtividade, realizou reuniões mensais de acompanhamento e avaliação dos dados referentes aos julgamentos no 1º e 2º grau de jurisdição e propôs ações específicas à administração do Tribunal como forma de garantir o bom desempenho histórico no cumprimento das metas. Ainda nesse sentido foi positiva a atuação da Corregedoria Regional Eleitoral (CRE-MT) na realização de correções e inspeções nos cartórios eleitorais, ocasião em que se verificou a regularidade de 382 quesitos e se o funcionamento do cartório estava de acordo com a legislação vigente, inclusive, no que se referiu à prestação jurisdicional.

O vice-presidente do TRE-MT e corregedor regional eleitoral, desembargador Sebastião Barbosa Farias, também atribuiu a eficiência na prestação jurisdicional à dedicação e a responsabilidade dos juízes-membros, juízes eleitorais e servidores: “não há um só servidor que não tenha vestido a camisa desse novo e necessário modelo de labor em tempo de

pandemia, que é o teletrabalho. Desde o início da prestação remota dos serviços, nossos magistrados e servidores mantiveram o desempenho usual de suas atribuições, dispuseram ainda mais de si, para dar à sociedade a resposta que ela merece e espera”.

Tornar realidade o uso do Processo Judicial Eletrônico (PJE) nos cartórios eleitorais foi, sem dúvida, uma das principais iniciativas da Gestão 2019/2021 na área jurisdicional, que trouxe economia, efetividade e celeridade à tramitação processual.

Em 2019, o PJe, que até então era realidade somente na 1ª Instância, ganhou musculatura e foi implantado também na 2ª Instância, de forma gradual em todas as zonas eleitorais.

Para o uso adequado do PJE, a Secretaria Judiciária do TRE-MT investiu em ações voltadas à capacitação dos servidores, magistrados, membros do Ministério Público, advogados e demais interessados. Além disso, a SJ disponibilizou, no site da Instituição, o curso do *Pje no formato de Ensino a Distância* (EaD), gratuito.

Ainda em 2019, o TRE-MT deu início às gravações, em vídeo, dos depoimentos prestados à Justiça Eleitoral. Até então, eles eram apenas transcritos. A ferramenta adotada foi o *Seal Conecta Lite*, que permitiu uma operação segura em questão de acesso, garantindo muitos meios de organização e pesquisa do conteúdo. Já em 2020, a Justiça Eleitoral realizou a migração dos processos físicos para o PJe; 1.430 processos foram migrados para o sistema eletrônico, ficando aptos ao julgamento na modalidade remota. Em razão das medidas sanitárias adotadas – com a recomendação do isolamento social e do trabalho remoto –, o Tribunal passou, em abril de 2020, a realizar as sessões plenárias por videoconferência. Foram 123 sessões na modalidade virtual.

Outra ação de grande destaque na Gestão 2019/2021 foi a realização de intimação pelo *Instagram*, ocasião em que o(a) representado(a) era intimado(a) via *direct* (mensagem instantânea), pelo aplicativo, a retirar propaganda eleitoral irregular e a medida surtiu efeito imediato.

Com o intuito de facilitar à sociedade o acesso à informação, a Secretaria Judiciária analisou, selecionou e cadastrou os julgados da 2ª Instância para compor a base de jurisprudência e os disponibilizou, em inteiro teor, na *internet*. A partir dessa catalogação e registros, os jurisdicionados e demais interessados puderam pesquisar com maior facilidade os julgados do TRE-MT, por temas, assuntos, pelas normas em questão, seus artigos, palavras-chave contidas nas ementas dos acórdãos, dentre diversas outras possibilidades.

Por fim, toda capacitação refletida na atuação das partes processuais passou a ser considerada como investimento para melhoria da prestação jurisdicional. Uma iniciativa nesse sentido foi a *III EnPrática*, promovida pela Secretaria Judiciária. Na ocasião, advogados e representantes partidários se aperfeiçoaram em contas partidárias e SPCA; filiação partidária e Filia; organização partidária e SCGIP; consulta de informa-

ções judiciais; e Registro de Candidaturas e Candex. (OLIVEIRA, 2023c).

COVID-19 – TRABALHO REMOTO

A Justiça Eleitoral de Mato Grosso adotou os protocolos de saúde recomendados durante pandemia, iniciada em junho de 2019 e dilatada por tempo indeterminado, o teletrabalho, com a suspensão dos atendimentos presenciais devido a emergência sanitária, e, por meio da Portaria nº 167/2020, foi instaurado e aperfeiçoado. Os prazos processuais que tramitavam em meio físico continuaram suspensos, porém, os prazos judiciais e administrativos, em todos os graus de jurisdição da Justiça Eleitoral, que tramitem em meio eletrônico, foram retomados, sem qualquer tipo de escalonamento, a partir de 4 de maio de 2020, sendo vedada a designação de atos presenciais. (DINO, 2023a)

Para o presidente Gilberto Giraldeoli, “tivemos a necessidade de tomar medidas extras. Nunca se pensou em fazer uma eleição com álcool em gel, com máscaras, equipamento de proteção individual, ou seja, uma coisa que não se tinha dimensão, ninguém tinha vivenciado ainda uma situação como essa”.

Um dos mais eficientes instrumentos na solução deste momento excepcional, foram os investimentos no sistema do PJe, através do qual os trabalhos não sofreram solução de continuidade. Na avaliação do presidente Gilberto Giraldeoli, “nós conseguimos deixar o Tribunal com 100% dos processos no meio virtual, ou seja, não temos mais processos, seja nas zonas eleitorais seja nos próprios cartórios. Então, a implantação do PJe foi um sucesso e, inclusive, isso culminou na agilidade no processo de registro dos candidatos em 2020. Nós tivemos uma quantidade muito grande de candidatos a vereador, prefeito... foram mais de 12 mil candidaturas e, felizmente, graças à implantação do PJe, conseguimos dar uma agilidade nos pedidos de candidatura e também naqueles processos naturais relacionados às eleições, representações por abuso de poder, compra de voto; tudo não está mais sendo tramitado mais por meio físico. Foram volumes e volumes de processos que hoje estão sendo substituídos pelo meio virtual. Uma agilidade muito grande graças ao processo eletrônico”.

Avaliando os efeitos da pandemia no interior da dinâmica do TRE-MT, o presidente Gilberto Giraldeoli ponderou: “sem dúvida impactou, assim como em todos os tribunais do país, que passaram a trabalhar em um novo modelo. Hoje, o trabalho remoto é uma realidade. Os servidores e trabalhadores já estão praticamente há mais de um ano dentro das suas próprias residências. Temos tomado as medidas todas de sanitização, de precaução, para evitar a contaminação pelo coronavírus, e a *única* forma que encontramos era que todos trabalhassem de forma remota. Para isso, investimos pesadamente nas tecnologias da informação, que é um ramo sensível do Tribunal e que merece todo o preparo, todos os equi-

pamentos e treinamentos. E isso deu resultado, porque nossos índices foram batidos, as metas foram todas batidas. Então, apesar de se trabalhar de uma forma remota, nós conseguimos atingir os nossos objetivos do ponto de vista das metas estabelecidas pelo CNJ. Os processos foram julgados com formalidade e, às vezes, até com maior agilidade, até porque a implantação do PJe elimina etapas que antes eram muito demoradas e isso torna o processo muito mais ágil. Desde o início até o final ele se dá em tempo muito mais rápido e isso exige que o Tribunal tenha um preparo, não só de equipamento, mas um treinamento para que os servidores e magistrados possam dar conta dessa situação. Eu creio que assim como o Tribunal de Justiça, o TRE-MT teve um ganho muito grande de produtividade, mesmo em meio a essa pandemia”. (ZENI, 2023)

Sobre os prazos processuais já iniciados, os mesmos serão retomados no estágio em que se encontravam no momento da suspensão, sendo restituídos por tempo igual ao que faltava para sua complementação. Já os prazos processuais para apresentação de contestação, impugnação ao cumprimento de sentença, embargos à execução, defesas preliminares de natureza eleitoral e criminal, inclusive quando praticados em audiência, e outros que exijam a coleta prévia de elementos de prova por advogados, defensores e procuradores juntamente às partes e assistidos, somente serão suspensos se, durante a sua fluência, a parte informar ao juízo competente a impossibilidade de prática do ato, caso em que o prazo será considerado suspenso na data do protocolo da petição com essa informação. Cabe destacar que os atos processuais que não puderem ser praticados pelo meio eletrônico ou virtual, por absoluta impossibilidade técnica ou prática a ser apontada por qualquer dos envolvidos no ato, devidamente justificada nos autos, deverão ser adiados e certificados pela serventia, após decisão fundamentada do magistrado.

No período de regime trabalho remoto ficou garantida a apreciação das matérias mínimas estabelecidas no art. 4º da Resolução TSE nº 23.615/2020, nos processos físicos, como: *habeas corpus* e mandados de segurança; medidas liminares e de antecipação de tutela de qualquer natureza; comunicações de prisão em flagrante, pedidos de concessão de liberdade provisória, imposição e substituição de medidas cautelares diversas da prisão, e desinternação; representação da autoridade policial ou do Ministério Público visando à decretação de prisão preventiva ou temporária; pedidos de busca e apreensão de pessoas, bens ou valores, interceptações telefônicas e telemáticas, desde que objetivamente comprovada a urgência; pedidos de alvará, justificada a sua necessidade, de levantamento de importância em dinheiro ou valores, substituição de garantias e liberação de bens apreendidos; pedidos de progressão e regressão de regime prisional, concessão de livramento condicional, indulto e comutação de penas; listas tríplices, consultas e registros de partidos políticos; e prestação de contas relativas ao exercício de 2014.

As sessões virtuais de julgamento, realizadas tanto em processos físicos como em processos eletrônicos, não se restringiram às matérias relacionadas no art. 4º da Resolução TSE nº 23.615/2020, cujo rol não é taxativo.

As sessões plenárias marcadas para 2020 foram realizadas por meio de videoconferência. Os advogados interessados em sustentar oralmente suas razões tinham de requerer a inscrição por meio do formulário eletrônico até uma hora antes do início da sessão.

No final da sua gestão, o presidente Gilberto Giraldelelli, mesmo reconhecendo as dificuldades trazidas pela Covid, entende que a superação do impasse foi extremamente positiva para a Justiça Eleitoral Mato-grossense: “eu acredito que essa questão do trabalho remoto é algo que não tem mais volta. Não vou dizer que se vá trabalhar 100% remotamente, como hoje estamos fazendo. A Justiça Eleitoral tem suas especificidades. Por exemplo, nós não temos como substituir o servidor que vai atender o cidadão para fazer o alistamento eleitoral ou uma transferência. Isso tudo é feito de forma física. As outras etapas, os outros aspectos administrativos podem ser substituídos. Evidentemente não todos, mas uma parte apenas fisicamente no Tribunal. Nas zonas eleitorais, que são a linha de frente da Justiça Eleitoral, que atendem diretamente o eleitoral, a população, ali tem que ser retomado o sistema anterior de trabalho presencial. Aqueles que estiverem trabalhando remotamente podem, inclusive, ter um maior encargo de produtividade porque eles, naturalmente, deixam de fazer o trajeto de casa até o Tribunal, horário para almoço, então esse tempo todo pode ser ampliado para o horário de trabalho e, por certo, vem uma produtividade maior ainda daqueles que trabalham remotamente.” (ZENI, 2023)

VACINÔMETRO: JUSTIÇA ELEITORAL MANTÉM MONITORAMENTO INTERNO DE VACINAÇÃO

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) se manteve atento e engajado na luta contra a proliferação da Covid-19. O atendimento ao eleitor foi realizado no ambiente virtual, porém ações preparatórias para o retorno às atividades presenciais estavam, em 2021, sendo preparadas, a exemplo do Vacinômetro da Justiça Eleitoral, ferramenta desenvolvida pela Secretaria de Gestão de Pessoas, que monitorou a vacinação de todo o corpo laboral.

O secretário de Gestão de Pessoas do TRE-MT, Valmir Nascimento Milomem Santos, ponderou: “esse monitoramento nos permite saber a real quantidade de servidores e colaboradores do Tribunal e cartórios eleitorais que se imunizaram contra o Covid-19. Isso contribuiu para a realização de ações específicas de prevenção ao vírus. Buscamos sensibilizar nosso corpo técnico da importância e os benefícios da vacinação”.



Painel do Vacinômetro Covid-19 (2021)

Com base no “Vacinômetro – Levantamento Vacinação e Casos de Covid”, até o dia 12 de agosto de 2021, 53% dos servidores já haviam recebido a primeira dose da vacina contra a pandemia, e 12% foram imunizados pela segunda dose. Os números foram projetados depois de 474 servidores responderem ao levantamento.

Internamente, uma série de ações foi empreendida para que os servidores tivessem consciência da importância da imunização: “vacinar é dizer sim para a vida! Eu disse sim. E você?”. A fala é do servidor Richardson de Jesus Amaral, e faz parte da campanha ‘Vacinar é...’, lema pensado pela Coordenadoria de Assistência Médica e Social, com a qual os servidores compartilharam o momento em que foram vacinados.

Para definir o eventual retorno às atividades presenciais, a avaliação ficou a cargo do Comitê de Gerenciamento de Crise – Covid-19. (DINO, 2023b)

AÇÕES PRESENCIAIS

Em 2019, as ações promovidas pela CAMS ocorreram na modalidade presencial. Na *Semana da Saúde*, ocasião em que foram ofertadas Terapias Fisioterápicas: *Quick Massage*, liberação miofascial, auriculoterapia e reflexologia podal. Também foram realizadas oficinas sobre comunicação não violenta e alimentação saudável. Por fim, aconteceu um painel de discussão sobre “*Saúde mental, assédio moral, relações no ambiente de trabalho e comunicação saudável*”. Até mesmo um ponto de orientação ergonômica foi montado no pavimento térreo da sede do TRE-MT e os participantes assistiram à palestra “*Saúde Mental dos Universitários*”.

Foi em 2019 que a Cams implementou o *Diálogo da Saúde*. Desde então, a toda semana foram prioritários os temas da área, como fobia, pânico, depressão e transtornos alimentares, os quais foram enviados aos servidores, como forma de reuni-los de informações para enfrentar diversas doenças. O projeto previu ainda a realização de oficinas setoriais de aproximadamente 40 minutos, ocasião em que conhecimentos relacionados a saúde foram compartilhados e os participantes refletiram sobre os assuntos em pauta. As oficinas foram gerenciadas pela psicóloga organizacional do TRE-MT, Viviane Zaitum Cardoso Damacena.

Como forma de auxiliar os servidores a lidar melhor com o estresse e manter a produtividade funcional, a Justiça Eleitoral de Mato Grosso investiu em ações que auxiliassem nesse sentido, a exemplo da palestra “*O stress está dentro de você. A arte de gerenciá-lo*”.

Em busca de incentivar os servidores à prática de atividades físicas, a CAMS realizou a *1ª Caminhada pela Saúde e Ação Solidária*.

Ainda em 2019, a Cams desenvolveu algumas atividades fixas, como a ginástica laboral, a prática de Yoga Laboral e o projeto *O Peso da Alimentação*, o qual consistiu em encontros semanais para discutir o tema.

No final de 2020, a SGP promoveu um evento especial com a participação do psicólogo e escritor Rossandro Klinjey, o qual ministrou a palestra *O Poder da Esperança e da Fé na Superação das Dificuldades*, além de fazer-se presente em outros eventos nacionais. (OLIVEIRA, 2023b)



Fachada do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

Justiça Eleitoral de Mato Grosso doará EPI's que não foram utilizados na Eleição Municipal 2020

A Justiça Eleitoral de Mato Grosso iniciou a doação de parte dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) que não foram utilizados nas Eleições Municipais 2020 e na suplementar de senador. Os EPI's foram doados a outros órgãos públicos municipais ou estaduais com atuação direta no combate à Covid-19.

A doação dos EPI's (máscara, álcool em gel e luvas) foi autorizada pelo presidente do TRE, desembargador Gilberto Giraldelelli, que delegou a cada juiz eleitoral a competência para gerenciar a doação, compreendendo a contabilização e seleção dos itens a serem doados, a escolha do donatário e, depois, a consolidação da pactuação do Termo de Doação. Na sua avaliação, “ao doar os materiais e equipamentos de segurança e proteção à saúde que não foram utilizados pelos mesários e que estão estocados nas zonas eleitorais, buscamos contribuir com os órgãos municipais ou estaduais que estão em atendimentos aos cidadãos infectados pela Covid-19. Não é racional armazenar tais materiais por um período prolongado, pois muitos deles têm prazo de validade, a exemplo do álcool (gel e líquidos) e máscaras. Permitir que outros órgãos façam uso desse material é atender a um anseio social, além de evitar desperdícios. Diante da gravidade da situação da pandemia então vivenciada, o interesse social no aproveitamento desses bens é indiscutível”.

O diretor-geral, Mauro Sérgio Rodrigues Diogo, explicou que a doação não trouxe prejuízo à Justiça Eleitoral: “neste momento, a maior parte da nossa força laboral está em trabalho remoto e os atendimentos externos seguem esse padrão. Portanto, os EPI's não estão sendo utilizados. Além disso, os juizes eleitorais têm autonomia de avaliar os itens e a quantidade a ser doada, mantendo no cartório o estoque mínimo,

caso julgue necessário para quando o atendimento presencial for retomado. Só pedimos que fiquem atentos ao prazo de validade dos equipamentos”.

Os EPI's utilizados na eleição em todo o país foram distribuídos aos TRE's pelo Tribunal Superior Eleitoral. Todos os equipamentos foram recebidos pela Corte Superior por meio de doações de diversas empresas. Para Mato Grosso, foram destinados os seguintes itens: 34.349 máscaras tipo *face shield*, 176.850 máscaras em TNT, 18.750 máscaras para indígenas, 33.798 álcoois em gel individual (215 ml), 27.602 álcoois em gel (400 ml), 6.768 álcoois líquido (500ml). Esses equipamentos foram distribuídos às 57 zonas eleitorais do Estado.

Na opinião do vice-presidente e corregedor regional eleitoral, desembargador Sebastião Barbosa Farias, “da mesma forma como a Justiça Eleitoral foi agraciada pela doação da iniciativa privada, devemos seguir o exemplo, e doar os EPI's não utilizados a outros órgãos públicos, cuja destinação seja o fim social. Agindo assim, formamos uma rede de apoio e nos fortalecemos enquanto sociedade, no combate à pandemia de Covid-19”.

A 14ª Zona Eleitoral, em Jaciara, já realizou a doação dos EPI's à Prefeitura Municipal. O Poder Executivo recebeu 216 unidades de álcool em gel (400ml), 500 máscaras e 300 luvas descartáveis. (OLIVEIRA, 2023d)



Edição do Projeto “Democracia Digital – Eleições 2020”

A Justiça Eleitoral de Mato Grosso é uma das parceiras do Projeto “Democracia Digital – Eleições 2020”. Trata-se da realização de um *talk show* e oficina virtual de combate à desinformação, com foco nas Eleições 2020. O evento foi realizado, totalmente *online*, no dia 19 de junho, e as inscrições encerradas assim que as 80 vagas destinadas aos profissionais de imprensa foram preenchidas.

O projeto Democracia Digital é realizado pela Agência Lupa, a primeira agência de notícias do Brasil a se especializar em *fact-checking* no combate às *fake news*, Instituto Tecnolo-

gia e Equidade (IT&E), Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), WhatsApp, Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, e Instituto Betty & Jacob Lafer.

Na concepção do diretor geral do TRE-MT, Mauro Sérgio Rodrigues Diogo, “acreditamos que este será um dos maiores eventos de debate sobre as *fake news* já realizado, de suma importância para os profissionais da imprensa. Serão demonstrados mecanismos utilizados internacionalmente para verificar a veracidade de informações, sempre com foco nos assuntos eleitorais. Cada cidadão tem o dever de combater a desinformação, porém os comunicadores têm uma obrigação legal e moral muito maior de não propagarem notícias falsas”.

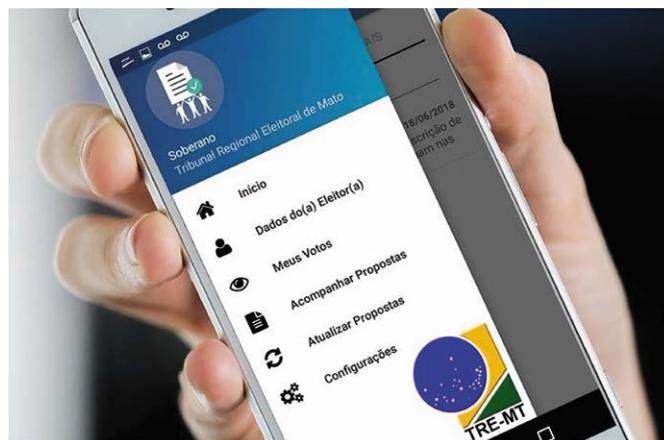
A segunda parte contou com a *Oficina de Checagem Lupa*, que abordou aspectos técnicos de conhecimentos na área de tecnologia e combate à desinformação. Trata-se de uma etapa mais prática e restrita, tendo como público-alvo servidores da Justiça Eleitoral e os profissionais da área de comunicação escalados para trabalhar na linha de frente do combate à desinformação durante o período eleitoral. Nela, os participantes aprenderam sobre o impacto da desinformação na democracia; o que aprendemos nas últimas eleições e com a pandemia do coronavírus; o ecossistema da desinformação; metodologia de checagem; *bots e trolls*; mecanismos para identificar imagens e notícias falsas e dicas básicas para não “cair” em notícias inverídicas. (INSCRIÇÕES, 2023)

Mesário Voluntário

Responsável por conduzir todo o processo de votação, o mesário ocupa um papel fundamental no fortalecimento da democracia. A Justiça Eleitoral de Mato Grosso recebeu inscrições de voluntários para atuar no pleito de 2022. O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso solicitou que os interessados se inscrevessem até o mês de julho.

O secretário de Gestão de Pessoas do TRE-MT, Valmir Nascimento Milomem Santos, explicou que o trabalho do mesário é muito importante para o sucesso das eleições: “os mesários são cruciais nesse processo democrático porque, de fato, conduzem o processo de votação no dia das eleições. Então, para o cidadão representa muito, e para o próprio mesário, é a oportunidade de entender como é conduzida uma eleição, uma experiência que com certeza agrega bastante”. (ASSIS, 2023a)

Atenção Mesário: baixe o aplicativo Soberano e vote no projeto de lei que traz benefícios para quem trabalha na eleição



Aplicativo Soberano para celular

Os mesários constituem importante segmento no conjunto das eleições, visto o relevante papel de receber o eleitor, constatar sua identidade pessoal e eleitoral, autorizando-o a votar. Ao final, expede o comprovante de votação. Vale lembrar que esse trabalho é cívico e sem qualquer remuneração. Assim, a Justiça Eleitoral pensou em alguns benefícios aos mesários, estimulando a população a participar. Foi o caso do projeto de lei, de iniciativa popular, que garante aos mesários isenção no pagamento de taxa de inscrição em concurso público municipal. Para isso, foi necessário que a população participasse na aprovação virtual da proposta, convidando a todos os mesários e auxiliares da eleição, inscritos como eleitores de Cuiabá, assim como seus parentes e amigos, a baixar o aplicativo na loja virtual *Play Store* e votar pela aprovação do projeto.

Na oportunidade, a Justiça Eleitoral convidou todos os mesários e auxiliares da eleição, inscritos como eleitores de Cuiabá, assim como seus parentes e amigos, a baixar o aplicativo na loja virtual *Play Store* e votar pela aprovação do projeto. Cada eleitor pode votar apenas uma vez, com o número do seu título eleitoral.

Após recolher as assinaturas virtuais, o TRE de Mato Grosso vai encaminhar a proposta para a deliberação da Câmara Municipal de Cuiabá, para aprovação ou não.

Foi então instituído o Soberano, pelo qual os eleitores podem apresentar e assinar projetos de lei de iniciativa popular. O aplicativo pode ser baixado gratuitamente na loja virtual *Play Store* para smartphones do sistema *Android*. Em breve será disponibilizado também para *iPhones*.

A Câmara Municipal de Cuiabá foi pioneira no Brasil, ao aderir a um Termo de Cooperação assinado, entre o TRE-MT e a Assembleia Legislativa do Estado, e ao aprovar a Lei 6.197/2017, de autoria do vereador Diego Guimarães, que permite o uso de meios eletrônicos para proposição de projetos de lei de iniciativa popular.

Biometria

Justiça Eleitoral ultrapassa 1,5 milhão de eleitores cadastrados em Mato Grosso

A biometria, enquanto mecanismo garantidor da lisura e precisão nas eleições, impede que uma pessoa vote se passando por outra e assegura que um único eleitor, devidamente identificado biometricamente, possa exercer o legítimo e democrático direito do voto. Na avaliação do diretor-geral do TRE-MT, Mauro Sérgio Rodrigues Diogo, “a biometria será realidade em todos os municípios e só poderá exercer o voto quem estiver biometricamente cadastrado. A Justiça Eleitoral tem avançado no cadastramento biométrico. Concluímos o procedimento em 56 municípios e atingimos um percentual de 70% do eleitorado do Estado biometricamente cadastrado. No mês seguinte iniciamos uma nova etapa da revisão 2019, contemplando 13 municípios. Todo eleitor terá que fazer a revisão sob pena de ter o título cancelado e sofrer os prejuízos legais que isso implica. Reforçamos o chamamento do eleitor a comparecer ao posto de atendimento”. [...] O quantitativo de eleitores com o título cancelado nos dois principais colégios eleitorais de Mato Grosso [Cuiabá e Várzea Grande] é considerado muito elevado pela Justiça Eleitoral. Em Cuiabá, dos 339.112 eleitores cadastrados, 144.341 estão com os títulos cancelados, o que perfaz um percentual de 43%. Situação semelhante aconteceu no município de Várzea Grande, onde dos 144.367 eleitores cadastrados, 63.867 estavam irregulares”. (DINO, 2023c)

Para o presidente da Justiça Eleitoral de Mato Grosso, desembargador Gilberto Giraldelli:

A questão da biometria nós tivemos, infelizmente, ao longo dos dois anos da minha gestão, praticamente 11 meses em situação de normalidade, em condições de serem feitas a biometria. Porém, a partir de março de 2020 precisamos paralisar todo esse processo. Hoje, alcançamos algo próximo a 85% do eleitorado mato-grossense já com a biometria. Então, eu quero crer que, assim que for permitido, que haja permissão de saúde, nós poderemos alcançar facilmente o restante de 15%. Inclusive, eu quero ressaltar que nós fizemos a aquisição de uma unidade móvel, um ônibus que hoje tem uma estação de trabalho e mais duas do lado externo. Ele chegou exatamente em março de 2020. Foi adquirido para atender à população com uma descentralização e facilitar o acesso do eleitor aos sistemas eleitorais. Infelizmente, por uma coincidência, não tivemos nem como inaugurar esse ônibus. Ele está lá no TRE-MT, pronto para ser usado, e vai servir para a próxima gestão aproximar o TRE-MT da população. Eu sei que uma das metas do desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, novo presidente do TRE-MT, é essa. Esse ônibus vai se deslocar por todos os bairros, todas as comunidades

distantes, zonas eleitorais no interior e vai facilitar sobremaneira o acesso do cidadão à Justiça Eleitoral”.

O grande desafio, para o secretário de Tecnologia da Informação do TRE-MT, Luiz César Darienzo Alves, “[...] é conseguir captar e trazer a população para o cadastramento. Nesse sentido é que precisamos do auxílio da Rede de Controle, com a infraestrutura, locais e apoio de atendimento para conseguirmos suprir essa demanda de Cuiabá e Várzea Grande”. (ZENI, 2023).

Para garantir o êxito nesta empreitada, foi organizado um trabalho interdisciplinar através da constituição *Rede de Controle* no Estado do Mato Grosso (Rede-MT), composta por diversas entidades que trabalharam de forma harmônica. (OLIVEIRA, 2023e).

PJe – Evoluindo do 1º para o 2º Grau

Um dos mais eficientes instrumentos na solução deste momento excepcional, foram os investimentos no sistema do PJe, através do qual os trabalhos não sofreram solução de continuidade e evoluíram para atender o 1º e o 2º graus. Na avaliação do presidente Gilberto Giraldelli, “nós conseguimos deixar o Tribunal com 100% dos processos no meio virtual, ou seja, não temos mais processos, seja nas zonas eleitorais ou nos próprios cartórios. Então, a implantação do PJe foi um sucesso e, inclusive, isso culminou na agilidade no processo de registro dos candidatos em 2020. Nós tivemos uma quantidade muito grande de candidatos a vereadores, prefeitos... Foram mais de 12 mil candidaturas e, felizmente, graças à implantação do PJe, conseguimos dar uma agilidade nos pedidos de candidatura e também naqueles processos naturais relacionados às eleições, representações por abuso de poder, compra de voto, tudo não está mais sendo tramitado mais por meio físico. Foram volumes e volumes de processo que hoje estão sendo substituídos pelo meio virtual. Uma agilidade muito grande graças ao processo eletrônico”.



Teste de transmissão via satélite pelos técnicos (2020)

Questão Orçamentária – Redução de verbas aliada ao aumento de resultados positivos

Situações novas obrigam a tomada de decisão precisa. É o que fez o TRE-MT quando o orçamento do órgão sofreu redução. Na avaliação do presidente desembargador Gilberto Giraldelelli, “o orçamento foi reduzido, não tenha dúvida, mas, em função da pandemia, nós conseguimos fazer adequações de forma que nós, felizmente, conseguimos cumprir nossos objetivos dentro daquilo que foi estipulado. Para ter uma ideia da questão de orçamento, foram três eleições em 2020, a suplementar do Senado, o primeiro turno para todos os municípios e o segundo turno em Cuiabá. A ideia que fica marcante em relação a orçamento é que nós gastamos menos em 2020 do que em todas as eleições anteriores, 2016, 2018... Então, nós tivemos uma economicidade muito grande em função dessa adaptação à necessidade de se trabalhar com um orçamento enxuto, e realizar em meio a essa pandemia. Ela trouxe um aumento de custos em função da necessidade de se deslocar, se preparar com materiais de limpeza, mas, por outro lado, cortamos horas de voo, diárias e várias outras situações”. (ZENI, 2023).



Visita aérea aos maiores colégios eleitorais de Cuiabá e Várzea Grande (Eleições de 2020)



Entrega do ônibus – Posto de atendimento eleitoral móvel (junho de 2020)

Corrupção e Lavagem de Dinheiro

O tema Corrupção e Lavagem de Dinheiro foi debatido pela Justiça Eleitoral de Mato Grosso, contando com a presença de diversos especialistas da área, a exemplo do promotor de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul e coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal e da Segurança Pública do MP-RS, Luciano Vaccaro, o qual elogiou as atividades desenvolvidas pelo TRE-MT: “no caso da Lava Jato existe o levantamento em que consta que foi desviado um montante próximo de 20 bilhões de reais; grande parte deste dinheiro foi ou será lavado em algum momento”. Reafirmando sua posição, o mesmo convidado prosseguiu: “lavagem de dinheiro, crime organizado, não é um fenômeno novo, a lei é que é recente, de 1998. Ainda que exista muita doutrina, temos pouca prática. Quantas decisões de apelação em causas que julgaram crimes de lavagem de dinheiro existem? No Rio Grande do Sul haviam 100 casos, estive no Pará e eram 10. Esta é a realidade em todo o país. Ainda estamos engatinhando nesta temática da lavagem de dinheiro. Parabéns ao TRE-MT por estar atento ao tema”.

O mesmo estudioso elencou os possíveis questionamentos: “de que forma um ato de corrupção pode ter conexão com um ato posterior de registrar ou não um valor na campanha? E uma doação às claras, pode ser corrupção também? Mas aí não há crime eleitoral, então é da Justiça Comum. São temas os quais demandam clareza do Poder Judiciário”.

Encerrando sua participação, Luciano Vaccaro falou sobre a importância de se observar o cenário do Estado. “Sonegação fiscal é um grande indício de corrupção e lavagem de dinheiro a que a sociedade deve estar atenta. Na parte de investigação, devemos usar todas as ferramentas disponíveis, gravações, infiltração, interrogatórios, afastamento de sigilo bancário. Retirar o dinheiro do crime organizado é a melhor forma de se combater a corrupção, inclusive pelo confisco de bens. É muito importante a descapitalização dos envolvidos, buscar recuperar o máximo de valores possíveis do corrupto”.

O mesmo painel contou com a palestra do promotor de Justiça do Ministério Público do Ceará e coordenador das pós-graduações em Compliance e Direito Anticorrupção, Igor Pinheiro. Em linguagem de fácil compreensão, ele explicou aos presentes como a corrupção acontece nas eleições e o período que a antecede, como cada cidadão pode fazer o combate à corrupção: “vou dar um exemplo, eu pedi da prefeitura a lista de todos os carros oficiais e locados. No dia de determinado evento político, fui com meu celular e fotografei as placas de todos os carros que estavam no evento, em especial dos candidatos que participaram, depois foi só comparar e ver o uso da máquina pública em atividade ilícita”.

Em uma série de exemplos práticos, ele mostrou casos de corrupção que acontecem rotineiramente e de baixa comple-

xidade, e que todos podem fiscalizar. “Infelizmente, a lógica dos candidatos em eleições municipais é o vale tudo, menos perder!”. (DINO, 2023d).

Fake News

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) estreou uma nova campanha de combate à desinformação com a mensagem “*Se for fake news, não transmita*”. O objetivo foi abordar a disseminação de notícias falsas no dia a dia da sociedade, com ênfase no impacto negativo desse fenômeno nos processos democrático e eleitoral brasileiros, bem como na vida dos cidadãos.

Para dar amplitude à mensagem, o TSE contou com a divulgação do biólogo Atila Iamarino, *youtuber*, cientista que tem atuado contra notícias falsas durante a pandemia do coronavírus (Covid-19).

O especialista participou da segunda live da série “*Diálogos Democráticos*” e, na conversa com o presidente do TSE, ministro Luís Roberto Barroso, reforçando o quanto nociva pode ser uma notícia falsa: “agora, durante a pandemia da Covid-19, foi divulgada, no Irã, uma informação falsa de que o consumo de metanol evitaria a doença. Mais de mil pessoas morreram no país pelo consumo de metanol”.

Para o ministro Barroso (TSE), “as mídias sociais, as plataformas de internet, os veículos de imprensa e a própria sociedade são os principais atores no enfrentamento da desinformação”, uma vez que o Judiciário não tem nenhuma intenção de se tornar censor da liberdade de expressão das pessoas.

Voltado ao processo eleitoral de 2020, o TSE mantém, desde o mês de agosto do ano anterior, o *Programa de Enfrentamento à Desinformação com Foco nas Eleições 2020*. A iniciativa conta com a parceria de 49 instituições – entre partidos políticos, entidades públicas e privadas, associações de imprensa, plataformas de mídias sociais, serviços de mensagens e agências de checagem – que se comprometeram a trabalhar com a Justiça Eleitoral para minimizar os efeitos negativos provocados pela desinformação no processo eleitoral brasileiro.

A campanha “*Se for fake news, não transmita*” foi veiculada no rádio, na televisão, na internet e em todas as redes sociais do TSE.

“EUVOTOSEMFAKE”

A nova campanha do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra a desinformação, *EuVotoSemFake*, tem o foco de falar diretamente com o eleitor. A iniciativa foi lançada no dia 28 de setembro de 2019, e seu objetivo é o de conscientizar os eleitores sobre o papel que eles têm na divulgação de in-

formações verdadeiras durante as Eleições Municipais 2020 e sobre como podem se juntar à Justiça Eleitoral no combate à desinformação.

Segundo Thiago Rondon, coordenador digital de Combate à Desinformação do TSE, o principal objetivo da campanha é passar informações precisas sobre o processo eleitoral, como os cuidados sanitários para a realização do voto no dia das eleições, o funcionamento do fluxo de votação e as orientações para os eleitores em relação à apresentação de documentos, entre outras. “Tendo acesso à informação verdadeira, a população fica mais tranquila para votar e mais preparada para combater as chamadas *fake news*”. (TSE, 2023)

Mecanismos de segurança das Urnas Eletrônicas

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) informou o calendário para a realização da cerimônia de carga e lacre das urnas eletrônicas que foram realizadas, no dia 29 de novembro de 2020, em Cuiabá, quando aconteceu o segundo turno das Eleições 2020. O procedimento obrigatório foi realizado pelas quatro zonas eleitorais da capital e foram convidados a participarem do evento, representantes dos partidos políticos, das coligações, da Ordem de Advogados do Brasil e do Ministério Público. (OLIVEIRA, 2023f)

No dia 23, no período da manhã, a carga e lacre foram realizados pela 51ª Zona Eleitoral. Já no mesmo dia à tarde, na 39ª Zona Eleitoral. Já na terça-feira (dia 24), a 1ª Zona Eleitoral estabeleceu a carga e lacre de suas urnas no período matutino, de modo a que a 55ª Zona Eleitoral realizasse a cerimônia no período vespertino. Já a cerimônia de conferência visual aconteceu no dia 25 de novembro, no período matutino pelas 39ª e 51ª ZE e no vespertino pelas 1ª e 55ª ZE.

Por conta da pandemia, a participação presencial no evento por parte dos interessados seguiu protocolos sanitários rígidos, definidos pelos juízes eleitorais.

ENTENDENDO A CERIMÔNIA DE CARGA E LACRE

É obrigação de cada Zona Eleitoral realizar a cerimônia de carga e lacre das urnas eletrônicas que irão funcionar nas seções eleitorais de sua responsabilidade, bem como preparar as urnas de contingências, destinadas a substituir as que apresentarem defeito durante a votação ou que serão utilizadas pela Junta Eleitoral para recuperação de dados e/ou apuração.

Durante a cerimônia de carga e lacre, cada urna, até então, sem dados, é configurada para determinada seção eleitoral.

Primeiro, o servidor da Justiça Eleitoral insere na urna, por meio de um cartão de memória, alguns dados, entre eles, nome do candidato, cargo que disputa, número de identifica-

ção e as inscrições eleitorais dos eleitores que votam na referida seção. Em seguida é realizado o teste da urna para verificar se seus dispositivos estão funcionando, como o teclado, visor, impressora e avisos sonoros.

Por fim, todos os compartimentos da urna são lacrados e o equipamento já identificado – município, local de votação e seção eleitoral, é guardado na caixa.

Ao final da cerimônia, na presença de todos, foi realizada uma auditoria por amostragem das urnas preparadas. Algumas urnas são sorteadas para passar por uma verificação da autenticidade dos aplicativos, das assinaturas digitais e a própria votação é testada.

Todas as etapas da cerimônia de carga e lacre são públicas e ocorreram na presença das autoridades convidadas. Na avaliação do presidente do TRE-MT, desembargador Gilberto Giraldelelli, “é uma solenidade totalmente pública, e o procedimento foi garantido no primeiro e segundo turnos em Cuiabá, mesmo diante da pandemia. É lógico que eventos assim sempre devem ser conduzidos com a adoção de protocolos sanitários que garantam a segurança de saúde dos servidores, magistrados, membros do Ministério Público e demais cidadãos que se façam presente. Todo o processo eleitoral é conduzido com transparência e total respeito ao princípio da publicidade e essa necessidade se evidencia ainda mais quando se trata das urnas eletrônicas.” (OLIVEIRA, 2023f).

PERITOS AVALIAM O FUNCIONAMENTO DAS URNAS ELETRÔNICAS NAS ELEIÇÕES DE 2020

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) recebeu, no dia 24, a visita dos peritos em sistemas informatizados do Ministério Público (MP) Patrícia Hayakawa, Thiago Caparelli Ordinas e Thiago Henrique Fernandes, que analisaram todo o funcionamento da urna eletrônica. A avaliação dos peritos aconteceu no Centro de Divulgação das Eleições de 2020 (CDE), localizado no 3º andar do edifício-sede do TSE, em Brasília.

Na oportunidade, orientados por técnicos do Tribunal, os peritos puderam realizar uma eleição fictícia na urna, desde a ligação do equipamento, votação e apuração dos votos até a impressão do Boletim de Urna (BU). A equipe de técnicos do TSE que acompanhou os peritos na visita também colocou à disposição dos especialistas os códigos-fonte do software da urna.

Desde o dia 4 de abril, diversas entidades públicas e privadas têm acesso e pode-se acompanhar o desenvolvimento dos sistemas eleitorais do Tribunal. Esse acompanhamento tem como objetivo fortalecer a fiscalização, a auditoria e a transparência do processo eleitoral.

A visita dos representantes das instituições atendeu a todas as medidas de prevenção à Covid-19, como o uso de máscaras e a disponibilização de álcool em gel para a higienização das mãos.

PRIMEIRA VISITA

No dia 8 de setembro de 2020, quatro peritos do Ministério Público já haviam visitado o Tribunal para obter informações sobre os sistemas eleitorais que seriam adotados nas Eleições Municipais de 2020.

Na primeira visita, a equipe de técnicos da Coordenadoria de Tecnologia Eleitoral e da Seção de Voto Informatizado do TSE forneceu aos peritos uma visão geral do processo eleitoral e do *hardware* e *software* do sistema. Também apresentou aos especialistas o processo de desenvolvimento dos códigos-fonte.

Ao final do encontro, os peritos do MP disseram que examinariam as informações coletadas e que retornariam ao Tribunal para nova avaliação.

A Resolução TSE nº 23.603/2019 garantiu a diversas entidades, a partir dos seis meses que antecedem o primeiro turno das eleições, o acesso antecipado à tecnologia desenvolvida pelo TSE. A fiscalização dos sistemas eleitorais está prevista no artigo 8º da norma.

O prazo de fiscalização dos sistemas eleitorais pelas instituições teve início em 4 de abril, já que o primeiro turno das eleições estava fixado, originalmente, para 4 de outubro, antes que houvesse o adiamento das eleições em razão da pandemia da Covid-19. O adiamento foi instituído pela Emenda Constitucional nº 107/2020.

As entidades legitimadas a participar das etapas do processo de fiscalização, segundo o artigo 5º da Resolução do TSE são as seguintes: partidos políticos e coligações; Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Ministério Público; Congresso Nacional; Supremo Tribunal Federal (STF); Controladoria-Geral da União (CGU); Polícia Federal; Sociedade Brasileira de Computação; Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea); Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP); Tribunal de Contas da União (TCU); Forças Armadas; entidades privadas brasileiras sem fins lucrativos com notória atuação em fiscalização e transparência da gestão pública, credenciadas junto ao TSE; e departamentos de Tecnologia da Informação de universidades credenciadas junto ao Tribunal. (PERITOS, 2023)

SISTEMA ELETRÔNICO DE VOTAÇÃO GARANTE SEGURANÇA DO VOTO E LIBERDADE DEMOCRÁTICA

Embora seja eletrônica, a urna funciona de forma isolada, ou seja, não dispõe de qualquer mecanismo que permita sua conexão com dispositivos de redes, como internet e *bluetooth*. Isso praticamente elimina qualquer possibilidade de ataque ou invasão de *hackers* no dia da votação.

A urna também não é equipada com o *hardware* necessário para se conectar a uma rede ou mesmo qualquer forma de conexão com ou sem fio. O único cabo que ela possui é o de

energia e, se for necessário, a urna pode ficar ligada somente na bateria por mais de dez horas, por exemplo, caso falte luz.

Além disso, o sistema operacional Linux contido na urna é preparado pela Justiça Eleitoral de forma a não incluir nenhum mecanismo de *software* que permita a conexão com redes ou o acesso remoto. Por fim, as mídias utilizadas pela Justiça Eleitoral para a preparação da urna e gravação dos resultados são protegidas por técnicas modernas de assinatura digital. (SISTEMA, 2023)

FISCALIZAÇÃO POPULAR

A participação da sociedade é fundamental para a evolução da urna eletrônica e do processo eleitoral brasileiro. Por isso, a Justiça Eleitoral disponibiliza meios para a atuação ativa do cidadão como agente fiscalizador.

Uma dessas ferramentas é a página sobre Segurança do Processo Eleitoral disponível no Portal da Justiça Eleitoral, que traz desde o passo a passo da votação até mitos e verdades sobre a urna eletrônica. Nela, o cidadão também pode esclarecer suas dúvidas nas abas “Perguntas mais frequentes” e “Esclarecimentos sobre notícias falsas”.

Além disso, a legislação eleitoral permite que candidatos e partidos políticos, caso desconfiem de suposta falha no processo de apuração, solicitem a recontagem dos votos para se certificarem que o resultado está mesmo correto.

Outro mecanismo bastante simples de verificação é a conferência do boletim de urna. Ao final da votação, o boletim com a apuração dos votos de uma seção se transforma em documento público. O resultado de cada boletim pode ser facilmente confrontado com aquele publicado pelo TSE na internet, seja pela conferência do resultado de cada seção eleitoral, seja pela conferência do resultado da totalização final.

SEGURANÇA DA URNA ELETRÔNICA

A urna eletrônica pode até parecer simples, mas tem muita segurança envolvida. Desde que foi adotada no processo eleitoral brasileiro, em 1996, a urna já contabiliza 13 eleições (entre gerais e municipais) bem-sucedidas, incluindo o primeiro turno das Eleições Municipais de 2020. Também foi utilizada em um grande número de eleições suplementares, consultas populares – municipais e estaduais, tais como o Plebiscito do Pará – e pleitos comunitários, sem qualquer vestígio ou comprovação de fraude.

Afinal, a Justiça Eleitoral utiliza o que há de mais moderno em termos de segurança da informação para garantir a integridade, a confiabilidade, a transparência e a autenticidade do processo eleitoral.

NA FABRICAÇÃO – A Justiça Eleitoral contrata, por licitação, uma fábrica para produzir os equipamentos, acompa-

nhando o processo e mantendo o controle total do que é feito. Os aparelhos somente são liberados após passarem por avaliação de técnicos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE): um teste funcional que avalia, entre outros itens, a aparência e o funcionamento dos componentes, a impressão e o teclado.

SEGURANÇA EM CAMADAS – A cadeia de segurança da urna eletrônica garante que sejam executados apenas os *softwares* desenvolvidos e assinados digitalmente pelo TSE. A proteção do sistema é feita em camadas formadas por diversas barreiras que, em conjunto, não permitem que a urna seja violada. Qualquer tentativa de ataque causa um efeito dominó, que bloqueia o sistema e trava o equipamento, assim como qualquer tentativa de executar software não autorizado na urna eletrônica resulta no bloqueio do funcionamento. De igual modo, tentativas de executar o software oficial em um hardware não certificado resultam no cancelamento da execução do aplicativo.

SEM CONEXÃO – Embora seja eletrônica, a urna funciona de forma isolada, ou seja, não dispõe de nenhum mecanismo que permita sua conexão com dispositivos de redes, como internet e *bluetooth*. A urna também não é equipada com o hardware necessário para se conectar a uma rede ou mesmo qualquer forma de conexão com ou sem fio. O único cabo que ela possui é o de energia. Além disso, o sistema operacional Linux contido na urna é preparado pela Justiça Eleitoral de forma a não incluir nenhum mecanismo de software que permita a conexão com redes ou o acesso remoto. Isso inviabiliza ataque ou invasão de *hackers* no dia da votação.

BATERIA – A urna eletrônica pode ficar ligada somente na bateria por mais de dez horas, por exemplo, no caso de faltar luz.

MANUTENÇÃO – As urnas têm, em média, vida útil de dez anos. Durante esse período, passam por vários testes entre as eleições. As baterias são carregadas quadrimestralmente. Os componentes são exercitados para não se desgastarem.

TESTES PÚBLICOS DE SEGURANÇA (TPS) – Nos testes realizados antes de cada pleito, o TSE convoca especialistas para tentar quebrar as barreiras de segurança das urnas. Em cinco edições, não obteve sucesso nenhuma tentativa de quebra do sigilo de voto ou de desvirtuamento da destinação dos votos, mas todas as contribuições foram aproveitadas para incrementar ainda mais a cadeia de segurança dos sistemas.

CERIMÔNIA DE ASSINATURA DIGITAL E LACRAÇÃO DE SISTEMAS – Seis meses antes das eleições, o software da urna e demais sistemas eleitorais são apresentados aos representantes de partidos políticos, Ministério Público, Ordem dos Ad-

vogados do Brasil e entidades previstas na Resolução TSE nº 23.603/2019. Na cerimônia, os sistemas eleitorais e os programas de verificação desenvolvidos pelas entidades fiscalizadoras são lacrados e assinados digitalmente.

ASSINATURAS DIGITAIS – Para todo o conjunto de software produzido durante a cerimônia de assinatura digital e lacração de sistemas, são geradas assinaturas digitais e resumos digitais. Caso haja qualquer suspeição quanto à autenticidade do software da urna eletrônica, as assinaturas digitais e os resumos digitais podem ser conferidos e validados por aplicativos ou softwares desenvolvidos pelo TSE e pelas entidades fiscalizadoras. Todos os dados que alimentam a urna eletrônica, assim como todos os resultados produzidos, são protegidos por assinatura digital.

EXCLUSIVIDADE – A urna eletrônica é exclusiva para votações e funciona somente na hora e na data dos pleitos. Neste ano [de 2020], em razão da pandemia de Covid-19, a votação começou às 7h, mas, em tempos de normalidade, começa às 8h.

AUDITORIAS – A Justiça Eleitoral prevê diversos momentos de auditoria para atestar a segurança, a transparência e a lisura da votação, tais como a auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas em condições normais de uso (anteriormente chamada de votação paralela) e a auditoria de verificação da autenticidade e da integridade dos sistemas instalados nas urnas eletrônicas.

A chamada “votação paralela”, que acontece no dia da votação, no mesmo horário do oficial, é uma eleição simulada, com cédulas previamente preenchidas e realizada nas urnas preparadas para a eleição. As urnas que participam da votação paralela são sorteadas na véspera da eleição em cerimônia pública, entre aquelas preparadas para a eleição dentro da respectiva unidade da Federação. As urnas sorteadas, já preparadas para o pleito, são encaminhadas para o local de realização da votação paralela, geralmente a sede do Tribunal Regional Eleitoral. A votação paralela é gravada em vídeo e serve para demonstrar que o voto digitado é o voto computado, de forma simples e visual. Os trabalhos de auditoria da votação paralela são públicos e podem ser acompanhados por qualquer interessado.

Além da “votação paralela”, em 2018, o TSE instituiu a auditoria de verificação da autenticidade e integridade dos sistemas. O procedimento consiste em verificar se os programas instalados nas urnas eletrônicas das seções sorteadas possuem as assinaturas digitais dos sistemas lacrados pelo TSE. Tal verificação ocorre na seção eleitoral, imediatamente antes da emissão da zêresima – documento que comprova que não há nenhum voto dentro da urna – e do início da votação. (URNA, 2023)



Justiça Eleitoral investe em ações para zerar estoque de processos nos cartórios eleitorais

A Corregedoria Regional Eleitoral, responsável por acompanhar e orientar as 57 zonas eleitorais de Mato Grosso está investindo em ações para reduzir a zero o estoque de processos físicos em trâmite na 1ª instância da Justiça Eleitoral. A missão “*Estoque Zero*” foi lançada em maio de 2019 e em pouco tempo já trouxe resultados significativos. Em apenas 90 dias, o número de processos pendentes de decisão nos cartórios eleitorais foi reduzido de 3.041 para 2.003.

Na avaliação do juiz auxiliar da Corregedoria, Emerson Luis Pereira Cajango, “em maio deste ano, a CRE expediu um ofício aos juízes eleitorais pelo qual solicitou empenho para que fossem finalizados todos os processos e procedimentos em trâmite e autuados fisicamente no Sistema de Acompa-

nhamento de Processos (SADP). O pedido foi prontamente atendido”.

O corregedor regional eleitoral, desembargador Sebastião Barbosa, destacou o esforço que os magistrados e servidores da 1ª Instância empreenderam para cumprir a “meta”: “Os juízes eleitorais sempre apresentaram a produtividade condizente com suas realidades operacionais. Quando iniciamos a campanha “Estoque Zero”, tínhamos plena consciência de que estávamos pedindo a todos os envolvidos, não somente ir além de suas atribuições, porque isso já o fazem, mas se doarem ainda mais em prol dessa iniciativa. Tivemos a adesão de todos e avançamos no cumprimento da meta. [...] Já avançamos, mas precisamos avançar mais até que não haja em nosso estoque processos físicos. Justifica-se o pedido realizado não somente por imprimir celeridade e duração razoável dos processos eleitorais, mas por permitir uma transição tecnológica mais exitosa em que será descontinuado no SADP e implementado o Processo Judicial Eletrônico”. (OLIVEIRA, 2023g).

Resultado das Eleições 2020

PREFEITOS MUNICIPAIS ELEITOS NO ESTADO DE MATO GROSSO (2020)

| Município | Nº | Candidato | Nome Urna | Partido | Votação |
|-----------------------|----|--------------------------------------|---------------------|---------------|---------|
| Água Boa | 15 | Mariano Kolankiewicz Filho | Dr. Mariano | MDB | 6.747 |
| Alta Floresta | 45 | Valdemar Gamba | Chico Gamba | PSDB | 11.739 |
| Alto Araguaia | 40 | Gustavo de Melo Anicézio | Gustavo Melo | PSB | 4.805 |
| Alto Boa Vista | 14 | José Pereira Maranhão | Zé Maranhão | PTB | 1.299 |
| Alto Garças | 10 | Claudinei Singolano | Professor Claudinei | Republicanos | 4.404 |
| Alto Paraguai | 15 | Adair José Alves Moreira | Adair | MDB | 3.036 |
| Alto Taquari | 25 | Marilda Garofolo Sperandio | Marilda Sperandio | DEM | 2.686 |
| Apiacás | 15 | Julio Cesar dos Santos | Julio da Papelaria | MDB | 2.234 |
| Araguaiana | 40 | Getulio Dutra Vieira Neto | Getulio | PSB | 1.750 |
| Araguainha | 17 | Francisco Gonçalves Naves | Chiquinho | PSL | 464 |
| Araputanga | 77 | Enilson de Araújo Rios | Enilson Rios | Solidariedade | 3.492 |
| Arenópolis | 11 | Ederson Figueiredo | Eder Marquis | PP | 2.723 |
| Aripuanã | 45 | Seluir Peixer Reghin | Seluir | PSDB | 3.057 |
| Barão de Melgaço | 45 | Margareth Gonçalves da Silva | Margareth de Munil | PSDB | 2.353 |
| Barra do Bugres | 12 | Divino Henrique Rodrigues dos Santos | Dr. Divino Henrique | PDT | 7.359 |
| Barra do Garças | 55 | Adilson Goncalves de Macedo | Dr. Adilson | PSD | 14.466 |
| Bom Jesus do Araguaia | 40 | Marcilei Alves de Oliveira | Mansão | PSB | 1.507 |
| Brasnorte | 25 | Edelo Marcelo Ferrari | Edelo Ferrari | DEM | 4.904 |
| Cáceres | 40 | Antônia Eliene Liberato Dias | Eliene Liberato | PSB | 15.881 |
| Campinápolis | 25 | José Bueno Vilela | Zé Bueno | DEM | 3.996 |
| Campo Novo do Parecis | 17 | Rafael Machado | Rafael Machado | PSL | 6.395 |
| Campo Verde | 12 | Alexandre Lopes de Oliveira | Alexandre Lopes | PDT | 11.695 |
| Campos de Júlio | 51 | Irineu Marcos Parmeggiani | Parma | Patriota | 1.949 |
| Canabrava do Norte | 45 | João Cleiton Araujo de Medeiros | João Cleiton | PSDB | 1.420 |
| Canarana | 25 | Fábio Marcos Pereira de Faria | Fábio Faria | DEM | 6.116 |
| Carlinda | 25 | Carmelinda Leal Martines Coelho | Carmen Martines | DEM | 4.646 |
| Castanheira | 13 | Jakson de Oliveira Rios Júnior | Juninho | PT | 3.158 |
| Chapada dos Guimarães | 15 | Osmar Froner de Mello | Osmar Froner | MDB | 3.946 |
| Cláudia | 45 | Altamir Kurten | Altamir Kurten | PSDB | 2.949 |
| Cocalinho | 40 | Marcio Conceição Nunes de Aguiar | Baco | PSB | 1.911 |
| Colíder | 51 | Hemerson Lourenço Maximo | Maninho | Patriota | 5.450 |
| Colniza | 20 | Milton de Souza Amorim | Miltinho | PSC | 3.386 |
| Comodoro | 19 | Rogério Vilela Victor de Oliveira | Rogério Vilela | PODE | 5.795 |
| Confresa | 11 | Ronio Condão Barros Milhomem | Dr. Ronio Condão | PP | 7.210 |
| Conquista d'Oeste | 22 | Maria Lucia de Oliveira Porto | Maria Lucia | PL | 1.218 |
| Cotriguaçu | 15 | Olirio Oliveira dos Santos | Lirio | MDB | 2.062 |
| Cuiabá | 15 | Emanuel Pinheiro | Emanuel Pinheiro | MDB | 135.871 |
| Curvelândia | 10 | Jadilson Alves de Souza | Jadilson | Republicanos | 1.826 |

continua...

PREFEITOS MUNICIPAIS ELEITOS NO ESTADO DE MATO GROSSO (2020)

| Município | Nº | Candidato | Nome Urna | Partido | Votação |
|-----------------------------|----|-----------------------------------|------------------------|--------------|---------|
| Denise | 12 | Aldecir de Sousa Oliveira | Marrom | PDT | 2.385 |
| Diamantino | 15 | Manoel Loureiro Neto | Dr. Manoel | MDB | 5.588 |
| Dom Aquino | 22 | Valdecio Luiz da Costa | Zão | PL | 3.327 |
| Feliz Natal | 15 | José Antonio Dubiella | Toni Dubiella | MDB | 2.278 |
| Figueirópolis d'Oeste | 10 | Eduardo Flausino Vilela | Eduardo | Republicanos | 1.320 |
| Gaúcha do Norte | 15 | Voney Rodrigues Goulart | Voney Goiano | MDB | 2.049 |
| General Carneiro | 22 | Marcelo de Aquino | Marcelo de Aquino | PL | 1.928 |
| Glória d'Oeste | 55 | Gheysa Maria Bonfim Borgato | Gheysa Borgato | PSD | 1.113 |
| Guarantã do Norte | 25 | Érico Stevan Gonçalves | Érico Stevan | DEM | 6.739 |
| Guiratinga | 25 | Waldecio Barga Rosa | Barga Rosa | DEM | 3.060 |
| Indiavaí | 25 | Sidnei Marques Lopes | Sidnei da Cerâmica | DEM | 865 |
| Ipiranga do Norte | 25 | Orlei Jose Grasseli | Graxa | DEM | 2.049 |
| Itanhanga | 22 | Edu Laudi Pascoski | Edu | PL | 3.118 |
| Itaúba | 12 | Antônio Ferreira de Oliveira Neto | Toninho Tijolinho | PDT | 1.185 |
| Itiquira | 11 | Fabiano Dalla Valle | Fabiano | PP | 5.135 |
| Jaciara | 40 | Andreia Wagner | Andreia | PSB | 6.754 |
| Jangada | 11 | Rogério de Oliveira Meira | Rogério Meira | PP | 1.699 |
| Jauru | 40 | Valdecio José de Souza | Passarinho | PSB | 2.643 |
| Juara | 25 | Carlos Amadeu Sirena | Carlos Sirena | DEM | 13.957 |
| Juína | 19 | Paulo Augusto Veronese | Paulo Veronese | PODE | 12.057 |
| Juruena | 25 | Manoel Gontijo de Carvalho | Manoel Garça Branca | DEM | 1.655 |
| Juscimeira | 25 | Moises dos Santos | Moises | DEM | 3.795 |
| Lambari d'Oeste | 12 | Marcelo Vieira Vitorazzi | Marcelinho da Bem Star | PDT | 1.345 |
| Lucas do Rio Verde | 23 | Miguel Vaz Ribeiro | Miguel Vaz | Cidadania | 18.283 |
| Luciara | 15 | Parassu de Souza Freitas | Parassu | MDB | 894 |
| Marcelândia | 25 | Celso Luiz Padovani | Celso Padovani | DEM | 5.328 |
| Matupá | 25 | Fernando Zafonato | Fernando Zafonato | DEM | 4.585 |
| Mirassol d'Oeste | 17 | Héctor Alvares Bezerra | Héctor Alvares | PSL | 7.449 |
| Nobres | 45 | Leocir Hanel | Leocir Hanel | PSDB | 4.373 |
| Nortelândia | 11 | Jossimar José Fernandes | Zema | PP | 1.720 |
| Nossa Senhora do Livramento | 25 | Silmar de Souza Gonçalves | Souza | DEM | 4.609 |
| Nova Bandeirantes | 15 | Cesar Augusto Perigo | Cesar Perigo | MDB | 2.548 |
| Nova Brasilândia | 15 | Mauriza Augusta De Oliveira | Marilza | MDB | 2.097 |
| Nova Canaã do Norte | 12 | Rubens Roberto Rosa | Rubão | PDT | 6.288 |
| Nova Guarita | 25 | José Lair Zamoner | Zeca | DEM | 1.562 |
| Nova Lacerda | 25 | Uilson Jose da Silva | Uilson Linguíça | DEM | 1.701 |
| Nova Marilândia | 11 | Jefferson Nogueira Souto | Jefferson Souto | PP | 1.066 |
| Nova Maringá | 51 | Ana Maria Urquiza Casagrande | Ana | Patriota | 890 |
| Nova Monte Verde | 11 | Edemilson Marino dos Santos | Edemilson Marino | PP | 1.927 |
| Nova Mutum | 17 | Leandro Felix Pereira | Leandro Félix | PSL | 9.730 |
| Nova Nazaré | 45 | João Teodoro Filho | João Filho | PSDB | 1.043 |

continua...

PREFEITOS MUNICIPAIS ELEITOS NO ESTADO DE MATO GROSSO (2020)

| Município | Nº | Candidato | Nome Urna | Partido | Votação |
|---------------------------|----|-----------------------------------|----------------------|---------------|---------|
| Nova Olímpia | 25 | José Elpidio de Moraes Cavalcante | Zé Elpidio | DEM | 4.789 |
| Nova Santa Helena | 77 | Paulinho Bortolini | Paulinho Bortolini | Solidariedade | 1.291 |
| Nova Ubiratã | 28 | Edegar Jose Bernardi | Neninho da Nevada | PRTB | 3.025 |
| Nova Xavantina | 40 | João Machado Neto | João Bang | PSB | 5.205 |
| Novo Horizonte do Norte | 15 | Silvano Pereira Neves | Silvano Neves | MDB | 1.464 |
| Novo Mundo | 22 | Antônio Mafini | Toni Mafini | PL | 1.831 |
| Novo Santo Antônio | 25 | Adão Soares Nogueira | Adão Belchior | DEM | 681 |
| Novo São Joaquim | 22 | Leonardo Faria Zampa | Leonardo Farias | PL | 2.132 |
| Paranaíta | 51 | Osmar Antônio Moreira | Osmar Mandacaru | Patriota | 3.952 |
| Paranatinga | 15 | Josimar Marques Barbosa | Marquinhos Do Dedé | MDB | 4.961 |
| Pedra Preta | 40 | Nelson Antônio Orlato | Nelson Orlato | PSB | 3.952 |
| Peixoto de Azevedo | 55 | Mauricio Ferreira de Souza | Mauricio | PSD | 6.552 |
| Planalto da Serra | 90 | Natal Alves de Assis Sobrinho | Natal de Assis | PROS | 1.102 |
| Poconé | 25 | Atail Marques do Amaral | Tatá Amaral | DEM | 6.772 |
| Pontal do Araguaia | 15 | Adelcino Francisco Lopo | Adelcino | MDB | 1.828 |
| Ponte Branca | 19 | Clenei Parreira da Silva | Clenei Parreira | PODE | 1.353 |
| Pontes e Lacerda | 10 | Alcino Pereira Barcelos | Alcino Barcelos | Republicanos | 16.761 |
| Porto Alegre do Norte | 12 | Daniel Rosa do Lago | Daniel do Lago | PDT | 5.124 |
| Porto dos Gaúchos | 15 | Vanderlei Antônio de Abreu | Vanderlei de Abreu | MDB | 1.476 |
| Porto Esperidião | 55 | Martins Dias de Oliveira | Martins | PSD | 3.431 |
| Porto Estrela | 20 | Eugenio Pelachim | Eugenio Pelachim | PSC | 1.494 |
| Poxoréu | 12 | Nelson Antônio Paim | Nelson Paim | PDT | 6.330 |
| Primavera do Leste | 15 | Leonardo Tadeu Bortolin | Léo Bortolin | MDB | 26.117 |
| Querência | 25 | Fernando Gorgen | Fernando Gorgen | DEM | 6.723 |
| Reserva do Cabaçal | 11 | Jonas Campos Vieira | Jonas Campos | PP | 920 |
| Ribeirão Cascalheira | 77 | Luzia Nunes Brandão | Luzia Brandão | Solidariedade | 1.711 |
| Ribeirãozinho | 45 | Ronivon Parreira das Neves | Ronivon Parreira | PSDB | 982 |
| Rio Branco | 45 | Luiz Carlos | Luiz Carlos | PSDB | 1.561 |
| Rondolândia | 15 | José Guedes de Souza | Guedes | MDB | 712 |
| Rondonópolis | 77 | José Carlos Junqueira de Araujo | José Carlos do Pátio | Solidariedade | 44.605 |
| Rosário Oeste | 77 | Alex Steves Berto | Alex da Farmácia | Solidariedade | 3.249 |
| Salto do Céu | 77 | Mauto Teixeira Espindola | Prof. Mauto | Solidariedade | 2.100 |
| Santa Carmem | 55 | Rodrigo Audrey Frantz | Rodrigo Frantz | PSD | 2.499 |
| Santa Cruz do Xingu | 55 | Joraildes Soares de Sousa | Jo | PSD | 791 |
| Santa Rita do Trivelato | 55 | Egon Hoepers | Egon Hoepers | PSD | 1.110 |
| Santa Terezinha | 40 | Thiago Castellan Ribeiro | Thiago Engenheiro | PSB | 2.430 |
| Santo Afonso | 25 | Luis Fernando Ferreira Falcão | Luis Fernando | DEM | 942 |
| Santo Antônio do Leste | 55 | José Arimateia Vieira Alves | Arimateia | PSD | 1.045 |
| Santo Antônio do Leverger | 14 | Francieli Magalhães de Arruda | Francieli Magalhães | PTB | 5.154 |
| São Félix do Araguaia | 77 | Janailza Taveira Leite | Dra Janailza | Solidariedade | 2.540 |
| São José do Povo | 40 | Ivanildo Vilela da Silva | Junior da Saude | PSB | 661 |

continua...

PREFEITOS MUNICIPAIS ELEITOS NO ESTADO DE MATO GROSSO (2020)

| Município | Nº | Candidato | Nome Urna | Partido | Votação |
|----------------------------------|----|------------------------------------|--------------------------|---------------|---------|
| São José do Rio Claro | 19 | Levi Ribeiro | Levi Ribeiro | Podemos | 3.542 |
| São José do Xingu | 25 | Sandro José Luz Costa | Dr. Sandro | DEM | 1.085 |
| São José dos Quatro Marcos | 77 | Jamis Silva Bolandin | Jamis Silva | Solidariedade | 5.596 |
| São Pedro da Cipa | 40 | Eduardo José da Silva Abreu | Eduardo Portugues | PSB | 1.460 |
| Sapezal | 22 | Valcir Casagrande | Valcir Casagrande | PL | 9.407 |
| Serra Nova Dourada | 11 | Elson Farias de Sousa | Elson Mará | PP | 409 |
| Sinop | 10 | Roberto Dorner | Roberto Dorner | Republicanos | 32.114 |
| Sorriso | 45 | Ari Genezio Lafin | Ari Lafin | PSDB | 30.179 |
| Tabaporã | 15 | Sirineu Moleta | Sirineu Moleta | MDB | 2.088 |
| Tangará da Serra | 45 | Vander Alberto Masson | Vander Masson | PSDB | 31.606 |
| Tapurah | 55 | Carlos Alberto Capeletti | Carlos Alberto Capeletti | PSD | 2.678 |
| Terra Nova do Norte | 15 | Pascoal Alberton | Pascoal Alberton | MDB | 2.815 |
| Tesouro | 40 | João Isaack Moreira Castelo Branco | Isaack | PSB | 1.206 |
| União do Sul | 15 | Claudiomiro Jacinto de Queiroz | Claudio do Posto | MDB | 1.618 |
| Vale de São Domingos | 25 | Geraldo Martins da Silva | Geraldo Ramos | DEM | 1.028 |
| Várzea Grande | 15 | Kalil Sarat Baracat de Arruda | Kalil Baracat | MDB | 50.918 |
| Vera | 19 | Moacir Luiz Giacomelli | Moacir Giacomelli | PODE | 3.358 |
| Vila Bela da Santíssima Trindade | 15 | Jacob Andre Bringsken | Dr. Andre | MDB | 4.671 |
| Vila Rica | 22 | Abmael Borges da Silveira | Abmael | PL | 5.552 |

Fonte: TSE – Resultado das Eleições Municipais de 2020.

ELEIÇÃO SUPLEMENTAR PARA PREFEITOS MUNICIPAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO (2020)

| Município | Nº | Candidato | Nome Urna | Partido | Votação |
|-----------|----|---------------------------------|--------------|---------|---------|
| Acorizal | 55 | Diego Ewerton Figueiredo Taques | Diego Taques | PSD | 2.758 |
| Matupá | 25 | Bruno Santos Mena | Bruno Mena | DEM | 4.460 |
| Torixoréu | 40 | Thiago Timo Oliveira | Thiago Timo | PSB | 1.489 |

Fonte: TSE – Resultado das Eleições Municipais de 2020.

ELEIÇÕES SUPLEMENTARES PARA SENADOR – PRIMEIRA EXPERIÊNCIA NO BRASIL

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luís Roberto Barroso, autorizou, no dia 17 de julho de 2020, a realização da eleição suplementar para o cargo de senador e respectivos suplentes do Estado de Mato Grosso, realizada no dia 15 de novembro, coincidindo com a data do primeiro turno das Eleições Municipais de 2020.

Esta foi uma primeira experiência de eleições suplementares no Brasil para o cargo de senador da República.

Os autos do processo foram enviados à diretoria-geral do TSE para a adoção das providências, principalmente sobre a configuração do sistema de totalização e de divulgação dos resultados das eleições.

O Pleno do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso aprovou, aos 22 de janeiro de 2020 a Resolução nº 2404/2020 a qual estabeleceu que a renovação da eleição para um cargo de senador ou senadora e respectivos suplentes no Estado de Mato Grosso seria realizada no dia 26 de abril deste ano. O normativo regulamenta ainda: a escolha e o registro de candidatos, o calendário e outras providências relacionadas ao pleito.

Para a eleição suplementar o Cadastro Nacional de Eleitores foi encerrado no dia 21 de fevereiro. A medida se tornou necessária para que os dados nele inseridos fossem utilizados para a carga das urnas eletrônicas, impressões dos cadernos de votação, e outras providências. Assim, para votar no pleito suplementar, o eleitor que estivesse irregular com a Justiça Eleitoral deveria efetuar a regularização até o dia 21 de fevereiro.

O Pleno do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso retomou as atividades no dia 22 de janeiro. Nesse dia, o colegiado definiu a data em que os mato-grossenses iriam às urnas escolher o senador ou senadora e seus suplentes. A data escolhida pelo Pleno do TRE-MT esteve dentre as datas autorizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral na Portaria nº 821/2019. Por esse normativo, a Corte Superior permitiu a realização de eleição suplementar em 2020 nas seguintes datas: 12 de janeiro, 2 de fevereiro, 8 de março, 26 de abril, 10 de maio, 21 de junho, 22 de novembro e 6 de dezembro. (ELEIÇÃO, 2023)

ELEIÇÃO SUPLEMENTAR – SENADOR ELEITO (15 de novembro de 2020)

| Candidato | Partido | Votos Nominais |
|--------------------------------|---------|----------------|
| Carlos Henrique Baqueta Favaro | PSD | 371.857 |

Fonte: TSE – Resultado da Eleição Suplementar de 2020.



Gestão de Pessoas: TRE-MT lança Academia de Líderes

Em 28 de junho de 2019 houve o lançamento da Academia de Liderança, ação estratégica visando o aprimoramento das competências dos atuais e futuros líderes do TRE-MT. O evento foi realizado no Plenário do Tribunal. Durante a cerimônia, foi proferida a palestra ‘Liderança Autêntica’, a cargo da professora do Departamento de Administração da UFMT, Cecília Arlene Moraes.

Em seu convite, o presidente do TRE, desembargador Gilberto Giraldelelli, reforçou que todos os servidores poderão participar do evento, mesmo os do interior, pois o mesmo foi transmitido ao vivo e pode ser acessado pelo [link <http://multimedia.tre-mt.jus.br/>](http://multimedia.tre-mt.jus.br/).



Lançamento da Academia de Liderança (2019)



Alair Ribeiro | Ascom TRE-MT

Academia de Liderança – Cerimônia de conclusão da primeira turma (2019)

A Academia de Liderança, “Programa de Educação Corporativa para Formação e Treinamento de Líderes”, tem objetivo de aperfeiçoar as competências, habilidades e atitudes necessárias à boa liderança organizacional e a melhoria do desempenho; habilitar os servidores a exercer a liderança em diferentes contextos e posições, facilitando o processo sucessório; melhorar o alinhamento da liderança organizacional com a estratégia do órgão; Fomentar a sinergia e o aprendizado organizacional a partir de contextos e cenários reais; valorizar o uso da instrutória interna. Os temas abordados foram: Inovação, Criatividade e *Design Thinking*; Gestão de Pessoas; Gestão de Contratos; Ética; Sustentabilidade; Governança; Gestão de Riscos; Gestão por Processos; e Planejamento Estratégico. (DINO, 2023e)

Corregedoria Eleitoral e SGP realizam correção humanizada em Sorriso

A 43ª Zona Eleitoral de Sorriso passou por correção nos dias 7 e 8 de agosto de 2019. A partir desse ano, a Corregedoria Regional Eleitoral conta com a participação da Secretaria de Gestão de Pessoas, no intuito de tornar o procedimento mais humanizado. A equipe técnica da CRE-MT verifica a regularidade de 382 quesitos e se o funcionamento do cartório está de acordo com a legislação vigente, enquanto a equipe da SGP, dialoga com os servidores do cartório para verificar o clima organizacional.



Correção Humanizada no Cartório da 43ª Zona Eleitoral – Sorriso (2019)

Avanços Tecnológicos

BUSINESS INTELLIGENCE (BI)

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) iniciou oficialmente, em 19 de novembro o uso da tecnologia *Business Intelligence* (BI). Toda gestão administrativa e orçamentária já implementou a ferramenta que permite o monitoramento e gerenciamento instantâneo dos recursos do Tribunal, desde os planos de trabalho, empenho, execução e liquidação de despesas, assim como os contratos do órgão.

O uso da tecnologia pelo TRE-MT foi possível por meio de uma parceria com o Tribunal Eleitoral do Goiás, não gerando custos para o primeiro. Para o diretor-geral do TRE-MT, Mauro Sérgio Rodrigues Diogo: “nós sempre tivemos a informação, o controle dos dados, mas faltava uma tecnologia para dar uma roupagem melhor, mais ágil. Era preciso que servidores trabalhassem na emissão de relatórios e tabulação desses dados. Agora tudo é feito com apenas um clique, representando economia para os cofres públicos, segurança e agilidade na tomada de decisão. Cada gestor agora tem a noção exata da questão orçamentária, contratual; logo vamos implementar na gestão de pessoas, gestão, gestão de processos... Enfim, com a implantação dessa ferramenta tecnológica, o Tribunal muda de patamar na gestão administrativa, fazendo com que as informações e decisões sejam mais ágeis e eficientes. Um imenso avanço para todos, inclusive para a sociedade. Temos muito a comemorar essa conquista e agradecer ao TRE-GO”.

Toda a implementação foi feita por meio de um convênio junto ao TRE de Goiás, que deslocou quatro servidores durante uma semana em Mato Grosso fazendo as adequações e mudanças no sistema. “Os dados estão *online*, e onde o gestor estiver ele acessa em tempo real o que está sendo feito em sua unidade, não necessitando pedir a seus subordinados para emitirem relatórios e levantamentos que demandam dias para ser concluídos. Um ganho considerável é a transparência dos dados, tenho certeza que rapidamente o Tribunal irá criar meios para que todos esses dados sejam disponibilizados à sociedade em geral, diretamente no site do TRE-MT”, na opinião de José Carlos, assessor de Governança do TRE-GO.

Ele contou como a tecnologia tem mudado a Justiça Eleitoral de seu Estado. “Nós liberamos uma série de servidores de tarefas repetitivas, com grande nível de responsabilidade, porém sem a necessidade de raciocínio, de esforço intelectual. Então liberamos uma mão de obra altamente capacitada para efetivamente pensar os problemas do TRE-GO, encontrar soluções criativas e arrojadas que realmente valem o esforço humano. São pessoas que olham para os indicadores, gerados agora eletronicamente, e interpretam quais os próximos pas-

Na opinião do coordenador jurídico da CRE-MT, Carlos Ribeiro Luanga Lins “a correição humanizada começou a ser desenvolvida este ano. Esse formato foi utilizado, primeiro, em Barra do Garças, e depois em Sorriso. A equipe da SGP convida os servidores do cartório a falarem sobre quais são suas competências que precisam ser desenvolvidas, o plano de desenvolvimento pessoal, suas expectativas, angústias. A análise do clima organizacional permite a adoção de medidas de melhorias na qualidade de vida do servidor. Pesquisas comprovam que a qualidade de vida do servidor reflete diretamente nos serviços prestados à sociedade”.

A correição está regulamentada no artigo 1^a da Resolução n. 21.372 do Tribunal Superior Eleitoral, que determina que o controle dos serviços eleitorais das zonas seja realizado, diretamente, por meio de correições ordinárias e extraordinárias e, indiretamente, pela análise de relatórios apresentados. Com esse procedimento, a equipe da CRE e os juízes eleitorais aferem se o funcionamento dos cartórios eleitorais está de acordo com o que determina as normas legais e, se necessário, orientam como corrigir e aperfeiçoar os serviços prestados.

A tarefa de correição fica a cargo de autoridade incumbida de verificar a regularidade de 382 quesitos, divididos em 20 categorias, entre eles: se os horários de trabalho e atendimento ao público estão sendo cumpridos; se o cartório possui os livros indispensáveis e se estão devidamente escriturados; se os processos têm trâmite regular; se os requerimentos de alistamento eleitoral e os formulários de atualização de situação de eleitor estão sendo preenchidos, digitados e transmitidos na conformidade com a lei; e se existem práticas viciosas, erros, abusos ou irregularidades a serem evitadas, coibidas ou sanadas.

Na avaliação do ressaltou vice-presidente e corregedor regional eleitoral, desembargador Sebastião Barbosa Farias, “nosso maior patrimônio são os servidores. Por isso é fundamental a realização da correição integrada. Devemos sim, avaliar o funcionamento legal dos cartórios, mas também avaliar os aspectos psicológicos que envolvem o servidor, as condições de trabalho, as relações socioprofissionais. A administração que valoriza, investe e desenvolve a competência de seu servidor, obtém melhoria dos serviços prestados. Todos saem ganhando”.

O desembargador presidente do TRE, desembargador Gilberto Giraldelelli, ressaltou o empenho dos servidores que desempenham a correição: “parabéns a todos os servidores envolvidos nessa nova formatação de correição, que passa a primar mais para o lado humano das relações. Sempre fui um entusiasta desse modelo, especialmente, para realçar mais o lado orientativo dos trabalhos, desmistificando assim, aquela pecha punitiva até então atrelada aos trabalhos. O ser humano é nosso maior patrimônio”. (OLIVEIRA, 2023h)

tos. Um exemplo claro que temos lá é o custo do atendimento por eleitor, por cartório eleitoral, por servidor. Sabemos exatamente onde estão os nossos gargalos em um grande nível de precisão e aprofundamento”.

Para o secretário de Administração e Orçamento do TRE-MT, Rafael Zornitta, a medida certamente auxilia na economia e rotina de trabalho. “É essencial nesse período de escassez e racionamento dos recursos públicos que o órgão reinvente os seus processos de trabalho. A utilização do BI vem ao encontro dessa necessidade. Na área da gestão orçamentária e financeira havia essa lacuna de um sistema informatizado de controle e acompanhamento, era uma demanda de longa data. Hoje podemos dizer que temos a gestão orçamentária e financeira do TRE-MT na palma da mão”.

Toda a implementação da ferramenta *Powerbi* foi feita com a liderança dos gestores e servidores da Secretaria de Administração e Orçamento do TRE-MT e apresentada aos servidores. (DINO, 2023f)

JUSTIÇA ELEITORAL DE MATO GROSSO INAUGURA USINA FOTOVOLTAICA

Frente ao congelamento de gastos públicos e a necessidade latente de adotar medidas sustentáveis, com apoiadas em inovação tecnológica, a Justiça Eleitoral de Mato Grosso investiu na utilização de energia solar com a implementação da primeira usina fotovoltaica. Ela entrou em funcionamento no dia 14 de março de 2020, e constitui o maior sistema de usina fotovoltaica pública do Estado. A miniusina está instalada nas dependências da sede do Tribunal, sendo que outras oito microusinas foram montadas nas zonas eleitorais do

interior mato-grossense. O gasto anual da Instituição com energia elétrica vai passar, de R\$ 1,6 milhões, para R\$ 400 mil, o que corresponde a uma redução de despesa em torno de 75%.

Até o mês de fevereiro, o TRE-MT desembolsava mensalmente cerca de R\$ 135 mil com energia elétrica. Com a produção das usinas, a despesa mensal foi calculada em aproximadamente R\$ 33 mil, na qual está incluso o percentual não contemplado pela produção própria e impostos (taxa de iluminação pública, dentre outros).

A cerimônia de inauguração das usinas ocorreu no dia 5 de março de 2020. A solenidade contou com a presença do presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, desembargador Gilberto Giraldelelli, que ressaltou os benefícios da energia solar: “esse empreendimento dará um retorno, não só do ponto de vista econômico e orçamentário, mas ambiental. Quando assumi a presidência do TRE, destaquei para todos os servidores e demais colaboradores a importância de fazermos mais com menos, de sermos criativos e de buscar mecanismos para reduzir custos. Temos que partir para inovações e é fantástico quando se consegue aliar a redução de custos, com a preservação do meio ambiente. Esse é o caminho que tem de ser trilhado pelos órgãos públicos e pela iniciativa privada, os quais devem fazer uso de energias renováveis, limpas e baratas. Nosso Estado tem um grande potencial para produção dessa fonte de energia e isso não pode ser ignorado”.

Para a instalação da fotovoltaica no TRE-MT, foram investidos R\$ 5,3 milhões. Mas a expectativa do diretor-geral do TRE-MT, Mauro Sérgio Rodrigues Diogo, era, então, de “recuperar esse investimento em no máximo cinco anos. Esse prazo pode ser bem menor se considerarmos a inflação anual



Mini usina de energia fotovoltaica do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (2020)

aplicada às tarifas energéticas, que geralmente são maiores do que a inflação convencional aplicada aos consumidores. A vida útil de uma usina é de 25 anos, ou seja, teremos 20 anos, em que deixaremos de gastar com energia elétrica cerca de R\$ 24 milhões. Esse recurso poderá custear outras necessidades da Justiça Eleitoral de Mato Grosso”.

A adoção de energia solar não se reflete apenas na redução de gastos públicos, mas também na preservação do meio ambiente. Todos os sistemas de usinas adotados pela Justiça Eleitoral de Mato Grosso resultaram no ganho anual de 924 créditos de carbono, o salvamento de 82,5 hectares de árvores, além da não emissão de gases poluentes e nocivos à atmosfera, como o dióxido de carbono, óxido de nitrogênio e dióxido de enxofre. (OLIVEIRA, 2023i)

TRE INFORMA: SESSÕES PLENÁRIAS SERÃO REALIZADAS POR VIDEOCONFERÊNCIA A PARTIR DE 1º DE ABRIL

A partir do dia 1º de abril de 2020, as sessões de julgamentos do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso passaram a ser realizadas, exclusivamente, por videoconferência. A adoção dessa medida, que visa prevenir o contágio e propagação do Covid-19, alcançou as sessões plenárias marcadas para os dias 3, 13, 15, 17, 23, 28 e 30 de abril. A adoção dessa medida se estendeu para além do previsto, ao atender a necessidade da manutenção de medidas de prevenção contra a pandemia.

A sessão plenária de julgamento por videoconferência está regulamentada na Portaria 132/2020 TRE-MT nº [DJE nº 3.130, de 27 de março de 2020, p. 2] e na Resolução TRE-MT nº 2.443/2020 [DJE nº 3124, de 20 de março de 2020, p. 2-3].

Na concepção do presidente do TRRE-MT, desembargador Gilberto Giraldelelli, “ao realizar as sessões por videoconferência garantimos a manutenção da prestação jurisdicional, e ainda, restringimos o contato presencial, seguindo uma das diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS), bem como as orientações de médicos e demais autoridades sanitárias”.

Os advogados interessados em sustentar oralmente suas razões devem requerer a inscrição por meio do formulário eletrônico até uma hora antes do início da sessão. Após esse processo, o inscrito receberá, pelo e-mail informado, um *link* para o acesso à sala de videoconferência.



Os advogados devem, no dia da sessão – até 15 minutos antes de seu início –, validar o pedido de sustentação oral. Essa validação deve ser realizada por meio do acesso à sala de videoconferência ou pelo *e-mail*: capj@tre-mt.jus.br.

Na avaliação do secretário judiciário, Breno Gasparotto, “consta na Resolução, que regulamenta a sessão de julgamento por videoconferência, que o advogado deverá zelar pelas condições técnicas para a transmissão audiovisual de sua sustentação oral, fazendo uso dos meios técnicos necessários (computadores). Se houver a indisponibilidade técnica do sistema de videoconferência, a ocorrência deverá ser registrada na certidão de julgamento e na ata da sessão, adiando-se os processos impactados para a próxima sessão”. (OLIVEIRA, 2023j).

JUSTIÇA ELEITORAL DE MATO GROSSO INOVA E CRIA PÁGINA PARA ATENDIMENTO DIGITAL AO ELEITOR

A Justiça Eleitoral de Mato Grosso disponibilizou no portal da instituição (www.tre-mt.jus.br) a página Atendimento Digital ao Eleitor, com orientações de como proceder, passo a passo, para obter os serviços considerados urgentes e excepcionais. Até 30 de abril, o expediente presencial ficou suspenso na sede do TRE-MT e nos cartórios eleitorais, como medida de prevenção ao contágio por Coronavírus (Covid-19), o que motivou a criação da página desenvolvida pela Assessoria Técnica da Corregedoria Regional Eleitoral e pela Coordenadoria de Gestão da Informação.

Nela, a Justiça Eleitoral responde aos seguintes questionamentos: quais casos podem ser atendidos remotamente; como solicitar o atendimento remoto?; como devo proceder para apresentar meu requerimento?; além de orientar o eleitor a consultar no *site* do TRE a situação de seu título eleitoral. A página traz, ainda, informações sobre outros sistemas para atendimento remoto, arquivos para download com modelo de requerimento (RAE) e a regulamentação normativa.

O corregedor regional eleitoral, desembargador Sebastião Barbosa Farias, assim avaliou este recurso: “estamos atendendo casos urgentes, que envolve a necessidade de cumprimento

Logo do
Projeto SoleTRE
(2019)



de prazos não processuais, como os requerimentos de alistamento, revisão ou transferência de domicílio eleitoral de cidadãos que pretendem candidatar-se nas eleições deste ano ou serem submetidos a convenção partidária. Também atendemos os casos excepcionais e urgentes que envolvam significativa e impreterível necessidade de atendimento do eleitor de modo remoto, para evitar prejuízos, tais como: suspensão de pagamento de benefícios de qualquer ordem ou que possam impactar significativamente na sua vida”.

Em caso de requerimento para alistamento eleitoral, revisão ou transferência de domicílio eleitoral e regularização de inscrição cancelada, o eleitor deve preencher o formulário RAE (Requerimento de Atendimento Eleitoral) e assinar. O RAE deve ser enviado, acompanhado de documento de identificação com foto e comprovante de residência, todos em PDF ou imagem, ao e-mail ou WhatsApp da zona eleitoral onde está inscrito como eleitor. Em caso de transferência de domicílio eleitoral, o requerimento deve ser enviado a zona eleitoral para a qual se pretende transferir.

O diretor-geral do TRE, Mauro Sérgio Rodrigues Diogo, assim justificou: “adotamos as medidas necessárias para evitar prejuízos ao eleitor possibilitando o atendimento remoto, mas a simples remessa de requerimento não assegura ao eleitor seu deferimento, ele precisa acompanhar o protocolo e processamento do requerimento enviado remotamente. As respostas, quanto ao deferimento ou não dos requerimentos, serão encaminhadas pelo mesmo meio utilizado pelo eleitor para solicitação”.

O documento somente é protocolado a partir de seu recebimento pelo cartório eleitoral, não podendo ser atribuída à Justiça Eleitoral, qualquer responsabilidade por dificuldades no tráfego de dados ou integridade da comunicação, mas, o eleitor pode solicitar confirmação de recebimento do respectivo requerimento.

Para facilitar o atendimento, a Justiça Eleitoral orienta o eleitor que verifique no *site* do TRE sua situação eleitoral. Em caso de irregularidade por ausência às urnas, o eleitor, a partir da página, poderá acessar o sistema *pagEnvie*, para obter a Guia de Recolhimento da União, e depois, enviar o comprovante de pagamento. (OLIVEIRA, 2023k)

Projetos Sociais

PROJETO SOLETRE

Por iniciativa da Corregedoria Geral em parceria com a Escola Judiciária Eleitoral, o TRE-MT implementou o Projeto *SoleTRE*, visando oferecer os princípios básicos da alfabetização, além de possibilitar a correção de algumas dificuldades dos alunos para enxergar. Finalizando com a sigla TRE, esta ação, de grande penetração social, fez um trabalho que mereceu elogios do TSE.

Na avaliação do diretor-geral substituto do TRE-MT, Valmir Nascimento Milomen Santos “uma verdadeira corrente do bem tem se instalado no TRE-MT para trazer mais cidadania a esses eleitores. No começo das aulas, percebemos que eles estavam tendo dificuldade para ver as letras no quadro, e, com certeza, isso iria atrapalhar o aprendizado. Conseguimos gratuitamente as consultas oftalmológicas e depois ganhamos os óculos. Realmente é uma ação que pode transformar vidas”.

O coordenador da Corregedoria Regional Eleitoral (CRE-MT), Carlos Ribeiro Luanga Lins, explicou que, à época, 65 pessoas foram atendidas pelo projeto: “o percentual de cidadãos que ainda não tiveram acesso ao aprendizado de leitura e escrita é considerável. Em Cuiabá, por exemplo, o cadastro da Justiça Eleitoral aponta que 3.645 eleitores se declararam analfabetos. A Justiça Eleitoral está dando a sua contribuição para combater esta realidade; ao mesmo tempo, ficamos felizes de outras entidades e empresas manifestarem o interesse de somar forças nesta iniciativa voluntária”.

As aulas foram ministradas, voluntariamente, por servidores do TRE-MT, dentre eles Sueli Shimada Ueda, idealizadora do projeto. Na sua concepção: “Educação é a principal ferramenta para transformação social e a alfabetização é o primeiro passo, pois abre as portas para o conhecimento. Quero agradecer ao doutor Renato José Bett Correia que realizou as consultas e exames nos alunos. Este gesto certamente ficará marcado na vida de cada um deles e na nossa também”.

SOLETRE: ALUNOS DO PROJETO DE ALFABETIZAÇÃO RECEBEM DOAÇÃO DE ÓCULOS

Na formatura da primeira turma do projeto de alfabetização *SoleTRE*, em uma cerimônia, o vice-presidente e corregedor, Sebastião Barbosa Farias assim se expressou: “o *SoleTRE* foi muito mais que um projeto de alfabetização, para mim, para todos nós, foi um verdadeiro resgate de dignidade e cidadania. Acreditamos que conseguimos transformar um pouquinho a vida de vocês, despertando-os para importância do estudo. (DINO, 2023g)

Ele revelou que acompanhou o avanço de cada aluno, sempre buscando junto aos voluntários informações sobre o desenvolvimento do projeto. “Eu sei que alguns de vocês já concretizaram coisas que eram verdadeiros sonhos, como ler a Bíblia Sagrada, ler e executar receitas culinárias, escrever uma carta de amor. Coisas simples que antes eram difíceis para alguns, como pegar um ônibus sem errar o destino”. Somente nesta iniciativa, “vocês já fizeram história em Cuiabá. Segundo as estatísticas, tínhamos 3645 eleitores analfabetos nesta cidade; mais de 1% desta situação foi sanada por esta ação voluntária”.

Ainda como forma de incentivar os alunos, o vice-presidente pediu que todos continuassem estudando: “vocês já perceberam o quanto é importante a história que vocês começaram. É o início da caminhada. Quero parabenizar a todos os alunos que mantiveram-se firmes no seu propósito, que não desistiram de seus sonhos. Aos que desistiram por um motivo ou outro, saibam que terão a porta sempre aberta.

Para o orador da turma, Fernando Assunção Miranda, um dos alunos de maior idade, “aprender a ler não estava mais em suas expectativas de vida. Eu estava em casa quando um anjo me ligou convidando para estudar. Nem sei por que vim, mas hoje estou concluindo o *SoleTRE* sabendo ler, escrevendo um pouco. Sempre tive vergonha disso, de descer na parada errada do ônibus. Realmente mudou a minha e a vida de muitos colegas”.

Avaliando a experiência, a aluna Jurema Alina Pedroso destacou: “eu pedia para as pessoas lerem para mim... Nem todo mundo lia, e ficava com vergonha, dizia que havia esquecido meus óculos. Eu chegava em casa muito sentida, chorava muito porque eu não sabia escrever, não sabia ler”. (DINO, 2023h).

SOLETRE 2020

Com a *pandemia*, a modalidade do ensino foi modificada, mas o *SoleTRE* não paralisou suas atividades, prosseguindo de em moldes virtuais. Para ministrar os conteúdos, vídeos com o conteúdo das aulas eram gravados, podendo os alunos acessar pelo celular, através do *WhatsApp*.

Na avaliação do vice-presidente e corregedor regional eleitoral de Mato Grosso, promotor do projeto, desembargador Sebastião Barbosa Farias: “o *SoleTRE* é um projeto grandioso

em sua finalidade, que é promover a inclusão social, despertar a cidadania e reduzir o percentual de eleitores analfabetos. Uma iniciativa desse porte não pode parar diante das adversidades, ao contrário, precisa se reinventar. A *pandemia* não impediu que as pessoas continuassem estendendo as mãos, ajudando o próximo. A vontade de ajudar é tanta que os próprios professores voluntários se propuseram a gravar aulas em vídeos e os alunos foram assíduos em assistir aos conteúdos. Até mesmo um grupo de *WhatsApp* foi criado para a partilha de informações entre mestres e aprendizes”.

Na avaliação do aluno Benedito Lizeu Bispo Figueiredo, as aulas virtuais não deixaram a desejar: “estou estudando em casa devido a *pandemia*. A professora Renata me ensina por vídeo. Estou aprendendo a escrever e já estou lendo. Estou esperando poder voltar para o colégio. Ele é bom, me ensina bem, os professores adoram o que fazem. Estou aprendendo e me sinto bem. Tenho 60 anos e espero que até o final do ano eu já consiga fazer minha habilitação. Agradeço aos professores que tiveram paciência e todos os que estão no projeto por estar me apoiando”. (OLIVEIRA, 2023l)

SOLETRE 2021

Quando as aulas passaram de presencial para virtual, em 2020, alguns alunos receberam ajuda do TRE-MT através da doação de celular *smartphone*, garantindo o prosseguimento do aprendizado.

A segunda edição, concluída naquele ano, teve a formatura de 55 estudantes. Já a terceira etapa, concluída em novembro de 2021, contou com 54 pessoas.

Conforme as aulas passaram a ser realizadas, os professores e organizadores do projeto identificaram outras necessidades que acabavam dificultando o aprendizado, como a falta de condições financeiras, problemas de visão, entre outros. Dessa forma, o projeto buscou parcerias para oferecer exames com oftalmologistas, doação de óculos de grau, cestas básicas e também passes de ônibus quando as aulas eram realizadas presencialmente. (ASSIS, 2023b)

O projeto *SoleTRE* encerrou as atividades de 2021 com 37 pessoas alfabetizadas. A iniciativa consiste na alfabetização solidária de jovens, adultos e idosos e é desenvolvida pela Corregedoria Regional Eleitoral (CRE-MT) do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso.

As aulas tiveram início em abril de 2021, ainda realizadas de forma remota, em função da *pandemia* da Covid-19, e terminaram no dia 30 de novembro. Inicialmente, a turma era composta por 54 alunos. “Alguns alunos acabaram desistindo devido a algumas dificuldades, sendo a principal delas a falta de acesso à internet”, explica a coordenadora do *SoleTRE*, Sueli Shimada Leda.

Elisabete Luiza Sampaio Barbosa, de 52 anos de idade, está entre os alunos atendidos. Ela afirmou que estudava em outro local antes, mas que não estava aprendendo. “Antes, eu tinha dificuldades até para escrever meu nome, agora já consigo ler

as frases e entender quando me mandam mensagem. Os professores são maravilhosos. A única coisa que fiquei sentida é que eu gostava de colocar minha mochila nas costas todos os dias, o uniforme do *SoleTRE*, pegar o ônibus, encontrar com os colegas para estudar presencialmente. Mas tenho fé que ano que vem vamos poder ter aula presencial [...]. Antes, eu não conseguia entender o que tinha na bula de um remédio, tinha que ficar perguntando para os vizinhos, nem o que estava na Bíblia eu podia entender; agora já posso ler tudo. Agradeço a todos do TRE-MT por esta oportunidade, porque as professoras ajudam não só ensinando, mas acolhendo quando não estamos bem emocionalmente”. (ASSIS, 2023b)

PROJETO JUVA

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) recebeu no dia 10 de março de 2020 o grupo Jovens *Unidos pela Vida na Amazônia* (Juva), um projeto da Prefeitura Municipal de Cuiabá e da Unicef. Ao todo, 20 jovens indicados pelos Centros de Referência de Assistência Social da capital, e também pelo Projeto Siminina, participaram de uma palestra sobre cidadania, história da democracia, funcionamento da urna eletrônica e organização eleitoral.

Segundo a secretária da Escola Judiciária Eleitoral, Janis Nakahati, esses jovens passam a atuar como multiplicadores nos bairros de Cuiabá. “É fundamental que a juventude entenda e conheça os sistemas de segurança da Justiça Eleitoral, que não acreditem em qualquer coisa que recebem no WhatsApp. Esse envolvimento desperta o interesse em participar da política, que podem oferecer uma energia necessária para renovação”.

Para coordenadora de Desenvolvimento de Políticas Sociais da Secretaria de Assistência Social e Direito Humano de Cuiabá, Andreia Delgado, “o projeto Juva segue o guia meto-

dológico da Unicef. Os jovens têm desafios obrigatórios, sendo que um deles é o *#partiumudar*, no qual são abordados temas como o voto consciente, cidadania, que somente através do voto eles podem ampliar sua consciência sobre as políticas públicas voltadas não só para eles, mas para toda a família, o nosso município, e mesmo o país como um todo”.

Para promover uma agenda contínua de participação de adolescentes, o Selo Unicef solicita um conjunto de oito desafios nos quais os núcleos de Cidadania de Adolescentes devem se engajar. (DINO, 2023i):

- Ⓞ Desafio 1:
Promover o direito ao esporte seguro e inclusivo;
- Ⓞ Desafio 2: Promover a alimentação saudável e prevenir a obesidade;
- Ⓞ Desafio 3:
Conhecer e divulgar a Lei da Aprendizagem para criar oportunidades de conciliar aprendizagem no emprego com permanência na escola;
- Ⓞ Desafio 4: Promover o direito à inclusão digital e ao uso seguro da internet;
- Ⓞ Desafio 5: Promover a educação para a cidadania democrática – *#Partiu Mudar* [desafio obrigatório];
- Ⓞ Desafio 6: Promover a inclusão escolar e a troca de saberes – *Fora da escola não pode*;
- Ⓞ Desafio 7:
Promover o direito à saúde sexual e reprodutiva.



Palestra para jovens sobre Cidadania e História da Democracia, Funcionamento da Urna Eletrônica e Organização Eleitoral

Eventos Relevantes

3º *Desenvolve JE* dá destaque para a Academia de Liderança do TRE-MT

O projeto nacional intitulado *Academia de Liderança, Programa de Educação Corporativa para Formação e Treinamento de Líderes*, objetiva aperfeiçoar as competências, habilidades e atitudes necessárias à boa liderança organizacional e a melhoria do desempenho; habilitar os servidores a exercer a liderança em diferentes contextos e posições, facilitando o processo sucessório; melhorar o alinhamento da liderança organizacional com a estratégia do órgão; fomentar a sinergia e o aprendizado organizacional a partir de contextos e cenários reais; e valorizar o uso da instrutória interna.

O projeto Academia de Liderança, desenvolvido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) foi destaque no 3º *Desenvolve JE*, evento da área de Desenvolvimento da Justiça Eleitoral Brasileira. O objetivo é promover entre os tribunais a integração entre as Unidades de Desenvolvimento, discutir novas temáticas da área e divulgar as boas práticas.

Na avaliação do secretário de Gestão de Pessoas da Justiça Eleitoral Mato-grossense, Valmir Nascimento Milomen, “a escolha da Academia de Liderança do TRE-MT para ser apresentada no 3º *Desenvolve Justiça Eleitoral* mostra que o nosso programa de educação corporativa é uma prática de gestão de pessoas que deu certo e cumpre o seu objetivo. Desde quando o programa foi desenhado e colocado em prática, com todo apoio e patrocínio da Administração do Tribunal, tínhamos a convicção de que estávamos no caminho certo. Agora, queremos dar continuidade a esse programa, a fim de capacitar e habilitar mais servidores para o exercício da liderança no TRE-MT”.



Para o presidente do TRE-MT, Gilberto Giraldelelli: “nós apostamos e confiamos muito no trabalho dos servidores da Justiça Eleitoral, sempre realizado com excelência. Nosso foco é que aconteça uma transferência de conhecimento, de potencial para inovação, que essa evolução seja permanente. Nós, enquanto servidores, passamos por esta Casa, porém ela permanece. Nossa marca deve ser a mais positiva possível, para sermos lembrados como servidores que atuaram com afinco, dedicação e que produziram resultados”. (DINO, 2023j)

Justiça Eleitoral realiza evento exclusivo para jornalistas

A Justiça Eleitoral realizou, no dia 12 de setembro de 2020 o 1º Seminário Eleitoral Preparatório para Jornalistas (Sepjor). O evento, realizado online, abordou importantes temas afetos às Eleições Municipais 2020. As inscrições foram limitadas e exclusivas para os profissionais da imprensa. O levantamento dos temas e a escolha dos palestrantes ficaram a cargo da Assessoria de Comunicação do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), que levou em conta, para a escolha, o histórico de atendimento prestado aos jornalistas.

Durante o seminário, os participantes aprenderam como consultar, no site do TRE, os processos judiciais, as decisões, sentenças e acórdãos, os dados estatísticos da eleição e do eleitorado, os registros de candidaturas, entre outras informações. Também figurou como pauta do evento a explanação referente às condutas permitidas e vedadas nas redes sociais, no que se refere à propaganda eleitoral, incluindo também as condutas que são proibitivas aos agentes públicos, principalmente aos candidatos à reeleição, que, se praticadas, configuram abuso de poder econômico e político.

A abertura do evento contou com uma apresentação do presidente do TRE-MT, desembargador Gilberto Giraldelelli, seguida pela palestra “Propaganda Eleitoral – Condutas permitidas e vedadas e como detectar e combater as notícias falsas”, ministrada pelo juiz auxiliar da Presidência e coordenador dos Atos da Propaganda, Lídio Modesto da Silva Filho. Em seguida, foram detalhadas as “Condutas vedadas a agentes públicos”, tema abordado pelo juiz de Direito e ex-juiz Membro do TRE-MT, Antônio Veloso Peleja.

Sobre os números do orçamento, logística e principais marcos do calendário eleitoral, discorreu o diretor-geral do TRE-MT, Mauro Sérgio Rodrigues Diogo. Uma das principais interrogações do momento foi respondida pelo secretário de Gestão de Pessoas do TRE-MT, Valmir Nascimento Milomen, que detalhou o protocolo e os equipamentos a serem utilizados no dia do pleito para garantir uma eleição segura, mesmo em tempos de pandemia.



Design do 1º Seminário Eleitoral Preparatório para Jornalistas – SEPJOR (2020)

Também nesse dia houve a palestra “Segurança do processo eletrônico de votação”, ministrada pelo secretário de Tecnologia da Informação do TRE-MT, Luis Darienzo. Em seguida, foi proferida a palestra “Transparência das Contas Eleitorais e Partidárias, Financiamento de Campanhas e Mecanismos de Fiscalização”, pelo coordenador de Controle Interno e Auditoria, Daniel Taurines.

A Corregedoria Regional Eleitoral integrou o evento com a palestra “Segurança e confiabilidade em pauta: Como ter acesso às informações do Eleitoral”, ministrada pelo coordenador da Corregedoria, Carlos Ribeiro Luanga Lins. O Sistema de Registro de Candidaturas (CANDex) foi detalhado pela coordenadora de Informações e Registros Processuais, Angela Queiroz.

A penúltima palestra versou sobre o “Processo Judicial Eletrônico nas Eleições Municipais e Renovatória para uma vaga no Senado”, a cargo do assessor técnico e de Planejamento da Secretaria Judiciária, Weber Andrade. Encerrando o evento, o coordenador de Gestão de Informação do TRE-MT, Gustavo Castor, apresentou como fazer “Consultas de informações no portal do TRE-MT”.

Para cumprir um cronograma tão apertado, todas as perguntas foram respondidas pelos palestrantes ao final do evento. (DINO, 2023k)

Premiação ao TRE-MT

Prêmio CNJ de Qualidade – Selo Ouro

Apesar da pandemia e das dificuldades de realizar duas eleições simultâneas, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso conseguiu, em 2020, manter o Selo Prata de Qualidade do Conselho Nacional de Justiça, que também foi alcançado em 2019. A premiação ocorreu no dia 27 de novembro de 2020, durante o XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário, promovido pelo CNJ por meio de plataforma de teleconferência. O prêmio levou em consideração quatro eixos temáticos: Governança, Produtividade, Transparência, Dados/Tecnologia, que, juntos, somam 100%. O TRE-MT atingiu 75,43%, valor superior ao alcançado em 2019, que foi de 69,80%.

A premiação busca atuar em benefício da excelência na gestão e no planejamento das atividades, na organização administrativa e judiciária e na sistematização e disseminação de informações e produtividade. Dos 100% – referentes à soma dos quatro eixos, Governança representa 20% e avalia aspectos relacionados ao funcionamento de unidades e comissões, utilização do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e estrutura na área de tecnologia da informação, práticas socioambientais e capacitação, e outros. Já o eixo Produtividade representa 32% e avalia a efetividade na solução do maior número de processos com menos recursos disponíveis, maior índice de conciliação, manutenção de menor acervo de processos antigos, cumprimento das Metas Nacionais, redução da taxa de congestionamento e obtenção de maior celeridade processual.

A Transparência contempla 8% do total de pontos em disputa e refere-se ao Ranking CNJ da Transparência, atuação da Ouvidoria Eleitoral e publicação nos diários de justiça eletrônicos dos despachos, decisões, sentenças e acórdãos, com vista a ampla transparência ao cidadão. Por fim, o eixo Dados e Tecnologia da Informação, com 40%, contempla itens referentes ao envio dos dados estatísticos validados, observância às Tabelas Processuais Unificadas (TPU).

Avaliando a performance do TRE-MT, o presidente, desembargador Gilberto Giraldelelli, ponderou: “em 2019 alcançamos o Selo Prata de qualidade e empreendemos esforços para que, este ano, obtivéssemos o Ouro. No entanto, muitas foram as adversidades a serem superadas pelo TRE-MT, que precisou preparar e realizar duas eleições simultaneamente em plena pandemia. A eleição suplementar para um cargo ao Senado estava marcada para abril, e já próximo de sua realização foi adiada. Isso demandou muito esforço subutilizado. Mesmo diante desse cenário conseguimos alcançar a pontuação de 75,43%, que é superior à obtida em 2019, quando atingimos 69,80%. É uma conquista dos magistrados, servidores e demais colaboradores que atuam em prol dessa Instituição e que não mediram esforços para manter a excelência na condução dos trabalhos seja na esfera administrativa, seja na jurisdicional. Muito obrigado a todos que participaram ativamente para que essa premiação se concretizasse. Agora é seguir avançando para obtermos em 2021 um resultado ainda melhor”.

Para o corregedor regional eleitoral, desembargador Sebastião Barbosa Farias, “essa vitória é de cada um que dedica a maior parte de sua vida a esta Justiça Eleitoral. A família

TRE-MT não tem muitos membros, mas tem muita qualidade. Aqui encontramos nos magistrados e servidores a capacidade técnica e a força de vontade necessária para continuar construindo uma trajetória de realizações e reconhecimento”.

A divulgação dos vencedores do Prêmio CNJ de Qualidade 2020 tradicionalmente acontece durante o Encontro Nacional do Poder Judiciário. Nesse evento, o CNJ anunciou os tribunais premiados nas modalidades Diamante, Ouro e Prata, considerando cada segmento separadamente (Tribunais Superiores, Justiça Federal, Justiça Estadual, Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral e Justiça Militar).

Dos 27 TRE's do país, 18 foram premiados. Na categoria Diamante, estão os tribunais de Mato Grosso do Sul, Paraná e Pernambuco. Em seguida está a categoria Ouro, que foi alcançada pelos TRE's de Alagoas, Bahia, Ceará, Pará, Paraíba, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte. Além de Mato Grosso, foram agraciados com o Selo Prata, os tribunais do Acre, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Rio Grande do Sul, São Paulo e Sergipe.

Na concepção do diretor-geral do TRE-MT, Mauro Sérgio Rodrigues Diogo, “essa premiação fortalece em nós a sensação do dever cumprido, bem como a vontade de continuar ofertando o nosso melhor pela Justiça Eleitoral. E quando falo nós, me refiro aos juízes eleitorais, aos membros do Pleno e a todo servidor, o que labora na sede do Tribunal, o que labora no cartório da capital até o lugar mais distante, na região de divisa com outros estados, me refiro aos servidores efetivos, requisitados, terceirizados, enfim, a cada um que compõe essa força laboral que preza o diálogo, o planejamento e o foco”. (OLIVEIRA, 2023m).

Alair Ribeiro | Ascom TRE-MT



Formatura do Projeto SoletRE (2019)

Gestão Carlos Alberto Alves da Rocha (2021-2023)



Desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha

Dados biográficos

O presidente do TRE-MT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, nasceu, a 2 de maio de 1955, no bairro do Tucuruvi, Zona Norte de São Paulo (SP). Academicamente, tem graduação em Psicologia pelas Faculdades Farias Brito-SP (hoje Universidade de Guarulhos) e Ciências Jurídicas e Sociais pelas Faculdades Integradas de Guarulhos-SP.

O nível Médio no Colegial Colégio Estadual Prof. Eurico Figueiredo, em São Paulo (1975), sendo que o antigo Ginásial concluiu na mesma escola, em 1971. O ensino básico, antigo primário, realizou no Grupo Escolar Cônego João Ligabue, também na capital, São Paulo, em 1964.

Iniciou a carreira ao ser aprovado em concurso público para o cargo de juiz substituto do Estado de Mato Grosso, em 1985. Na função, atuou junto às comarcas de Nortelândia, Arenápolis, Porto dos Gaúchos, Juara, Nobres, Rosário Oeste e São José do Rio Claro. Ocupou também os cargos de juiz auxiliar da presidência do TJMT e juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça de Mato Grosso.

Em fevereiro de 2008, foi promovido a desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, assumindo a vaga aberta pela aposentadoria do desembargador Ernani Vieira de Souza. Dentre as inúmeras atuações ao longo de 24 anos de magistratura estão: juiz eleitoral, juiz coordenador do Juizado Volante Ambiental (Juvam), juiz presidente da Segunda Turma Recursal Cível dos Juizados Especiais de Mato Grosso e juiz-membro do Tribunal Regional Eleitoral do Estado. Foi eleito presidente do Tribunal de Justiça, por um biênio.

PRINCIPAIS ATIVIDADES EXERCIDAS – Assessoria no escritório de advocacia Dr. Alberto Alves da Rocha. Oficial judiciário, hoje escrevente, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, lotado na biblioteca do TJ/SP. Oficial de gabinete do secretário da Administração do Estado de São Paulo. Assessor técnico jurídico da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Advogado em São Paulo. Juiz substituto de Segundo Grau de Jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Juiz de Direito titular do Juizado Especial Cível do bairro Planalto, Comarca de Cuiabá. Juiz de Direito auxiliar da Presidência do TJ/MT, Juiz de Direito auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça TJ/MT, Juiz-membro do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso. Juiz substituto exercendo as atividades na 2ª Vara Cível da Comarca de Sinop/MT. Juiz de Direito exercendo as atividades na 2ª e 4ª Vara Cível da Comarca de Diamantino/MT. Juiz de Direito substituto das Comarcas de Nortelândia, Arenápolis, Porto dos Gaúchos, Juara, Nobres, Rosário Oeste, São José do Rio Claro. Presidente e membro efetivo do Fórum Nacional de Coordenadores de Juizados Especiais do Brasil. Juiz Coordenador dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Membro do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Juiz presidente da Segunda Turma Recursal Cível dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso. Juiz coordenador do Serviço de Atendimento Imediato (SAI), nos municípios de Cuiabá e Várzea Grande. Juiz designado para responder pela Vara Especializada do Meio Ambiente de Cuiabá e Várzea Grande. Juiz coordenador do Juizado Volante Ambiental (Juvam), nos municípios de Cuiabá e Várzea Grande. Juiz Eleitoral designado em várias zonas eleitorais e para apurar as prestações de contas das eleições de 1996 de prefeito e vereadores do município de Cuiabá. Professor licenciado em Psicologia – 2º grau, professor de EPB/Direito e Introdução ao Direito, professor de Estudos Problemas Brasileiros e Introdução ao Direito Público e Privado nas Faculdades Integradas Diamantinense (FID). Professor de Processo Civil e Juizados Especiais na Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso – biênio 2019/2020 presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil (Codepre).

OUTRAS ATIVIDADES: Coordenador do Grupo de Trabalho para elaboração de estudo sobre o déficit financeiro apurado na Fonte 115 – Recursos de Contribuição para Seguridade Social de Outros Poderes, na unidade orçamentária 03101 – Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Mem-

bro da Comissão Examinadora para o Concurso Público de provas para a classe inicial dos cargos de agente da Infância e Juventude, oficial de Justiça e Distribuidor, contador e partidor. Membro da Comissão de Estudos para definição da competência do Tribunal Pleno. Membro da Comissão de Organização Judiciária e Regimento Interno. Membro da Comissão de Concurso. Presidente da Associação Mato-grossense dos Magistrados. Secretário-geral da Associação Mato-grossense dos Magistrados. Coordenador da Associação Mato-grossense dos Magistrados. Diretor de Esportes da Associação Mato-grossense dos Magistrados. Diretor Cultural da Associação Mato-grossense dos Magistrados.

CURSOS: Curso Especial de Aperfeiçoamento da Magistratura, promovido pela Escola Nacional da Magistratura, realizado em Mato Grosso, Cuiabá, em 8 de dezembro de 1987. Participação no XIII Congresso Brasileiro de Magistrados, realizado em Vitória/ES, no período de 9 a 11 de setembro de 1993. Participação no XIV Congresso Brasileiro dos Magistrados, realizado em Fortaleza, Ceará, no período de 20 a 23 de setembro de 1995, na qualidade de congressista. Participação no curso de Registros Públicos realizado de 27 a 28 de agosto de 1993, em Campo Grande-MS. Participação na II Semana de Estudos Socioculturais “Doutor Miguel Vieira Ferreira”, realizada no período de 9 a 11 de dezembro de 1992, em São José do Rio Claro-MT. Participação no VI Congresso de Magistrados do Centro-Oeste (Comaco), realizado no período de 5 a 6 de agosto de 1994, em Cuiabá. Participação no 1º Encontro da Magistratura do Pantanal, realizado no período de 8 a 10 de maio de 1996, em Cuiabá. Participação no 1º Simpósio Estadual de Direito Penal e Processual Penal, realizado no período de 12 a 14 de dezembro de 1996, em Cuiabá. Participação no Encontro de Juízes Eleitorais realizado no período de 11 a 12 de junho de 1992 em Cuiabá. Participação no Simpósio de Direito do Trabalho, realizado no período de 19 a 14 de junho de 1980 em Guarulhos-SP.

ESTÁGIOS: Designado pelo procurador-geral da Justiça do Estado de São Paulo, aos 11 de junho 1981, para exercer as funções de estagiário do Ministério Público junto à 17ª Promotoria Pública da Capital. Faculdade de Direito de Guarulhos, como estagiário de Direito, nos anos de 1980 e 1981. Faculdades Farias Brito, como estagiário de Psicologia Industrial, no ano de 1981.

HABILITAÇÕES: Aprovação do concurso público de provas e títulos para o cargo de juiz substituto do Estado de Mato Grosso, no ano de 1985. Aprovação no concurso público de provas e títulos para o cargo de delegado de Polícia Federal, no ano de 1984. Aprovação no concurso público de provas e títulos para o cargo de auxiliar de Direção, perante a Prefeitura Municipal de São Paulo, no ano de 1983. Aprovação no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Pau-

lo, no ano de 1.981. Aprovação no concurso público de provas e títulos para o cargo de Escrevente perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no ano de 1.978.

MOÇÕES E TÍTULOS: Título de Cidadão Mato-grossense – Cuiabá. Título de Cidadão Cuiabano – Cuiabá. Título de cidadão Diamantinense – Diamantino-MT. Título de Cidadão Honorário do Município de Tapurah-MT. Moção concedida pela Câmara Municipal de Guarulhos – São Paulo, pela participação em júri simulado. Moção concedida pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema-MT), pelos relevantes serviços prestados ao meio ambiente. Moção concedida pela Câmara Municipal de Diamantino, pelos esforços dispendidos para a elevação da Comarca de Diamantino a terceira Entrância. Moção de elogio concedida pelo Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso. Colar do Mérito Judiciário – TJ/MT.

TRABALHOS ELABORADOS: “Denúncia obrigatória – art. 28 do C. P. Penal” – Boletim da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso – nº 02/90, p. 45. “Processo de Execução – Inaplicabilidade dos artigos 191, 241, inciso II e 298, parágrafo único, do Código de Processo Civil” – Boletim da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso – nº 08/90, p. 68. “Lei antitóxicos: apelação em liberdade”. “Artigo 408, parágrafo 1º, do Código de Processo Penal: lançamento no rol dos culpados. Constitucional ou não?” “Lei nº 8.009/90: Irretroatividade sobre a penhora já efetivada”. “Coletânea de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso”. “Legislação e Informações dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso” – TJ/MT. Revista dos Juizados Especiais do Estado de Mato Grosso – TJ/MT. Autor de trabalhos jurídicos publicados em revistas especializadas e jornais. Participação como expositor ou debatedor em seminários, congressos e encontros jurídicos.

Discurso de posse

Boa tarde a todos.

Nesse início da fala, peço desculpa a todos que nos assistem, pois, seria prazeroso nominar a cada um, porém, como são muitos, certamente o esquecimento levaria a cometer injustiça.

Por isso, tomo a liberdade de nominar algumas pessoas e todos se sintam por mim saudados.

Excelentíssimo Senhor desembargador **Gilberto Giralde-li**, em cujo nome, afetuosamente, cumprimento cada qual dos membros deste Tribunal, de ontem e de hoje e todos os presidentes e membros dos Tribunais Eleitorais do país.

Excelentíssimo Senhor Mauro Mendes Ferreira, governador do Estado de Mato Grosso, em cujo nome saúdo as autoridades do Poder Executivo.

Excelentíssima Senhora desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas, nossa querida presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, em cujo nome saúdo todos os presidentes de Tribunais de Justiça e desembargadores brasileiros.

Na pessoa do Excelentíssimo Senhor Deputado Max Rusi, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, saúdo os parlamentares estaduais e federais.

Excelentíssimo Senhor, procurador regional eleitoral, Dr. Erich Raphael Masson, em cujo nome saúdo os membros do Ministério Público Federal;

Excelentíssimo Senhor procurador-geral de Justiça, Dr. José Antônio Borges, em cujo nome saúdo os membros do Ministério Público Estadual;

Excelentíssima Senhora, magistrada, minha diletta amiga, Renata Gil de Alcântara Videira, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, em cujo nome saúdo todos os juízes e juízas de Direito.

Na pessoa do Excelentíssimo Senhor Leonardo Pio da Silva Campos, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Mato Grosso, saúdo os advogados.

Doutor Mauro Sérgio Rodrigues Diogo, diretor-geral do TRE de Mato Grosso, e que conosco continuará exercendo essa função, na sua pessoa saúdo todos os servidores e servidoras que prestam serviços ao Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso.

Senhoras e Senhores.

Estimados familiares e amigos.

Por uma deferência da colega desembargadora Nilza Maria Póssas de Carvalho, farei o uso da palavra em nossos nomes.

Quis o destino que a nossa posse ocorresse de forma inédita, pelo meio virtual, marcando uma era certamente de inovações.

Mas, também, nos trouxe em momento delicado, durante uma pandemia que abala a todos nós. O seu impacto é sentido em todos os setores, da saúde, das finanças, da sociedade, dos empregos, enfim, não escapa um ser humano da situação.

De imediato quero deixar a minha solidariedade a todas as pessoas que sofrem de alguma forma com essa pandemia. A perda de parentes e amigos tem sido o cume de nossas dores. Aliado à ciência, só a fé e a crença em um ser maior nos darão força para continuar a lutar.

E nesse momento é mais que merecido, é uma obrigação, registrar um agradecimento especialíssimo aos profissionais da saúde, que diuturnamente arriscam as suas vidas, para salvar as nossas. O nosso muito obrigado a todos vocês.

E certamente tudo isso vai passar, e voltaremos ao nosso convívio dito como normal, com mais solidariedade, fraternidade, resiliência e somente agradecendo, sem mais nada pedir.

Dito isso, lembro que a emoção é a mesma do dia 2 de dezembro de 1999, quando no Plenário deste Regional, fui recepcionado, como juiz-membro efetivo, pelo presidente Odiles Freitas de Souza e vice-presidente o desembargador Orlando de Almeida Perri, e depois completando o biênio com o saudoso desembargador Jurandir Florêncio de Castilho Júnior e o desembargador Rubens de Oliveira Santos Filho, e ainda tendo como minha substituta a eterna colega desembargadora Maria Aparecida Ribeiro.

Parece que foi ontem, mas lá se vai um período de mais de vinte anos.

A mesma gratidão que tive naquela oportunidade aos membros do TJMT que me escolheram para o cargo de juiz-membro, à época sob o comando do desembargador. Leônidas Duarte Monteiro, tenho agora com os colegas, desembargadores e desembargadoras que me honraram com a eleição na categoria desembargador, juntamente com a eminente colega Nilza Maria Póssas de Carvalho, para o biênio 2021/2023.

As palavras, por mais que as escolha, não exprimem a dimensão de minha gratidão aos colegas, ministros que integram o Pleno do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, por me proporcionarem tamanha honraria.

É muita pretensão, mas quero e vou seguir a trajetória percorrida neste Tribunal Eleitoral por grandes nomes da magistratura mato-grossense, além dos já citados anteriormente, o desembargador Palmyro Pimenta, que outorga o nome à Escola Judiciária Eleitoral, Mauro José Pereira, Atahide Monteiro da Silva, Carlos Avallone, José Ferreira Leite, Munir Feguri, José Tadeu Cury, Paulo Inácio Dias Lessa, José Silvério Gomes, Rui Ramos Ribeiro, Márcio Vidal, dentre outros.

Pois bem.

A Justiça Eleitoral brasileira tem um relevante papel na formação da cidadania, e o nosso Tribunal Regional Eleitoral assim caminha desde 1.932, portanto, há 89 anos.

Ao longo desses anos a Justiça Eleitoral vem aperfeiçoando os seus sistemas, sempre com o objetivo de garantir aos cidadãos brasileiros condições para o exercício pleno do direito de expressar livremente a sua vontade política por meio do voto.

Está consagrado que o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso tem uma rica trajetória, sempre dirigida por magistrados com a marca do dinamismo e de avanços, e ainda por ações que tornam as eleições cada vez mais transparentes, céleres e modernas.

Abro aqui um tópico para falar sobre a urna eletrônica.

E sempre por questão de justiça, para registrar que o início de tudo que trata de urna eletrônica, apesar da história assim não considerar, nasceu no TRE de MT.

O primeiro protótipo da urna eletrônica foi criado pelo servidor Luiz Roberto da Fonseca, denominando-a de “máquina de votar”, sendo usada em eleições de associações de classe e sindicatos, visando comprovar, já naquela oportunidade, a sua eficiência, assim como mostrar aos eleitores a facilidade desse mecanismo.

O ministro Carlos Mário da Silva Velloso, ao tomar posse no cargo de presidente do TSE, no ano de 1994, criou a Comissão de Notáveis – com a atribuição de estabelecer as premissas e diretrizes necessárias à concretização do projeto de informatização do voto sob os aspectos técnicos e legais.

Na subcomissão de Informática, ou de Informatização do Voto, presidida pelo ministro Ilmar Nascimento Galvão, dentre todos os notáveis, ministros, professores, juristas, somente três eram servidores da Justiça Eleitoral, sendo um deles, o técnico em informática Luiz Roberto da Fonseca, do TRE-MT.

Para corroborar o fato, quando o TRE-MT, iniciou a experimentação da máquina de votar na promoção das eleições de bairros de Cuiabá, visando o aprimoramento do processo eleitoral dentro do novo sistema eletrônico, a se efetivar em 3 de outubro de 1994, foi realizada, em Cuiabá, uma eleição simulada, no dia 8 de abril de 1994, na Escola Estadual Ana Maria do Couto (May do Couto), no bairro CPA II.

Naquele ato, estando eu presente, ocorreu a efetiva participação de integrantes do Tribunal Superior Eleitoral, com a presença do ministro José Paulo Sepúlveda Pertence, então seu presidente, e do corregedor geral da Justiça Eleitoral, Cid Flaquer Scartezini, além de presidentes de vários tribunais regionais do país.

Portanto, a Justiça Eleitoral Mato-grossense colabora a tempo com as inovações nos pleitos eleitorais e no aperfeiçoamento das formas de votar, mormente mediante a utilização da urna eletrônica, veículo que garante lisura e rapidez na apuração da votação e na divulgação dos resultados.

Os mais velhos hão de se lembrar das dificuldades que tínhamos, desde o alistamento até a proclamação dos resultados.

Nas apurações manuais com as cédulas de papel, quando se preenchia o mapa da votação, ocorria a fraude, ao ponto de chegar a eleger e deseleger candidatos.

Tivemos exemplo marcante e significativo de fraude eleitoral nas eleições de 1994, no Rio de Janeiro, onde ocorreu até anulação.

Não podemos retroagir.

O futuro visa somente o avanço, a modernidade, a utilização da tecnologia.

As questões nitidamente políticas, vindas como forma de desmerecer as urnas eletrônicas, devem ser rechaçadas.

Repito: só quem viu, viveu e presenciou o que ocorria no passado entenderá esse avanço tecnológico.

Por óbvio que qualquer melhoria ou aprimoramento da urna eletrônica deve ser estudado, avaliado e empregado sempre em prol da transparência e garantia da legalidade da eleição.

Reafirmo mais uma vez que a Justiça Eleitoral vem aperfeiçoando os seus sistemas, sempre com o objetivo de garantir aos cidadãos brasileiros condições para o exercício pleno do direito de expressar livremente a sua vontade política por meio do voto.

E nesse momento certamente a Justiça Eleitoral continuará trabalhando firme e energeticamente para tolher, vedar e punir a disseminação das notícias falsas, que ficaram conhecidas popularmente por “*fake news*”, que trazem informações ou dados inventados para alterar a interpretação e opinião das pessoas sobre determinados assuntos ou pessoas.

O Tribunal Superior Eleitoral com a participação de todos os Tribunais Eleitorais, está engajado na vedação dessa prática nefasta que tem o propósito doloso de confundir a nossa população, além de incutir mentiras, objetivando atingir cidadãos de bem, candidatos, partidos e a própria Justiça Eleitoral.

A tarefa não está somente a cargo da Justiça Eleitoral, mas de toda a população, que deve procurar, no mínimo, certificar o que recebe e o que vai repassar nas redes sociais.

Se assim agirmos, todos nós, indistintamente, evitaremos a divulgação de atos contrários à verdadeira democracia, tão almejada, e poderemos realizar uma eleição de forma escorreita, sem defeito, lesão ou incorreções.

Repito, a Justiça Eleitoral estará à frente nesse combate às *fake news*, e contará certamente com o apoio de toda a população mato-grossense para extirpar esse cancro que é difundido somente por aqueles que não querem a democracia plena em nosso querido Brasil, e têm objetivo puro, no mínimo, de atrapalhar e tumultuar os atos legais e verdadeiros.

E seguindo nesse aperfeiçoamento, a Justiça Eleitoral tem o papel de não deixar vingar qualquer ato que venha a transgredir as normas, quer seja pelo candidato ou pelo eleitor.

Da mesma forma, e a par disso, a competência dos TRE's não se limita na coordenação e condução do processo eleitoral, mas tem função primordial de nortear o cidadão e cidadã na escolha dos representantes do povo, quer para as Casas de Leis ou no Executivo, excluindo aqueles que não merecem representar uma única pessoa.

Em nosso Plano de Gestão para o biênio 2021/2023, estão incluídas três ações no macrodesafio denominado “**Do enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais**”.

Não podemos admitir mais qualquer ato que venha a fraudar o processo eleitoral.

Temos que dar um basta. Chega!

Mas para isso não adianta somente cada um reclamar dos políticos, pois, se há um corruptor de um lado, obviamente, para que a fraude dê resultado, haverá um corrupto do outro.

O protagonista do pleito eleitoral não é o candidato, mas o eleitor, cabendo a cada um atuar energeticamente até o dia da eleição na busca da verdade e então votar consciente e responsável.

A responsabilidade na escolha correta dos nossos representantes compete a nós eleitores, que devemos promover uma análise geral da pessoa, como atuam no cotidiano e na vida pública, pois a escolha incorreta implicará, se não na nossa vida, nas de nossos filhos e netos, e nas futuras gera-

ções, e não chegaremos a uma sociedade mais justa, digna e respeitosa.

O nosso plano de gestão será detalhado quando entrarmos em exercício, mas desde já anoto que estaremos focados na celeridade na prestação jurisdicional, **enfrentamento à corrupção**, inovação e maior aproximação com a sociedade.

Temos consciência que os desafios que nos batem à porta, nos parecem maiores que os vivenciados em tempos passados, visto o momento histórico que atinge a saúde, as finanças, a organização social e a política, esta, que deveria ser o porto seguro, mas que vem sendo levada por extremistas que em nada ajudam.

Fato é que o cidadão não está de todo contente com o nosso quadro político, no contexto geral, em nada particularizando.

A gestão que se iniciará no próximo dia 27 de abril, tenham certeza, buscará superar toda e qualquer amarra que impede a Justiça Eleitoral de proporcionar o melhor para a população mato-grossense e continuará chegando a todos os jurisdicionados, independentemente da distância que estejam desta sede.

Não haverá casulo que nos impeça de promover a justiça e de atender os anseios da sociedade.

E me sirvo deste momento para me comprometer com os membros deste Tribunal, os juízes e as juízas eleitorais, os servidores e servidoras, advogados e advogadas, bem assim com a população mato-grossense, a trabalhar incansavelmente, até o limite de minhas forças, para chegarmos ao ideal.

Disse quando de minha posse na Presidência do Tribunal de Justiça que “é premente a abertura do Poder Judiciário à sociedade”. Sim, porque aqui não existe assunto tabu. Esta Instituição é constituída por servidores e magistrados comprometidos com a coisa pública, empenhados em entregar serviços de qualidade à sociedade. Não há tema sobre o qual não se possa discorrer, feita exceção às ações que tramitam em sigilo, seja por força de lei, seja por decisão judicial, e assim aqui também ocorrerá.

Caminhando para a conclusão, não posso deixar de render meu agradecimento à minha família.

As palavras são insuficientes para descrever, adequadamente, quão imprescindível tem se mostrado, no curso de minha vida, o apoio, a compreensão e as palavras de encorajamento, ainda mais neste último ano, afastado de quem amamos para evitar um distanciamento eterno.

Faço um registro especial a minha esposa, **Eliane**, mãe primorosa e avó afetuosa. De convívio por mais de 47 anos, e

sempre com o seu apoio. Por isso compartilho este momento com você. Muito obrigado por tudo

Aos meus amados filhos – **Júnior, Thyago e Marcel**, razão dos meus esforços. Amo vocês.

Manifesto o agradecimento às minhas noras – **Rafaela, Gabriela e Carla** – pelo relacionamento harmônico e pleno de satisfação que proporcionam à nossa família.

Agradeço a Deus por me brindar com os maiores amores de minha vida – **Júlia, Maria, Mariana** e os corintianinhos **Emanoel e Martin**. Doçuras da continuidade dos bisavós, avós e pais. Não se esqueçam que o vovô ama vocês mais que tudo.

Ao agradecer as minhas irmãs, cunhados, sobrinhas e sobrinhos, e primos e primas e a Tia Alzira, que assistem a esta solenidade, o faço na pessoa do patriarca, que deu início a esta família. Refiro-me a meu pai, **Alberto Alves da Rocha**, que se encontra em verdadeiro cárcere em sua casa nesta pandemia, pois, no alto de seus 90 anos, a caminho de 91 anos, lúcido e ativo, soube se preservar para continuar daqui a uns dias, a percorrer novamente os fóruns de São Paulo, na árdua tarefa de advogado inscrito no ano de 1971. Mais que isso, como digo, sempre defendendo o interesse de seus clientes, diga-se, todos inocentes, lógico.

Não deixarei jamais de agradecer, *in memoriam*, à pessoa de minha mãe, Therezinha. Assistiu presencialmente aquela minha posse como membro neste Tribunal, mas infelizmente não resistiu até esta data para ver esta posse. A sua valentia, associada à sua persistência e coragem, serviu e haverá de servir de luz para meus dias.

Aos amigos de hoje e de ontem, obrigado pelo apoio recebido no decurso de minha jornada. Amigos são presentes de Deus: deixam marcas indelévels em nossa alma.

Minha palavra de carinho aos abnegados servidores da Justiça Eleitoral. Com absoluta sinceridade digo que sem o trabalho de todos vocês esta Justiça especializada nada seria, e plagiando um colega, que diz “seria como uma caneta sem tinta”.

Agradeço ainda a Deus, sobrelevando as derrotas havidas e vitórias colhidas. Um e outras nos serviram de ensinamento.

Rogo a Ele a bênção para conduzir a missão que nesta data se abre. Que venha a fazê-lo com humildade, dedicação e perseverança.

Pedindo a proteção de Deus, cumprimento a todos.

Muito obrigado! (DISCURSO, 2023)

Composição do Pleno

TRIBUNAL PLENO – BIÊNIO 2021-2023 – CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|--|---|---------------------|------------|------------|
| Presidente | Carlos Alberto Alves da Rocha | Desembargador | 27/4/2021 | 27/4/2023 |
| Vice-Presidente e Corregedora Regional Eleitoral | Nilza Maria Pôssas de Carvalho | Desembargador | 27/4/2021 | 27/4/2023 |
| Juiz-Membro Titular | Ciro José de Andrade Arapiraca | Juiz Federal | 14/2/2023 | 14/2/2025 |
| Juiz-Membro Titular | Raphael Casella de Almeida Carvalho | Juiz Federal | 23/9/2022 | 13/2/2023 |
| Juiza-Membro Titular | Clara da Mota Santos Pimenta Alves | Juiz Federal | 14/9/2021 | 5/9/2022 |
| Juiz-Membro Titular | Fábio Henrique Rodrigues de Moraes Fiorenza | Juiz Federal | 10/9/2019 | 10/9/2021 |
| Juiz-Membro Titular | José Luiz Leite Lindote | Juiz de Direito | 18/7/2022 | 18/7/2024 |
| Juiz-Membro Titular | Luiz Octavio Oliveira Saboia Ribeiro | Juiz de Direito | 5/11/2021 | 5/11/2023 |
| Juiz-Membro Titular | Gilberto Lopes Bussiki | Juiz de Direito | 16/7/2020 | 16/7/2022 |
| Juiz-Membro Titular | Bruno d'Oliveira Marques | Juiz de Direito | 22/10/2019 | 22/10/2021 |
| Juiz-Membro Titular | Eustáquio Inácio de Noronha Neto | Jurista | 7/10/2022 | 7/10/2024 |
| Juiz-Membro Titular | Jackson Francisco Coleta Coutinho | Jurista | 26/5/2022 | 26/5/2024 |
| Juiz-Membro Titular | Jackson Francisco Coleta Coutinho | Jurista | 6/12/2019 | 6/12/2021 |
| Juiz-Membro Titular | Sebastião Monteiro da Costa Junior | Jurista | 12/6/2019 | 12/6/2021 |
| Diretor-Geral | Mauro Sérgio Rodrigues Diogo | Analista Judiciário | 27/4/2021 | 27/4/2023 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízes Eleitorais. Acesso em: 7 mar. 2023.

MEMBROS SUBSTITUTOS

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|-------------------------|---|-----------------|------------|------------|
| Juiz-Membro Substituto | Marcos Henrique Machado | Desembargador | 4/5/2021 | 4/5/2023 |
| Juiza-Membro Substituta | Serly Marcondes Alves | Desembargador | 27/4/2021 | 27/4/2023 |
| Juiz-Membro Substituto | Fábio Henrique Rodrigues de Moraes Fiorenza | Juiz Federal | 14/9/2021 | 14/9/2023 |
| Juiz-Membro Substituto | Ciro José de Andrade Arapiraca | Juiz Federal | 3/9/2019 | 3/9/2021 |
| Juiz-Membro Substituto | Sebastião de Arruda Almeida | Juiz de Direito | 24/8/2021 | 24/8/2023 |
| Juiza-Membro Substituta | Ana Cristina Silva Mendes | Juiz de Direito | 13/7/2021 | 13/7/2023 |
| Juiz-Membro Substituto | Ednei Ferreira dos Santos | Juiz de Direito | 11/7/2019 | 11/7/2021 |
| Juiz-Membro Substituto | Abel Sguarezi | Jurista | 4/2/2022 | 4/2/2024 |
| Juiz-Membro Substituto | Pérsio Oliveira Landim | Jurista | 7/5/2020 | 7/5/2022 |
| Juiz-Membro Substituto | Armando Biancardini Candia | Jurista | 22/10/2019 | 22/10/2021 |
| Juiz-Membro Substituto | Pérsio Oliveira Landim | Jurista | 19/12/2022 | 19/12/2024 |

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Eleição Geral Federal 2022, Relatório Resultado da Totalização. MATO GROSSO. 13:23:54. 04 de outubro de 2022.

JUÍZES AUXILIARES/PRESIDÊNCIA/VICE-PRESIDÊNCIA E CORREGEDORIA

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|---|--------------------------------------|-----------|-----------|-----------|
| Juiz Auxiliar da Presidência | Bruno d'Oliveira Marques | Auxiliar | 5/11/2021 | 27/4/2023 |
| Juiz Auxiliar da Presidência | Luiz Octavio Oliveira Saboia Ribeiro | Auxiliar | 27/5/2021 | 4/11/2021 |
| Juiz Auxiliar da Vice-Presidente e CRE-MT | Antonio Veloso Peleja Júnior | Auxiliar | 27/4/2021 | 27/4/2023 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízes Eleitorais. Acesso em: 7 mar. 2023.

DIRETORIA DA ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL “DESEMBARGADOR PALMYRO PIMENTA”

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|----------|---------------------------|-----------|------------|------------|
| Diretora | Ana Cristina Silva Mendes | Titular | 15/12/2021 | 13/7/2023 |
| Diretor | Bruno d’Oliveira Marques | Titular | 19/6/2020 | 22/10/2021 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 7 mar. 2023.

VICE-DIRETOR DA ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL “DESEMBARGADOR PALMYRO PIMENTA

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|--------------|-----------------------------------|-----------|------------|-----------|
| Vice-Diretor | Jackson Francisco Coleta Coutinho | Titular | 8/3/2021 | 6/12/2021 |
| Vice-Diretor | Eustáquio Inácio Noronha Neto | Titular | 21/10/2022 | 7/10/2024 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 7 mar. 2023.

OUVIDORES ELEITORAIS E JUIZ DE COOPERAÇÃO

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|---------|-----------------------------------|-----------|----------|-----------|
| Ouvidor | Jackson Francisco Coleta Coutinho | Titular | 9/6/2022 | 26/5/2024 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 7 mar. 2023.

OUVIDORES ELEITORAIS SUBSTITUTOS

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|---------|------------------------|-----------|-----------|----------|
| Ouvidor | Pérsio Oliveira Landim | Jurista | 12/4/2021 | 7/5/2022 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 7 mar. 2023.

PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL – TITULAR

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|---|----------------------|------------|------------|------------|
| Procurador Regional Eleitoral – Titular | Erich Raphael Masson | Procurador | 1º/10/2021 | 31/10/2023 |
| Procurador Regional Eleitoral – Titular | Erich Raphael Masson | Procurador | 8/9/2020 | 30/9/2021 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 7 mar. 2023.

PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL – SUBSTITUTOS

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|---|----------------------------|------------|------------|------------|
| Procuradora Regional Eleitoral – Substituta | Ludmila Bortoleto Monteiro | Procurador | 1º/10/2021 | 31/10/2023 |
| Procuradora Regional Eleitoral – Substituta | Ludmila Bortoleto Monteiro | Procurador | 1º/10/2019 | 30/9/2021 |
| Procurador Regional Eleitoral – Substituto | Ricardo Pael Ardenghi | Procurador | 4/11/2021 | 31/10/2023 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 7 mar. 2023.

JUIZES AUXILIARES DA PROPAGANDA – ELEIÇÕES 2022

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|-----------------------------|---|-----------|-----------|------------|
| Juiz Auxiliar da Propaganda | Fábio Henrique Rodrigues de Moraes Fiorenza | Auxiliar | 17/8/2022 | 19/12/2022 |
| Juiz Auxiliar da Propaganda | Sebastião de Arruda Almeida | Auxiliar | 17/8/2022 | 19/12/2022 |
| Juiz Auxiliar da Propaganda | Ana Cristina Silva Mendes | Auxiliar | 17/8/2022 | 19/12/2022 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 7 mar. 2023.

PROCURADORES AUXILIARES DA PROPAGANDA – ELEIÇÕES 2022

| Cargo | Nome da Autoridade | Categoria | Início | Término |
|------------------------------------|---|-----------|-------------------------|--------------------------|
| Procurador Auxiliar da Propaganda | Gabriel Pimenta Alves | Auxiliar | 31/8/2022 | 19/12/2022 |
| Procuradora Auxiliar da Propaganda | Ludmila Bortoleto Monteiro | Auxiliar | 17/8/2022 1º/11/2022 | 30/8/2022 15/11/2022 |
| Procuradora Auxiliar da Propaganda | Valeria Etgeton de Siqueira | Auxiliar | 17/8/2022 17/11/2022 | 6/11/2022 19/12/2022 |
| Procuradora Auxiliar da Propaganda | Vanessa Cristhina Marconi Zago Ribeiro Scarmagnani | Auxiliar | 17/8/2022 16/11/2022 | 31/10/2022 19/12/2022 |
| Procurador Auxiliar da Propaganda | Pedro Melo Pouchain Ribeiro | Auxiliar | 7/11/2022 | 16/11/2022 |

Fonte: TRE-MT. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Registros de Membros e Juízos Eleitorais. Acesso em: 7 mar. 2023.

Principais ações e projetos



Projeto Pauta Limpa – Acelerando análises dos processos

Tendo sido criado em 2013, o projeto Pauta Limpa se mantém significativo e necessário até a contemporaneidade. O Pleno do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso aprovou no dia 22 de junho de 2021, a Resolução nº 2.620/2021 que instituiu o Projeto “Pauta Limpa 2022”. No normativo estão estabelecidas as *Metas A*, que determinam o prazo de 31 de dezembro de 2021 para que o Tribunal julgue 95% dos processos de prestação de contas eleitorais, enquanto os cartórios eleitorais terão de atingir o percentual de 100%; a *Meta B*, que determina o prazo de 31 de dezembro de 2021 para que o Tribunal julgue 95% dos processos de prestação de contas eleitorais, sendo que os cartórios eleitorais terão de atingir o percentual de 100%; e a *Meta C*, que determina que o Tribunal julgue, até 31 de agosto de 2022, 90% dos processos de prestação de contas anuais dos partidos políticos autuados até 31 de dezembro do 2021. Já os cartórios eleitorais terão até 31 de julho de 2022 para julgar 95% dos processos de prestação de contas anuais de partidos políticos autuados até 31 de dezembro de 2021.

Este procedimento foi observado pelo Tribunal e pelas 57 zonas eleitorais, envolvendo processos de prestação de contas e aqueles que podem implicar em não diplomação, perda de mandato eletivo ou em qualquer causa de inelegibilidade.

Para o presidente do TRE-MT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, “É comum ouvirmos questionamentos dos cidadãos quanto à demora para a finalização de um processo. No entanto, a sociedade precisa compreender que isso não é reflexo da nossa atuação. A Justiça Eleitoral tem sido enérgica, célere no julgamento dos processos, mas existe uma infinidade de recursos previstos em lei, os quais não foram criados por nós e que devem ser observados. Mas é lógico que podemos avançar na prestação jurisdicional. A sociedade cobra e nós temos que dar essa resposta rápida. O Pauta Limpa serve exatamente para isso. Queremos avançar no julgamento dos processos de forma que tenhamos um estoque diminuído ano que vem, quando teremos as Eleições Gerais”. (OLIVEIRA, 2023a).

Compartilhamento de imóveis: TRE é pioneiro no Brasil

No compartilhamento de imóveis com outros órgãos, medida reduz custos e facilita ao cidadão o acesso aos serviços

O compartilhamento de imóveis entre órgãos públicos resulta em economia de recursos públicos e garante aos cidadãos, que no mesmo local, tenham acesso a serviços de instituições diversas. Ciente desses benefícios, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) investiu no compartilhamento de imóveis, sendo pioneiro no Estado nessa iniciativa e figurando em 1º lugar em Mato Grosso no Projeto Raciona-



Andréa Martins Oliveira | Asscom TRE-MT

Assinatura dos termos de cessão de imóveis pertencentes ao patrimônio da União para o TRE-MT (2022)

liza, de autoria do Ministério da Economia e que preconiza a ocupação otimizada e compartilhada de imóveis de uso especial da União, objetivando a aplicação dos princípios de racionalidade, economia e eficiência.

Atualmente a Justiça Eleitoral compartilha três imóveis com a Justiça do Trabalho nos municípios de Campo Verde, Juara e Sapezal. Os edifícios, que possuem, respectivamente, as seguintes áreas: 210,12 (m²), 404,95 (m²) e 287,86 (m²) são compartilhados desde março de 2021. Os imóveis foram construídos para sediar unidades fixas da Justiça do Trabalho. No entanto, com a queda processual ocorrida após a reforma trabalhista e a transformação das localidades em sedes de Varas Itinerantes do Trabalho, as audiências passaram a ser realizadas periodicamente e em datas predeterminadas. Desde 2019, apenas uma sala dos referidos imóveis era utilizada pela Justiça do Trabalho e com o compartilhamento, todas as dependências dos edifícios passaram a ser aproveitadas. Além desses, o TRE-MT compartilha com a Defensoria Pública da União um imóvel situado em Cáceres, que possui área de 400 (m²).

No dia 30 de junho de 2022, o presidente do TRE-MT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, e a superintendente do Patrimônio da União em Mato Grosso, Lucimara Cordeiro Tavares, assinaram os termos de entrega dos imóveis de Campo Verde, Juara e Sapezal da União para o TRE. A medida tornou oficial o fato que a administração, uso, conservação e demais responsabilidades sobre as despesas oriundas dos imóveis ficam a cargo do TRE, na proporção do espaço que faz uso.

Na avaliação do presidente da Justiça Eleitoral de Mato Grosso, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, “com o advento do Processo Judicial Eletrônico e do uso das tecnologias para o exercício de grande parte das atribuições, além da adoção do teletrabalho, a utilização de espaços amplos não se faz mais necessária. A União possui diversos imóveis com área consideravelmente grande, então, seu uso compartilhado se mostra uma medida assertiva. Os recursos públicos estão cada vez mais escassos e precisam ser aproveitados de maneira eficiente”.

Ainda de acordo com o Termo, caberá ao TRE-MT garantir que o imóvel seja acessível e implementar ações voltadas ao uso racional de recursos naturais, de eficiência energética e de boas práticas de gestão de água, como forma de promover sustentabilidade ambiental e socioeconômica da Administração Pública Federal.

A superintendente do Patrimônio da União em Mato Grosso também ressaltou a importância da parceria: “O TRE tem garantido o pleno cuidado e a adequada manutenção desses imóveis. Parcerias assim são possíveis e viáveis. O Projeto Racionaliza tem esse foco”. (OLIVEIRA, 2023b1).

Menor estoque de processos dos últimos oito anos

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) tinha 99 processos aguardando julgamento na 2ª instância, em março de 2022. Esse é o número mais reduzido de processos dos últimos oito anos registrados pela Justiça Eleitoral mato-grossense, o que representa 15,1% do total de 657 deles que tramitam no 2º grau do TRE-MT, incluindo as fases de recurso e em cumprimento de sentença.

Na comparação com 2018, que é o ano que mais se assemelha ao momento atual, em razão de ter sido um período que também antecedeu as Eleições Gerais, houve uma redução de 80%, já que naquele ano havia 501 processos em estoque. Já no comparativo com 2014, a quantidade de processos sem julgamento sofreu uma redução de 65%, pois naquele período foram registrados 286.

Além disso, o relatório de 2022 apontou 242 processos com julgamento colegiado (36,8%) e 24 com julgamento monocrático (3,7%). Os processos sem trânsito julgado somaram, nesse ano, 365, representando uma redução de 37,82% com relação ao total de 587 processos da mesma classe, registrados em 2018.

O constante monitoramento das metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) pelo Comitê Estratégico de Gestão Judiciária (Cejud) do TRE-MT, bem como a instituição do Projeto Pauta Limpa, realizada em junho de 2021, são alguns dos motivos que contribuem para o resultado positivo.

O presidente do TRE-MT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, ressaltou que sua gestão tem investido em capacitação e ações estratégicas que possibilitam melhores resultados no julgamento de processos: “Os magistrados bem como suas equipes técnicas estão empenhados na missão de tornar os processos cada vez mais céleres, dando uma resposta mais rápida à sociedade e, ao mesmo tempo, observando as metas do CNJ. A atuação do Cejud também tem sido fundamental nesse sentido”.

Na avaliação do diretor-geral do TRE-MT, Mauro Sérgio Rodrigues Diogo, o uso da tecnologia também converge na

boa produtividade de juízes e servidores: “Para fomentar e alavancar a qualidade da prestação jurisdicional e administrativa, envolvendo aspectos de celeridade, segurança e economia, a atual gestão implantou ferramentas tecnológicas que dão o suporte necessário para o acompanhamento das metas estabelecidas, como os painéis do Business Intelligence (BI), por exemplo. Sem contar a importância do acompanhamento direto do presidente, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, quanto à produtividade e efetiva comunicação junto aos demais juízes-membros do Tribunal”. (ASSIS, 2023a)

Pandemia Covid-19

VACINÔMETRO DA JUSTIÇA ELEITORAL

Com base no Vacinômetro – Levantamento de Vacinação e Casos de Covid, até 12 de agosto de 2021, 53% dos servidores já haviam recebido a primeira dose da vacina contra a pandemia, e 12% foram imunizados pela segunda dose. Os números são construídos após 474 servidores responderem ao levantamento. Internamente, uma série de ações é empreendida para que os mesmos tenham consciência da importância da imunização. Para o servidor Richardson de Jesus Amaral, “vacinar é dizer sim para a vida! Eu disse sim. E você?”, integrante da campanha da Coordenadoria de Assistência Médica e Social (CAMS), onde servidores compartilham o momento em que foram vacinados. O eventual retorno às atividades presenciais é objeto de avaliação pelo Comitê de Gerenciamento de Crise – Covid-19. (DINO, 2023a).

ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO PSICOLÓGICA EM MEIO À PANDEMIA

As mudanças na rotina de trabalho e convivência trazidas pela pandemia foram abordadas em um bate-papo *online*, ocorrido na manhã de 22 de setembro de 2021, com a participação de servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT). O evento, cujo tema foi “*Estratégias de adaptação psicológica em meio à pandemia*”, ocorreu em alusão ao *Setembro Amarelo*, mês de conscientização e prevenção ao suicídio. O bate-papo foi uma iniciativa da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) do TRE-MT, com o objetivo de promover o cuidado com a saúde mental dos servidores. Para o secretário de Gestão de Pessoas do TRE-MT, Valmir Nascimento Milomem Santos: “é um tema relevante sobre o momento em que estamos vivendo, e precisamos parar para refletir, porque são situações que influenciam nossas vidas, não só no trabalho, mas o convívio com a família também, já que tivemos de nos adaptar ao home office”.

O médico psiquiatra Paulo Henrique Coelho Saldanha Pereira discorreu sobre a importância de cuidar da saúde mental, uma vez que a pandemia fez com que muitas pessoas decidissem procurar ajuda: “Percebi que as pessoas buscaram mais ajuda porque passaram a ter flexibilidade de horário, começaram a ter tempo de olhar para si. Nossa sociedade atual tem todos os requisitos para um quadro ansioso ou depressivo, mesmo sem pandemia, então este período agravou essas situações”. O mesmo especialista também fez um alerta quanto ao risco da automedicação: “Quero destacar que a psicoterapia é fundamental como estratégia de prevenção e cuidado emocional, algo que faz diferença na vida das pessoas. A indicação medicamentosa para esses casos deve ser feita por um psiquiatra, e em casos estritamente necessários”.

Durante o evento foi apresentada uma pesquisa desenvolvida entre os meses de junho e julho de 2021 e que contou com a participação de 260 servidores, sob a coordenação da psicóloga organizacional do TRE-MT, Viviane Zaitum Cardoso Damacena. Eles responderam a perguntas sobre as estratégias que utilizaram para cuidar da saúde mental no período da pandemia. Do total, 36% disseram que iniciaram atividades físicas, 16% buscaram um momento de oração, 14% recorreram à meditação, 12% focaram em trabalhar e estudar, 4% procuraram atendimento com psicólogo, 10% ampliaram o convívio familiar, sendo que 8% não utilizaram qualquer estratégia.

Viviane Zaitum Cardoso Damacena ressaltou que a pandemia trouxe mudanças de hábito e de comportamento, que exigiu adaptação por parte de todos: “Costumo dizer que é um exercício de resistência, resiliência e ressignificação. O trabalho em casa, em função da pandemia, intensificou alguns sentimentos, como estado de alerta, que gera cansaço emocional e físico, sensação de falta de controle, tristeza e choro, entre outros”.

Dentre as estratégias de enfrentamento, a Dra. Zaitum reforçou a importância de se ter cuidado com as compensações, como excesso de alimentos ou consumismo, além de investir em ações que promovam a distração de assuntos que causem angústia: “Precisamos fortalecer nossa rede social e afetiva, fazer pausas sistemáticas durante o trabalho, exercícios físicos, e, principalmente, buscar um profissional de saúde quando as estratégias não forem suficientes para a estabilização emocional”.

Helma Auxiliadora Martins da Cunha Bazán, chefe do Cartório Eleitoral de Chapada dos Guimarães avaliou a ação: “Achei muito válida a discussão sobre o tema. Entendo que buscar a psicoterapia antes de adoecer, como recomendou o Dr. Paulo, é uma das melhores estratégias para prevenir doenças como a ansiedade, depressão e síndrome do pânico. É essencial buscar essa adaptação à mudança e criar estratégias de promoção da saúde mental, tais como criar uma rotina, montar um cenário de trabalho tranquilo em casa, praticar exercícios físicos, usar a tecnologia para contatar os entes queridos e manter hábitos e horários”. (ASSIS, 2023b).



TRABALHO REMOTO

O regime de trabalho remoto foi adotado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) enquanto medida de prevenção à transmissão do Coronavírus (Covid-19). Numa primeira impressão, pode-se erroneamente, supor que os resultados administrativos do TRE-MT teriam sofrido expressiva diminuição. Ao contrário, a adoção do trabalho remoto refletiu positivamente na produtividade desde o primeiro ano da pandemia, em 2020, quando novos procedimentos metodológicos foram adotados e paulatinamente aperfeiçoados.

Desde 16 de março de 2020 até o final de agosto de 2021, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) levantou dados, quantitativos e qualitativos relativos ao período de trabalho remoto. O TRE-MT foi muito bem avaliado, por ter proferido 34.534 sentenças e acórdãos, além de 11.905 decisões. Os despachos totalizaram 26.465 e o montante de movimentos processuais atingiu a marca de 1.385.284. Em agosto de 2021, o TRE-MT executou 1.876 sentenças e acórdãos, 302 decisões, 1.477 despachos e 69.401 movimentos processuais realizados. O número de sentenças e acórdãos proferidos pela Justiça Eleitoral mato-grossense aumentou 278% em 2021, e foram proferidas 9.598 sentenças e acórdãos entre março e agosto desse ano, e 2.542 no mesmo período de 2020. Já as decisões somaram 2.371 em 2021, 76% a mais que no ano interior, quando foram proferidas 1.345 delas. O número de despachos também aumentou 76% em 2021, com 7.987 registros, enquanto em 2020 foram feitos 4.532. O TRE-MT ainda apresentou aumento de produtividade com relação à movimentação de processos. Entre março e agosto de 2021, foram realizadas 447.510 movimentações, contra 130.585 em 2020 (243%).

Para o presidente do TRE-MT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, os números demonstram que o órgão conseguiu se adaptar à nova forma de trabalho: “Em meio a tantas mudanças e, concomitantemente, diante das dificuldades pessoais enfrentadas no momento de pandemia, podemos dizer que superamos mais esse desafio. A Justiça Eleitoral não pode parar, não parou e continuou fazendo seu trabalho com todos os cuidados necessários para evitar a disseminação do vírus”. (ASSIS, 2023c)

ATENDIMENTO AO ELEITOR

Neste período de excepcionalidade, o TRE-MT não deixou de fazer um bom atendimento ao eleitor, garantido pela Resolução nº 2.583, de 4 de março de 2021, que ampliou por tempo indeterminado o trabalho remoto, sendo que o atendimento ao eleitor foi realizado em ambiente virtual, porém ações preparatórias para o retorno às atividades presenciais estavam gradativamente sendo adotadas, sempre com foco na prevenção ao contágio. Um exemplo disso é o *Vacinômetro* da Justiça Eleitoral, ferramenta desenvolvida pela Secretaria de Gestão de Pessoas, que monitorou a vacinação de todo o corpo laboral, como destacou o secretário de Gestão de Pessoas do TRE-MT, Valmir Nascimento Milomem Santos: “Esse monitoramento nos permite saber a real quantidade de servidores e colaboradores do tribunal e cartórios eleitorais que se imunizaram contra o Covid-19. Isso contribuiu para a realização de ações específicas de prevenção ao vírus. Buscamos sensibilizar nosso corpo técnico da importância e os benefícios da vacinação.” (DINO, 2023a)

Eleições 2022

LOGOMARCA

Ao iniciar a sessão de julgamentos do dia 27 de maio de 2022, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luís Roberto Barroso, apresentou o novo logotipo das Eleições 2022. A escolha da imagem pelos ministros do TSE ocorreu minutos antes da sessão de julgamentos da manhã do mesmo dia. Para o ministro Barroso, “*Eleições 2022 – seu voto faz o país*” torna-se o símbolo das Eleições de 2022.

A produção da marca foi idealizada a partir de conceitos preestabelecidos, que evidenciam a importância da participação da sociedade na escolha de seus representantes políticos. A imagem é constituída pelo principal elemento que forma a eleição: o voto consciente como um ato que faz o país que todos querem, representado pelo símbolo de “visto”.

Cleber Schumann traduziu a logomarca: “A concepção foi feita pensando-se na vontade popular de escolher seus repre-



sentantes, de fazer a melhor escolha para o país que nós queremos [...] A logo é justamente o elemento visual que vai marcar as eleições, seja na propaganda ou em eventos. Então, ter uma logo representativa e que traz uma mensagem marca esse momento histórico que são as eleições gerais que acontecem a cada quatro anos”.

De acordo com ele, as cores foram selecionadas com base no mesmo conceito do logotipo das eleições de 2020, que transmitem imparcialidade, equilíbrio, leveza, harmonia e diversidade. (TSE, 2023)

AUMENTO DO NÚMERO DE ELEITORES EM MATO GROSSO

No período de 12 meses, entre janeiro de 2021 e janeiro de 2022, o número de eleitores em Mato Grosso passou de 2.210.306, para 2.248.137, o que representa um aumento de aproximadamente 1,7%. Já o total de eleitores de todo o Brasil subiu, de 145.944.047 para 147.151.416, ou seja, variação de 0,82%.

A expectativa do TRE-MT é que o número de eleitores aptos ao voto aumente ainda mais, em função da procura pela regularização dos títulos e de novos cadastros dando ao cidadão o direito ao voto nas Eleições 2022, marcadas para outubro. O prazo para fazer essas solicitações era o de 4 de maio, já que o cadastro eleitoral seria fechado após esta data.

TÍTULOS CANCELADOS – Em Mato Grosso, 371.676 eleitores tiveram seus títulos cancelados por motivos que poderiam ser regularizados até 4 de maio de 2022. Desse total, 101.503 cancelamentos são decorrentes de ausência às urnas nos três últimos pleitos, e 270.173 por não comparecimento à

revisão do eleitorado biométrica, suspensa pelo TRE-MT em função da pandemia da Covid-19, porém os eleitores poderiam regularizar esta situação virtualmente. (ASSIS, 2023d)

TREINAMENTO SOBRE REGISTRO DE CANDIDATURAS PARA REPRESENTANTES DE PARTIDOS, ADVOGADOS E PRÉ-CANDIDATOS

Após as convenções, a data marcada para os partidos políticos apresentarem os Requerimentos de Registros de Candidaturas foi a de 15 de agosto de 2022 e, para que esse processo ocorresse sem dificuldades para todos os envolvidos, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso promoveu no dia 12 de julho um treinamento sobre o tema, direcionado aos representantes dos partidos, advogados e pré-candidatos.

Dentre os assuntos abordados durante o treinamento destacam-se: resoluções aplicáveis; ata do partido/coligação; Sistema de Candidaturas (Candex); principais requisitos para o registro; filiação partidária; quitação eleitoral; verificação da situação do candidato no site do TRE/MT; documentação; links úteis; comunicações e intimações; mural eletrônico e acompanhamento processual.

Todo o material didático sobre o registro de candidatura apresentado no treinamento, bem como o vídeo e o áudio da apresentação ficaram disponíveis, a partir no site do Tribunal (www.tre-mt.jus.br), nos links “eleitor e eleições” e “eleições 2018”. Assim, quem participou do evento poderá rever todo o conteúdo e quem não pôde comparecer teve acesso às informações.

O registro de candidaturas é uma das principais fases das eleições e é por meio desse ato que os partidos e as coligações informam à Justiça Eleitoral o rol de eleitores que concorrerão aos cargos eletivos.



Treinamento sobre o registro de candidaturas – Eleições 2022



Encontro de Servidores da Justiça Eleitoral. Preparação para as Eleições 2022

O juiz-membro Luís Aparecido Bortolussi Júnior deu boas-vindas aos participantes: “Agradeço a presença de todos. O intuito da Corte do Tribunal e de seus servidores é estar cada vez mais próximo dos senhores. O nosso objetivo é que todos acertem e que tenham as menores dificuldades possíveis nesse processo eleitoral, que começa agora, com o registro de candidatura, e vai até o seu deslinde, com a diplomação. Aquela Justiça do século passado distante do cidadão não é a realidade atual. Na verdade, hoje, sentimo-nos muito à vontade estando no mesmo patamar dos senhores. Esse é o pensamento da Corte. Estamos, neste primeiro momento, reunidos com os senhores para esclarecimentos e treinamentos e para dizer que estamos à disposição. Aproveitem o máximo deste momento, tirem dúvidas e quanto ao que por ventura não soubermos responder, fica o compromisso de que vamos buscar a resposta e levá-las até vocês”.

O secretário judiciário do TRE, Breno Gasparoto, pediu a todos os envolvidos que estudassem a fundo os normativos legais que regem o Registro de Candidatura, pois há muitas novidades para as eleições gerais: “essa reunião marca o início desse processo eleitoral que será dificultoso e trabalhoso. Muitas novidades serão apresentadas nesta reunião e, depois, teremos um treinamento prático para levar a um bom termo essas eleições”.

O treinamento foi conduzido pelo coordenador da Coordenadoria de Registros e Informações Processuais (CRIP), Jacques de Barros Lopes, auxiliado pela chefe da Seção de Análise Técnico-Processual, Ângela Gabana de Queiroz. (OLIVEIRA, 2023b2).

CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES

Faltando 33 dias para as Eleições 2022, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), por iniciativa coordenada pela Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), reuniu 103 servidores efetivos que trabalham nos cartórios eleitorais em encontro preparatório do pleito. O evento teve início no dia 29 de agosto e seguiu até o dia 31.

Além de abordar assuntos como segurança do processo eleitoral, auditoria da votação eletrônica, urnas e sistemas eleitorais, o encontro também viabilizou a realização de exames médicos e consulta psicológica, por meio da equipe da Coordenadoria de Assistência Médica e Social (Cams).

O presidente do Tribunal, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, destacou: “São questões importantes e que exigem muito de nós, mas tenho certeza de que a Justiça Eleitoral entregará a verdade das urnas, por meio de um serviço transparente e célere prestado pelos servidores”. Pela relevância do evento, o mesmo presidente colocou a administração do TRE-MT à disposição para esclarecer dúvidas e prestar apoio, além de frisar que são esses funcionários os principais responsáveis pelo legado do trabalho da Justiça Eleitoral.

O juiz auxiliar da Corregedoria Regional Eleitoral (CRE-MT), Antônio Veloso Peleja Júnior, reforçou que a Justiça Eleitoral acredita na capacidade dos servidores, bem como se preocupa com o seu bem-estar físico e mental: “Nós percorremos algumas zonas eleitorais, ouvimos os problemas e o desempenho de cada um, sabemos do esforço de todos e nos preocupamos com a saúde de quem está na ponta nesse processo de organização do pleito”.



Abertura do workshop *Gente que Move* (2022)

Na avaliação do secretário de Gestão de Pessoas do TRE-MT, Valmir Nascimento Milomem Santos, aqueles que ingressaram recentemente no Tribunal Regional Eleitoral, são cerca de 40 dos servidores participantes do Encontro. Dessa forma, o evento foi o primeiro em que todos puderam ter um contato mais próximo: “É um momento muito valoroso, pois além de passarem por exames periódicos, estão recebendo informações essenciais para o sucesso das eleições. Também é uma oportunidade de compartilhar experiências, trocar informações e estreitarem os laços, após um longo período de isolamento e teletrabalho”.

A chefe de cartório da 25ª Zona Eleitoral de Pontes e Lacerda, Adriana Ruzzante Gagliardi, também participante, elogiou a realização do evento: “Estamos trocando ideias com os colegas mais experientes, e isso é muito importante para nós que vamos realizar a eleição pela primeira vez. Saber que temos uma equipe disponível para nos ajudar e repassar informações sobre os procedimentos nos dá mais segurança”. (ASSIS, 2023e)

WORKSHOP REFORÇA IMPORTÂNCIA DA CULTURA INOVADORA NO AMBIENTE DE TRABALHO

Inovar, se adaptar às mudanças, cooperar e ter coragem, estas foram algumas habilidades destacadas no workshop *Gente que Move – Juntos pela Democracia*, promovido no dia 08/12/2022, no Plenário do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT).

O evento contou com a participação de 280 pessoas, dentre magistrados(as) e servidores(as) da Justiça Eleitoral de Mato Grosso. Além do formato presencial, o workshop foi transmitido pela plataforma *Zoom*, com acesso aos cartórios eleitorais.

Durante a abertura, o presidente do Tribunal, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, agradeceu a presença

de todos(as) e a dedicação de todos ao longo da gestão e do ano, que resultou na conquista do Selo Diamante no Prêmio de Qualidade do Conselho Nacional de Justiça (CNJ): “Esse prêmio pode parecer uma vaidade para quem está no cargo, mas não é, ele nos coloca numa posição de destaque perante os órgãos superiores. Somos reconhecidos como um Tribunal de vanguarda, que faz sua obrigação e faz bem feito, faz de modo relevante, contribuindo com a nossa sociedade. [...] Tentamos, nesta gestão, passar, principalmente, a questão da inovação, de ouvir as ideias, que muitas vezes ficam guardadas, e precisamos compartilhar. Vamos providenciar uma réplica do prêmio que recebemos para cada cartório eleitoral, porque acreditamos que é uma forma de agradecer e compartilhar com vocês a satisfação de receber esse reconhecimento”.

O idealizador do evento, juiz-membro Luís Octavio Oliveira Saboia Ribeiro, esclareceu que 90% das inovações falham antes de chegar ao mercado: “Precisamos mudar a cultura e nos permitir pensar através das linhas que nos travam. O erro faz parte do aprendizado, precisamos apenas cuidar em não cometer os mesmos erros, mas eles são inevitáveis. Espero que o workshop auxilie e incentive para que vocês tentem e façam, que carreguem essa sementinha da inovação”.

O magistrado também destacou que é fundamental criar um novo modelo de mapa mental, pois é na análise e no profundo conhecimento do problema que residem as maiores oportunidades de inovar.

O *workshop* foi conduzido pela psicóloga Thelma Alves, que discorreu sobre como estimular algumas características que convergem para uma atitude inovadora: “Temos três comportamentos essenciais: conhecimento, habilidade e atitude. Tendo estes três pontos agindo, a atividade flui. Se algum desses pontos está desequilibrado, o caminho do fluir não existe e, conseqüentemente, somos afetados mental e fisicamente”.

De uma forma leve e assertiva, a palestrante interagiu com os(as) participantes e frisou a importância do aprendizado constante. A chefe de cartório da 12ª Zona Eleitoral de Campo Verde, Sheila Lopes de Amorim Donadon, elogiou o evento: “Achei muito válido e oportuno para o encerramento desse ano difícil e desgastante que enfrentamos. Nos motivou e nos inspirou a dar o nosso melhor em 2023, retomar o propósito de buscar aperfeiçoar e fazer a diferença”.

Ao final, os(as) participantes receberam três sementes de feijão com a inscrição de três palavras em cada uma: **TRE-MT, Orgulho e Futuro**, representando a capacidade de inovar e acreditar que pode dar certo. (ASSIS, 2023f)

PREPARANDO ELEIÇÕES EM TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS

Comunidade Quilombola de Mata Cavalo recebe atendimento da Justiça Eleitoral

O processo eleitoral para ser democrático deve incluir todos os cidadãos brasileiros, e o TRE-MT vem, ao longo de sua trajetória, procedendo a essa prática, a exemplo do atendimento à Comunidade Quilombola de Mata Cavalo, localizada em Nossa Senhora do Livramento, visto ser composta por seis comunidades quilombolas com pleno acesso aos serviços da Justiça Eleitoral Móvel (JEM), em 2022. Um ônibus do TRE-MT esteve na Escola Estadual Tereza Conceição Arruda, que é o mais concorrido local de votação rural da 20ª Zona Eleitoral de Várzea Grande, com um total de 775 eleitores.

O diretor-geral do TRE-MT, Mauro Sérgio Rodrigues Diogo, que esteve na comunidade, explicou que o ônibus é uma forma de levar atendimento aos que mais precisam: “É muito satisfatório ver a Justiça Eleitoral Móvel chegar a uma comunidade que é mais afastada de um cartório eleitoral, facilitando o acesso. Essa é uma comunidade muito tradicional e com uma história muito rica, por isso estamos muito felizes de proporcionar esses serviços”.

Foram realizados serviços de alistamento (primeiro título eleitoral), transferência de domicílio, regularização do título cancelado, dentre outros. O ônibus de atendimento dispõe de estrutura climatizada, mesas, cadeiras e equipamentos necessários para fazer o atendimento aos eleitores. O balanço parcial apontou mais de 180 atendimentos realizados em dois dias.

Mesmo não tendo mais a obrigatoriedade ao voto, Valdomiro Soares da Costa buscou a Justiça Eleitoral Móvel para transferir o domicílio eleitoral e continuar votando. “Eu morava em Várzea Grande, trabalhei muitos anos como motorista de ônibus, mas depois que me aposentei mudei para Mata Cavalo, então procurei o atendimento para votar aqui. Dizem que não preciso mais votar, mas vou continuar enquanto eu puder, porque acho importante”.

Vitória Nunes do Nascimento tirou o primeiro título na Justiça Eleitoral Móvel, aos 16 anos de idade e afirmou que pretende votar já na próxima eleição. “Eu acho importante estudar e ter, cada vez mais, conhecimento para participar da escolha de representantes e melhorar a situação do Brasil. Achei muito bom o TRE-MT trazer o atendimento, porque facilita muito”. Ana Clara Silva Arruda, de 17 anos, também aproveitou a oportunidade para tirar o primeiro título. “Temos de participar da eleição para ter as mudanças que queremos, e não quis deixar para a última hora”.

José Luiz Costa foi um dos atendidos e elogiou a iniciativa do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT): “Tive a oportunidade de comprar uma chácara em Mata Cavalo, então me mudei de Cuiabá há seis meses e precisei transferir o título eleitoral; fui muito bem atendido e facilitou muito para nossa comunidade. Temos que votar para eleger quem realmente vai trabalhar pela população”.

A juíza eleitoral da 20ª Zona Eleitoral Eunice Jaqueline da Costa e Silva Cherulli, agradeceu a receptividade da comunidade de Mata Cavalo e frisou a relevância da ação enquanto promotora de cidadania: “Para nós é de suma importância esse estreitamento com a população, a inclusão que esta ação promove. Facilitar o acesso e fortalecer a cidadania e o nosso trabalho, é o que nos motiva”.

Segundo a diretora da escola Estadual Tereza Conceição Arruda, Adriane de Arruda Abreu, o atendimento móvel é muito importante, pois a maioria dos moradores não dispõe de meio de transporte para ir até o cartório eleitoral em Várzea Grande: “Também facilitou muito para os jovens, porque os de 16 anos, por exemplo, não tinham tirado ainda por não ser obrigatório. Mas com a vinda do TRE-MT até a comunidade, muitos deles tiraram o título já pensando em votar”. (ASSIS, 2023g)

ATENDIMENTO AO PÚBLICO COM NECESSIDADES ESPECIAIS

OS DEFICIENTES VISUAIS – O TRE-MT capacitou e treinou 35 eleitores deficientes visuais na utilização das urnas eletrônicas. Esses eleitores especiais estudam no Instituto dos Cegos do Estado de Mato Grosso e participaram, no dia 19 de setembro de 2022, de um treinamento teórico e prático na utilização da urna eletrônica no pleito de 2 de outubro. O evento foi promovido pela Escola Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação.

Todas as urnas eletrônicas foram preparadas para atender pessoas com deficiência visual. Além do sistema braille e da identificação da tecla número 5 nos teclados, os tribunais eleitorais disponibilizaram fones de ouvido nas seções com acessibilidade e naquelas onde houver solicitação específica, para que o eleitor cego ou com deficiência visual receba sinais sonoros com indicação do número escolhido e retorno do nome do candidato em voz sintetizada.



Treinamento teórico e prático para os eleitores com deficiência visual (2022)



Treinamento teórico e prático para eleitores com deficiência auditiva (2022)

Na avaliação do participante Marcos Paulino de Melo: “Tirei algumas dúvidas sobre horário de votação, ordem de votação e voto de legenda. Esse evento é importante porque infelizmente no Brasil muitos eleitores pegam papel na rua e votam de qualquer maneira. Só tenho direito de cobrar se eu participar. No Brasil, muitos deficientes não fazem valer seus direitos e não têm consciência da importância de seus votos. Agora, quando todos entenderem o peso do voto somado, eles vão querer votar. Não podemos ter o discurso de dizer não sou obrigado a votar”.

A coordenadora pedagógica do Instituto, Sueli Gonçalves de Araújo Silva, ressaltou que a iniciativa do TRE-MT veio ao encontro do anseio dos alunos. “Nossos alunos já haviam manifestado vontade de ter esse contato, de receber orientações. É uma iniciativa de fundamental importância pois nós, que somos videntes, sentimos dificuldade no momento da votação, imagine como é para eles. Então, o TRE-MT abriu espaço para tirar dúvidas e manusear as urnas. Muitos de nossos alunos nem sabiam que as urnas têm o recurso de áudio”.

A palestra e o treinamento foram conduzidos pela servidora do TRE-MT, Lídia Silvério, que explicou como funciona a urna eletrônica e seus recursos de acessibilidade e respondeu a dúvidas dos eleitores presentes sobre direitos para o exercício do voto: “Para nós, da Justiça Eleitoral, esse evento também é uma oportunidade de conhecer as diversas realidades das pessoas em nossa sociedade. A Justiça Eleitoral tem investido em acessibilidade para que todos os eleitores possam exercer o voto com comodidade e segurança. Viemos treiná-los e permitir que votem com o máximo de autonomia. Todas as urnas eletrônicas estão habilitadas com o sistema de votação por áudio, basta solicitar ao mesário. Além disso, a Resolução do TSE permite que o eleitor cego leve um acompanhante para auxiliá-lo no que for estritamente necessário para o exercício do voto”. (MARTINS; RODRIGUES, 2023)

OS DEFICIENTES AUDITIVOS – A inclusão dos eleitores portadores de necessidades especiais sempre foi uma preocu-

pação da Justiça Eleitoral mato-grossense, uma vez que todos os brasileiros, indistintamente, devem merecer idênticas oportunidades.

Para que a acessibilidade ocorra de fato, é preciso conhecer as reais necessidades daqueles que precisam ser incluídos. Ciente disso, a Escola Judiciária Eleitoral (EJE), em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), recebeu, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), a visita de integrantes da Federação Desportiva de Surdos (FDS-MT), no dia 17 de setembro de 2022.

O grupo conheceu o Memorial da Justiça Eleitoral Mato-grossense, o depósito de urnas, e pôde tirar dúvidas, após votação simulada em urna eletrônica. Além disso, os surdos elencaram algumas dificuldades encontradas no acesso aos serviços, como a utilização do avatar (uma espécie de boneco em 3D) que, segundo eles, já não é o mais adequado. A visita contou com o auxílio de dois intérpretes e com a participação da representante da Comissão de Acessibilidade e Inclusão do TRE-MT Héliida Vilela de Oliveira.

Além das atividades presenciais, o programa contemplou o atendimento em Língua Brasileira de Sinais (Libras).

O secretário de Tecnologia da Informação do TRE-MT, Carlos Henrique Cândido, contextualizou o avanço do processo de votação ao longo dos anos e esclareceu as principais dúvidas dos visitantes. “O estreitamento com os surdos é fundamental para aprimorarmos os recursos de acessibilidade e entendermos como podemos incentivar, cada vez mais, a participação deste público nas eleições”.

A coordenadora da EJE-MT, Janis Eyer Nakahati, ressaltou que a Escola tem buscado a inclusão de pessoas com deficiência em diversas atividades, principalmente nas visitas guiadas: “Passamos por um período de pandemia, que nos limitou aos encontros virtuais, e com a retomada das atividades presenciais pudemos retomar a visita guiada, que é uma ótima oportunidade de aproximar a Justiça Eleitoral dos cidadãos, especialmente aqueles que necessitam de ações em prol da inclusão social”.

A ordem de votação foi um dos pontos destacados pelo presidente da FDS-MT, Ademilson Dias de Oliveira, enquanto aprendizado importante obtido na visita: “Foi uma boa ideia trazer a comunidade surda, porque precisamos ter acesso às informações das eleições, como local de votação e ordem dos candidatos. E, nós, surdos, também ficamos com receio de preconceito e acabamos nos afastando, por isso vejo a importância dessa visita e termos intérpretes para nos auxiliar a tirar dúvidas”. (ASSIS, 2023h).

A UTILIZAÇÃO DA LINGUAGEM DE LIBRAS – O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso se comunica com a sociedade de forma acessível, incluindo o segmento com necessidades especiais, ampliando ainda mais com os recursos de tradução em Libras, produz e divulga vídeos com legendas, e tem impulsionado ações para as audiodescrições.

Além dos recursos empregados nas manifestações públicas, o portal do Tribunal também conta com *software* que oferece, em tempo real, o áudio de textos (audiodescrição) em língua portuguesa, bem como a tradução desses textos para a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Rybená – A inteligência artificial chamada de Rybená promove a inclusão digital e social de pessoas com deficiência auditiva ou visual (total ou parcial), com síndrome de Down, com baixo letramento, idosos e disléxicos, entre outros, em todas as informações, notícias, e manifestações públicas disponibilizadas por meio do portal. Essa ferramenta foi desenvolvida de acordo com os padrões de acessibilidade adotados na administração pública, presentes no Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (e-MAG).

Como funciona – No canto inferior direito da tela do computador está localizado o ícone de acessibilidade representado por uma pessoa de braços abertos dentro de um círculo azul. Ao clicar no ícone, abrem-se mais quatro ícones: acessibilidade, contraste, Libras e voz.

Acessibilidade – O ícone acessibilidade, representado por uma pessoa de braços abertos, direciona para informações sobre ferramentas de acessibilidade do portal para as pessoas com necessidades especiais e aquelas com restrições motoras transitórias.

SESSÕES PLENÁRIAS DO TRE-MT PASSAM A CONTAR COM TRADUÇÃO EM LIBRAS – A partir de 1º de janeiro de 2022, todas as sessões plenárias do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) passaram a ter tradução simultânea em Língua Brasileira de Sinais (Libras). A presença de um intérprete para atuar nas sessões foi possível por meio de aditivo a um termo de cooperação firmado com a Secretaria de Estado de Educação (Seduc-MT).

A primeira sessão plenária de 2022 já contou com a transmissão em Libras, e foi transmitida em formato virtual, pelo canal do TRE-MT no YouTube. A partir de fevereiro, todas as sessões passam a contar com o apoio em Libras.



A iniciativa visa promover a acessibilidade aos portadores de deficiência auditiva, permitindo que as decisões judiciais tenham o máximo de transparência possível. O termo de cooperação, que antes previa apenas o intérprete de Libras em eventos, pronunciamentos e reuniões oficiais, bem como em vídeos institucionais do Tribunal, tinha vigência até 8 de julho de 2022. Com o aditivo, o prazo foi prorrogado para 7 de julho de 2024.

O presidente do TRE-MT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, ressaltou a disponibilidade do secretário de Estado de Educação, Alan Porto, em atender ao pedido do Tribunal: “Sou muito grato pela atenção e sensibilidade do secretário, que prontamente concordou em ampliar a cedência do intérprete para todas as sessões plenárias. A acessibilidade é fundamental para o fortalecimento da democracia é um direito que garante à pessoa com deficiência a possibilidade de viver de forma independente e de exercer seus direitos de cidadania e participação social”.

Segundo o secretário de Estado de Educação, Alan Porto, afirmou que a parceria visa dar suporte para à promoção da inclusão social desse público: “Prorrogamos este termo de cooperação e atendemos ao pedido do desembargador do TRE-MT, Carlos Alberto Alves da Rocha, de ampliar a disponibilização de profissionais intérpretes de Libras, por considerarmos muito importante que os portadores de deficiência auditiva tenham acesso às informações da Justiça Eleitoral”.

META DO CNJ – Além de promover o acesso às informações da Justiça Eleitoral à pessoa com deficiência auditiva, o termo de cooperação firmado visa permitir que o TRE-MT cumpra em parte o que determina o Artigo 10 da Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 401/2021. A norma orienta a adequação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares às determinações exaradas pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. (ASSIS, 2023i).

PLENO DO TRE-MT JULGOU 685 PROCESSOS EM 120 SESSÕES PLENÁRIAS

Ao longo de 2022, o órgão colegiado do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) julgou 685 processos em 120 sessões plenárias. Foram distribuídos aos juízes-membros 2.225 processos, com 594 decisões de mérito proferidas monocraticamente e 1.859 decisões interlocutórias. O balanço foi apresentado na última sessão plenária do ano, do dia 19 de dezembro de 2022.

O relatório também apontou a análise de 180 pedidos de liminares, dos quais foram concedidos 120, além de 2.635 despachos de mero expediente. Quanto à produtividade, destacou-se a outorga do Selo Diamante no Prêmio CNJ de Qualidade, reconhecimento institucional aos tribunais que se destacaram em políticas judiciais, eficiência, gestão e organização de dados. O TRE-MT também ficou em 4º lugar dentre todos os tribunais brasileiros, de todos os segmentos. Outro reconhecimento é a nota máxima obtida no *Ranking* de Transparência do CNJ, que no âmbito do Estado, colocou o TRE-MT na primeira posição.

No balanço, também cabe ressaltar o cumprimento da Meta 1 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que consiste em julgar mais processos do que os recebidos, em 105,32%, sendo que houve 2.237 autuações e o julgamento de 2.357 processos. Já na Meta 2, consistente em identificar e julgar, para a Justiça Eleitoral, até 31 de dezembro de 2022, 80% dos processos distribuídos até 31 de dezembro de 2020, o TRE-MT atingiu 132,22% de cumprimento, tendo julgado 16.059 processos, considerando a necessidade de julgar 15.182 processos enquadrados nos critérios da Meta 2.

Balanço dos esforços de 2022 – O balanço também pontuou a atuação do TRE-MT durante as Eleições 2022. Foram recebidos e julgados 48 processos do tipo Demonstrativos de Regularidade de Atos Partidários (DRAP) e 525 de Requerimentos de Registro de Candidatura (RRC). Ainda foram recebidas 533 prestações de contas eleitorais, sendo que todos os processos de prestações dos candidatos eleitos foram julgados antes da sessão solene de diplomação, realizada no dia 15 de dezembro.

Foram diplomados na cerimônia os 37 candidatos eleitos sendo governador e vice-governador, senador e dois suplentes, oito deputados federais e 24 deputados estaduais. Todos(as) que alcançaram a condição de suplente e que preencheram o requisito obrigatório de prestar contas tiveram os diplomas disponibilizados no site do TRE-MT.

O relatório também destaca a atuação dos juízes auxiliares da propaganda, que receberam 294 processos em distribuição, sendo 252 representações e 45 processos envolvendo pedidos de direito de resposta. Ainda no período eleitoral, o TRE-MT recebeu cinco Ações de Investigação Judicial Eleito-

ral (AIJEs), de competência da Corregedoria Regional Eleitoral (CRE), e três representações especiais, distribuídas aos juízes-membros.

Ainda para garantir o êxito na condução do pleito, foram realizadas oito reuniões preparatórias com representantes de partidos políticos, advogados e emissoras de rádio e TV, as quais versaram sobre diversos temas, como os sistemas eleitorais de utilização obrigatória pelas agremiações partidárias; alterações legislativas para as Eleições 2022; financiamento coletivo; a escolha e o registro de candidatos, o Horário Eleitoral Gratuito; prestações de contas de campanha, dentre outros.

Segundo o presidente do Tribunal, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, todas essas ações são frutos do engajamento e dedicação de magistrados, servidores, estagiários e terceirizados do Tribunal e dos cartórios eleitorais. “A união de esforços colocou o TRE-MT dentre os melhores do país, sendo reconhecido e premiado pelo CNJ, demonstrando cabalmente que é capaz de enfrentar os desafios sempre crescentes de entregar uma justiça célere e eficaz. Após o término de um exaustivo ano eleitoral, agradeço a todos que integram esta grande família da Justiça Eleitoral e desejo um feliz Natal e próspero ano novo”.

A vice-presidente e corregedora do TRE-MT, desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho, também agradeceu a todos que se mobilizaram e se dedicaram ao cumprimento das metas e à realização das eleições. (ASSIS, 2023j).

PASSE LIVRE PARA MESÁRIOS E COLABORADORES VOLUNTÁRIOS DE VÁRZEA GRANDE

Graças a uma inédita parceria entre o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) e a Secretaria Municipal de Defesa Social de Várzea Grande, os mesários e colaboradores voluntários designados para atuar no primeiro turno das Eleições 2022, tiveram a garantia de passe livre no transporte público. Para isso, foram distribuídos 2.740 cartões com validade para trechos de ida e volta.



Entrega de cartões de Passe Livre (2022)

A entrega dos passes foi feita pelo secretário Municipal de Defesa Social de Várzea Grande, coronel PM Alessandro Ferreira da Silva, ao presidente do TRE-MT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, no dia 28 de setembro de 2022, durante a última reunião preparatória do Gabinete de Gestão Integrada (GGI).

Segundo o citado coronel, a iniciativa visa proporcionar mais dignidade ao trabalho desempenhado pelos mesários e colaboradores: “Nosso município, por meio do prefeito Kallil Baracat, autorizou a emissão desses 2.740 passes, conforme a demanda da Justiça Eleitoral, para esses trabalhadores voluntários destacados para atuar na eleição em Várzea Grande. É uma forma de contribuir para termos um pleito de forma mais digna para essas pessoas, em sua atuação voluntária, respeitando o direito de ir e vir”.

O presidente do TRE-MT sobrelevou a parceria com a Secretaria Municipal de Defesa Social de Várzea Grande: “Esta parceria é muito importante e demonstra a preocupação e o reconhecimento do Tribunal e da Secretaria do município com o trabalho dos mesários e colaboradores designador a atuar no dia da eleição, pois eles são fundamentais para a realização deste grande ato em prol da democracia.”

A cooperação também resultou na manutenção da frota de ônibus utilizada em Várzea Grande, de segunda a sexta-feira, além da circulação do transporte coletivo a partir das 5h da manhã. A medida foi solicitada porque em Mato Grosso a eleição teve início às 7 horas, sendo necessário que os mesários e colaboradores chegassem às 6 horas aos locais de votação, para os procedimentos preparatórios, conforme informou o diretor-geral do TRE-MT, Mauro Sérgio Rodrigues Diogo: “Como o horário de tráfego é reduzido aos finais de semana e a eleição ocorre no domingo, nossa preocupação é que os mesários e colaboradores que dependem deste serviço consigam chegar às 6 horas, com tranquilidade. Temos certeza que as medidas adotadas pelo Executivo Municipal podem assegurar isso”. (ASSIS, 2023k).

TRE-MT mais perto do eleitor

REGULARIZAÇÃO DO TÍTULO ELEITORAL

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) e a Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) deram início, no dia 21 de março de 2022, a uma campanha de divulgação, veiculada nas emissoras de rádio, TV e sites locais, visando a regularização do título eleitoral, cujo prazo finaliza no dia 4 de maio.



Campanha para regularização do título eleitoral

A parceria foi firmada tendo por base termo de cooperação mútua entre o TRE-MT e a ALMT, com a finalidade de agregar agilidade, segurança das informações e transparência ao processo eleitoral. “Agradeço a disponibilidade da Assembleia Legislativa em atender à Justiça Eleitoral, por meio deste trabalho que tem caráter educativo, informativo e de utilidade pública, diante da importância da regularização da situação cadastral daqueles eleitores com títulos cancelados ou em situação irregular”, ressaltou o presidente do TRE-MT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha.

Títulos cancelados – No ano de 2022, em Mato Grosso, 367.066 pessoas estavam com seu título eleitoral cancelado, 100.558 por causa da ausência nas três últimas eleições, e 266.508 por falta da revisão biométrica, suspensa temporariamente devido à Covid 19. O eleitor que não regulariza a situação ficará impedido de votar até que o faça. Além disso, ele fica sujeito a uma série de restrições e impedimentos legais, como obter passaporte ou carteira de identidade; participar de concorrência pública ou administrativa da União, dos estados, dos territórios, do Distrito Federal, dos municípios ou das respectivas autarquias; inscrever-se em concurso ou prova para cargo ou função pública, e neles ser investido ou empossado; renovar matrícula em estabelecimento de ensino oficial ou fiscalizado pelo governo, entre outros.

Coleta da biometria suspensa – A coleta da biometria foi suspensa pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), como medida de prevenção à proliferação da Covid-19, porém, os eleitores que não registraram a biometria na última revisão realizada e que estiverem com o título cancelado por este motivo podem regularizar normalmente. A solicitação é atendida, sem a coleta de impressão digital, até que a medida seja retomada pelo TSE. (ASSIS, 2023l)



Ônibus da Justiça Eleitoral Móvel, no bairro Cristo Rei (2022)



Atendimento pela Justiça Eleitoral Móvel, no Jardim Glória II (2022)

ATENDIMENTO MÓVEL A ELEITORES EM CUIABÁ E VÁRZEA GRANDE

A Justiça Eleitoral Móvel (JEM) atendeu aos moradores da **região do Cristo Rei**, em Várzea Grande, entre os dias 4 e 12 de abril de 2022, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, à exceção do primeiro dia, quando o atendimento começou às 10h. O projeto, com estrutura climatizada montada dentro de um ônibus, tem em vista ampliar a capacidade de atendimento aos grandes bairros. O ônibus dispõe de mesas, cadeiras e equipamentos necessários para atender os eleitores, tendo os serviços realizados no Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), localizado na Av. Dom Orlando Chaves, nº 1536, bairro Ponte Nova.

Foram oferecidos diversos serviços, sendo que o foco foi o alistamento (primeiro título), transferência de domicílio, regularização do título eleitoral cancelado, entre outras questões que resultassem na alteração cadastral. Isso porque essas solicitações só poderiam ser feitas até o dia 4 de maio, em função do fechamento de cadastro, visando à preparação das Eleições 2022.

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) alertou que o eleitor com o título cancelado por ausência à revisão biométrica deveria regularizar a situação, mesmo sem a coleta da biometria, que continua suspensa pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em função da pandemia do Covid 19. O atendimento foi realizado normalmente, sem a coleta da digital, permitindo que a pessoa votasse na eleição de 2022. (ASSIS, 2023m).

O ônibus da Justiça Eleitoral Móvel (JEM) chegou ao **bairro Pedra 90**, em Cuiabá, no dia 25 de abril de 2022. Os atendimentos foram realizados até o dia 4 de maio, de segunda a sexta-feira, das 8h às 14h, na Escola Estadual Professor Rafael Rueda, localizada na Travessa Caruaru, nº 101.

Aos eleitores, atendidos por ordem de chegada, foram oferecidos serviços de alistamento (primeiro título), transfe-

rência de domicílio eleitoral, regularização do título, entre outros. A Justiça Eleitoral Móvel é uma iniciativa que visa ampliar a capacidade de atendimento aos grandes bairros e facilitar o acesso da população.

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) ofereceu também à população um atendimento *online*, pelo site do Tribunal. (ASSIS, 2023n).

A Justiça Eleitoral Móvel do TRE-MT esteve no **Jardim Glória II** até o dia 30 de março de 2022 realizando alguns serviços à população. Dona Benedita Nascimento de Souza votava em um local distante de sua residência atual, necessitando pegar ônibus ou pedir a algum familiar para levá-la. Para 2022 a situação mudou; ela solicitou a mudança de local de votação através da “Justiça Eleitoral Móvel” e fi ou apta a votar com mais comodidade.

Ela foi a primeira eleitora atendida pela “Justiça Eleitoral Móvel”, estacionada na Escola Municipal de Educação Básica (EMEB) Maria das Graças Pinto, no bairro Jardim Glória II. D. Benedita fez questão de avaliar este serviço: “Agora ficou muito mais fácil votar, porque transferi para um local próximo da minha casa; antes, ficava muito cansativo, porque tinha que pegar o ônibus e caminhar um pouco ainda”.

A coleta da biometria, continuou suspensa pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mas não impediu que o eleitor, mesmo tendo o título cancelado por ausência à revisão biométrica, regularizasse a sua situação. Foi o caso de dona Ledina Maria de Souza, que estava com o título cancelado, mas procurou o atendimento e ficou apta para votar nas Eleições 2022: “Este ano consegui resolver e vou votar, porque o voto é importante para melhorar a saúde, a educação, a nossa situação de um modo geral”.

Segundo o presidente do TRE-MT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, o atendimento móvel facilita o acesso daqueles que mais precisam: “É uma iniciativa muito importante e cidadã, pois leva os serviços da Justiça Eleitoral à população que mora distante dos cartórios eleitorais e que, mui-

tas vezes, também não consegue fazer o procedimento pela internet. Além disso, oferece comodidade também aos servidores que fazem o atendimento nesses locais”.

Na avaliação da chefe de cartório da 20ª ZE de Várzea Grande, Simeres Godoy, com a ampliação da rede de atendimento é possível alcançar pessoas que não têm condições de ir até as unidades presenciais: “Em uma ação como esta conseguimos fazer o atendimento pleno ao eleitor, com os serviços de alistamento, transferência de título e, principalmente, a regularização, no caso daqueles que estão com o título cancelado”. (ASSIS, 2023o).

Preparando as eleições em áreas indígenas

PROJETO DEMOCRACIA MULTILÍNGUE

A primeira aldeia indígena em Mato Grosso a implementar o turismo de convivência social foi também aquela que primeiro recebeu o projeto *Democracia Multilíngue*, desenvolvido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT). O lançamento ocorreu no dia 29 de junho de 2022, na aldeia Wazare, em Campo Novo do Parecis, e incluiu a entrega de uma cartilha editada nos idiomas português e paresí (pareci).

A iniciativa, que contemplou indígenas da etnia Halíti-Paresí, tanto da aldeia Wazare quanto de aldeias do entorno, foi idealizada pela Corregedoria Regional Eleitoral (CRE-MT) e contou com o apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Polícia Federal. A titular da pasta, desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho, fez questão de aclarar a intenção do projeto: “Nossa intenção foi ampliar ainda mais a demonstração da importância do voto para alcançarmos a democracia plena. Esta cartilha é fruto de um trabalho conjunto, que contou, inclusive, com a tradução do idioma por eles. Nós fomos muito bem acolhidos pela comunidade indígena e a Justiça Eleitoral também está de portas abertas a todos os cidadãos”.

O cacique Rony Pareci, líder da Aldeia Wazare, apresentou o espaço físico aos representantes da Justiça Eleitoral. Ali estão presentes 17 nacionalidades diferentes, bem como suas tradições. Ele enalteceu a importância do projeto e ressaltou que é uma demonstração da atuação íntegra da Justiça Eleitoral: “Este é um marco histórico da democracia, de valorização da diversidade, do respeito. Então, o TRE-MT, a Funai, as cooperativas indígenas, se empenharam para a realização desse momento, que faz com que o nosso povo passe a ter a consciência da importância de cada um escolher seus representantes e saber fazer a separação entre a política e a politicagem”.

O juiz auxiliar da Corregedoria Regional Eleitoral (CRE-MT) Antônio Veloso Peleja Júnior ministrou palestra sobre

o tema “*Democracia multilíngue e direitos políticos das minorias*”. Segundo ele, a participação política dos povos indígenas é muito importante, não só para o exercício do voto, como também por apresentar seus representantes em candidaturas: “Os Halíti-Paresí são bastante organizados, eles têm um plano de gestão muito bom dentro da comunidade deles, então tentamos passar informações sobre Direito Eleitoral, mas também aprendemos muito com eles”.

Outro tema abordado no evento foi a “*Segurança do processo eleitoral*”, proferida pelo coordenador de Infraestrutura Computacional do TRE-MT, Carlos Henrique Cândido, o qual frisou os mecanismos dos sistemas de voto e sua apuração, que respaldam a segurança de toda eleição: “Falamos sobre um tema extremamente importante para todos, indistintamente se são povos indígenas ou não, porque o processo eleitoral envolve toda a sociedade. A segurança precisa ser reafirmada, com o intuito de deixar isso mais claro, mais transparente, mais simples, para que o eleitor tenha certeza de que o voto dele está sendo respeitado”.

Esteve também presente no evento, a juíza-membro substituta do TRE-MT, desembargadora Serly Marcondes Alves, que assim definiu o momento: “A integração entre os povos que compõem o nosso país é fundamental, é um dos valores da democracia, baseado no princípio da igualdade, que está na nossa Constituição, então esse evento é algo que marca a história da Justiça Eleitoral de Mato Grosso”.

DIREITOS ELEITORAIS INDÍGENAS

Primeira cacique mulher da etnia Paresí, chefe da aldeia Bacaval, em Mato Grosso, Miriam Kazaizokairo, considerou importante a presença do TRE-MT e a entrega da cartilha *Democracia Multilíngue*, por levar à comunidade mais conhecimento sobre os direitos eleitorais: “Chegando esta cartilha no idioma paresí, muitas pessoas conseguem entender o que é uma eleição, o que é a Justiça Eleitoral, e a importância de votar.”

A intenção da Corregedoria é ampliar o projeto para idiomas de outras etnias indígenas mato-grossenses. Também participaram do evento de lançamento do projeto *Democracia Multilíngue* o juiz eleitoral da 60ª Zona Eleitoral de Campo Novo do Parecis, Pedro Davi Benetti, e o diretor-geral do TRE-MT, Mauro Sérgio Rodrigues Diogo. (ASSIS, 2023p).

ELEITORES INDÍGENAS E AS AÇÕES VISANDO SUA INCORPORAÇÃO

Com 16.109 eleitores registrados em locais de votação indígenas, o Estado de Mato Grosso reúne diversas etnias residentes em diferentes localidades. Na semana em que se comemora o Dia Internacional dos Povos Indígenas, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) ressaltou as ações realizadas com o intuito de garantir o direito de participação desta população nas eleições.



Des. Carlos Alberto Alves da Rocha e des. Nilza Maria Póssas de Carvalho recebem representantes da etnia bororo – Cartilha Democracia Multilíngue (2022)

Dentre as iniciativas tem destaque a instalação de 54 locais de votação indígenas, treinamentos dos mesmos na utilização da urna eletrônica, desenvolvimento de projetos de integração, a exemplo do *Democracia Multilíngue*, lançado em 2022, assim como oportunizar o recolhimento do voto dos indígenas nas 76 seções eleitorais distribuídas nos municípios de Nobres, Barra do Garças, General Carneiro, Barra do Bugres, Alto Boa Vista, São Félix do Araguaia, Santa Terezinha, Porto Esperidião, Tangará da Serra, Vila Bela da Santíssima Trindade, Campinápolis, Juara, Confresa, Porto Alegre do Norte, São José do Xingu, Marcelândia, Peixoto de Azevedo, Juína, Feliz Natal, Barão de Melgaço, Santo Antônio de Leverger, Guarantã do Norte, Rondonópolis, Poxoréu, Brasnorte, Gaúcha do Norte, Paranatinga, Campo Novo do Parecis, Comodoro e Rondolândia.

O projeto *Democracia Multilíngue* foi lançado pela Corregedoria Regional Eleitoral (CRE-MT) na aldeia Wazare, em Campo Novo do Parecis, em junho de 2022. A ação consistiu na distribuição de uma cartilha sobre direitos eleitorais e a importância do voto nos idiomas português e no idioma falado pelo indígena. De início, a publicação contemplou as línguas parecí e bororo.

As iniciativas do TRE-MT contam com o apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai), por meio da autorização de acesso à aldeia indígena, mas também auxilia na conscientização com relação à importância do voto e a participação política.

O presidente do TRE-MT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, destacou que é preciso incentivar a integração dos povos indígenas no processo eleitoral, sempre observando o respeito às tradições: “Assim como determina a Resolução TSE nº 23.629/2021, durante a prestação de serviços eleitorais, é necessário resguardar o direito fundamental da pessoa indígena quanto à sua organização social, seus costumes e suas línguas, crenças e tradições”. (ASSIS, 2023q).

AMPLIANDO A DEMOCRATIZAÇÃO NAS ÁREAS INDÍGENAS: A VEZ DOS BORORO

Representantes de duas aldeias da etnia Bororo receberam, no dia 10 de agosto de 2022, exemplares da cartilha *Democracia Multilíngue*, produzida pela Corregedoria Regional Eleitoral de Mato Grosso (CRE-MT). O material foi elaborado nas línguas portuguesa e bororo, com o objetivo de integrar os povos indígenas à sociedade civil no que toca à Justiça Eleitoral.

A entrega ocorreu no dia 9 de agosto, Dia Internacional dos Povos Indígenas, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1994. O dia é dedicado a homenagear e reconhecer as tradições dos povos indígenas e promover a conscientização sobre a inclusão dos povos originários na sociedade, alertando sobre direitos e reafirmando as garantias previstas na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

Na ocasião, o presidente do TRE-MT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, ressaltou a importância da participação dos povos indígenas no processo eleitoral: “Espero que com essa iniciativa a Justiça Eleitoral contribua com o exercício do voto, por meio do incentivo ao envolvimento de cada vez mais indígenas no processo democrático do nosso país. Nós temos mais de 16 mil eleitores cadastrados em locais de votação indígenas, uma quantidade expressiva que tem poder de escolha”.

Na avaliação da vice-presidente e corregedora regional eleitoral do TRE-MT, Nilza Maria Póssas de Carvalho, nesta segunda etapa do projeto *Democracia Multilíngue*, “fez-se a primeira entrega da cartilha no idioma paresí, na aldeia Wazare, e, em seguida, a entrega da publicação no idioma da etnia Bororo. Isso é motivo de muita alegria para nós, pois acreditamos que a aproximação entre a Justiça Eleitoral e os povos indígenas é fundamental”.

Benilton Pereira Kogebou foi responsável pela tradução do texto da cartilha para o idioma Bororo, e representou na entrega o cacique da aldeia Córrego Grande – Terra Indígena Tereza Cristina, Benedito Pereira Júnior, seu pai. Segundo ele, há cerca de cinco mil indígenas da etnia Bororo residentes em Mato Grosso e distribuídos em diversos municípios: “Essa cartilha é muito importante, representa um cuidado do TRE-MT com nosso povo. Muitos de nós não sabem a língua portuguesa muito bem, mas agora vão conseguir ler o que está escrito sobre a democracia e as eleições”.

O cacique da Terra Indígena Tadarimanã, Marcelo Alves Terena Coguiepa, também participou da entrega, realizada no Gabinete da Presidência do TRE-MT. Ele acredita que as cartilhas na aldeia irão incentivar a participação cidadã: “O voto é uma forma que temos de escolher os representantes dos nossos direitos, então temos que exercer a cidadania para preservar nossas terras, nossos costumes e ter nossas vontades respeitadas”.

O diretor da regional da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Cuiabá, Benedito César Garcia Araújo, afirmou que existem 43 povos indígenas em Mato Grosso e que sua integração ao processo eleitoral é muito importante: “São vários povos com línguas e tradições completamente diferentes umas das outras. Para os bororos, que são originários da Baixada Cuiabana, essa cartilha representa uma valorização desse povo, um gesto de reconhecimento pela importância deles”.

Além da Funai, a agência Sicoob foi parceira do projeto nesta etapa. Com esta entrega, o TRE-MT contemplou, de início, as etnias Halíti-Paresí e Bororo. Cada representante da aldeia Bororo levou o material para ser distribuído aos indígenas. (ASSIS, 2023r).

Fiscalização dos gastos de campanhas eleitorais

Mesmo antes do pleito eleitoral de 2022, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) deu início às fiscalizações, concomitantes e de eventos, relativas à aplicação de recursos das campanhas das eleições. As ações ocorreram de forma aleatória, incluindo os finais de semana e feriados.

A fiscalização concomitante consiste na checagem, nas ruas, feita por fiscais, a fim de apurar se o que os candidatos estavam gastando (pessoal de militância, material de propaganda etc.) se estava registrado nos sistemas, documentado e se condiz com a situação encontrada. Já o outro tipo, como o nome sugere, se destina a fiscalizar eventos de arrecadação de receitas para a campanha, checando se há controle das origens das receitas e documentos das despesas realizadas.

Os procedimentos operacionais de fiscalização foram tomados pela Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias (Asepa) do TRE-MT, conforme regulamentado pela Resolução nº 2734/2022. Os detalhes foram alinhados durante reunião realizada no dia 23 de agosto de 2022.



Apresentação do planejamento da fiscalização de arrecadação e de gastos de campanha (2022)

Além dos eventos eleitorais, são alvo da fiscalização: materiais de propaganda, pessoas contratadas conhecidas como “militância” que divulgam material nas ruas, entre outras situações. O principal objetivo é garantir maior efetividade, celeridade e transparência ao processo de fiscalização, além de subsidiar a análise das prestações de contas, em consonância com as normas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Segundo a Resolução, a Justiça Eleitoral poderá fiscalizar a comercialização de bens ou serviços e a promoção de eventos que se destinem a arrecadar recursos para campanha eleitoral, realizados em qualquer município de Mato Grosso, durante todo o processo eleitoral.

A norma permite também que, antes de iniciado e durante o exame das prestações de contas, a Justiça Eleitoral solicite informações a doadores e fornecedores de bens ou serviços a candidatos e partidos políticos. Podem ser feitas diligências, na capital e em Várzea Grande, para as quais foram designados, por portaria da Presidência do Tribunal, fiscais “ad hoc”, dentre servidores à disposição da Justiça Eleitoral.

O presidente do TRE-MT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, avaliou que os candidatos precisam ficar atentos, pois a fiscalização é intensa: “Com certeza, esta medida irá contribuir para a prevenção e repressão da prática de ilícitos na arrecadação e gastos de recursos de campanha. Para isso, contamos também com o auxílio da população, por meio de denúncias de possíveis irregularidades”.

Para o assessor de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias do TRE-MT, Rodrigo Martins de Jesus: “a equipe é muito bem preparada para a realização dessa atividade, elaboramos um cronograma de fiscalização com base em critérios de materialidade, relevância e risco, contendo rotas semanais de segunda a segunda e, para os comitês de campanha, temos planejamento específico baseado em critérios de auditoria de conformidade”.

Denúncias – Qualquer pessoa poderá apresentar denúncia sobre a realização de evento eleitoral não comunicado regularmente à Justiça Eleitoral, por meio de formulário eletrônico da Ouvidoria, disponível no site do TRE-MT ou pelo 0800-647-8191 (Disque Eleitor). (ASSIS, 2023s).



TRE-MT DIVULGA PREÇOS MÉDIOS DE SERVIÇOS CONTRATADOS EM CAMPANHA ELEITORAL

Para garantir a lisura nas eleições de 2022, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) colocou no seu site, desde 29 de agosto de 2022, o banco de preços de serviços prestados aos candidatos e partidos políticos nas campanhas eleitorais. O principal objetivo é balizar os gastos realizados exclusivamente com recursos públicos, a fim de evitar a aplicação desregrada.

Os valores foram definidos por meio de coleta de preços e determinados pela média aritmética dos orçamentos encaminhados pelas empresas que atenderam à consulta. É tolerada a extrapolação em até 10 pontos percentuais do valor, em razão do aumento da demanda no período eleitoral.

Já para composição do banco de preços foram consideradas as categorias de serviços elencadas nas legislações eleitorais em vigor. São elas: confecção de material impresso; propaganda e publicidade, por qualquer meio de divulgação; despesas com transporte, inclusive aéreo; produção de programas de rádio, televisão ou vídeo; custos com a criação e inclusão de sites na internet (planejamento de campanhas digitais e redes sociais).

O presidente do Tribunal, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, alertou os candidatos e partidos políticos, além de fornecedores e prestadores de serviço, para que observem o preço médio constante no banco disponibilizado no site: “Os recursos financeiros devem ser aplicados levando em conta o princípio da economicidade, visando, em primeiro lugar, o interesse dos cidadãos. Também atuamos de forma fiscalizatória, nas ruas, em eventos de arrecadação e comitês de campanha, a fim de reprimir a prática de abuso de poder econômico”.

O banco de precificação foi desenvolvido pela Assessoria de Exame de Contas Eleitorais e Partidárias (Asepa) do TRE-MT. Na opinião do assessor da Asepa, Rodrigo Martins de Jesus, a iniciativa também confere mais segurança na análise da aplicação dos recursos públicos nas campanhas eleitorais: “A ideia surgiu a partir de análises anteriores de contas de campanha feitas pelo setor, desde o pleito de 2018, nas quais identificamos valores superiores à média praticada pelo

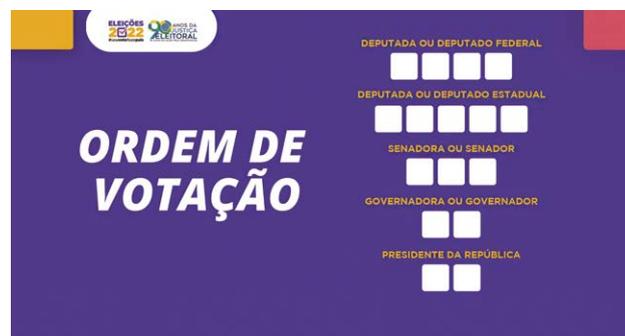
mercado. A intenção é justamente ter um parâmetro para que candidatos se atentem e não aleguem desconhecimento”. (ASSIS, 2023t).

CALENDÁRIO ELEITORAL 2022

As Eleições Gerais de 2022 foram agendadas nacionalmente para o dia 2 de outubro, quando 150 milhões de eleitores estavam aptos a irem às urnas para votar em primeiro turno. Em Mato Grosso, foram cerca de 2,2 milhões de cidadãos participando do processo para eleger o presidente da República, os deputados distritais, estaduais e federais, o governador, os senadores e ao final o presidente da República. No caso da existência de segundo turno, ficou o mesmo estabelecido para 30 de outubro, acompanhando a Resolução nº 23.674/2021. Em ambos os pleitos, a votação teve início às 7h e finalização às 16h. (ASSIS, 2023u).

Atenção Eleitor:
o horário de votação foi alterado

Em todo o Brasil, o horário de votação foi unificado tendo por base o horário da capital federal, Brasília. Assim, as unidades federativas que adotam outro fuso horário, tiveram de seguir, obrigatoriamente, o período de votação adotado na capital brasileira.



“Eleitor, confira a ordem de votação nas Eleições Gerais de 2022”



Eleições 2022: “Em Mato Grosso, o horário de votação será das 7h às 16h”. (5 de setembro de 2022)



ELEITORES MAIS BEM INFORMADOS

Estreou, no dia 6 de setembro de 2022, o programa de rádio *Justiça Eleitoral em Foco*, um espaço para se discutir eleições, democracia, cidadania, normas do processo eleitoral, entre outros assuntos de interesse da população. A primeira edição foi ao ar na Rádio TRT (103.4 FM).

A iniciativa consubstanciou a parceria firmada entre o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), por meio da Assessoria de Comunicação (Ascom), e o Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região (TRT-MT), que detém a concessão da rádio. O primeiro programa contou com a participação do presidente do TRE-MT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, que discorreu sobre a organização das Eleições 2022 e algumas ações inovadoras que visavam aumentar a transparência e o controle social. Na ocasião, o mesmo presidente destacou: “Este é um importante canal de comunicação, pois conseguimos repassar informações importantes aos eleitores, esclarecer dúvidas e reforçar a segurança do processo eleitoral. O rádio possibilita mais acessibilidade e tem esse poder de chegar a milhares de pessoas”. (ASSIS, 2023v).

RELAÇÃO COM OS PARTIDOS E IMPRENSA

Pelo Edital n. 1/2022, de 28/07/2022, expedido pelo juiz auxiliar da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, Dr. Bruno D’Oliveira Marques, foi convocada uma reunião com os representantes legais dos partidos po-

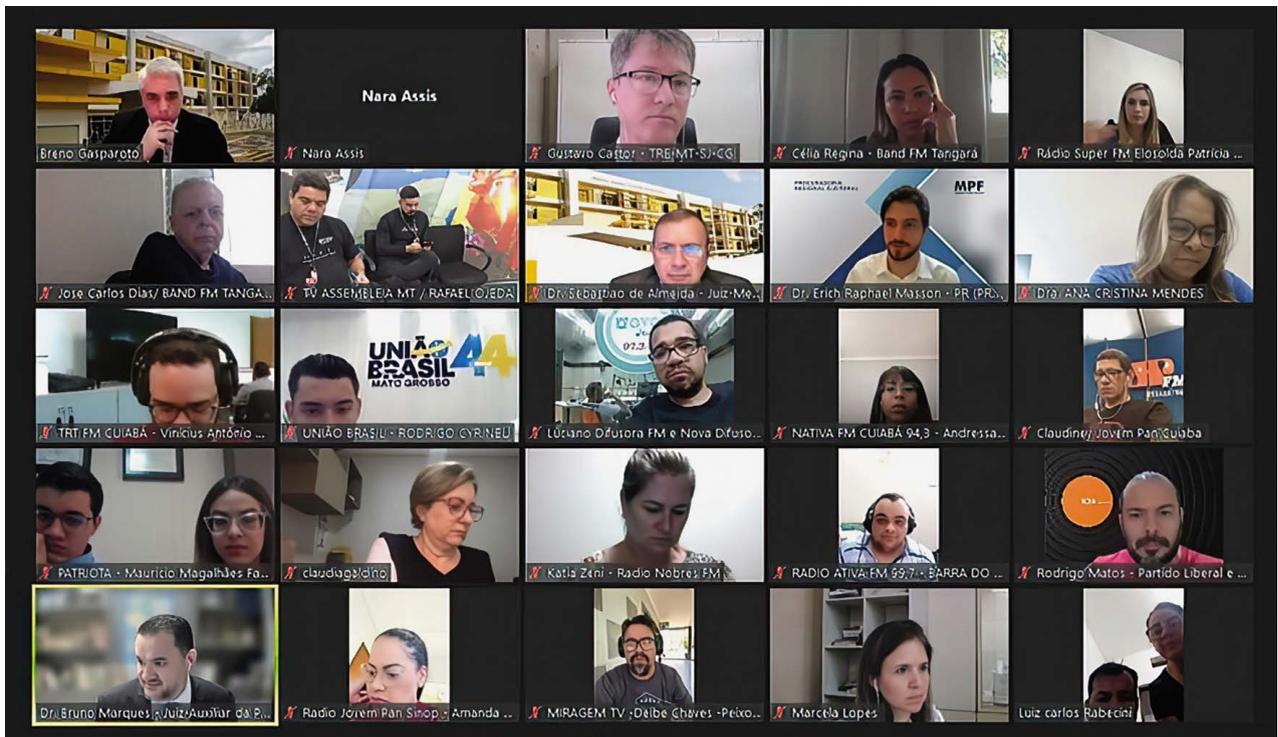
líticos, federações e representantes das emissoras de rádio e televisão legalmente habilitadas a operar no Estado de Mato Grosso para discutir a distribuição do Horário Eleitoral Gratuito, que ocorreu no dia 4 de agosto de 2022, às 9 horas, por videoconferência. O citado edital foi estampado no *Diário da Justiça Eletrônico*, para conhecimento público.

Os objetivos precípuos foram:

- ⑥ 1) definir as especificações técnicas de formato de mídias;
- ⑥ 2) definir a forma de entrega das mídias e mapas de mídia;
- ⑥ 3) definir os prazos de entrega de mídias e mapas de mídias às emissoras;
- ⑥ 4) tratar de outros assuntos de interesse das emissoras ou dos partidos políticos, afetos à operacionalização do Horário Eleitoral Gratuito.

Com isso, os diversos partidos políticos, federações e representantes das emissoras de rádio e televisão puderam estabelecer de que forma as sobras de tempo de propaganda seriam distribuídas entre eles, além de ficarem na tela da propaganda eleitoral.

A partir dessa normativa, ocorreram inúmeras reuniões do TRE-MT com os partidos políticos. (ASSIS, 2023w).



1ª Reunião Virtual com representantes partidários (2021)

Boletim de performance da estratégia 2021-2026

A gestão do TRE-MT 2020-2022, sob o comando do desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, foi a que mais se reuniu com os partidos políticos, visando o transcorrer transparente e democrático das eleições gerais de 2022. Para isso, diversas ações foram implementadas, a exemplo dos preparativos administrativos, normativos e logísticos em relação ao fechamento de cadastro de eleitores, assim como o início das reuniões preparatórias. Foi instalado o Gabinete de Gestão Integrada (GGI), que se incumbiu do tratamento de tema muito sensível para o próximo pleito, a acirrada disputa eleitoral e o fenômeno da disseminação de informações falsas por meio das redes sociais. O Comitê Estratégico de Gestão Judiciária acompanhou, ainda, o desempenho das Metas Nacionais do CNJ, bem como das providências de melhorias de gestão judiciária e administrativa com reflexos no Prêmio CNJ de Qualidade 2022, uma vez que o TRE-MT foi considerado, pelo CNJ, como o Tribunal mais transparente e atuante, tendo por base o Ranking da Transparência do Poder Judiciário. Pela 6ª Edição do Balanço de Sustentabilidade do Poder Judiciário, onde o TRE-MT ficou em primeiro lugar entre os tribunais do Estado no quesito de sustentabilidade em 2021, considerando os resultados do índice de desempenho de sustentabilidade (IDS) por órgão do Poder Judiciário.

Para isso, foram necessárias providências garantidoras do sucesso do certame, como melhorar a comunicação com os magistrados, a fim de promover ações que desenvolvam o sentimento de pertencimento à Justiça Eleitoral; criação de um curso de ambientação na modalidade EaD para os magistrados que ingressarem na Justiça Eleitoral. (BARROS, 2023a).

Procedimentos do Horário Eleitoral

Em agosto de 2022, o TRE-MT aperfeiçoou os procedimentos do horário eleitoral com representantes partidários e emissoras de rádio e TV, ocasião em que foram oram abordadas questões técnicas, como entregas dos mapas de mídias, formatos das mídias, dentre outras.

Cerca de 100 pessoas, entre representantes de partidos políticos, federações, coligações e emissoras de rádio e TV, participaram da reunião preparatória do Horário Eleitoral Gratuito das Eleições 2022, realizada no dia 4 de agosto de 2022. O encontro ocorreu de forma virtual, cujo link foi encaminhado aos participantes inscritos.

O juiz auxiliar da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, Bruno D'Oliveira Marques, fez a abertura da reunião ressaltando a importância do alinhamento das informações: "Agradeço a presença de todos, pois o objetivo é ajustarmos os procedimentos para operacionalização

da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, cujo início estava marcado para o dia 26 de agosto. A Justiça Eleitoral agradeceu também às emissoras que atuaram como geradoras do sinal em rede, TV Centro América e Rádio Gazeta FM, por terem aceito esta missão, e também às demais emissoras que irão retransmitir o sinal em rede”. O magistrado frisou ainda a necessidade de as emissoras se cadastrarem ao TRE-MT, a fim de garantir o recebimento das mídias e também de possíveis notificações, e chamou a atenção dos partidos, federações e coligações quanto ao cumprimento das regras, como prazos e forma de entrega das mídias, por exemplo, a fim de garantir a veiculação da propaganda eleitoral. Se cadastraram 163 emissoras de rádio e TV pelo formulário eletrônico disponível no site do Tribunal.

Todas as informações sobre esse assunto ficaram disponíveis na página do Horário Eleitoral Gratuito das Eleições 2022 no sítio do TRE-MT: <https://www.tre-mt.jus.br/eleicoes/eleicoes-2022/horario-eleitoral-gratuito>. (ASSIS, 2023w).

3ª REUNIÃO COM REPRESENTANTES PARTIDÁRIOS

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) convidou os representantes de partidos políticos a participar de uma reunião, no dia 26 de outubro, às 9h30, de forma virtual, integrando o Plano de Gestão – biênio 2021-2023, com o tema “*Alterações legislativas para as eleições 2022*”.

Para participar do Encontro, os diretórios partidários e as mídias deveriam se inscrever preenchendo formulário próprio, a fim de acessarem a plataforma virtual do Zoom, cuja capacidade é de 100 participantes. Dentre os pontos abordados na terceira reunião, estão a Emenda Constitucional nº 111/2021; as leis 14.192/2021; a 14.211/2021 e a Lei Complementar nº 184/2021. Foi previsto espaço para perguntas do público interno e externo, após a exposição da advogada.

A temática principal foi a relação da Justiça Eleitoral com os partidos, de modo a promover maior participação dos mesmos no processo eletivo. A reunião foi presidida pelo presidente do TRE-MT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, para quem “o fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade e a agilidade e produtividade na prestação jurisdicional estão previstos no Plano de Gestão, e as reuniões com os partidos políticos contemplam esses importantes eixos. Estamos abertos ao constante diálogo com os representantes partidários, pois traz benefícios não só para eles mas, também, para a Justiça Eleitoral e para a sociedade”, afirmou. A temática principal ficou a cargo da advogada eleitoralista, Marina Almeida Morais, mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Goiás (UFG), especialista em Direito Eleitoral e em Direito Público pela Universidade Cândido Mendes (UCAM/RJ). (ASSIS, 2023x).

4ª REUNIÃO COM PARTIDOS ESCLARECE REGRAS SOBRE PROPAGANDA PARTIDÁRIA

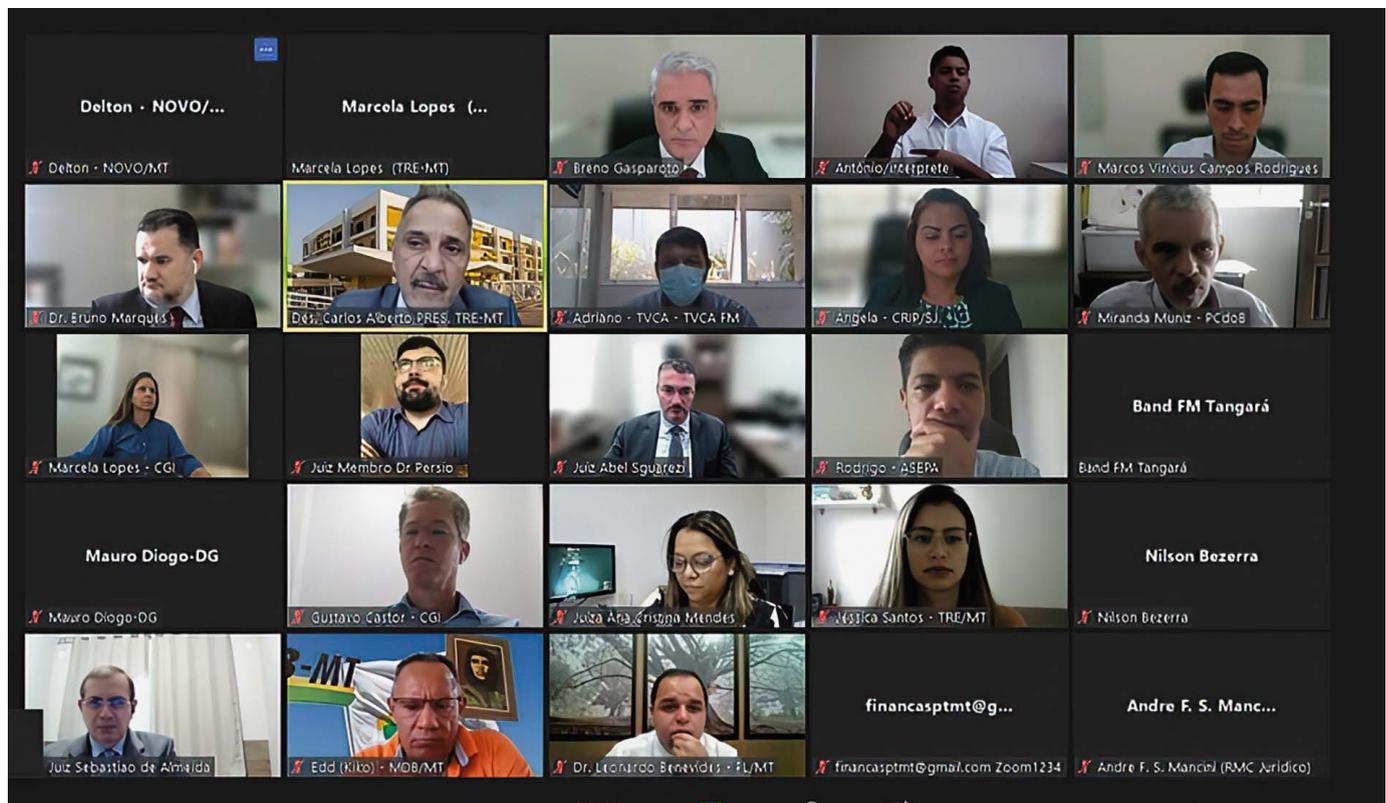
As regras, vedações e prazos referentes à veiculação da propaganda partidária foram detalhados na 4ª reunião entre o TRE-MT e os partidos políticos e veículos de comunicação, ocorrida no dia 21 de fevereiro de 2022, durante a 4ª Reunião com Representantes Partidários.

Na abertura, o presidente do Tribunal, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, ressaltou que o TRE-MT é o primeiro do país a realizar uma reunião sobre a propaganda partidária, após a publicação, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), da Resolução nº 23.679 em 8 de fevereiro de 2022: “Temos pontos importantes a serem observados tanto pelos partidos políticos quanto pelas emissoras de rádio e TV, e esta reunião é uma oportunidade para esclarecer dúvidas e evitar problemas que podem resultar em judicialização. Esperamos, com esses encontros, que as normas sejam observadas, para que tenhamos uma eleição limpa”.

O presidente também apresentou aos participantes o juiz auxiliar da Presidência, Bruno D’Oliveira Marques, coordenador da execução dos atos administrativos para a operacionalização da propaganda eleitoral relativa às Eleições 2022. O magistrado esclareceu dúvidas dos presentes e fez um informe sobre uma reunião marcada para ocorrer em junho, visando à definição da distribuição do tempo da propaganda eleitoral. “Contamos com a colaboração de todos e estamos à disposição dos representantes de partidos políticos e das emissoras de rádio e TV para o que for necessário, visando um pleito tranquilo”.

Na opinião do procurador regional eleitoral, Erich Raphael Masson, a iniciativa do TRE-MT é louvável, uma vez que a abordagem do assunto colabora para o cumprimento das normas vigentes: “O Ministério Público está sempre atento a isso e destaco o fato de que a propaganda partidária é de interesse do partido e não para eleição de candidatos, e de que não podem participar pessoas não filiadas ao partido. Outra questão é a destinação de 30% do volume de inserções a conteúdos relacionados à participação das mulheres nas eleições. Estaremos atentos a todas as obrigações e vedações que estão listadas na Resolução”.

O tema foi abordado detalhadamente pelo chefe da Seção de Registro e Controle de Diretórios (CRIP) da Secretaria Judiciária do TRE-MT, Marcos Vinícius Campos Rodrigues, servidor do Tribunal há mais de 15 anos, bacharel em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e pós-graduado em Direito Público. Além da Resolução nº 23.679, ele citou a Lei nº 14.291/2022 como marco regulatório sobre a propaganda partidária, esclarecendo: “Os objetivos são difundir os programas partidários, temas políticos e ações da



4ª Reunião (virtual) com representantes partidários (2022)

sociedade civil, transmitir mensagens aos filiados, incentivar a filiação e difundir a participação de grupos com pequena representação política”. Ele citou ainda as principais diferenças em relação à propaganda eleitoral. “A propaganda partidária ocorre todos os anos, independentemente de ser ano eleitoral, ao contrário da propaganda eleitoral. E na propaganda partidária, não são apresentados e promovidos candidatos, mas sim a ideologia do partido”.

Com relação às emissoras de rádio e TV, foram-lhes apresentadas as principais normas a serem observadas, dentre elas, organizar a veiculação equânime entre os partidos, com sua programação normal, em cada faixa de horário; informar a impossibilidade de interrupção da programação normal, em função de eventos esportivos, transmissões jornalísticas ao vivo, entre outras, e solicitar a autorização da Presidência do TRE-MT; e não submeter conteúdo a censura prévia, ressaltando que não caracteriza censura prévia a determinação judicial de suspensão da re-exibição de inserção já veiculada que violar o disposto na Resolução.

Visando à democratização das informações referentes às Eleições 2022, especialmente no que se refere à propaganda partidária, a reunião foi realizada em formato virtual e transmitida pelo canal do TRE-MT no YouTube. (ASSIS, 2023y).

5ª REUNIÃO COM PARTIDOS POLÍTICOS

No dia 29 de abril de 2022, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso promoveu o 5º Encontro com representantes partidários e advogados, com vistas a tornar mais efetivo o trâmite de importantes etapas do processo eleitoral. A exemplo das quatro reuniões anteriores, os participantes analisaram o encontro como produtivo, esclarecedor e necessário. Na avaliação do secretário-geral do PSB, Regin de Oliveira Campos: “Para nós que cuidamos dos partidos é valioso o auxílio que o TRE tem nos proporcionado. Só temos a agradecer. Faltava essa comunicação. O TRE está nos mantendo informado de forma clara e de fácil entendimento. O partido que tem interesse em fazer tudo corretamente encontra o apoio da equipe técnica do TRE”.

No 5º Encontro, que contou com 48 inscritos, foram abordados os seguintes temas: Providências para o lançamento de candidaturas nas eleições ministrado pelo procurador regional eleitoral, Dr. Erich Raphael Masson; Financiamento Coletivo, tema trabalhado pelo assessor de contas eleitorais e partidárias do TRE, Rodrigo Martins de Jesus; e Regulamentação da Resolução nº 23.662/2021, que foi abordado pela coordenadora de registros e informações do TRE-MT, Ângela Aparecida Gabana de Queiroz. Ao final de cada palestra, os participantes puderam fazer indagações que foram respondidas pelos palestrantes.

5º REUNIÃO COM PARTIDOS POLÍTICOS



O presidente do TRE-MT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, que atuou como mediador na reunião, destacou a importância de iniciativas que resultam em uma maior aproximação entre a Instituição e as agremiações partidárias e demais agentes do processo eleitoral: “Agradeço a todos que se fazem presentes nesta quinta reunião que promovemos com os partidos políticos e advogados que atuam no processo eleitoral. A visão dessa administração sempre foi em promover o diálogo para termos tranquilidade em todo o processo eleitoral. A Justiça Eleitoral e o Ministério Público Eleitoral não são inimigos dos partidos políticos, dos candidatos e políticos em si. A Justiça Eleitoral só age quando provocada e o MPE só quando há algo errado. Se formos agir é porque algo já ocorreu. O objetivo dessas reuniões é para que os partidos não precisem ser punidos e nós não precisemos punir. Mas para isso, é necessário levar ao conhecimento dos senhores e senhoras as regras atualizadas. Isso que vamos fazer hoje”.

A advogada Nathália Nascimento Paredes Pistorello, que atua na área do Direito Eleitoral, garantiu que as informações disponibilizadas na reunião serão úteis para o exercício de suas atribuições: “Atendo partidos e candidatos. É uma das áreas em que atuo. Então, para os interessados a iniciativa é inovadora e necessária. É fundamental que o TRE-MT tenha essa integração próxima com a sociedade”.

Para o procurador regional eleitoral, Erich Raphael Masson, “essa iniciativa é um avanço gigante para estreitar a re-

lação do TRE-MT com os partidos. Estamos compartilhando da mesma situação, que é a busca pelo melhor sistema democrático possível e que a eleição seja realizada da melhor forma. Todos os atores são importantes nesse processo. A ideia é de cooperação entre o MPE, o TRE e os partidos. O MPE tem expedido recomendações aos partidos para minimizar problemas principalmente nos registros de candidatura”. (OLIVEIRA, 2023b3).

7ª REUNIÃO COM REPRESENTANTES DOS PARTIDOS POLÍTICOS

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) realizou a 7ª Reunião com Representantes Partidários no dia 1º de setembro de 2022, via plataforma *online* Zoom que teve como tema “Arrecadação, Fiscalização e Prestação de Contas”.

O Encontro foi presidido pelo presidente do TRE-MT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, e contou com a participação do juiz auxiliar da Presidência, Bruno D’Oliveira Marques. O assessor de Contas Eleitorais e Partidárias, Rodrigo Martins de Jesus, discorreu sobre arrecadação, gastos e prestação de contas de campanha, sendo que o supervisor de Fiscalização da Assessoria de Contas Eleitorais e Partidárias (Asepa), Daves de Azevedo Cordova, abordou a fiscalização de eventos e arrecadação e fiscalização. (ASSIS,2023z).

Preparação dos servidores para as Eleições 2022

Servidores do TRE-MT participaram da Academia de Liderança dos Cartórios Eleitorais e do 2º Fórum Nacional de Chefes de Cartório. Foi uma semana intensa de capacitação. Entre os dias 8 e 12 de novembro eles participaram da Academia de Liderança dos Cartórios Eleitorais, de 9 a 11 de novembro, no período matutino, e do 2º Fórum Nacional de Chefes de Cartório, no período vespertino.

ACADEMIA DE LIDERANÇA DOS CARTÓRIOS ELEITORAIS

A Academia de Liderança dos Cartórios Eleitorais, criada em 2019 pelo TRE-MT, objetiva implantar um modelo de educação corporativa e valorizar os instrutores internos, aperfeiçoar as competências necessárias à boa liderança organizacional e à melhoria do desempenho, habilitar servidores a exercer a liderança em diferentes contextos e posições, facilitando o processo sucessório. No evento da Academia, os participantes puderam assistir à palestra sobre “*Hierarquia e Responsabilização*”, ministrada pelo consultor em Liderança da SR Capacitação, Igor Henrique Rodrigues. Posteriormente, o jornalista da Assessoria de Comunicação (Ascom) do TRE-MT, Daniel Dino, ministrou um *media training*, e o chefe de cartório da 9ª Zona Eleitoral (Barra do Garças), Wilian Bezerra Andrade, proferiu a palestra “*Boas práticas na gestão de agentes honoríficos*”, ressaltando: “Capacitações como essa são importantes porque proporcionam a troca de conhecimento e contribuem para o aprimoramento de nossas atividades. Poder compartilhar as boas práticas que desenvolvemos na 9ª Zona Eleitoral é uma oportunidade de retribuir o conhecimento recebido no início da minha carreira no TRE-MT, quando eu ainda não tinha experiência cartorária, e muitos colegas me ajudaram. Então, eu sou muito grato por essas iniciativas, principalmente agora que temos novos servidores, pois há oportunidade de contribuir com o que aprendemos até o momento”.

Em 2022, a iniciativa ganhou uma versão específica para os servidores dos cartórios eleitorais, visto que responsáveis por planejar e executar importantes etapas do processo eleitoral participam de nove módulos de treinamento com foco no aprimoramento de competências, habilidades e adaptação à nova realidade de prestação de serviços imposta pela pandemia da Covid-19.

FÓRUM NACIONAL DE CHEFES DE CARTÓRIO ELEITORAL

Os chefes de cartório eleitoral também estão participando do 2º Fórum Nacional de Chefes de Cartório, realizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) entre os dias 9 e 11 de novembro, no período vespertino. A abertura ficou a cargo do diretor-geral do TSE, Rui Moreira de Oliveira.

Em seguida, Ana Cláudia Braga Mendonça, coordenadora do Grupo de Trabalho Mesários, fez uma retrospectiva do 1º Fórum Nacional de Chefes de Cartório. A programação incluiu também uma palestra com o tema “*Cibersegurança no Dia a Dia*”, a cargo do chefe da Seção de Gestão de Segurança de Tecnologia da Informação do TSE, Carlos Zottmann, incluindo a apresentação de trabalhos selecionados. (ASSIS, 2023aa).

Giro Eleitoral

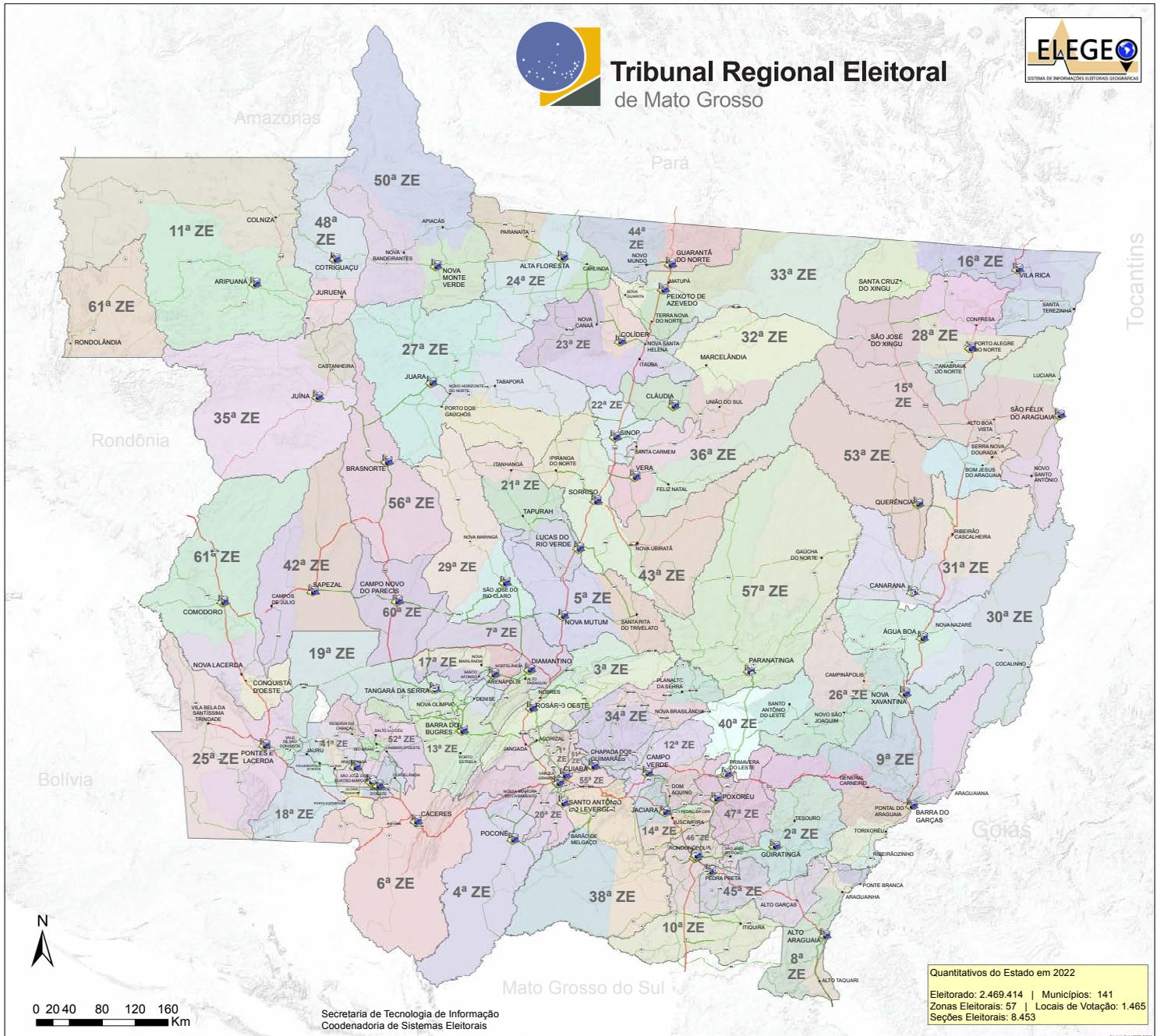
Realizado desde 2020, o projeto *Giro Eleitoral* faz a captação de imagens, em vídeo, de depoimentos e histórias envolvidas no pleito para produção de um documentário. Trata-se de um material histórico importante para a democracia, para o registro das ações realizadas pelo Tribunal e os personagens envolvidos, além de auxiliar na conscientização da sociedade.

Anteriormente, o trabalho era realizado por empresas terceirizadas. Em análise do conteúdo historicamente apresentado, evidenciou-se que os registros foram efetuados na Baixada Cuiabana, seja pela questão financeira, seja pelo tempo de deslocamento necessário para percorrer um número maior de municípios. A partir de 2020, a contratação das empresas foi suspensa, e o documentário passou a ser feito pela equipe da Assessoria de Comunicação do TRE-MT.

Um dos objetivos foi ampliar o alcance do *Giro Eleitoral*. Nesses dois anos de desenvolvimento já foram produzidos vídeos do trabalho desenvolvido pelos cartórios eleitorais dos municípios de: Santo Antônio de Leverger, Chapada dos Guimarães, Jaciara, Campo Verde, Rondonópolis, Aripuanã, Cotriguaçu, Juína, Brasnorte, Alto Araguaia, Barra do Garças, Nova Xavantina, Água Boa, Alta Floresta, Guarantã do Norte, Peixoto de Azevedo, Cáceres, Pontes e Lacerda e São José dos Quatro Marcos, além da cobertura das eleições suplementares nos municípios de Acorizal, Matupá e Torixoréu.

Registros – A captação de imagens para produção do documentário teve como temática o treinamento de mesários, a vistoria dos locais de votação, carga e lacre das urnas, ações de fiscalização, reuniões com representantes partidários, tecnologia da eleição, acessibilidade, diversidade e relacionamento com a imprensa no interior do Estado. (ASSIS, 2023ab).

Zonas Eleitorais em 2022



ZONAS ELEITORAIS DE MATO GROSSO – 2022

| Municípios | Locais de votação | Seções | Eleitores |
|--|-------------------|--------|-----------|
| 1ª Zona Eleitoral – CUIABÁ | | | |
| Acorizal | 13 | 29 | 6.640 |
| Cuiabá | 36 | 328 | 93.417 |
| | 49 | 357 | 100.057 |
| 2ª Zona Eleitoral – GUIRATINGA | | | |
| Guiratinga | 6 | 38 | 8.399 |
| São José do Povo | 2 | 11 | 2.771 |
| Tesouro | 3 | 11 | 2.830 |
| | 11 | 60 | 14.000 |
| 3ª Zona Eleitoral – ROSÁRIO OESTE | | | |
| Jangada | 8 | 27 | 6.935 |
| Nobres | 8 | 47 | 11.659 |
| Rosário Oeste | 18 | 74 | 12.883 |
| | 34 | 148 | 31.477 |
| 4ª Zona Eleitoral – POCONÉ | | | |
| Poconé | 23 | 95 | 24.030 |
| | 23 | 95 | 24.030 |
| 5ª Zona Eleitoral – NOVA MUTUM | | | |
| Nova Mutum | 16 | 89 | 32.416 |
| Santa Rita do Trivelato | 2 | 7 | 2.337 |
| | 18 | 96 | 34.753 |
| 6ª Zona Eleitoral – CÁCERES | | | |
| Cáceres | 43 | 226 | 66.035 |
| | 43 | 226 | 66.035 |
| 7ª Zona Eleitoral – DIAMANTINO | | | |
| Alto Paraguai | 9 | 37 | 6.124 |
| Diamantino | 14 | 75 | 16.407 |
| | 23 | 112 | 22.531 |
| 8ª Zona Eleitoral – ALTO ARAGUAIA | | | |
| Alto Araguaia | 9 | 45 | 12.287 |
| Alto Taquari | 3 | 24 | 7.411 |
| Araguainha | 1 | 5 | 1.042 |
| Ponte Branca | 1 | 9 | 1.921 |
| | 14 | 83 | 22.661 |

continua...

| Municípios | Locais de votação | Seções | Eleitores |
|---|-------------------|--------|-----------|
| 9ª Zona Eleitoral – BARRA DO GARÇAS | | | |
| Araguaiana | 2 | 10 | 3.171 |
| Barra do Garças | 28 | 214 | 47.757 |
| General Carneiro | 5 | 26 | 4.123 |
| Pontal do Araguaia | 4 | 17 | 4.951 |
| Ribeirãozinho | 2 | 6 | 2.099 |
| Torixoréu | 4 | 31 | 3.427 |
| | 45 | 304 | 65.528 |
| 10ª Zona Eleitoral – RONDONÓPOLIS | | | |
| Itiquira | 4 | 26 | 9.145 |
| Rondonópolis | 37 | 247 | 75.147 |
| | 41 | 273 | 84.292 |
| 11ª Zona Eleitoral – ARIPUANÃ | | | |
| Aripuanã | 10 | 49 | 13.988 |
| Colniza | 25 | 66 | 17.708 |
| | 35 | 115 | 31.696 |
| 12ª Zona Eleitoral – CAMPO VERDE | | | |
| Campo Verde | 14 | 89 | 31.645 |
| Dom Aquino | 5 | 25 | 6.340 |
| | 19 | 114 | 37.985 |
| 13ª Zona Eleitoral – BARRA DO BUGRES | | | |
| Barra do Bugres | 18 | 83 | 24.100 |
| Denise | 3 | 21 | 5.626 |
| Porto Estrela | 5 | 15 | 3.123 |
| | 26 | 119 | 32.849 |
| 14ª Zona Eleitoral – JACIARA | | | |
| Jaciara | 7 | 61 | 20.129 |
| Juscimeira | 7 | 34 | 9.272 |
| São Pedro da Cipa | 1 | 10 | 3.624 |
| | 15 | 105 | 33.025 |
| 15ª Zona Eleitoral – SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA | | | |
| Alto Boa Vista | 4 | 16 | 4.139 |
| Luciara | 2 | 11 | 2.189 |
| Novo Santo Antônio | 2 | 6 | 1.850 |
| São Félix do Araguaia | 11 | 35 | 7.681 |
| | 19 | 68 | 15.859 |

continua...

ZONAS ELEITORAIS DE MATO GROSSO – 2022

| Municípios | Locais de votação | Seções | Eleitores |
|--|-------------------|--------|-----------|
| 16ª Zona Eleitoral – VILA RICA | | | |
| Santa Cruz do Xingu | 2 | 6 | 1.876 |
| Santa Terezinha | 7 | 22 | 4.959 |
| Vila Rica | 7 | 49 | 14.314 |
| | 16 | 77 | 21.149 |
| 17ª Zona Eleitoral – ARENÁPOLIS | | | |
| Arenópolis | 6 | 34 | 8.054 |
| Nortelândia | 3 | 25 | 4.786 |
| Nova Marilândia | 2 | 10 | 2.688 |
| Santo Afonso | 4 | 12 | 2.279 |
| | 15 | 81 | 17.807 |
| 18ª Zona Eleitoral – MIRASSOL D'OESTE | | | |
| Curvelândia | 2 | 16 | 4.334 |
| Glória D' oeste | 2 | 10 | 2.650 |
| Mirassol D' oeste | 10 | 72 | 19.870 |
| Porto Esperidião | 7 | 26 | 7.726 |
| | 21 | 124 | 34.580 |
| 19ª Zona Eleitoral – TANGARÁ DA SERRA | | | |
| Nova Olímpia | 8 | 45 | 12.517 |
| Tangará da Serra | 32 | 220 | 72.256 |
| | 40 | 265 | 84.773 |
| 20ª Zona Eleitoral – VÁRZEA GRANDE | | | |
| Nossa Senhora do Livramento | 21 | 56 | 12.117 |
| Várzea Grande | 51 | 285 | 84.933 |
| | 72 | 341 | 97.050 |
| 21ª Zona Eleitoral – LUCAS DO RIO VERDE | | | |
| Itanhangá | 4 | 18 | 5.146 |
| Lucas do Rio Verde | 14 | 141 | 49.625 |
| Tapurah | 4 | 26 | 9.019 |
| | 22 | 185 | 63.790 |
| 22ª Zona Eleitoral – SINOP | | | |
| Sinop | 36 | 303 | 106.940 |
| | 36 | 303 | 106.940 |
| 23ª Zona Eleitoral – COLÍDER | | | |
| Colíder | 15 | 90 | 24.047 |
| Itaúba | 2 | 17 | 4.232 |
| Nova Canaã do Norte | 5 | 37 | 10.000 |
| Nova Santa Helena | 3 | 11 | 2.930 |
| | 25 | 155 | 41.209 |

continua...

| Municípios | Locais de votação | Seções | Eleitores |
|---|-------------------|--------|-----------|
| 24ª Zona Eleitoral – ALTA FLORESTA | | | |
| Alta Floresta | 26 | 143 | 41.569 |
| Carlinda | 7 | 27 | 7.848 |
| Paranaíta | 5 | 31 | 9.190 |
| | 38 | 201 | 58.607 |
| 25ª Zona Eleitoral – PONTES E LACERDA | | | |
| Pontes e Lacerda | 20 | 127 | 32.235 |
| Vale de São Domingos | 4 | 11 | 2.655 |
| Vila Bela da Santíssima Trindade | 19 | 45 | 10.521 |
| | 43 | 183 | 45.411 |
| 26ª Zona Eleitoral – NOVA XAVANTINA | | | |
| Campinápolis | 9 | 33 | 10.214 |
| Nova Xavantina | 7 | 50 | 16.337 |
| Novo São Joaquim | 4 | 23 | 5.324 |
| | 20 | 106 | 31.875 |
| 27ª Zona Eleitoral – JUARA | | | |
| Juara | 17 | 83 | 24.430 |
| Novo Horizonte do Norte | 2 | 12 | 3.111 |
| Porto dos Gaúchos | 4 | 13 | 4.011 |
| Tabaporã | 4 | 20 | 7.072 |
| | 27 | 128 | 38.624 |
| 28ª Zona Eleitoral – PORTO ALEGRE DO NORTE | | | |
| Canabrava do Norte | 3 | 12 | 3.697 |
| Confresa | 15 | 70 | 22.080 |
| Porto Alegre do Norte | 7 | 32 | 8.281 |
| São José do Xingu | 3 | 15 | 4.472 |
| | 28 | 129 | 38.530 |
| 29ª Zona Eleitoral – SÃO JOSÉ DO RIO CLARO | | | |
| Nova Maringá | 4 | 14 | 4.275 |
| São José do Rio Claro | 6 | 39 | 11.573 |
| | 10 | 53 | 15.848 |
| 30ª Zona Eleitoral – ÁGUA BOA | | | |
| Água Boa | 13 | 75 | 19.622 |
| Cocalinho | 4 | 20 | 4.815 |
| Nova Nazaré | 1 | 9 | 2.754 |
| | 18 | 104 | 27.191 |

continua...

ZONAS ELEITORAIS DE MATO GROSSO – 2022

| Municípios | Locais de votação | Seções | Eleitores |
|---|-------------------|--------|-----------|
| 31ª Zona Eleitoral – CANARANA | | | |
| Canarana | 10 | 49 | 16.403 |
| Ribeirão Cascalheira | 5 | 27 | 7.298 |
| | 15 | 76 | 23.701 |
| 32ª Zona Eleitoral – CLÁUDIA | | | |
| Cláudia | 6 | 29 | 8.163 |
| Marcelândia | 9 | 36 | 8.933 |
| União do Sul | 2 | 9 | 3.024 |
| | 17 | 74 | 20.120 |
| 33ª Zona Eleitoral – PEIXOTO DE AZEVEDO | | | |
| Matupá | 7 | 44 | 13.241 |
| Nova Guarita | 2 | 12 | 3.902 |
| Peixoto de Azevedo | 16 | 84 | 22.857 |
| Terra Nova do Norte | 9 | 47 | 8.656 |
| | 34 | 187 | 48.656 |
| 34ª Zona Eleitoral – CHAPADA DOS GUIMARÃES | | | |
| Chapada dos Guimarães | 18 | 64 | 16.732 |
| Nova Brasilândia | 3 | 23 | 3.677 |
| Planalto da Serra | 4 | 12 | 2.655 |
| | 25 | 99 | 23.064 |
| 35ª Zona Eleitoral – JUÍNA | | | |
| Castanheira | 7 | 27 | 5.724 |
| Juína | 26 | 123 | 33.413 |
| | 33 | 150 | 39.137 |
| 36ª Zona Eleitoral – VERA | | | |
| Feliz Natal | 4 | 23 | 6.258 |
| Santa Carmem | 1 | 12 | 3.700 |
| Vera | 2 | 22 | 7.162 |
| | 7 | 57 | 17.120 |
| 38ª Zona Eleitoral – SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER | | | |
| Barão de Melgaço | 11 | 27 | 6.112 |
| Santo Antônio do Leverger | 21 | 76 | 16.292 |
| | 32 | 103 | 22.404 |
| 39ª Zona Eleitoral – CUIABÁ | | | |
| Cuiabá | 44 | 363 | 109.118 |
| | 44 | 363 | 109.118 |

continua...

| Municípios | Locais de votação | Seções | Eleitores |
|--|-------------------|--------|-----------|
| 40ª Zona Eleitoral – PRIMAVERA DO LESTE | | | |
| Primavera do Leste | 18 | 144 | 50.025 |
| Santo Antônio do Leste | 1 | 10 | 2.641 |
| | 19 | 154 | 52.666 |
| 41ª Zona Eleitoral – ARAPUTANGA | | | |
| Araputanga | 7 | 39 | 12.049 |
| Figueirópolis d'Oeste | 2 | 24 | 3.025 |
| Indiavaí | 1 | 9 | 1.926 |
| Jauru | 3 | 41 | 7.649 |
| Reserva do Cabaçal | 1 | 11 | 1.948 |
| | 14 | 124 | 26.597 |
| 42ª Zona Eleitoral – SAPEZAL | | | |
| Campos de Júlio | 2 | 14 | 5.295 |
| Sapezal | 4 | 48 | 19.096 |
| | 6 | 62 | 24.391 |
| 43ª Zona Eleitoral – SORRISO | | | |
| Ipiranga do Norte | 2 | 16 | 4.841 |
| Nova Ubiratã | 7 | 23 | 7.681 |
| Sorriso | 26 | 186 | 67.362 |
| | 35 | 225 | 79.884 |
| 44ª Zona Eleitoral – GUARANTÃ DO NORTE | | | |
| Guarantã do Norte | 12 | 82 | 22.630 |
| Novo Mundo | 3 | 16 | 5.276 |
| | 15 | 98 | 27.906 |
| 45ª Zona Eleitoral – PEDRA PRETA | | | |
| Alto Garças | 2 | 31 | 8.274 |
| Pedra Preta | 9 | 44 | 14.219 |
| | 11 | 75 | 22.493 |
| 46ª Zona Eleitoral – RONDONÓPOLIS | | | |
| Rondonópolis | 36 | 275 | 91.023 |
| | 36 | 275 | 91.023 |
| 47ª Zona Eleitoral – POXORÉU | | | |
| Poxoréu | 16 | 61 | 14.457 |
| | 16 | 61 | 14.457 |
| 48ª Zona Eleitoral – COTRIGUAÇU | | | |
| Cotriguaçu | 10 | 41 | 8.518 |
| Juruena | 5 | 22 | 6.319 |
| | 15 | 63 | 14.837 |

continua...

ZONAS ELEITORAIS DE MATO GROSSO – 2022

| Municípios | Locais de votação | Seções | Eleitores |
|--|-------------------|--------|-----------|
| 49ª Zona Eleitoral – VÁRZEA GRANDE | | | |
| Várzea Grande | 50 | 313 | 93.576 |
| | 50 | 313 | 93.576 |
| 50ª Zona Eleitoral – NOVA MONTE VERDE | | | |
| Apiacás | 5 | 21 | 5.717 |
| Nova Bandeirantes | 8 | 29 | 9.327 |
| Nova Monte Verde | 4 | 20 | 6.101 |
| | 17 | 70 | 21.145 |
| 51ª Zona Eleitoral – CUIABÁ | | | |
| Cuiabá | 39 | 330 | 114.338 |
| | 39 | 330 | 114.338 |
| 52ª Zona Eleitoral – SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS | | | |
| Lambari d'Oeste | 4 | 21 | 4.391 |
| Rio Branco | 2 | 20 | 3.976 |
| Salto Do Céu | 4 | 19 | 2.923 |
| São José dos Quatro Marcos | 11 | 68 | 14.277 |
| | 21 | 128 | 25.567 |
| 53ª Zona Eleitoral – QUERÊNCIA | | | |
| Bom Jesus do Araguaia | 4 | 18 | 5.006 |
| Querência | 8 | 43 | 15.046 |
| Serra Nova Dourada | 1 | 5 | 1.617 |
| | 13 | 66 | 21.669 |
| 55ª Zona Eleitoral – CUIABÁ | | | |
| Cuiabá | 39 | 313 | 110.924 |
| | 39 | 313 | 110.924 |
| 56ª Zona Eleitoral – BRASNORTE | | | |
| Brasnorte | 11 | 42 | 11.831 |
| | 11 | 42 | 11.831 |
| 57ª Zona Eleitoral – PARANATINGA | | | |
| Gaúcha do Norte | 7 | 22 | 5.411 |
| Paranatinga | 16 | 54 | 15.675 |
| | 23 | 76 | 21.086 |
| 60ª Zona Eleitoral – CAMPO NOVO DO PARECIS | | | |
| Campo Novo do Parecis | 9 | 73 | 26.883 |
| | 9 | 73 | 26.883 |

continua...

| Municípios | Locais de votação | Seções | Eleitores |
|--------------------------------------|-------------------|--------------|------------------|
| 61ª Zona Eleitoral – COMODORO | | | |
| Comodoro | 15 | 50 | 14.269 |
| Conquista d'Oeste | 2 | 9 | 3.022 |
| Nova Lacerda | 3 | 15 | 4.615 |
| Rondolândia | 3 | 12 | 2.753 |
| | 23 | 86 | 24.659 |
| Total Geral | 1.465 | 8.453 | 2.469.414 |



Mauro Sérgio Rodrigues Diogo | TJE-MT

Desembargadora Nilza Maria Póssas de Carvalho, vice-presidente e corregedora regional eleitoral, e desembargadora Serly Marcondes Alves, juíza-membro substituta, no lançamento da Cartilha Multilíngue. Aldeia Wazare da etnia Parecis, em Campo Novo do Parecis (2022)

VI Fórum dos representantes das Zonas Eleitorais (FReZE)

Os desafios e ações preventivas de segurança nas eleições foram temas abordados no último dia do *VI Fórum dos Representantes das Zonas Eleitorais (FReZE)*, ocorrido em abril de 2021. Mais de 100 representantes dos cartórios eleitorais de Mato Grosso participaram do evento, que teve início no dia 4 de abril de 2022, com a coordenação da Corregedoria Regional Eleitoral (CRE-MT) do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT).

A corregedora regional eleitoral, desembargadora Nilza Maria Póssas de Carvalho, agradeceu à Superintendência da Polícia Federal (PF) de Mato Grosso, parceira do evento e sua colaboração nas palestras proferidas: “Mais uma vez, contamos com a colaboração de representantes da Polícia Federal para o aperfeiçoamento das atividades da Justiça Eleitoral, principalmente com relação à necessidade de agir previamente à realização das Eleições 2022. Agradeço muito pela parceria do superintendente Sérgio Sadao Mori, que nos atendeu prontamente”.

O presidente do TRE-MT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, endossou o agradecimento à Polícia Federal, bem como aos representantes dos cartórios eleitorais pela dedicação: “A parceria com a PF é muito importante para levar o conhecimento aos chefes de cartório, diante das eleições que se aproximam. Os representantes das Zonas Eleitorais têm um árduo trabalho o ano inteiro, mais ainda nesse período de

preparação do pleito. Tenho certeza de que em momentos assim sabem conduzir o trabalho da melhor forma, até porque nós temos visto no dia a dia a dedicação de todos”.

O superintendente da Polícia Federal em Mato Grosso, delegado Sérgio Sadao Mori, ressaltou que o trabalho conjunto entre as instituições é fundamental para a segurança das eleições: “Essa troca de conhecimentos é importante tanto para o TRE-MT quanto para nós, pela oportunidade de identificar os principais desafios que temos a cada eleição, pois cada pleito é único. A segurança é um tema que nos preocupa, mas tenho absoluta confiança na Justiça Eleitoral e nos servidores”.

A temática principal foi a segurança nas eleições, seja no contato físico ou virtual, como as *fake news* e os *ataques cibernéticos* na mitigação dos riscos.

Os participantes do evento aprovaram a iniciativa. O chefe de cartório da 44ª ZE de Garantã do Norte, Rodrigo Rodrigues Del Papa, ponderou: “A interação entre os órgãos, principalmente para nós que atuamos no interior do Estado, é muito importante. Atuamos com força supletiva, mais diretamente com a PM (Polícia Militar) e a Polícia Civil. Seria interessante elaborar um material, em conjunto com a PF, para as forças locais, fortalecendo essas orientações sobre as medidas preventivas e repressivas”.

Nos dois primeiros dias do FReZE, foram abordados os seguintes temas: Competências da Justiça Eleitoral – Posicionamentos do STJ; Remanejamento/Rezoneamento; Crimes Comuns Conexos aos Eleitorais; Apresentação dos Painéis das Metas do Pauta Limpa e Estatísticas Processuais dos Crimes Conexos; Cartório Geral Virtual (CGV). (ASSIS, 2023ac).



Conferência visual das urnas eletrônicas (2021)

Resultado das Eleições Gerais – 2022

As eleições gerais 2022 para Deputado Federal, Estadual, Senador, Governador e presidente da República foram tranquilas em Mato Grosso, consignando o seguinte resultado final:

PRESIDENTE – 1º TURNO (2 de outubro de 2022)

| Candidato | Partido | Votos Nominais MT |
|---------------------------|---------|-------------------|
| Jair Messias Bolsonaro | PL | 1.102.866 |
| Luiz Inácio Lula da Silva | PT | 633.748 |

Fonte: TSE – Resultado das Eleições de 2022.

PRESIDENTE ELEITO – 2º TURNO (30 de outubro de 2022)

| Candidato | Partido | Votos Nominais MT |
|---------------------------|---------|-------------------|
| Luiz Inácio Lula da Silva | PT | 652.786 |

Fonte: TSE – Resultado das Eleições de 2022.

GOVERNADOR ELEITO (2 de outubro de 2022)

| Candidato | Partido | Votos Nominais MT |
|-----------------------|---------|-------------------|
| Mauro Mendes Ferreira | União | 1.114.549 |

Fonte: TSE – Resultado das Eleições de 2022.

SENADOR ELEITO (2 de outubro de 2022)

| Candidato | Partido | Votos Nominais MT |
|-----------------------------|---------|-------------------|
| Wellington Antônio Fagundes | PL | 825.229 |

Fonte: TSE – Resultado das Eleições de 2022.

DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS

| Candidato | Partido | Votos Nominais MT |
|--|---------|-------------------|
| Fábio Paulino Garcia | União | 98.704 |
| Abilio Jacques Brunini Moumer | PL | 87.072 |
| José Antônio dos Santos Medeiros | PL | 82.182 |
| Juarez Alves da Costa | MDB | 77.528 |
| Emanuel Pinheiro da Silva Primo Teixeira | MDB | 74.720 |
| Amália Scudeler de Barros Santos | PL | 70.294 |
| Rubia Fernanda Diniz Robson Santos de Siqueira | PL | 60.304 |
| Jonildo José de Assis | União | 47.479 |

Fonte: TSE – Resultado das Eleições de 2022.

DEPUTADOS ESTADUAIS ELEITOS

| Candidato | Partido | Votos Nominais MT |
|-------------------------------------|--------------|-------------------|
| Janaína Greyce Riva Fagundes | MDB | 82.124 |
| Max Joel Russi | PSB | 70.328 |
| José Eduardo Botelho | União | 51.998 |
| Ondanir Bortolini | PSD | 50.875 |
| Ludio Frank Mendes Cabral | PT | 47.533 |
| Gilberto Moacir Cattani | PL | 44.705 |
| Dilmar Dal Bosco | União | 42.156 |
| Sebastião Machado Rezende | União | 36.919 |
| Júlio José de Campos | União | 33.800 |
| Thiago Alexandre Rodrigues da Silva | MDB | 30.506 |
| Faissal Jorge Calil Filho | Cidadania | 30.240 |
| Fabio José Tardin | PSB | 29.709 |
| Valdir Mendes Barranco | PT | 29.359 |
| Carlos Avalone Junior | PSDB | 26.594 |
| Alberto Machado | PSB | 26.462 |
| Claudio Ferreira de Souza | PTB | 26.234 |
| Diego Arruda Vaz Guimarães | Republicanos | 25.907 |
| José Eugenio de Paiva | PSB | 25.378 |
| Valmir Luiz Moretto | Republicanos | 25.207 |
| João José de Matos | MDB | 24.957 |
| Paulo Roberto Araujo | PP | 24.551 |
| Wilson Pereira dos Santos | PSD | 23.446 |
| Elizeu Francisco do Nascimento | PL | 22.415 |
| Lídio Barbosa | MDB | 20.723 |

Fonte: TSE – Resultado das Eleições de 2022.

Eleições Suplementares 2021 – A Conferência das Urnas Eletrônicas (Acorizal, Torixoréu e Matupá)

A situação dos municípios de Torixoréu, Matupá e Acorizal foi debatida durante a coletiva de imprensa ocorrida logo após a posse do desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, o qual ponderou ser a eleição suplementar uma prioridade: “Já estava tudo programado para realizar a eleição suplementar de Torixoréu, o mesmo em Acorizal, porém a pandemia teve um elevado aumento de casos, o que impossibilitou a realização dos pleitos. Pretendemos fazer estas eleições o mais breve possível, mas estamos na dependência da pandemia. Quando tivermos decretado o final desse estado de calamidade, ou pelo menos sua amenização, quando conseguirmos fazer uma eleição sem aglomeração, faremos. O município não pode ficar um ano sendo administrado sem os seus comandantes maiores, o prefeito e o vice-prefeito”.

A conferência das urnas eletrônicas visando eleições suplementares nos três citados municípios teve início no dia 30 de julho de 2021, com a separação dos equipamentos para serem levados às respectivas zonas eleitorais. A conferência ocorreu no Espaço de Conservação das Urnas Eletrônicas, na sede do TRE-MT, mais especificamente na Casa da Democracia, em Cuiabá. A conferência visual das urnas de Torixoréu foi realizada na Delegacia de Polícia Civil, na Rua Mato Grosso, nº 336, Centro. Já conferência das urnas de Matupá ocorreu no dia 31 de julho, às 8 horas, na Rua Wilmar Antônio Maia de Souza Pinto, nº 12, Centro Novo, em Peixoto de Azevedo.

Para acompanhar a cerimônia e assistir o procedimento da conferência de funcionamento e dos dados de carga das urnas, o TRE-MT contou com a presença de representantes dos partidos políticos/coligações, de membro do Ministério Público, da Ordem dos Advogados do Brasil. Os cidadãos interessados também puderam acompanhar os trabalhos *in loco*.

O coordenador de Sistemas Eleitorais do TRE-MT, Salomão de Souza Fortaleza, esclareceu que a conferência é importante para assegurar o correto funcionamento das urnas eletrônicas no dia do pleito. “É o momento de checar se está tudo correto e, caso haja algum problema, preparamos outra urna para substituição.” (OLIVEIRA, 2023c).

Cerimônia de diplomação marca conclusão das Eleições 2022

A Sessão Solene de entrega dos diplomas aos candidatos eleitos de Mato Grosso marcou o encerramento do processo eleitoral de 2022, na noite de 15 de dezembro de 2022, no Teatro Zulmira Canavarros, na ALMT, em Cuiabá. Este foi o último ato formal do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) com relação às Eleições Gerais 2022 deste ano, que definiram os representantes do Estado no dia 2 de outubro.

O evento foi aberto pelo presidente do Tribunal, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha que, no discurso, frisou que a Justiça Eleitoral preza pela solidez da democracia, contribuindo para o seu fortalecimento contínuo a cada eleição: “É precisamente por ser, por excelência, a Justiça da Democracia, cumprindo com extremo zelo as atividades administrativas necessárias à realização das eleições em dia e hora marcada, cumprindo também a função jurisdicional que garante a lisura do pleito e a regularidade dos cargos eletivos, que esta Justiça está vocacionada ao exercício do amplo contraditório, tanto no aspecto da igualdade de condições entre candidatos, quanto no campo tipicamente processual eleitoral. E exatamente por ter a função precípua de garantidora da democracia é que a Justiça Eleitoral não pode tergiversar, não pode hesitar ou minimamente cogitar em aceitar atos antidemocráticos. A democracia convive pacificamente com opi-



Cerimônia de diplomação em 15 de dezembro de 2022

niões divergentes. Na verdade, ela se fortalece neste ambiente de dicotomias, de liberdade de expressar as mais variadas ideias e posicionamentos díspares quanto a todo e qualquer tema”.

O presidente ainda fez questão de destacar o trabalho da Justiça Eleitoral que, segundo ele, está ainda mais fortalecida: “Todos que laboramos na consecução eficiente das atribuições acometidas a esta Justiça Especializada pela Constituição da República sabemos do árduo e longo caminho trilhado até aqui. Enalteço a dinâmica, celeridade, competência e colaboração incondicional de todos os membros desta Corte Eleitoral, especialmente a excelentíssima vice-presidente e corregedora regional eleitoral, desembargadora Nilza Maria Póssas de Carvalho, que teve o comando da Comissão Eleitoral e Apuradora, e também o excelentíssimo procurador regional eleitoral de Mato Grosso, Erich Raphael Masson, extensivo a todos os promotores eleitorais, que com competência e serenidade souberam dosar a lei e os atos praticados pelos candidatos e eleitores”.

O agradecimento foi extensivo também aos juízes eleitorais e àqueles designados para auxiliar no dia da eleição em todos os municípios mato-grossenses, em nome dos juízes auxiliares Bruno D’Oliveira Marques e Antônio Veloso Peleja Júnior. O presidente também agradeceu aos veículos de comunicação que auxiliaram na divulgação de informações e orientações aos eleitores: “Agradeço a todas as instituições que compuseram o denominado GGI (Gabinete de Gestão Integrada, e aos mesários, administradores de prédios, roteiristas, transportadores, auxiliares de eleição, e colaboradores, que nos permitiram chegar até aqui. E por fim e com destaque, os servidores da Justiça Eleitoral, verdadeiros detentores e merecedores do Selo Diamante conquistado recentemente, além de ser o quarto Tribunal do país, dentre todos os 97 tribunais. Isso não é pouco. Obrigado a todos vocês”.

O presidente, ao final, agradeceu a parceria da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), que além de ceder o Teatro para a realização da cerimônia, transmitiu o ato pelos canais da TV e da Rádio Assembleia. O evento também foi transmitido pelo canal do TRE-MT no *YouTube*.

A condução do TRE-MT nas Eleições 2022 também foi destacada pelos candidatos eleitos e diplomados, que foram representados nas falas dos mais votados de cada cargo: deputada estadual Janaína Riva, deputado federal Fábio Garcia, senador Wellington Fagundes e governador, Mauro Mendes. Em seus discursos, foi ressaltado o trabalho da Justiça Eleitoral em todas as etapas do pleito, de forma transparente e séria.

A entrega dos diplomas na cerimônia foi feita de forma simbólica aos candidatos titulares eleitos em Mato Grosso. Além dos membros do TRE-MT, diplomandos, familiares e demais autoridades locais, a cerimônia contou com a presença

do ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Paulo Cesar Rezende de Carvalho Alvim, e do senador eleito por São Paulo, Marcos Pontes. (ASSIS, 2023ad).

DIPLOMAÇÃO

A data escolhida para ocorrer a cerimônia de diplomação dos candidatos eleitos em 2022 foi 15 de dezembro de 2022. O evento ocorreu no Teatro Zulmira Canavarros, localizado no anexo à Assembleia Legislativa (ALMT), em Cuiabá.

Foram diplomados 37 candidatos eleitos no pleito de 2022, entre titulares e suplentes, sendo um por partido.

Eleito em primeiro turno, com 68,45% dos votos, o governador do Estado, Mauro Mendes Ferreira (União) foi diplomado no mesmo cargo para um segundo mandato. O vice-governador eleito, Otaviano Pivetta, também recebeu o diploma para o exercício do segundo mandato no cargo. No Senado Federal Wellington Fagundes (PL) foi o representante mais votado de Mato Grosso, com 63,54% dos votos, tendo como 1º suplente Mauro Carvalho e 2ª suplente Rosana Martinelli.

Foram diplomados ainda, nos cargos de deputados(as) federais: Fábio Garcia (União); Abilio Jacques Brunini Mouter [Abílio Brunini] (PL); José Antônio dos Santos Medeiros [José Medeiros] (PL); Juarez Alves da Costa [Juarez Costa] (MDB); Emanuel Pinheiro da Silva Primo [Emanuelzinho] (MDB); Amália Scudeler de Barros Santos [Amália Barros] (PL); Rubia Fernanda Diniz Robson Santos de Siqueira [Coronel Fernanda] (PL) e Jonildo José de Assis [Coronel Assis] (União). Já nas vagas de deputados(as) estaduais, receberão o diploma: Janaína Greyce Riva Fagundes [Janaína Riva] (MDB); Max Joel Russi [Max Russi] (PSB); José Eduardo Botelho [Eduardo Botelho] (União); Ondanir Bortolini [Nininho] (PSD); Lúdio Frank Mendes Cabral [Lúdio Cabral] (PT); Gilberto Moacir Cattani [Gilberto Cattani] (PL); Dilmar Dal Bosco (União); Sebastião Machado Rezende (União); Júlio José de Campos [Júlio Campos] (União); Thiago da Silva Pereira [Thiago Silva] (MDB); Faissal Jorge Calil Filho [Faissal Calil] (Cidadania); Fábio José Tardin [Fabinho] (PSB); Valdir Mendes Barranco [Valdir Barranco] (PT); Carlos Avalone Junior [Carlos Avalone] (PSDB); Alberto Machado [Beto Dois a Um] (PSB); Claudio Ferreira de Souza [Claudio Ferreira] (PTB); Diego Arruda Vaz Guimarães [Diego Guimarães] (Republicanos); José Eugênio de Paiva [Dr. Eugênio] (PSB); Valmir Luiz Moretto [Valmir Moretto] (Republicanos); João José de Matos [Dr. João] (MDB); Paulo Roberto Araújo [Paulo Araújo] (PP); Wilson Pereira dos Santos [Wilson Santos] (PSD); Elizeu Francisco do Nascimento [Elizeu Nascimento] (PL) e Lídio Barbosa [Juca do Guaraná Filho] (MDB). (ASSIS, 2023ae).



Alair Ribeiro | Ascorm TRE-MT

Aplicativo *JE Processos* para celular

Mecanismos e ações facilitadoras do acompanhamento das Eleições 2022

JE PROCESSO AO ALCANCE DE CANDIDATOS, ADVOGADOS E IMPRENSA

Com o final das eleições, começam a chegar, aos Tribunais Regionais Eleitorais, como é o caso do TRE-MT, recursos em processos de prestação de contas, em representações eleitorais e aqueles que dizem respeito às ações de investigação judicial eleitoral. Tanto os candidatos, quanto os advogados e a imprensa podem acompanhar o andamento de todos os recursos, com comodidade e agilidade, por meio de um aplicativo de celular chamado *JE Processos*. Esta ferramenta foi originalmente desenvolvida pelo TRE de Sergipe e depois absorvida pelo Tribunal Superior Eleitoral para uso nos demais tribunais eleitorais. Trata-se de um aplicativo com inúmeras vantagens, por exemplo, o de marcar os processos que se deseja acompanhar, sendo que o internauta não precisa fazer nova busca a cada acesso. Ao marcar os processos do seu interesse, ele pode também manter esse histórico no seu celular, agilizando e facilitando o acesso à informação desejada, permitindo-lhe ainda buscar todas as informações do processo, como seu andamento, nome das partes e decisões judiciais por meio do sistema *push*, uma vez que, a cada movimentação processual, o interessado recebe um *e-mail* contendo a informação e o andamento completo do processo cadastrado.

Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) – A Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) objetiva detectar os abusos de poder econômico, de poder político e/ou uso indevido dos meios de comunicação social. Caso sejam comprovadas as denúncias, o denunciado poderá ter seu registro ou diploma cassados, incluindo a declaração de sua inelegibilidade pelo prazo de oito anos. Estão susceptíveis todos os candidatos, seus vices e suplentes, incluindo também os partidos,

admitidos como assistentes. O prazo para o ajuizamento da AIJE vigora do registro da candidatura até a diplomação.

O recurso Contra a Diplomação ou Expedição de Diploma (RCED) está previsto no artigo 262 do Código Eleitoral, tendo como causa solicitar a inelegibilidade superveniente (aquela que surgiu após o registro da candidatura e, portanto, não pôde ser analisada naquele momento); inelegibilidade de natureza constitucional; falta de condição de elegibilidade, ainda que preexistente. Tem como consequência a desconstituição do diploma do candidato, podendo ser ajuizada até três dias após a diplomação.

A representação específica prevê multa e cassação do registro/diploma, previstas nos artigos 23, 30-A, 41-A, 73 e 74 da Lei 9.504/97, podendo alegar atos como doação excessiva, captação ilícita de recursos, captação ilícita de sufrágio (compra de votos) e condutas vedadas a agentes públicos. Há diferentes prazos para ajuizamento da ação. Para doação excessiva, o prazo vigora até o fim do exercício seguinte, sendo que para os atos previstos nos artigos 30-A, 15 dias após a diplomação e para os demais até a data da diplomação. (CANDIDATOS, 2023).

TÍTULO DE ELEITOR NA PALMA DA MÃO: E-TÍTULO

A Corregedoria Regional Eleitoral de Mato Grosso (CRE-MT) deu início a uma série de medidas para fomentar o uso do aplicativo *e-Título*, versão digital do título de eleitor. Um provimento foi expedido, no dia 30 de novembro de 2021 com orientações a serem observadas pelas 57 zonas eleitorais do Estado, visando fomentar a adoção do *e-Título*, junto ao eleitorado. Além desse normativo, projetou-se uma campanha será iniciada para divulgação do aplicativo nos meios de comunicação oficial do TRE-MT e também por empresas e órgãos parceiros.

O provimento expedido pela CRE-MT prevê a utilização, preferencialmente, da via digital do título eleitoral. Para isso determina que o atendente da Justiça Eleitoral, após a finalização do atendimento, informe ao eleitor ou à eleitora a disponibilidade da via digital do título eleitoral, prestando as informações necessárias.

Na concepção da corregedora regional eleitoral de MT, desembargadora Nilza Maria Póssas de Carvalho, “com a utilização do *e-Título* fica dispensada a impressão do título eleitoral, e, dessa forma, estaremos contribuindo com o meio ambiente e outras práticas de sustentabilidade e indo ao encontro dos princípios da eficiência e economicidade. Nesse sentido, a “Agenda de Direitos Humanos das Nações Unidas, por meio do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, tem entre os seus objetivos o de promover o desenvolvimento sustentável ambiental”.

O *e-Título* pode ser baixado para *smartphone* ou *tablet*, nas plataformas *iOS* ou *Android*. Após baixá-lo, basta inse-

rir os dados pessoais. O aplicativo apresenta diversas funcionalidades, por meio dele, o eleitor e a eleitora poderão obter certidões, consultar a situação eleitoral, emitir guia de multa, se inscrever como mesário voluntário, consultar o local de votação e no dia da eleição, se estiver fora do domicílio eleitoral, poderá justificar a ausência às urnas. Por fim, o título digital pode ser utilizado como identificação para fins de votação, desde que o eleitor tenha sua biometria cadastrada.

Dos pouco mais de 2,2 milhões de eleitores de MT aptos ao exercício do voto, somente 237.054 dispunham, em 2022, o *e-Título*.

Do total de 2,3 milhões de eleitores mato-grossenses, 13% já tinham baixado o aplicativo *e-Título*, que é a versão digital do título de eleitor. Ou seja, 308.065 pessoas tinham feito o *download* da ferramenta até aquele momento. No total, em todo o país, pouco mais de 23 milhões de pessoas tinham, até então, baixado o *app*.

Tendo o título na palma da mão, o eleitor quites com o cadastro biométrico pode levar apenas o celular ou *tablet* no dia da eleição e abrir o *e-Título* para votar, porém, não pode entrar com o celular na cabine de votação, mas somente carregar a “cola” contendo o nome e número dos candidatos. Já para o eleitor que ainda não fez o cadastro da digital, é necessário apresentar um documento oficial com foto sempre que for utilizar o título digital.

O *e-Título* permite o acesso rápido e fácil às informações do eleitor cadastradas na Justiça Eleitoral, como: zona eleitoral, situação cadastral, além da certidão de quitação eleitoral e da certidão de crimes eleitorais. O eleitor pode ainda consultar o local de votação, se cadastrar como mesário voluntário, justificar o voto caso não esteja no domicílio eleitoral no dia da eleição, emitir guia de multa por ausência ao pleito, entre outras funcionalidades.

A partir de 2020, ficou ainda mais fácil acessar o aplicativo, utilizando apenas o número de CPF, sem precisar lembrar o número do título de eleitor. O *app* também tem uma seção de perguntas e respostas frequentes para auxiliar e esclarecer dúvidas do eleitor, além de um tutorial de como utilizar o *QR Code*.

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, ressaltou: “Estamos vivendo uma era digital e a redução do uso de papel, com soluções como essa do *e-Título*, além de trazer benefícios ao eleitor, desburocratizando o processo, contribui para a sustentabilidade”.

O aplicativo pode ser baixado em *smartphone* ou *tablet*, nas plataformas *iOS* ou *Android*. Após o download, basta inserir os dados pessoais para acessar os dados cadastrais. (AS-SIS, 2023af).

CURSO DE DIREITO ELEITORAL DIGITAL – DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

Nos dias 24, 26 e 28 maio de 2021, o TRE-MT, através da Escola Judiciária Eleitoral, realizou o primeiro *Curso de Direito Eleitoral Digital – Desafios Contemporâneos*, na modalidade telepresencial. A capacitação foi uma parceria com o TRE do Rio Grande do Sul, a cargo de Alexandre Basílio Coura, analista judiciário da Justiça Eleitoral gaúcha, coordenador do Grupo Temático de Propaganda Eleitoral do TSE para as eleições de 2022, pós-graduado em Direito Digital e *Compliance* em Direito e Processo Eleitoral, membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep), professor de curso de Pós-Graduação de Direito Eleitoral e Direito Digital.

e-Título

Baixe agora

Play Store Apple Store

Não esqueça:
Todos os nossos serviços podem
ser solicitados pelo site:
www.tre-mt.jus.br

JUSTIÇA ELEITORAL
e-Título

Joaquim Peixoto Gracioso
Nº 9999 8888 7777
BIOMETRIA COLETADA

Data de nascimento
01/01/1991

Zona 001 Seção 011 Município/UF Sorriso/MT

Filiação
Rosinha Jardina Feliz Peixoto
Graciano Generoso Gracioso

e-Título Onde Votar Notificações Mais Opções



Imagem do bate-papo virtual sobre a segurança do processo eletrônico de votação (2022)

Garantindo a Segurança nas Eleições 2022

TRE-MT DEBATE A SEGURANÇA DO PROCESSO ELETRÔNICO DE VOTAÇÃO

A segurança do processo eletrônico de votação no Brasil foi o tema de um bate-papo promovido pelo curso de Direito da Faculdade Estácio Fapan, de Cáceres, em parceria com a Escola Judiciária Eleitoral (EJE) do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) e a 3ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MT) de Cáceres, no dia 15 de setembro de 2022.

O evento foi transmitido pelo *YouTube* e contou com a participação da professora do curso de Direito da Estácio Fapan, Juliana Sales Pavini, do diretor-geral do TRE-MT, Mauro Sérgio Rodrigues Diogo, do secretário de Tecnologia da Informação do TRE-MT, Carlos Henrique Cândido, e da presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-MT de Cáceres, Raquel Mendes dos Santos.

Em nome do presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, e da diretora da EJE-MT, juíza Ana Cristina Silva Mendes, o diretor-geral do TRE-MT, Mauro Sérgio Rodrigues Diogo, agradeceu pela parceria: “É uma honra participar deste evento, na ocasião do Dia Internacional da Democracia, inclusive. Muito se fala, principalmente agora, às vésperas da eleição, sobre a segurança do processo de votação, e é muito importante reafirmar, cada vez mais, com transparência, que a urna eletrônica veio justamente para acabar com as fraudes, além de tornar o processo muito mais ágil”.

Entre outras especificidades do processo eleitoral, o secretário de Tecnologia da Informação do TRE-MT, Carlos Henrique Cândido, frisou as cerimônias de carga e lacre das urnas

eletrônicas, que são realizadas a fim de garantir a segurança da votação, e podem ser acompanhadas pela sociedade, além dos mecanismos técnicos e o fato de a urna não ser conectada à internet. “Ressalto ainda que este ano o Exército Brasileiro, Tribunal de Contas da União (TCU), três universidades de grande porte, Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e Polícia Federal terão acesso aos mesmos arquivos de totalização para contabilizarem os votos, ao mesmo tempo que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).”

Segundo a presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-MT de Cáceres, Raquel Mendes dos Santos, deve ser destacada a importância de confiar no processo eletrônico de votação e checar as informações recebidas em redes sociais, por exemplo. “Nós temos muitas ferramentas atualmente, como o site Fato ou Boato, da Justiça Eleitoral, entre outras que nos auxiliam na checagem de fatos. Espero que as informações repassadas neste evento também sejam utilizadas no combate à desinformação”.

A professora do curso de Direito da Estácio Fapan, Juliana Sales Pavini, agradeceu o envio de livros de Direito Eleitoral ao curso, feito pela diretora da EJE-MT, juíza Ana Cristina Silva Mendes: “Espero que este seja o primeiro de muitos contatos entre a Fapan e o TRE-MT, porque é muito importante promover o conhecimento aos estudantes do curso e o estreitamento de laços contribui para que haja novos eventos”. (ASSIS, 2023ag).

AUDITANDO AS URNAS ELETRÔNICAS

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) iniciou, no dia 3 de agosto, os preparativos para a auditoria das urnas eletrônicas utilizadas nas Eleições Gerais de 2022, procedimento estabelecido na Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nº 23.673/2021, e pela Resolução TRE-MT nº 2.713.

A comissão responsável pelo procedimento foi presidida pelo juiz de Direito da Comarca de Cuiabá Jurandir Florêncio de Castilho Júnior, que avaliou: “A comissão trabalha com toda a logística da realização da auditoria nas urnas eletrônicas, que acontece efetivamente no mesmo dia e horário das eleições. São membros estratégicos, cada um de uma *área* específica, responsáveis por um ponto do trabalho. Iniciamos as reuniões para concatenar as ideias de cada um, de modo que possamos realizar o trabalho da melhor forma possível”.

Os trabalhos da Comissão de Auditoria foram acompanhados pelo representante do Ministério Público indicado pela Procuradoria Regional Eleitoral, Ricardo Pael Ardenghi, e também pelos representantes dos partidos ou coligações e de entidades representativas da sociedade que também podem se habilitar para acompanhar o processo.

Integraram a comissão os servidores do TRE-MT Karina Dziedzic, que atuará como secretária, Marcela Alves Lopes Mendes de Oliveira, Ronaldo Moisés Nadaf, Nair Regina dos Santos Correa, Sandro Gonçalves Delgado, Lealdo Floresta de Oliveira, e pelos suplentes Héliida Vilela de Oliveira, Márcio Conceição de Lara Cunha, Paulo Jefferson Pedroso, Alison Eduardo Pereira Silva, Luciano Bortoluzo e Eduardo Vieira de Araújo. (BARROS, 2023b).

TCU AUDITA URNAS ELETRÔNICAS ANTES DO PLEITO DE 2022

A autenticidade dos programas utilizados na urna eletrônica foi verificada por uma equipe do Tribunal de Contas da União (TCU), durante a realização da cerimônia de geração de mídias da 1ª Zona Eleitoral de Cuiabá, no dia 20 de setembro de 2022. Essa etapa, que consiste na gravação dos dados

eleitorais e dos sistemas em um *pen drive*, antecede os procedimentos de carga e lacre.

Para o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, “é fundamental que outras instituições vivenciem esse processo e atestem a credibilidade do processo eleitoral. Nós prezamos pela transparência, sabemos que nosso sistema é confiável e da impossibilidade de se fraudar uma eleição, e a auditoria é uma forma de reforçar isso. Estamos à disposição para fornecer dados, informações, acesso e o que mais for necessário”.

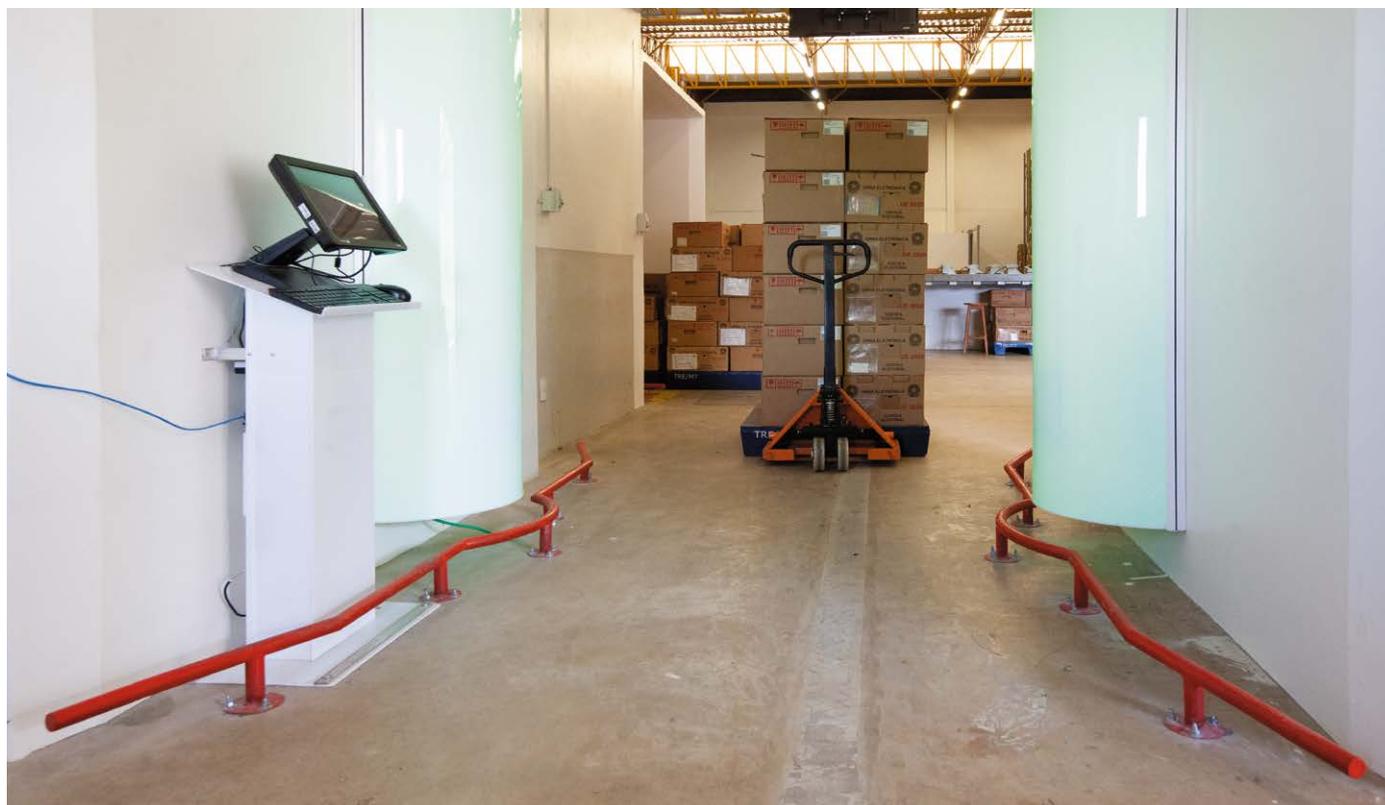
O secretário de Tecnologia da Informação do TRE-MT, Carlos Henrique Cândido, esclareceu como é feita a auditoria. “Os auditores externos conseguem acompanhar a geração de mídias e autenticidade dos programas utilizando um aplicativo também desenvolvido para este fim. Como a urna não é conectada à internet, primeiramente, copiam-se todos os dados em pen drive e, posteriormente, eles são inseridos nas urnas para fazer a cópia dos dados”.

O juiz eleitoral da 1ª Zona Eleitoral Luiz Fernando Voto Kirche, frisou que a finalidade é fortalecer a confiabilidade com relação ao processo eletrônico de votação. “Nossa intenção é trazer para a sociedade a tranquilidade nas eleições, com total transparência e acompanhamento das instituições externas”.

O acompanhamento dos trabalhos das Eleições 2022 pelo TCU faz parte de uma auditoria integrada que ocorreu em todos os estados para avaliar a segurança, confiabilidade e auditabilidade da votação eletrônica brasileira. O assunto foi tratado durante uma reunião realizada no dia 13 de setembro, entre a equipe do TCU, o presidente do TRE-MT e parte da equipe técnica. (ASSIS, 2023ah).



Auditoria do Tribunal de Contas da União, em 20 de setembro de 2022



Terminal de Urnas Eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso. Sistema RFID UHF (2023)

A SEGURANÇA DAS URNAS ELETRÔNICAS PELO SISTEMA RFID UHF

O RFID UHF é uma tecnologia que inclui portais fixos e softwares e serve para registrar a movimentação das urnas eletrônicas dentro do Espaço de Conservação das Urnas Eletrônicas do TRE-MT, garantindo a segurança patrimonial dos bens e assegurando a realização dos serviços de manutenção necessários à conservação das urnas eletrônicas. Também compõe a solução um painel gerencial de apresentação dos números indicadores da movimentação das urnas eletrônicas e dos serviços de conservação realizados.

A solução, patrocinada pela Presidência e pela Diretoria-Geral, teve os estudos preliminares e o projeto de aquisição elaborados pela Secretaria de Tecnologia da Informação, em conjunto com a Secretaria de Administração e Orçamento, tendo sido contratada no ano de 2021 e implantada no primeiro semestre de 2022, já sendo utilizada durante as Eleições Gerais deste último citado ano (TRE-MT. Contrato nº 38/2021).

As 9.100 unidades que compõem o parque de urnas eletrônicas do TRE-MT ficam armazenadas na sede do Tribunal de forma centralizada, ocupando o Espaço de Conservação das Urnas. Nele, além do armazenamento, são realizados ciclos de manutenção preventiva e corretiva a cada quatro meses. No ano de eleição, as urnas são distribuídas em todo o Estado, ficando sua a preparação a cargo de cada cartório

eleitoral, com os sistemas e os dados necessários para a realização da eleição.

Após o pleito, todas as urnas eletrônicas retornam à sede do TRE-MT e, respondidos todos os recursos e pedidos de verificação, são submetidas novamente aos ciclos de manutenção. (FORTALEZA, 2023)

ILÍCITOS ELEITORAIS – CURSO ESCLARECE E REFORÇA A SEGURANÇA NO PLEITO DE 2022

Mais de 800 pessoas participaram do curso “*Véspera e Dia da Eleição: reagindo a possíveis ilícitos eleitorais*”, ocorrido no dia 21 de setembro de 2022, promovido pela Escola Judiciária Eleitoral (EJE) do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT). O assunto foi abordado pelo doutorando em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) e analista judiciário do TRE-MA Volgane Oliveira Carvalho.

A maioria dos participantes foi composta por integrantes das forças de segurança de Mato Grosso designados para atuar no dia da eleição, em 2 de outubro (primeiro turno) e 30 de outubro, em eventual segundo turno. O objetivo foi o de apresentar as principais situações que viessem a exigir a atuação da força policial, mas também se apresentou como uma oportunidade para esclarecer dúvidas com relação aos ilícitos eleitorais.

Na abertura do curso, o presidente do TRE-MT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, avaliou: “Ressalto que a administração vem desenvolvendo algumas ações, como o funcionamento da Ouvidoria 24 Horas, a fiscalização concomitante da arrecadação de recursos nos diretórios, comitês e vias públicas, visando prevenir os crimes eleitorais. E, em parceria com as forças de segurança, teremos a utilização de drones, e o maior contingente já disponibilizado em um pleito, sendo a maior operação da Polícia Militar na história do Estado”.

A diretora da EJE-MT, juíza Ana Cristina Silva Mendes, agradeceu a presença maciça dos participantes: “Este curso é muito importante e ficamos felizes em contar com mais de 800 pessoas, foram mais de mil inscritos, o que demonstra o comprometimento com a missão de garantir a segurança das Eleições 2022”.

O coordenador do Gabinete de Gestão Integrada (GGI), juiz Bruno D’Oliveira Marques, endossou o agradecimento e a parceria das forças de segurança e outros órgãos que participam do evento.

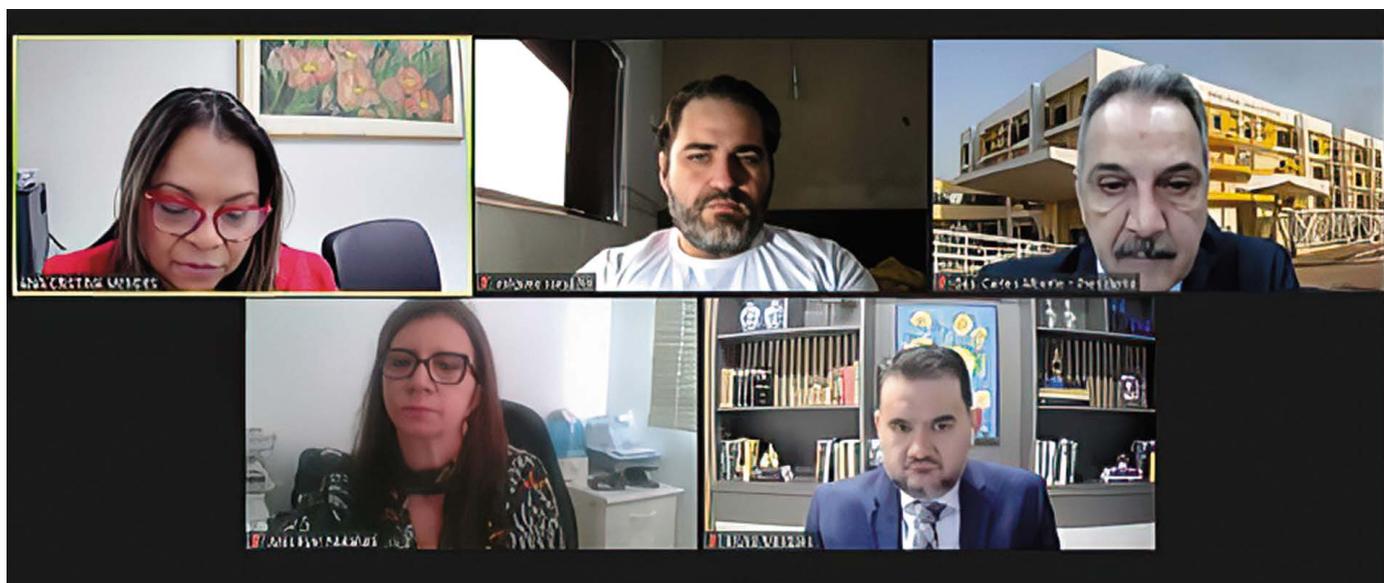
Em função da polarização política, Volgane Oliveira Carvalho previu que os ânimos poderiam ficar ainda mais exaltados e a eleição mais acirrada: “Este cenário pode provocar algumas situações tanto de natureza eleitoral quanto de natureza penal. Nesse sentido, destaco o trabalho do TRE-MT com a elaboração dos Procedimentos Operacionais Padrões (POPs), que preveem medidas de segurança para cada tipo de situação”. O analista judiciário do TRE-MA falou ainda sobre o que é proibido e o que é permitido na véspera e no dia da eleição, a extensão do poder de polícia, ausência e nomeação de mesários, proibição de utilizar o celular na votação, dentre outros assuntos.

Participaram do curso, magistrados e servidores do TRE-MT, representantes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp-MT), Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Militar (PM-MT), Polícia Judiciária Civil (PJC-MT), Marinha do Brasil, Exército Brasileiro, Ministério Público Estadual, Defensoria Pública do Estado, Guarda Municipal de Várzea Grande, Secretaria de Defesa Social de Várzea Grande e Assembleia Legislativa (ALMT). (ASSIS, 2023ai).

APLICATIVO PARDAL NAS ELEIÇÕES SUPLEMENTARES – UM RECURSO NAS MÃOS DO CIDADÃO

Em casos nos quais cidadãos presenciassem a realização de propaganda eleitoral irregular e/ou um crime eleitoral no decorrer das eleições suplementares de Acorizal, Matupá e Torixoréu, eles poderiam denunciar o fato à Justiça Eleitoral. As denúncias poderiam ser feitas na Ouvidoria do TRE-MT, por meio do *Aplicativo Pardal*, ferramenta de fiscalização e denúncia disponível gratuitamente e com versões para os sistemas operacionais *Android* e *iOS*.

Para postar uma denúncia de propaganda eleitoral irregular no Pardal, o cidadão deve identificar o local e quem fez a propaganda, se o partido, a coligação ou o candidato. Na segunda etapa, o denunciante deverá descrever a irregularidade e anexar alguma evidência (foto, vídeo ou áudio). Por último, o usuário deve se identificar, podendo manter o sigilo dos dados pessoais. A denúncia gera um número de protocolo para que o denunciante possa acompanhar a denúncia pelo próprio aplicativo.



Curso virtual “Véspera e Dia da Eleição: reagindo a possíveis ilícitos eleitorais” (2022)

No caso de crimes eleitorais, o sistema irá direcionar o denunciante para a Ouvidoria do Ministério Público, bastando preencher as informações solicitadas e encaminhar a denúncia. (OLIVEIRA, 2023d).

SEGURANÇA DAS ELEIÇÕES SUPLEMENTARES E O PAPEL DO GABINETE DE GESTÃO INTEGRADA (GGI)

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso instalou, no dia 16 de julho de 2021, o Gabinete de Gestão Integrada (GGI), responsável pelas eleições suplementares que ocorreram no dia 1º de agosto nos municípios de Acorizal, Torixoréu e Matupá. O Gabinete foi composto por representantes das forças de segurança pública, Energisa e Operadora Oi.

Dentre os assuntos que foram tratados pelo Gabinete estão o reforço policial nos locais de votação e de apuração e totalização, serviços de inteligência, patrulhamento ostensivo das rodovias próximas aos três municípios, a verificação da rede elétrica nos locais de votação, apuração e totalização e conectividade.

A reunião foi conduzida pelo juiz auxiliar da Presidência do TRE-MT, Luiz Octavio Oliveira Saboia Ribeiro, que pediu apoio aos presentes para a execução dos pleitos: “Sabidamente a Justiça Eleitoral não faz uma eleição sozinha, ela conta com a parceria de diversas instituições públicas e, até mesmo, privadas. Essa frutífera união é fundamental para que as eleições sejam executadas sem intercorrências e ainda, que seja dada mais transparência ao processo. Sei que poderemos mais uma vez contar com o apoio de vocês”.

O secretário-adjunto de Integração Operacional da Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso, coronel Victor Fortes, destacou os excelentes resultados que o GGI Eleitoral tem evidenciado e colocou a Sesp à disposição dos trabalhos. Já o coronel Alessandro informou que a PM-MT está pronta a atuar como parceira do TRE e já elaborou todo o planejamento da operação com base na análise de risco. (OLIVEIRA, 2023e).

INVESTIMENTO EM TECNOLOGIA E A REALIZAÇÃO DE ELEIÇÕES SUPLEMENTARES MARCAM OS 100 PRIMEIROS DIAS DA GESTÃO

Para fomentar e alavancar a qualidade da prestação jurisdicional e administrativa, envolvendo aspectos de celeridade, segurança e economia, a atual Gestão do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, composta pelo desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, na presidência, e pela desembargadora Nilza Maria Póssas de Carvalho, no comando da vice-presidência e da Corregedoria Regional Eleitoral, implantou o DataJud, do Painel de *Business Intelligence*, do Juízo 100% Digital, do PJeCOR, a adoção de recurso de acessibilidade e a realização simultânea de três eleições suplementares, além de implantar o DataJud, o *Business Intelligence* (BI), o PJeCOR,

adotou o Infodip e o Siel, regulamentou a implementação e o funcionamento do Juízo 100% Digital, aprovou o “Projeto Pauta Limpa 2022”, com o estabelecimento de três metas de julgamentos processuais a serem observadas pelo Tribunal e pelas 57 zonas eleitorais, sem deixar de cumprir rigorosamente as metas estipuladas pelo CNJ. Outras importantes iniciativas foram a instituição da Política de Gestão do Conteúdo do Portal e o módulo Ouvidoria do PJe. No dia 5 de agosto de 2022 eles completaram 100 dias no comando da Instituição.

Côncios de que para avançar é imperioso planejar, a atual administração elaborou e aprovou o Planejamento Estratégico para o sexênio 2021/2026. No documento, foram traçados 15 projetos que visam o cumprimento de 12 objetivos estratégicos.

Nos últimos 100 dias, o TRE-MT ficou ainda mais acessível. A Ouvidoria disponibilizou o *OuviZap*, canal de comunicação com o cidadão via *WhatsApp* e o recurso de audiodescrição passou a ser utilizado nas postagens da Instituição no Instagram, tornando o conteúdo acessível as pessoas com capacidade reduzida de visão, idosos e analfabetos.

Em meio a tanto trabalho, a gestão realizou com sucesso a eleição suplementar para o cargo de prefeito nos municípios de Acorizal, Matupá e Torixoréu. De forma inédita em Mato Grosso nas eleições exclusivamente suplementares, o TRE executou uma votação paralela nestes pleitos, onde urnas foram sorteadas e trazidas para auditoria pública em Cuiabá. Na avaliação do presidente do TRE, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, “vivemos em constante evolução. Cada dia surgem novas ferramentas tecnológicas, novos métodos de trabalho. A Instituição pública pode e deve acompanhar as novas tendências quando benéficas. E é esse caminho que eu e a desembargadora Nilza vamos seguir. Temos um plano já estabelecido, mas nada engessado, se para avançar for preciso fazer acréscimos, modificações ou exclusões do que fora estabelecido, faremos”. (OLIVEIRA, 2023f).

DRONES REFORÇAM E GARANTEM SEGURANÇA NO AR NAS ELEIÇÕES 2022

Na reta final do planejamento da segurança para as Eleições 2022, o Gabinete de Gestão Integrada (GGI) aprovou o plano operacional para utilização de drones na véspera, dia do pleito e após a votação. O assunto foi tratado no dia 19 de setembro de 2022, na penúltima reunião ordinária do GGI, realizada no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT).

O coordenador de Inteligência da Secretaria de Estado de Segurança Pública (Sesp-MT), tenente-coronel da PM Miguel Augusto Alves de Amorim, afirmou que a utilização de drones é recente no âmbito da segurança pública. “Buscamos, no primeiro momento, providenciar o aparato legal que a atividade exige, depois fizemos um treinamento dos profissionais que vão pilotar os equipamentos. As equipes da Polícia Mi-



Apoio logístico das Forças Armadas nas eleições de 2022

litar irão atuar em pontos predeterminados e em outros, de acordo com a necessidade”.

No plano da PM-MT previa-se a distribuição de equipamentos de forma a contemplar todo o Estado de Mato Grosso, seguindo a organização da Sesp-MT, que está dividida em 15 Regiões Integradas de Segurança Pública (RISPs). A atuação ocorreu em parceria com a Polícia Federal (PF).

O presidente do TRE-MT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, salientou a intensificação do planejamento para garantir a segurança do pleito. “Intensificamos em todos os locais de votação, ações para evitar qualquer possibilidade de desavença ou irregularidade, compra de votos, enfim, qualquer ilícito. A utilização de drones é mais uma ferramenta que temos a nosso favor. Sabemos que o eleitor é ordeiro, mas precisamos agir preventivamente. É importante frisar ainda que a operação não termina após a conclusão da votação, as forças de segurança sempre continuam a postos no pós-eleição, evitando qualquer confusão”.

A segurança reforçada também foi destacada pelo coordenador do GGI, juiz Bruno D’Oliveira Marques. “As forças de segurança empregam o maior efetivo já utilizado no Estado, com mais de 6.500 profissionais para atuar de forma integrada, de modo a oferecer à população a tranquilidade para votar, sem qualquer risco à sua segurança pessoal. Por isso, repito, os eleitores podem ficar tranquilos”.

A atuação de forma integrada deu-se ainda com o Ministério Público Eleitoral, como relatou o procurador regional eleitoral, Erich Raphael Masson. “Temos participado de todo o processo eleitoral e, com relação à segurança, não é diferente. Todos os 57 promotores eleitorais atuam em fiscalização, então eles passam em todos os locais de votação e, para aque-

las localidades onde não há promotor eleitoral, o Ministério Público Estadual (MPE) designará promotores de Justiça para atuar, com o apoio das forças de segurança”. (ASSIS, 2023aj).

TRE-MT E FORÇAS DE SEGURANÇA RETOMAM TRATATIVAS COM FOCO NO SEGUNDO TURNO

O Gabinete de Gestão Integrada (GGI), que é composto por representantes da Justiça Eleitoral, das forças de segurança de todo o Estado e outras Instituições parceiras, se reuniram no dia 6 de outubro de 2022, para avaliar os trabalhos empreendidos no primeiro turno, verificar o que pode ser aprimorado e definir a estratégia que será adotada no dia 30 de outubro. Para os membros do GGI o primeiro turno transcorreu de forma segura, sem nenhuma intercorrência significativa, feito que se pretende repetir no segundo turno.

A abertura dos trabalhos foi feita pelo presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, que aproveitou para agradecer, em nome dos componentes do Gabinete presentes, os 6.800 homens e mulheres das forças de segurança e demais Instituições parceiras que atuaram nas eleições: “Quero agradecer a todas e todos que compõem a força de segurança de nosso Estado e demais Instituições parceiras e que participaram de forma eficaz, efetiva do primeiro turno. Não tivemos nenhuma intercorrência que necessitou de uma intervenção mais enérgica, ou que pudesse macular as eleições. Tenho convicção que no dia 30 de outubro vamos repetir esse cenário positivo, sem qualquer entrave, pois nosso eleitorado é ordeiro, além é claro de contarmos com o excelente trabalho de todos vocês”.



Reunião preparatória das Eleições – Gabinete de Gestão Integrada (2022)

Após a abertura da reunião, o presidente do GGI e o juiz-membro auxiliar da presidência do TRE-MT, Bruno D'Oliveira Marques, abriram espaço a todos os presentes para apontamentos e sugestões de melhorias: “Qualquer demanda que apresentem ao Gabinete, quaisquer dificuldades vivenciadas no primeiro turno serão avaliadas e solucionadas por nós do Gabinete ou pelo juiz eleitoral”.

Dentre os assuntos deliberados na reunião estão: manutenção das ações das forças de segurança para o segundo turno das eleições; aprovação do emprego de forças federais nos mesmos locais e operando no mesmo padrão do primeiro turno das eleições; e apresentação do quantitativo de boletins de ocorrência e TCO (PF) no primeiro turno das Eleições 2022. (MARTINS, 2023).

Corregedoria Regional Eleitoral institui a campanha *Eleição sem Poluição*

Visando mitigar os efeitos da poluição ambiental decorrente do exercício da propaganda eleitoral, a Corregedoria Regional Eleitoral de Mato Grosso instituiu a Campanha “*Eleição sem Poluição*”. A iniciativa está regulamentada na Portaria 02/2022, com propagação será realizada nas 57 zonas eleitorais.

De acordo com a portaria, os cartórios eleitorais podem realizar reuniões, palestras e campanhas junto aos partidos políticos, coligações, federações, candidatos e imprensa, no

intuito de buscar apoio para que as Eleições 2022 transcorram sem qualquer tipo de poluição: visual, sonora, atmosférica, eletrônica ou de solo.

Dentre as orientações a serem repassadas pelos cartórios eleitorais aos envolvidos no processo eleitoral estão: que se abstenham ou, na impossibilidade, reduzam o uso de material impresso, dando preferência a meios de propaganda com menor potencial poluidor, tais como internet (redes sociais, *websites* e páginas), televisão, rádio etc. E, se houver necessidade de material impresso, que optem por utilizar papéis ou materiais reciclados ou biodegradáveis, visando reduzir o impacto ambiental durante e após a campanha eleitoral, sendo que as sobras dos materiais impressos sejam entregues diretamente às entidades públicas ou privadas responsáveis pela reciclagem.

O juízo eleitoral também poderá solicitar auxílio e parceria do Ministério Público Eleitoral local, para que sejam fir-



mados acordos, termos ou compromissos de ajustamento de conduta com as agremiações partidárias, coligações, federações e candidatos.

A corregedora regional eleitoral, desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho, explicou que a campanha vem ao encontro do dever da Justiça Eleitoral de implantar e aprimorar as boas práticas de proteção do meio ambiente: “A Instituição não pode tolerar propaganda que prejudique a higiene e a estética urbana ou que contravenha as posturas municipais e, ainda, que cause poluição sonora que venha a perturbar o sossego público, inclusive, os provocados por fogos de artifício. Peço aos eleitores que levem em conta, no momento do voto, a atuação dos candidatos, das candidatas em todos os aspectos, inclusive, quanto às atividades poluidoras realizadas”.

Por fim, a portaria reforça algumas proibições já previstas, como circulação de carros de som e minitrio como meio de propaganda eleitoral, ultrapassando o limite de 80 decibéis de nível de pressão sonora, medida a sete metros de distância do veículo; instalação e o uso de equipamentos de som em distância inferior a 200 metros das sedes dos poderes Executivo e Legislativo da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, das sedes dos Tribunais Judiciais, e dos quartéis e outros estabelecimentos militares; dos hospitais, e casas de saúde; das escolas, bibliotecas públicas, igrejas e teatros, quando em funcionamento. Já nos bens cujo uso dependa de cessão ou permissão do poder público, ou que a ele pertençam, e nos bens de uso comum, inclusive postes de iluminação pública, sinalização de tráfego, viadutos, passarelas, pontes, paradas de ônibus e outros equipamentos urbanos, é vedada a veiculação de propaganda de qualquer natureza, inclusive pichação, inscrição a tinta e exposição de placas, estandartes, faixas, caualetes, bonecos e assemelhados. (OLIVEIRA, 2023g).

Semana do Jovem Eleitor: *Eu voto. Eu faço a diferença*

A campanha que visou estimular os jovens entre de 16 e 17 anos a se inscrever e votar adotou o slogan “*Eu voto. Eu faço a diferença*”, pois o alistamento eleitoral é obrigatório para maiores de 18 anos, mas para os de 16 e 17 anos é facultativo.

A propósito, disse o presidente do TRE-MT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha: “Nos depoimentos que iremos veiculados é perceptível que nossos jovens podem participar de forma mais efetiva da política e interferir no destino do país e muitos querem isso. Com tantas ferramentas tecnológicas disponíveis hoje, eles têm acesso às informações que precisam para pesquisar os projetos, a vida profissional de cada candidato, se cumpriu o que prometeu nos mandatos anteriores e votar com responsabilidade. Essa, sem dúvida, é a melhor forma de exercer a cidadania e combater a corrupção”.

Na Semana do *Jovem Eleitor*, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso tomou como base de apoio o programa *Voto Consciente*, desenvolvido pela Escola Judiciária Eleitoral em parceria com a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. Foi ele iniciado em 2011 com muito sucesso e aperfeiçoamento ao longo do tempo. Seu objetivo é o de despertar nos estudantes a consciência cívica, fortalecer os princípios éticos e estimular a participação política consciente, livre e democrática.

O *Voto Consciente* contempla várias ações, como a realização de palestras em escolas públicas, ações pontuais que objetivam incentivar o alistamento jovem, as visitas guiadas ao TRE-MT e a realização de eleições parametrizadas em escolas públicas, para que os estudantes possam vivenciar, na prática, todas as etapas da realização de uma eleição, contemplando partidos, campanhas, eleição e diplomação dos eleitos.





Ao fundo, a direita, estagiárias da Bom Futuro participam de Menor Aprendiz

Após assistir aos vídeos de recepção, a estudante Maria Gabriela Silva Oliveira, de 16 anos, assim compreendeu o chamamento aos jovens eleitores: “Penso que é muito importante a gente exercer o voto, votar naquele político que nos representa e que pode mudar o futuro pra gente. Mesmo sendo jovem, penso em como gostaria que estivesse o mundo quando eu ingressasse no mercado de trabalho e quando for ter uma família.” (OLIVEIRA, 2023h).

Parceria com o Grupo Bom Futuro para qualificar jovens aprendizes

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) e o Grupo Bom Futuro firmaram, no dia 4 de abril de 2022, uma parceria para oferecer qualificação profissional, por intermédio do programa de inserção de jovens aprendizes do Ministério do Trabalho e Previdência. Por meio do acordo, a empresa cedeu cinco aprendizes para realizarem as atividades práticas no Tribunal.

De acordo com o coordenador do projeto, o auditor fiscal do Ministério do Trabalho, Gerson Delgado, algumas empresas têm um número expressivo de cotas de jovens aprendizes a serem contratados, e parte delas podem ser cedidas aos órgãos públicos: “Foi extremamente importante buscar junto ao TRE essa possibilidade, diante da credibilidade que o órgão tem na sociedade, e do pouco conhecimento que a sociedade e os órgãos públicos têm dessa política pública, que é a aprendizagem profissional”.

O diretor geral do TRE-MT, Mauro Diogo, destacou que é a primeira experiência do Tribunal em relação aos menores aprendizes, e que o acordo foi muito almejado: “A parceria com o Grupo Bom Futuro, com o Ministério do Trabalho, enfim, todas as entidades parceiras, é um motivo de

muita alegria hoje para o Tribunal. É uma oportunidade de mudança na vida dessas pessoas, na vida dessas meninas que iniciam. Então, é uma oportunidade que o Tribunal abre com muita satisfação, e que venham outras parcerias nesse sentido”.

Quatro dos cinco jovens aprendizes cedidos passaram por curso de formação profissional, oferecido em parceria com a Associação dos Irmãos em Cristo Servo, e tiveram um encontro com a psicóloga organizacional do Tribunal para verificação de perfil e habilidades, como avaliou o secretário de Gestão de Pessoas do Tribunal, Valmir Santos: “A partir dessa análise, fazemos a lotação em unidades que possam contribuir com o desempenho, com o desenvolvimento desse projeto magnífico, e para o futuro profissional delas”.

Para a representante do Grupo Bom Futuro, Roselina de Oliveira, é um prazer ceder os aprendizes para contribuir com as atividades internas do Tribunal, incluindo os jovens no mercado de trabalho, dando a oportunidade de desenvolverem talentos que muitas vezes estão escondidos: “Temos muita expectativa de que essa parceria dê certo, e que esses 22 meses em que eles estarão contribuindo no Tribunal sejam de grande valia, que eles desenvolvam tanto profissionalmente quanto pessoalmente”. (BARROS, 2023c).

Plano de aproximação com os diretórios regionais dos Partidos Políticos

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) iniciou, em 15 de maio de 2021, um plano de aproximação com os diretórios regionais dos partidos políticos atuantes no Estado. Dentre as ações previstas no projeto, destacam-se a realização de uma reunião trimestral entre ambos, assim como a instalação de um grupo de troca de

mensagens instantâneas para disseminação de informação e solução de dúvidas.

Avaliando a ação, o presidente do TRE-MT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, ponderou: “Estamos iniciando um trabalho de maior interação com os partidos políticos, com a população em geral. Vamos estabelecer um canal permanente de contato entre o corpo técnico do TRE e os partidos políticos, com reuniões periódicas, sem prejuízo de outros encontros para o tratamento de temas específicos, em especial os preparativos para as eleições de 2022”.

A primeira reunião, que visou alinhar os contatos via *WhatsApp*, contou com a participação de 15 partidos políticos, quando foram proferidas quatro palestras durante o encontro. Na avaliação do mesmo presidente, desembargador Carlos Alberto da Rocha: “Trata-se de um canal específico para o envio de perguntas e respostas compartilhadas, para soluções rápidas. Todas as dúvidas devem ser sanadas desde que sejam pertinentes à matéria eleitoral, não podendo ser caso concreto. Vamos auxiliar os representantes partidários para que não errem nos processos, e assim, não sejam prejudicados lá na frente. No final, todos se beneficiam”. Para o juiz auxiliar da Presidência do TRE-MT, Luiz Octavio Oliveira Saibo Ribeiro: “A eleição de 2022 traz uma série de desafios. Esperamos contar com os partidos políticos, advogados, contadores, todos como parceiros da Justiça. Estamos trabalhando para desenvolver um núcleo de conciliação com a temática da Justiça Eleitoral. Vamos convidar os partidos para participar desse processo. Esperamos chegar ao final dessa gestão com muita produtividade, que todos sejamos essenciais para que essa grande engrenagem funcione sem sobressaltos”.

Ao final do evento foi estabelecido um amplo diálogo, possibilitando a todos os participantes expor suas opiniões e dirimir dúvidas.

O coordenador administrativo do MDB, Edder Wilson Pereira (Kiko MDB), destacou a questão da prestação de contas: “Essa questão da nova coordenadoria específica para prestação de contas partidárias é muito positiva. Acredito que é um avanço nacional. Participo em vários grupos nacionais, em outros estados, e sempre há uma vinculação com o Controle Interno. Ter uma pasta específica certamente torna nosso contato mais direto e rápido. Outro ponto que chamou a atenção foi a fala do presidente. Ele foi enfático sobre a importância que devemos dar na luta contra a disseminação de *fake news*, e também na defesa da urna eletrônica. Essa tecnologia começou no Brasil, é segura, plenamente auditável, e não deve ser usada politicamente”.

O presidente do TRE-MT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, o ponderou a relevância do tema para uma eleição democrática, alertando: “Os partidos têm uma grande responsabilidade no dia de votação, e na urna. Não precisam defender a urna eletrônica, só peço que não façam campanhas distorcidas, não ataquem o sistema eletrônico de votação e nem os candidatos adversários”.

O mesmo presidente conclamou os partidos para uma maior participação: “Eu sempre valorizo muito a presença nas reuniões, e lamento por aqueles que perdem oportunidades de obter conhecimento como foi a reunião de hoje. São nesses encontros que os representantes partidários podem indicar os temas para serem tratados nas próximas reuniões. Lembrando que a responsabilidade do diretório central é muito grande, já que são eles que vão repassar as informações dos encontros aos diretórios municipais. Agradeço novamente a todos e espero que na próxima reunião o número de participantes seja ainda maior.” (DINO, 2023b).

DEFERIMENTO DAS CANDIDATURAS

Em cerimônia realizada no dia 16 de setembro de 2022, a corregedora regional eleitoral e presidente da Comissão Apuradora das Eleições Gerais de 2022 em Mato Grosso, desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho, procedeu ao fechamento do Sistema de Candidaturas (Cand), que traz as informações dos candidatos às eleições do ano. A partir do ato, nenhum candidato poderá ser retirado ou acrescentado ao sistema, o que impede qualquer modificação no conteúdo a ser disponibilizado ao eleitor na hora do voto em 2 de outubro.

O calendário eleitoral marca até o dia 12 de setembro para o caso de eventuais substituições de candidaturas majoritárias podem ser feitas até o dia 12 de setembro, salvo em caso de falecimento. Com o fechamento do Cand, o TRE-MT disponibiliza lista contendo os nomes de candidatos e candidatas que constarão nas urnas de 2022.

Segundo dados constantes do Sistema de Candidaturas, ao todo foram protocolizados em Mato Grosso 526 Registros de Candidaturas. Desse total, 442 candidatos tiveram os registros deferidos, três deferidos com recurso, 13 indeferidos e 27 indeferidos com recurso e nesse caso, constarão nas urnas. De início, 37 candidatos renunciaram aos cargos originalmente pleiteados, dois pedidos não foram conhecidos e, apenas dois ficaram aguardando julgamento, cadastrados no Cand como pendentes de julgamento.

Em relação aos partidos e coligações, foram apresentados 48 Demonstrativos de Regularidade, sendo 44 deferidos, um deferido com recurso, um indeferido com recurso, e dois indeferidos por estarem envolvidos em dissidência.

Na avaliação da corregedora regional eleitoral e presidente da Comissão Apuradora das Eleições Gerais de 2022 em Mato Grosso, desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho: “Em um tempo curto foi possível a entrega dessa importante etapa do processo eleitoral. Conseguimos de forma técnica e eficiente julgar esse expressivo número de processos, e sempre com respeito ao devido processo legal e aplicação das leis eleitorais com imparcialidade. Todos os envolvidos nessa realização, magistrados e servidores estão de parabéns e com o sentimento de dever cumprido”.

Com o julgamento de todos os registros de candidaturas, tornou-se possível realizar a carga dos cartões de memória que seriam inseridos nas 67.652 urnas eletrônicas utilizadas em Mato Grosso no pleito eleitoral de 2022. (OLIVEIRA, 2023i).

TRIBUNAL DE CONTAS, INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS E TRE-MT UNIDOS NAS ELEIÇÕES DE 2022

Nas eleições gerais de 2022 em Mato Grosso, uma equipe do Tribunal de Contas da União acompanhou presencialmente a votação em duas seções eleitorais. Trata-se de uma auditoria integrada em todos os estados para avaliar a segurança, confiabilidade e auditabilidade da votação eletrônica brasileira

No dia 13 de setembro de 2022, uma equipe do TCU, atuou na auditoria em Mato Grosso, esteve no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso em reunião específica para traçar os procedimentos desta atividade. Além dos membros do TCU, participaram da reunião o presidente da Instituição, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha e parte da equipe técnica, para início das tratativas.

A equipe da auditoria irá acompanhar os procedimentos de preparação das urnas eletrônicas, avaliar aqueles a serem utilizados no dia da votação e procedimentos relacionados à realização da auditoria integrada das urnas em condições normais de uso, por amostragem não probabilística em suas circunscrições e de forma presencial.

O presidente do TRE-MT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, parabenizou o TCU pela iniciativa que, segundo ele, é importante para demonstrar a segurança e a confiabilidade do processo eleitoral: “A Justiça Eleitoral sempre prezou pela transparência de todas as etapas da realização da

eleição, principalmente, aquelas que envolvem a urna eletrônica. Estamos à disposição para fornecer dados, informações, acessos, enfim, o que for necessário para a realização da auditoria. Sabemos que nosso sistema é confiável e da impossibilidade de se fraudar uma eleição e é fundamental que outras instituições de credibilidade possam vivenciar esse processo e, com conhecimento de causa, fazer coro à nossa voz”.

O responsável pela Secretaria do TCU em Estado de Mato Grosso, René Oliveira Neuenschwander Júnior, também destacou a importância das auditorias externas, “O bom de tantas instituições envolvidas na fiscalização é justamente passar esse carimbo, essa marca, que a eleição é apta a garantir o resultado que os eleitores realmente pretenderam. Vamos acompanhar todas as etapas: geração de mídia, preparação das urnas, carga, lacração, finalização, cargas do sistema e teste de integridade”. (OLIVEIRA, 2023j).

INTEGRANTE DA MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL ELOGIA ORGANIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES EM MATO GROSSO

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, recebeu, no dia 27 de setembro de 2022, o representante da Transparência Eleitoral Brasil, João Vitor Borges Paulino. Ele integra a Missão de Observação Eleitoral (MOE) da Organização dos Estados Americanos (OEA) e esteve, juntamente com outros voluntários, acompanhando a organização das Eleições 2022 em todo o Brasil.

A observação do processo eleitoral e o incentivo ao exercício da atribuição fiscalizadora pelos cidadãos foram destacadas pelo presidente do Tribunal: “Quanto mais observadores tivermos, melhor. A cada dia temos uma nova tentativa de desacreditar a Justiça Eleitoral, e todas elas têm sido infundadas,



Reunião com os auditores do Tribunal de Contas da União que acompanharam o processo eleitoral em Mato Grosso – Eleições 2022



Reunião com o observador da organização Transparência Eleitoral Brasil que acompanhou o processo eleitoral em Mato Grosso – Eleições 2022

como tem sido demonstrado por meio da transparência dada a todos os atos do processo eleitoral”.

O representante da Transparência Eleitoral Brasileira lamentou a ausência de representantes de partidos políticos e da sociedade nas cerimônias públicas de verificação do processo eleitoral, como carga e lacre e auditoria da votação eletrônica: “Este é o quarto Tribunal que visito e só encontrei representantes de partidos nas cerimônias públicas em um local. A proposta da MOE é justamente incentivar que haja a participação cidadã e nosso acompanhamento tem o propósito de contribuir para a melhoria do processo e não simplesmente criticar sem conhecer”, ressaltou João Vitor Borges Paulino.

Além da reunião com o presidente do TRE-MT, ele visitou outros setores do órgão e acompanhou os procedimentos de carga e lacre da 39ª Zona Eleitoral de Cuiabá, ocasião em que conversou com a juíza eleitoral Tatiane Colombo, o promotor eleitoral Tiago de Souza Afonso da Silva, o chefe de cartório Armando Sussia, e o coordenador de Auditoria Interna, Daniel Taurines.

O representante da Transparência Eleitoral elogiou a organização do pleito e a disposição de todos os que compõem o Tribunal. “É um trabalho que merece o máximo de reconhecimento. Agradeço pela receptividade do presidente, da juíza eleitoral, representante do Ministério Público e de todos os servidores que me receberam e esclareceram prontamente as dúvidas e pedidos de informações”.

A Missão – Integrada por 55 especialistas e observadores de 17 nacionalidades, a Missão conta com especialistas que irão monitorar os aspectos chave em matéria de tecnologia e organização eleitoral, votação no exterior, Justiça Eleitoral, financiamento político, campanhas e liberdade de expressão, participação política de mulheres, participação de grupos in-

dígenas e afrodescendentes e violência eleitoral. Esta é a terceira ocasião em que a OEA envia uma missão para observar os processos eleitorais no Brasil. Após as eleições, será apresentado um relatório preliminar com observações e recomendações, a fim de contribuir para o fortalecimento dos processos eleitorais no Brasil. (ASSIS, 2023ak).

MULHERES AJUDANDO A PENSAR AS COTAS NA POLÍTICA

Mulheres que ajudam mulheres e fazem valer seus direitos políticos, recusando-se a participar como candidatas “laranjas”, foram alguns dos caminhos apresentados durante a live “*Perspectivas e desafios da participação feminina na política*”, promovida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), no dia 27 de maio de 2022.

A questão das cotas para o segmento feminino já fora motivo de muita discussão, mesmo que o tema não tenha merecido unanimidade.

Interessante posicionamento foi oferecido pela desembargadora Maria Helena Gargaglione Póvoas, em evento promovido pela OAB, quando a mesma presidia o TRE-MT.

Já em 2016, a desembargadora Maria Helena discordava das cotas para mulheres na política e se posicionou com conhecimento de causa, visto estar à frente do Tribunal Regional Eleitoral.

O debate, por polêmico, ainda continua sendo pauta de discussão na atualidade. Em 2022, a vice-presidente e corregedora regional eleitoral do TRE-MT, desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho, afirmou que é preciso fazer valer as cotas de participação destinadas em lei e alertou a mulheres sobre a ilegalidade de candidaturas “laranjas”: “Não permitam que utilizem o nome de vocês para isso, temos sim que fa-

zer valer nossa participação, com um propósito político, e devemos denunciar os esquemas que dificultam as candidaturas femininas. Não iremos parar por aqui, estaremos atentas, e faremos outros debates como este. Nós, mulheres, somos iguais aos homens em capacidade, e ainda temos jornadas duplas ou triplas, sendo profissionais, mães e donas de casa”.

A temática foi também discutida pela juíza auxiliar da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) Clara da Mota Santos Pimenta Alves, que ressaltou os avanços conquistados ao longo dos anos. Recentemente, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5.617 propostas pela Procuradoria Geral da República (PGR) considerou deficiente o acesso ao fundo partidário da ordem de 15% a candidaturas femininas deficientes e estipulou a equiparação do mínimo de candidaturas femininas ao mínimo de recursos destinados.

A magistrada também citou a Emenda Constitucional 117, de 2022, que determinou a aplicação de no mínimo 5% dos recursos do fundo partidário na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política de mulheres.

A juíza Clara da Mota ponderou, entretanto, que existem outros obstáculos a serem superados: “São desafios que talvez norma nenhuma vá dar conta. Precisamos pensar em processos educacionais mais amplos, mudar também o modo como se processa a política nos bastidores. Nós, enquanto mulheres julgadoras, precisamos considerar essas questões ao exercer nossa atividade jurisdicional. A lei de combate à violência política de gênero (Lei nº 14.192/2021) foi outra conquista extremamente importante, para garantir que as mulheres candidatas e eleitas possam falar sem serem agredidas, e que as eleitoras possam votar sem serem assediadas. Temos as regras e no âmbito da Justiça Eleitoral, e elas serão cumpridas São desafios que talvez norma nenhuma vá dar conta. Precisamos pensar em processos educacionais mais amplos, mudar também o modo como se processa a política nos bastidores. Nós, enquanto mulheres julgadoras, precisamos considerar essas questões ao exercer nossa atividade jurisdicional. A lei de combate à violência política de gênero (Lei nº 14.192/2021) foi outra conquista extremamente importante, para garantir que as mulheres candidatas e eleitas possam falar sem serem agredidas, e que as eleitoras possam votar sem serem assediadas”.

O debate contou também com a participação da presidente da Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional Mato Grosso (OAB-MT), Gisela Cardoso. Ela ressaltou a importância de levar o debate para além do que já é tratado: “Precisamos avançar muito, temos a maioria do eleitorado feminino é maioria e a participação nos cargos políticos ainda é baixa. Na OAB, tivemos um avanço coma implantação da paridade de gênero na formação das chapas para eleições da Ordem, o que trouxe um avanço muito grande. Em 90 anos de história, apenas 10 mulheres tinham alcançado o cargo de presidente da OAB. Essas ações podem sim trazer mudanças neste cenário”.

A *live* faz parte do Programa de Valorização e Incentivo à Participação Feminina, instituído pela Resolução TRE-MT nº 2635/2021. A iniciativa visou estimular a efetiva participação de mais mulheres em cargos de liderança e também na política, a fim de reduzir a desigualdade de gênero no quesito de representatividade. No Brasil, em 2022, as mulheres ocupavam menos de 15% das cadeiras do Legislativo, 9,9% das cadeiras da Câmara dos Deputados; 11% das prefeituras do país, e havia apenas uma governadora eleita, Fátima Bezerra (PT-RN). Com isso, o Brasil é um dos países do mundo com a menor representação feminina na política, ocupando o 145º lugar no *ranking* Inter-Parliamentary Union, que mede a presença das mulheres no parlamento de 192 países. (ASSIS, 2023al).

Eventos

Estudantes diplomados em cerimônia simbólica

Foram entregues a faixa e o certificado aos eleitos e eleitas no projeto escolar. Decidir se candidatar, pensar em propostas, fazer campanha, votar e aguardar ansiosamente os resultados da votação, são fases do processo eleitoral que os estudantes do Colégio Adventista do CPA, em Cuiabá, tiveram a oportunidade de vivenciar. Para completar a trajetória, dez estudantes foram diplomados nos cargos para os quais foram eleitos, na manhã no dia 25 de novembro de 2022, em cerimônia simbólica realizada no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso.

Os estudantes também participaram de uma visita guiada, na qual conheceram o Memorial da Justiça Eleitoral e o Depósito de Urnas e receberam informações sobre a história das eleições e da urna eletrônica.

Eles receberam, além da faixa, um diploma assinado pelo presidente do Tribunal, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, que mostrou a eles o troféu e certificado recebidos pelo TRE-MT por ter conquistado o *Selo Diamante* no Prêmio de Qualidade CNJ 2022: “Para a Justiça Eleitoral, é como ganhar uma Copa do Mundo”, explicou aos(às) estudantes. “Mas outro prêmio que ganhamos hoje é ter vocês representando as demais crianças por terem disputado cargos tão importantes. É gratificante vê-los participando da eleição com essa idade, é algo muito bom para a democracia. Parabêniso a escola pela iniciativa. Quem sabe futuramente, dentre vocês, surjam alguns líderes políticos no nosso Estado e até como expoente nacional”.



Cerimônia simbólica de diplomação dos alunos do Colégio Adventista do CPA. Projeto educacional interdisciplinar (2022)

Iniciado no mês de outubro de 2022, o projeto interdisciplinar do Colégio Adventista visou transmitir de maneira prática a importância do processo eleitoral. As ações incluíram aulas teóricas em sala de aula sobre a História do Brasil e das eleições, atividades que explicavam o processo de escolha dos candidatos, além do sorteio de alunos que concorreriam aos cargos de presidente, governador, senador, deputado federal e deputado estadual.

A Escola Judiciária Eleitoral (EJE-MT) participou da iniciativa, no dia 9 de novembro, com a realização de palestra, respondendo a dúvidas dos discentes, além de ter apresentado a urna eletrônica. Na avaliação do vice-diretor da EJE-MT, Eustáquio Inácio de Noronha Neto, “temos de louvar a iniciativa do Colégio Adventista, que contou com o engajamento da EJE, porque é muito importante que as crianças e os jovens conheçam o processo eleitoral e no futuro possam participar efetivamente, seja votando ou se candidatando”.

Após a definição das chapas, os jovens se envolveram na elaboração das propostas para melhorar o ambiente escolar, a partir de temas como *bullying*, indisciplina e dificuldades de aprendizagem, por exemplo. O vice-diretor do colégio, Raubert Niender Costa, agradeceu ao TRE-MT pela oportunidade da visita e participação no evento de diplomação: “Nós nos importamos com o desenvolvimento dos alunos, compreendemos a importância do processo eleitoral e de os estudantes conhecerem as funções de cada candidato. Prezamos sempre por ir além do ensino das disciplinas em sala de aula”. (ASSIS, 2023am).

Fale com o Presidente: TRE-MT amplia comunicação com a sociedade

Com o intuito de ampliar os canais de comunicação com a sociedade, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso disponibilizou, no dia 1º de junho 2022, o link *Fale com o presidente*, podendo o cidadão entrar diretamente em contato com o gestor maior do TRE-MT, desembargados Carlos Alberto Alves da Rocha. Esse mecanismo possibilita não só o diálogo, mas também a apresentação de críticas, sugestões e elogios, além de obter orientações e dirimir dúvidas. O acesso se dá através do e-mail: falecompresidente@tre-mt.jus.br.

O programa foi inicialmente idealizado pelo desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, em 2019, ocasião em que ocupava o cargo de presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. A iniciativa foi um sucesso no âmbito do Poder Judi-





Reunião com representantes do Instituto de Computação da Universidade Federal de Mato Grosso (2022)

ciário de Mato Grosso, o que o levou a implementá-la também no TRE-MT.

Para o criador da ação, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, “toda Instituição pública precisa, por dever legal e moral, ser transparente, acessível, buscar a aproximação com a sociedade. O que é público pertence aos servidores, magistrados e a todos os cidadãos. Portanto, estamos aqui para ouvi-los atentamente e responder a qualquer indagação que façam, desde que, é claro, seja um assunto pertinente, sólido”. (TRE-MT, 2023).

Aposta em inovações tecnológicas

Objetivando a elaboração de projetos de inovação no âmbito judicial, eleitoral e administrativo, houve a parceria firmada entre o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MT) e a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), por meio do Instituto de Computação (IC). A ideia é que os estudantes de pós-graduação da instituição contribuam com projetos inovadores na área de Ciência de Dados, sob a coordenação dos professores. O termo de cooperação, que foi assinado na segunda quinzena de novembro de 2022, foi alinhado durante reunião realizada no dia 4 de novembro. O projeto foi estruturado pelo juiz-membro do TRE-MT, Luiz Octavio de Oliveira Saboia Ribeiro, cuja ideia surgiu a partir de experiências exitosas em diversos tribunais

Para o presidente do Tribunal, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, “a residência em TI tem o potencial de

contribuir com a capacitação e inserção de profissionais qualificados que tenham o entendimento apropriado do contexto judiciário, dos problemas nele presentes e das tecnologias empregadas, suprimindo assim uma escassez atualmente existente. Além disso, o forte potencial de inovação dos projetos conduzidos levará à otimização das práticas e rotinas no Poder Judiciário, promovendo melhorias nos processos, métodos e atividades conduzidos no TRE-MT. Do ponto de vista acadêmico, os residentes receberão capacitação teórico-prática que alia uma formação de alto nível de pós-graduação com uma vivência prática usualmente não obtida em cursos de graduação”.

O diretor-geral do TRE-MT, Mauro Sérgio Rodrigues Diogo, festejou a parceria: “Agradeço à UFMT pela disponibilidade e empenho na celebração do termo de cooperação. Tenho certeza que teremos ótimos projetos e acreditamos que a troca de experiência entre os estudantes de pós-graduação, os professores e servidores do Tribunal será muito rica”.

Na opinião do secretário de Tecnologia da Informação do Tribunal, Carlos Henrique Cândido, a contribuição será mútua e o resultado, promissor: “É uma oportunidade de os estudantes aplicarem o conteúdo, por meio do desenvolvimento de projetos inovadores, e para nós será um aprendizado excelente. Uma equipe complementando a outra e que, ao final, refletirá em soluções mais ágeis e seguras na área de TI”.

Para o coordenador de Soluções Corporativas e doutor pelo ICMC/USP, Luís Darienzo, que conduziu o projeto na Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), serão priorizados projetos na área de Ciência de Dados, principalmente as áreas *business intelligence* (BI) e *Big Data*. “Em conjunto com

os alunos de pós-graduação, haverá também a participação de professores do Instituto de Computação da UFMT, visando o acompanhamento e orientação dos projetos definidos e gerenciados pela TI do Tribunal. Tal fato permitirá a troca de informações e conhecimentos em cada projeto desenvolvido”.

LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO, INTELIGÊNCIA E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (LIODS)

A parceria vai ao encontro de uma das mais caras iniciativas instituídas recentemente pelo TRE-MT, o Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Liods), instituído pela Portaria nº 304/2022. A formalização do Liods, foi publicada no Diário de Justiça Eletrônico nº 3693, disponibilizado no dia 19 de julho. Seu objetivo é criar condições criativas e colaborativas favoráveis ao desenvolvimento de projetos de inovação, por meio do compartilhamento de conhecimento e o debate de novas possibilidades e soluções para a resolução de problemas.

Participaram da última reunião, pelo TRE-MT, o diretor-geral, Mauro Sérgio Rodrigues Diogo; o secretário de Tecnologia da Informação, Carlos Henrique Cândido; o coordenador de Soluções Corporativas, doutor Luís Darienzo; e o assessor de Planejamento da STI, Franklânio Soares Maciel. Pela UFMT, participaram o diretor do Instituto de Computação, professor doutor Allan Gonçalves de Oliveira; o diretor-adjunto do IC, professor doutor Nielsen Cassiano Simões; a coordenadora do curso de Pós-Graduação em Gestão e Ciência de Dados do IC, professora doutora Claudia Aparecida Martins; e o professor doutor Josiel Maimone de Figueiredo. (ASSIS, 2023an).

Ação inovadora: novos juízes são recepcionados pelo TRE-MT

Dez novos juízes que tomaram posse recentemente em Mato Grosso estiveram no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), no dia 19 de setembro de 2022. Esta é uma iniciativa inédita no Estado e tem o objetivo de aproximar a nova magistratura da Justiça Eleitoral.

Os magistrados foram recepcionados no gabinete do presidente, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, que ressaltou: “Ao tomar posse, os juízes já têm contato com toda a teoria, a parte jurídica, e o que estamos fazendo é trazê-los para que se familiarizem com o trabalho desenvolvido. Em algum momento, eles irão exercer a função de juiz eleitoral, por isso é importante conhecerem a estrutura e os servidores, especialmente aqueles que estão à frente das coordenadorias do Tribunal”.

Eles visitaram também o gabinete da vice-presidente e corregedora regional eleitoral, desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho, a qual traçou um panorama das atribuições da Corregedoria Regional Eleitoral (CRE-MT), a exemplo da coordenação da apuração dos resultados: “Nós mantemos contato constante com os juízes eleitorais e estamos sempre à disposição para orientar e auxiliar no que for necessário”.

Os novos magistrados assistiram a uma apresentação feita pelo juiz auxiliar da Presidência, Bruno D’Oliveira Marques, sobre o panorama geral das Eleições 2022, e o juiz auxiliar da Corregedoria Regional Eleitoral (CRE-MT) Antônio Velloso Peleja Júnior, também apresentou informações sobre as me-



Juízes de Direito recém-empossados em visita ao TRE-MT, em 19 de setembro de 2022

tas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e aquelas que integram o programa *Pauta Limpa*.

Após as apresentações, os novos juízes conheceram o Memorial da Justiça Eleitoral Mato-Grossense o Depósito de Urnas e o Plenário. O juiz ingressante Dr. Luiz Antônio Muniz Rocha, ponderou que a visita foi produtiva e destacou o acesso ao Memorial, por preservar a história de consolidação da Justiça Eleitoral em Mato Grosso: “Essa recepção nos trouxe conhecimento acerca da rotina eleitoral e isso é muito importante, pois, com toda a certeza, é algo que vai facilitar nosso dia a dia como juízes eleitorais no interior do Estado”.

A juíza Paula Tathiana Pinheiro elogiou a qualidade do acolhimento pela atual gestão: “A maioria de nós não teve contato com o ambiente eleitoral e essa visita, além de proporcionar isso, nos fez sentir acolhidos por toda a gestão e os servidores, o que nos transmite uma segurança na atuação. Foi uma ótima oportunidade de conhecer melhor a Justiça Eleitoral, que é tão especializada e nos exige preparo”. (AS-SIS, 2023ao).

Premiações e Homenagens

Primeiro lugar no *ranking* Transparência do CNJ

Além da eficiência na organização e realização das eleições, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) conseguiu se tornar o Tribunal mais transparente do país. Foi o que demonstrou o Ranking Nacional da Transparência do Poder Judiciário 2022, disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça no dia 1º de setembro de 2022. O *ranking* avalia os 93 tribunais brasileiros nos segmentos: Conselho, Estadual, Federal, Eleitoral, Trabalho, Militar e Superior.

O certame, instituído pela Resolução CNJ nº 260/2018 é realizado anualmente e busca valorizar os tribunais e conselhos que mais se destacam na disponibilização à sociedade de informação de forma clara e organizada, tornando mais fácil e transparente o acesso aos dados de gestão.

Este é o primeiro ano que o TRE-MT conseguiu pontuar nos 84 itens avaliados pelo CNJ e que estão distribuídos em nove temas: audiências e sessões; serviços de informações ao cidadão (SIC); tecnologia da informação e comunicação; gestão orçamentária; licitações, contratos e instrumentos de cooperação; gestão de pessoas; auditoria e prestação de contas; sustentabilidade e acessibilidade.

Para o presidente de TRE-MT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, a colocação é fruto de uma gestão que planeja suas ações e acompanha sua execução. Ele destaca, que o importante não é atingir o topo do *ranking*, mas de ser um Tribunal transparente, algo que a sociedade espera: “O TRE-MT nos últimos anos estava figurando entre os 10 primeiros do país. Para mim é um ótimo resultado, mas não o suficiente, então, empreendemos todos os esforços para que todos os critérios avaliados pelo Conselho fossem executados. Ser 100% transparente é o que a sociedade espera de todas as instituições. Felizmente essa também é a visão dos magistrados e servidores desta Justiça Especializada. Temos que comemorar sim, mas sem perder o foco de continuar garantindo o cumprimento em 100% dos itens exigidos”.

Para o cumprimento das metas do CNJ, a gestão designou para acompanhamento do juiz-membro e presidente do Comitê Estratégico de Gestão Judiciária, Luiz Octávio Oliveira Saboia Ribeiro, que também destaca a importância de se planejar e coordenar o cumprimento de metas. “Esse resultado é uma satisfação para todos os magistrados e servidores e representa a convergência de esforços de diversas áreas do Tribunal. O resultado demonstra e comprova que a gestão do desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha coloca o cidadão no centro das decisões e prioridades administrativas do Tribunal, que está em constante evolução e aperfeiçoamento.





“É um avanço e um marco na história da Justiça Eleitoral de Mato Grosso, motivando-nos cada vez mais a avançar e evoluir. De outro lado, o resultado evidencia que o cidadão de Mato Grosso pode e deve confiar na Justiça Eleitoral, que busca, a cada dia, inovar e se tornar mais eficiente, célere e transparente”. (OLIVEIRA, 2023k).

Selo Diamante do Prêmio de Qualidade do CNJ

O Conselho Nacional de Justiça busca, com a instituição do Prêmio de Qualidade, atuar em benefício da excelência na gestão e no planejamento das atividades, na organização administrativa e judiciária e na sistematização e disseminação de informações e produtividade. Os tribunais são premiados em três modalidades: Diamante, Ouro e Prata, considerando cada segmento separadamente (Tribunais Superiores, Justiça Federal, Justiça Estadual, Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral e Justiça Militar).

Pela primeira vez, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) conquistou o *Selo Diamante* no Prêmio de Qualidade 2022 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O TRE-MT também ficou em 4º no *ranking* entre os tribunais de todos os segmentos do Brasil. A divulgação dos vencedores ocorreu durante o 16º Encontro Nacional do Poder Judiciário, transcorrido no dia 22 de novembro de 2022, em Brasília (DF).

Para chegar a conquistar o Selo Diamante, a mais elevada categoria, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso foi conquistando ao longo dos anos os seguintes prêmios: em 2016, na gestão do desembargador Márcio Vidal, conseguiu seu primeiro *Selo Justiça em Números*, conquistando a *Categoria Bronze*. Já em 2019, na gestão do desembargador Gilberto Giraldelli, a Justiça Eleitoral de Mato Grosso foi merecedora do *Selo Prata*, e em 2020 mereceu o *Selo Ouro*, e agora, em 2022, sob a gestão do desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, conquistou as duas últimas premiações, *Ouro* e

Diamante. O Prêmio é um reconhecimento institucional aos tribunais que se destacam em políticas judiciárias, eficiência, gestão e organização de dados.

São 52 requisitos avaliativos, que se subdividem em quase 170 itens a serem cumpridos pelos tribunais de todo o país. O TRE-MT atingiu 88%, valor superior ao alcançado em 2020, que foi de 77,55%. Em 2022, o TRE-MT também ficou em 1º lugar no Brasil no *Ranking de Transparência do CNJ*, que teve 84 itens avaliados, dentre 93 tribunais de todos os segmentos: Conselho, Estadual, Federal, Eleitoral, Trabalho, Militar e Superior.

Na avaliação do presidente do TRE-MT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, essa conquista se deveu ao somatório de esforços entre magistrados e servidores, possibilitando avançar na prestação jurisdicional, administrativa e de serviços: “Mesmo com os desafios impostos, a exemplo da pandemia de Covid-19 e da polarização política, conseguimos planejar e executar as Eleições Gerais 2022 de forma tranquila e segura. Isso é resultado do comprometimento de todos que compõem a Justiça Eleitoral mato-grossense”. Também é importante destacar a eficiência da Corregedoria Regional Eleitoral (CRE-MT), na pessoa da desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho, bem como as iniciativas inovadoras, como o Balcão Virtual, Juízo 100% Digital, atendimento da Ouvidoria 24 Horas, entre outras. Estabelecemos o compromisso de obter melhorias em todas as áreas no biênio 2021/2023, visando ao Selo Diamante, porque ele representa a qualidade dos serviços que a sociedade almeja e merece”, acrescentou o presidente do TRE-MT.

O conselheiro do CNJ Richard Pae Kim, parabenizou a todos pela dedicação. “Parabenizamos todos os magistrados que se empenharam na organização e gestão interna e que trabalharam para alcançar os melhores índices de desempenho e produtividade, investindo esforços em inovação e tecnologia e promoveram ações de organização e governança interna, tudo objetivando a qualidade da prestação de serviços aos cidadãos brasileiros”. (ASSIS, 2023ap).

Alunos do 1º Curso de Mestrado em Direito da Amam fazem homenagem ao presidente do TRE-MT

“*Estudos em homenagem ao desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha*”, foi o título do livro que reuniu em coletânea, os artigos escritos pelos alunos do Mestrado em Direito da Escola da Magistratura Mato-grossense (Emam), pela Associação Mato-grossense dos Magistrados (Amam), Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (TJ/MT) e Unimar.

O lançamento da publicação ocorreu em cerimônia realizada no dia 20 de agosto de 2021 e contou com a participação de diversas autoridades do Estado. O evento foi transmitido no canal da Emam no *YouTube*.

Durante a cerimônia, diversos convidados fizeram uso da palavra todos destacando a importância do *1º Curso de Mestrado em Direito* ministrado pela Amam, o que só foi possível graças ao apoio do desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha que, à época, presidia o TJMT, não medindo esforços para sua implementação. A 1ª vice-presidente da Amam, Maria Rosi de Meira Borba, ponderou: “Essa oportunidade da cultura, do saber e do conhecimento pode existir porque o desembargador não mediu esforços em viabilizar essa oportunidade. O saber muda o mundo, é a oportunidade de transformação”.

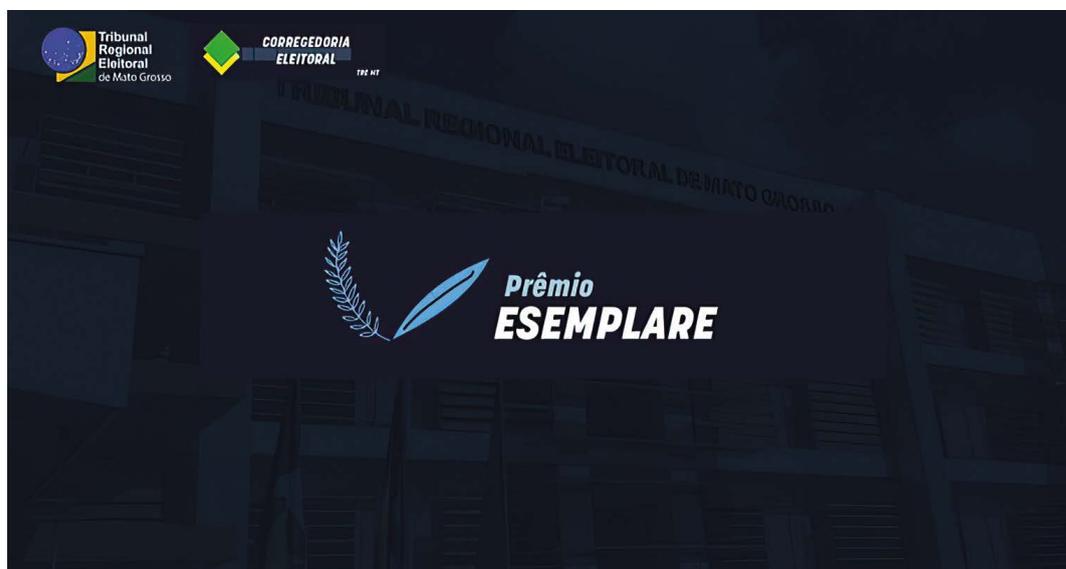
Em seguida, o diretor-geral da Emam, Gerardo Humberto Alves Silva Júnior, avaliou: “O livro traz artigos de excelente qualidade técnica, com temas atuais e relevantes. Agradecemos ao desembargador por permitir que esse sonho se realizasse, pela confiança depositada e pelo investimento nas pessoas, as quais irão trabalhar na prestação da atividade jurisdicional. Isso não tem preço”.

O organizador do livro e diretor de extensão da Emam, Eduardo Calmon de Almeida Cezar, explicou que a proposta de lançar a 1ª turma de Mestrado em Direito voltada, exclusivamente, aos servidores de carreira do TJMT, foi apresentada ao homenageado em maio de 2019, o qual prontamente encampou a ideia: “Grandes líderes exigem grandiosos projetos. O desembargador me recebeu em seu gabinete da Presidência do TJ para ouvir nossa proposta ambiciosa e arrojada, pois somente a Universidade Federal de Mato Grosso, com mais de 50 anos de existência, tinha em seu quadro esse curso. Dias depois ele anunciou o empenho ao projeto destacou a necessidade de dar esse passo em busca de aprimorar ainda mais a qualificação da força de trabalho do Judiciário”.

O servidor do TJMT, o mestre Jean Carlos Balduino Júnior, discursou em nome da turma de mestrandos: “O livro traz 20 trabalhos que foram fruto de pesquisas ao longo de dois anos. A obra veio a lume como homenagem ao desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, que perseguiu o claro objetivo de valorizar os servidores e nos oportunizou ingressar nessa etapa de aperfeiçoamento pessoal e profissional. Hoje, o Poder Judiciário Mato-grossense recebe em seu quadro 20 servidores com o título de mestre, seremos nós, os responsáveis por incentivar cada vez mais a realização de um trabalho de excelência. Obrigado a todos e especialmente ao desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, por tudo que sua figura representa pessoal e profissionalmente como magistrado. Essa nossa obra coletiva que lhe foi dedicada representa a prova material que o investimento dá frutos, mas esse é só o primeiro deles”.

O desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha proferiu palavras de agradecimento, ressaltando a relevância do avanço acadêmico: “Vocês não imaginam a alegria desse momento, porque conseguimos realizar um sonho de várias administrações da Amam e da Emam de concluir um curso como esse e com os servidores do Poder Judiciário. Quando apreciei o projeto, a preocupação constante residia em atender à imperativa necessidade de formar profissionais capacitados para o desempenho de suas funções. É fundamental compreender que não existe patamar em que há o domínio do conhecimento absoluto. É notório que os servidores lidam diariamente com situações complexas que exigem boas práticas, ideias e reflexões a serem aprimoradas. Dessa forma, estimular a pesquisa, o debate jurídico de temas socialmente relevantes, colaborar com a formação de novos profissionais, tudo isso serve para que os servidores desenvolvam suas atividades com mais qualidade ao cidadão. Aos mestres em Direito, nossos servidores que hoje estão aqui, parabéns pelo esforço, pela dedicação e pela vitória. Não sou merecedor de tanta homenagem, merecedores de elogios são vocês. Muito me orgulha poder contribuir para o estudos, e a retribuição com essa obra é melhor do que qualquer outra homenagem que eu poderia receber”.

Também estiveram presentes à solenidade o governador do Estado de Mato Grosso, Mauro Mendes Ferreira, o diretor-geral da Escola de Magistratura de Mato Grosso, desembargador Marcos Machado, o senador Wellington Fagundes, o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Max Russi, a deputada estadual, Janaína Riva, magistrados, juízes-membros do TRE-MT, advogados e outras autoridades do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. (OLIVEIRA, 2023).



Esemplare: premiação instituída pela Corregedoria Eleitoral de Mato Grosso

A Corregedoria Regional Eleitoral (CRE-MT) do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) instituiu e regulamentou os selos de qualidade para os cartórios eleitorais e respectivos critérios para aplicação no Prêmio *Esemplare*, regulamentado pelo Provimento nº 04/2022, publicado no *Diário de Justiça Eletrônico* de 8 de junho de 2021. O objetivo foi o de reconhecer a qualidade dos trabalhos desenvolvidos pelos juízes eleitorais no cumprimento das atividades judiciais e administrativas, em consonância ao Provimento CNJ nº 6, de 14 de outubro de 2013, que instituiu o sistema de recompensas na primeira instância da Justiça Eleitoral de Mato Grosso. O prêmio objetivou ainda cumprir as metas fixadas anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Tribunal Regional Eleitoral e pela Corregedoria Regional Eleitoral (CRE-MT).

De acordo com o Provimento nº 4/2022, a concessão dos selos de qualidade contemplou as serventias eleitorais de todo o Estado, conforme termos e critérios estabelecidos na norma. Na avaliação da corregedora regional eleitoral e vice-presidente do TRE-MT, desembargadora Nilza Maria Pôssas de Carvalho, “essa premiação é um ato de reconhecimento das diversas demandas atendidas pelas Zonas Eleitorais, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da prestação jurisdicional e incentivar o cumprimento das metas estabelecidas para a primeira instância.”

O título de “*Vencedor do Prêmio Esemplare*” foi concedido ao Juízo Eleitoral com maior pontuação apurada, após a soma de todos os eixos avaliativos e recebeu a premiação máxima, mediante a concessão do *Selo Apogeu*. Já o *Selo Diamante* foi atribuído aos juízes eleitorais que obtiveram pontuação correspondente ao cumprimento igual ou superior à 91% das metas, apurada após a soma de todos os eixos avaliativos.

A concessão do *Selo Ouro* foi direcionada aos juízes eleitorais que obtiveram pontuação correspondente ao cumprimento de 71% a 90% das metas. Por fim, o *Selo Prata*, atribuído aos juízes eleitorais que obtiveram pontuação correspondente ao cumprimento de 51% a 70% das metas, apurada após a soma de todos os eixos avaliativos.

O Provimento também instituiu uma Comissão Avaliadora, responsável pela avaliação do atendimento dos requisitos para concessão dos selos. Os eixos temáticos, dos selos foram segmentados em: Atividade Processual; Atividade Administrativa; Cadastro Eleitoral e Eleições. A concessão dos selos é bienal e a entrega feita pela Corregedoria Regional Eleitoral de Mato Grosso, em sessão especialmente agendada.

A Corregedoria publicou, com antecedência de 15 dias do evento, o resultado final apurado, no site do TRE-MT, com a identificação da premiação, disponibilizando a classificação das 20 Zonas Eleitorais mais bem posicionadas.

Esta ação serve de estímulo para aperfeiçoamento dos trabalhos, se prestando-se também a premiar os cartórios da capital e do interior de Mato Grosso. (ASSIS, 2023aq).



Comemorações da Justiça Eleitoral

89 Anos da Justiça Eleitoral de Mato Grosso

A Justiça Eleitoral de Mato Grosso completou 89 anos de criação, no dia 11 de novembro de 2021. A data foi destacada pelo presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, durante a sessão plenária desta manhã, como um marco do relevante papel na formação da cidadania: “O dia de hoje nos leva a 1932, quando a Justiça Eleitoral foi instalada em Mato Grosso. Desde então, ela vem aperfeiçoando os sistemas eleitorais, visando garantir aos cidadãos brasileiros condições para o exercício pleno do direito de expressar sua vontade política por meio do voto livre e secreto. O TRE-MT tem uma rica trajetória, marcada por ações que tornaram suas eleições cada vez mais transparentes, céleres e modernas [...] Aqui em Mato Grosso, no início dos anos 90, a urna eletrônica teve sua concepção inicial por meio do protótipo desenvolvido pelo ex-secretário de Tecnologia da Informação, Sr. Luiz Roberto da Fonseca. Recentemente, esse modelo de votação completou 25 anos de funcionamento, garantindo lisura, transparência e celeridade na apuração da votação e na divulgação dos resultados”.

Nesse sentido, comprometido com a proposta de preservar a memória da instituição, o desembargador informou que o TRE-MT iniciou uma série de ações visando à celebração dos 90 anos, em 2022, ocasião em que anunciou: “Pretendemos concluir a edição de um livro comemorativo, contendo o

acervo documental e a nossa rica história, destacando os trabalhos realizados em Mato Grosso para sedimentar e aprimorar a democracia neste Estado de dimensões continentais e realidades culturais e econômicas tão diversas”.

Depois de relemburar momentos de impacto da Justiça Eleitoral Brasileira, frisou ter sido o movimento revolucionário de 1930 uma das principais bandeiras da moralização das eleições no país, já ressabiado com as fraudes e violências em matéria eleitoral que marcaram a República Velha.

O presidente também agradeceu a todos que contribuíram com a trajetória da Justiça Eleitoral: “Cumpre-me o papel de agradecer a todos que por aqui passaram e colaboraram para o desempenho da sua missão: desembargadores, procuradores, juízes e promotores eleitorais, servidores, mesários e demais colaboradores, bem como todos os que deixaram um valioso legado ao TRE-MT. De Palmyro Pimenta ao nosso último presidente, Gilberto Giraldelelli, recebam o meu sincero agradecimento e o mais legítimo reconhecimento a todas e todos aqueles que por aqui deixaram as suas marcas e digitais na construção e solidificação desta Instituição”. (ASSIS, 2023ar).

90 Anos da Justiça Eleitoral brasileira

No dia 24 de fevereiro de 2022, a Justiça Eleitoral brasileira completou 90 anos de atuação. Sua criação remete à publicação do primeiro Código Eleitoral do país, em 24 de fevereiro de 1932. Esse documento inaugural apresentou importantes avanços para a democracia brasileira, criando uma Justiça Especializada responsável pelos trabalhos eleitorais no país e

dando origem ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Sua atuação foi essencial para garantir a legitimidade de todo o processo eleitoral, assegurando os fundamentos constitucionais da soberania popular e da cidadania.

Para o presidente do TRE do Espírito Santo, desembargador José Paulo Calmon Nogueira da Gama, o papel dos tribunais regionais, ao lado do TSE, é o de servir de interlocutor da democracia brasileira: “[os TRE’s] são verdadeiros anteparos para o exercício pleno da cidadania e têm trabalhado arduamente para atingir o grau máximo de alcance e confiabilidade em todo o território nacional. A interlocução com os demais poderes para fomentar a participação democrática e aprimorar a legislação eleitoral são imprescindíveis para viabilizar a democracia pós-moderna”.

A presidente do TRE do Pará, desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, afirmou: “Não existe um Estado de Direito sem eleições livres, periódicas e igualitárias. Os TRE’s buscam o progresso da democracia. É de fundamental importância haver um ramo do Poder Judiciário independente, ético e com capilaridade em todo território nacional, com credibilidade e seriedade nos seus procedimentos e na atuação do seu corpo funcional e dos julgados das suas cortes”.

A previsão de se estabelecer um Tribunal Regional Eleitoral (TRE) na capital de cada Estado brasileiro e no Distrito Federal consta no artigo 120 da Constituição Federal de 1988. Os TRE’s, portanto, são partes integrantes da Justiça Eleitoral, funcionando como “braços” regionais e atuando na linha de frente da coordenação do processo eleitoral, administração dos cartórios eleitorais e atendimento aos eleitores, entre muitas outras funções.

Além de organizar as eleições nos municípios pertencentes ao respectivo Estado, cada TRE e suas zonas eleitorais são responsáveis pelo cadastro dos eleitores e pela apuração de resultados e diplomação dos eleitos em nível municipal e estadual. As Cortes Eleitorais realizam julgamentos de recursos relacionados às eleições municipais, incluindo pedidos de registro e de cassação dos diplomas dos eleitos.

Também é competência dos regionais processar e julgar o registro e o cancelamento do registro dos diretórios estaduais e municipais de partidos políticos, bem como de candidatos a governador, vice-governador e membros das Assembleias Legislativas. São, ainda, responsáveis pela apuração dos resultados e pela distribuição de urnas e nomeação de mesários. (90 ANOS, 2023).



Mauro Sérgio Rodrigues, Diogo | TRE-MT

Eleitora centenária regulariza título para votar em 2022



Temas relevantes

Evolução tecnológica pós 2012

Urna Eletrônica: uma aplicação exitosa em Mato Grosso

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, ao longo de nove décadas de relevante atuação, tem investido fortemente em tecnologias que propiciam segurança no processo democrático de votação, uma vez que o TSE havia, em 1985, determinado a implantação do processo eletrônico para alistamento eleitoral e para cadastramento de eleitores.

No início de 1994, a Justiça Eleitoral mato-grossense apresentou em âmbito nacional o protótipo da “Máquina de Votar”, experiência pioneira, nascida em Mato Grosso. Segundo o secretário de Informática, Luiz Roberto da Fonseca, o TRE-MT apresentou ao ministro presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), José Paulo Sepúlveda Pertence, o modelo da *máquina de votar*, como uma solução para que a vontade do eleitor depositada livremente nas urnas fosse o resultado final da eleição. O ministro gostou muito da ideia e pensou na realização em Cuiabá de uma eleição simulada, visando testar o sistema. O que se concretizou.

Também um outro projeto precursor desse tipo de equipamento nasceu em Santa Catarina. Segundo informações prestadas por Luiz Roberto da Fonseca, o projeto desenvolvido pela Justiça Eleitoral de Mato Grosso, além de mais seguro, se distinguia daquele de Santa Catarina: “O projeto de Mato Grosso é que nomeou esse tipo de eleição virtual, dan-



Participação do TRE-MT nas primeiras discussões em Brasília, em 1993

do o nome de urna eletrônica, porque era uma urna que não estava conectada a qualquer rede de comunicação, garantindo, assim, toda a segurança. O de Santa Catarina se apoiava na rede de dados bancária, que era a existente no país”. (FONSECA, 2010).

Assim, a primeira experiência nacional de utilização da urna eletrônica, até então denominada *máquina de votar*, ocorreu no dia 8 de abril de 1994 em uma eleição simulada em Mato Grosso. A eleição simulada foi realizada na Escola Estadual Ana Maria do Couto (May do Couto), bairro CPA II, em Cuiabá. A apuração foi realizada na antiga Escola Téc-



Experiências com a máquina de votar

nica Federal, utilizando-se da metodologia prevista na legislação eleitoral, intitulada *Voto Cantado*, que veio a ser adotada futuramente nas eleições brasileiras. Na simulação, foram utilizadas na primeira etapa, uma urna e quatro cabines, e, na segunda, duas urnas e o mesmo número de cabines. Num terceiro e último momento foram apurados os votos e transmitidos seus resultados. Essa experiência simulatória contou com a presença voluntária da população cuiabana e com a efetiva participação de integrantes do Tribunal Superior Eleitoral, do ministro José Paulo Sepúlveda Pertence e do corregedor do mesmo órgão, Aristides Junqueira Alvarenga, além de presidentes de diversos Tribunais Regionais de diversas unidades federativas e da magistratura estadual mato-grossense, o que consignou um evento de repercussão nacional. A equipe técnica do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso teve seus investimentos de pesquisa tecnológica consagrados nacionalmente. Às autoridades participantes da simulação foi entregue um agradecimento especial, na forma de um cartão assinado pelo ministro presidente José Paulo Sepúlveda Pertence do TSE e do presidente do TRE-MT, desembargador José Ferreira Leite.

Inicialmente, a máquina de votar foi denominada *Coletor de Votos*, designação dada pelo TSE em razão de se imaginar que o nome *Urna Eletrônica*, utilizada por Mato Grosso, estaria com sua patente registrada pelo seu criador, o secretário de Informática do TRE-MT, Luiz Roberto da Fonseca, que desenvolveu todo o projeto inicial da máquina. Posteriormente, o secretário informou que ele não havia registrado em seu nome a patente do nome *Urna Eletrônica*, por entender que a propriedade intelectual do nome *Urna Eletrônica* pertencia à Justiça Eleitoral brasileira, visto ter sido desenvolvida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, do qual era funcionário. Essa postura, digna de elogios, faz desse servidor do TRE-MT um exemplo de postura ética.

Em 19 de setembro de 1994 os moradores da circunscrição de Sapezal-MT receberam do Estado de Mato Grosso a decisão sobre sua emancipação municipal. O Tribunal Regional Elei-

toral de Mato Grosso proporcionou assim, aos moradores a votação sobre a emancipação, utilizando a urna eletrônica. E assim, foi emancipado o município de Sapezal pela Lei Estadual nº 6.534, de 19 de setembro de 1994.

A primeira eleição oficial no Brasil utilizando a urna eletrônica, foi realizada nas eleições municipais de 1996. A urna eletrônica foi utilizada em 57 municípios brasileiros com mais de 200 mil eleitores, incluindo todas as capitais e com a participação de cerca de 32.488.153 eleitores. Já em 2000, ela foi expandida para todo o território nacional.

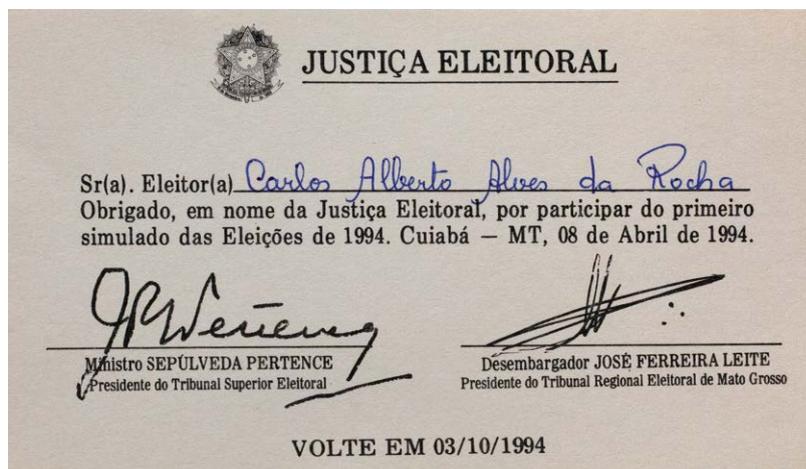
Melhorias e inovações nas urnas eletrônicas têm sido uma constante nos últimos tempos, como se observa a partir dos modelos de 2013, 2015 e 2020, esta última com os mais recentes avanços em criptografia (embaralhamento de dados) e armazenamento.

Em complemento ao processo de votação e apuração, está o de transmissão dos resultados das eleições, que possibilita a totalização dos votos minutos após o fechamento das urnas. Nesse campo, merece destaque a ferramenta *JE-Connect*, solução desenvolvida com o apoio do TRE-MT, que, em nível nacional, é utilizada como plataforma segura de envio dos dados da votação aos *data centers* da Justiça Eleitoral para processamento.

Identificação Biométrica do Eleitor

A urna eletrônica recebeu, ao longo dos anos, um acelerado refinamento. Hoje está preconizado o recadastramento biométrico, sistema através do qual se obtém mais uma garantia do voto seguro e ileso, visto que são as impressões digitais as marcas identificadoras do eleitor.

Biometria: um aperfeiçoamento no processo democrático das eleições, quando os eleitores se identificavam biometricamente, garantia de que o voto era dado por eleitor devidamente identificado.





Processo Judicial Eletrônico, PJe (2011)

O Processo Judicial Eletrônico (PJe) foi desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com os Tribunais Regionais Eleitorais, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, tendo sido lançado oficialmente em 21 de junho de 2011.

O PJe é uma ferramenta *online*, disponível 24 horas, pelo qual as partes interessadas em determinado processo judicial irão praticar atos processuais e acompanham a tramitação do processo de forma virtual. A utilização do sistema exige a certificação digital de advogados, magistrados, servidores ou partes que precisarem atuar nos novos processos. Com sua utilização, a tramitação dos processos se dá de forma mais transparente, reduzindo os custos e garantindo maior segurança e melhoria na comunicação entre as partes integrantes dos processos e o Poder Judiciário.

Visando capacitar os integrantes do TRE-MT, no dia 29 de maio de 2017, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso deu início à capacitação dos servidores que iriam manusear o PJe, cujo uso se tornou obrigatório no TRE-MT a partir do dia 28 de setembro de 2017.

Com o PJe, houve uma economia de papel, visto que os processos são consultados e despachados virtualmente, o que trouxe economia aos cofres públicos e maior agilidade no trâmite processual.

Ao todo, 40 servidores receberam o treinamento, ministrado pela analista judiciária do Tribunal Superior Eleitoral Renata Martinez Talim Dias, que ensinou como realizar diversas ações no PJe, dentre elas a autuação e distribuição, processamento e comunicações, elaboração de documentos e decisões e realização de sessão plenária.

Participaram do treinamento os servidores lotados na Secretaria Judiciária – especificamente o Gabinete, a Seção de Autuação e nas coordenadorias de Apoio ao Pleno e Julgamento e de Registros e Informações de servidores que atuavam nos gabinetes da Presidência, dos juízes-membros e da Corregedo-

ria Regional Eleitoral (CRE-MT), e, na Corregedoria, aqueles que responsáveis pela Seção de Fiscalização e Cadastro.

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso promoveu, no dia 14 de setembro de 2017, um curso de *Manuseio do Processo Judicial Eletrônico* (PJe) da Justiça Eleitoral direcionado aos advogados. O curso foi presencial e aconteceu na sala de treinamento da Secretaria Judiciária do TRE-MT, sob os cuidados do coordenador de Gestão da Informação do TRE-MT, Gustavo Silveira Castor. Durante duas horas os participantes aprenderam como manusear diversas ferramentas disponíveis no PJe, entre elas: como dar ciência no processo, interpor petições iniciais e inserir manifestações e contrarrazões, todos de segunda instância. (CÂNDIDO, 2022).

AJUSTES NECESSÁRIOS AO BOM FUNCIONAMENTO DO PJE

No dia 29 de junho de 2017, o PJe foi aperfeiçoado, ocasião em que foi realizada uma sessão histórica no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, instituindo oficialmente a adoção oficial do Processo Judicial Eletrônico. O PJe foi aplicado inicialmente em 26 classes processuais, devendo ser utilizado de forma facultativa por 90 dias, tornando essa prática obrigatória a partir de 28 de setembro do mesmo ano: “A implantação do PJe é tarefa complexa e requer uma extensa lista de providências, muitas delas adotadas simultaneamente por diversas áreas do Tribunal. Além de um detalhado planejamento, foram necessárias visitas técnicas a tribunais que já utilizam a ferramenta; reuniões de alinhamento com a equipe; contratação de certificação para todos que vão operar o sistema; treinamentos para servidores e magistrados da Justiça Eleitoral, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União; além de treinamentos para os advogados”.

A versão do PJe na Justiça Eleitoral é diferente daquela utilizada por outros tribunais, uma vez que o TRE-MT optou pela versão 2.0 do PJe, o que exigiu treinamento e capacitação por parte dos operadores do Direito.

PLANO DE AÇÃO INCLUI SIMULAÇÃO DE SESSÃO PLENÁRIA – IPLENO

Um plano de ação foi desencadeado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso para garantir o sucesso da implantação e operacionalização do Processo Judicial Eletrônico nas sessões de julgamento. Esse plano foi realizado através do Ipleno, utilizado pelos juízes membros do Pleno durante os julgamentos, e precisou ser adaptado para funcionar com PJe.

No dia 27 de junho de 2017 as equipes da Secretaria Judiciária e da Secretaria de Tecnologia da Informação realizaram uma sessão plenária simulada com os juízes-membros do TRE-MT, para treinar o uso da ferramenta durante os julgamentos. Trata-se de mais um, dentre dezenas de testes já realizados com a versão 2.0 do PJe, no TRE-MT.

No dia seguinte, as equipes técnicas do TRE-MT fizeram uma apresentação do PJe ao público externo, composto por advogados, defensores públicos da União e membros do Ministério Público. Então, os operadores do Direito Eleitoral puderam agendar seus treinamentos para os dias seguintes, sendo ministrados em uma sala específica, montada junto à Secretaria Judiciária do TRE-MT, e que tem capacidade para treinamento de até nove alunos de forma simultânea.

As atividades da semana que antecederam a implantação oficial do PJe no TRE foram acompanhadas de perto pelos servidores Waltenes Silva de Jesus e Alessandra Santos Cerqueira, do TRE de Sergipe, que já utilizavam o PJe e tinham experiência no uso da ferramenta. (TRE-MT, 2023a)

Tecnologia do *JE Connect*

A tecnologia do *JE Connect* foi utilizada nas eleições de 2016 em mais de 95% dos boletins das urnas de Cuiabá. Esse recurso tecnológico auxiliou na rápida divulgação dos resultados da eleição, graças à sua precisão. O sistema foi implantado nos computadores dos locais de votação, não tendo sido necessário aguardar o transporte das urnas eletrônicas até o local de apuração, no caso, o Centro de Eventos do Pantanal: “O *JE Connect* funciona como uma máquina virtual que atua sobre o computador da escola e cria uma rede virtual privada (Virtual Private Network – VPN), dentro da rede de Internet da escola”. (SEGURANÇA, 2023)

Antes da implantação do *JE-Connect*, encerrada a votação, todos os dispositivos de armazenamento eram levados ao cartório eleitoral – onde se fazia a transmissão dos votos ao TRE-MT. Esse procedimento dificultava a apuração e exigia uma maior logística.

Durante cinco dias, os especialistas na área de Tecnologia da Informação avaliaram as funcionalidades do *JE Connect* e procederam a readequações, visando à Eleição Geral de 2018: “A intenção é melhorar cada vez mais essa ferramenta e garantir ainda mais segurança e celeridade na transmissão dos

resultados da eleição”, destacou o secretário de Tecnologia da Informação do TRE-MT, Dr. Luís Cezar Darienzo Alves, para quem “a reunião trouxe vantagens para a Regional de Mato Grosso. Nossos desenvolvedores de soluções de TI participaram e compartilharam conhecimentos com os servidores de TI de vários estados. Esta é a primeira vez que nosso Regional sedia essa reunião e felizmente, essa ideia foi encampada pela atual administração”.

Na abertura do encontro, o presidente do TRE-MT, desembargador Márcio Vidal, ressaltou a importância de se investir na tecnologia e desejou uma reunião produtiva à equipe de desenvolvimento: “O *JE-Connect* é um excelente instrumento tecnológico que trouxe redução de custos para a transmissão, à medida que dispensou o uso de equipamentos, transporte e demais logísticas. Desejo sucesso a esse trabalho em conjunto, que de forma democrática otimiza o uso de recursos públicos, possibilitando fazer mais com menos”.

Ao final do evento, tendo por base as discussões, uma nova versão do *JE Connect* foi apresentada para ser compartilhada com todos os Tribunais Regionais Eleitorais participantes. (TRE-MT, 2023b).

Projeto inédito do TRE-MT é pré-selecionado para o V Fórum de Tecnologia da Informação da Justiça Eleitoral

Servidores e funcionários a serviço da Justiça Eleitoral em todo o país receberam convite para inscrever iniciativas de suas autorias que foram bem-sucedidas em uma das seguintes áreas: computação na nuvem, virtualização de equipamentos, segurança da informação, *bigdata*, desenvolvimento *mobile* e soluções de padrões de interoperabilidade entre diferentes aplicações (uso de *web service*).

O TRE-MT apresentou estudos e pesquisas sobre *Gestão de Riscos de TIC*, projeto desenvolvido colaborativamente, por servidores lotados na Secretaria de Tecnologia da Informação e Coordenadoria de Controle Interno e Auditoria: Carlos Henrique Cândido e Benedito Antônio da Costa.

O Comitê do Programa selecionou 18 projetos para serem apresentados no evento e todos passaram a fazer parte dos anais do V Fórum de Tecnologia da Informação da Justiça Eleitoral (Forti). Na avaliação foram levados em conta os seguintes quesitos: viabilidade do trabalho, nível de aplicabilidade para a Justiça Eleitoral, risco do projeto, necessidade de investimento, inovação e impactos econômicos, tecnológico e social.

O objetivo da iniciativa foi o de procurar inovações tecnológicas passíveis de serem aplicadas na Justiça Eleitoral e promover o intercâmbio de soluções informatizadas e o desenvolvimento tecnológico seguindo padrões mínimos para a manutenção de modelos físico e lógico entre os parques computacionais. (CÂNDIDO, 2022)

Direito Digital e avanço da tecnologia são debatidos durante visita ao TRE-MT

Na reunião realizada entre o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), desembargador Márcio Vidal, e o advogado Ademir Milton Piccoli, jurista autor de livros sobre a temática, a conversa girou em torno dos conceitos de tecnologia jurídica e direito digital.

Na concepção do ilustre visitante, “a aceleração tecnológica impacta desde o comportamento das pessoas até os setores mais tradicionais. Estamos na era exponencial, e a velocidade das transições nos leva a uma mudança de padrão em escala global sem precedentes. O Judiciário, obviamente, não está fora desse contexto. Assim como em diversos setores, as instituições públicas têm o desafio de acompanhar um mundo em transformação”.

Para o presidente do TRE-MT, é fundamental debater os avanços tecnológicos de forma mais ágil no setor público e em especial no Judiciário. “As pessoas estão no mundo virtual, vivem nesta nova realidade eletrônica. O Estado precisa estar presente neste espaço, garantindo direitos e acesso aos cidadãos. A tecnologia exige transparência e velocidade, estamos avançando neste caminho”, reforçou Márcio Vidal. (DINO, 2023a).

Siropi (2018)

O Sistema de Registro de Ocorrências Penais e Inelegibilidades (Siropi) foi apresentado nacionalmente pela Corregedoria do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso no *43º Encontro do Colégio de Corregedores da Justiça Eleitoral* (12/06/2018). O Siropi forneceu uma diversidade de dados estatísticos relacionados aos processos em trâmite, os quais serviram de base para o estabelecimento de diretrizes que assegurassem maior efetividade da prestação jurisdicional, além de apresentar controle de recursos financeiros extra-orçamentários, vinculados a processos, em qualquer fase processual.

Diversos corregedores estaduais avaliaram o Siropi como uma excelente ferramenta de trabalho e manifestaram interesse na sua utilização, uma vez que permitia acesso ao panorama geral das ocorrências criminais, especificando a quantidade de processos por zonas, operações, suas fases; e, ainda, a verificação de processos sujeitos ao declínio de competência e até eventual incidência de foro por prerrogativa de função e avaliação dos riscos de prescrição de modo individualizado.

Segundo a Imprensa do TRE-MT, “o Siropi permite ainda, o controle digital e unificado de bens apreendidos e de recursos financeiros arrecadados, desde a origem até o destino

final; isso se torna possível com rastreamento de recursos financeiros vinculados aos autos e partes e a emissão de estatísticas pormenorizadas – caso, por exemplo, dos crimes de maior ocorrência e estatísticas das ocorrências criminais por partido/ano”.

Na avaliação do chefe da Seção de Orientação e Apoio às Zonas Eleitorais e idealizador do sistema, Kelsen de França Magalhães, além da eliminação dos livros físicos, visto se tratar de um sistema digital, “o Siropi identifica pendências processuais, riscos e vulnerabilidades e gera alertas que podem impactar na produtividade dos órgãos judiciários. É sem dúvida uma ferramenta que garante maior agilidade, transparência e publicidade dos atos do Judiciário em relação ao trâmite processual e ao controle de recursos”.

Criado inicialmente em 2016, quando foi apresentado pela primeira vez ao Plenário do TRE-MT, ao longo dos anos passou por aprimoramento no que se refere à funcionalidade e automatização de dados em tempo real: “O Siropi é de fácil manuseio e permitirá a obtenção de estatísticas em geral, o que trará benefícios à toda Justiça Eleitoral, principalmente aos cartórios e juízes eleitorais”, como avaliou o Dr. Mauro Sérgio Rodrigues Diogo, coordenador jurídico da Corregedoria Regional Eleitoral (CRE-MT).

O corregedor e vice-presidente do TRE-MT, desembargador Pedro Sakamoto, expressou também sua satisfação: “Não tenho dúvidas de que o Siropi representa significativo avanço, permitindo uma atuação mais efetiva e transparente do Judiciário, facilitando, inclusive, os meios de controle”.

Além de organizar os processos e dados de natureza criminal, seus recursos financeiros categorizados por espécie e um controle individualizado do tempo de prescrição, dentre outras funcionalidades, o sistema também oferece o módulo Inelegibilidade. Este identifica erros e indícios de registros “falso positivos” para tratamento por meio do procedimento VRA (Verificação de Regularidade de ASEs), funcionalidade que representou significativo avanço tecnológico possibilitando, tanto a depuração dos registros do cadastro de eleitores, quanto maior celeridade processual e o tratamento de milhares de casos de forma agrupada. Isso porque o VRA, além de funcionar como uma depuração do cadastro eleitoral, também proporciona uma redução do número de Ações de Impugnação em Registro de Candidatura (AIRC's) provocadas por registros na base do cadastro eleitoral denominados “falso positivos” que, se não forem devidamente tratados, acabam gerando a interposição de referidas ações e prejudicando a celeridade processual nos processos de registro de candidatura.

O Siropi, considerando-se o número de pontos de função, é o maior sistema feito pelo TRE-MT, mesmo em se tratando apenas do estágio atual de conclusão do 1º módulo do início da implementação do 2º módulo de um total de três. O sistema dispõe ainda de conexão com outros sete sistemas.

Por meio do sistema foi possível adotar o projeto *Mapa-Tempo*, voltado a identificação e relatório das ações penais

em tramitação e medidas adequadas para seu julgamento em 30 dias, reduzindo consideravelmente o tempo de tramitação das ações penais eleitorais.

Essa inovação tecnológica permitiu ainda que fosse identificada a existência de contas bancárias judiciais em instituições públicas e privadas, transformando os controles manuais em digitais e possibilitando a correção de erros. A título de exemplo, foram identificadas numa única instituição financeira pública mais de 250 contas bancárias judiciais; além disso, foi possível a recuperação de valores depositados em contas judiciais vinculadas a outros tribunais, os quais passaram a ser custodiados e vinculados ao CNPJ do TRE-MT, depois de identificados no sistema.

Outra funcionalidade, antes inexistente, é o cadastro de instituições assistenciais públicas e privadas beneficiárias de recursos oriundos de processos criminais da Justiça Eleitoral, bem como sua destinação, novidade implementada com o *Siropi*. Dispõe do registro de mais de mil operações, vinculadas aos benefícios previstos na Lei nº 9.099/95, entre transações penais e suspensões condicionais de processos aceitas, cujos recursos estes que, depois de utilizados pelas instituições, devem ser submetidos a prestação de contas ao Judiciário e divulgados, realidade que somente passou a ser possível após 2018 com o sistema.

Outras mais foram desenvolvidas nos anos seguintes como a que permite o registro automático das ocorrências criminais no *Ocorre JE*, sem a necessidade de duplo preenchimento de sistema; essa funcionalidade foi desenvolvida em 2020, juntamente com painel que permite o alerta aos juízes eleitorais dos casos de prisões vinculadas à Justiça Eleitoral, em que há necessidade de realização de audiência de custódia em até 24 horas, conforme determina a legislação. Outras situações como a identificação de automática de crimes conexos, em geral, ou segregados, conforme priorização estabelecida em julgamento do STF, também é feita pelo sistema automaticamente, a partir do registro do tipo penal. (OLIVEIRA, 2023).

Business Intelligence (BI)

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) iniciou oficialmente, no dia 19 de novembro de 2019, o uso da tecnologia *Business Intelligence (BI)*. Toda gestão administrativa e orçamentária já implementou a ferramenta que permitiu o monitoramento e gerenciamento instantâneo dos recursos do tribunal, desde os planos de trabalho, empenho, execução e liquidação de despesas, assim como os contratos do órgão.

O uso da tecnologia foi possível por meio de parceria do TRE-MT com o Tribunal Eleitoral do Goiás, sem geração de custos. Para o diretor geral do TRE-MT, Mauro Sérgio Rodri-

gues Diogo, “nós sempre tivemos a informação, o controle dos dados, mas faltava uma tecnologia para dar uma roupagem melhor, mais ágil. Era preciso que servidores trabalhassem na emissão de relatórios e tabulação desses dados. Agora tudo é feito com apenas um clique, representando economia para os cofres públicos, segurança e agilidade na tomada de decisão. Cada gestor agora tem a noção exata da questão orçamentária, contratual, logo vamos implementar na gestão de pessoas gestão, gestão de processos... Enfim, com a implantação dessa ferramenta tecnológica, o Tribunal muda de patamar na gestão administrativa, fazendo com que as informações e decisões sejam mais ágeis e eficientes. Um imenso avanço para todos, inclusive para a sociedade. Temos muito a comemorar essa conquista e agradecer ao TRE-GO”.

Toda a implementação foi feita por meio de um convênio junto ao TRE de Goiás, que deslocou para Mato Grosso quatro servidores durante uma semana, os quais se dedicaram a fazer adequações e mudanças no sistema. Na avaliação de José Carlos, assessor de Governança do TRE-GO, “os dados estão on-line, onde o gestor estiver ele acessa em tempo real o que está sendo feito em sua unidade, não necessitando pedir a seus subordinados para emitirem relatórios e levantamentos que duram dias para ser concluídos. Um ganho considerável é a transparência dos dados, tenho certeza que rapidamente o Tribunal irá criar meios para que todos esses dados sejam disponibilizados à sociedade em geral, diretamente no site do TRE-MT.”

Ele acrescentou que, considerando que a tecnologia tem sofrido alterações, a Justiça Eleitoral de Mato Grosso precisou se ajustar: “Nós liberamos uma série de servidores de tarefas repetitivas, com grande nível de responsabilidade, porém sem a necessidade de raciocínio, de esforço intelectual. Então liberamos uma mão de obra altamente capacitada para efetivamente pensar os problemas do TRE-GO, encontrar soluções criativas e arrojadas que realmente valem o esforço humano. São pessoas que olham para os indicadores, gerados agora eletronicamente, e interpretam quais os próximos passos. Um exemplo claro que temos lá é o custo do atendimento por eleitor, por cartório eleitoral, por servidor. Sabemos exatamente onde estão os nossos gargalos em um grande nível de precisão e aprofundamento”.

Para o secretário de Administração e Orçamento do TRE-MT, Rafael Zornitta, a medida certamente veio para auxiliar na economia e rotina de trabalho: “É essencial nesse período de escassez e racionamento dos recursos públicos que o órgão reinvente os seus processos de trabalhos. A utilização do BI vem ao encontro dessa necessidade. Na área da gestão orçamentária e financeira havia essa lacuna de um sistema informatizado de controle e acompanhamento, era uma demanda de longa data. Hoje podemos dizer que temos a gestão orçamentária e financeira do TRE-MT na palma da mão”.

Inicialmente, os painéis de monitoramento e acesso aos dados ficaram disponíveis apenas no ambiente virtual da Justiça Eleitoral (intranet). São dois módulos de acesso, ‘*Gestão Orçamentária*’, e ‘*Gestão de Contratos*’. No primeiro, é possível acompanhar em abas o orçamento consolidado, a execução orçamentária, financeira, além dos restos a pagar. Dentro de cada aba, os dados são novamente organizados em custeio e investimentos, pessoal e de benefícios, pleitos, biometria e outros. Cada segmento ainda pode ser detalhado em mais quatro subníveis. O módulo Gestão de Contratos tem três abas iniciais: ‘*Plano Interno*’, ‘*Contratado*’, e ‘*Vigência Contratual*’. Na primeira e segunda abas é possível analisar os contratos por tipo (se é uma compra, locação, serviço, reforma, aquisição com garantia), por empresa contratada, verificar os pagamentos acumulados, as despesas empenhadas, a liquidar, liquidadas pagas, e ainda a média mensal. Já na vigência contratual, além dos vencimentos, é possível se encontrar as notas de empenho.

Toda a implementação da ferramenta *Powerbi* foi feita com a liderança dos gestores e servidores da Secretaria de Administração e Orçamento do TRE-MT. A reunião de apresentação da ferramenta aos servidores foi realizada em seguida. (DINO, 2023b)

Processo Judicial Eletrônico da Corregedoria – PJeCOR (2020)

O PJeCOR foi um sistema criado especificamente para as Corregedorias Eleitorais de todo o país através do Provimento nº 102/2020, alterado pelo Provimento nº 112/2021, ambos da Corregedoria Nacional de Justiça, pelo Provimento nº 5/2021, da Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral e pelo Provimento nº 3/2021 da Corregedoria Regional Eleitoral de Mato Grosso. Trata-se de um sistema informatizado que objetivou unificar e padronizar a tramitação dos procedimentos administrativos, garantindo maior eficiência, transparência e economia na atuação dos órgãos correccionais.

O acesso ao sistema PJeCOR se dá pelo portal do Conselho Nacional de Justiça, através do *link* PJeCor – Sistema Processo Judicial Eletrônico da Corregedoria. (PROCESSO, 2023).



Simulação do projeto piloto com biometria, com teste de integridade

Escola Judiciária Eleitoral (2012-2022)



Escola Judiciária Eleitoral promoveu seminários e foruns

Capacitação, Cidadania e práticas eleitorais

A Escola Judiciária Eleitoral Desembargador Palmyro Pimenta é uma unidade do TRE-MT vinculada à Presidência, que tem por finalidade atuar em três eixos temáticos: **capacitação**, que compreende a atualização e o aperfeiçoamento de magistrados, membros do Ministério Público Eleitoral, servidores da Justiça Eleitoral, advogados, representantes de partidos políticos, estudantes de Direito e outros interessados em matéria eleitoral; **cidadania**, que consiste no desenvolvimento de ações institucionais de responsabilidade social, a fim de difundir a educação política, para o pleno exercício do voto consciente; **práticas eleitorais**, que consiste no desenvolvimento de ações de estímulo ao estudo, à discussão, à pesquisa e à produção científica em matéria eleitoral.

Eixo Capacitação

PÓS-GRADUAÇÃO: CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO ELEITORAL E ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA ELEITORAL (2012-2016)

Dando continuidade aos cursos de especialização, com vistas ao aprofundamento da capacitação de gestores e magistrados do TRE-MT, em 2012/2013, realizou-se o Curso de Pós-Graduação lato sensu em *Poder Judiciário com ênfase em Administração Judiciária Eleitoral e em Direito Eleitoral*, na modalidade a distância, ministrado pela instituição de ensino W. Educacional de Brasília, com certificação pela A Voz da Mestre, com carga horária de 420 horas-aula, e, em 2015/2016, foi realizado o Curso de Pós-Graduação em *Direito Eleitoral*, ministrado pelo Instituto Brasiliense de Direito Eleitoral

(IDP), também na modalidade a distância, com carga horária de 360 horas-aula, capacitando no total 64 pessoas, entre servidores e magistrados.

CURSOS / CICLOS DE ESTUDOS / SEMINÁRIOS / FÓRUNS (2013-2018)

Visando à atualização de conhecimentos sobre matéria eleitoral, foram realizados vários cursos de extensão promovendo amplo debate com diversos especialistas em Direito Eleitoral acerca do processo jurisdicional eleitoral, do processo penal eleitoral, recursos eleitorais e as novas perspectivas do Direito Eleitoral.

Foram promovidos também ciclos de estudos que tiveram como objetivo de atualizar conhecimentos sobre o processo eleitoral, difundir as instruções estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral para as Eleições à época. Participaram dos eventos magistrados, promotores e servidores da Justiça Eleitoral, advogados, representantes de partidos políticos, acadêmicos de Direito. Atuaram como palestrantes o ministro Henrique Neves e Joelson Dias, os eminentes juristas Marcelo Roseno de Oliveira, Rodrigo López Zilio, Ruy Espíndola, Ana Cláudia Santano, Arthur Rollo, José Jairo Gomes, Carlos Neves Filho, Luiz Fernando Pereira e outros estudiosos do Direito Eleitoral.

A Escola Judiciária Eleitoral ainda promoveu seminários, fóruns, com vistas a trazer à discussão as inovações do processo eleitoral aplicáveis às eleições e outros temas relevantes para o processo eleitoral. Expositores renomados na área eleitoral abordaram temas relevantes e polêmicos de Direito Eleitoral, entre eles crimes eleitorais e processo penal eleitoral, ações eleitorais, propaganda política e o poder de polícia, registro de candidatura, condutas vedadas aos agentes públicos, arrecadação e gastos de recursos e prestação de contas de

campanha eleitoral. Os eventos contaram com a participação dos especialistas em Direito Eleitoral Pedro Roberto Decomain, Luiz Márcio Victor Alves Pereira, Edson Resende, Márlon Jacinto Reis, Marilda Silveira, Eneida Desiree, Frederico Franco Alvim, Roberta Gresta, Fernando Neisser, Flávio Cheim, Polliana Santos, entre eminentes juristas em matéria eleitoral.

FÓRUM DA PROPAGANDA ELEITORAL NAS MÍDIAS SOCIAIS DEIXA DOCUMENTO EM BENEFÍCIO DA COLETIVIDADE

O Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil recebeu em Cuiabá, nos dias 1º e 2 de março de 2018, mais de 150 profissionais de todo o país entre magistrados, promotores eleitorais, representantes da Polícia Federal e da Abin, servidores das áreas de Tecnologia da Informação e de Comunicação dos TRE's, que discutiram o combate às *fake news* nas mídias sociais, com fins eleitorais. Trata-se do Fórum Nacional da Propaganda Eleitoral nas Mídias Sociais, que contando também com a presença de representantes do *Facebook*, *Google* e *Twitter*.

Os 150 participantes discutiram as propostas surgidas nos três workshops realizados ao longo do dia. “Trabalho com este tema há pelo menos seis anos e aqui percebi o quanto cada um se dedicou, o quanto pessoas bem preparadas como magistrados, procuradores eleitorais, profissionais da área de Tecnologia da Informação e assessores de comunicação se debruçaram sobre o tema. Sobrevieram fatos e análises que não se traduzem em um simples documento final. É claro que temos um produto prático desta experiência. Contudo, eu não poderia desprezar o quanto esse caminho que percorremos juntos fez com que nós crescêssemos. Agradeço a vocês por esta experiência. O percurso, muitas vezes, supera o produto



Forum de propaganda eleitoral em mídias sociais

em si”, disse o professor doutor e pesquisador Diogo Rais, da Universidade Mackenzie, um dos coordenadores do evento.

No encerramento do Fórum Nacional, o presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais do Brasil e do TRE-MT, desembargador Márcio Vidal, ressaltou que desde o início ele havia pensado em um evento que permitisse a troca de experiências, mas que também se traduzisse em um produto prático em benefício da sociedade. “Todos nós estamos aqui custeados com recursos públicos que precisam ser devolvidos à sociedade em forma de serviços de qualidade. A produção desse documento é importante, pois iremos publicá-lo para que seja uma ferramenta útil aos juízes da propaganda eleitoral de todo o país, em benefício de todos”.

CURSO DE DIREITO ELEITORAL PARA ACADÊMICOS DE DIREITO (2015-2019)

A Escola Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso promoveu em 2015, 2016, 2018 e 2019 um Curso de Direito Eleitoral para alunos das Faculdades de Direito das Universidades de Cuiabá e Várzea Grande, oportunizando-lhes o conhecimento na área do Direito Eleitoral, principalmente, por não constar tal matéria na grade curricular de algumas faculdades de Direito.

Em 2015, a desembargadora Maria Helena Póvoas, presidente do TRE-MT à época, considerou que os cursos de Direito deixavam de privilegiar o Direito Eleitoral, cujo tema é de interesse de todos os cidadãos brasileiros: “Na condição de ex-acadêmica e ex-professora de Faculdade de Direito, quero dizer que saímos da universidade sem nenhuma informação no que diz respeito ao Direito Eleitoral. Depois de formados vamos, como diz no bom português, tateando no escuro. Hoje nós estamos tendo a honra e satisfação de termos aqui uma autoridade no assunto, que é o professor de Direito, o juiz Márlon Reis. Ele estará dividindo conosco seu conhecimento, nos apresentando com essa magnífica aula com temas relevantes no cotidiano, que vimos aqui nesta Corte Eleitoral”.

Os participantes do curso igualmente se manifestaram ao final do evento, como foi o caso do estudante do 5º ano de Direito da UFMT, Marcelo Dantas Ribeiro: “Destaco o cuidado dos renomados palestrantes em aproximar a matéria ao cotidiano do acadêmico, conscientizando-o da importância de seu estudo. Parabéns a toda a equipe da Escola Judiciária do TRE-MT pela brilhante iniciativa, que está se mostrando um reflexo da própria EJE acessível, organizada, bem estruturada e dirigida por profissionais competentes e dinâmicos”.

Para o Diretor da Faculdade de Direito da UFMT, Saul Duarte Tibaldi, foi uma iniciativa excelente: “É necessário haver essa parceria entre o TRE e as universidades. O Curso de Direito Eleitoral supre uma lacuna que existe nos currículos das faculdades de Direito, pois a matéria eleitoral não consta na grade curricular da UFMT”.

Durante quatro dias, membros e servidores do TRE-MT, bem como por advogados, com grande expertise em Direito Eleitoral ministraram aos acadêmicos os seguintes temas: Organização e competência da Justiça eleitoral; Sistemas Eleitorais; Convenções e registro de candidatura; Ações eleitorais; Ministério Público Eleitoral; Abuso de poder nas campanhas eleitorais; Condutas vedadas a agentes públicos; Propaganda eleitoral; Recursos em matéria eleitoral.

CURSO DE DIREITO ELEITORAL PARA ACADÊMICOS DA UNIC PANTANAL

“A Justiça Eleitoral teve sua função jurisdicional ampliada com a recente decisão do STF que nos atribuiu a competência para julgar crimes comuns quando conexos com os crimes eleitorais. As atribuições foram ampliadas e hoje existe a necessidade de se inteirar sobre o assunto para todos envolvidos no processo, inclusive, futuros advogados que desejam atuar neste ramo específico do Judiciário”, destacou Giraldelelli.

CAPACITAÇÃO DE JUÍZES

Em parceria de sucesso com a Escola Superior de Magistratura de Mato Grosso, a Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, em 2015, capacitou 26 juízes substitutos empossados pelo Tribunal de Justiça (TJMT) no mês de julho de 2016. A capacitação foi ministrada entre 22 e 24 de setembro.

O objetivo do curso foi o de preparar os juízes substitutos em assuntos relacionados à Justiça Eleitoral.

A abertura ficou a cargo da presidente do Tribunal Regional Eleitoral, à época, desembargadora Maria Helena Póvoas, que destacou a relevância da profissão para a sociedade, não deixando de tratar das dificuldades da profissão. A desembargadora destacou: “Não se acanhem em nos procurar, em dizer que estão com dificuldades. A Presidência e todo o TRE estão aqui para isso. Estamos aqui para nos ajudar mutuamente. Liguem a qualquer momento, se precisarem de um auxílio”.



TRE-MT ministra curso de Direito Eleitoral para acadêmicos de Direito na Unic Pantanal

NOVOS JUÍZES PARTICIPAM DE CURSO SOBRE DIREITO ELEITORAL – A organização e competência da Justiça Eleitoral, bem como outros temas ligados à Justiça Eleitoral foram apresentados aos novos juízes substitutos empossados pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), durante o Curso de Formação Inicial. O módulo de Direito Eleitoral teve início no dia 4 de abril de 2022, com carga horária de 24 horas, ministrado pela Escola Judiciária Eleitoral do TRE-MT. Participaram dessa edição 23 novos magistrados. O presidente do TRE-MT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, fez a abertura do curso e destacou aos novos magistrados a importância da atualização constante sobre as normas eleitorais. “Vários artigos de leis e dispositivos mudaram desde que eles fizeram o concurso, então este curso visa justamente prepará-los para se ambientarem com o que encontrarão pela frente, para fazerem a correta aplicação do Direito Eleitoral”. O desembargador também desejou uma carreira vitoriosa aos recém-empossados. “Desejo que tenham sucesso onde irão atuar, porque é isso que vai fazer o sucesso de vocês na Justiça Eleitoral”. A diretora da EJE-MT, juíza Ana Cristina Silva Mendes, ressaltou a parceria com a Esmagis-MT, visando à capacitação dos magistrados recém-empossados nos conteúdos necessários para aprimorar a prática eleitoral. “O Direito Eleitoral é um conteúdo fundamental, especialmente porque estamos em ano de eleição e temos novas diretrizes e jurisprudências que precisam ser esmiuçadas e aperfeiçoadas”.

EVENTOS DE DIREITO ELEITORAL (2019-2022)

Em 2019, a Escola Judiciária promoveu eventos abertos à sociedade, em que foram expostos e debatidos temas relevantes e polêmicos por juristas da área, principalmente no que tange à propaganda eleitoral na internet, *fake news*, crimes conexos na Justiça Eleitoral, abuso de poder, prestação de contas partidárias, execução fiscal de multas eleitorais e cumprimento de sentença. A intenção é permitir que todos possam

ter acesso às informações no tocante às inovações na área do eleitoral. Participaram dos eventos aproximadamente 445 pessoas, entre eles magistrados, promotores e servidores da Justiça Eleitoral, advogados, representantes de partidos políticos, estudantes de Direito etc.

Em 2020, tendo em vista as inovações aplicáveis ao Direito Eleitoral e as normas estabelecidas pelo Tribunal Superior Eleitoral, a Escola Judiciária promoveu eventos em que eminentes juristas da área do eleitoral expuseram e debateram temas importantes para as Eleições 2020. Em razão da pandemia do coronavírus e da necessidade do isolamento social, os eventos tiveram de ocorrer na modalidade a distância, o que permitiu e facilitou a participação de mais pessoas. Magistrados, promotores e servidores da Justiça Eleitoral, advogados, representantes de partidos políticos, estudantes de Direito, e outros interessados na área eleitoral participaram dos eventos. Foram realizados nove eventos com foco nas Eleições



Debate sobre as Eleições 2020

ASPECTOS RELEVANTES DA PROPAGANDA ELEITORAL

ELEIÇÕES 2020



LÍDIO MODESTO DA SILVA FILHO | PALESTRANTE
Juiz de Direito do TJ-MT. Juiz Auxiliar da Presidência do TRE-MT. Mestre em Direito Ambiental (UFMT). Doutorando em Filosofia Social e Política (Unisinos). Autor do livro "Propaganda Eleitoral".



BRUNO D'OLIVEIRA MARQUES | MEDIADOR
Diretor da EJE-MT. Juiz Membro do TRE-MT. Juiz Titular da Vara Especializada em Ação Civil Pública e Ação Popular de Cuiabá-MT.



ANTÔNIO VELOSO PELEJA JÚNIOR | PALESTRANTE
Juiz de Direito. Ex-Juiz-Membro do TRE/MT. Autor das obras "Direito Eleitoral Aspectos Processuais, Ações e Recursos" e "Coleção Inovações no Direito Eleitoral".

10 DE SETEMBRO | 19H ÀS 20H
(HORÁRIO DE MT)

[WWW.YOUTUBE.COM/TREMTZ/LIVE](https://www.youtube.com/tremtz/live)

Democracia Digital

Eleições 2020

TALK SHOW ONLINE | EDIÇÃO MATO GROSSO

Como o combate à epidemia da desinformação sobre o novo coronavírus pode nos ajudar na preparação para as próximas eleições municipais?

Dia 19/06, às 10h30 (horário de Brasília)
Evento gratuito e online

Faça sua Inscrição no Sympa e receba o link para participar.

APOIO





REALIZAÇÃO




CURSO DE DIREITO ELEITORAL DIGITAL - DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS

ALEXANDRE BASÍLIO

Analista Judiciário do TRE-RS. Coordenador do Grupo Temático de Propaganda Eleitoral do TSE para as eleições de 2022. Pós-Graduado em Direito Digital e Compliance/ em Direito e Processo Eleitoral. Membro da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político - ABRADEP. Professor de Curso de Pós-Graduação de Direito Eleitoral e Direito Digital.



24, 26 e 28 de maio
8h00 às 12h
(Horário de MT)

Inscrição:
<https://forms.gle/aLqjCYgWMAKjAMgy6>
Carga horária: 12 horas-aula.
Público-alvo: magistrados, promotores e servidores do TRE-MT.




LGPD E ELEIÇÕES

BRUNO ANDRADE

Secretário de Modernização, Gestão Estratégica e Socioambiental do TSE. Coordenador do Grupo de Trabalho sobre implantação de dados no âmbito do TSE. Mestre em Direito Constitucional. Especialista em Direito Eleitoral.



22 e 24 de setembro
8h30 às 11h30
(Horário de MT)

Inscrição:
<https://forms.gle/DWie6hia8vKj32g92A>
Carga horária: 6 horas.
Público-alvo: magistrados, promotores e servidores do TRE-MT.




RESOLUÇÃO-TSE Nº 23.659/21: ALTERAÇÕES E APLICAÇÕES NA PRÁTICA ELEITORAL

VOLGANE OLIVEIRA CARVALHO

Analista Judiciário do TRE-MA. Mestre em Direito (PUC/RS). Especialista em Direito Processual (UNAMA). Autor dos livros: "Manual das Inelegibilidades: com comentários à Lei das Inelegibilidades e jurisprudência atualizada do TSE e STF" e "Direitos Políticos no Brasil: o eleitor no Século XXI". Membro do Grupo de Trabalho 1 (Direitos Políticos) para Sistematização das Normas Eleitorais pelo TSE. Professor de cursos de graduação e pós-graduação em Direito. Coordenador do Conselho Fiscal da ABRADEP.



21, 23 e 25 de março
8h30 às 11h30
(Horário de MT)

Inscrição: <https://forms.gle/B8aip7Txj4583bGW8>
Carga horária: 09 horas.
Público-alvo: magistrados, promotores e servidores do TRE-MT.




CURSO - LGPD E ELEIÇÕES DE 2022

09 e 11 de maio
8h30 às 11h30
(Horário de MT)

Inscrição:
<https://forms.gle/aLRDbjioLghhU3Xy2>
Carga horária:
6 horas
Público-alvo:
Magistrados, promotores e servidores do TRE-MT.



LARISSA ALMEIDA NASCIMENTO

Juiz-Auxiliar da Vice-Presidência do TSE. Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande Norte. Pós-graduada em Direito Público pela Faculdade Maurício de Nassau. Pós-graduada em Direito Digital e Proteção de Dados pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP).




CURSO ATUALIZAÇÃO EM JURISPRUDÊNCIA ELEITORAL COM FOCO NAS ELEIÇÕES DE 2022

19 e 20 de abril
8h30 às 11h30
(Horário de MT)



VÍTOR DE ANDRADE MONTEIRO

Analista Judiciário do TRE-AL cedido para o TSE. Doutorando em Direito Constitucional pela Universidade Complutense de Madrid. Mestre em Direito Público UFPA. Especialista em Direito Processual pela Escola Superior da Magistratura de Alagoas. Membro da ABRADEP, da Conferência Americana de Organismos Eleitorais Subnacionais por la Transparencia Electoral (CAOESTE) e do Observatório Complutense de Desinformação Eleitoral.

Inscrição:
<https://forms.gle/zL9mYczRzU4oF7ba>
Carga horária: 06 horas.
Público-alvo: magistrados, promotores e servidores do TRE-MT.



PROPAGANDA ELEITORAL PARA AS ELEIÇÕES 2022

CAIO SILVA GUIMARÃES

Técnico Judiciário do TRE/CE. Pós-graduado em Direito Constitucional, em Direito Público, em Direito Eleitoral. Membro da Sistematização de Normas Eleitorais do TSE. Participante da Comissão de alteração do Novo Código Eleitoral e do Manual de Propaganda Eleitoral e Poder de Polícia do TRE/CE. Membro da ABRADEP. Autor do livro "Origens Históricas da Crise do Federalismo Brasileiro".



23, 25 e 27 de maio
8h30 às 11h30
(Horário de MT)

Inscrição:
<https://forms.gle/Sv9FgK9aDlEkuXw7>
Carga horária: 9 horas
Público-alvo: Magistrados, promotores e servidores do TRE-MT.



ATUALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL ELEITORAL
CURSO TELEPRESENCIAL

JANIERE PORTELA

Mestranda em Segurança Pública, Justiça e Cidadania-UFBA. Especialista em Direito Constitucional, em Direito Eleitoral, em Direito Penal e Processual Penal. Coautora de obras de Direito Eleitoral. Professora de pós-graduação de cursos de Direito Eleitoral, Direito Penal e Processual Penal. Chefe de Cartório do TRE-BA. Membro da Abradep.



PATRICIA GRECO

Doutoranda e Mestre em Direito Nacional. UEL. Pós-graduada em Direito Agrônomo, em Gestão Pública e em Direito Aplicado. Analista Judiciária do TRE-PR. Escritora de temas de Direito Constitucional, Direito Eleitoral, Ciência Política e Filosofia Política. Professora de pós-graduação de Direito Eleitoral no UNIPAR. Membro da Abradep.



25, 27 e 29 de julho
8h30 às 11h30
(Horário de MT)

Inscrição:
<https://forms.gle/g8K7KnhgrY8aNE4G6>
Carga horária: 9 horas
Público-alvo: Magistrados, promotores e servidores do TRE-MT.



REUNIÃO - JUÍZES ELEITORAIS
ORIENTAÇÕES GERAIS: VÉSPERA E DIA DA ELEIÇÃO

Abertura
14h00 às 14h20
ABERTURA:
Dra. Ana Cristina Silva Mendes - Diretora da EJE

PRONUNCIAMENTOS:
Desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha - Presidente do TRE-MT
Desembargadora Nilza Maria Póssas de Carvalho - Corregedora do TRE-MT

Propaganda Eleitoral
14h20 às 15h20
EXPOSITORES: JUÍZES AUXILIARES DA PROPAGANDA
Dra. Ana Cristina Silva Mendes
Dr. Sebastião de Arruda Almeida
Dr. Fábio Henrique Rodrigues de Moraes Fiorenza

Preparativos das eleições: Dia das eleições e procedimentos referentes às lutas
15h20 às 16h20
EXPOSITOR
Carlos Henrique Cândido - Secretário de Tecnologia da Informação

Intervalo - 16h20 às 16h30

Segurança nas eleições: Crimes eleitorais e principais ilícitos
16h30 às 17h30
EXPOSITOR
Dr. Bruno D'Oliveira Marques

Auditoria da Votação Eletrônica
17h30 às 18h00
EXPOSITOR
Dr. Jurandir Florêncio de Castilho Júnior

14 de setembro
AMBIENTE VIRTUAL
[CLIQUE AQUI E SE INSCREVA](#)



ARRECADAÇÃO, GASTOS E PRESTAÇÃO DE CONTAS - ELEIÇÕES 2022

18 e 20 de julho
8h30 às 11h30
(Horário de MT)



RITA DE CÁSSIA RIBEIRO GONÇALVES

Analista Judiciária do TRE-SP. Chefe de Cartório Eleitoral do TRE-SP. Pós-Graduada em Direito Eleitoral. Especialista em Prestação de Contas Eleitorais e Partidárias. Formada em Educação pela USP. Professora de Pós-Graduação do IDP- Brasília.

Inscrição:
<https://forms.gle/SV9wJnXsoKumbFm1P>
Carga horária: 6 horas
Público-alvo: Magistrados, promotores e servidores do TRE-MT.



CURSO - ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CAMPANHA ELEITORAL ELEIÇÕES 2022, À LUZ DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.665/2021
TELEPRESENCIAL

DENISE GOULART SCHLICKMAN

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Direito (UFSC). Mestre em Direito (UFSC). Pós-graduada em Auditoria Governamental (FEPESE/UFSC) e em Direito Eleitoral (UNIVALI). Membro do Núcleo de Inteligência da Justiça Eleitoral. Servidora do TRE-SC. Coordenadora dos estudos de sistematização de normas eleitorais, Eixo Temático Financiamento de Campanha. Instrutora nas áreas de auditoria governamental e controle interno, no âmbito da Justiça Eleitoral e do STF. Autora da obra Financiamento de Campanhas Eleitorais, Ed. Forum. Coautora da obra Tratado de Direito Eleitoral, Ed. Forum. Coautora da obra Tópicos Avançados de Direito Processual Eleitoral, Ed. Annes. Coautora de Discursos das Eleições, Ed. Jusos. Organizadora e coautora da obra Questões Eleitorais Contemporâneas: uma análise por servidores da Justiça Eleitoral, Ed. Plácida.



6, 7, 10 e 11 de outubro
8h00 às 12h00

Inscrição:
<https://apps3.tre-mt.us.br/autofoms/public/forms/1064>
Carga horária: 16 horas
Público-alvo: Magistrados, promotores e servidores do TRE-MT.



VÉSPERA E DIA DA ELEIÇÃO: REAGINDO A POSSÍVEIS ILÍCITOS ELEITORAIS
CURSO TELEPRESENCIAL

YOLGANE CARVALHO

Analista Judiciária do TRE-MA. Mestre em Direito (PUC/RS). Especialista em Direito Processual (UNAMA). Autor dos livros: "Manual das Inelegibilidades: comentários à Lei das Inelegibilidades e jurisprudência atualizada do TSE e STF" e "Direitos Públicos no Brasil o eleitor no Século XXI". Membro do Grupo de Trabalho 1 (Direitos Políticos) para Sistematização das Normas Eleitorais pelo TSE.



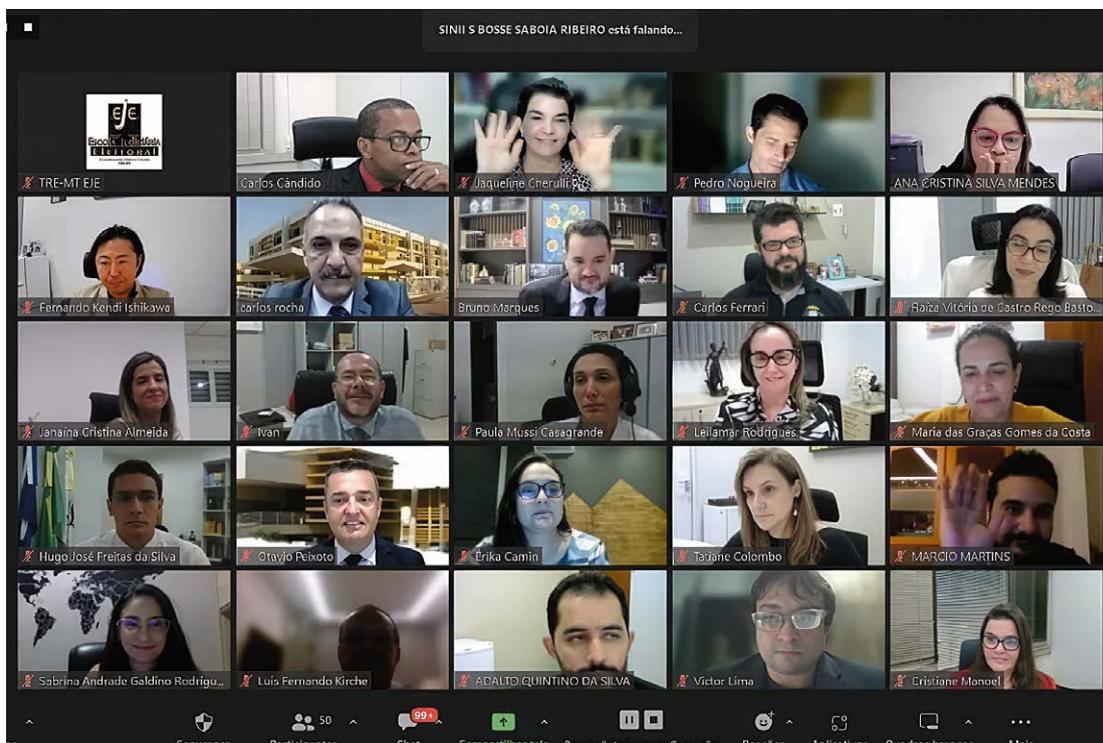
Conteúdo programático:

- Ilícitos eleitorais de natureza não-penal: propaganda eleitoral irregular, propaganda eleitoral permitida
- Ilícitos eleitorais de natureza penal: crimes eleitorais
- Procedimentos de natureza criminal: prisão em flagrante, busca e apreensão e busca pessoal, cadeia de custódia de provas.

21 de setembro
8h00 às 12h00

Inscrição:
<https://apps.tre-mt.us.br/autofoms/public/forms/1026>
Carga horária: 4 horas
Público-alvo: Integrantes das Forças de Segurança.





de 2020: Democracia digital; Propaganda e pesquisas nas eleições; Registro de candidaturas; Financiamento de campanhas e prestação de contas eleitorais; Ações Cassatórias; Abuso de poder e condutas vedadas a agentes públicos nas competições eleitorais; Propaganda Eleitoral – Eleições 2020; Análise de prestação de contas de Campanha Eleitoral.

Em 2021, com vistas à melhoria dos serviços prestados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso à sociedade na gestão e na transparência do processo eleitoral, por meio da Escola Judiciária Eleitoral, foram promovidos eventos visando contribuir para a formação e/ou atualização de profissionais na área do Direito Eleitoral; houve capacitação com a finalidade de orientar aos participantes para mais bem entender as inúmeras questões em torno do processo eleitoral. Para isso, estudiosos e eminentes juristas da área eleitoral expuseram e debateram assuntos importantes tais como: análise dos principais enunciados da súmula da jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral; Direito digital no contexto eleitoral; crimes conexos aos delitos eleitorais; execução fiscal das multas eleitorais e o cumprimento de sentença relativo às penalidades aplicadas aos partidos políticos em processo de prestação de contas; e os impactos da Lei Geral de Proteção de Dados no âmbito da Justiça Eleitoral. Devido à pandemia do Coronavírus, os eventos foram realizados na modalidade a distância. Foram capacitadas 577 pessoas, entre magistrados, promotores e servidores da Justiça Eleitoral, advogados, representantes de partidos políticos, estudantes de Direito, e outros interessados na área eleitoral.

Foram realizados dez eventos com foco nas Eleições 2022 – Resolução TSE nº 23.659/21: alterações e aplicações na prática eleitoral; atualização em jurisprudência eleitoral com foco nas eleições de 2022; propaganda eleitoral para as eleições

2022; arrecadação, gastos e prestação de contas – eleições 2022; atualização em direito penal e processo penal eleitoral; véspera e dia da eleição: reagindo a possíveis ilícitos eleitorais; orientações gerais: véspera e dia da eleição; análise de relatório de inteligência financeira (RIF). Os eventos oportunizaram a interação da Justiça Eleitoral com a sociedade e com todos aqueles que atuaram diretamente ou indiretamente nas eleições de 2020, criando um espaço para compartilhar informações, identificar e checar desinformação, dialogar, refletir, alinhar as ideias, a fim de que as eleições pudessem ocorrer com segurança e transparência. Foram capacitadas aproximadamente 2.153 pessoas, entre magistrados, promotores e servidores da Justiça Eleitoral, advogados e outras pessoas ligadas às atividades do processo eleitoral de 2022.

No curso “*Véspera e Dia da Eleição: reagindo a possíveis ilícitos Eleitorais*” participaram mais de 800 integrantes das forças de segurança que atuaram nas eleições de 2022, aos quais foram apresentadas as principais situações em que poderiam atuar, esclarecendo dúvidas com relação aos ilícitos eleitorais.

ORIENTAÇÕES PARA VÉSPERA E DIA DA ELEIÇÃO SÃO REPASSADAS A JUÍZES ELEITORAIS E AUXILIARES

Os juízes eleitorais e juízes auxiliares participaram de reuniões para repasses de orientações gerais sobre a véspera e o dia da Eleição 2022 no dia 14 de setembro. O evento, realizado em formato virtual pela Escola Judiciária Eleitoral (EJE) do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), contou com 140 participantes. Na abertura, o presidente do TRE-MT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, ressaltou a importância dos juízes eleitorais e auxiliares no plei-

to. “Muito se fala em embates, mas tenho certeza que será uma eleição tranquila, por isso é importante alinharmos as orientações. Tenho enfatizado que o bom senso deve prevalecer na resolução de cada situação que possa ocorrer no dia. E na véspera é importante que sejam realizadas reuniões com os representantes de partidos políticos, a fim de evitar possíveis ilícitos, e com os comandantes das forças de segurança locais”. A diretora da EJE-MT e juíza-membro substituta do TRE-MT, Ana Cristina Silva Mendes, endossou a importância dos encontros para garantir o sucesso das eleições. “Agradeço a participação de todos os juízes eleitorais e auxiliares. A eleição é nossa, todos nós temos esta missão de fazer um pleito seguro, rápido e tranquilo”.

INTELIGÊNCIA FINANCEIRA, CRIMES DE CORRUPÇÃO E LAVAGEM DE DINHEIRO SÃO ABORDADOS EM CURSO

Um webinar foi realizado no dia 18 de outubro pela Escola Judiciária Eleitoral, em parceria com a Escola Superior da Magistratura. Durante a abertura, o presidente do TRE-MT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, agradeceu a participação de todos, bem como a parceria com a Esmagis, e ressaltou a importância do tema abordado. “A inteligência

tem sido essencial na busca por desvendar alguns crimes que às vezes não conseguimos identificar à primeira vista. Ter representantes da Polícia Federal e do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) conosco falando sobre o assunto é fundamental”.

A segurança do processo eletrônico de votação no Brasil foi o tema de um bate-papo promovido pelo curso de Direito da Faculdade Estácio Fapan, de Cáceres, em parceria com a Escola Judiciária Eleitoral (EJE) do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) e a 3ª Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MT) de Cáceres, na noite do dia 15 de setembro. O evento foi transmitido pelo YouTube e contou com a participação da professora do curso de Direito da Estácio Fapan, Juliana Sales Pavini, o diretor do TRE-MT, Mauro Sérgio Rodrigues Diogo, o secretário de Tecnologia da Informação do TRE-MT, Carlos Henrique Cândido, e a presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB-MT de Cáceres, Raquel Mendes.

MINISTRA DO TSE REFORÇA QUE É PRECISO ROMPER PADRÕES PARA COMBATER VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO

A afirmação foi feita durante palestra ministrada por Maria Cláudia Bucchianeri, no dia 6 de setembro, durante o Seminário *Violência política contra a mulher*, realizado no Plenário do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT). Na abertura do evento, o presidente do TRE-MT, desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha, ressaltou a importância de debater o assunto. “Essa questão merece uma atenção especial de todo o Poder Judiciário. No âmbito eleitoral, temos alertado os partidos políticos quanto ao cumprimento das regras da cota de gênero e o combate às candidaturas laranja”. A diretora da Escola Judiciária Eleitoral (EJE) do TRE-MT e juíza-membro substituta, Ana Cristina da Silva Mendes, ministrou palestra sobre a atuação da Justiça Eleitoral no combate à violência política contra a mulher no Brasil. “Nós temos modificações no Código Penal de 2021, com o artigo que penaliza a violência de gênero e a ideia de tornar a mulher subserviente. Temos a participação da Justiça Eleitoral nesse combate, e no âmbito do TRE-MT temos avançado, seja com decisões judiciais com relação ao cumprimento das cotas de gênero, aplicação dos recursos de campanha, entre outras iniciativas que combatem essa prática criminosa”, frisou ela, que é a primeira mulher a ocupar a diretoria da EJE-MT.

O procurador regional eleitoral, Erich Masson, também ministrou palestra. Ele debateu aspectos do combate à violência política de gênero do ponto de vista da legislação. Sobre isso, destacou que, de acordo com a Lei nº 14.192/2021, a prática criminosa não se caracteriza apenas por uma ação, mas também pela omissão, cuja finalidade seja impedir os direitos da mulher.

Webinário
Análise de Relatório de Inteligência Financeira (RIF)
18 de outubro
8h às 12h (horário MT)

PROGRAMAÇÃO

- 8h00 Abertura
- 8h10 Tema: Inteligência Financeira
Palestrante: Francisco César Oliveira Silva
Coordenador-Geral no Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF
- 10h00 Intervalo
- 10h10 Tema: Aspectos práticos das investigações de crimes de corrupção e lavagem de dinheiro.
Palestrante: Wilson Rodrigues de Souza Filho
Delegado de Polícia Federal, Professor da Disciplina Investigação Policial da Academia Nacional de Polícia
- 12h00 Encerramento

PÚBLICO-ALVO:
Juízes Eleitorais e Servidores do TRE-MT,
Juizes de Direito e Assessores do TJMT e Membros do Ministério Público.

Dra. Ana Cristina Silva Mendes
Coordenadora do Evento
TRE/MT

Inscrições
clique aqui

Realização:
Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, Escola Judiciária Eleitoral, Esmagis, Poder Judiciário Estado de Mato Grosso

Informações: eje@tre-mt.jus.br | 65 3362-8123/8156

Eixo Cidadania

PROGRAMA VOTO CONSCIENTE – PREPARANDO O FUTURO CIDADÃO

O objetivo precípua do eixo cidadania é contribuir para o fortalecimento da democracia mediante ações socioeducativas, sobretudo para aqueles que estão se iniciando na vida política. Para isso, a Escola Judiciária Eleitoral do TRE-MT implementou, em 2011, o Programa Voto Consciente, desenvolvendo várias atividades em parceria com escolas estaduais e particulares tais como palestras de sensibilização, eleições parametrizadas, alistamento jovem, visitas guiadas ao TRE-MT, vivência das etapas do processo eleitoral, visando ao engajamento dos jovens na política, buscando despertar a consciência cidadã dos atuais e futuros eleitores e estimular a participação política consciente e democrática no processo político.

ELEIÇÕES NAS ESCOLAS

Esse projeto foi desenvolvido em parceria com a Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso, envolvendo, aproximadamente, desde 2011, 30 mil alunos. O diferencial das eleições é que os candidatos não são pessoas e sim partidos com nomes de políticas públicas com vistas a promover entre os alunos a discussão sobre a importância delas para o



país, para a comunidade escolar e reforçar nos jovens a educação política. Os alunos integrantes dos partidos, durante a campanha, executaram no ambiente escolar as propostas apresentadas aos alunos eleitores – Prometer e Cumprir –, o que permitiu que a escolha fosse feita não só com base nas propostas, mas também nos resultados positivos para a escola. Foram treinados alunos para desempenharem a função de mesário, ocorreram as eleições e a diplomação dos partidos vencedores. Como resultado desse projeto, percebeu-se o interesse e o envolvimento dos jovens na política.

VISITAS GUIADAS AO TRE-MT: PALESTRAS DE SENSIBILIZAÇÃO

Magistrados e servidores do TRE-MT realizaram várias palestras em escolas públicas e particulares buscando sensibilizar os jovens acerca da importância da participação deles no processo político, da importância do voto e as consequências da escolha, explicar os efeitos do voto branco e nulo, conhecer a história do voto no Brasil, dentre outros temas.

Alunos cumprem as promessas de campanha, arborizando a escola, trazendo mais cores e alegria para o ambiente escolar, sensibilizando cada estudante a pensar nas suas atitudes como cidadão



Visita guiada ao Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso

JOVENS TIRAM O PRIMEIRO TÍTULO ELEITORAL

Estudantes de 16 a 18 anos aprenderam sobre a importância de tirar o título de eleitor e participar das eleições votando de forma consciente para exercer seu papel de cidadão e contribuir para decidir o futuro do país.

Alunos vivenciaram as etapas do processo das Eleições de 2014, 2016 e 2018, o que lhes permitiu ter uma visão geral e prática do processo eleitoral, em aspectos como Registro de Candidaturas, Sorteio do Horário Eleitoral, Cerimônia de Verificação de Fotos, Cerimônia de Carga e Lacre das Urnas. E, no dia da eleição, visitaram locais de votação, conheceram os procedimentos da votação paralela e participaram, no Centro de Eventos, da apuração e totalização dos votos.

PROGRAMA VOTO CONSCIENTE: VENCEDOR NO CONCURSO NACIONAL DE BOAS PRÁTICAS

No VII Encontro Nacional das Escolas Judiciárias Eleitorais, realizado em Brasília na sede do Tribunal Superior Eleitoral, a Escola Judiciária Eleitoral de Mato Grosso recebeu o certificado de vencedor do *Programa Voto Consciente* no concurso Nacional de Boas Práticas das Escolas Judiciárias Eleitorais (EJEs) – categoria Fortalecimento da Cidadania Democrática. O concurso Boas Práticas foi uma iniciativa da EJE/TSE em comemoração aos seus 15 anos. Além do *Programa Voto Consciente*, foram vencedores da competição a EJE do Ceará e a EJE de Santa Catarina na Categoria Inovação e a EJE de Minas Gerais que ganhou o prêmio nas categorias: “Aprimoramento das Práticas Eleitorais” e “Capacitação”.



Magistrados e servidores do TRE-MT realizaram palestras em escolas públicas e particulares



VII ENEJE Encontro Nacional das Escolas Judiciárias Eleitorais

Certificado

Certifico que a **Escola Judiciária Eleitoral do TRE/MT** venceu o Concurso de Boas Práticas das Escolas Judiciárias Eleitorais, realizado em 2017, na categoria **Fortalecimento da Cidadania Democrática**, com o trabalho **Programa Voto Consciente**.



Dr. Fábio Lima Quintas
Diretor da EJE/TSE



“O Encontro marcou a integração entre a EJE/TSE e as EJE de todo o país. É uma grande oportunidade para as escolas dialogarem e trocarem experiências para fortalecer suas ações. É sem dúvida um momento muito produtivo”, ressaltou o juiz membro do TRE, Ricardo Gomes de Almeida, que iria assumir a EJE/MT.

Para o diretor da EJE/MT, Paulo César Alves Sodré, o ponto alto do encontro foi a premiação das escolas, que receberam um certificado. “Para nossa felicidade, coroando um trabalho que se iniciou em 2011, fomos premiados na Categoria Cidadania, em que 16 escolas concorreram. É de suma importância essa premiação porque ela consolida todo um processo de trabalho efetuado por várias pessoas e mostra que estamos no caminho certo. Trabalhar na educação dos jovens eleitores e dos futuros políticos é de fundamental importância para lançarmos luzes numa nova sociedade baseada na Ética e na Educação” (OLIVEIRA, 2023)

INCLUSÃO: TRE-MT CONTEMPLA ELEITORES COM NECESSIDADES ESPECIAIS

Nesse eixo da cidadania, o foco é o cidadão, por isso, é preciso que a Justiça Eleitoral entenda as reais necessidades daqueles que precisam ser incluídos no processo eleitoral, nos

recursos de acessibilidade presentes na urna eletrônica. Ciente disso, a Escola Judiciária Eleitoral (EJE), em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI), recebeu a visita de integrantes da Federação Desportiva de Surdos (FDS-MT), no dia 17 de setembro de 2022 no Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT). Conheceram o Memorial da Justiça Eleitoral, o depósito de urnas, tiraram dúvidas e participaram de uma votação simulada na urna eletrônica. Além disso, os surdos se expressaram sobre algumas dificuldades encontradas no acesso a serviços, como a utilização do avatar (uma espécie de boneco em 3D), por exemplo que, segundo eles, não é o mais adequado.

O secretário de Tecnologia da Informação do TRE-MT, Carlos Henrique Cândido, contextualizou o avanço do processo de votação ao longo dos anos e esclareceu as principais dúvidas dos visitantes: “O estreitamento com os surdos é fundamental para aprimorarmos os recursos de acessibilidade e entendermos como podemos incentivar, cada vez mais, a participação desse público nas eleições”.

A coordenadora da EJE-MT, Janis Eyer Nakahati, ressaltou que a escola tem buscado a inclusão de pessoas com deficiência em diversas atividades, principalmente nas visitas guiadas: “Passamos por um período de pandemia, que nos limitou aos encontros virtuais, e com a retomada das atividades presenciais pudemos retomar a visita guiada, que é uma ótima oportunidade de aproximar a Justiça Eleitoral dos cidadãos, especialmente aqueles que necessitam de ações em prol da inclusão social”.

A ordem de votação foi um dos pontos destacados pelo presidente da FDS-MT, Ademilson Dias de Oliveira, como aprendizado importante obtido na visita: “Foi uma boa ideia trazer a comunidade surda, porque precisamos ter acesso às informações das eleições, como local de votação e ordem dos candidatos. E, nós, surdos, também ficamos com receio de preconceito e acabamos nos afastando, por isso vejo a importância dessa visita e termos intérpretes para nos auxiliar a tirar dúvidas”. (ASSIS, 2023).



Jovens tiram o primeiro título eleitoral



Visita guiada para deficientes auditivos



Treinamento para o uso de urna eletrônica em abrigo de idosos

TRE-MT REALIZA PALESTRA E TREINAMENTO SOBRE URNAS ELETRÔNICAS PARA COMUNIDADE CEGA

Os eleitores cegos que estudam no Instituto dos Cegos do Estado de Mato Grosso participaram, no dia 19 de setembro, de um treinamento teórico e prático sobre urnas eletrônicas. O evento foi promovido pela Escola Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, em parceria com a Secretaria de Tecnologia da Informação. Os 35 eleitores participantes da capacitação consideraram a iniciativa importante e enriquecedora.

TREINAMENTO DE URNA NO ABRIGO DE IDOSOS – O Cartório da 51ª Zona Eleitoral de Cuiabá, em parceria com a Escola Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral de Mato

Grosso, realizou, no dia 29 de setembro de 2022, treinamento prático com os eleitores idosos que vivem no local, feito por meio de uma eleição simulada com candidatos fictícios para que os eleitores do abrigo pudessem ter contato com o novo modelo da urna.

DIÁLOGOS DA CIDADANIA

Magistrados e servidores da Justiça Eleitoral de Mato Grosso se reuniram com alunos de faculdade e outras pessoas da sociedade para dialogarem com eles acerca da importância da participação política do cidadão no controle do cenário político brasileiro e das ferramentas disponíveis para fiscalizar os gestores. Em 2019, foram 380 pessoas a participarem desses diálogos, dos municípios de Chapada dos Guimarães, Nova Mutum e Barra do Bugres.



Diálogos da Cidadania em Barra do Bugres

Eixo Práticas Eleitorais

REVISTA DEMOCRÁTICA

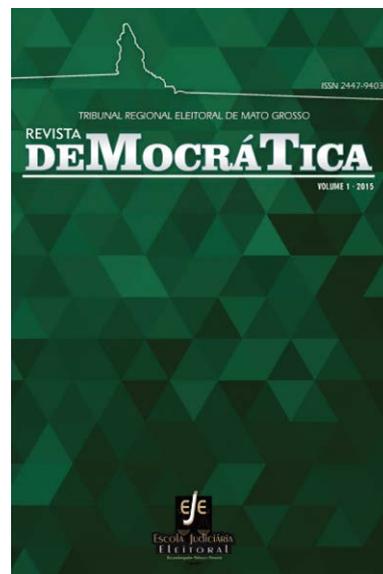
O aprimoramento das práticas eleitorais, dos debates do processo-político-eleitoral, fomentando o estudo, a discussão, a pesquisa e a produção científica em matéria eleitoral é uma das atribuições da Escola Judiciária Eleitoral.

Para isso, por meio da Resolução TRE/MT nº 1.553, de 9 de dezembro de 2014, foi instituída a Revista DeMocrática, organizada e publicada pela Escola Judiciária Eleitoral (EJE). O nome da revista nasceu como fruto de uma construção coletiva do Conselho Editorial, que prestigia os valores democráticos presentes na Constituição da República Federativa do Brasil; os destaques das letras “M” e “T”, nessa ordem, evocam o Estado de Mato Grosso e, por consequência, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, referendado pelo Tribunal Pleno, por meio da Resolução 1.644, de 4 de agosto de 2015. O lançamento do primeiro número da revista ocorreu no mês de setembro de 2015 e todos os estudiosos do Direito foram convidados para apresentar artigos de conteúdo científico para avaliação, objetivando maior aproximação com a área específica do Direito Eleitoral.

Na opinião do diretor da EJE e juiz membro do TRE-MT, Agamenon Alcântara Moreno Júnior, a *Revista DeMocrática* foi criada para ocupar a lacuna existente na publicação de artigos doutrinários ou científicos que versem sobre matéria eleitoral, constitucional ou mesmo administrativa. Identificamos que existe uma carência no fomento de textos doutrinários na questão eleitoral, e acreditamos ser fundamental oferecer esta nova ferramenta para o desenvolvimento de mais conhecimento sobre o tema”.

Entre os artigos selecionados para a edição de lançamento da *Revista DeMocrática* está o texto ‘*Injúria Eleitoral*’, do jurista José Jairo Gomes. Tema relativamente frequente no ‘calor’ das campanhas eleitorais, o autor traz à tona, de forma clara, as ações que caracterizam a injúria eleitoral, seus autores e vítimas. Da mesma forma, explicita as sanções e penas aplicáveis, tanto aos candidatos que pratiquem a injúria como também aos partidos políticos.

A Revista DeMocrática tem sido objeto de estudos e de consultas por parte de diversas categorias da sociedade (advogados, acadêmicos de Direito, magistrados, entre outros), que fazem uso dos escritos, para além de adquirir conhecimento, embasar a realização de palestras e proferir decisões/sentenças judiciais. (TRIBUNAL, 2023).



Biblioteca, Memória e Gestão Documental



Ricardo Carnacedo | Enrelinhas (2023)

Biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (2023)

Biblioteca do TRE-MT

A Biblioteca do TRE-MT, iniciada no ano de 1961 e sob o comando da primeira servidora do setor, Relinda da Costa e Silva, foi o ponto de partida para o incremento de um espaço pedagógico muito importante para a capacitação permanente de servidores e integrantes do TRE-MT (TRE-MT, 1961).

Ao longo dos seus 61 anos de existência, acolheu e orientou a todos que a procuraram, sendo que seu acervo se ampliou a cada ano e as avaliações dos usuários e funcionários sempre são muito positivas, a exemplo do depoimento do administrador Genildo Francisco da Silva: “A biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso é uma das melhores que já frequentei. É completa em termos de organização, qualidade do acervo e de facilidades, como o acesso à internet”.

Localizada no edifício da Casa da Democracia, suas instalações atendem perfeitamente às exigências dos usuários, como avaliou Michel Maran Filgueira, analista da Procuradoria Geral do Estado de Mato Grosso, que frequenta a Biblio-

teca há dois anos, “O espaço é bom, o ambiente é iluminado e climatizado. Mas o diferencial está no atendimento. Os servidores são amigáveis, prestativos e sempre dispostos a ajudar”. (OLIVEIRA, 2023).

A Biblioteca do TRE-MT está interligada à Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral (Reje), criada com o objetivo de tornar acessíveis todas as bibliotecas eleitorais em uma única base de dados, oportunizando ao consulente obter as informações referentes aos acervos de todas as bibliotecas constantes do sistema. A Reje é composta pela Biblioteca do TSE, que a gerencia, e pelas bibliotecas de todos os tribunais regionais eleitorais, somando ao todo 28 bibliotecas.

Dentre os objetivos da Reje estão a padronização de procedimentos e o aperfeiçoamento dos registros bibliográficos já existentes. Espera-se que a mesma se torne referência nacional enquanto rede de bibliotecas, bem como em bibliografia de Direito Eleitoral.

A missão da Reje é estimular a cooperação e a integração das unidades participantes a fim de promover o desenvolvimento e a capacidade de fornecer serviços e produtos informacionais aos usuários e à Justiça Eleitoral. (REJE, 2023).



Biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (2023)

Sobre o acervo

Com um acervo de mais de oito mil livros, que adquiriu entre os anos de 2012 e 2022, a Biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso está aberta ao público de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 13h30. Além dos livros, a Biblioteca conta com periódicos, DVDs, CDs, fotografias e documentos históricos sobre a Justiça Eleitoral e resultado das eleições no Estado de Mato Grosso.

A chefe da Seção de Biblioteca e Editoração do Tribunal, Lener Aparecida Galinari, explica que o espaço é de acesso ao público, mas atende principalmente magistrados, servidores efetivos, terceirizados e requisitados, estagiários e estudantes: “A Biblioteca é especializada em Direito Eleitoral e Constitucional, mas dispõe também obras em outras áreas do Direito, tais como Direito Civil, Penal e Administrativo, Contabilidade, Administração e Informática. O acervo amplo e o espaço climatizado são atrativos ao público em geral”.

Lener ressalta ainda que todos os cidadãos podem ter acesso aos livros no intuito de consulta, pesquisa e leitura, porém, empréstimos são permitidos somente para os servidores do Tribunal. “É um espaço, sobretudo, direcionado aos servidores, magistrados e promotores que atuam na Justiça Eleitoral”. (BIBLIOTECA, 2023)

Ao disponibilizar um acervo amplo e atualizado, o Tribunal busca ofertar a todos aqueles que atuam na área do Direito Eleitoral, informações que possam subsidiar o seu trabalho.

Ampliação do acervo e de acesso a informações

Segundo os relatórios de catalogação, a Biblioteca investiu, por processo de compra, em 3.197 exemplares de livros entre os anos de 2012 e 2022, demonstrando sua importância e valor recebido pela administração do Tribunal na disseminação do conhecimento jurídico ao seu público interno e externo.

Durante a pandemia pelo vírus da Covid-19, a Biblioteca iniciou um trabalho de catalogação no Sistema Aleph das publicações institucionais, bem como da documentação histórica dos resultados das eleições no Estado de Mato Grosso, anteriores à informatização do pleito eleitoral pelas urnas eletrônicas. Essa documentação (cerca de 200 registros) já pode ser consultada pelo Catálogo Coletivo da Reje na Internet. O objetivo desse trabalho foi disponibilizar essa rica documentação histórica da Justiça Eleitoral mato-grossense e também de organizá-la e conservá-la como memória institucional.

A Biblioteca do TRE-MT conta com duas profissionais bibliotecárias e está aberta ao público, na Casa da Democracia, situada ao lado da Sede do Tribunal.

A Biblioteca do Tribunal assina, desde 2016, a Plataforma “Fórum Conhecimento Jurídico” que é uma base de dados de livros e revistas digitais publicadas pelas editoras Fórum e Del Rey, que permite aos usuários a consulta *online* de livros, artigos de revistas especializadas em todas as áreas do Direito. Essa fonte de informação permite aos servidores e magistrados a consulta de informação doutrinária e os auxiliam na elaboração de pareceres e documentos jurídicos importantes para a excelência da qualidade da informação jurídica produzida pelo Tribunal.

Acompanhando a tendência da modernização do acesso à informação disponível em livros digitais, a Biblioteca do Tribunal Superior Eleitoral – TSE em 2022 assinou a plataforma de livros digitais “Minha Biblioteca” e disponibilizou diversos cadastros aos Tribunais Regionais Eleitorais. A plataforma “Minha Biblioteca” é formada por 16 grandes editoras acadêmicas e 42 selos editoriais e possibilita aos usuários acesso rápido, fácil e simultâneo a milhares de títulos de livros nas áreas de Ciências Jurídicas e Sociais. Entre as editoras, pode-se citar: Almedina, AltaBooks, Atlas, Blucher, Cengage, E.P.U., Editora Cortez, Editora Método, Érica, Forense, LTC, Manole, Roca, Saraiva Jus, Unijuí etc. A Biblioteca do Tribunal divulga periodicamente as novas publicações das plataformas “Fórum de Conhecimento Jurídico” e “Minha Biblioteca” aos seus usuários através de e-mails e em sua página na Intranet, promovendo o interesse dos usuários na consulta das mesmas.

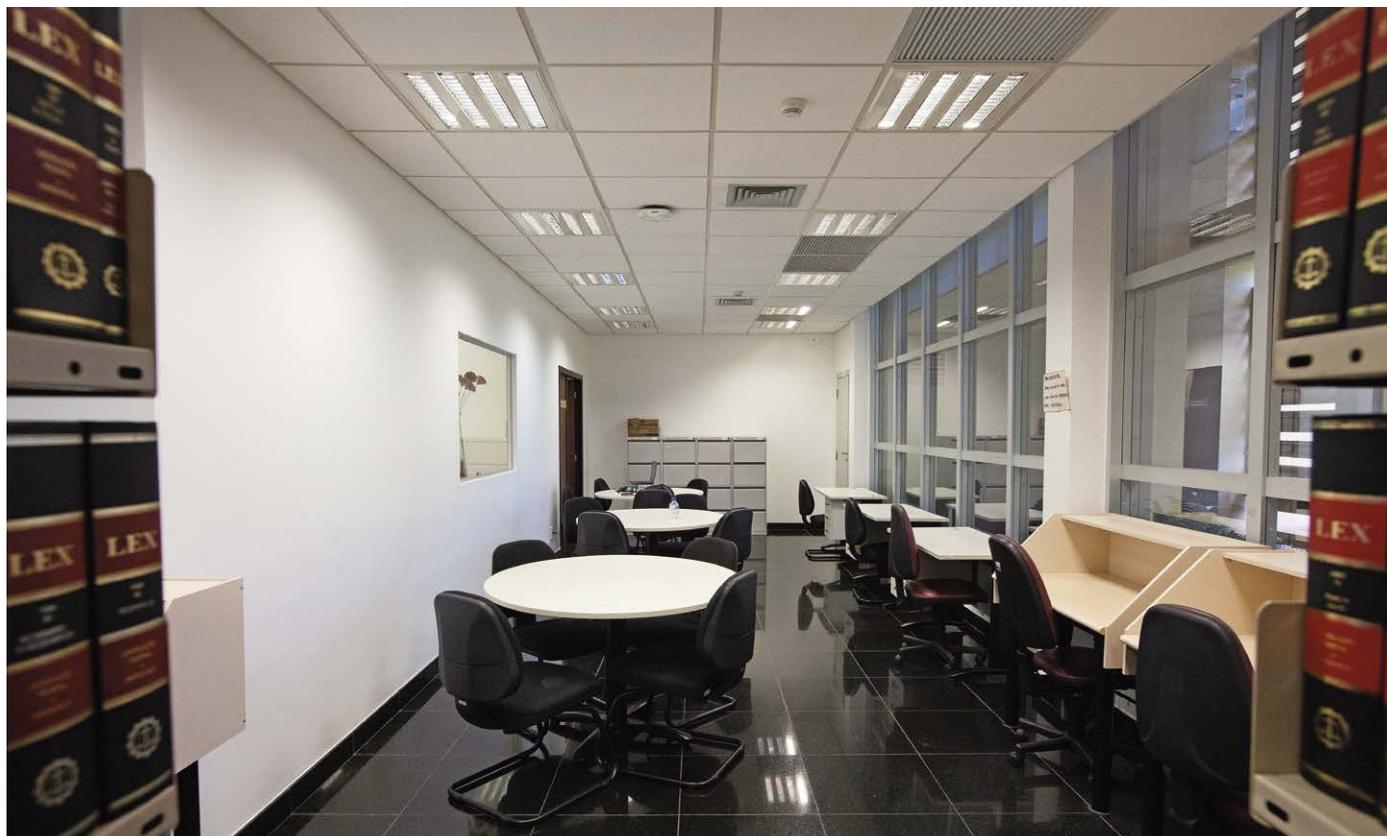
Na avaliação da chefe da Seção da Biblioteca e Edição do TRE-MT, Lener Aparecida Galinari, “os livros podem ser acessados de forma simultânea e ilimitada pelos usuários; com liberdade para copiar, colar, imprimir e exportar trechos, eliminando assim a digitação; dispõe de um sistema de busca por informações de forma simples e rápida, bastando digitar palavras chaves, com organização segundo as normas da ABNT. Por fim, o conteúdo pode ser acessado em qualquer equipamento de comunicação – celular, tablet, notebook etc., com acesso à internet”. (OLIVEIRA, 2023)

Doações

A Biblioteca do TRE-MT recebeu a doação de 114 livros já esgotados e, portanto, de difícil aquisição. O acervo – nas áreas da Filosofia, Ciências Sociais, Política, História e Literatura – pertenceu ao professor de Sociologia da UFMT, Antônio Carlos Drummond Monteiro de Castro, falecido em 2015. A doação foi realizada pela esposa do docente, Maria Angélica Spinelli.

Na avaliação da chefe da Seção de Biblioteca e Edição, Lener Aparecida Galinari, “sem dúvida esses livros enriquecem o acervo da Biblioteca” e ressaltou: “fizemos uma triagem dos livros recebidos utilizando como base o interesse dos nossos usuários. As edições de Literatura e de crítica literária, assim como de outros temas em língua estrangeira, foram doados às bibliotecas da UFMT, Unic e Univag, disponibilizando-as aos acadêmicos dessas instituições”.

A Biblioteca também faz o papel de guardiã da memória institucional ao acolher um expressivo conjunto documental gerado e produzido pelo TRE-MT ao longo de sua trajetória, com destaque para aquele constituído numa fase anterior à informática, com diversos livros manuscritos. O arranjo foi executado na década de 2010 e seu manuseio é restrito e somente autorizado pela direção da Biblioteca.



Área de Estudo da Biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (2023)



Urnas utilizadas em antigas eleições

Preservando e divulgando a memória da Justiça Eleitoral de Mato Grosso

Visando à preservação da memória, a Gestão 2016-2017 investiu na recuperação da informação histórica da Justiça Eleitoral Mato-grossense. Assim, foi disponibilizado em sua página institucional <<http://www.tre-mt.jus.br/eleicoes/candidatos-eleitos-1945-1990>> um *link* pelo qual é possível acessar candidatos por Mato Grosso, no período de 1945 a 1990, aos cargos de presidente, vice-presidente, governador, vice-governador, senador, deputado federal e deputado estadual, podendo qualquer cidadão ter acesso a ele.

Os dados foram organizados pela equipe técnica do Tribunal Superior Eleitoral a partir de informações fornecidas pelos

Tribunais Regionais Eleitorais e obtidas junto ao Congresso Nacional: “As informações foram obtidas a partir da documentação histórica encaminhada pelos TRE’s e arquivada no TSE, principalmente atas de apuração e mapas eleitorais”. Essas informações disponibilizadas no site do TRE-MT são fonte de pesquisa para historiadores, pesquisadores, estudantes, operadores do Direito, entre outros interessados na história política de Mato Grosso: “Resgatamos dados históricos da política mato-grossense, os quais podem e devem ser consultados e utilizados por todos os cidadãos”, segundo coordenador de jurisprudência e documentação do TRE-MT, Nilson Fernando Gomes Bezerra. (OLIVEIRA, 2023)

15ª Primavera dos Museus e o Memorial da Justiça Eleitoral de Mato Grosso



De 20 a 26 de setembro, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) comemorou a 15ª Primavera dos Museus que trouxe, em 2022, o tema “Museus: Perdas e Recomeços”. Museus de todo o país participam da iniciativa por meio da divulgação digital de seus conteúdos. O Memorial da Justiça Eleitoral Mato-grossense foi um deles. Em sua página encontra-se o link da 15ª Edição da Primavera dos Museus, no qual tem destaque o projeto “Resgate e Disponibilização dos Resultados das Eleições de 1932 a 1993”. Trata-se de um projeto interinstitucional (TRE-MT, TRE-RN, TRE-TO, TRE-SC, TRE-ES, TRE-BA e TRE-CE) que pretende recuperar, organizar e deixar acessível ao público o resultado dos pleitos eleitorais realizados nos estados parceiros, de 1932 até 1993.

Para Lener Aparecida Galinari, uma das idealizadoras do projeto Memorial da Justiça Eleitoral Mato-grossense e chefe da Biblioteca do TRE-MT, “buscando preservar a memória da Justiça Eleitoral, a pesquisa voltou seu olhar para a orga-

nização e divulgação dos documentos que estão sob a guarda do Memorial e da Biblioteca do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso. Nosso Memorial está participando desta ação do Ibram para possibilitar que a sociedade mato-grossense possa conhecer um pouco mais da história do processo eleitoral do Brasil e do Estado de Mato Grosso” (MEMORIAL, 2023).

Projeto de Exposição Virtual da Urna Eletrônica é premiado pelo CNJ

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) recebeu Menção Honrosa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no dia 13 de maio de 2022, em reconhecimento ao projeto Exposição Virtual 25 Anos de Uso da Urna Eletrônica. A iniciativa foi desenvolvida pela Justiça Eleitoral Mato-grossense, em parceria com os TRE's de outros oito estados.

A honraria foi outorgada em reconhecimento ao projeto realizado em parceria com outros três, visto que o projeto fez parte do Prêmio CNJ de Memória do Poder Judiciário. Sua entrega foi feita durante o II Encontro Nacional da Memória do Poder Judiciário, iniciado no dia 10 de maio, no auditório Desembargador Nildo Nery dos Santos da Escola Judicial de Pernambuco, em Recife (PE). A entrega também coincidiu com a comemoração dos 26 anos da urna eletrônica, celebrado no dia 13.

Além de Mato Grosso, fizeram jus ao prêmio os TRE's de Rio Grande do Norte (RN), Ceará (CE), Tocantins (TO), Santa Catarina (SC), Espírito Santo (ES), Bahia (BA) e São Paulo (SP).

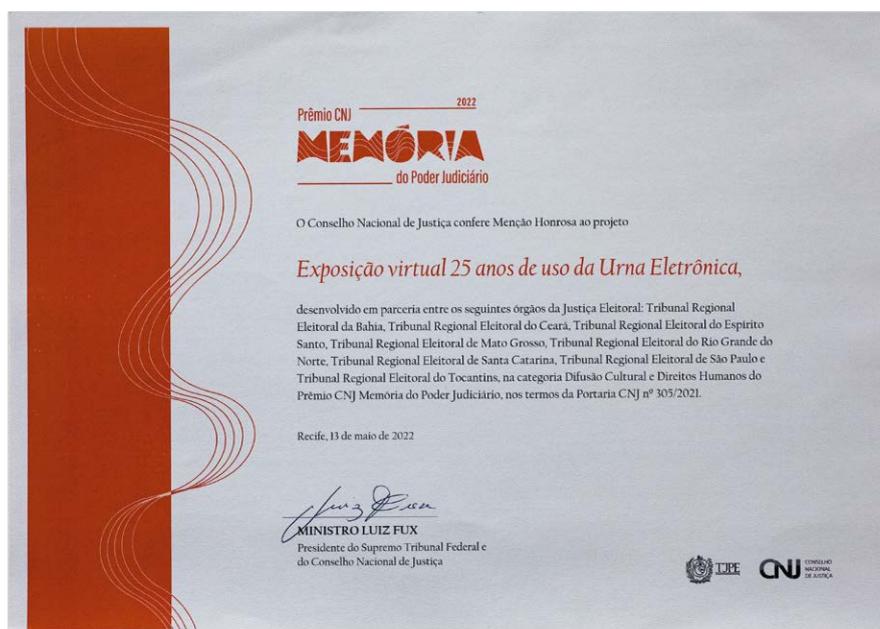
Na concepção da chefe da Biblioteca e gestora do Memorial do TRE-MT, Lener Aparecida Galinari: “É um reconhecimento muito importante a todos nós, servidores da Justiça Eleitoral, especialmente de Mato Grosso, que tem na marca de sua história a alegria de ter sido pioneira na criação do primeiro protótipo da urna eletrônica”. (ASSIS, 2023).

Dia da Memória do Poder Judiciário

A data foi criada por meio da Resolução 316/2020, visando ressaltar a importância da memória como parte do Patrimônio Cultural Brasileiro, conforme o art. 216 da Constituição Federal, e componente indispensável para o aperfeiçoamento das instituições. A data comemorativa é a mesma da criação da Casa da Suplicação do Brasil, com a vinda para o Brasil da Família Real, em 1808, tendo sido o primeiro órgão de cúpula do Judiciário brasileiro, representando a independência judiciária do país em relação a Portugal.

Na oportunidade, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) convidou toda a sociedade para conhecer um pouco mais da História da Justiça Eleitoral, no dia 10 de maio de 2022, quando foi comemorado o *Dia da Memória do Poder Judiciário*, data instituída em 2020 pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O objetivo foi o de oferecer maior visibilidade à história da Justiça brasileira e à importância do resgate, preservação, valorização e divulgação do seu patrimônio histórico, além de contribuir para consolidar a memória institucional do Poder Judiciário.

Durante o período de pandemia de Covid-19, com o fechamento de muitos espaços culturais, uma boa opção para a sociedade foi o conhecimento virtual *do Memorial de Justiça*



CNJ concede Menção Honrosa ao “Projeto Exposição Virtual dos 25 Anos de Uso da Urna Eletrônica”

Eleitoral de Mato Grosso. No link, o internauta teve a opção de realizar um passeio virtual neste local, inaugurado em março de 2011, tendo recebido mais de mil visitantes todos os anos, a maioria estudantes do ensino médio via projeto *Voto Consciente*, além de acadêmicos do curso de Direito em busca de conhecimento específico para formação jurídica.

A propósito, Lener Aparecida Galinari, representante da Comissão Memória da Justiça Eleitoral Mato-grossense, afirmou: “O TRE-MT tem uma rica trajetória, marcada por ações que tornaram suas eleições cada vez mais transparentes, célebres e modernas, com inovações na logística de realização dos pleitos eleitorais e no aperfeiçoamento das formas de votar, mediante a utilização da urna eletrônica, veículo que garante lisura e rapidez na apuração da votação e na divulgação dos resultados”.

Ela ressalta que ainda no ano de 2008 o Tribunal deu início ao projeto de recuperação e organização de seu acervo documental e histórico. Foi a concretização desse projeto que propiciou a inauguração do *Memorial da Justiça Eleitoral Mato-grossense*: “O espaço foi criado para oferecer aos visitantes a possibilidade de conhecer e compreender a evolução histórica da Justiça Eleitoral no Brasil e em Mato Grosso, levando-os a refletir sobre a sua efetiva participação no processo democrático do nosso país e aprimorar a democracia neste Estado de dimensões continentais e realidades culturais e econômicas tão diversas”. (DINO, 2023)

Em 11 de maio de 2012 foi instituída neste Regional a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, esta, responsável pela elaboração do código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos, pela avaliação dos documentos e elaboração de normativos internos e sua efetiva aplicação dos procedimentos referente à eliminação.

No ano de 2019 foi contratada empresa especializada para prestar serviços de tratamento técnico arquivístico do acervo documental do TRE-MT, onde foram tratadas 11 mil caixas; o tratamento constituiu a classificação, avaliação e higienização dos documentos.

Em 2022 foi publicada a Portaria nº 182/2022, que dispõe sobre o Plano de Classificação e Temporalidade de Documentos e demais instrumentos de Gestão Documental aplicáveis no âmbito da Justiça Eleitoral de Mato Grosso.

Gestão Documental

A Gestão Documental destina-se ao desenvolvimento de procedimentos e operações técnicas referentes a produção, à tramitação, à classificação, ao uso, à avaliação e ao seu recolhimento para guarda permanente dos documentos e/ou processos produzidos e recebidos pelas instituições no exercício das suas atividades, em qualquer suporte, inclusive magnético, óptico, digital.

O objetivo é o de garantir o integral exercício de direitos, a preservação das informações necessárias às partes e às instituições do Poder Judiciário, o descarte da documentação não mais necessária e a preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, previsto na Constituição Federal, no artigo 5º, incisos XIV e XXXIII, artigo este que institui o acesso à informação como direito fundamental, seja de interesse particular ou de interesse geral ou coletivo.

Histórico da gestão documental no TRE-MT

Em 2004, considerando a necessidade de descarte de papéis e documentos no âmbito dos cartórios eleitorais face à realização de pleitos sucessivos e a inexistência de locais adequados para o seu arquivamento, a Corregedoria Regional Eleitoral (CRE-MT) publica o Provimento 1/2004 dispondo sobre a inutilização de documentos eleitorais nos cartórios eleitorais.

Em 2007 o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) lança o Programa de Gestão Documental da Justiça Eleitoral, substituído em 2012 pelo novo programa destinado ao desenvolvimento de infraestrutura para as áreas de gestão documental, à promoção do desenvolvimento e do uso de técnicas de gestão da informação e de pesquisa na área arquivística no âmbito da Justiça Eleitoral (Resolução-TSE nº 23.379, de 1º de março de 2012).

Em 2009 o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deu início ao Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname), veiculando a política nacional nessa área por meio da instituição de princípios e diretrizes, inicialmente por meio da Recomendação CNJ nº 37/2011, substituída pela Resolução CNJ nº 324/2020.

No mesmo ano foi instituída neste Regional a primeira Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CAPD), responsável pela elaboração do código de classificação e tabela de temporalidade e destinação de documentos, pela avaliação desses documentos e elaboração de normativos internos e sua efetiva aplicação dos procedimentos referentes à eliminação (Ordem de Serviço 56/2012, posteriormente alterada pelas OS 22/2014, 14/2015 e 27/2017).

A referida comissão tem caráter multidisciplinar, devendo ser composta, no mínimo, por servidores das áreas de Arquivologia, História, Memória, Tecnologia da Informação e Direito.



Palestra destaca a importância da Gestão Documental na Justiça Eleitoral (2019)

Como o Tribunal não dispõe em seu quadro de profissionais arquivistas e historiadores, a CPAD, à época, propôs à administração o ingresso de servidores dessas áreas por meio da conversão de cargos, o que não se concretizou, inviabilizando a sua atuação.

Em 2014, com necessidade de suprir lacuna disciplinar, tendo em vista a ausência de proposta da CPAD ou de regulamentação específica destinada a criar plano de classificação e tabela de temporalidade de documentos nos padrões propostos pelo Comitê de Gestão Documental da Justiça Eleitoral, a Corregedoria Regional Eleitoral aprovou o Provimento 9/2014; este revogou o antigo Provimento 1/2004, estabelecendo instruções atinentes ao procedimento de descarte de documentos e aprovando, no âmbito das zonas eleitorais, a Tabela de Descarte de Documentos.

O projeto de implantação da política de gestão documental

Em 2016 o então presidente Márcio Vidal determinou a abertura do projeto para a implantação de política de Gestão Documental no âmbito do TRE-MT, que foi gerenciado pela servidora Marcela Alves Lopes Mendes de Oliveira, técnica judiciária, chefe da Seção de Jurisprudência e Documentação, que também passou a compor, como membro efetivo, a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.

A ADOÇÃO DO MODELO TRE-SC

Para enfrentar as dificuldades inerentes à elaboração de instrumentos de gestão documental próprios, que demandariam conhecimentos e experiência na área da Arquivologia, a

gerente do projeto de implantação da Política de Gestão Documental analisou normativos e instrumentos correlatos de diversos Tribunais Regionais Eleitorais que poderiam ser utilizados como modelo, que foram apresentados à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), unidade competente para legalmente propor esses modelos.

O modelo escolhido pela CPAD foi o adotado pelo Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE-SC) devido a sua qualidade, abrangência e facilidade de aplicação, que o tornaram uma grande referência no âmbito da Justiça Eleitoral.

Feita a escolha, a gerente do projeto fez minucioso estudo e adaptação do modelo para a realidade do TRE-MT, mantendo contato direto com a arquivista do TRE-SC Sandra Buth Zanon, que também coordena a Comissão Permanente de Instrumentos Arquivísticos, do Comitê de Gestão Documental da Justiça Eleitoral.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA TERCEIRIZADA PARA TRATAMENTO TÉCNICO ARQUIVÍSTICO DO ACERVO

Em paralelo ao andamento do projeto de implantação da Política de Gestão Documental, no ano de 2017, a servidora Janete Clementino do Livramento, chefe da Seção de Comunicação Administrativa, unidade responsável pelo gerenciamento do arquivo central, que também atua como membro efetivo da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, propôs a contratação de empresa terceirizada especializada em tratamento técnico arquivístico. Para tanto, levou em consideração que o Tribunal dispõe de um grande acervo documental, composto por documentos correntes e por massas documentais acumuladas desde 1945, com acréscimos diários, das áreas meio e fim, e por documentos recebidos de diversos setores sem a devida classificação (fases corrente, intermediária e permanente), armazenados de modo inadequado.



Diagnóstico: documentos armazenados no arquivo central, sem o tratamento técnico arquivístico adequado



Equipe da empresa na sala de tratamento documental

Em 2019 foi então contratada a empresa Phases, que elaborou um diagnóstico e plano de execução dos serviços envolvendo a triagem, análise, classificação, higienização, acondicionamento, indexação e armazenamento de toda a massa documental acumulada no Arquivo Central e dos cartórios de Cuiabá.

Nesse diagnóstico estimou a necessidade de tratamento técnico arquivístico de aproximadamente 11 mil caixas de arquivo, sendo sete mil relativos a documentos armazenados em estantes deslizantes no Arquivo Central, em bom estado de conservação; já o restante, composto de documentos mal-conservados, foi armazenado de forma inadequada em espaços como cantina e contêineres.



Acervo do arquivo central após a conclusão dos trabalhos de tratamento técnico arquivístico

Para a classificação dos documentos por parte da empresa contratada, o Plano de Classificação já deveria estar aprovado, todavia, o processo dependeria de trâmite burocrático que envolvia a obtenção da recomendação de aprovação por parte do Comitê de Gestão Documental no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral, trâmite esse que ainda não havia sido formalizado no âmbito local.

Assim, por recomendação da CPAD, a Administração autorizou a adoção imediata do plano de classificação e temporalidade de documentos que já vinha sendo adaptado do TRE-SC, embora ainda não estivesse formalmente aprovado. Na verdade, o modelo já vinha sendo adotado com sucesso em outros regionais, ressalvando que ficaria impedida a eliminação dos documentos até que se obtivesse aprovação formal dos instrumentos.

Dessa forma, ao final de 2020 a empresa Phases concluiu o seu trabalho, executando mais de 90% do objeto contratado relativo ao tratamento técnico arquivístico, ficando pendentes as atividades de indexação, devido a dificuldades enfrentadas na operacionalização do sistema.

ADOÇÃO DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO NO SISTEMA SEI

Também em paralelo ao andamento do projeto de implantação da política de gestão documental, no ano de 2019, o sistema de Processo Administrativo Eletrônico (PAE) foi migrado para o Sistema Eletrônico de Informação (SEI), sendo autorizado pela Administração, por recomendação da CPAD, a adoção dos mesmos instrumentos do TRE-SC, que já vinham sendo adaptados para o TRE-MT, a fim de se aproveitar a oportunidade de mudança de cultura de modo que já fosse adotada, de forma intuitiva, a classificação dos documentos sempre que se criasse um novo processo ou documento digital no sistema.

Para a implantação dos instrumentos arquivísticos no sistema SEI foi necessária a criação de tabelas de tipos de processos e tipos documentais com base no plano de classificação de documentos, que foi desenvolvida pela gerente do projeto, acompanhada pela arquivista do TRE-SC e revisada pela CPAD do TRE-MT.

VISITA TÉCNICA DA ARQUIVISTA DO TRE-SC

A servidora Sandra Buth Zanon, arquivista do TRE-SC, visitou o TRE-MT em outubro de 2019, a convite da administração, para realizar palestra de sensibilização aos servidores e magistrados, prestar assistência técnica à CPAD na área de Gestão Documental, ocasião em que também lhe foi apresentada a situação da gestão documental no âmbito deste regional.

Na palestra de sensibilização aos servidores do TRE-MT, ministrada pela arquivista do TRE-SC a especialista avaliou: “É primordial que órgão público organize suas informações. Ter um arquivo organizado significa segurança jurídica nos atos públicos, maior acessibilidade e transparência. Cabe lembrar que a gestão documental é um dever do poder público e dos servidores que nele laboram”.

Na oportunidade da visita, a arquivista se reuniu com a CPAD e repassou boas práticas relacionadas à aplicação dos instrumentos de gestão documental.

A REVISÃO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO DOCUMENTAL

Com as orientações recebidas pela arquivista do TRE-SC na ocasião da visita técnica ocorrida em outubro de 2019, foram realizadas diversas reuniões entre os membros da CPAD, inclusive com a participação de servidores convidados, para revisar pontualmente itens dos instrumentos de gestão documental ora propostos, afetos às suas respectivas áreas de atuação. Em alguns casos, a gerente do projeto de implantação da política de gestão documental contactou diretamente o servi-

dor da área para esclarecer dúvidas e colher sugestões, que foram repassadas à CPAD para ratificação.

Vencida essa longa, porém necessária etapa, a gerente de projeto compilou todas as propostas alteradoras do Plano de Classificação de Documentos (PCD) e da Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) na minuta do Plano de Classificação e Temporalidade de Documentos (PCTD), o principal instrumento de gestão documental.

GESTÃO DE MEMÓRIA E DE GESTÃO DOCUMENTAL PELO PRONAME

No ano de 2020, quando a expectativa de que o projeto de implantação da política de gestão documental no âmbito do TRE-MT estava em vias de ser concluído, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou a Resolução CNJ nº 324/2020, que instituiu diretrizes e normas de Gestão de Memória e de Gestão Documental e dispôs sobre o Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (Proname), que veio a substituir a Recomendação CNJ nº 37/2011.

No mesmo período foi aprovado pelo Proname o Manual de Gestão Documental do Poder Judiciário.

A edição do novo manual e normativo demandaria alterações nas minutas de resolução, portaria e dos instrumentos de gestão documental. Todavia, como a situação se deu em ano eleitoral, período em que os serviços da Justiça Eleitoral se avolumam exponencialmente, os estudos precisaram ser adiados para o ano seguinte.

Após os estudos sobre a nova Resolução CNJ nº 324/2020 e do manual aprovado pelo Proname, as minutas de normativos e instrumentos de gestão documental do TRE-MT foram então adaptados; assim foi constatado que haveria a necessidade de revisão da temporalidade dos documentos, a fim de que fossem mantidos, no mínimo, pelo tempo de guarda definido pelo Proname, tanto para os documentos administrativos como judiciais. Todavia essa revisão somente poderia ocorrer quando os instrumentos modelos fossem oficialmente aprovados pelo Proname.

A APROVAÇÃO DA POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL NO ÂMBITO DO TRE-MT

Em agosto de 2021 foi instituída, no âmbito da Justiça Eleitoral de Mato Grosso, a política de gestão documental por meio da Resolução nº 2632/2021.

No mesmo mês foi aprovada a Portaria nº 351/2021 que dispôs sobre o Plano de Classificação e Temporalidade de Documentos e demais instrumentos e processos de gestão documental aplicáveis no âmbito da Justiça Eleitoral de Mato Grosso e concluiu-se o projeto de implantação da política de gestão documental no Tribunal.

ATUALIZAÇÃO DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO E TEMPORALIDADE DE DOCUMENTOS E PADRONIZAÇÃO DESSE INSTRUMENTO EM ALGUNS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS

Em setembro de 2021 o Proname aprovou a Tabela de Temporalidade dos Documentos da Administração do Poder Judiciário que deverão ser adotados como modelo para a área meio, conforme instituído pela Resolução CNJ nº 324/2020.

Ao comparar, concluiu-se que os instrumentos arquivísticos aprovados pela Portaria TRE-MT nº 351/2021 são tecnicamente similares aos aprovados pelo Proname, pois ambos adotam a metodologia de classificação duplex e são estruturados de acordo com as funções e atividades do órgão.

Nesse íterim, os Tribunais Regionais Eleitorais de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Espírito Santo reuniram-se, voluntariamente, com o propósito de viabilizar a adoção de instrumentos arquivísticos comuns, padronizados, seguindo os moldes apresentados nos instrumentos do Proname, de modo a permitir a interoperabilidade prevista pela Resolução CNJ nº 324/2020.

O grupo então resolveu que o modelo do TRE-SC, com as melhorias instituídas pelo TRE-MT, seria adotado por todos como padrão.

Os instrumentos arquivísticos foram então revisados pela CPAD, resultando na inclusão e remanejamento de códigos de classificação, alteração de alguns prazos de guarda e da destinação, além da revisão pontual de outros códigos das áreas meio e fim, visando, sempre que possível, manter a padronização dos instrumentos arquivísticos que passaram a ser adotados em conjunto pelos citados tribunais.

Concluídas as revisões, os instrumentos de gestão documental foram então submetidos ao Comitê de Gestão Documental da Justiça Eleitoral (CGD-JE), o qual se manifestou, por unanimidade, favorável à sua aprovação.

Assim, foi aprovada a atualização do Plano de Classificação e Temporalidade de Documentos no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso, por meio da Portaria nº 182/2022.

DESAFIOS FUTUROS

O normativo prevê que as listas de descartes sejam analisadas de forma concentrada pela CPAD entre os meses de junho e agosto de anos não eleitorais. A finalidade é a de otimizar os serviços dos servidores envolvidos, além de tornar possível a otimização na aplicação das fórmulas instituídas pelo Proname que visam calcular o tamanho do conjunto amostral que deve ser mantido em guarda permanente.

Dessa forma, as primeiras listas de descarte de documentos, regidas sob a luz da Política de Gestão Documental do TRE-MT, serão analisadas e processadas somente no exercício de 2023.

Para tanto, está previsto que no início de 2023 os servidores, magistrados e os membros da CPAD devem receber a devida capacitação.

Passado esse desafio, o Tribunal deve se voltar para a adoção de uma política de tratamento arquivístico e preservação digital de documentos.

COMPOSIÇÃO ATUAL DA CPAD

- ⑥ Coordenador de Gestão da Informação – Gustavo Silveira Castor
- ⑥ Chefe da Seção de Jurisprudência e Documentação – Marcela Alves Lopes Mendes de Oliveira
- ⑥ Chefe da Seção de Comunicação Administrativa – Janete Clementino do Livramento
- ⑥ Chefe da Seção de Biblioteca e Editoração – Lener Aparecida Galinari
- ⑥ Chefe da Seção de Banco de Dados – Carlos Henrique Claro Leite
- ⑥ Chefe da Seção de Orientação e Apoio às Zonas Eleitorais – Gustavo Leandro Martins dos Santos

Grupo de Trabalho "90 Anos da Justiça Eleitoral Mato-grossense"

Pela Ordem de Serviço nº 21, de 17 de junho de 2021, e Ordem de Serviço nº 67, de 9 de dezembro de 2021, que constituiu o Grupo de Trabalho "90 Anos da Justiça Eleitoral Mato-grossense", composta pelos seguintes membros: presidente: Lener Aparecida Galinari (SBE/SJ) e integrada por Gilvan Rodrigues de Oliveira (CED/SGP), Cristiane Manzano Manoel (PRES.), Salomão de Souza Fortaleza (CSE/STI), Jorge Yoshiko Kimura (CSE/STI), Vanêssa Brito Rebello (aposentada), Carlos Luanga Ribeiro Lima (CRE/MT), Andrea Martins Oliveira (Ascom), Júlia Viñé (SBE/SJ) e Thiago Malheiros Ribeiro (Zonas Eleitorais).

Integram o Grupo de Trabalho dez membros:

Cabe ao Grupo de Trabalho:

- Ⓞ Propor diretrizes e ações destinadas à recuperação, organização, preservação e divulgação da Memória Institucional por meio de publicações virtuais e impressas;
- Ⓞ Providenciar, com as unidades competentes, os recursos financeiros e informacionais, de modo a tornar viável o resgate da memória institucional para a confecção do livro "Evolução Histórica da Justiça Eleitoral Mato-grossense 2012-2022";
- Ⓞ Convocar colaboradores para auxiliar no desenvolvimento e na execução dos trabalhos do Grupo;
- Ⓞ Propor à Diretoria-Geral, se necessário, a celebração de parcerias e convênios com outros órgãos da administração pública, fundacional e autárquica, direta ou indireta, para o cumprimento de ações propostas pelo Grupo;
- Ⓞ Manter a Diretoria-Geral permanentemente informada quanto ao andamento das atividades do Grupo.

| Nome | Ingresso no TRE-MT | Cargo |
|------------------------------|--------------------|---|
| Lener Aparecida Galinari | 27/12/1989 | Bibliotecária. Analista judiciária. Área administrativa. Apoio Especializado |
| Gilvan Rodrigues de Oliveira | 25/7/2006 | Técnico judiciário – Área Administrativa |
| Cristiane Manzano Manoel | 13/2/1996 | Analista judiciária – Área Judiciária |
| Salomão de Souza Fortaleza | 20/8/1998 | Analista de Sistema. Analista Judiciária. Área administrativa. Apoio Especializado |
| Jorge Yoshiko Kimura | 5/1/1990 | Técnico judiciário – Área Administrativa |
| Vanêssa Brito Rebello | 27/12/1989 | Aposentada |
| Carlos Luanga Ribeiro Lima | 22/5/1995 | Técnico judiciário – Área Administrativa – Apoio Especializado – Agente da Polícia Judicial |
| Andrea Martins Oliveira | 25/7/2006 | Técnica judiciária – Área Administrativa |
| Júlia Viñé | 7/3/2007 | Bibliotecária. Analista Judiciária. Área Administrativa. Apoio Especializado |
| Thiago Malheiros Ribeiro | 26/2/2008 | Analista judiciário – Área Judiciária |



Grupo de Trabalho 90 Anos da Justiça Eleitoral Mato-grossense

Listagem atualizada em 22/2/2023.

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. *Relatório de servidores ativos, aposentados e in memoriam*. Cuiabá: TRE-MT, 2023. Os servidores *in memoriam* foram todos relacionados neste livro, em razão de não constarem no livro *Evolução Histórica da Justiça Eleitoral Mato-grossense (1932-2012, edição comemorativa aos 80 anos da Justiça Eleitoral Mato-grossense*.

Servidores do TRE-MT (2012-2022)

ATIVOS

Adriana Ruzzante Gagliardi
Adriana Soares da Silva
Adriano Meireles Borba
Afrânio Claudiano Alves
Aldenilton dos Santos Paixão
Alexandre Wanderley Maia Paiva
Aline Amaral
Alison Eduardo Pereira Silva
Allana Stefanny Silva
Amália Formica de Matos
Ana Claudia Mazetto
Ana Luisa Aguiar Pace
Ana Paula Góis de Souza
Anderson Andrade Spínola
Angela Cestari Martin
Angela Pereira Lemos
Antonio Batista de Luna
Armstrong Rutilho Charbel Monteiro
Arnaldo Shiroma
Carlos Henrique Claro Leite
Cesar Fernandes de Matos
Cláudio Martins Mendes
Daniele Andrade Almada
Daniele Cavalcante Dias
Diana Moura Vasconcelos
Diego Manoel Mascarenhas do Nascimento
Djuliani Fernando Ceccato
Edgard Beltrão Leonel
Eduardo Alexandre de Figueiredo
Eduardo Augusto Ribeiro
Eduardo Costa de Souza
Eduardo Diniz de Sousa Batista
Eduardo Pereira Gomes
Eliane de Souza Rodrigues
Eloá Almeida Ondrusch
Emídio Lennon Gonçalves da Silva
Erivelton Goncalo de Jesus
Eula Barros Teixeira dos Santos

continua...

ATIVOS

Evonaldo dos Reis Teixeira
Evandro Ramirez Miranda
Everton do Nascimento Niza
Felipe Ivan Lima de Souza Pedrosa
Felipe Mota Brandão de Araújo
Fernanda da Silva Rondon
Fernanda Onzi Cavagnoli
Fernando Souza de Vieira
Fernando Stuchi Reis de Oliveira
Fernando Vinicius Souza Rodrigues
Francisco de Campos Lima Neto
Gabriel Soares dos Santos
Genilson Ramos de Souza
Geovana Rodrigues Pereira
Gilcilene Bernardes Souza
Giovani Jose Fontana
Guilherme Carlos Kotovicz
Guilherme de Oliveira Falcão
Hamilton Pinheiro de Oliveira
Helen Cristina França da Silva
Henrique César Goncalves Parreira
Henrique Geraldo Damaceno
Hernandésio de Lima
Hugo dos Santos Ferreira
Hugo Luís Barros Pinho
Isabella Cristina da Costa Mejia
Isabella Natiara Ferreira Costa
Isadora Valido Ramalho
Islanda Larissa Dias Garcia de Almeida
Ismael Demétrio de Oliveira
Ítalo Guilherme Reis Acácio
Izabel Soares Borges Gontijo
Janaína Ribeiro Nunes Soares
Jefferson Luís Arevalo Rodrigues
Jéssica Silva Pires dos Santos
João Barbosa da Silva Júnior
João Carlos Eilert Filho
Jonatan Christmann

continua...

ATIVOS

Jonathas Todt da Silva
 Jorge Alan Albernaz Garcia
 Jorge dos Santos
 José Mário Guedes Miguez Filho
 Joyce Ramos Dias Muciaccia
 Juliana Pimenta Passos
 Julliane Silva Conceicao
 Katiane Bento Goncalves
 Kleber Moreira Araujo Souza
 Lásaro Aparecido de Lima
 Lastenya Pereira da Silveira
 Leandro Anesio Coelho
 Leiliane Moreira de Almeida Mageste
 Leon Manoel Campos dos Santos Filho
 Leonardo da Silva Araujo
 Leonardo Teixeira Mendes
 Lino Angelo da Costa Maia Neto
 Lorena Correa da Costa
 Luis César Darienzo Alves
 Luiz Carlos Pereira
 Lumieri Martins Rech
 Magda Figueiredo dos Santos Pereira
 Marcela Goncalves Motta Maia
 Márcia Regina Rodrigues Tortato
 Marcos Antônio Moura de Oliveira Júnior
 Marcos José Muniz Costa
 Marcus Bezerra de Menezes Serpa
 Maria Carolina Murcia Mamprim
 Maria Ignez Olimpio Pettena Izolani
 Mariana Borges Pedrosa
 Mariana de Moraes Souza Araújo
 Marina Coutinho Teodorio de Oliveira Borba
 Marina Tostes Miranda Barroso
 Marion Yudi Arai Ohira
 Marjory Salles Soehn Lima
 Maurício Belas de Oliveira Ferreira
 Maurício Moraes de Sousa
 Mayra Cáceres Barbosa de Oliveira
 Mayra Catarina Aparecida Santana Coelho
 Natália Figueredo Martins
 Nathan da Silva Neto
 Nicolle Nagle de Sousa Wayhs Miguez
 Nilson Maciel Neto

continua...

ATIVOS

Olivia Maria Melo Farias
 Paula Regina Ribeiro de Souza
 Paulo Gabriel Araújo Franz
 Paulo Soares Teixeira Filho
 Priscila Camargo Silva Tavares
 Rafael Bezerra do Nascimento
 Rafael Miranda Trindade
 Rafaela Corsaletti Garcia Vicente
 Raphael de Souza Rosa Gomes
 Raphaela Oliveira Lopes Melo
 Rejane Werlang Marchiori
 Renata Servilha Lima
 Renato Bisse Cabral
 Ricardo von Eicheendorff Espírito Santo
 Rita de Cássia Martins
 Roberta Feitosa Barreto
 Roberto Rodrigues Renovato
 Rodrigo de Oliveira e Silva
 Rodrigo Leite São José
 Rodrigo Martins de Jesus
 Rosangela Colli Dal Pra
 Rosangela de Cássia Leon Leite
 Rosirene Martins Gomes
 Samira Magna Ferreira Andrade
 Sávio Pereira Cruz
 Sergio Ronaldo Alves de Sousa Júnior
 Shirley de Jesus Oliveira Pereira
 Silas da Silva Milhomem
 Silvia Adriana Zanchett
 Silvia Helena Monteiro da Rocha
 Simoni Renata da Silva Katto
 Tatiane Guerreiro de Almeida Santos
 Thiago Francisco Ferreira Costa
 Thiago Henrique Lopes de Castro
 Thiago Weinner Pereira Nascimento
 Thomaz Fiterman Tedesco
 Tiago Dame de Oliveira
 Tiago Lima Magalhaes da Cunha
 Tiago Silva dos Santos
 Valdeir Pinto do Amaral
 Valter Getúlio Pedrotti Júnior
 Vanderlei Bundchen
 Vanessa Limeira de Azevedo

continua...

ATIVOS

Vinicius Aparecido Martinez
Vitor Manoel Chaves Sampaio
Walter Figueiredo Costa Neto
Wangley Esnarriaga de Freitas
Weber Vieira de Araujo
Wesley de Lima
Wilhiano Souza e Silva
Wilian Bezerra Andrade
Willias Ribeiro de Oliveira
Yuri Andre de Barros Gonçalves
Yuri Morais Farah
Zeneide Andrade de Alencar

APOSENTADOS

Adelzúita Maria da Costa Silva
Ana Lúcia de Fátima Tabosa
Aparecida Cely de Araujo
Arlindo Severino da Silva
Celso Brandão Molina
Denize Aparecida de Souza Mello
Ede dos Santos Lisboa
Edivaldo Rocha dos Santos
Elaine dos Anjos Pelicano Emboava
Emilie Grácie Zattar de Arruda
Erotides de Souza E Silva
Eulina Carvalho dos Santos
Francisca Clementino de Souza
Geraldo Gezoni
Geysa Maria da Cruz Couto
Gislene Mendes Ferreira Gomes
Haig Garabed Terzian
Heluiza Alves Bezerra de Rezende
Ivaneth Leônidas de Campos
Janete Isoton
Jocirlei Marisa de Souza
Luiz Carlos Ferreira
Luiza Maria Ferreira Arruda Thenquini
Mara Lucia Chepp
Márcia Regina Polidorio
Maria Aparecida Bruno Nogueira Borges
Maria Auxiliadora Costa Amorim
Maria Cristina Moreira

continua...

APOSENTADOS

Marlene de Moraes Savassa
Marlene Pimentel Dourado
Marli Osorski
Martin Klein
Neide Maria de Freitas Arantes
Sandra Nalu de Carvalho Campos Almeida
Seli da Rosa Paiva
Silvia Cristina dos Reis Azevedo
Tania Cristina Capilé Lobo Jawsnicker
Tereza Hitomi Yamamura
Vanêssa Brito Rebello

IN MEMORIAM

Antonio de Figueiredo e Almeida
Antonio dos Santos Lisboa Neto
Antonio Garcia
Arnaldo Ojeda de Almeida
Avelina Nunes de Figueiredo
Ayr Ulrica Addor
Claudemiro da Costa Vital
Dardanham Campo Dall'orto
Denizart Augusto de Mello
Deodato de Arruda
Dulce de Castro Brandão
Edival de Oliveira
Edivaldo Vieira de Araújo
Elemar Maehler
Genezio Rodrigues da Silva
Hugo da Silva Brandão
João Carlos Rocha
Lourival Coelho Barreto
Luiz Delfino César
Marco Antonio Pipino
Maria da Glória de Moura Müller
Mário do Carmo Pereira Borges
Moacyr Moura
Natilde Pereira Pinhedo
Odacilda de Arruda Lima
Pedro Marques Barbosa
Plinio Rezende de Albuquerque
Relinda Maria da Costa e Silva
Therezinha Lina Rodrigues

Referências virtuais

GESTÃO JUVENAL PEREIRA DA SILVA (2013-2015)

CORREGEDOR discute rezoneamento eleitoral no Encontro de Colégio de Presidentes dos TRE's. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 17 abr. 2015, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2015/Abril/corregedor-discute-rezoneamento-eleitoral-no-encontro-de-colegio-de-presidentes-dos-tres>>. Acesso em: 25 jan. 2023.

CORREGEDORIA premia desempenho de juizes e servidores eleitorais. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 15 dez. 2014, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2014/Dezembro/corregedoria-premia-desempenho-de-juizes-e-servidores-eleitorais>>. Acesso em: 31 jan. 2023.

DIA do servidor: presidente do TRE agradece empenho e dedicação de todos. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 28 out. 2013, atualizada em 19 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2013/Outubro/dia-do-servidor-presidente-do-tre-agradece-empenho-e-dedicacao-de-todos>>. Acesso em: 25 jan. 2023.

ELEIÇÕES 2014: TRE-MT implanta Mural Eletrônico. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 25 jul. 2014, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2014/Julho/eleicoes-2014-tre-mt-implanta-mural-eletronico>>. Acesso em: 13 fev. 2023a.

ELEIÇÕES 2014: TRE dá celebridade no julgamento de processos prioritários. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 4 fev. 2014, atualizada em 19 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2014/Fevereiro/eleicoes-2014-tre-da-celeridade-no-julgamento-de-processos-prioritarios>>. Acesso em: 25 jan. 2023b.

ELEIÇÕES 2014: TRE-MT diploma eleitos e suplentes. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 19 dez. 2014, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2014/Dezembro/eleicoes-2014-tre-mt-diploma-candidatos-eleitos-e-suplentes>>. Acesso em: 25 jan. 2023c.

EMPRESA de telefonia móvel é parceira da Justiça Eleitoral na divulgação da biometria. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 19 abr. 2013, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2013/Abril/empresa-de-telefonia-movel-e-parceira-da-justica-eleitoral-na-divulgacao-da-biometria>>. Acesso em: 25 jan. 2023.

FUTURO presidente do TRE se reúne com equipe de transição e elogia corpo técnico. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 27 fev. 2013, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2013/Fevereiro/futuro-presidente-do-tre-se-reune-com-equipe-de-transicao-e-elogia-corpo-tecnico>>. Acesso em: 25 jan. 2023.

GIMENEZ, Ângela. Vereadores prestigiam inauguração da nova sede do Cartório Eleitoral de Sorriso. *Câmara Municipal de Sorriso/Noticias* [site institucional], 27 mar. 2015. Disponível em: <<https://camsor.esl.srv.br/noticia/vereadores-prestigiam-inauguracao-da-nova-sede-do-cartorio-eleitoral-de-sorriso>>. Acesso em: 31 jan. 2023.

II FREZE: Presidente abre evento com palavras de estímulo aos servidores. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 25 nov. 2013, atualizada em 19 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2013/Novembro/presidente-abre-forum-de-representantes-das-zonas-eleitorais-com-palavras-de-estimulo-aos-servidores>>. Acesso em: 31 jan. 2023.

MESÁRIO Voluntário: TRE-MT e UFMT renovam parceria. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 18 fev. 2014, atualizada em 19 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2014/Fevereiro/mesario-voluntario-tre-mt-e-ufmt-renovam-parceria>>. Acesso em: 25 jan. 2023a.

MESÁRIO voluntário: TRE e Univag firmam parceria. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 30 maio 2014, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2014/Maio/mesario-voluntario-tre-e-univag-firmam-parceria>>. Acesso em: 25 jan. 2023b.

PF e Ministério Público Federal se unem para rastrear financiamento ilícito de campanha. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 22 nov. 2013, atualizada em 19 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2013/Novembro/pf-e-ministerio-publico-federal-se-unem-para-rastrear-financiamento-ilicito-de-campanha>>. Acesso em: 25 jan. 2023.

PÓVOAS, Maria Helena. Projeto Pauta Limpa: 2º relatório demonstra redução no estoque de processos. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 5 nov. 2013, atualizada em 19 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2013/Novembro/projeto-pauta-limpa-2o-relatorio-demonstra-reducao-no-estoque-de-processos>>. Acesso em: 25 jan. 2023.

PRESIDENTE do TRE apresenta planejamento integrado das Eleições 2014. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 4 out. 2013, atualizada em 19 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2013/Outubro/presidente-do-tre-apresenta-planejamento-integrado-das-eleicoes-2014>>. Acesso em: 25 jan. 2023a.

PRESIDENTE do TRE inaugura Galeria do Servidor. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 19 dez. 2013, atualizada em 19 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2013/Dezembro/presidente-do-tre-inaugura-galeria-do-servidor>>. Acesso em: 25 jan. 2023b.

PRESIDENTE do TRE convida membros dos partidos políticos a participar do EnPratica. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 24 set. 2013, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2013/Setembro/presidente-do-tre-convida-membros-dos-partidos-politicos-a-participar-do-enpratica>>. Acesso em: 31 jan. 2023c.

PRESIDENTE do TRE-MT garante apoio a VII Edição do Projeto Ribeirinho Cidadão. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 29 jan. 2014, atualizada em 19 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2014/Janeiro/presidente-do-tre-mt-garante-apoio-a-vii-edicao-do-projeto-ribeirinho-cidadao>>. Acesso em: 31 jan. 2023d.

PRESIDENTE do TRE/MT recebe visita da Comissão de Direito Eleitoral da OAB/MT. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 14 maio 2013, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2013/Maio/presidente-do-tre-mt-recebe-visita-da-comissao-de-direito-eleitoral-da-oab-mt>>. Acesso em: 31 jan. 2023e.

RELATÓRIO de gestão (exercícios 2013, 2014 e 2015). *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Transparência/Governança e gestão* [site institucional]. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao/relatorio-de-gestao-anual>>. Acesso em: 5 mar. 2023.

SERVIDORES da Justiça Eleitoral de Mato Grosso avaliam Eleições 2014. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 11 nov. 2014, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2014/Novembro/servidores-da-justica-eleitoral-de-mato-grosso-avaliam-eleicoes-2014>>. Acesso em: 25 jan. 2023.

TRANSIÇÃO: Membros do Pleno recebem futuro presidente do TRE. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 30 jan. 2013, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2013/Janeiro/transicao-membros-do-pleno-recebem-futuro-presidente-do-tre>>. Acesso em: 24 jan. 2023.

TRE disponibiliza ferramenta para fiscalizar balanço patrimonial dos partidos. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 15 maio 2015, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2015/Maio/tre-disponibiliza-ferramenta-para-fiscalizar-balanco-patrimonial-dos-partidos>>. Acesso em: 25 jan. 2023a.

TRE já prepara novas eleições em Juara e Glória D'Oeste. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 30 abr. 2013, atualizada em 24 nov. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2013/Abril/tre-ja-prepara-novas-eleicoes-em-juara-e-gloria-doeste>>. Acesso em: 25 jan. 2023b.

TRE recebe elogio do TSE pelo Planejamento Integrado das Eleições 2014. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 4 fev. 2014, atualizada em 19 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2014/Fevereiro/tre-recebe-elogio-do-tse-pelo-planejamento-integrado-das-eleicoes-2014>>. Acesso em: 25 jan. 2023c.

TRE recebe visita de alunos do Projeto Projovem Adolescente. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 5 jul. 2013, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2013/Julho/tre-recebe-visita-de-alunos-do-projeto-projovem-adolescente>>. Acesso em: 31 jan. 2023d.

TRE recebe visita de alunos da APAE de Diamantino. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 13 dez. 2013, atualizada em 19 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2013/Dezembro/tre-recebe-visita-de-alunos-da-apae-de-diamantino>>. Acesso em: 31 jan. 2023e.

TRE cumpre meta 08 de 2013 do conselho Nacional de Justiça. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 4 dez. 2013, atualizada em 19 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2013/Dezembro/tre-cumprer-meta-08-de-2013-do-conselho-nacional-de-justica>>. Acesso em: 31 jan. 2023f.

TRE-MT assina Termo de Cooperação Técnica para segurança nas Eleições. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 29 ago. 2014, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2014/Agosto/tre-mt-assina-termo-de-cooperacao-tecnica-para-seguranca-nas-eleicoes>>. Acesso em: 25 jan. 2023a.

TRE-MT renova frota de veículos. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 18 mar. 2015, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2015/Marco/tre-mt-renova-frota-de-veiculos>>. Acesso em: 25 jan. 2023b.

TRE-MT institui Programa de Aprendizagem. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 9 mar. 2015, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2015/Marco/tre-mt-institui-programa-de-aprendizagem>>. Acesso em: 31 jan. 2023c.

TRE-MT participa do 64º Encontro do Colégio de Presidentes. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 13 jan. 2015, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2015/Janeiro/tre-mt-participa-do-64o-encontro-do-colegio-de-presidentes>>. Acesso em: 31 jan. 2023d.

TRE's da Amazônia discutem demandas e divulgam Carta Eleitoral. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 12 ago. 2013, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2013/Agosto/tres-da-amazonia-discutem-demandas-e-divulgam-carta-eleitoral>>. Acesso em: 31 jan. 2023.

TRIBUNAL entrega novo cartório eleitoral para Rondonópolis. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 8 fev. 2013, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2013/Fevereiro/tribunal-entrega-novo-cartorio-eleitoral-para-rondonopolis>>. Acesso em: 25 jan. 2023.

GESTÃO MARIA HELENA GARGAGLIONE PÓVOAS (2015-2017)

AGILIDADE e transparência: Pareceres do procurador eleitoral serão disponibilizados na internet. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 21 maio 2015, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2015/Maio/agilidade-e-transparencia-pareceres-do-procurador-eleitoral-serao-disponibilizados-na-internet>>. Acesso em: 1 fev. 2023.

AOS HOMENS e Mulheres de Mato, o nosso reconhecimento. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 18 nov. 2016, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2016/Novembro/aos-homens-e-mulheres-do-mato-o-nosso-reconhecimento>>. Acesso em: 14 mar. 2023.

CAMPANHA Cidade Limpa 2016 será lançada durante o Encontro com Representantes Partidários. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 4 jul. 2016, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2016/Julho/campanha-cidade-limpa-2016-sera-lancada-durante-o-encontro-com-representantes-partidarios>>. Acesso em: 1 fev. 2023.

CANDIDATOS, advogados e imprensa podem acompanhar ações pelo JE Processos. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 7 dez. 2016, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2016/Dezembro/candidatos-advogados-e-imprensa-podem-acompanhar-acoes-pelo-je-processos>>. Acesso em: 1 fev. 2023.

CORREGEDORIA premia desempenho de juizes e servidores eleitorais. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 15 dez. 2014, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2014/Dezembro/corregedoria-premia-desempenho-de-juizes-e-servidores-eleitorais>>. Acesso em: 1 fev. 2023.

CURRICULUM vitae (desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas). *Tribunal de Justiça de Mato Grosso* [site institucional]. Disponível em: <<http://www.tjmt.jus.br/intranet.arq/downloads/Imprensa/NoticiaImprensa/file/26%20-%20CURRÍCULO%20Maria%20Helena.pdf>>. Acesso em: 5 mar. 2023.

DINO, Daniel. Para garantir aplicabilidade da Lei da Ficha Limpa, TRE lança Pauta Limpa 2016. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 27 nov. 2015, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2015/Novembro/para-garantir-aplicabilidade-da-lei-da-ficha-limpa-tre-lanca-pauta-limpa-2016>>. Acesso em: 7 mar. 2023.

DIPLOMAÇÃO: autoridades da Justiça Eleitoral recomendam atuações voltadas para o interesse público. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 16 dez. 2016, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2016/Dezembro/diplomacao-autoridades-da-justica-eleitoral-recomendam-atuacoes-voltadas-para-o-interesse-publico>>. Acesso em: 1 fev. 2023.

DIRETRIZES: Gestão 2015/2017 do TRE-MT ultrapassa em 200% meta estipulada para a biometria. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 15 mar. 2017, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2017/Marco/diretrizes-gestao-2015-2017-do-tre-mt-ultrapassa-em-200-meta-estipulada-para-a-biometria>>. Acesso em: 31 jan. 2023.

ELEIÇÕES 2016: iniciativas do TRE-MT devem servir de modelo para todo o país. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 3 nov. 2015, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2015/Novembro/eleicoes-2016-iniciativas-do-tre-mt-devem-servir-de-modelo-para-todo-o-pais>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

EM DEBATE na OAB, desembargadora Maria Helena se manifesta contra cotas para público feminino. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 26 ago. 2015, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2015/Agosto/em-debate-na-oab-desembargadora-maria-helena-se-manifesta-contra-cotas-para-publico-feminino>>. Acesso em: 13 mar. 2023.

JUSTIÇA Eleitoral trouxe inovações ao PJE; mural eletrônico do TRE é adotado em todo o país. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 5 maio 2017, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2017/Maio/justica-eleitoral-trouxe-inovacoes-ao-pje-mural-eletronico-do-tre-e-adotado-em-todo-o-pais>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

MODERNIZAÇÃO: TRE assina convênio para agilizar informação de óbitos de eleitores. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 26 jun. 2015, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2015/Junho/modernizacao-tre-assina-convenio-para-agilizar-informacao-de-obitos-de-eleitores>>. Acesso em: 1 fev. 2023.

OLIVEIRA, Andrea Martins. Lei da Ficha Limpa: TRE-MT garante julgamento de 100% dos processos prioritários. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 7 jun. 2016, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2016/Julho/lei-da-ficha-limpa-tre-mt-garante-julgamento-de-100-dos-processos-prioritarios>>. Acesso em: 1 fev. 2023a.

OLIVEIRA, Andrea Martins. TRE-MT e ICE assinam termo de cooperação para formar acadêmicos como auxiliares da Justiça Eleitoral. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 23 maio 2016, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2016/Maio/tre-mt-e-ice-assinam-termo-de-cooperacao-para-formar-academicos-como-auxiliares-da-justica-eleitoral>>. Acesso em: 1 fev. 2023b.

OLIVEIRA, Andrea Martins. TRE-MT recebe Selo do Justiça em Números. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 6 dez. 2016, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2016/Dezembro/tre-mt-recebe-selo-do-justica-em-numeros-1>>. Acesso em: 1 fev. 2023c.

OLIVEIRA, Andrea Martins. Estudo do CNJ aponta TRE-MT como o melhor tribunal do país em progresso tecnológico. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 5 dez. 2016, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2016/Dezembro/tre-mt-apresenta-melhor-indice-no-progresso-tecnologico-em-2015-2016-e-o-que-aponta-estudo-do-cnj>>. Acesso em: 1 fev. 2023d.

OLIVEIRA, Andrea Martins. TRE-MT disponibiliza a Cronologia das Eleições ocorridas desde o ano de 1945. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 30 maio 2016, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2016/Maio/tre-mt-disponibiliza-a-cronologia-das-eleicoes-ocorridas-desde-o-ano-de-1945>>. Acesso em: 1 fev. 2023e.

PÓVOAS, Maria Helena Gargaglione. Senhoras, Senhores [discurso de posse]. *Justiça Eleitoral* [site institucional nacional]. Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfs/web/viewer.html?file=https://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-mt-pronunciamento-da-presidente-do-tre-mt-des-maria-helena-povoas/@@download/file/TRE-MT_%20Pronunciamento%20da%20Presidente%20do%20TRE-MT%2C%20Des%20Maria%20Helena%20Povoas.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2023.

PREFEITURA empenha apoio à biometria em Cuiabá. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 24 jul. 2015, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2015/Julho/prefeitura-empenha-apoio-a-biometria-em-cuiaba>>. Acesso em: 31 jan. 2023.

PRESIDENTE e Corregedor do TRE-MT recebem moção de aplausos do Conselho Federal da OAB. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 4 maio 2015, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2015/Maio/presidente-e-corregedor-do-tre-mt-recebem-mocao-de-aplausos-do-conselho-federal-da-oab>>. Acesso em: 31 jan. 2023a.

PROJETO Pauta Limpa. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Serviços judiciais/Outras informações e serviços* [site institucional]. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/servicos-judiciais/outras-informacoes-e-servicos/projeto-pauta-limpa/pauta-limpa>>. Acesso em: 7 mar. 2023.

TRE de Mato Grosso lança peticionamento eletrônico nesta terça. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 25 mar. 2013, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2013/Marco/tre-de-mato-grosso-lanca-peticionamento-eletronico-nesta-terca>>. Acesso em: 13 fev. 2023a.

TRE inaugura Data Center com tecnologia de ponta e amplia em 5 vezes capacidade de armazenamento de dados. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 23 fev. 2017, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2017/Fevereiro/tre-inaugura-data-center-com-tecnologia-de-ponta-e-amplia-em-5-vezes-capacidade-de-armazenamento-de-dados>>. Acesso em: 1 fev. 2023b.

TRE-MT aprova remanejamento de zonas eleitorais; veja nova configuração. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 29 jul. 2015, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2015/Julho/tre-mt-aprova-remanejamento-de-zonas-eleitorais-veja-nova-configuracao>>. Acesso em: 1 fev. 2023a.

TRE-MT homologa resultado de concurso público e convoca aprovados para posse. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 23 jun. 2016, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2016/Junho/tre-mt-homologa-resultado-de-concurso-publico-e-convoca-aprovados-para-posse>>. Acesso em: 1 fev. 2023b.

TRE-MT apresenta bons resultados no relatório Justiça em Números do CNJ. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 18 out. 2016, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2016/Outubro/tre-mt-apresenta-bons-resultados-no-relatorio-justica-em-numeros-do-cnj>>. Acesso em: 1 fev. 2023c.

TRE-MT celebra os 70 anos de reinstalação da Justiça Eleitoral. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 28 maio 2015, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2015/Maio/tre-mt-celebra-os-70-anos-de-reinstalacao-da-justica-eleitoral>>. Acesso em: 2 fev. 2023d.

VENCEDORES do concurso “Fala, Mesário!” recebem premiação no TRE-MT. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 21 fev. 2017, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2017/Fevereiro/vencedores-do-concurso-fala-mesario-recebem-premiacao-no-tre-mt>>. Acesso em: 1 fev. 2023.

GESTÃO MÁRCIO VIDAL (2017-2019)

85 ANOS do TRE-MT: internauta já pode acessar notícias publicadas entre 2001 e 2012. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 26 out. 2017, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2017/Outubro/85-anos-do-tre-mt-internauta-ja-pode-consultar-materias-publicadas-entre-2001-e-2012>>. Acesso em: 6 fev. 2023.

ASSIS, Nara. TRE-MT amplia relacionamento com a sociedade. [Entrevista cedida à bibliotecária Lener Aparecida Galinari]. Cuiabá, 31 dez. 2022.

DESEMBARGADOR Márcio Vidal, presidente do Colégio de Presidentes dos TRE's, recebe honraria máxima do TRE-MA. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 24 jan. 2017, atualizada em 19 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Janeiro/desembargador-marcio-vidal-presidente-do-colegio-de-presidentes-dos-tres-recebe-honraria-maxima-do-tre-ma>>. Acesso em: 6 fev. 2023a.

DESEMBARGADOR Márcio Vidal recebe a mais alta honraria da Câmara Municipal de São Paulo. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 26 fev. 2018, atualizada em 19 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Fevereiro/desembargador-marcio-vidal-recebe-a-mais-alta-honraria-da-camara-municipal-de-sao-paulo>>. Acesso em: 6 fev. 2023b.

DINO, Daniel. Diretor Geral do TRE-MT participa de evento com ministro do TCU sobre governança no setor público. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 21 set. 2018, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Setembro/diretor-geral-do-tre-mt-participa-de-evento-com-ministro-do-tcu-sobre-governanca>>. Acesso em: 13 fev. 2023a.

DINO, Daniel. Jovens do Programa Aprendiz Legal destacam segurança das eleições durante visita ao TRE-MT. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 3 ago. 2018, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Agosto/jovens-do-programa-aprendiz-legal-destacam-seguranca-das-eleicoes-durante-visita-ao-tre-mt>>. Acesso em: 6 fev. 2023b.

DINO, Daniel. Justiça eleitoral realiza ‘Diálogos da Cidadania’ na aldeia Umutina. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 28 set. 2018, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Setembro/justica-eleitoral-realiza-2018dialogos-da-cidadania2019-na-aldeia-umutina>>. Acesso em: 3 fev. 2023c.

DINO, Daniel. Justiça Eleitoral de Mato Grosso comemora 86 anos de história. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 16 nov. 2018, atualizada em 19 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Novembro/justica-eleitoral-de-mato-grosso-comemora-86-anos-de-historia>>. Acesso em: 14 mar. 2023d.

ELEITOS serão diplomados no dia 17 de dezembro, no Senai da XV de Novembro. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 26 nov. 2018, atualizada em 19 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Novembro/eleitoserao-diplomados-no-dia-17-de-dezembro-no-senai-da-xv-de-novembro>>. Acesso em: 6 fev. 2023.

FÓRUM Nacional da Propaganda Eleitoral nas Mídias Sociais – Cuiabá/MT, pronunciamento do presidente do Colégio de Presidentes dos TRE's, desembargador Márcio Vidal. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 1 mar. 2018, atualizada em 19 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Marco/forum-nacional-da-propaganda-eleitoral-nas-midias-sociais-cuiaba-mt-pronunciamento-do-presidente-do-colegio-de-presidentes-dos-tres-desembargador-marcio-vidal>>. Acesso em: 3 fev. 2023.

LEI da Ficha Limpa: TRE-MT dá início ao projeto Pauta Limpa 2018. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 23 jun. 2017, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2017/Junho/lei-da-ficha-limpa-tre-mt-da-inicio-ao-projeto-pauta-limpa-2018>>. Acesso em: 2 fev. 2023.

MÁRCIO Vidal apresenta números e afirma: a corrupção atingiu patamar insuportável no Brasil. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 6 dez. 2017, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2017/Dezembro/marcio-vidal-apresenta-numeros-e-afirma-a-corrupcao-atingiu-patamar-insuportavel-no-brasil>>. Acesso em: 2 fev. 2023a.

MÁRCIO Vidal é eleito presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 15 dez. 2017, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2017/Dezembro/marcio-vidal-e-eleito-presidente-do-colegio-de-presidentes-dos-tribunais-regionais-eleitorais>>. Acesso em: 6 fev. 2023b.

MUITO mais que fazer eleições: TRE conclui 80 novos projetos e mantém outras 153 ações em andamento. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 12 dez. 2017, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2017/Dezembro/muito-mais-que-fazer-eleicoes-tre-conclui-80-novos-projetos-em-mantem-outras-153-acoes-em-andamento>>. Acesso em: 2 fev. 2023.

OLIVEIRA, Andrea Martins. Tribunais firmam parceria para priorizar julgamento de processos referentes à Lei da Ficha Limpa. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 26 out. 2017, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2017/Outubro/tribunais-firmam-parceria-para-priorizar-julgamento-de-processos-referentes-a-lei-da-ficha-limpa>>. Acesso em: 2 fev. 2023a.

OLIVEIRA, Andrea Martins. TRE capacita militares do Exército para auxiliar na biometria em Cuiabá. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 20 set. 2017, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2017/Setembro/tre-capacita-militares-do-exercito-para-auxiliar-na-biometria-em-cuiaba>>. Acesso em: 2 fev. 2023b.

OLIVEIRA, Andrea Martins. Projeto desenvolvido pelo TRE-MT será apresentado em fórum nacional de Tecnologia da Informação. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 19 set. 2017, atualizada em 23 nov. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2017/Setembro/projeto-desenvolvido-pelo-tre-mt-sera-apresentado-em-forum-nacional-de-tecnologia-da-informacao>>. Acesso em: 3 fev. 2023c.

OLIVEIRA, Andrea Martins. Eleições 2018: Conselho Regional de Contabilidade com apoio do TRE promove Seminário de Prestação de Contas Eleitorais 2018. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 17 jul. 2018, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Julho/eleicoes-2018-conselho-regional-de-contabilidade-com-apoio-do-tre-promove-seminario-de-prestacao-de-contas-eleitorais-2018>>. Acesso em: 3 fev. 2023d.

OLIVEIRA, Andrea Martins. TRE-MT dá início aos trabalhos do IV Fórum de Representantes de Zonas Eleitorais. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 26 set. 2017, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2017/Setembro/tre-mt-da-inicio-aos-trabalhos-do-iv-forum-de-representantes-de-zonas-eleitorais>>. Acesso em: 3 fev. 2023e.

OLIVEIRA, Andrea Martins. TRE-MT capacita servidores lotados no interior. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 22 maio 2017, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2017/Maio/tre-mt-capacita-servidores-lotados-no-interior>>. Acesso em: 3 fev. 2023f.

OLIVEIRA, Andrea Martins. Em busca de atender o eleitor com excelência, TRE capacita 60 servidores. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 10 ago. 2017, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2017/Agosto/em-busca-de-atender-o-eleitor-com-excelencia-tre-promove-capacitacao-60-servidores-sao-contemplados>>. Acesso em: 3 fev. 2023g.

OLIVEIRA, Andrea Martins. Reforma política é tema da terceira edição do programa Cidadania em Debate. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 18 ago. 2017, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2017/Agosto/reforma-politica-e-tema-da-terceira-edicao-do-programa-cidadania-em-debate>>. Acesso em: 6 fev. 2023h.

OLIVEIRA, Andrea Martins. Segmento artístico e TRE abraçam luta contra a corrupção. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 14 ago. 2018, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Agosto/segmento-artistico-e-tre-abracam-luta-contr-a-corrupcao>>. Acesso em: 6 fev. 2023i.

OLIVEIRA, Andrea Martins. Servidores da Politec visitam TRE para conhecer infraestrutura utilizada na coleta de dados biométricos. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 23 ago. 2017, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2017/Agosto/servidores-da-politec-visitam-tre-para-conhecer-infraestrutura-utilizada-na-coleta-de-dados-biometricos>>. Acesso em: 6 fev. 2023j.

OLIVEIRA, Andrea Martins. Desembargador Pedro Sakamoto participa do 39º Encontro do Colégio de Corregedores Eleitorais. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 28 abr. 2017, 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2017/Abril/desembargador-pedro-sakamoto-participa-do-39o-encontro-do-colegio-de-corregedores-eleitorais>>. Acesso em: 6 fev. 2023k.

OLIVEIRA, Andrea Martins. Corregedor Eleitoral de Mato Grosso participa do 41º Encontro do Colégio de Corregedores dos TRE's do Brasil. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 9 nov. 2017, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2017/Novembro/corregedor-eleitoral-de-mato-grosso-participa-do-41o-encontro-do-colegio-de-corregedores-dos-tres-do-brasil>>. Acesso em: 6 fev. 2023m.

OLIVEIRA, Andrea Martins. Presidentes dos TRE's de todo país se reúnem em Poconé de 28 a 30 de março. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 26 mar. 2019, atualizada em 19 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Marco/presidentes-dos-tres-de-todo-pais-se-reunem-em-pocone-de-28-a-30-de-marco>>. Acesso em: 6 fev. 2023n.

OLIVEIRA, Andrea Martins. Presidente do COPTREL entrega ao ministro da educação duas propostas voltadas a área educacional. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 2 abr. 2019, atualizada em 19 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Abril/presidente-do-coptrel-entrega-ao-ministro-da-educacao-duas-propostas-voltadas-a-area-educacional>>. Acesso em: 6 fev. 2023o.

OPINIÃO – 85 anos de grandes desafios na defesa da democracia. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 10 nov. 2017, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2017/Novembro/opinio-85-anos-de-grandes-desafios-na-defesa-da-democracia200b>>. Acesso em: 6 fev. 2023.

PRESIDENTE do TRE recebe honraria da Associação de Oficiais da Reserva do Exército em Mato Grosso. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 27 nov. 2018, atualizada em 19 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Novembro/o-presidente-do-tribunal-regional-eleitoral-desembargador-marcio-vidal-recebeu-diploma-de-honras-da-associacao-de-oficiais-da-reserva-do-exercito-em-mato-grosso-aore-mt-1>>. Acesso em: 6 fev. 2023b.

PRESIDENTE do TSE abre seminário que discutirá fake News nas eleições 2018. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 7 dez. 2017, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2017/Dezembro/presidente-do-tse-abre-seminario-que-discutira-fake-news-nas-eleicoes-2018>>. Acesso em: 2 fev. 2023a.

PROJETO inédito desenvolvido pelo TRE-MT é apresentado no 71º Encontro do Colégio de Presidentes de TRE's. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 6 out. 2017, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2017/Outubro/projeto-inedito-desenvolvido-pelo-tre-mt-e-apresentado-no-71o-encontro-do-colegio-de-presidentes-de-tres>>. Acesso em: 3 fev. 2023.

RELATÓRIO de gestão (exercícios 2017, 2018 e 2019). *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Transparência/Governança e gestão* [site institucional]. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/governanca-e-gestao/relatorio-de-gestao-anual>>. Acesso em: 13 mar. 2023.

TRE é agraciado com o Selo Prata do CNJ. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 22 nov. 2017, atualizada em 19 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2017/Dezembro/tre-e-agraciado-com-o-selo-prata-do-cnj>>. Acesso em: 6 fev. 2023d.

TRE inaugura posto da biometria no Goiabeiras Shopping. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 22 nov. 2017, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2017/Novembro/tre-inaugura-posto-da-biometria-no-goibeiras-shopping>>. Acesso em: 2 fev. 2023a.

TRE implanta o Banco de Talentos; ferramenta busca excelência dos resultados organizacionais e na prestação dos serviços. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 2 mar. 2018, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Marco/tre-implanta-o-banco-de-talentos-ferramenta-busca-excelencia-dos-resultados-organizacionais-e-na-prestacao-dos-servicos>>. Acesso em: 2 fev. 2023b.

TRE lança Campanha Cidade Limpa: candidato que joga santinho nas ruas não merece o seu voto. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 28 set. 2018, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Setembro/tre-lanca-campanha-cidade-limpa-candidato-que-joga-santinho-nas-ruas-nao-mercede-o-seu-voto>>. Acesso em: 3 fev. 2023c.

TRE-MT integra rede de apoio à governança da Justiça Eleitoral. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 30 jun. 2017, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2017/Junho/tre-mt-integra-rede-de-apoio-a-governanca-da-justica-eleitoral>>. Acesso em: 2 fev. 2023a.

TRE-MT e Unemat firmam parceria para atender estudantes de Direito. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 25 set. 2017, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2017/Setembro/tre-mt-e-unemat-firmam-parceria-para-atender-estudantes-de-direito>>. Acesso em: 3 fev. 2023b.

TRE-MT promove resgate histórico e se prepara para as comemorações pelos 85 anos de fundação. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 24 out. 2017, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2017/Outubro/tre-mt-promove-resgate-historico-e-se-prepara-para-as-comemoracoes-pelos-85-anos-de-fundacao>>. Acesso em: 6 fev. 2023c.

GESTÃO GILBERTO GIRALDELLI (2019-2021)

ASSIS, Nara. Justiça Eleitoral recebe inscrições de mesários voluntários. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 6 abr. 2022, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Abril/justica-eleitoral-recebe-inscricoes-de-mesarios-voluntarios>>. Acesso em: 8 fev. 2023a.

ASSIS, Nara. SoleTRE conclui atividades em 2021 com 37 alunos alfabetizados. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 17 dez. 2021, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Dezembro/soletre-conclui-atividades-em-2021-com-37-alunos-alfabetizados>>. Acesso em: 9 fev. 2023b.

ATENÇÃO mesário: baixe o aplicativo Soberano e vote no projeto de Lei que traz benefícios para quem trabalha na eleição. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 30 abr. 2018, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Abril/atencao-mesario-baixe-o-aplicativo-soberano-e-vote-no-projeto-de-lei-que-traz-beneficios-para-quem-trabalha-na-eleicao>>. Acesso em: 8 fev. 2023.

DINO, Daniel. TRE-MT amplia teletrabalho por tempo indeterminado com retomada de prazos processuais. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 28 abr. 2020, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Abril/tre-mt-amplia-teletrabalho-por-tempo-indeterminado-com-retomada-de-prazos-processuais-1>>. Acesso em: 7 fev. 2023a.

DINO, Daniel. Vacinômetro: Justiça Eleitoral mantém monitoramento interno de vacinação. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 12 ago. 2021, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Agosto/vacinometro-justica-eleitoral-mantem-monitoramento-interno-de-vacinacao>>. Acesso em: 7 fev. 2023b.

DINO, Daniel. TRE-MT busca apoio de Instituições Públicas de controle para concluir biometria em Mato Grosso. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 11 jun. 2019, atualizada em 19 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Junho/tre-mt-busca-apoio-de-instituicoes-publicas-de-controle-para-concluir-biometria-em-mato-grosso>>. Acesso em: 8 fev. 2023c.

DINO, Daniel. Corrupção e lavagem de dinheiro são temas de debate no TRE-MT. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 8 jul. 2019, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Julho/corrupcao-e-lavagem-de-dinheiro-sao-temas-de-debate-no-tre-mt>>. Acesso em: 8 fev. 2023d.

DINO, Daniel. Gestão de Pessoas: TRE-MT lança academia de líderes nesta sexta-feira (28). *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 27 jun. 2019, atualizada em 18 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Junho/gestao-de-pessoas-tre-mt-lanca-academia-de-lideres-nesta-sexta-feira-28>>. Acesso em: 8 fev. 2023e.

DINO, Daniel. TRE-MT implanta tecnologia Business Intelligence (BI). *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 20 nov. 2019, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Novembro/tre-mt-implanta-tecnologia-business-intelligence-bi>>. Acesso em: 8 fev. 2023f.

DINO, Daniel. Emoção marca cerimônia de encerramento do projeto SoléTRE. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 12 dez. 2019, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Dezembro/emocao-marca-cerimonia-de-encerramento-do-projeto-soletre>>. Acesso em: 8 fev. 2023g.

DINO, Daniel. SoléTRE: Alunos do projeto de alfabetização recebem doação de óculos. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 29 ago. 2019, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Agosto/soletre-alunos-do-projeto-de-alfabetizacao-recebem-doacao-de-oculos>>. Acesso em: 8 fev. 2023h.

DINO, Daniel. TRE-MT recebe projeto Juva, uma iniciativa da Prefeitura de Cuiabá com aval da Unicef. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 11 mar. 2020, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Marco/tre-mt-recebe-projeto-juva-uma-iniciativa-da-prefeitura-de-cuiaba-com-aval-da-unicef>>. Acesso em: 9 fev. 2023i.

DINO, Daniel. Academia de Liderança do TRE-MT é destaque em evento nacional da Justiça Eleitoral. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 25 maio 2020, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Maio/academia-de-lideranca-do-tre-mt-e-destaque-em-evento-nacional-da-justica-eleitoral>>. Acesso em: 8 fev. 2023j.

DINO, Daniel. Justiça Eleitoral realiza evento exclusivo para jornalistas neste sábado (12). *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 11 set. 2020, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Setembro/justica-eleitoral-realiza-evento-exclusivo-para-jornalistas-neste-sabado-12>>. Acesso em: 8 fev. 2023k.

ELEIÇÃO suplementar para um cargo de Senador(a) e suplentes será no dia 26 de abril. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 22 jan. 2020, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Janeiro/eleicao-suplementar-para-um-cargo-de-senador-a-e-suplentes-sera-no-dia-26-de-abril>>. Acesso em: 8 fev. 2023l.

INSCRIÇÕES abertas: Últimos dias para participar do evento “Democracia Digital – Eleições 2020”. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 15 jun. 2020, atualizada em 23 nov. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Junho/inscricoes-abertas-ultimos-dias-para-participar-do-evento-201cdemocracia-digital-eleicoes-2020201d/>>. Acesso em: 8 fev. 2023.

OLIVEIRA, Andrea Martins. Desembargador Gilberto Giraldelelli assume presidência do TRE-MT; Sebastião Farias assume vice-presidência. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 26 abr. 2019, atualizada em 19 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Abril/desembargador-gilberto-giraldelelli-assume-presidencia-do-tre-mt-sebastiao-farias-assume-vice-presidencia>>. Acesso em: 7 fev. 2023a.

OLIVEIRA, Andrea Martins. Em tempo de Pandemia, TRE-MT intensificou ações voltadas ao bem-estar físico e mental e à qualidade de vida dos servidores. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 9 abr. 2021, atualizada em 24 nov. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Abril/em-tempo-de-pandemia-tre-mt-intensificou-acoes-voltadas-ao-bem-estar-fisico-e-mental-e-a-qualidade-de-vida-dos-servidores>>. Acesso em: 7 fev. 2023b.

OLIVEIRA, Andrea Martins. Com empenho e inovação, Justiça Eleitoral contorna efeitos da Pandemia e mantém produtividade na prestação jurisdicional. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 19 abr. 2021, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Abril/com-empenho-e-inovacao-justica-eleitoral-contorna-efeitos-da-pandemia-e-mantem-produtividade-na-prestacao-jurisdicional>>. Acesso em: 7 fev. 2023c.

OLIVEIRA, Andrea Martins. Justiça Eleitoral de Mato Grosso doará EPI's que não foram utilizados na Eleição Municipal 2020. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 3 fev. 2021, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Fevereiro/justica-eleitoral-de-mato-grosso-doara-epis-que-nao-foram-utilizados-na-eleicao-municipal-2020>>. Acesso em: 8 fev. 2023d.

OLIVEIRA, Andrea Martins. Justiça Eleitoral inicia cadastramento biométrico nos municípios de Nova Monte Verde e Querência. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 27 maio 2019, atualizada em 19 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Maio/justica-eleitoral-inicia-cadastramento-biometrico-nos-municipios-de-nova-monte-verde-e-querencia>>. Acesso em: 8 fev. 2023e.

OLIVEIRA, Andrea Martins. 2º Turno: TRE divulga calendário de carga e lacre das urnas eletrônicas de Cuiabá. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 22 nov. 2020, atualizada em 19 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Novembro/2o-turno-tre-divulga-calendario-de-carga-e-lacre-das-urnas-eletronicas-de-cuiaba>>. Acesso em: 8 fev. 2023f.

OLIVEIRA, Andrea Martins. Justiça Eleitoral investe em ações para zerar estoque de processos nos cartórios eleitorais. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 7 out. 2019, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Outubro/justica-eleitoral-investe-em-acoes-para-zerar-estoque-de-processos-nos-cartorios-eleitorais>>. Acesso em: 8 fev. 2023g.

OLIVEIRA, Andrea Martins. Corregedoria Eleitoral e SGP realiza correção humanizada em Sorriso. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 7 ago. 2019, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Agosto/corregedoria-eleitoral-e-sgp-realiza-correcao-humanizada-em-sorriso>>. Acesso em: 8 fev. 2023h.

OLIVEIRA, Andrea Martins. Justiça Eleitoral de Mato Grosso inaugura maior usina fotovoltaica pública do Estado; por ano, medida reduz gasto em 1,2 milhão e salva 82,5 hectares de árvores. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 5 mar. 2020, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Marco/justica-eleitoral-de-mato-grosso-inaugura-maior-usina-fotovoltaica-publica-do-estado-por-ano-medida-reduz-gasto-em-1-2-milhao-e-salva-82-5-hectares-de-arvores>>. Acesso em: 8 fev. 2023i.

OLIVEIRA, Andrea Martins. TRE informa: sessões plenárias serão realizadas por videoconferência a partir desta quarta-feira (1º/04). *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 30 mar. 2020, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Marco/tre-informa-sessoes-plenarias-serao-realizadas-por-videoconferencia-a-partir-desta-quarta-feira-1o-04-1/>>. Acesso em: 8 fev. 2023j.

OLIVEIRA, Andrea Martins. Justiça Eleitoral de Mato Grosso inova e cria página para atendimento digital ao eleitor. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 1 abr. 2020, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Abril/justica-eleitoral-de-mato-grosso-inova-e-cria-pagina-para-atendimento-digital-ao-eleitor>>. Acesso em: 8 fev. 2023k.

OLIVEIRA, Andrea Martins. Projeto SoléTRE: pandemia não impediu continuidade das aulas; professores ministraram conteúdos de forma virtual. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 14 dez. 2020, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Dezembro/projeto-soletre-pandemia-nao-impediu-continuidade-das-aulas-professores-ministraram-conteudos-de-forma-virtual>>. Acesso em: 9 fev. 2023l.

OLIVEIRA, Andrea Martins. TRE-MT conquista o Selo Prata no Prêmio CNJ de Qualidade 2020. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 27 nov. 2020, atualizada em 19 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Novembro/tre-mt-conquista-o-selo-prata-no-premio-cnj-de-qualidade-2020>>. Acesso em: 8 fev. 2023m.

PERITOS do Ministério Público retornam ao TSE para analisar funcionamento da urna eletrônica. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 25 set. 2020, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Setembro/peritos-do-ministerio-publico-retornam-ao-tse-para-analisar-funcionamento-da-urna-eletronica>>. Acesso em: 8 fev. 2023.

SISTEMA eletrônico de votação garante segurança do voto e liberdade democrática. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 31 jul. 2020, atualizada em 17 out. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Julho/sistema-eletronico-de-votacao-garante-seguranca-do-voto-e-liberdade-democratica>>. Acesso em: 8 fev. 2023.

TSE lança campanha “#EuVotoSemFake”, contra a desinformação nas eleições. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 29 set. 2020, atualizada em 24 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Setembro/tse-lanca-campanha-201c-euvotosemfake201d-contra-a-desinformacao-nas-eleicoes>>. Acesso em: 8 fev. 2023.

URNA eletrônica: segurança. Integridade e transparência nas eleições. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 21 nov. 2020, atualizada em 19 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Novembro/urna-eletronica-seguranca-integridade-e-transparencia-nas-eleicoes>>. Acesso em: 8 fev. 2023.

ZENI, Camilla. Giraldelelli deixa o TRE, avalia a gestão e fala dos desafios da atuação durante a pandemia. *Leiagora.com.br* [site cultural], 2 maio 2021. Disponível em: <<https://www.leiagora.com.br/noticia/98144/giraldelelli-deixa-o-tre-avalia-a-gestao-e-fala-dos-desafios-da-atuacao-durante-a-pandemia>>. Acesso em: 7 fev. 2023.

GESTÃO CARLOS ALBERTO ALVES DA ROCHA (2021-2023)

90 ANOS da Justiça Eleitoral: Tribunais regionais atuam na linha de frente. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 24 fev. 2022, atualizada 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Fevereiro/90-anos-da-justica-eleitoral-tribunais-regionais-atuam-na-linha-de-frente>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

ASSIS, Nara. TRE-MT tem menor estoque de processos dos últimos oito anos. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 30 mar. 2022, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Marco/tre-mt-tem-menor-estoque-de-processos-dos-ultimos-oito-anos>>. Acesso em: 9 fev. 2023a.

ASSIS, Nara. Evento aborda estratégias de adaptação psicológica em meio a pandemia. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 22 set. 2021, atualizada em 23 nov. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Setembro/evento-aborda-estrategias-de-adaptacao-psicologica-em-meio-a-pandemia>>. Acesso em: 9 fev. 2023b.

ASSIS, Nara. TRE-MT avança na produtividade em regime de teletrabalho. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 7 out. 2021, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Outubro/tre-mt-avanca-na-productividade-em-regime-de-teletrabalho>>. Acesso em: 9 fev. 2023c.

ASSIS, Nara. Número de eleitores em Mato Grosso aumenta 1,7% em 12 meses. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 8 fev. 2022, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Fevereiro/numero-de-eleitores-em-mato-grosso-aumenta-1-7-em-12-meses>>. Acesso em: 9 fev. 2023d.

ASSIS, Nara. Encontro preparatório das Eleições 2022 reúne mais de 100 servidores. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 30 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Agosto/encontro-preparatorio-das-eleicoes-2022-reune-mais-de-100-servidores>>. Acesso em: 9 fev. 2023e.

ASSIS, Nara. Workshop reforça importância da cultura inovadora no ambiente de trabalho. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 8 dez. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Dezembro/workshop-reforca-importancia-da-cultura-inovadora-no-ambiente-de-trabalho>>. Acesso em: 9 fev. 2023f.

ASSIS, Nara. Moradores da comunidade de Mata Cavalo são atendidos pela Justiça Eleitoral Móvel. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 1 abr. 2022, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Abril/moradores-da-comunidade-de-mata-cavalo-sao-atendidos-pela-justica-eleitoral-movel>>. Acesso em: 9 fev. 2023g.

ASSIS, Nara. Em visita guiada, surdos participam de votação simulada e conhecem Memorial. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 17 set. 2022, atualizada em 18 set. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Setembro/em-visita-guiada-surdos-participam-de-votacao-simulada-e-conhecem-memorial>>. Acesso em: 10 fev. 2023h.

ASSIS, Nara. Sessões plenárias do TRE-MT passam a contar com tradução em Libras. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 31 jan. 2022, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Janeiro/sesoes-plenarias-do-tre-mt-passam-a-contar-com-traducao-em-libras>>. Acesso em: 10 fev. 2023i.

ASSIS, Nara. Pleno do TRE-MT julgou 685 processos em 120 sessões plenárias. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 19 dez. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Dezembro/pleno-do-tre-mt-julgou-685-processos-em-120-sesoes-plenarias>>. Acesso em: 10 fev. 2023j.

ASSIS, Nara. Mesários e colaboradores que atuarão em Várzea Grande terão passe livre. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 28 set. 2022, atualizada em 23 nov. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Setembro/mesarios-e-colaboradores-que-atuarao-em-varzea-grande-terao-passe-livre>>. Acesso em: 10 fev. 2023k.

ASSIS, Nara. TRE-MT e ALMT iniciam campanha para regularização do título eleitoral. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 21 mar. 2022, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Marco/tre-mt-e-almt-iniciam-campanha-para-regularizacao-do-titulo-eleitoral>>. Acesso em: 10 fev. 2023l.

ASSIS, Nara. Justiça Eleitoral Móvel atenderá moradores do Cristo Rei, em Várzea Grande. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 30 mar. 2022, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Marco/justica-eleitoral-movel-atendera-moradores-do-cristo-rei-em-varzea-grande>>. Acesso em: 13 fev. 2023m.

ASSIS, Nara. Justiça Eleitoral Móvel atende eleitores do Pedra 90 esta semana. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 25 abr. 2022, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Abril/justica-eleitoral-movel-atende-eleitores-do-pedra-90-esta-semana>>. Acesso em: 13 fev. 2023n.

ASSIS, Nara. Justiça Eleitoral estará no Jardim Glória II até quarta (30). *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 21 mar. 2022, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Marco/Justica-eleitoral-movel-estara-no-jardim-gloria-ii-ate-quarta-30>>. Acesso em: 13 fev. 2023o.

ASSIS, Nara. CIDADANIA PLENA: TRE-MT lança projeto Democracia Multilíngue na Aldeia Wazare. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 29 jun. 2022, atualizada em 30 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Junho/cidadania-plena-tre-mt-lanca-projeto-democracia-multilingue-na-aldeia-wazare>>. Acesso em: 13 fev. 2023p.

ASSIS, Nara. Mais de 16 mil indígenas têm direito ao voto assegurado em Mato Grosso. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 10 ago. 2022, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Agosto/mais-de-16-mil-indigenas-tem-direito-ao-voto-assegurado-em-mato-grosso>>. Acesso em: 13 fev. 2023q.

ASSIS, Nara. Representantes da etnia Bororo recebem cartilha Democracia Multilíngue. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 12 ago. 2022, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Agosto/representantes-da-etnia-bororo-recebem-cartilha-democracia-multilingue>>. Acesso em: 13 fev. 2022r.

ASSIS, Nara. TRE-MT inicia fiscalizações dos gastos de campanhas eleitorais. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 24 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Agosto/tre-mt-inicia-fiscalizacoes-dos-gastos-de-campanhas-eleitorais>>. Acesso em: 13 fev. 2023s.

ASSIS, Nara. TRE-MT divulga preços médios de serviços contratados em campanha eleitoral. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 29 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Agosto/tre-mt-divulga-precos-medios-de-servicos-contratados-em-campanha-eleitoral>>. Acesso em: 13 fev. 2023t.

ASSIS, Nara. Eleições 2022 ocorrem no dia 02 de outubro com horário unificado em todo o Brasil. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 17 jan. 2022, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Janeiro/eleicoes-2022-ocorrem-no-dia-02-de-outubro-com-horario-unificado-em-todo-o-brasil>>. Acesso em: 13 fev. 2023u.

ASSIS, Nara. Justiça Eleitoral em Foco: TRE-MT estreia programa de rádio em parceria com TRT-MT. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 6 set. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Setembro/justica-eleitoral-em-foco-tre-mt-estrea-programa-de-radio-em-parceria-com-trt-mt-363801>>. Acesso em: 13 fev. 2023v.

ASSIS, Nara. Alterações legislativas eleitorais são abordadas em reunião com representantes partidários. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 26 out. 2021, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Outubro/alteracoes-legislativas-eleitorais-sao-abordadas-em-reuniao-com-representantes-partidarios>>. Acesso em: 14 fev. 2023x.

ASSIS, Nara. Reunião com partidos esclarece regras sobre propaganda partidária. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 21 fev. 2022, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Fevereiro/reuniao-com-partidos-esclarece-regras-sobre-propaganda-partidaria>>. Acesso em: 14 fev. 2023y.

ASSIS, Nara. TRE-MT alinha procedimentos do horário eleitoral com representantes partidários e emissoras de rádio e TV. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 5 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Agosto/tre-mt-alinha-procedimentos-do-horario-eleitoral-com-representantes-partidarios-e-emissoras-de-radio-e-tv>>. Acesso em: 14 fev. 2023w.

ASSIS, Nara. TRE-MT promove 7ª Reunião com Representantes Partidários. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 29 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Agosto/tre-mt-promove-7a-reuniao-com-representantes-partidarios>>. Acesso em: 14 fev. 2023z.

ASSIS, Nara. Chefes de cartórios têm semana intensa de capacitação. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 10 nov. 2021, atualizada em 2 fev. 2023. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Novembro/chefes-de-cartorios-tem-semana-intensa-de-capitacao>>. Acesso em: 14 fev. 2023aa.

ASSIS, Nara. Giro eleitoral. [Entrevista cedida à bibliotecária Lener Aparecida Galinari]. Cuiabá, 19 jan. 2023ab.

ASSIS, Nara. Representantes das Zonas Eleitorais discutem desafios para Eleições 2022. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 6 abr. 2022, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <[https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Abril/representantes-das-](https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Abril/representantes-das-zonas-eleitorais-discutem-desafios-para-eleicoes-2022)

[zonas-eleitorais-discutem-desafios-para-eleicoes-2022](https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Abril/representantes-das-zonas-eleitorais-discutem-desafios-para-eleicoes-2022)>. Acesso em: 15 fev. 2023ac.

ASSIS, Nara. Cerimônia de diplomação marca conclusão das Eleições 2022. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 16 dez. 2022, atualizada em 18 jan. 2023. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Dezembro/cerimonia-de-diplomacao-marca-conclusao-das-eleicoes-2022>>. Acesso em: 14 fev. 2023ad.

ASSIS, Nara. Diplomação de candidatos eleitos ocorrerá dia 15 de dezembro. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 22 nov. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Novembro/diplomacao-de-candidatos-eleitos-ocorrera-dia-15-de-dezembro>>. Acesso em: 15 fev. 2023ae.

ASSIS, Nara. Mais de 308 mil eleitores já possuem título digital em Mato Grosso. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 18 mar. 2022, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Marco/mais-de-308-mil-eleitores-ja-possuem-titulo-digital-em-mato-grosso>>. Acesso em: 14 fev. 2023af.

ASSIS, Nara. Evento aborda segurança do processo eletrônico de votação. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 16 set. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Setembro/evento-aborda-seguranca-do-processo-eletronico-de-votacao>>. Acesso em: 14 fev. 2023ag.

ASSIS, Nara. Auditores do TCU acompanham geração de mídias das urnas eletrônicas. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 21 set. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Setembro/auditores-do-tcu-acompanham-geracao-de-midias-das-urnas-eletronicas>>. Acesso em: 14 fev. 2023ah.

ASSIS, Nara. Mais de 800 profissionais da segurança de MT participam de curso sobre ilícitos eleitorais. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 21 set. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Setembro/mais-de-800-profissionais-da-seguranca-de-mt-participam-de-curso-sobre-ilicitos-eleitorais>>. Acesso em: 14 fev. 2023ai.

ASSIS, Nara. SEGURANÇA: Drones serão utilizados em todas as regiões do estado nas Eleições 2022. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 19 set. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Setembro/seguranca-drones-serao-utilizados-em-todas-as-regioes-do-estado-nas-eleicoes-2022>>. Acesso em: 15 fev. 2023aj.

ASSIS, Nara. Integrante da Missão de Observação Eleitoral elogia organização das eleições em Mato Grosso. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 28 set. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Setembro/integrante-da-missao-de-observacao-eleitoral-elogia-organizacao-das-eleicoes-em-mato-grosso>>. Acesso em: 15 fev. 2023ak.

ASSIS, Nara. Participação feminina na política é debatida em Live. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 27 maio 2022, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Maio/participacao-feminina-na-politica-e-debatida-em-live>>. Acesso em: 15 fev. 2023al.

ASSIS, Nara. Estudantes são diplomados(as) em cerimônia simbólica no TRE-MT. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 25 nov. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Novembro/estudantes-sao-diplomados-as-em-cerimonia-simbolica-no-tre-mt>>. Acesso em: 15 fev. 2023am.

ASSIS, Nara. Parceria entre TRE-MT e UFMT prevê desenvolvimento de projetos de inovação. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 7 nov. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Novembro/parceria-entre-tre-mt-e-ufmt-preve-desenvolvimento-de-projetos-de-inovacao>>. Acesso em: 15 fev. 2023an.

ASSIS, Nara. Novos juízes conhecem TRE-MT e particularidades do processo eleitoral. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 19 set. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Setembro/novos-juizes-conhecem-tre-mt-e-particularidades-do-processo-eleitoral>>. Acesso em: 15 fev. 2023ao.

ASSIS, Nara. De forma inédita, TRE-MT conquista Selo Diamante no Prêmio CNJ 2022. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 22 nov. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Novembro/de-forma-inedita-tre-mt-conquista-selo-diamante-no-premio-cnj-2022>>. Acesso em: 15 fev. 2023ap.

ASSIS, Nara. Corregedoria institui selos de qualidade para Cartórios Eleitorais. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 9 jun. 2022, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Junho/corregedoria-institui-selos-de-qualidade-para-cartorios-eleitorais>>. Acesso em: 15 fev. 2023aq.

ASSIS, Nara. Justiça Eleitoral de MT completa 89 anos em prol da cidadania. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 11 nov. 2021, atualizada em 2 fev. 2023. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Novembro/justica-eleitoral-de-mt-completa-89-anos-em-prol-da-cidadania>>. Acesso em: 15 fev. 2023ar.

BARROS, Alline. Justiça Eleitoral é a mais sustentável de Mato Grosso. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 29 jun. 2022, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Junho/justica-eleitoral-e-a-mais-sustentavel-de-mato-grosso>>. Acesso em: 14 mar. 2023a.

BARROS, Alline. Eleições 2022: Comissão prepara auditoria da votação eletrônica. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 4 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Agosto/eleicoes-2022-comissao-prepara-auditoria-da-votacao-eletronica>>. Acesso em: 14 fev. 2023b.

BARROS, Alline. TRE-MT e Grupo Bom Futuro firmam parceria para qualificar jovens aprendizes. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 4 abr. 2022, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Abril/tre-mt-e-grupo-bom-futuro-firmam-parceria-para-qualificar-jovens-aprendizes>>. Acesso em: 15 fev. 2023c.

CANDIDATOS, advogados e imprensa podem acompanhar ações pelo JE Processos. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 12 jun. 2017, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2017/Junho/candidatos-advogados-e-imprensa-podem-acompanhar-acoes-pelo-je-processos>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

DINO, Daniel. Vacinômetro: Justiça Eleitoral mantém monitoramento interno de vacinação. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 12 ago. 2021, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Agosto/vacinometro-justica-eleitoral-mantem-monitoramento-interno-de-vacinacao>>. Acesso em: 9 fev. 2023a.

DINO, Daniel. Aproximação: TRE-MT fará reuniões trimestrais com partidos políticos. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 14 maio 2021, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Maio/aproximacao-tre-mt-fara-reunioes-trimestrais-com-partidos-politicos>>. Acesso em: 13 fev. 2023b.

DISCURSO de posse do desembargador Carlos Alberto Alves da Rocha. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 28 abr. 2021, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Abril/discurso-de-posse-do-desembargador-carlos-alberto-alves-da-rocha>?>. Acesso em: 9 fev. 2023.

FORTALEZA, Salomão de Souza. A segurança das Urnas Eletrônicas pelo sistema RFID UHF [Entrevista cedida à bibliotecária Lener Aparecida Galinari]. Cuiabá, 31 jan. 2023.

MARTINS, Andrea; RODRIGUES, Eliane. TRE-MT realiza palestra e treinamento sobre urnas eletrônicas para comunidade cega. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 19 set. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Setembro/tre-mt-realiza-palestra-e-treinamento-sobre-urnas-eletronicas-para-comunidade-cega>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

MARTINS, Andrea. Eleições 2022: TRE-MT e forças de segurança retomam tratativas com foco no segundo turno. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 6 out. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/eleicoes-2022-tre-mt-e-forcas-da-seguranca-retomam-tratativas-com-foco-no-segundo-turno>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

OLIVEIRA, Andrea Martins. Pauta Limpa 2022: TRE-MT estabelece metas de julgamento de processos. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 23 jun. 2021, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Junho/pauta-limpa-2022-tre-mt-estabelece-metas-de-julgamento-de-processos>?>. Acesso em: 9 fev. 2023a.

OLIVEIRA, Andrea Martins. TRE-MT é pioneiro no Estado no compartilhamento de imóveis com outros órgãos; medida reduz custos e facilita ao cidadão o acesso aos serviços. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 30 jun. 2022, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Junho/tre-mt-e-pioneiro-no-estado-no-compartilhamento-de-imoveis-com-outros-orgaos-medida-reduz-custos-e-facilita-ao-cidadao-acesso-aos-servicos>>. Acesso em: 9 fev. 2023b1.

OLIVEIRA, Andrea Martins. TRE promove treinamento sobre registro de candidaturas para representantes de partidos, advogados e pré-candidatos. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 12 jul. 2018, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Julho/tre-promove-treinamento-sobre-registro-de-candidaturas-para-representantes-de-partidos-advogados-e-pre-candidatos>>. Acesso em: 9 fev. 2023b2.

OLIVEIRA, Andrea Martins. “O TRE está nos mantendo informado de forma clara e de fácil entendimento”, afirma representante de partido em reunião promovida pelo TRE. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 29 abr. 2022, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Abril/201co-tre-esta-nos-mantendo-informado-de-forma-clara-e-de-facil-entendimento201d-afirma-representante-de-partido-em-reuniao-promovida-pelo-tre>>. Acesso em: 14 fev. 2023b3.

OLIVEIRA, Andrea Martins. Eleição Suplementar: conferência visual das urnas eletrônicas inicia-se nesta sexta-feira (30/07). *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 29 jul. 2021, atualizada em 23 nov. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Julho/eleicao-suplementar-conferencia-visual-das-urnas-eletronicas-inicia-se-nesta-sexta-feira-30-07>>. Acesso em: 14 fev. 2023c.

OLIVEIRA, Andrea Martins. Eleições Suplementares: cidadão pode denunciar propaganda eleitoral irregular e crimes eleitorais na Ouvidoria ou pelo aplicativo Pardal. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 29 jul. 2021, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Julho/eleicoes-suplementares-cidadao-pode-denunciar-propaganda-eleitoral-irregular-e-crimes-eleitorais-na-ouvidoria-ou-pelo-aplicativo-pardal>>. Acesso em: 14 fev. 2023d.

OLIVEIRA, Andrea Martins. TRE-MT instala Gabinete de Gestão Integrada para as Eleições Suplementares. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 16 jul. 2021, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Julho/tre-mt-instala-gabinete-de-gestao-integrada-para-as-eleicoes-suplementares>>. Acesso em: 14 fev. 2023e.

OLIVEIRA, Andrea Martins. TRE-MT: Investimento em tecnologia e a realização de eleições suplementares marcam os 100 primeiros dias da atual Gestão. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 5 ago. 2021, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Agosto/tre-mt-investimento-em-tecnologia-e-a-realizacao-de-eleicoes-suplementares-marcam-os-100-primeiros-dias-da-atual-gestao>>. Acesso em: 15 fev. 2023f.

OLIVEIRA, Andrea Martins. Corregedoria Regional Eleitoral institui Campanha “Eleição Sem Poluição”. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 5 jul. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Julho/corregedoria-regional-eleitoral-institui-campanha-201celeicao-sem-poluicao201d>>. Acesso em: 15 fev. 2023g.

OLIVEIRA, Andrea Martins. TRE-MT divulga uma série de vídeos para incentivar o alistamento jovem. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 29 nov. 2021, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Novembro/tre-mt-divulga-uma-serie-de-videos-para-incentivar-o-alistamento-jovem>>. Acesso em: 15 fev. 2023h.

OLIVEIRA, Andrea Martins. Eleições 2022: TRE-MT realiza fechamento do sistema de candidaturas. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 16 set. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Setembro/eleicoes-2022-tre-mt-realiza-fechamento-do-sistema-de-candidaturas-569705>>. Acesso em: 15 fev. 2023i.

OLIVEIRA, Andrea Martins. Presidente do TER se reúne com a equipe do TCU que fará auditoria do processo eleitoral. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 14 set. 2022, atualizada em 20 set. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Setembro/presidente-do-tre-se-reune-com-a-equipe-do-tcu-que-fara-auditoria-do-processo-eleitoral>>. Acesso em: 15 fev. 2023j.

OLIVEIRA, Andrea Martins. Ranking Transparência do CNJ: TRE-MT ocupa 1º lugar no país. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 1 set. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Setembro/ranking-transparencia-do-cnj-tre-mt-ocupa-1o-lugar-no-pais-870168>>. Acesso em: 15 fev. 2023k.

OLIVEIRA, Andrea Martins. Presidente do TRE-MT é homenageado em livro escrito por mestrandos em direito. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 21 ago. 2021, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Agosto/presidente-do-tre-mt-e-homenageado-em-livro-escrito-por-mestrandos-em-direito>>. Acesso em: 15 fev. 2023l.

TRE-MT disponibiliza o “Fale com o Presidente” e amplia canais de comunicação com a sociedade. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 1 jun. 2021, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Junho/tre-mt-disponibiliza-o-fale-com-o-presidente-e-amplia-canais-de-comunicacao-com-a-sociedade>>. Acesso em: 15 fev. 2023.

TSE apresenta logotipo das Eleições 2022. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 27 maio 2021, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Maio/tse-apresenta-logotipo-das-eleicoes-2022>>. Acesso em: 9 fev. 2023.

EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA TRE-MT PÓS-2012

CÂNDIDO, Carlos Henrique. TRE-MT, Secretaria de Tecnologia da Informação. Contribuição à Elizabeth Madureira Siqueira. Cuiabá, 2022.

DINO, Daniel. Direito digital e avanço da tecnologia são debatidos durante visita ao TRE-MT. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 25 out. 2018, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Outubro/direito-digital-e-avanco-da-tecnologia-sao-debatidas-durante-visita-ao-tre-mt>>. Acesso em: 28 fev. 2023a.

DINO, Daniel. TRE-MT implanta tecnologia Business Intelligence (BI). *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 20 nov. 2019, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2019/Novembro/tre-mt-implanta-tecnologia-business-intelligence-bi>>. Acesso em: 28 fev. 2023b.

FONSECA, Luiz Roberto da. Depoimento à Elizabeth Madureira Siqueira. Cuiabá, 16 jun. 2010.

OLIVEIRA, Andrea Martins. Corregedoria Apresenta Sistema Sirope no Colégio Nacional de Corregedores. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 12 jun. 2018, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Junho/corregedoria-apresenta-sistema-sirope-no-colegio-nacional-de-corregedores>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

PROCESSO Judicial Eletrônico da Corregedoria – PjeCor. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/O TER/Corregedoria Regional Eleitoral* [site institucional], 2021. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/institucional/corregedoria-regional-eleitoral/processo-judicial-eletronico-da-corregedoria-pjecor>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

SEGURANÇA e agilidade na divulgação dos resultados marca o 2º turno das eleições em Cuiabá. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 3 nov. 2016, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2016/Novembro/seguranca-e-agilidade-na-divulgacao-dos-resultados-marca-o-2o-turno-das-eleicoes-em-cuiaba>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

TRE-MT faz últimos ajustes para implantação do PJE; sessão histórica será nesta quinta. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 27 jun. 2017, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2017/Junho/tre-mt-faz-ultimos-ajustes-para-implantacao-do-pje-sessao-historica-sera-nesta-quinta>>. Acesso em: 28 fev. 2023a.

TRE-MT sedia reunião do Núcleo de Desenvolvimento da Solução JE – Connect. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 29 ago. 2021, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Agosto/tre-mt-sedia-reuniao-do-nucleo-de-desenvolvimento-da-solucao-je-connect>>. Acesso em: 28 fev. 2023b.

ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL (2012-2022)

CAPACITAÇÃO, CIDADANIA E PRÁTICAS ELEITORAIS

ASSIS, Nara. Em visita guiada, surdos participam de votação simulada e conhecem Memorial. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 17 set. 2022, atualizada em 18 set. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Setembro/em-visita-guiada-surdos-participam-de-votacao-simulada-e-conhecem-memorial>>. Acesso em: 27 fev. 2023.

OLIVEIRA, Andrea Martins. Coordenadora da Escola Judiciária Eleitoral de Mato Grosso é homenageada pelo Co deje. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 23 mar. 2018, atualizada em 19 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Marco/coordenadora-da-escola-judiciaria-eleitoral-de-mato-grosso-e-homenageada-pelo-codeje>>. Acesso em: 27 fev. 2023.

TRIBUNAL Regional Eleitoral de Mato Grosso terá revista de artigos doutrinários. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 5 ago. 2015, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2015/Agosto/tribunal-regional-eleitoral-de-mato-grosso-tera-revista-de-artigos-doutrinarios>>. Acesso em: 27 fev. 2023.

BIBLIOTECA, MEMÓRIA E GESTÃO DOCUMENTAL

BIBLIOTECA

BIBLIOTECA do TRE-MT disponibiliza acervo de quase 4 mil livros. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 13 fev. 2014, atualizada em 19 jun. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2014/Fevereiro/biblioteca-do-tre-mt-disponibiliza-acervo-de-quase-4-mil-livros-1s>>. Acesso em: 27 fev. 2023.

OLIVEIRA, Andrea Martins. Biblioteca do TRE-MT é bem avaliada pelos usuários que ressaltam a qualidade do acervo e da infraestrutura. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 28 ago. 2017, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2017/Agosto/biblioteca-do-tre-mt-e-bem-avaliada-pelos-usuarios-que-ressaltam-a-qualidade-do-acervo-e-da-infraestrutura>>. Acesso em: 27 fev. 2023.

REJE – Rede de Bibliotecas da Justiça Eleitoral. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Institucional/Biblioteca/Reje* [site institucional]. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/institucional/biblioteca/reje/rede-de-bibliotecas-da-justica-eleitoral-reje>>. Acesso em: 26 jan. 2023.

TRE-MT. *Livro de registro das atas das sessões plenárias do TRE-MT*. fl. 37v., 4 de janeiro de 1961.

PRESERVANDO E DIVULGANDO A MEMÓRIA DA JUSTIÇA ELEITORAL DE MATO GROSSO

ASSIS, Nara. TRE-MT é premiado pelo CNJ por projeto exposição virtual da urna eletrônica. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 16 maio 2022, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Maio/tre-mt-e-premiado-pelo-cnj-por-projeto-de-exposicao-virtual-da-urna-eletronica>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

DINO, Daniel. Memorial da Justiça Eleitoral oferece passeio virtual, fotos e vídeos documentários. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 10 maio 2021, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Maio/memorial-da-justica-eleitoral-oferece-passeio-virtual-fotos-e-video-documentarios>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

MEMORIAL da Justiça Eleitoral de MT participa da 15ª Primavera dos Museus. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 20 set. 2021, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Setembro/memorial-da-justica-eleitoral-de-mt-participa-da-15a-primavera-dos-museus>>. Acesso em: 28 fev. 2023.

OLIVEIRA, Andrea Martins. TRE-MT investe no resgate a história: informações sobre os candidatos eleitos entre 1945 a 1990 estão disponíveis. *Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso/Comunicacao/Noticias* [site institucional], 25 maio 2016, atualizada em 17 ago. 2022. Disponível em: <<https://www.tre-mt.jus.br/comunicacao/noticias/2016/Maio/tre-mt-investe-no-resgate-a-historia-informacoes-sobre-os-candidatos-eleitos-entre-1945-a-1990-estao-disponiveis>>. Acesso em: 28 fev. 2023.



Av. Senador Metelo, 3773 – Jardim Cuiabá
CEP 78030-005 | Cuiabá-MT, Brasil
Tel.: (65) 3624 5294
e-mail: editora@entrelinhaseditora.com.br
www.entrelinhaseditora.com.br



A obra não é somente de cunho regional, mas procurou inserir a Justiça Eleitoral de Mato Grosso no contexto nacional, com a adição de temas amplos e que afetam o conjunto da Justiça Eleitoral brasileira, como a segurança das urnas eletrônicas e a defesa da democracia participativa, o papel das escolas eleitorais, responsáveis pela capacitação, produção de conhecimento e interlocução com um público mais amplo, os avanços na área tecnológica e na preservação documental (Biblioteca e Arquivo). O TRE-MT mereceu destaque nas avaliações do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a exemplo dos progressivos selos de qualidade conquistados, com base na avaliação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ): Bronze, Prata, Ouro e atualmente Diamante, o que coloca a Justiça Eleitoral de Mato Grosso como instituição exemplar na realização de investimentos em projetos inovadores. Todas essas conquistas foram graças ao empenho dos administradores, servidores, colaboradores e magistrados que, frente aos desafios, reagiram com competência e determinação.

*Grupo de Trabalho
90 Anos da Justiça Eleitoral Mato-grossense*

